ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
República Federativa do Brasil - Imprensa Nacional
Em circulação desde 1º de outubro de 1862

SEÇÃO 1

Ano CLIII Nº 123
Brasília - DF, quarta-feira, 29 de junho de 2016

Sumário

PÁGINA

Presidência da República 1
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento 1
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações 2
Ministério da Cultura 5
Ministério da Defesa 6
Ministério da Educação 6
Ministério da Fazenda 17
Ministério da Justiça e Cidadania 32
Ministério da Saúde 37
Ministério das Cidades 55
Ministério das Relações Exteriores 55
Ministério de Minas e Energia 55
Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços 60
Ministério do Esporte 68
Ministério do Meio Ambiente 68
Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão 68
Ministério do Trabalho 69
Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil 70
Ministério Público da União 71
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais ... 75

Presidência da República

CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR

RESOLUÇÃO Nº 62, DE 28 DE JUNHO DE 2016

Torna pública a extinção do direito antidumping aplicado sobre as importações brasileiras de pedivelas fauber monobloco, originárias da República Popular da China.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE MINISTROS DA CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o § 3º do art. 5º do Decreto nº 4.732, de 10 de junho de 2003, com fundamento no § 2º do art. 3º do Decreto nº 8.058, de 26 de julho de 2013,

Considerando que a Resolução CAMEX nº 47, de 21 de maio de 2015, publicada em 22 de maio de 2015, que prorrogou a suspensão do direito antidumping por mais um ano, não estabeleceu expressamente a reaplicação do direito ao final do período de suspensão, bem como que o direito não foi reaplicado, por decisão do Conselho de Ministros, até o término da prorrogação da suspensão, resolve, **ad referendum** do Conselho:

Art. 1º Tornar pública a extinção do direito antidumping aplicado pela Resolução CAMEX nº 75, de 30 de setembro de 2013, às importações brasileiras de pedivelas fauber monobloco para bicicletas, comumente classificadas no item 8714.96.00 da Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM, originárias da República Popular da China, com efeitos desde 22 de maio de 2016.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS ANTÔNIO PEREIRA

TABELA DE PREÇOS DE JORNAIS AVULSOS

Páginas	Distrito Federal	Demais Estados
de 02 a 28	R$ 0,30	R$ 1,80
de 32 a 76	R$ 0,50	R$ 2,00
de 80 a 156	R$ 1,10	R$ 2,60
de 160 a 250	R$ 1,50	R$ 3,00
de 254 a 500	R$ 3,00	R$ 4,50

- Acima de 500 páginas = preço de tabela mais excedente de páginas multiplicado por R$ 0,0107

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA

INSTRUCÃO NORMATIVA Nº 12, DE 12 DE JUNHO DE 2016

O SECRETÁRIO DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 17 e 53 do Anexo I do Decreto nº 8.701, de 31 de março de 2016, tendo em vista o disposto no Decreto nº 24.114, de 12 de abril de 1934, na Instrução Normativa SDA nº 17, de 31 de maio de 2005, e o que consta do Processo nº 21000.005794/2014-81, resolve:

Art. 1º Fica revogada a Instrução Normativa SDA nº 64, de 21 de novembro de 2006, que reconhece o Estado do Espírito Santo como Área Livre da praga Sigatoka Negra - Mycosphaerella fijiensis (Morelet) Deighton.

Art. 2º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

LUIS EDUARDO PACIFICI RANGEL

INSTRUCÃO NORMATIVA Nº 13, DE 28 DE JUNHO DE 2016

O SECRETÁRIO DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 17 e 53 do Anexo I do Decreto nº 8.701, de 31 de março de 2016, tendo em vista o disposto no Decreto nº 24.114, de 12 de abril de 1934, na Instrução Normativa nº 17, de 31 de maio de 2005, e o que consta do Processo nº 21000.000075/2016-36, resolve:

Art. 1º Ficam revogadas as Instruções Normativas SDA nº 20, de 12 de maio de 2006, e nº 2, de 30 de janeiro de 2008, que, respectivamente, reconhece o Estado da Bahia como Área Livre da praga Sigatoka Negra - *Mycosphaerella fijiensis* (Morelet) Deighton e renova prazo.

Art. 2º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

LUIS EDUARDO PACIFICI RANGEL

PORTARIA Nº 57, DE 21 DE JUNHO DE 2016

O SECRETÁRIO DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe conferem os Arts. 17 e 53 do Decreto nº 8.701, de 31 de março de 2016, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa nº 57, de 11 de dezembro de 2013, e o que consta do Processo nº 21000.019917/2016-23, resolve:

Art. 1º Cancelar a suspensão do credenciamento do Laboratório Unianálises - Laboratório de Prestação de Serviços da UNIVATES, nome empresarial Fundação Vale do Taquari de Educação e Desenvolvimento Social - FUVATES, CNPJ nº 04.008.342/0001-09, localizado na Rua Avelino Tallini, nº 171, Prédio 5, Bairro Universitário, CEP: 95.900-000, Lajeado/RS.

Art. 2º Fica revogada a Portaria nº 92, de 11 de novembro de 2015, publicada no Diário Oficial da União (D.O.U.) nº 216, de 12 de novembro de 2015, Seção 1, pág.: 32.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIS EDUARDO PACIFICI RANGEL

PORTARIA Nº 60, DE 28 DE JUNHO DE 2016

O SECRETÁRIO DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe conferem os Arts. 17 e 53 do Decreto nº 8.701, de 31 de março de 2016, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa nº 57, de 11 de dezembro de 2013, e o que consta do Processo nº 21181.000081/2015-21, resolve:

Art. 1º Credenciar o Laboratório DSVET - Laboratório de Análise Veterinário Ltda, CNPJ nº 19.516.351/0001-88, localizado na Rua Rubião Jr., nº 1654 - Sala 01, Bairro Parque Industrial, CEP: 15.025-080, São José do Rio Preto/SP, para realizar ensaios em amostras oriundas dos programas e controles oficiais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Art. 2º Estabelecer que o escopo do credenciamento ficará disponível no sítio eletrônico do MAPA, por área de atuação.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIS EDUARDO PACIFICI RANGE

DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO DE INSUMOS AGRÍCOLAS
COORDENAÇÃO-GERAL DE AGROTÓXICOS E AFINS

ATO Nº 35, DE 21 DE JUNHO DE 2016

1. De acordo com o Artigo 22§ 2º Inciso I , do Decreto 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do formulador Iharabras S.A. Indústrias Químicas - Sorocaba/SP, Dow Agrosciences Industrial Ltda - Franco da Rocha/SP, Ouro Fino Química Ltda - Uberaba/MG, no produto Facca registro nº 02612.

2. De acordo com o Artigo 22§ 2º Inciso I, do Decreto 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do formulador Iharabras S.A. Indústrias Químicas - Sorocaba/SP, Dow Agrosciences Industrial Ltda - Franco da Rocha/SP, Ouro Fino Química Ltda - Uberaba/MG, no produto Pampa registro nº 02512.

5. De acordo com o Artigo 22§ 1º , do Decreto 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a alteração da razão social da empresa IQ Soluções & Química S.A. Sito à Avenida Angélica, nº 2346, 15º andar, Consolação - São Paulo/SP, para Quantiq Distribuidora Ltda, o endereço permanece inalterado, esta alteração entra nos registros dos produtos onde esta conste como fabricante e/ou formulador, conforme processo nº 21000.003501/2014-21.

7. De acordo com o Artigo 22§ 1º , do Decreto 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a alteração da razão social da empresa Bold Formulators, LLC - para razão social Mskhtteshim Agan Of North America, Inc. - permanecendo o mesmo endereço: P.O. BOX 1463, GA 31793, 7745, Magnolia Industrial Blvd - Tifton - EUA, Bold Formulators, LLC para razão social Makhteshim Agan Of North America, Inc., permanecendo o mesmo endereço: P.O. BOX 205, GA 31774, 364 Fitzgerald Hiway - Ocilla - EUA esta alteração entra nos registros dos produtos onde esta conste como fabricante e /ou formulador, conforme processo nº 21000.028658/2016-21.

8. De acordo com o Artigo 22§ 2º Inciso I, do Decreto 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do fabricante Saltigo GmbH Chempark Leverkusen 51369 Leverkusen, Alemanha, no produto Azoxystrobin Técnico registro nº 01598.

9. De acordo com o Artigo 22§ 2º Inciso I, do Decreto 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do fabricante Nortox S.A. - Arapongas/PR no produto Fipronil Técnico Nortox registro nº 12111.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

10. De acordo com o Artigo 22§ 2º Inciso I, do Decreto 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do fabricante Jiangsu Changqing Agrochemical Co. Ltd. Nº 1 Jiangling Road, Putou Town, 225218 Jiangsu - China no produto Fipronil Técnico Nortox registro nº 12111.

11. De acordo com o Artigo 22§ 2º Inciso I, do Decreto 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do fabricante Basf Corporation 14385 West Port Arthur Road, Route # 4, Box 327, TX 77705 Beaumont, Estados Unidos da América, no produto Arsenal Técnico registro nº 0348895.

CARLOS RAMOS VENÂNCIO
Coordenador-Geral
Substituto

RETIFICAÇÕES

No D.O.U. de 20 de junho de 2016, seção 1, em Ato nº 32 de 17 de janeiro de 2016, pág. 5, onde se lê: ... Ato nº 32 de 17 de janeiro de 2016..., leia-se: ... Ato nº 32 de 17 de junho de 2016...

No D.O.U. de 23 de maio de 2016, seção 1, pág. 4, Ato nº 24 de 20 de maio de 2016, item 25, onde se lê: ... Fow AgroSciences (NZ) Ltd - 89 Paritutu Road - 4310 New Plymouth- Nova Zelândia, PT, leia-se: ... Dow Agrosciences (NZ) Ltd - 89 Paritutu Road - 4310 New Plymouth- Nova Zelândia, PT..., no produto Starane 200 registro nº 005394.

No D.O.U. de 29 de abril de 2016, seção 1, pág.6, Ato nº 21 de 03 de maio de 2016, item 18, onde se lê: ... Fow AgroSciences (NZ) Ltd - 89 Paritutu Road -4310 New Plymouth Nova Zelândia, PT., leia-se: ... Dow AgroSciences (NZ) Ltd. 89 Paritutu Road -4310 New Plymouth Nova Zelândia, PT. , no produto Planador registro nº 08012.

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

PORTARIA Nº 91, DE 23 DE JUNHO DE 2016

O Superintendente Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Espírito Santo, no uso das atribuições contidas no Art.44 do Anexo I do Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, aprovado pela Portaria Ministerial nº 428, de 09 de junho de 2010, publicada no DOU de 14/06/2010 e, tendo em vista o disposto no Art.2º do Anexo I, da Instrução Normativa nº 66, de 27 de novembro de 2006, no Art.4º da Lei 7.802, de 11 de julho de 1989, no Decreto nº 4.074, de 04 de janeiro de 2002, e o que consta no processo nº 21018.000150/2009-41, resolve:

Art.1º Incluir no credenciamento sob nº BR ES 382 da empresa Fenix Imunização e Agricultura Ltda, CNPJ nº 09.524.409/0001-81, localizada a Rua Apóstolo Bartolomeu, 34/36, Bairro Rui Pinto Bandeira, Cachoeiro de Itapemirim, a seguinte unidade de tratamento: a) Unidade móvel de tratamento térmico (HT), com sistema Fitolog, instalada no veículo Kia Bongo K2500, Placa PPN-9014.

Art.2º O credenciamento de que trata esta Portaria terá validade até 12/02/2019, podendo ser renovado mediante requerimento encaminhado à Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Espírito Santo.

Art.3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DIMMY HERLLEN SILVEIRA GOMES BARBOSA

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL NO ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA Nº 191, DE 21 DE JUNHO DE 2016

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA EM SANTA CATARINA, no uso das atribuições contidas no inciso XXII, art. 44, do Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, aprovado pela Portaria Ministerial nº 428, de 09 de junho de 2010, e tendo em vista o disposto no Art. 2º do Anexo I da Instrução Normativa nº 66, de 27 de novembro de 2006, Art. 4º da Lei nº 7802, de 11 de julho de 1989, no Decreto nº 4.074, de 4 de janeiro de 2002 e o que consta no Processo nº 21050.001443/2015-97, resolve:

Art. 1º Converter em definitivo o credenciamento sob número BR 534 da empresa BERNECK S.A. PAINÉIS E SERRADOS, CNPJ nº 81.905.176/0014-49, localizada à Rodovia BR 470, km 244, s/n, Zona Rural, bairro Pocinho, Curitibanos/SC, para, na qualidade de empresa que realiza tratamento fitossanitário com fins quarentenários no trânsito internacional de vegetais, seus produtos, subprodutos e embalagem de madeira, executar o seguinte tratamento: SECAGEM EM ESTUFA - KD E TRATAMENTO TERMICO - HT.

Art. 2º O Credenciamento de que trata esta Portaria terá validade por 04 (quatro) anos, podendo ser renovado, mediante requerimento encaminhado à Superintendência Federal de Agricultura/SC, em até 120 (cento e vinte) dias antes do vencimento, conforme estipulado pela Instrução Normativa n° 66/2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

FERNANDO LUIZ FREIBERGER
Substituto

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
IMPRENSA NACIONAL

MICHEL MIGUEL ELIAS TEMER LULIA
Vice-Presidente da República no Exercício do Cargo de Presidente da República

ELISEU LEMOS PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil

ALEXANDRE RETAMAL BARBOSA
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

SEÇÃO 1
Publicação de atos normativos

SEÇÃO 2
Publicação de atos relativos a pessoal da Administração Pública Federal

SEÇÃO 3
Publicação de contratos, editais, avisos e ineditoriais

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

HELDER KLEIST OLIVEIRA
Coordenador de Editoração e Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

EIMAR BAZILIO VAZ FILHO
Coordenador de Produção

A Imprensa Nacional não possui representantes autorizados para a comercialização de assinaturas impressas e eletrônicas

http://www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00
Fone: (61) 3441-9450

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 474, DE 28 DE JUNHO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no art. 9º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, nos arts. 33 e 36 do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta do Processo MCTI nº 01200.004260/2015-55, de 21 de setembro de 2015, resolve:

Art. 1º Conceder reabilitação à fruição dos benefícios fiscais de que trata o Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, à empresa então denominada AGC Indústria e Comércio de Equipamentos Elétricos e Eletrônicos Ltda., cuja atual denominação é Unicorn Sistemas de Energia Eireli, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob os nº 07.987.840/0001-39, cuja habilitação foi suspensa pela Portaria MCTI nº 988, de 27 de novembro de 2015, publicada no DOU de 30 de novembro de 2015, em face do adimplemento das obrigações legais, no prazo concedido.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Portaria MCTI nº 988, de 27 de novembro de 2015, publicada no DOU de 30 de novembro de 2015.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 475, DE 28 DE JUNHO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no art. 9º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, nos arts. 33 e 36 do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta do Processo MCTI nº 01200.004255/2015-42, de 21 de setembro de 2015, resolve:

Art. 1º Conceder reabilitação à fruição dos benefícios fiscais de que trata o Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, à empresa Bilfinger Mauell Serviços e Engenharia Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o nº 62.941.281/0001-34, cujas habilitações foram suspensas pela Portaria MCTI nº 1.004, de 27 de novembro de 2015, publicada no DOU de 30 de novembro de 2015, em face do adimplemento das obrigações legais, no prazo concedido.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Portaria MCTI nº 1.004, de 27 de novembro de 2015, publicada no DOU de 30 de novembro de 2015.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 476, DE 28 DE JUNHO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no art. 9º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, nos arts. 33 e 36 do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta do Processo MCTI nº 01200.004594/2015-29, de 6 de outubro de 2015, resolve:

Art. 1º Conceder reabilitação à fruição dos benefícios fiscais de que trata o Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, à empresa Reycom Indústria e Comércio de Produtos de Informática Ltda. EPP, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o nº 07.839.070/0001-87, cuja habilitação foi suspensa pela Portaria MCTI nº 1.130, de 14 de dezembro de 2015, publicada no DOU de 15 de dezembro de 2015, em face do adimplemento das obrigações legais, no prazo concedido.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Portaria MCTI nº 1.130, de 14 de dezembro de 2015, publicada no DOU de 15 de dezembro de 2015.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 477, DE 28 DE JUNHO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no art. 9º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, nos arts. 33 e 36 do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta do Processo MCTI nº 01200.004429/2015-77, de 25 de setembro de 2015, resolve:

Art. 1º Conceder reabilitação à fruição dos benefícios fiscais de que trata o Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, à empresa S&V Consultoria, Indústria e Comércio de Equipamentos Eletrônicos e Software Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o nº 01.730.203/0001-04, cuja habilitação foi suspensa pela Portaria MCTI nº 1.029, de 27 de novembro de 2015, publicada no DOU de 30 de novembro de 2015, em face do adimplemento das obrigações legais, no prazo concedido.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Portaria MCTI nº 1.029, de 27 de novembro de 2015, publicada no DOU de 30 de novembro de 2015.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 478, DE 28 DE JUNHO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no art. 9º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, nos arts. 33 e 36 do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta do Processo MCTI nº 01200.004364/2015-60, de 24 de setembro de 2015, resolve:

Art. 1º Conceder reabilitação à fruição dos benefícios fiscais de que trata o Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, à empresa Oppitz Soluções Tecnológicas e Participações Ltda., para a matriz e filial 03, inscritas no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob os nºs 04.379.842/0001-57 e 04.379.842/0003-19, respectivamente, cujas habilitações foram suspensas pela Portaria MCTI nº 1.001, de 27 de novembro de 2015, publicada no DOU de 30 de novembro de 2015, em face do adimplemento das obrigações legais, no prazo concedido.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Portaria MCTI nº 1.001, de 27 de novembro de 2015, publicada no DOU de 30 de novembro de 2015.

GILBERTO KASSAB

RETIFICAÇÃO

Portaria n.º 1.360, de 31 de março de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 6.4.2015,

onde se lê:

....., Autorizar a Amazônia Cabo Ltda., executante dos serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Guajará-Mirim e de radiodifusão sons e imagens, no município de Porto Velho, ambos no estado de Rondônia,a realizar a transferência indireta da outorga com modificação de quadro diretivo, nos termos da minuta da nona alteração contratual, da qual resultará, respectivamente, nos seguintes quadros societário e diretivo".

leia-se:

....., Autorizar a AMAZÔNIA CABO LTDA., executante dos serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Guajará-Mirim e de radiodifusão sons e imagens, no município de Porto Velho, ambos no estado de Rondônia,a realizar a transferência indireta sucessiva da outorga com modificação de quadro diretivo, nos termos da minuta da nona alteração contratual, da qual resultará, respectivamente, nos seguintes quadros societário e diretivo;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPETIÇÃO

ATO Nº 1.973, DE 27 DE JUNHO DE 2016

Processo nº 53500.014023/2016-01. Art. 1º Aprova a posteriori a transferência de controle da DIRETA TELECOMUNICAÇÃO LTDA. ME, CPF/MF n.º 83.066.118/0001-40, realizada por meio da sua 15.ª Alteração Contratual.

CARLOS MANUEL BAIGORRI
Superintendente

ATO Nº 1.978, DE 27 DE JUNHO DE 2016

Processo nº 53500.003493/2010-45. Art. 1º Aprova a posteriori a transferência de controle da VIASATDIGITAL TELECOM LTDA. ME, CPF/MF n.º 11.290.677/0001-28, realizada por meio da sua 2ª Alteração Contratual.

CARLOS MANUEL BAIGORRI
Superintendente

ATO Nº 1.979, DE 27 DE JUNHO DE 2016

Processo nº 53500.003411/2016-58. Art. 1.º Conceder anuência prévia para a realização da minuta da 6ª Alteração Contratual da RST Serviços de Telecomunicações Ltda., CNPJ/MF nº 08.316.162/0001-45, prestadora do Serviço de Comunicação Multimídia (SCM) e do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC).

CARLOS MANUEL BAIGORRI
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO
GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO PARANÁ E SANTA CATARINA

ATOS DE 28 DE JUNHO DE 2016

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado de:

Nº 53.775 - AGROPAR - COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL DO MEDIO OESTE DO PARANA, CNPJ nº 00.718.713/0001-95.

Nº 53.776 - Expede autorização à HDOLIVEIRA VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA, CNPJ nº 24.501.226/0001-34 para exploração do Serviço Limitado Privado e outorga autorização de uso de radiofrequência associada a autorização do serviço.

Nº 53.777 - MARC MINERAÇÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, CNPJ nº 77.022.754/0001-77.

Nº 53.778 - RENATO SLAVIERO, CPF nº 359.080.339-87.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente

DESPACHO DO GERENTE

O Gerente Regional da Anatel nos Estados do Paraná e Santa Catarina - GR03, nos termos do art. 82, inciso IX do Regimento Interno da Anatel, aprovado pela Resolução nº 612/2013, torna públicas as decisões finais proferidas nos processos a seguir relacionados. PROCESSOS: 535160072882013, 535160034572013, 535200005962015, 535160014212013, 535160029762015, 535160020022013, 535160020062013, 535200006042015, 535200003652015, 535160061592013, 535200004162013, 535200005012013.

CELSO FRANCISCO ZEMANN

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DE GOIÁS, MATO GROSSO, MATO GROSSO DO SUL E TOCANTINS

ATO Nº 53.774, DE 28 DE JUNHO DE 2016

Outorga autorização para uso de radiofreqüência(s) à(ao) COMPANHIA AGROPECUARIA SETE BARRAS LTDA - EPP, CNPJ nº 04.977.278/0004-17 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

JOSÉ AFONSO COSMO JUNIOR
Gerente

DESPACHOS DO GERENTE

O Gerente Regional da Anatel nos Estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do sul e Tocantins, nos termos do art. 82, inciso IX do Regimento Interno da Anatel, aprovado pela Resolução nº 612/2013, torna públicas as decisões finais proferidas nos processos nº 53548.002233/2015-11, 53542.003744/2013-48, 53551.000873/2013-75, 53542.000234/2014-08, 53548.001003/2014-53, 53542.001683/2014-65, 53542.000983/2014-27, 53548.000433/2014-58, 53542.002444/2014-22, 53548.001004/2014-06, 53545.001144/2014-04, 53545.000393/2013-93, 53545.000093/2014-95, 53545.000324/2013-80, 53542.004083/2015-30, 53542.200383/2015-48, 53542.200374/2015-57 e 53545.200014/2015-25. A íntegra das decisões pode ser acessada por meio do site da Agência (http://www.anatel.gov.br/institucional/index.php/processos-administrativos).

JOSÉ AFONSO COSMO JUNIOR

O Gerente Regional da Anatel nos Estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do sul e Tocantins, nos termos do art. 82, inciso IX do Regimento Interno da Anatel, aprovado pela Resolução nº 612/2013, torna públicas as decisões finais proferidas nos processos nº 53545.001454/2012-59, 53542.000394/2013-68, 53548.000693/2015-12, 53542.002894/2013-34, 53548.001484/2014-05, 53563.001444/2014-67, 53542.000724/2012-34, 53542.001903/2012-99, 53548.001634/2012-19, 53545.001623/2014-12, 53545.001613/2013-04, 53542.001083/2013-16, 53545.000944/2012-38, 53563.000444/2015-21, 53542.003414/2011-91, 53545.000323/2013-35 e 53548.000823/2014-28. A íntegra das decisões pode ser acessada por meio do site da Agência (http://www.anatel.gov.br/institucional/index.php/processos-administrativos).

WELSOM D'NIZ MACÊDO E SILVA

O Gerente Regional Substituto da Anatel nos Estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do sul e Tocantins, nos termos do art. 82, inciso IX do Regimento Interno da Anatel, aprovado pela Resolução nº 612/2013, torna públicas as decisões finais proferidas nos processos nº 53548.000423/2012-51, 53548.001483/2014-52, 53542.001223/2014-37, 53542.003713/2013-97, 53542.001563/2012-04, 53542.002234/2013-53, 53542.003474/2011-11, 53566.000044/2015-95, 53548.002166/2015-34, 53542.004464/2015-19 e 53542.001763/2013-30. A íntegra das decisões pode ser acessada por meio do site da Agência (http://www.anatel.gov.br/institucional/index.php/processos-administrativos).

CÉLIO JOSÉ DA COSTA

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO

ATOS DE 18 DE JUNHO DE 2016

Nº 1.862 - Processo nº 53500.013690/2016-68. Expedir autorização à WISEROBOTICS ENGENHARIA EIRELI - ME, CNPJ/MF nº 23.819.036/0001-05, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 1.866 - Processo nº 53500.011609/2016-13. Expedir autorização à J. DE A.B. LAGO TECNOLOGIA - ME, CNPJ/MF nº 12.243.215/0001-12, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 1.868 - Processo nº 53500.011955/2016-93. Expedir autorização à R. L. VIEIRA E CIA. LTDA - ME, CNPJ/MF nº 12.134.704/0001-36, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 1.869 - Processo nº 53500.013050/2016-58. Expedir autorização à PAULA SILVA DE OLIVEIRA - ME, CNPJ/MF nº 05.875.159/0001-73, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 1870 - Processo nº 53500.010389/2016-01. Expedir autorização à LEISON FLAVIO DA SILVA - ME, CNPJ/MF nº 18.226.843/0001-76, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 1871 - Processo nº 53500.012503/2016-29. Expedir autorização à IVAN GUEDES DE LIMA FILHO IGNET LINHAS - ME, CNPJ/MF nº 17.007.012/0001-40, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATO Nº 1.872, DE 19 DE JUNHO DE 2016

Processo nº 53500.011418/2016-43. Expedir autorização à CYBERVIA INTERNET LTDA - ME, CNPJ/MF nº 24.168.112/0001-14, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATOS DE 20 DE JUNHO DE 2016

Nº 1.874 - Processo nº 53500.013657/2016-38. Expedir autorização à SUPERNET INFORMATICA E SERVICOS LTDA - ME, CNPJ/MF nº 13.945.287/0001-74, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 1.875 - Processo nº 53500.013996/2016-14. Expedir autorização à I. G. M. OLIVEIRA INFORMATICA - ME, CNPJ/MF nº 12.924.770/0001-00, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 1.881 - Processo nº 53500.011832/2016-52. Expedir autorização à INSPIRARE TECNOLOGIA LTDA - ME, CNPJ/MF nº 15.805.010/0001-71, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATOS DE 21 DE JUNHO DE 2016

Nº 1.901 - Processo nº 53500.011855/2016-67. Expedir autorização à SOLANGE DE SOUZA FELIX - ME, CNPJ/MF nº 21.815.008/0001-86, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 1.906 - Processo nº 53500.013819/2016-38. Expedir autorização à VELOXTER TELECOMUNICACOES LTDA - ME, CNPJ/MF nº 23.015.541/0001-99, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATO Nº 1.975, DE 27 DE JUNHO DE 2016

Autorizar KING TRUCK SHOW EVENTOS E EMPREENDIMENTOS LTDA, CNPJ Nº 04.257.590/0001-93 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Londrina/PR, no período de 01/07/2016 a 03/07/2016.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATOS DE 27 DE JUNHO DE 2016

Nº 53.772 - Processo n° 535000025452014 e 535000144832016. Expede autorização de uso da(s) radiofrequência(s), à CLARO S.A., CNPJ nº 40.432.544/0001-47, associada à Autorização para exploração do Serviço de Comunicação Multimídia, até 31 de dezembro de 2030, referente(s) ao(s) radioenlace(s) ancilar(es).

Nº 53.773 - Processo n° 535600006482016. Expede autorização de uso da(s) radiofrequência(s), à ARONETE DE CARVALHO SILVA - ME, CNPJ nº 10.730.268/0001-32, associada à Autorização para exploração do Serviço de Comunicação Multimídia, pelo prazo de quinze anos, referente(s) ao(s) radioenlace(s) ancilar(es).

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
VICE-PRESIDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS

PORTARIA Nº 1.592, DE 28 DE JUNHO DE 2016

A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, em consonância com a Portaria 349/2013, do Ministério das Comunicações, INDEFERE o pedido de anistia dos ex-empregados indicados no quadro abaixo, com fulcro na Lei 11.282, de 23 de fevereiro de 2006. Será concedido o prazo de 30 (trinta) dias para recurso.

Nome	Processo Correios	Lei	DR
DENIS DE OLIVEIRA MAIA	53101.004072/2014-68	11.282/2006	PA
DIVINO APOLINARIO MUNIZ FILHO	53101.004976/2014-93	11.282/2006	SPM
ELIAS MAURICIO DOS SANTOS	53101.004890/2014-61	11.282/2006	BA
HELDER VASCONCELOS VIEIRA	53101.004964/2014-69	11.282/2006	MG
JOSE ENILTON DE ARAUJO	53101.004597/2014-01	11.282/2006	BSB
MARCOS ANTONIO CORREIA NOBREGA	53101.004066/2014-19	11.282/2006	PB
RAIMUNDO PINTO CARDOSO	53101.004971/2014-61	11.282/2006	PA
ROBERTO AUGUSTO LEAL	53101.004076/2014-46	11.282/2006	BA
VALDECI FELIX DE OLIVEIRA	53101.004965/2014-11	11.282/2006	PA
VALMIR SOUSA FRANCO	53101.004067/2014-55	11.282/2006	PA
VALTER TAVARES NASCIMENTO	53101.004850/2014-19	11.282/2006	SPM
VENINA MARIA CARDOSO RODRIGUES	53101.004970/2014-16	11.282/2006	BA
VILMAR AMBOS DA SILVA	53101.004974/2014-02	11.282/2006	RS

HELI SIQUEIRA DE AZEVEDO
Vice-Presidente

PORTARIA Nº 1.593, 28 DE JUNHO DE 2016

A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, em consonância com a Portaria 349/2013, do Ministério das Comunicações, DEFERE o pedido de anistia do ex-empregado indicado no quadro abaixo, com fulcro na Lei 11.282, de 23 de fevereiro de 2006.

Nome	Processo Correios	Lei	DR
JOSINALDO BARBOSA DO NASCIMENTO	53101.006390/2014-63	11.282/2006	SPM

HELI SIQUEIRA DE AZEVEDO
Vice-Presidente

PORTARIA Nº 1.594, 28 DE JUNHO DE 2016

A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, em consonância com a Portaria 349/2013, do Ministério das Comunicações, INDEFERE os pedidos de anistia dos ex-empregados indicados no quadro abaixo, com fulcro na Lei 8.632, de 04 de março de 1993. Será concedido o prazo de 30 (trinta) dias para recurso.

Nome	Processo Correios	Lei	DR
ADALBERTO BASILIO ALVES	53101.006202/2014-05	8.632/93	PB
ADEILDO JOSE RAPOSO DA SILVA	53101.004188/2014-05	8.632/93	PE
ADELIA RODRIGUES DOS SANTOS	53101.006209/2014-19	8.632/93	PE
ALBERICO JOSE MUNIZ	53101.006153/2014-01	8.632/93	PE
ANTONIO JOSE DA SILVA	53101.004251/2014-03	8.632/93	PE
ANTONIO LEONE DA SILVA	53101.003535/2014-74	8.632/93	BA
ARISTIDES MARTINS DA SILVA	53101.004992/2014-86	8.632/93	PA
CARLOS ALBERTO DOS SANTOS	53101.004538/2014-25	8.632/93	BA
CELSO FREITAS DUARTE JUNIOR	53101.006208/2014-74	8.632/93	PE
DEIZE LUZE PEREIRA BARBOSA	53101.004264/2014-74	8.632/93	PE
DENIZE ALVES DA SILVA EPIFANIO	53101.003947/2014-12	8.632/93	RN
EDILEUSA CORREIA DOS PASSOS	53101.003537/2014-63	8.632/93	PE
EDINALDO RAMOS DE BARROS	53101.006144/2014-10	8.632/93	PE
FABIO FERNANDES RANGEL	53101.004262/2014-85	8.632/93	PE
FERNANDO FRANCISCO SABINO	53101.004240/2014-15	8.632/93	PE
FERNANDO LUIZ MITRE DE MELO	53101.004537/2014-81	8.632/93	RN
FRANCISCO DAS CHAGAS LUCAS DE FARIAS	53101.004260/2014-96	8.632/93	PE
FRANCISCO NETO DE OLIVEIRA	53101.005081/2014-76	8.632/93	RN
FREDY JOSE DE BRITO	53101.004236/2014-57	8.632/93	PE
GILSON PEREIRA LEAL	53101.004189/2014-41	8.632/93	PE
HILTON MACEDO DE FARIAS	53101.003946/2014-60	8.632/93	PE
INALDO GENUINO MOTA	53101.004266/2014-63	8.632/93	PE
IRANISE MONTEIRO DOS SANTOS	53101.004784/2014-87	8.632/93	PE
IVANILDA BASTISTA MARANHÃO	53101.004234/2014-68	8.632/93	PE
IVANILDO FERREIRA DE OLIVEIRA	53101.003948/2014-59	8.632/93	RN
JAIRO BARRETO DA SILVA	53101.004263/2014-20	8.632/93	PE
JOAO CORDEIRO DE MELO FILHO	53101.004255/2014-83	8.632/93	PE
JONATAS SANTOS DE OLIVEIRA	53101.004557/2014-51	8.632/93	RN
JONHSON CESARIO DE OLIVEIRA	53101.004536/2014-36	8.632/93	RN
JORDANIA JOSE FERNANDES MEIRELES	53101.004308/2014-66	8.632/93	PE
JORGE JOSE JUSTINO DE MELO	53101.003941/2014-37	8.632/93	PE
JORGE OSEAS SILVA DOS SANTOS	53101.006161/2014-49	8.632/93	PA
JOSE ENESIO DA SILVA	53101.005095/2014-90	8.632/93	PE
JOSE HENRIQUE DO NASCIMENTO	53101.006206/2014-85	8.632/93	SPM
JOSE MARIA DE ALCANTARA SILVA	53101.004201/2014-18	8.632/93	PE
JOSE MARIA MONTEIRO BARROS	53101.003769/2014-11	8.632/93	PA
JOSÉ MECIAS DA SILVA	53101.004190/2014-76	8.632/93	PE
JOSE NILTON MAURICIO BORBA COSTA	53101.004200/2014-73	8.632/93	PE
JOSE PAULO SOARES DE SOUZA	53101.003574/2014-71	8.632/93	PE
JOSE RODRIGUES DA SILVA	53101.004254/2014-39	8.632/93	PE
LUIZ CARLOS SILVA	53101.003768/2014-77	8.632/93	PA
LUZINETE DOS SANTOS COSTA	53101.006200/2014-16	8.632/93	PB
MARCIO RODRIGUES DE OLIVEIRA	53101.004191/2014-11	8.632/93	PE
MARCOS ANTONIO DOS SANTOS COSTA	53101.006787/2016-17	8.632/93	PR
MARCOS ANTONIO GOMES DA SILVA	53101.005091/2014-10	8.632/93	PE
MARCOS ANTONIO RODRIGUES	53101.005084/2014-18	8.632/93	SPI
MARGARETE FERREIRA NOGUEIRA PINTO	53101.005059/2014-26	8.632/93	SPI
PAULO FELICIANO DA SILVA	53101.004258/2014-17	8.632/93	PE
PAULO SERGIO DA SILVA SALES	53101.004514/2014-76	8.632/93	PE
RAIMUNDO MARTINS DE SOUZA	53101.004376/2014-25	8.632/93	PE
ROGERIO PAULINO DIAS	53101.003932/2014-46	8.632/93	PE
RUBENS GONÇALVES DA LUZ	53101.004259/2014-61	8.632/93	PE
VALENTIM BORGES DA SILVA	53101.004227/2014-66	8.632/93	PE
SONIA MARIA TEIXEIRA DE VASCONCELOS	53101.005078/2014-52	8.632/93	PE
WASHINGTON LUIZ VALENÇA DE SOUZA	53101.003773/2014-80	8.632/93	BA
WILSON ALVES DOS SANTOS	53101.004558/2014-04	8.632/93	PI
WILSON RODRIGUES DA SILVA	53101.004994/2014-75	8.632/93	PA
ZELIO JESUS VIEIRA DA SILVA	53101.005078/2014-52	8.632/93	PA

HELI SIQUEIRA DE AZEVEDO
Vice-Presidente

CORREIOS PARTICIPAÇÕES S/A - CORREIOSPAR
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
CNPJ 21.612.723/0001-11 NIRE 53.300.016.208

ATA SUMÁRIA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 7 DE JUNHO DE 2016

I - Data, Local e Hora:

Aos sete dias do mês de junho de dois mil e dezesseis, em sua sede, localizada no Setor Bancário Norte, Quadra 01, Bloco A, 19ª andar, na Cidade de Brasília, Distrito Federal às 14h:30min.

II - Presenças:

Estavam presentes os conselheiros Allan Thiago de Sousa Correa, Vânia Lúcia Ribeiro Vieira e João Manoel da Cruz Simões.

III - Ordem do dia:

III.1 - Para Deliberação

a)Relatório/CA-009/2016/CORREIOSPAR "Valor da Nova Remuneração Efetiva Mensal para os Dirigentes e Conselheiros da CorreiosPar para o ciclo 2016/2017";

b)Relatório/CA-010/2016/CORREIOSPAR - "Programa de dispêndios Globais - PDG/2017 da CORREIOSPAR".

IV - Deliberação:

a)Relatório/CA-009/2016/CORREIOSPAR:

Após conhecer as razões expostas no Relatório, os Conselheiros aprovaram, por unanimidade, o novo valor da remuneração efetiva mensal para os Dirigentes e Conselheiros da CorreiosPar, a partir de 01 de junho de 2016, para o período de junho/2016 a março/2017.

b)Relatório/CA-010/2016/CORREIOSPAR:

Os Conselheiros tomaram conhecimento do Programa de Dispêndios Globais da CorreiosPar e deliberaram pela sua aprovação, nos termos do presente Relatório.

V. Outros assuntos:

a)O Conselheiro Douglas Fernando de Mello, funcionário público, portador da carteira de identidade nº 2669087 - SSP/SC, CPF nº 811.996.609-06, residente e domiciliado, na Ruja Tiradentes, nº 264, Centro, na cidade Leblon Regis/SC, apresentou Carta Renúncia, com validade a partir de 01/06/2016;

b)Os conselheiros recomendaram que, para a próxima reunião ordinária do Conselho, o Chefe do Departamento de Auditoria dos Correios seja convidado para tratar do plano de auditoria interna da CorreiosPar de 2017.

Em atenção aos termos do § 1º do artigo 142 da Lei 6.404/1976, conforme alterada, esta ata será lavrada em duplicata, e depois de lida e aprovada pelos conselheiros presentes, será por eles assinada e publicada.

ENCERRAMENTO. Nada mais havendo a tratar, às dezesseis horas foi encerrada a sessão, da qual eu, Amadir Luiz Ribeiro, secretário da reunião do Conselho de Administração, lavrei esta ata em duplicata, a qual depois de lida e aprovada pelos Conselheiros presentes, será por eles assinada. Um exemplar ficará em poder da companhia e o outro será destinado ao registro do comércio.

ALLAN THIAGO DE SOUSA CORREA
Presidente do Conselho de Administração

JOÃO MANOEL DA CRUZ SIMÕES
Conselheiro

VÂNIA LÚCIA RIBEIRO VIEIRA
Conselheira

AMADIR LUIZ RIBEIRO
Secretário

SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
DEPARTAMENTO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

PORTARIAS DE 8 DE JUNHO DE 2016

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º da Portaria nº 657, de 17 de maio de 2013, e tendo em vista o que consta nos processos abaixo, resolve:

Art. 1º Aplicar a Entidade abaixo relacionada a penalidade de multa, em função de processo administrativo instaurado pela Anatel, nos termos do Convênio celebrado entre o Ministério das Comunicações e Anatel em 08/08/2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

N° do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Sanção	Valor (R$)	Enquadramento Legal	Portaria	Embasamento da Portaria de Multa
53528.002451/2013	RBS Participações S.A	RTV	Candelária	RS	Multa	3.998,15	A rt. 53 do Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 200 5	Portaria DEAA n° 2177 , de 08/06/2016	Portaria MC n° 562/2011 Portaria MC n° 657/2013

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 9º da Portaria nº 112, de 22 de abril de 2013, e tendo em vista o que consta nos processos abaixo, resolve:

Art. 1º Aplicar as Entidades abaixo relacionadas a penalidade de multa, em função de processo administrativo instaurado pela Anatel, nos termos do Convênio celebrado entre o Ministério das Comunicações e Anatel em 08/08/2011.

Art. 2º Estas Portarias entram em vigor na data de suas publicações.

N° do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Sanção	Valor (R$)	Enquadramento Legal	Portaria	Embasamento da Portaria de Multa
53524.003064/2013	Prefeitura Municipal de Mantena	RTV	Mantena	MG	Multa	856,75	Art. 45, Inciso VIII, do Regulamento do Serviço de R TV e do Serviço de RPTV , ancilares ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens .	Portaria DEAA n° 1734 , de 08/06/2016	Portaria MC n° 562/2011 Portaria MC n° 112/2013
53524.006300/2013	Prefeitura Municipal de Itumirim	RTV	Itumirim	MG	Multa	1.142,33	Art. 27 e 31 do Regulamento do Serviço de RTV e do Serviço de RPTV , ancilares ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens .	Portaria DEAA n° 1689 , de 08/06/2016	Portaria MC n° 562/2011 Portaria MC n° 112/2013

NEDIO ANTÔNIO VALDUGA

DESPACHO DO DIRETOR
Em 9 de junho de 2016

O DIRETOR DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere, resolve:

Dar publicidade a reconsideração da entidade abaixo relacionada:

N° do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Reconsideração/Recurso	Despacho nº
53000.024743/2012	Associação em Movimento Comunitário Rádio Paz Serrana Fm	RADCOM	Lages	SC	Não conhecido	516
53000.036950/2011	Associação Comunitária de Ilhéus	RADCOM	Ilhéus	BA	Não conhecido	575
53000.039322/2011	Associação Comunitária e Cultural Zona Sul Liberdade FM	RADCOM	Pato Branco	PR	Não conhecido	572
53560.001413/2012	Associação dos Moradores do Parque de Exposição	RADCOM	Morada Nova	CE	Conhecido e não provido	826
535045.005382/2012	Rádio Tupi FM Ltda	FM	Guarulhos	SP	Não conhecido	872

NEDIO ANTÔNIO VALDUGA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ministério da Cultura

SECRETARIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

PORTARIA Nº 373, DE 28 DE JUNHO DE 2016

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA - SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 77, de 18 de fevereiro de 2015 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, RESOLVE:

Art. 1.º - Aprovar o(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RAPHAEL VALADARES ALVES

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)

160553 - 4º FESTIVAL INTERNACIONAL DE DANÇA DE GOIÁS
Dançarte Companhia de Dança
CNPJ/CPF: 10.327.941/0001-98
Processo: 01400006797201684
Cidade: Goiânia - GO;
Valor Aprovado: R$ 413.710,00
Prazo de Captação: 29/06/2016 à 31/12/2016
Resumo do Projeto: - Realizar o 4º Festival Internacional de Dança de Goiás; - Valorizar a apreciação, educação e a prática da dança e estimular a criação de novas linguagens; - Promover o intercâmbio entre bailarinos de todo o país e exterior, visando um crescimento e amadurecimento artístico e técnico; - Contribuir para a difusão cultural e o desenvolvimento regional da arte da dança, bem com divulgar o estado de Goiás nacional e internacionalmente como um realizador de eventos culturais de grande porte.

160267 - CAÇA AO TESOURO - A DESCOBERTA
JOÃO PAULO GOMES MAFORTE
CNPJ/CPF: 036.249.746-02
Processo: 01400002960201630
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 206.100,00
Prazo de Captação: 29/06/2016 à 31/12/2016
Resumo do Projeto: Este projeto propõe a montagem de uma peça teatral infantil sobre o "Piratas". Além da montagem o projeto prevê a realização de 10 apresentações na cidade de Belo Horizonte, em 5 teatros de regiões diferentes da cidade. Ao chegar ao local a criança já começa a interagir pois teremos desde o foyer a ambientalização no tema sugerido além do acesso ao Memorial da Família dos Piratas: numa área do hall, será colocado fotos antigas, peças de naufrágios, chapéus, peças de roupas onde às crianças e famílias serão remetidas a um histórico da vida dos piratas de antigamente. Depois de assistir as apresentações teremos uma interatividade entre os atores e o público infantil, com brincadeiras de construir com papel, balão e outros simples materiais, espadas, olho de pirata, lunetas, mini baús e uma incansável seção de fotos com os personagens. O projeto prevê ainda a prensagem do CD das trilhas sonoras do espetáculo.

161184 - Curta com Teatro
VIOLINO PRODUCOES ARTISTICAS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 21.977.436/0001-05
Processo: 01400021070201627
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 256.500,00
Prazo de Captação: 29/06/2016 à 12/12/2016
Resumo do Projeto: Nova temporada do Curta com Teatro. Subtítulo : Festival franco - brasileiro de filmes e peças teatrais curtas. Montagem de peças teatrais de curta duração brasileiras e francesas com apresentações gratuitas no Forte de Copacabana, no Museu Conde de Linhares, Casa Deodoro e para escolas públicas. As peças são precedidas pela exibição de vídeos e filmes curta-metragem brasileiros e franceses cedidos gratuitamente. Contrapartida Social - Oficina Video com Teatro para crianças das comunidades de Cantagalo, Pavão e Pavãozinho.

1510925 - Doces Delírios
Corporesano Ginástica e Dança Ltda ME
CNPJ/CPF: 08.411.833/0001-57
Processo: 01400079680201539
Cidade: Santo André - SP;
Valor Aprovado: R$ 1.282.336,00
Prazo de Captação: 29/06/2016 à 31/12/2016
Resumo do Projeto: Realizar a montagem e apresentação da peça teatral DOCES DELÍRIOS de Ivan Augusto. O texto Doces Delírios é uma fusão da comédia e do drama, numa dosagem balanceada, almejando mostrar, de forma lírica e provocadora, que precisamos refletir sobre nossas ações e atitudes, tentando assim, construir novos paradigmas e manter antigas relações, pois, desta forma, estaremos construindo memórias para manter a sanidade durante a velhice. O projeto compõe de 60 apresentações na Cidade de São Paulo e 16 apresentações distribuídas entre a grande São Paulo e o interior do Estado.

160848 - Las Heridas Del Viento
Sábios Projetos e Produções Ltda.
CNPJ/CPF: 06.751.480/0001-09
Processo: 01400007198201688
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 633.004,00
Prazo de Captação: 29/06/2016 à 31/12/2016
Resumo do Projeto: Las Heridas Del Viento é um texto poético e emotivo, de Juan Carlos Rubio, que se conecta ao coração do espectador e o transporta aos sentimentos mais íntimos de sua vida. O projeto tem como objetivo a tradução e montagem teatral do texto e realizará temporada de 32 apresentações na cidade do Rio de Janeiro, em teatro a definir, com capacidade para aproximadamente 300 lugares, ao longo de 2 meses.

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)

159440 - CANÇÕES PARA EMBALAR GENTE GRANDE - Espetáculo Cênico-Musical - Meninas Cantoras de Nova Petrópolis
Associação Cultural de Nova Petrópolis
CNPJ/CPF: 10.189.974/0001-19
Processo: 01400069903201550
Cidade: Nova Petrópolis - RS;
Valor Aprovado: R$ 180.670,00
Prazo de Captação: 29/06/2016 à 31/12/2016
Resumo do Projeto: Realizar a montagem de um espetáculo cênico-musical com as Meninas Cantoras de Nova Petrópolis, coro administrado pela Associação Cultural de Nova Petrópolis, denominado ?CANÇÕES PARA EMBALAR GENTE GRANDE?. Com previsão de realização em 2016, a proposta é continuar e ampliar as atividades nos 16 anos do coro, realizando uma série de atividades artísticas que aumentem ainda mais a visibilidade e reconhecimento do grupo, o compartilhamento desta produção com diversas plateias e a adesão de uma quantidade maior de integrantes. O projeto prevê a realização de um espetáculo de estreia e quatro apresentações de circulação, além de oficinas, ensaios e apresentações conforme a demanda de convites.

160387 - Celb: Rompendo Barreiras
Centro Educativo Louis Braille
CNPJ/CPF: 07.100.740/0001-49
Processo: 01400006305201651
Cidade: Araxá - MG;
Valor Aprovado: R$ 193.015,00
Prazo de Captação: 29/06/2016 à 31/12/2016
Resumo do Projeto: Oficinas gratuitas de musicalização, dança e artes cênicas para portadores de deficiência visual, elementos assistidos pelo Centro Louis Braille - CELB, no municipio de Araxá/MG. Com duração de 13 meses, entre pré-produção e produção,objetiva-se gerar sustentabilidade às ações desenvolvidas e oportunizar acessibilidade e possibilidades de inclusão nos meios artísticoculturais.

160160 - I SEMANA CULTURAL RIOGRANDENSE
SANDRO HENRIQUE SANTANA MACHADO
CNPJ/CPF: 05.282.568/0001-66
Processo: 01400000251201610
Cidade: Canoas - RS;
Valor Aprovado: R$ 249.900,00
Prazo de Captação: 29/06/2016 à 31/12/2016
Resumo do Projeto: O Projeto Cultural I SEMANA CULTURAL RIOGRANDENSE se trata de um evento onde haverá um série de shows instrumentais em forma de mostra não competitiva .Serão 04 dias de evento . Haverá um show instrumental por dia, totalizando 04 shows instrumentais em todo o projeto com grandes nomes da música instrumental gaúcha. Como forma de incentivar os novos talentos e poder enriquecer seus conhecimentos musicais, haverá uma palestra sobre a música instrumental gaúcha.

160489 - TOCANDO FFORTÍSSIMO - Encontro Mestre & Aprendiz
Centro de Pesquisa e Difusão da Arte-Imaginário
CNPJ/CPF: 08.887.707/0001-73
Processo: 01400006696201611
Cidade: Fortaleza - CE;
Valor Aprovado: R$ 917.450,00
Prazo de Captação: 29/06/2016 à 30/07/2016
Resumo do Projeto: Apresentamos proposta de formação de plateia, com a realização de 08 concertos de música instrumental de renomados músicos e compositores brasileiros, no Teatro da Tapera das Artes, em Aquiraz-CE, para um público de aproximadamente 2.400 pessoas, aliados a oficinas de musicalização para crianças e adolescentes, sob a coordenação artística do Maestro Ênio Antunes.

160276 - Turnê "Estrada Criativa"- Brass Groove Brasil
Harmônica Arte e Entretenimento
CNPJ/CPF: 09.373.084/0001-83
Processo: 01400002981201655
Cidade: Florianópolis - SC;
Valor Aprovado: R$ 170.920,00
Prazo de Captação: 29/06/2016 à 31/12/2016
Resumo do Projeto: A turnê "Estrada Criativa", da Brass Groove Brasil, prevê compor, arranjar e executar músicas-tema para 17 cidades do interior de Santa Catarina e do Paraná. As criações temáticas farão parte dos 17 concertos musicais da banda, com duração média de 1h30, em espaços públicos das cidades selecionadas.

ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º)

161533 - "Livro sobre Serafim Derenzi" (título provisório)
Pro Texto Comunicação e Cultural Ltda.
CNPJ/CPF: 36.300.499/0001-08
Processo: 01400200346201631
Cidade: Vitória - ES;
Valor Aprovado: R$ 221.515,00
Prazo de Captação: 29/06/2016 à 31/12/2016
Resumo do Projeto: Edição e publicação de um livro sobre Luiz Serafim Derenzi, escritor que publicou vários livros de grande importância para o registro de um importante período histórico de Vitória, do Espírito Santo e do Brasil, Integrou a Academia Espírito-santense de Letras, do Instituto Histórico e Geografíco do Espírito Santo e a National Geographic Society of USA. Foi também professor no Espírito Santo e no Rio de Janeiro, além de ter sido um grande engenheiro que construiu prédios, prédios, pontes, estradas de rodagem e ferrovias em vários estados brasileiros.

161717 - 16ª Feira do Livro de Picada Café
Associação Cultural de Picada Café
CNPJ/CPF: 02.642.190/0001-76
Processo: 01400202363201611
Cidade: Picada Café - RS;
Valor Aprovado: R$ 55.969,44
Prazo de Captação: 29/06/2016 à 31/12/2016
Resumo do Projeto: A 16ª Feira do Livro de Picada Café será realizada em outubro de 2016 junto ao Parque Histórico Municipal Jorge Kuhn. Ela representa a maior ação de acesso aos bens culturais no município de forma gratuita, onde a cada edição enfatiza-se ainda mais a importância da leitura, da literatura e do livro na vida das pessoas, favorecendo o enriquecimento cultural junto a comunidade e proporcionando-lhes uma programação cultural diversificada que garante a valorização da cultura como um todo.

161942 - A IGREJA DA SANTA CRUZ DOS MILITARES - na Rua Direita
Roberto F. Padilla - ME
CNPJ/CPF: 31.559.693/0001-80
Processo: 01400204351201613
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 481.778,00
Prazo de Captação: 29/06/2016 à 31/12/2016
Resumo do Projeto: Editar e publicar um livro bilíngüe sobre a Igreja de Santa Cruz dos Militares, uma importante edificação do período colonial brasileiro, situada na Rua Primeiro de Março - a antiga Rua Direita - na cidade do Rio de Janeiro.

161663 - Casa do Baile - reeditando sua história
ASSOCIACAO CULTURAL AMIGOS MUSEU ARTE DA PAMPULHA-AMAP
CNPJ/CPF: 01.219.309/0001-30
Processo: 01400201843201657
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 231.523,98
Prazo de Captação: 29/06/2016 à 31/12/2016
Resumo do Projeto: O projeto visa reeditar o livro "Casa do Baile 66: uma ilha na história" versão impressa e em DAISY para cegos e pessoas com baixa visão. Procuramos disponibilizar para instituições e público visitante diversificado material para aprofundamento sobre a história da Casa do Baile e do complexo da Pampulha.

ANEXO II

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 26)

161249 - 80 Bençãos Baden Powell
VFC/RIO Marketing Cultural Ltda.
CNPJ/CPF: 04.297.469/0001-95
Processo: 01400021226201670
Cidade: Teresópolis - RJ;
Valor Aprovado: 1118830.00
Prazo de Captação: 29/06/2016 à 20/12/2016
Resumo do Projeto: O projeto "80 Bençãos, Baden Powell" pretende reviver a trajetória deste genial musico brasileiro, que completaria 80 anos , com uma série de apresentações musicais ,s , totalizando 24 shows , 08 em cada CCBB ,localizados no Rio,São Paulo, e Brasilia, nos meses de agosto, setembro,outubro e novembro de 2016, com consagrados nomes da cena musical brasileira. Baden Powell é considerado um dos maiores violonistas de todos os tempos e um dos compositores mais expressivos da nossa música. Criador de um estilo próprio, foi o violonista mais influente de sua geração, tornando-se uma referência entre os violões. Sua música rompe as barreiras que separam a música erudita da música popular, trazendo consigo as raízes afro-brasileiras e o regional brasileiro. Os espetáculos serão oferecidos a preços populares. Entre os artista convidados estão Monica Salmaso, Marcel Powell, Ithamara Koorax, Victor Biglione , Gilson Peranzzetta , entre outros.

PORTARIA Nº 374, DE 28 DE JUNHO DE 2016

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA - SUBSTITUTO, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 77, de 18 de fevereiro de 2015 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Prorrogar o prazo de captação de recursos do(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do Artigo 18 e no Artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RAPHAEL VALADARES ALVES

ANEXO

ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º)

158454 - 9ª Festa Literária de Porto Alegre - FestiPoa Literária
Cuco Produções
CNPJ/CPF: 11.600.396/0001-24
Cidade: Porto Alegre - RS;
Prazo de Captação: 23/06/2016 à 31/12/2016

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PORTARIA Nº 375, DE 28 DE JUNHO DE 2016

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA - SUBSTITUTO, no uso da competência delegada no art. 6º da Instrução Normativa nº 1, de 24 de junho de 2013, resolve:

Art. 1º Tornar pública a relação do(s) projeto(s) apoiado(s) por meio do mecanismo Incentivo a Projetos Culturais do Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), instituído pela Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que tiveram a reversão da reprovação do projeto e passaram ser aprovados, após pagamento do débito ao FNC. No âmbito desta Secretaria e em observância ao disposto no parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, no § 1º do art. 20 da Lei nº 8.313, de 1991, IN 01 de 24 de junho de 2013, art. 104, e na Portaria nº 86 de 26 de agosto de 2014.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RAPHAEL VALADARES ALVES

ANEXO

PRONAC	Projeto	Proponente	CPF/CNJP	Resumo do Projeto	Valor Solicitado	Valor Aprovado	Valor Captado
05-0884	Ana Botafogo In Concert	Sonata Consultoria e Produções Artísticas Ltda.	32.046.104/0001-23	O projeto tem o objetivo a estréia em 2005 da renomada bailarina Ana Botafogo, novo espetáculo que integra música e dança, ao som de compositores clássicos e populares, demostrando que para a excelência de arte não exitem fronteiras. De tênis, nas pontas ou descalça, Ana Botafogo é sempre sinônimo de talento e versatilidade. O público-alvo virá, naturalmente, de escolas freqüentadas por estudantes originários de comunidades carentes. As escolas selecionadas terão acesso a transporte e lanche para participarem do projeto, preenchendo metade da lotação do teatro em cada dia de espetáculo; a outra metade da lotação do teatro ficará para o público em geral e cota do patrocinador	775.188,70	997.680,20	978.000,00

Ministério da Defesa

COMANDO DA MARINHA
GABINETE DO COMANDANTE

PORTARIA Nº 207, DE 27 DE JUNHO DE 2016

Disciplina a aplicação do disposto no art. 4º do Decreto nº 6.403, de 17 de março de 2008, no âmbito da Marinha do Brasil.

O COMANDANTE DA MARINHA, no uso das atribuições que lhe conferem os art. 4º e 19 da Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, alterada pela Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1º Disciplinar, nos termos desta Portaria, a aplicação do disposto no art. 4º do Decreto nº 6.403, de 17 de março de 2008, no âmbito da Marinha do Brasil, quanto ao uso de veículos especiais.

Art. 2º No âmbito do Comando da Marinha, são considerados veículos especiais aqueles de transporte individual, passíveis de blindagem nos mais diversos níveis, em função das localidades onde são utilizados e dos cargos aos quais os mesmos se destinam.

Art. 3º Os veículos especiais são destinados ao uso exclusivo dos Almirantes ou daqueles que exercem cargos previstos para Almirantes, nos deslocamentos necessários ao exercício de suas funções. Os Capitães de Mar e Guerra, quando Comandantes ou Diretores de Organizações Militares, nomeados pelo Comandante da Marinha, poderão fazer jus a esta prerrogativa, se forem a autoridade naval mais antiga da cidade em que se situam suas respectivas Organizações Militares.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO BACELLAR LEAL FERREIRA

DIRETORIA-GERAL DE NAVEGAÇÃO
DIRETORIA DE PORTOS E COSTAS

PORTARIA Nº 199, DE 28 DE JUNHO DE 2016

Retifica a Portaria no 187/DPC, de 20 de junho de 2016, publicada no Diário Oficial da União nº 118, de 22 de junho de 2016, Seção I, página 12.

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 156, do Comandante da Marinha, de 3 de junho de 2004, e de acordo com o contido no artigo 4o, da Lei no 9.537, de 11 de dezembro de 1997 (Lei de Segurança do Tráfego Aquaviário - LESTA), resolve:

Art. 1º Retificar a Portaria no 187/DPC, de 20 de junho de 2016, publicada no Diário Oficial da União nº 118, de 22 de junho de 2016, Seção I, página 12, em seu art. 1o, parágrafo II, inciso a), alínea 4 e item 4.1, no campo "Obs.: (2)", onde se lê: "...item 0248 desta Norma,...", leia-se: "...item 0249 desta Norma,...".

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Vice-Almirante WILSON PEREIRA DE LIMA FILHO

Ministério da Educação

CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA

PORTARIA Nº 727, DE 24 DE JUNHO DE 2016

O DIRETOR-GERAL DO CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA, no uso de suas atribuições e de acordo com a da Lei n° 8.745/93 e com suas alterações nas Leis 9849/99, de 26/10/1999 e 10.667 de 14/05/2003 e conforme consta do Processo n° 23063.001569/2016-26, resolve:

Art. 1º - Homologar e tornar público o resultado final do Processo Seletivo Simplificado para preenchimento de vagas de Professor Substituto de que trata o Edital n° 013/2016 de 09 de junho de 2016, publicado no DOU de 15/06/2016, seção 3, página 29, de acordo com a seguinte classificação:

CAMPUS ANGRA DOS REIS
Área de Conhecimento: Matemática

Insc	Nome	NF	Classif.
04 AR	Hugo Carlos da Rosa Esquível	6,88	1º
01 AR	Anderson Vergílio de Qjueiroz	6,80	2º

CAMPUS NOVA IGUAÇU
Área de Conhecimento: Enfermagem

Insc	Nome	NF	Classif.
04 NI	Raphael Dias Mello Pereira	9,64	1º
05 NI	Lidiane Cunha Passos	9,12	2º
03 NI	Andréa Villaça Reis	6,18	3º

CAMPUS VALENÇA
Área de Conhecimento: Matemática

Insc	Nome	NF	Classif.
04 VA	Geovani Nunes Dornelas	9,24	1º
07 VA	Vanderson Sizino Menezes	8,18	2º
03 VA	Bruno Nunes Myrra Ribeiro	7,98	3º

Art. 2º. - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS HENRIQUE DIRETOR-GERAL

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR

PORTARIA Nº 94, DE 28 DE JUNHO DE 2016

Aprova o novo Regulamento do Prêmio Capes de Tese.

O PRESIDENTE DA COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR - CAPES, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Estatuto aprovado pelo Decreto nº 7.692, de 02.03.2012, resolve:

Art. 1º Aprovar o novo regulamento para o Prêmio CAPES de Tese.

Art. 2º O Prêmio CAPES de Tese é constituído pelo Prêmio Capes de Tese e Grande Prêmio Capes de Tese e será outorgado anualmente, em reconhecimento às melhores teses de doutorado aprovadas nos cursos de pós-graduação adimplentes e reconhecidos no Sistema Nacional de Pós-Graduação, observadas as condições estipuladas nesta Portaria.

Art. 3º O Prêmio CAPES de Tese será outorgado em razão da tese selecionada, de cada uma das áreas do conhecimento, e consistirá em:

I - diploma, medalha e bolsa de pós-doutorado nacional de até 12 (doze) meses, para o autor da tese;

II - auxílio para participação em congresso nacional, para o orientador, conforme estabelecido em edital publicado anualmente;

III - distinção a ser outorgada ao orientador, coorientador e ao programa em que foi defendida a tese.

IV - passagem aérea de trechos nacionais e diária para o autor e um dos orientadores da tese premiada para que compareçam à cerimônia de premiação que ocorrerá na sede da CAPES, em Brasília.

§ 1º Para efeitos deste concurso, considera-se área do conhecimento aquela que tem um coordenador de área nomeado pela CAPES, a ela se agregando eventuais subáreas cuja avaliação está sob sua responsabilidade.

Art. 4º O Grande Prêmio será outorgado para a melhor tese selecionada entre as vencedoras do Prêmio Capes de Tese, agrupadas em três grupos de grandes áreas definidos a seguir:

a) Ciências Biológicas, Ciências da Saúde e Ciências Agrárias;

b) Engenharias, Ciências Exatas e da Terra e Multidisciplinar (Materiais e Biotecnologia); e

c) Ciências Humanas, Linguística, Letras e Artes e Ciências Sociais Aplicadas e Multidisciplinar (Ensino).

§ 1º Cada Grande Prêmio receberá o nome de um cientista ilustre, brasileiro ou que se tenha radicado no Brasil, já falecido, cuja pesquisa se tenha enquadrado no conjunto em que a premiação é concedida. A cada ano, serão homenageados novos cientistas.

§ 2º Não ocorrendo a atribuição de qualquer um dos Grandes Prêmios, a homenagem ao cientista que o denomina será mantida na edição seguinte.

Art. 5º O Grande Prêmio consistirá em:

I - certificado de premiação, troféu e bolsa de pós-doutorado internacional de até 12 (doze) meses, para o autor da tese;

II - auxílio para uma participação em congresso internacional, para o orientador, conforme estabelecido em edital publicado anualmente;

III - certificado de premiação ao orientador, coorientador e ao programa em que foi defendida a tese;

IV - passagem aérea de trechos nacionais e diária para o autor e um dos orientadores da tese premiada para que compareçam à cerimônia de premiação.

Parágrafo único. O Grande Prêmio pode ser acumulado com o Prêmio CAPES de Tese apenas para efeito de registro. Contudo, as vantagens indicadas no art. 3º deste regulamento não serão acumuláveis com as previstas neste artigo.

Art. 6º Os critérios de premiação serão: a originalidade do trabalho; sua relevância para o desenvolvimento científico, tecnológico ou social; o valor agregado pelo sistema educacional ao candidato.

Parágrafo único. Poderão ser estabelecidos outros critérios de avaliação e condições para recebimento dos Prêmios a cada edição, desde que previstos no respectivo edital e consentâneos com critérios estabelecidos no caput.

Art. 7º A CAPES divulgará em seu sítio eletrônico o edital contendo o cronograma para as inscrições das teses, o julgamento dessas e a entrega dos prêmios.

Art. 8º O processo de seleção se inicia no Programa de Pós-Graduação, que seleciona e indica a tese que atenda aos critérios fixados em edital à cada edição do Prêmio.

Art. 9º A CAPES constituirá uma comissão de premiação, para cada área do conhecimento, composta por no mínimo três membros, indicados pelos coordenadores de área e aprovados pela Diretoria de Avaliação.

Art. 10º Cabe à comissão de premiação:

I. Decidir pela não atribuição do prêmio, caso nenhuma tese atinja um patamar de alta qualidade justificando a concessão de premiação na respectiva área;

II. Atribuir até duas menções honrosas, na forma definida em edital.

Art. 11º. Concorrerão automaticamente ao Grande Prêmio as teses selecionadas para a atribuição do Prêmio relativo à sua área.

Parágrafo único. As teses escolhidas nas áreas Ciências Ambientais e Interdisciplinar serão, a cada ano, incluídas no conjunto de grandes áreas que a comissão de premiação das referidas áreas considerarem mais pertinente, ouvida a Diretoria de Avaliação da CAPES.

Art. 12º. O Grande Prêmio será atribuído por uma comissão composta de, no mínimo, três membros, representando as grandes áreas que compõem o respectivo grupo, e presidida pelo Presidente da CAPES, que terá voto de qualidade, além do comum.

§ 1º O Presidente da CAPES poderá fazer-se representar em qualquer das comissões para a atribuição do Grande Prêmio, tendo o seu representante voto de qualidade, além do comum.

§ 2º Não haverá menção honrosa, no âmbito do Grande Prêmio.

Art. 13º. Revoga-se o Art. 2º da Portaria nº 216, de 09/03/1981, DOU de 13/03/81, Seção 1, pág. 4969, a Portaria nº 97, de 21 de dezembro de 2005, DOU de 23 de dezembro de 2005, pág.58 e Portaria nº 69, de 16 de maio de 2016, DOU de 17 de maio de 2016, Seção 1, pág. 10.

ABILIO A. BAETA NEVES

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

RESOLUÇÃO Nº 185, DE 22 DE JUNHO DE 2016

A Reitora da Universidade Federal do Maranhão, na qualidade de PRESIDENTA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições estatutárias e regimentais; considerando o disposto no Edital PRH 1/2015, de 29 de dezembro de 2015, publicado no DOU de 30 de dezembro de 2015, alterado pelo Edital PRH 1/2016, de 7 de janeiro de 2016, publicado no DOU de 11 de janeiro de 2016; considerando o que consta do Processo nº 23115.7151/2016-72; resolve ad referendum deste Conselho:

Art 1º Homologar o resultado final do Concurso Público para provimento dos cargos de Assistente em Administração, Desenhista de Artes Gráficas, Técnico de Laboratório - Área: Análises Clínicas, Técnico de Laboratório - Área: Biologia, Técnico de Laboratório - Área: Biotério, Técnico de Laboratório - Área: Histologia, Técnico de Tecnologia da Informação, Técnico em Agropecuária, Técnico em Contabilidade, Técnico em Enfermagem, Técnico em Nutrição e Dietética, Técnico em Segurança do Trabalho, Técnico em Som, Administrador, Assistente Social, Auditor, Bibliotecário-Documentalista, Contador, Diretor de Produção, Editor de Publicações, Engenheiro - Área: Pesca, Farmacêutico Bioquímico, Nutricionista, Odontólogo, Pedagogo, Psicólogo, Químico, Regente, Secretário Executivo, Técnico em Assuntos Educacionais e Zootecnista, conforme consta do Anexo Único desta Resolução.

NAIR PORTELA SILVA COUTINHO

ANEXO ÚNICO

CARGO/ÁREA: Administrador - Campus Balsas

ORD	INSCR	NOME	GERAL	ESPECÍFICO	TOTAL	DT NASC
1	492591	RONALDO VASCONCELOS DA SILVA	20.00	42.00	62.00	03/08/1980
2	516929	LAIZA ABREU PRAZERES	20.00	42.00	62.00	27/08/1990
3	354597	YARA AGUIAR ALVES CASTRO	22.00	40.00	62.00	27/04/1991
4	287954	LUCILIO BRANDAO DE ARAUJO	24.00	38.00	62.00	23/12/1982

CARGO/ÁREA: Administrador - Campus Codó

ORD	INSCR	NOME	GERAL	ESPECÍFICO	TOTAL	DT NASC
1	278262	JOSE FILIPE LIMA SANTOS	24.00	48.00	72.00	14/04/1991
2	293423	ANA CARLA ARAUJO ARRUDA	22.00	44.00	66.00	05/01/1989
3	497673	RICARDO CUNHA DA SILVA SOUSA	26.00	40.00	66.00	24/08/1980
4	310131	ANTONIO PEREIRA DA SILVA JUNIOR	20.00	42.00	62.00	30/07/1993

CARGO/ÁREA: Administrador - Campus Grajaú

ORD	INSCR	NOME	GERAL	ESPECÍFICO	TOTAL	DT NASC
1	511609	JOSE RAIMUNDO LIMA PESTANA	20.00	70.00	90.00	25/03/1968
2	372153	RAPHAEL CARLOS SILVA MAYERHOFER	24.00	42.00	66.00	18/09/1987
3	453481	RODRIGO RAMOS CRUZ	16.00	46.00	62.00	02/08/1991
4	478148	CAISSA JULIANA SILVA SOUSA	22.00	40.00	62.00	24/10/1992

CARGO/ÁREA: Administrador - Campus Pinheiro

ORD	INSCR	NOME	GERAL	ESPECÍFICO	TOTAL	DT NASC
1	425052	LUZINETE PEREIRA DE SOUSA	16.00	68.00	84.00	12/12/1969
2	247073	LUIS ANTONIO AMORIM ARAUJO	20.00	56.00	76.00	08/06/1990
3	258326	RAIMUNDO NONATO CARVALHO PIORSKY JUNIOR	22.00	50.00	72.00	12/01/1992

CARGO/ÁREA: Assistente em Administração - Campus São Luís

ORD	INSCR	NOME	GERAL	ESPECÍFICO	TOTAL	DT NASC
1	430684	ANDERSON CARLOS RODRIGUES LEMOS	24.00	68.00	92.00	04/01/1981
2	372021	ANDREA PRAZERES MOREIRA DE LIMA	20.00	68.00	88.00	24/01/1969
3	473979	WILSON PEREIRA MARTINS NETO	20.00	68.00	88.00	06/03/1987
4	254681	DANILO DIAS BRAGA	20.00	68.00	88.00	04/01/1993
5	385212	FERNANDO COSTA SANTOS	22.00	66.00	88.00	03/01/1989
6	489697	IORRANA SOARES SOUSA	24.00	64.00	88.00	27/11/1991
7	267521	DAIANE FERREIRA FRANCA	26.00	62.00	88.00	16/09/1991
8	253766	RAVENA MENDES MARTINS	28.00	60.00	88.00	01/03/1988
9	406007	ANDERSON ACHILLYS FONTES VIEIRA	22.00	64.00	86.00	26/09/1987
10	438431	DIEGO DE SOUSA CAMPOS	22.00	64.00	86.00	30/10/1989
11	404888	ALLAN KARDEC ARAUJO ALVES	22.00	64.00	86.00	11/11/1990
12	286877	BARBARA MENDONCA SOARES	26.00	60.00	86.00	26/07/1986
13	430854	ANA ZOE UTA DE C	16.00	68.00	84.00	17/03/1964
14	347711	LEONARDO MAGNO LEITE BRANDAO	20.00	64.00	84.00	05/09/1981
15	254347	CAROLINE VALERIA DA ROCHA MONTEIRO	20.00	64.00	84.00	14/03/1984
16	462527	JOSE FERNANDO PEREIRA VALENTE	22.00	62.00	84.00	24/11/1968
17	444138	HORACIO HUMBERTO DA SILVA DINIZ	22.00	62.00	84.00	24/11/1990
18	477061	RAILTON SERRA SOUSA FILHO	22.00	62.00	84.00	03/06/1993

CARGO/ÁREA: Assistente Social - Campus Balsas

ORD	INSCR	NOME	GERAL	ESPECÍFICO	TOTAL	DT NASC
1	284564	ELLEN SUENNE FERREIRA BANDEIRA	18.00	70.00	88.00	26/06/1984
2	420182	ERICA REIS PEREIRA	20.00	64.00	84.00	08/09/1979
3	299448	MARIA LUCIENE BARBOSA CARVALHO	22.00	60.00	82.00	02/08/1967
4	259357	LUCYANA MARIA DE SOUZA LO PES	22.00	60.00	82.00	02/07/1984

CARGO/ÁREA: Assistente Social - Campus Grajaú

ORD	INSCR	NOME	GERAL	ESPECÍFICO	TOTAL	DT NASC
1	521167	RAVANA RODRIGUES GUIMARAES	22.00	64.00	86.00	15/07/1991
2	412872	ANDREA LEMOS GOMES	20.00	64.00	84.00	19/09/1987
3	419966	ANDREA CARVALHO CORREIA	24.00	58.00	82.00	25/12/1987

CARGO/ÁREA: Assistente Social - Campus São Bernardo

ORD	INSCR	NOME	GERAL	ESPECÍFICO	TOTAL	DT NASC
1	474576	MARCIO JOSE SOUSA ARAUJO	24.00	66.00	90.00	07/01/1978
2	517828	ISABELA MENDES PINHEIRO COSTA	26.00	64.00	90.00	01/12/1989
3	518981	MARIELLE ANNE MORAIS SOARES	22.00	66.00	88.00	27/06/1990

CARGO/ÁREA: Auditor - Campus São Luís

ORD	INSCR	NOME	GERAL	ESPECÍFICO	TOTAL	DT NASC
1	367621	THAISSA GOMES RIBEIRO	26.00	64.00	90.00	20/01/1989
2	294926	ROBSON FABRICIO BANDEIRA DE MELO	24.00	64.00	88.00	03/10/1981
3	523976	ALEX SANTOS MOURA DINIZ	24.00	64.00	88.00	22/12/1981
4	270512	CLARYENNY CAMPOS RABELO PIRES	24.00	64.00	88.00	14/01/1987
5	501395	KLEYVERSON COSTA SOUSA	26.00	62.00	88.00	23/06/1982
6	297666	GESSIVAL ALVES DO NASCIMENTO CARVALHO	20.00	66.00	86.00	13/02/1990
7	429902	CANDIDO FLAVIO LEMOS FERNANDES	22.00	64.00	86.00	13/04/1965

CARGO/ÁREA: Bibliotecário-Documentalista - Campus Grajaú

ORD	INSCR	NOME	GERAL	ESPECÍFICO	TOTAL	DT NASC
1	304042	FRANCINETE COSTA PRIMO	18.00	56.00	74.00	15/09/1988
2	277126	JACIARA MARQUES GALVAO SILVA	20.00	52.00	72.00	16/04/1983
3	400394	ANNA CAROLINE CORREA MENDES	20.00	52.00	72.00	24/09/1988
4	482811	GERMANO GIL FURTADO MOREIRA	20.00	50.00	70.00	01/08/1988
5	257249	ANA ZULEIDE FERREIRA RIBEIRO	18.00	48.00	66.00	26/07/1969
6	514501	ADRIANA SANTOS MAGALHAES	20.00	46.00	66.00	25/01/1986
7	261106	MAIKA RODRIGUES AMORIM	22.00	44.00	66.00	15/11/1978

CARGO/ÁREA: Bibliotecário-Documentalista - Campus Imperatriz

ORD	INSCR	NOME	GERAL	ESPECÍFICO	TOTAL	DT NASC
1	329151	SUZANE SHEILA RABELO DA SILVA	18.00	54.00	72.00	16/08/1991
2	289973	VIVIAN OLIVEIRA DA SILVA	20.00	52.00	72.00	27/11/1977
3	276341	ANDERSON DE ARAUJO MACHADO	18.00	52.00	70.00	17/02/1987
4	495778	SAMIA SANTOS CASTELO BRANCO	22.00	46.00	68.00	23/11/1983

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

CARGO/ÁREA: Bibliotecário-Documentalista - Campus São Bernardo

ORD	INSCR	NOME	GERAL	ESPECÍFICO	TO-TAL	DT NASC
1	351067	NATACHA OLIVEIRA PINTO	22.00	56.00	78.00	11/12/1991
2	362131	LAIS DAYANE LIMA PEREIRA	20.00	54.00	74.00	11/07/1987
3	507288	SAULO COSTA PIMENTEL	24.00	50.00	74.00	17/10/1982
4	392863	SORAYA VIEIRA DE ALBUQUERQUE	16.00	56.00	72.00	24/06/1982
5	333026	LUCIO LAGO LOPES	16.00	56.00	72.00	21/01/1985
6	505838	LETYCYA CRISTINA BARBOSA VIEIRA	20.00	52.00	72.00	17/09/1988
7	523569	AURESTE DE SOUSA LIMA	22.00	50.00	72.00	24/02/1988

CARGO/ÁREA: Contador - São Luís

ORD	INSCR	NOME	GERAL	ESPECÍFICO	TO-TAL	DT NASC
1	333379	NAYSE MIRELLE COSTA GODINHO	22.00	60.00	82.00	10/03/1989
2	261823	ELANNE DOS SANTOS NASCIMENTO	24.00	54.00	78.00	03/11/1990
3	268496	EDNALDO FERREIRA E SILVA	24.00	52.00	76.00	21/03/1988
4	483893	NAIARA TAISE SOUSA NUNES	24.00	50.00	74.00	13/12/1990

CARGO/ÁREA: Desenhista de Artes Gráficas - Campus São Luís

ORD	INSCR	NOME	GERAL	ESPECÍFICO	TO-TAL	DT NASC
1	491217	MARCIO JOSE RODRIGUES	22.00	54.00	76.00	09/01/1964
2	280381	EDIVALDO OLIVEIRA DE SOUZA JUNIOR	16.00	56.00	72.00	09/08/1993
3	357928	KARLA MARIA CARVALHO FURTADO	18.00	54.00	72.00	01/08/1981

CARGO/ÁREA: Diretor de Produção - Campus São Luís

ORD	INSCR	NOME	GERAL	ESPECÍFICO	TO-TAL	DT NASC
1	269549	RAFAEL FIGUEIREDO DA SILVA BATISTA	20.00	64.00	84.00	01/07/1989
2	439241	NADIA CRISTINA BIONDO DA COSTA	22.00	62.00	84.00	17/07/1992
3	345539	POLYANA AMORIM CHAGAS	20.00	60.00	80.00	31/07/1985
4	302678	PAULO DE DEUS SILVA	24.00	56.00	80.00	06/06/1985

CARGO/ÁREA: Editor de Publicações - Campus São Luís

ORD	INSCR	NOME	GERAL	ESPECÍFICO	TO-TAL	DT NASC
1	331228	MAISA BRITO PASSOS	24.00	52.00	76.00	02/01/1990
2	394181	ALOISIO MIRANDA MENESCAL	24.00	50.00	74.00	08/01/1979
3	249203	CAROLINA GRACA MELLO	22.00	48.00	70.00	08/02/1986

CARGO/ÁREA: Engenheiro - Área: Pesca - Campus Pinheiro

ORD	INSCR	NOME	GERAL	ESPECÍFICO	TO-TAL	DT NASC
1	435198	FABIANO DE ARAUJO FRANCA	16.00	42.00	58.00	15/07/1985
2	503525	FRANCISCO ALEX LIMA BARROS	12.00	44.00	56.00	10/03/1987
3	517011	DENYS ROBERTO CORREA CASTRO	14.00	42.00	56.00	15/12/1988
4	519707	PAULA IRACEMA RODRIGUES DOS SANTOS	14.00	42.00	56.00	17/03/1991

CARGO/ÁREA: Farmacêutico Bioquímico - Campus Imperatriz

ORD	INSCR	NOME	GERAL	ESPECÍFICO	TO-TAL	DT NASC
1	471631	HEVERTON MENDES ARAUJO	18.00	70.00	88.00	09/04/1988
2	525979	PAULO VITOR MOTA MARINHO	20.00	60.00	80.00	28/10/1991
3	495476	PAULO RICARDO SILVA NUNES	16.00	62.00	78.00	05/10/1987
4	308781	RENNEDY DA MOTA MACEDO	18.00	60.00	78.00	31/12/1985

CARGO/ÁREA: Farmacêutico Bioquímico - Campus Pinheiro

ORD	INSCR	NOME	GERAL	ESPECÍFICO	TO-TAL	DT NASC
1	301418	LAYS ALACOQUE DE OLIVEIRA LEITE	24.00	58.00	82.00	11/05/1987
2	494437	MANOEL ROBERTO ALMEIDA	14.00	66.00	80.00	07/04/1974
3	300421	ALUISIO DA SILVA OLIVEIRA	20.00	60.00	80.00	02/11/1984
4	276571	PHAMALA POLIANA SAMPAIO SILVA	18.00	60.00	78.00	28/06/1981

CARGO/ÁREA: Nutricionista - São Luís

ORD	INSCR	NOME	GERAL	ESPECÍFICO	TO-TAL	DT NASC
1	405371	ADELSON ALVES DE OLIVEIRA JUNIOR	22.00	56.00	78.00	23/01/1993
2	413755	LAIS ARAGAO BRINGEL	24.00	54.00	78.00	07/04/1988
3	335321	TALITA SOARES LAGO DUARTE COSTA	24.00	52.00	76.00	16/10/1987

CARGO/ÁREA: Odontólogo - Campus São Luís

ORD	INSCR	NOME	GERAL	ESPECÍFICO	TO-TAL	DT NASC
1	309711	CAROLINA CARRAMILO RAPOSO	24.00	64.00	88.00	02/05/1987
2	445754	MARCELO ADRIANO SILVA MENDES	28.00	56.00	84.00	21/08/1983
3	468827	JULIA ANDREA DINIZ LOBATO	22.00	60.00	82.00	18/09/1977

CARGO/ÁREA: Pedagogo - Campus Balsas

ORD	INSCR	NOME	GERAL	ESPECÍFICO	TO-TAL	DT NASC
1	470732	LEILANE SOARES PEREIRA DE SOUSA	24.00	64.00	88.00	19/07/1981
2	280305	ANA LAURA ALVES DE ARAUJO	24.00	64.00	88.00	23/05/1983
3	389137	FLAVIA JANIELE DE ARAUJO SOARES	20.00	62.00	82.00	21/02/1980
4	410594	MANUELA CRISTINA CARREIRO MOURA	16.00	62.00	78.00	30/08/1991

CARGO/ÁREA: Pedagogo - Campus Codó

ORD	INSCR	NOME	GERAL	ESPECÍFICO	TO-TAL	DT NASC
1	483737	JOSINETE DE FATIMA PEREIRA PASSOS	18.00	66.00	84.00	14/05/1968
2	475891	IZA RAMOS DOS SANTOS	20.00	64.00	84.00	09/06/1986
3	266892	IOSHUA COSTA GUEDES	24.00	58.00	82.00	28/12/1985

CARGO/ÁREA: Pedagogo - Campus Grajaú

ORD	INSCR	NOME	GERAL	ESPECÍFICO	TO-TAL	DT NASC
1	324485	JACIARA DA SILVA ARRUDA	18.00	60.00	78.00	05/07/1986
2	343048	ANDRE SANTOS SOUZA	16.00	60.00	76.00	29/01/1975
3	289647	JESSE OVIDIO DE SANTANA	16.00	60.00	76.00	27/04/1989

CARGO/ÁREA: Pedagogo - Campus Imperatriz

ORD	INSCR	NOME	GERAL	ESPECÍFICO	TO-TAL	DT NASC
1	469785	IVETILDE NASCIMENTO DELGADO MOTA	20.00	68.00	88.00	09/01/1968
2	435031	LEONARDO NUNES DOMINGOS	22.00	64.00	86.00	15/05/1986
3	517453	ANA PAULA SOEIRO CALDAS ROCHA	24.00	62.00	86.00	17/10/1977

CARGO/ÁREA: Pedagogo - Campus São Bernardo

ORD	INSCR	NOME	GERAL	ESPECÍFICO	TO-TAL	DT NASC
1	329691	EDNALDO DOS REIS SANTOS	16.00	70.00	86.00	28/02/1988
2	486371	KARINE PRISCILA SARAIVA MORAES	22.00	64.00	86.00	06/08/1982
3	359301	DOMINGAS DE JESUS DOS SANTOS MENDES	22.00	62.00	84.00	17/03/1991
4	443174	ELAINE REGINA MENDES LISBOA	24.00	60.00	84.00	25/11/1982

CARGO/ÁREA: Psicólogo - São Luís

ORD	INSCR	NOME	GERAL	ESPECÍFICO	TO-TAL	DT NASC
1	469971	ADAUTO DE VASCONCELOS MONTENEGRO	24.00	64.00	88.00	22/06/1991
2	395714	MONICA ALVES SILVA	22.00	62.00	84.00	11/02/1985
3	366366	GRASYELLE CRISTINA FERRAZ ALMEIDA	20.00	62.00	82.00	06/11/1988

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

CARGO/ÁREA: Psicólogo - Campus Chapadinha

ORD	INSCR	NOME	GERAL	ESPECÍFICO	TO-TAL	DT NASC
1	520284	LEA NETTO FURTADO	24.00	54.00	78.00	16/05/1974
2	446092	ERICA MARIA DE AZEVEDO SILVEIRA AFONSO	24.00	52.00	76.00	22/10/1982
3	276685	KLAYSE TOSHIMI PASSOS NISHIWAKI VIEIRA	18.00	54.00	72.00	19/02/1986
4	277681	JESSICA GOMES RODRIGUES	18.00	54.00	72.00	28/11/1990

CARGO/ÁREA: Psicólogo - Campus Codó

ORD	INSCR	NOME	GERAL	ESPECÍFICO	TO-TAL	DT NASC
1	511544	MARALICE ALVES DE SOUSA	24.00	52.00	76.00	08/04/1989
2	517488	KATIANA OLIVEIRA DIAS	22.00	52.00	74.00	11/07/1978
3	338915	MARIANA CRISTINA GONCALVES E SA	22.00	50.00	72.00	01/01/1993
4	470996	MARA DAYSE DE CARVALHO IZIDORIO	24.00	48.00	72.00	30/09/1991

CARGO/ÁREA: Psicólogo - Campus Grajaú

ORD	INSCR	NOME	GERAL	ESPECIFICO	TO-TAL	DT NASC
1	449296	LIZANDRA DE SOUSA CUNHA	26.00	56.00	82.00	26/10/1980
2	476561	LUCAS SILVEIRA DA SILVA	20.00	58.00	78.00	29/06/1987
3	272809	ISABELA MAYANA COSTA OLIVEIRA	16.00	58.00	74.00	24/08/1992
4	473171	FABRICIO DE JESUS ALVES	18.00	50.00	68.00	12/09/1986

CARGO/ÁREA: Psicólogo - Campus Imperatriz

ORD	INSCR	NOME	GERAL	ESPECÍFICO	TO-TAL	DT NASC
1	510726	POLLYANA TATILA RODRIGUES DE LIMA	18.00	58.00	76.00	04/03/1985
2	461679	LIZANDRA SILVA SODRE	18.00	52.00	70.00	14/11/1991
3	459194	KIRIA KARINE LINS MARTINS RIBEIRO	18.00	50.00	68.00	10/01/1979
4	314961	LAIANNY MARIA RIBEIRO PIRES	20.00	48.00	68.00	10/04/1990
5	299766	ARLLEY KLEYTON DA SILVA	16.00	46.00	62.00	24/07/1989

CARGO/ÁREA: Químico - Campus Pinheiro

ORD	INSCR	NOME	GERAL	ESPECÍFICO	TO-TAL	DT NASC
1	415154	ERIKSON MARTINS PINHEIRO	20.00	52.00	72.00	20/04/1979
2	396591	AMANDA NEGREIROS PINHEIRO	20.00	52.00	72.00	30/05/1985
3	375446	LUDYANE NASCIMENTO COSTA	20.00	52.00	72.00	11/09/1989
4	480975	MARIA DA NATIVIDADE CHAGAS PENHA	18.00	52.00	70.00	13/05/1986

CARGO/ÁREA: Químico - Campus São Luís

ORD	INSCR	NOME	GERAL	ESPECÍFICO	TO-TAL	DT NASC
1	441953	SUZYEYH MONTEIRO MELO	20.00	60.00	80.00	16/05/1986
2	479624	ANDERSON DE JESUS DIAS LIMA	18.00	54.00	72.00	03/07/1984
3	324736	HUDSON GOMES EVANGELISTA	18.00	52.00	70.00	02/03/1989
4	421111	JOSE CESAR COSTA ALENCAR FILHO	22.00	48.00	70.00	31/12/1986

CARGO/ÁREA: Regente - Campus São Luís

ORD	INSCR	NOME	GERAL	ESPECIFICO	TO-TAL	DT NASC
1	440469	THAYNARA CRISTINA SANTOS OLIVEIRA	18.00	50.00	68.00	12/10/1988
2	310573	NELSON NUNES SILVA	14.00	46.00	60.00	22/09/1968
3	494275	VILCIMAR GARCEZ CORREA	12.00	40.00	52.00	04/02/1973

CARGO/ÁREA: Secretário Executivo - Campus São Luís

ORD	INSCR	NOME	GERAL	ESPECÍFICO	TO-TAL	DT NASC
1	340642	AMANDA FERREIRA RAMOS	22.00	64.00	86.00	02/11/1979
2	342424	KARINA RIVERO CONDE MONTEIRO	24.00	62.00	86.00	20/09/1984
3	343161	IRENILMA CADETE LIMA	24.00	62.00	86.00	05/05/1988
4	273899	RAYSSA REGINA SANTOS CARVALHO	24.00	62.00	86.00	13/08/1989

CARGO/ÁREA: Técnico de Laboratório - Análises Clínicas - Pinheiro

ORD	INSCR	NOME	GERAL	ESPECÍFICO	TO-TAL	DT NASC
1	462594	GERALDO MENDONCA SILVA	14.00	56.00	70.00	21/12/1981
2	470571	JOSE CARLOS PEREIRA DA SILVA JUNIOR	16.00	54.00	70.00	14/11/1993
3	262862	CARMEM LUCIA DE SOUSA MENDES	20.00	50.00	70.00	20/06/1978
4	426822	ROSILENE FONTES GONCALVES DE ALMONDES	20.00	50.00	70.00	14/04/1982
5	299197	JAMES CARLOS PEREIRA GOMES	20.00	50.00	70.00	27/08/1994
6	443948	VALDIRA CARVALHO GOMES	14.00	54.00	68.00	01/08/1976
7	275913	JOSE DE RIBAMAR RODRIGUES JUNIOR	16.00	52.00	68.00	05/09/1971

CARGO/ÁREA: Técnico de Laboratório - Análises Clínicas - Imperatriz

ORD	INSCR	NOME	GERAL	ESPECÍFICO	TO-TAL	DT NASC
1	482854	VANESSA DE SOUSA DO VALE	22.00	52.00	74.00	12/10/1989
2	369241	ERICA RIBEIRO GOMES LIMA	14.00	58.00	72.00	03/12/1986
3	366901	NATAN ANTONIO BATISTA DE SOUSA	20.00	48.00	68.00	30/03/1991
4	346381	MARCOS LEVY BRITO SANTOS	16.00	50.00	66.00	28/10/1990
5	473936	JOVELITA DA COSTA SILVA	14.00	50.00	64.00	10/04/1973
6	417531	LIELTON MORAIS DE SOUSA	14.00	50.00	64.00	28/03/1976
7	289914	LIDYANE CAVALCANTE DE MOURA	16.00	48.00	64.00	03/07/1979

CARGO/ÁREA: Técnico de Laboratório - Área: Biologia - Campus Bacabal

ORD	INSCR	NOME	GERAL	ESPECÍFICO	TO-TAL	DT NASC
1	508781	MARTA REGINA DE CASTRO BELFORT	18.00	64.00	82.00	05/04/1990
2	504866	JAQUELINE DINIZ PINHO	18.00	62.00	80.00	13/10/1986
3	534047	LAERCIO DE SOUSA SARAIVA	18.00	60.00	78.00	26/04/1989
4	519677	IARA ALDA DE FONTES GOIS	18.00	58.00	76.00	14/02/1991
5	490814	EUGENIA CRISTINA NASCIMENTO MEDEIROS	20.00	56.00	76.00	14/10/1989

CARGO/ÁREA: Técnico de Laboratório - Área: Biologia - Campus Grajaú

ORD	INSCR	NOME	GERAL	ESPECÍFICO	TO-TAL	DT NASC
1	400221	GLEIDIANY DA COSTA MOREIRA	16.00	62.00	78.00	16/06/1989
2	259829	ALINE BARBOSA NEGREIROS	16.00	60.00	76.00	12/08/1988
3	264946	LEANDRO PEREIRA REZENDE	12.00	60.00	72.00	15/08/1990
4	328154	RAIANE FERREIRA BARROS	14.00	58.00	72.00	25/02/1991
5	505781	VALERIA BITTENCOURT DOS REIS	16.00	54.00	70.00	09/07/1986

CARGO/ÁREA: Técnico de Laboratório - Área: Biologia - Campus Pinheiro

ORD	INSCR	NOME	GERAL	ESPECÍFICO	TO-TAL	DT NASC
1	386979	BRUNO RAFAEL DE LIMA MORAES	22.00	62.00	84.00	31/10/1988
2	318221	SERGIO FERREIRA DE LIMA JUNIOR	18.00	64.00	82.00	21/06/1986
3	322611	NATHANYEL RAYLSON SILVA SANTOS	18.00	62.00	80.00	05/10/1989
4	515396	ARIANA AZEVEDO VASCONCELOS	20.00	60.00	80.00	01/09/1988
5	269204	REYDSON RAFAEL ROSA REIS	16.00	62.00	78.00	02/07/1989
6	437689	SOLANGE FRAZAO DE ALMEIDA	18.00	60.00	78.00	14/07/1988
7	479543	NATHALIA PEREIRA DA SILVA	16.00	60.00	76.00	14/01/1986

CARGO/ÁREA: Técnico de Laboratório - Área: Biologia - Campus São Bernardo

ORD	INSCR	NOME	GERAL	ESPECÍFICO	TO-TAL	DT NASC
1	509558	ARTHUR SEREJO NEVES RIBEIRO	20.00	66.00	86.00	17/02/1992
2	473881	PATRICIA GOMES DE CARVALHO	16.00	68.00	84.00	14/11/1986
3	518689	MARCIA LUANA GOMES PERFEITO	22.00	62.00	84.00	26/04/1992
4	326941	RODRIGO DE CARVALHO BRITO	26.00	58.00	84.00	29/05/1990

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

CARGO/ÁREA: Técnico de Laboratório - Área: Biologia - Campus São Luís

ORD	INSCR	NOME	GERAL	ESPECÍFICO	TO-TAL	DT NASC
1	379611	LUCAS OLIVEIRA BRAGA	22.00	68.00	90.00	26/10/1989
2	476706	PATRICIA VALERIA CASTELO BRANCO ARAUJO	24.00	66.00	90.00	31/12/1985
3	349127	CRISTIANE MARQUES SANTOS	20.00	64.00	84.00	06/10/1987
4	485039	ROLZELE ROBSON MARQUES	20.00	62.00	82.00	18/07/1984
5	391522	ISABEL CRISTINA LOPES DIAS	20.00	58.00	78.00	23/01/1985

CARGO/ÁREA: Técnico de Laboratório - Área: Biotério - Campus Pinheiro

ORD	INSCR	NOME	GERAL	ESPECÍFICO	TO-TAL	DT NASC
1	266795	ALEXANDRE MAGNO MORAIS FURTADO	18.00	58.00	76.00	20/04/1982
2	476242	NATHALYA DOS SANTOS MARTINS	18.00	56.00	74.00	04/09/1984
3	388645	FERNANDA SAMARA BARBOSA ROCHA	18.00	52.00	70.00	27/09/1981
4	435465	WILLIAM RODRIGUES DE LIMA	18.00	52.00	70.00	19/05/1988
5	447951	NATANAEL DE SOUZA SILVA	14.00	54.00	68.00	14/08/1986
6	485128	IZA ESTEFANIA SILVA MARTINZ	20.00	46.00	66.00	30/05/1983
7	433268	CAROLINA ROCHA E SILVA	20.00	46.00	66.00	24/03/1986
8	485918	IARA DOS SANTOS DA SILVA OLIVEIRA	18.00	44.00	62.00	01/11/1986
9	424838	LOUISE BRITO VAZ	14.00	46.00	60.00	06/01/1981

CARGO/ÁREA: Técnico de Laboratório - Área: Histologia - Campus Imperatriz

ORD	INSCR	NOME	GERAL	ESPECÍFICO	TO-TAL	DT NASC
1	286699	LAILA CARVALHO GARCIA	18.00	60.00	78.00	20/10/1996
2	519561	ALESSANDRA LIMA ROCHA	16.00	60.00	76.00	02/02/1983
3	516521	LIGIA GRAZIELA DE CARVALHO VELOSO	16.00	58.00	74.00	19/06/1983

CARGO/ÁREA: Técnico de Laboratório - Área: Histologia - Campus Pinheiro

ORD	INSCR	NOME	GERAL	ESPECÍFICO	TO-TAL	DT NASC
1	453277	ISADORA DE FATIMA BRAGA MAGALHAES	20.00	60.00	80.00	28/01/1991
2	280437	ELANE DE NAZARE MAGNO FERREIRA	20.00	58.00	78.00	10/10/1985
3	484431	MAYRA DA SILVA OLIVEIRA	14.00	62.00	76.00	05/11/1990
4	438057	JOICY CORTEZ DE SA	18.00	58.00	76.00	06/12/1982
5	500402	DANIELLA PATRICIA BRANDAO SILVEIRA	18.00	56.00	74.00	01/07/1989
6	478261	RENATA MONDEGO DE OLIVEIRA	18.00	54.00	72.00	06/08/1990
7	278181	FABRICIO JOSE DA SILVA QUEIROZ	14.00	54.00	68.00	20/11/1981
8	426521	MYLENA ANDREA OLIVEIRA TORRES	16.00	52.00	68.00	20/05/1976

CARGO/ÁREA: Técnico de Tecnologia da Informação - Campus Codó

ORD	INSCR	NOME	GERAL	ESPECÍFICO	TO-TAL	DT NASC
1	341411	FERNANDO MORAIS PEIXOTO	20.00	62.00	82.00	07/01/1991
2	495621	ADALBERTO DA SILVA JUNIOR	20.00	62.00	82.00	09/11/1991
3	359548	ROMULO COSTA SILVA	18.00	62.00	80.00	08/11/1993

CARGO/ÁREA: Técnico de Tecnologia da Informação - Campus Grajaú

ORD	INSCR	NOME	GERAL	ESPECÍFICO	TO-TAL	DT NASC
1	309125	ANDRE SIEBRA DE ARAUJO	20.00	56.00	76.00	20/03/1993
2	526101	MACIEL DE CASTRO SILVA	18.00	54.00	72.00	19/01/1988
3	478849	ADMILTON DA SILVA BOTELHO	18.00	54.00	72.00	29/04/1991
4	290221	JAMES DA LUZ DIAS	20.00	52.00	72.00	02/03/1995
5	369349	ANDRE DE JESUS COSTA DOURADO	16.00	54.00	70.00	30/11/1976
6	524565	RONEY CORREIA DA SILVA	16.00	54.00	70.00	15/01/1992
7	313459	RENATO DA SILVA FREITAS	20.00	50.00	70.00	12/03/1994

CARGO/ÁREA: Técnico de Tecnologia da Informação - Campus Imperatriz

ORD	INSCR	NOME	GERAL	ESPECÍFICO	TO-TAL	DT NASC
1	337765	WISLAN LOPES MORAES	18.00	68.00	86.00	04/04/1990
2	408255	MARCELO SANTANA BORGES	22.00	56.00	78.00	25/02/1988
3	467961	MATHEUS COSTA ANDRADE	18.00	58.00	76.00	29/03/1995
4	293971	ANALBERTO BARBOSA RODRIGUES	20.00	56.00	76.00	12/01/1979

CARGO/ÁREA: Técnico de Tecnologia da Informação - Campus São Bernardo

ORD	INSCR	NOME	GERAL	ESPECÍFICO	TO-TAL	DT NASC
1	523437	RODRIGO DE OLIVEIRA SILVA	22.00	56.00	78.00	09/12/1992
2	399663	THIAGO MATIAS DA SILVA	16.00	58.00	74.00	01/08/1989
3	519839	SANDRA RODRIGUES DOS SANTOS	20.00	52.00	72.00	02/06/1977
4	514781	LUIZ CARLOS DE CASTRO JUNIOR	20.00	50.00	70.00	28/06/1985

CARGO/ÁREA: Técnico em Agropecuária - Campus Chapadinha

ORD	INSCR	NOME	GERAL	ESPECÍFICO	TO-TAL	DT NASC
1	494305	JOAO COSMO RODRIGUES	18.00	62.00	80.00	08/02/1978
2	317861	ANTONIA MARA NASCIMENTO GOMES	18.00	60.00	78.00	10/03/1992
3	526711	CLEMERSON RODRIGUES NUNES	18.00	60.00	78.00	13/04/1997
4	317802	RAPHAEL RAMOS SILVA	14.00	62.00	76.00	14/04/1991
5	436674	NITALO ANDRE FARIAS MACHADO	16.00	60.00	76.00	08/11/1991
6	322962	JONATHAN DOS SANTOS VIANA	18.00	56.00	74.00	26/01/1992

CARGO/ÁREA: Técnico em Assuntos Educacionais - Bacabal

ORD	INSCR	NOME	GERAL	ESPECÍFICO	TO-TAL	DT NASC
1	477613	MARIA GORETH DA SILVA COSTA	24.00	56.00	80.00	10/03/1971
2	419885	EDNARDO RODRIGUES FREIRE	16.00	56.00	72.00	08/02/1975
3	432075	ANA PATRICIA DOS SANTOS SODRE	22.00	50.00	72.00	09/04/1991

CARGO/ÁREA: Técnico em Contabilidade - Campus São Luís

ORD	INSCR	NOME	GERAL	ESPECÍFICO	TO-TAL	DT NASC
1	274186	FELIPE PEGADO ARARUNA	20.00	64.00	84.00	22/10/1993
2	453901	WANDERSON ABREU DE SOUSA	20.00	62.00	82.00	18/01/1989
3	320641	JOAQUIM DOS SANTOS SILVA	16.00	64.00	80.00	20/08/1984
4	462578	ALVARO DE FREITAS CARVALHO SEGUNDO	24.00	52.00	76.00	19/09/1986
5	497908	ELDER SILVESTRE DE SOUSA FERREIRA	16.00	58.00	74.00	31/12/1980
6	391816	ANNANDA KARLA ALVES DE CARVALHO	24.00	50.00	74.00	20/03/1987
7	393738	MAYRA CASSANDRA DA SILVA E SA	18.00	54.00	72.00	04/02/1988
8	264954	RAIMUNDO TERCIO DOS SANTOS SILVA	18.00	52.00	70.00	31/10/1987
9	468754	MARIA DA CONCEICAO SANTOS	16.00	52.00	68.00	02/12/1980
10	257494	RICHARD DAVIS MARTINS COSTA	16.00	52.00	68.00	24/04/1988
11	402958	LAYONARA KENNIA SOUSA BRITO	18.00	50.00	68.00	27/12/1986
12	257192	CELIENE BALDEZ COSTA	18.00	50.00	68.00	17/06/1991
13	480673	SILVANO ARAUJO COSTA LEITE	20.00	48.00	68.00	20/04/1980
14	255882	ANTONIO JOSE DA COSTA LIMA	16.00	50.00	66.00	14/02/1966
15	250635	JOSIEL CALDAS RODRIGUES	16.00	50.00	66.00	16/11/1985
16	343391	DANIEL SOARES MOREIRA JUNIOR	16.00	50.00	66.00	10/02/1988
17	257648	TAYANE ERICA SOARES FERREIRA	16.00	50.00	66.00	23/02/1992
18	319902	DANILO DE DEUS MORENO	20.00	46.00	66.00	23/01/1967

CARGO/ÁREA: Técnico em Enfermagem - Campus Imperatriz

ORD	INSCR	NOME	GERAL	ESPECÍFICO	TO-TAL	DT NASC
1	463957	MARTA DA SILVA DIAS	16.00	56.00	72.00	29/05/1989
2	320463	DIENY FERNANDES LIMA	22.00	48.00	70.00	24/03/1987
3	429661	SHIRLEY ROSANE DE SOUSA OLIVEIRA	20.00	46.00	66.00	23/04/1983

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

CARGO/ÁREA: Técnico em Enfermagem - Campus Pinheiro

ORD	INSCR	NOME	GERAL	ESPECÍFICO	TO-TAL	DT NASC
1	411663	EVANDICLEUDE FERREIRA DE CARAVALHO	22.00	58.00	80.00	23/10/1985
2	463264	ALDELINA MENEZES MENDES	16.00	56.00	72.00	29/07/1969
3	437956	SANTANA PEREIRA RIBEIRO SOUSA	22.00	48.00	70.00	05/08/1986
4	498688	EDEANE RODRIGUES CUNHA	18.00	50.00	68.00	03/11/1982

CARGO/ÁREA: Técnico em Nutrição e Dietética - Campus São Luís

ORD	INSCR	NOME	GERAL	ESPECÍFICO	TO-TAL	DT NASC
1	483052	RENATA CRISTINA DOS SANTOS OLIVEIRA	24.00	58.00	82.00	22/02/1989
2	433152	PRISCILLA RINA TESHIMA	20.00	60.00	80.00	24/01/1980
3	493589	LAUDELINA FERREIRA DE ANDRADE	22.00	58.00	80.00	07/10/1994
4	354023	MATHEUS DUARTE COELHO	20.00	56.00	76.00	02/07/1990

CARGO/ÁREA: Técnico em Segurança do Trabalho - Campus Imperatriz

ORD	INSCR	NOME	GERAL	ESPECÍFICO	TO-TAL	DT NASC
1	480551	JOSE FELINTRO DE ALBUQUERQUE NETO	26.00	52.00	78.00	16/04/1988
2	317527	CLAUDIO ROBERTO SILVA ARAUJO	16.00	60.00	76.00	10/12/1973
3	255858	FABIO JUNIO LIMA DE SOUSA	16.00	56.00	72.00	22/03/1980

CARGO/ÁREA: Técnico em Som - Campus São Luís

ORD	INSCR	NOME	GERAL	ESPECÍFICO	TO-TAL	DT NASC
1	492728	GABRIEL ASAFE VELOSO COSTA	20.00	60.00	80.00	21/02/1989
2	516597	RODRIGO LAGES DA SILVA	22.00	56.00	78.00	24/01/1987
3	354661	AUGUSTO STEFFANO MORAES PIRES	18.00	52.00	70.00	15/10/1991
4	257567	ROBERTO CESAR PINHEIRO DA SILVA	14.00	54.00	68.00	05/06/1961

CARGO/ÁREA: Zootecnista - Campus Chapadinha

ORD	INSCR	NOME	GERAL	ESPECÍFICO	TO-TAL	DT NASC
1	346217	LEONARDO SANTANA FERNANDES	24.00	62.00	86.00	24/03/1988
2	308111	LEONARDO BERNARDES TAVERNY DE OLIVEIRA	16.00	68.00	84.00	19/12/1986
3	391263	DAVYD HERIK SOUZA	16.00	64.00	80.00	16/06/1987
4	477771	ANTONIO ALBERTO PEREIRA ALVES	16.00	64.00	80.00	06/02/1993

CARGO/ÁREA: Administrador - Balsas - Negro

ORD	INSCR	NOME	GERAL	ESPECÍFICO	TO-TAL	DT NASC
1	523844	MAURICIO LEONARDO DE CASTRO RAMALHO	20.00	28.00	48.00	19/02/1990

CARGO/ÁREA: Administrador - Codó - Negro

ORD	INSCR	NOME	GERAL	ESPECÍFICO	TO-TAL	DT NASC
1	265373	DJALMA COSTA NETO	20.00	42.00	62.00	20/09/1974

CARGO/ÁREA: Administrador - Grajaú - Negro

ORD	INSCR	NOME	GERAL	ESPECÍFICO	TO-TAL	DT NASC
1	522503	RAIMUNDO NONATO GOMES DE OLIVEIRA FI-LHO	14.00	40.00	54.00	09/10/1988

CARGO/ÁREA: Administrador - Pinheiro - Negro

ORD	INSCR	NOME	GERAL	ESPECÍFICO	TO-TAL	DT NASC
1	421413	HELLEN CRISTINI SANTOS DOURADO	22.00	40.00	62.00	13/09/1989

CARGO/ÁREA: Assistente em Administração - Campus São Luís - Negro

ORD	INSCR	NOME	GERAL	ESPECÍFICO	TO-TAL	DT NASC
1	333204	SAO LUIS BASTOS SEIXAS	22.00	62.00	84.00	23/09/1992
2	329541	RAMON SILVA MALAQUIAS	24.00	58.00	82.00	15/09/1991
3	505552	JAMES MARQUES AMORIM	18.00	62.00	80.00	04/08/1989
4	269281	HUGO DELEON SILVA SANTOS	20.00	60.00	80.00	05/01/1987
5	313831	MAYARA BARROS SILVA	18.00	60.00	78.00	20/09/1993

CARGO/ÁREA: Assistente Social - Balsas - Negro

ORD	INSCR	NOME	GERAL	ESPECÍFICO	TO-TAL	DT NASC
1	299111	ANDREIA DE AQUINO SOARES	16.00	52.00	68.00	23/02/1978

CARGO/ÁREA: Assistente Social - Grajaú - Negro

ORD	INSCR	NOME	GERAL	ESPECÍFICO	TO-TAL	DT NASC
1	496413	CLAUDIANE VIANA FURTADO	26.00	54.00	80.00	08/08/1992

CARGO/ÁREA: Assistente Social - São Bernardo - Negro

ORD	INSCR	NOME	GERAL	ESPECÍFCO	TO-TAL	DT NASC
1	423955	JOSIMAR MENDES ABREU	20.00	62.00	82.00	28/04/1968

CARGO/ÁREA: Auditor - São Luís - Negro

ORD	INSCR	NOME	GERAL	ESPECÍFICO	TO-TAL	DT NASC
1	432318	CARLA ELIZANGELA SOUSA DA SILVA	20.00	64.00	84.00	23/12/1990
2	249173	JOAO RICARDO DE ARAUJO SILVA	26.00	58.00	84.00	26/06/1983

CARGO/ÁREA: Bibliotecário-Documentalista - Grajaú - Negro

ORD	INSCR	NOME	GERAL	ESPECÍFICO	TO-TAL	DT NASC
1	326951	LORENA FERREIRA RAMOS	18.00	46.00	64.00	16/09/1985
2	469769	FRANCILENE DO CARMO CARDOSO	16.00	42.00	58.00	10/11/1981

CARGO/ÁREA: Bibliotecário-Documentalista - Imperatriz - Negro

ORD	INSCR	NOME	GERAL	ESPECÍFICO	TO-TAL	DT NASC
1	293261	VANESSA DE LOURDES TRINDADE MENDES DE MATOS	16.00	38.00	54.00	08/07/1983

CARGO/ÁREA: Bibliotecário-Documentalista - São Bernardo - Negro

ORD	INSCR	NOME	GERAL	ESPECÍFICO	TO-TAL	DT NASC
1	472352	JEAN PEREIRA CORREA	20.00	46.00	66.00	11/06/1988
2	347213	ANA VIRGINIA FERREIRA CARMO	16.00	42.00	58.00	21/06/1980

CARGO/ÁREA: Contador - São Luís - Negro

ORD	INSCR	NOME	GERAL	ESPECÍFICO	TO-TAL	DT NASC
1	488101	HERBERT DE OLIVEIRA SILVA	18.00	42.00	60.00	20/09/1974

CARGO/ÁREA: Desenhista de Artes Gráficas - São Luís - Negro

ORD	INSCR	NOME	GERAL	ESPECÍFICO	TO-TAL	DT NASC
1	438111	JOAO MATHEUS DE BARROS CAMARA	16.00	52.00	68.00	02/01/1998

CARGO/ÁREA: Diretor de Produção - São Luís - Negro

ORD	INSCR	NOME	GERAL	ESPECÍFICO	TO-TAL	DT NASC
1	438511	ANTONIO FABRICIO EVANGELISTA BARBOSA	20.00	54.00	74.00	11/12/1984

CARGO/ÁREA: Editor de Publicações - São Luís - Negro

ORD	INSCR	NOME	GERAL	ESPECÍFICO	TO-TAL	DT NASC
1	466786	JOAO RUBEM NASCIMENTO DA SILVA	18.00	32.00	50.00	20/08/1989

CARGO/ÁREA: Engenheiro - Área: Pesca - Pinheiro - Negro

ORD	INSCR	NOME	GERAL	ESPECÍFICO	TO-TAL	DT NASC
1	529036	TATIANA DE JESUS FERREIRA PEREIRA	14.00	40.00	54.00	19/09/1983

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

CARGO/ÁREA: Farmacêutico Bioquímico - Imperatriz - Negro

ORD	INSCR	NOME	GERAL	ESPECÍFICO	TO-TAL	DT NASC
1	479373	UELITON CERQUEIRA DA SILVA	16.00	54.00	70.00	08/03/1981

CARGO/ÁREA: Farmacêutico Bioquímico - Pinheiro - Negro

ORD	INSCR	NOME	GERAL	ESPECÍFICO	TO-TAL	DT NASC
1	289311	ANILDES IRAN PEREIRA SOUSA	20.00	56.00	76.00	29/08/1970

CARGO/ÁREA: Nutricionista - São Luís - Negro

ORD	INSCR	NOME	GERAL	ESPECÍFICO	TO-TAL	DT NASC
1	288403	EDIARA CUNHA VERDE	18.00	44.00	62.00	01/12/1989

CARGO/ÁREA: Odontólogo - São Luís - Negro

ORD	INSCR	NOME	GERAL	ESPECÍFICO	TO-TAL	DT NASC
1	413021	JOSEANY BARBOSA LAURENTINO	22.00	60.00	82.00	19/03/1989

CARGO/ÁREA: Pedagogo - Balsas - Negro

ORD	INSCR	NOME	GERAL	ESPECÍFICO	TO-TAL	DT NASC
1	479934	ANTONIO JOSE ALBUQUERQUE DE ARAUJO FILHO	18.00	56.00	74.00	10/11/1986

CARGO/ÁREA: Pedagogo - Codó - Negro

ORD	INSCR	NOME	GERAL	ESPECÍFICO	TO-TAL	DT NASC
1	399213	GIORDANIA TAVARES COSTA RIBEIRO	20.00	60.00	80.00	12/03/1984

CARGO/ÁREA: Pedagogo - Grajaú - Negro

ORD	INSCR	NOME	GERAL	ESPECÍFICO	TO-TAL	DT NASC
1	443646	JOSE LUIS DOS SANTOS SOUSA	20.00	54.00	74.00	14/06/1985

CARGO/ÁREA: Pedagogo - Imperatriz - Negro

ORD	INSCR	NOME	GERAL	ESPECÍFICO	TO-TAL	DT NASC
1	510221	ANTONILDA SIMAO TROVAO	18.00	54.00	72.00	16/07/1984

CARGO/ÁREA: Pedagogo - São Bernardo - Negro

ORD	INSCR	NOME	GERAL	ESPECÍFICO	TO-TAL	DT NASC
1	524336	ROSIANE SILVERIA RODRIGUES VELOSO AMORIM	20.00	52.00	72.00	31/12/1974

CARGO/ÁREA: Psicólogo - Chapadinha - Negro

ORD	INSCR	NOME	GERAL	ESPECÍFICO	TO-TAL	DT NASC
1	479772	ADRIANA NASCIMENTO PEREIRA	16.00	44.00	60.00	21/09/1988

CARGO/ÁREA: Psicólogo - Codó - Negro

ORD	INSCR	NOME	GERAL	ESPECÍFICO	TO-TAL	DT NASC
1	518476	FABIANA MENDES FONSECA	18.00	38.00	56.00	02/07/1983

CARGO/ÁREA: Psicólogo - Grajaú - Negro

ORD	INSCR	NOME	GERAL	ESPECÍFICO	TO-TAL	DT NASC
1	499595	NELSON SILVA RODRIGUES JUNIOR	16.00	42.00	58.00	29/06/1990

CARGO/ÁREA: Psicólogo - São Luís - Negro

ORD	INSCR	NOME	GERAL	ESPECÍFICO	TO-TAL	DT NASC
1	363804	OTAMIRES LOPES VALE	16.00	36.00	52.00	08/07/1973

CARGO/ÁREA: Químico - Pinheiro - Negro

ORD	INSCR	NOME	GERAL	ESPECÍFICO	TO-TAL	DT NASC
1	504891	SERGIO ALVES DE AZEVEDO	14.00	42.00	56.00	18/11/1991

CARGO/ÁREA: Químico - São Luís - Negro

ORD	INSCR	NOME	GERAL	ESPECÍFICO	TO-TAL	DT NASC
1	520209	KENIA VICTORIA PEREIRA ABDALLA	12.00	38.00	50.00	28/05/1987

CARGO/ÁREA: Secretário Executivo - São Luís - Negro

ORD	INSCR	NOME	GERAL	ESPECÍFICO	TO-TAL	DT NASC
1	395838	EDIANE MARQUES PALMA	24.00	56.00	80.00	16/07/1985

CARGO/ÁREA: Técnico de Laboratório - Análises Clínicas - Imperatriz - Negro

ORD	INSCR	NOME	GERAL	ESPECÍFICO	TO-TAL	DT NASC
1	469815	FRANCISCO DA SILVA JUNIOR	18.00	46.00	64.00	18/04/1976
2	389391	FRANCISCO MARTINS DE OLIVEIRA	16.00	42.00	58.00	02/01/1984

CARGO/ÁREA: Técnico de Laboratório - Análises Clínicas - Pinheiro - Negro

ORD	INSCR	NOME	GERAL	ESPECÍFICO	TO-TAL	DT NASC
1	270441	RAIMUNDO NONATO NINA FERREIRA	14.00	50.00	64.00	14/03/1964
2	341711	ZELIA COSTA TORRES MAIETTA	14.00	44.00	58.00	06/11/1968

CARGO/ÁREA: Técnico de Laboratório - Área: Biologia - Pinheiro - Negro

ORD	INSCR	NOME	GERAL	ESPECÍFICO	TO-TAL	DT NASC
1	259551	LUIS MESQUITA DE SOUSA FILHO	20.00	56.00	76.00	30/12/1988
2	999918	MAURICIO JOSE DE SOUSA PAIVA	12.00	46.00	58.00	21/02/1984

CARGO/ÁREA: Técnico de Laboratório - Área: Biologia - São Bernardo - Negro

ORD	INSCR	NOME	GERAL	ESPECÍFICO	TO-TAL	DT NASC
1	406201	LUIZA RAPHAELA MAIA VINHAS	16.00	46.00	62.00	19/08/1990

CARGO/ÁREA: Técnico de Laboratório - Área: Histologia - Pinheiro - Negro

ORD	INSCR	NOME	GERAL	ESPECÍFICO	TO-TAL	DT NASC
1	527203	WEYFFSON HENRIQUE LUSO DOS SANTOS	12.00	60.00	72.00	17/01/1985

CARGO/ÁREA: Técnico de Tecnologia da Informação - Codó - Negro

ORD	INSCR	NOME	GERAL	ESPECÍFICO	TO-TAL	DT NASC
1	520101	LUCAS SANTOS SILVA	18.00	50.00	68.00	07/10/1996

CARGO/ÁREA: Técnico de Tecnologia da Informação - Grajaú - Negro

ORD	INSCR	NOME	GERAL	ESPECÍFICO	TO-TAL	DT NASC
1	510629	WALBERTO MARQUES DOS SANTOS	20.00	52.00	72.00	04/03/1982
2	286371	JOEL ALVES DA ROCHA CESAR	14.00	50.00	64.00	06/04/1995

CARGO/ÁREA: Técnico de Tecnologia da Informação - Imperatriz - Negro

ORD	INSCR	NOME	GERAL	ESPECÍFICO	TO-TAL	DT NASC
1	304263	DARCIO SAMPAIO DA SILVA	18.00	42.00	60.00	12/07/1989

CARGO/ÁREA: Técnico de Tecnologia da Informação - São Bernardo - Negro

ORD	INSCR	NOME	GERAL	ESPECÍFICO	TO-TAL	DT NASC
1	315168	SAMUEL ALMEIDA MOTA	14.00	48.00	62.00	10/11/1996

CARGO/ÁREA: Técnico em Agropecuária - Chapadinha -Negro

ORD	INSCR	NOME	GERAL	ESPECÍFICO	TO-TAL	DT NASC

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1	329916	PABLO MELO OLIVEIRA	18.00	54.00	72.00	11/06/1984
2	492639	FRANCISCO DAS CHAGAS ALVES CANTANHEDE	16.00	54.00	70.00	05/09/1990

CARGO/ÁREA: Técnico em Assuntos Educacionais -Bacabal- Negro

ORD	INSCR	NOME	GERAL	ESPECÍFICO	TO-TAL	DT NASC
1	459909	SORAIA LIMA RIBEIRO DE SOUSA	24.00	44.00	68.00	15/08/1988

CARGO/ÁREA: Técnico em Contabilidade - Campus São Luís- Negro

ORD	INSCR	NOME	GERAL	ESPECÍFICO	TO-TAL	DT NASC
1	303119	JACIARA PEREIRA AMORIM	20.00	48.00	68.00	06/06/1980
2	343307	PEDRO BARBOSA DA SILVA	18.00	48.00	66.00	01/11/1976
3	378755	DILMA MORAES SILVA	18.00	42.00	60.00	07/10/1982
4	498211	JOCELLI CAROLINE MACHADO ARAUJO	20.00	38.00	58.00	28/09/1990

CARGO/ÁREA: Técnico em Enfermagem - Imperatriz -Negro

ORD	INSCR	NOME	GERAL	ESPECÍFICO	TO-TAL	DT NASC
1	365513	PAULO HENRIQUE LEAL DE SOUSA	14.00	48.00	62.00	23/03/1988

CARGO/ÁREA: Técnico em Enfermagem - Pinheiro-Negro

ORD	INSCR	NOME	GERAL	ESPECÍFICO	TO-TAL	DT NASC
1	512941	AGNALDO GUIMARAES BARBOSA	18.00	46.00	64.00	24/02/1969

CARGO/ÁREA: Técnico em Nutrição e Dietética - São Luís-Negro

ORD	INSCR	NOME	GERAL	ESPECÍFICO	TO-TAL	DT NASC
1	458422	ELISMAR DA LUZ	20.00	50.00	70.00	17/05/1978

CARGO/ÁREA: Técnico em Segurança do Trabalho - Imperatriz - Negro

ORD	INSCR	NOME	GERAL	ESPECÍFICO	TO-TAL	DT NASC
1	459798	FELIPE THIAGO COSTA DE PAIVA	18.00	52.00	70.00	29/10/1989

CARGO/ÁREA: Técnico em Som - São Luís - Negro

ORD	INSCR	NOME	GERAL	ESPECÍFICO	TO-TAL	DT NASC
1	411353	DEIVISON JOSE ANDRADE RUBIM	18.00	48.00	66.00	19/06/1982

CARGO/ÁREA: Zootecnista - Chapadinha - Negro

ORD	INSCR	NOME	GERAL	ESPECÍFICO	TO-TAL	DT NASC
1	385077	ALAN OLIVEIRA DO Ó	16.00	58.00	74.00	05/09/1984

CARGO/ÁREA: Administrador - Pinheiro - P. com Deficiência

ORD	INSCR	NOME	GERAL	ESPECÍFICO	TO-TAL	DT NASC
1	450588	CARLA GARDENE DA CRUZ OLIVEIRA	22.00	28.00	50.00	07/12/1977

CARGO/ÁREA: Assistente em Administração - São Luís - P. com Deficiência

ORD	INSCR	NOME	GERAL	ESPECÍFICO	TO-TAL	DT NASC
1	398357	ANDERSON SILVA DA CUNHA	18.00	52.00	70.00	29/03/1988
2	351059	JOAO DANIEL SA LIMA DE ALMEIDA	16.00	52.00	68.00	08/09/1989

CARGO/ÁREA: Assistente Social - Grajaú - P. com Deficiência

ORD	INSCR	NOME	GERAL	ESPECÍFICO	TO-TAL	DT NASC
1	281883	SILVANIA DOS SANTOS RABELO	18.00	58.00	76.00	27/11/1978

CARGO/ÁREA: Assistente Social - São Bernardo - P. com Deficiência

ORD	INSCR	NOME	GERAL	ESPECÍFICO	TO-TAL	DT NASC
1	474444	CLAUDIA CABRAL BARRETO DA SILVA	12.00	42.00	54.00	07/04/1967

CARGO/ÁREA: Desenhista de Artes Gráficas - São Luís - P. com Deficiência

ORD	INSCR	NOME	GERAL	ESPECÍFICO	TO-TAL	DT NASC
1	320757	AUGUSTO LUIS DOS SANTOS COSTA	14.00	28.00	42.00	06/12/1985

CARGO/ÁREA: Editor de Publicações - São Luís - P. com Deficiência

ORD	INSCR	NOME	GERAL	ESPECÍFICO	TO-TAL	DT NASC
1	445576	RODRIGO MARTINS DE CARVALHO	22.00	42.00	64.00	12/11/1984

CARGO/ÁREA: Nutricionista - São Luís - P. com Deficiência

ORD	INSCR	NOME	GERAL	ESPECÍFICO	TO-TAL	DT NASC
1	393983	VANESSA APARECIDA MARTINS PINTO	14.00	46.00	60.00	12/10/1990

CARGO/ÁREA: Odontólogo - São Luís - P. com Deficiência

ORD	INSCR	NOME	GERAL	ESPECÍFICO	TO-TAL	DT NASC
1	350311	SILIOMAR KEDMA BANDEIRA RODRIGUES MAL-TY	20.00	54.00	74.00	28/02/1970

CARGO/ÁREA: Pedagogo - Codó - P. com Deficiência

ORD	INSCR	NOME	GERAL	ESPECÍFICO	TO-TAL	DT NASC
1	513636	JOAO MOURA LEAL FILHO	22.00	58.00	80.00	13/08/1981

CARGO/ÁREA: Pedagogo - Grajaú - P. com Deficiência

ORD	INSCR	NOME	GERAL	ESPECÍFICO	TO-TAL	DT NASC
1	403458	SANDRA TAINARA SA ARRUDA	14.00	36.00	50.00	28/02/1992

CARGO/ÁREA: Pedagogo - Imperatriz - P. com Deficiência

ORD	INSCR	NOME	GERAL	ESPECÍFICO	TO-TAL	DT NASC
1	424374	ARLINDO SILVA MORAIS JUNIOR	16.00	28.00	44.00	07/07/1977

CARGO/ÁREA: Psicólogo - São Luís - P. com Deficiência

ORD	INSCR	NOME	GERAL	ESPECÍFICO	TO-TAL	DT NASC
1	516503	CEDRIC TEMPEL NAKASU	20.00	44.00	64.00	26/03/1977

CARGO/ÁREA: Técnico de Tecnologia da Informação - Codó - P. com Deficiência

ORD	INSCR	NOME	GERAL	ESPECÍFICO	TO-TAL	DT NASC
1	443051	RAIMUNDO DE CASTRO SOARES	18.00	44.00	62.00	05/10/1983

CARGO/ÁREA: Técnico em Agropecuária - Chapadinha - P. com Deficiência

ORD	INSCR	NOME	GERAL	ESPECÍFICO	TO-TAL	DT NASC
1	421049	ALIANE MEDEIROS CARVALHO	16.00	54.00	70.00	03/10/1988

CARGO/ÁREA: Técnico em Assuntos Educacionais - Bacabal - P. com Deficiência

ORD	INSCR	NOME	GERAL	ESPECÍFICO	TO-TAL	DT NASC
1	525197	EMERSON GEORGE MELO MENDES	16.00	38.00	54.00	15/09/1978

CARGO/ÁREA: Técnico em Enfermagem - Imperatriz - P. com Deficiência

ORD	INSCR	NOME	GERAL	ESPECÍFICO	TO-TAL	DT NASC
1	262269	EDINOISA OLIVEIRA ALVES	12.00	42.00	54.00	21/04/1972

CARGO/ÁREA: Técnico em Segurança do Trabalho - Imperatriz - P. com Deficiência

ORD	INSCR	NOME	GERAL	ESPECÍFICO	TO-TAL	DT NASC
1	498947	WASGHINTON SOUZA FERREIRA	12.00	42.00	54.00	06/06/1984

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO
CAMPUS IBATIBA

PORTARIA Nº 221, DE 28 DE JUNHO DE 2016

O DIRETOR-GERAL DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DO ESPIRITO SANTO, CAMPUS IBATIBA, no uso de suas atribuicoes regimentais, resolve:

Homologar o Resultado do Processo Seletivo Simplificado destinado a Contratacao de Professor Substituto de que trata o Edital n. 01/2016, conforme relacao anexa.

FLAVIO EYMARD DA ROCHA PENA

ANEXO

Area de Estudo/Disciplina: Física - 40 horas

N. de Inscrição	Nome do Candidato	Ponto	Classificação
06	Mauricio Paulo Rodrigues	57,85	1º
05	Claudineia Ribeiro de Souza	48,95	2º

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO
CAMPUS JUÍNA

PORTARIA Nº 161, DE 27 DE JUNHO DE 2016

O Diretor-Geral do IFMT - Campus Juína, Geraldo Aparecido Polegatti, no uso de suas atribuições legais, nomeado pela Portaria 1957, publicado no DOU de 20 de agosto de 2015, e considerando os fatos apurados no Processo Administrativo de Apuração de Irregularidade n° 23195.015955.2016-01; resolve:

Art. Iº Aplicar sanção à empresa Blue Parts Licitações LTDA, inscrita no CNPJ sob o n° 16.403.724/0001-16, na modalidade de MULTA, com base no art. 87 da Lei 8.666/93 e Item 17, subitens 17.1 e 17.3, anexo I termo de referência, Edital 10/2015, Uasg 158493.

Art. 2º A aplicação da sanção se dá em razão de inadimplemento injustificado por parte da empresa, em não assinar a Ata de Registro de Preços e, com base nos fatos apurados no Processo Administrativo de Apuração de Irregularidade n. 23195.015955.2016-01.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GERALDO APARECIDO POLEGATTI

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE

PORTARIA Nº 1.748, DE 20 DE JUNHO DE 2016

O REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, em conformidade com o Decreto Ministerial de 09 de julho de 2014, publicado no DOU de 10 de julho de 2014 e Resolução nº 32/2014/CS/IFS, resolve:

1. Atribuir o código FG-4 da Coordenadoria de Manutenção(CM) à Coordenadoria de Protocolo e Arquivo(CPRA) do Campus Propriá.

2. Esta Portaria entra em vigor nesta data.

AILTON RIBEIRO DE OLIVEIRA

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE
CONSELHO SUPERIOR

RESOLUÇÃO Nº 64, DE 6 DE JUNHO DE 2016

O Presidente do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Nº 11.892, de 29-12-2008 e, conforme deliberação do Conselho Superior, na reunião ordinária, realizada em 03 de junho de 2016; Considerando o Regimento Geral do IFSul, publicado no D.O.U. de 17/12/2014, Seção 1, página 16; Considerando, ainda, a Resolução nº 91, de 13/11/2015, publicada no D.O.U. de 18/11/2015, Seção 1, página 22, resolve: Aprovar a alteração do Art. 177 do Regimento Geral do IFSul, como segue: Onde se lê: "... até o final de 2016." Leia-se: " ... até julho de 2017."

MARCELO BENDER MACHADO

SECRETARIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

PORTARIA Nº 222, DE 28 DE JUNHO DE 2016

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto nº 8.066, de 7 de agosto de 2013, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, do Ministério da Educação, a Instrução Normativa nº 3, de 23 de janeiro de 2013, da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior, considerando o processo nº 23000.002672/2016-21 e a Nota Técnica nº 104/2016-CGFPR/DIREG/SERES/MEC, resolve:

Art. 1° Fica deferido o pedido de aumento de vagas, sob a forma de aditamento ao ato autorizativo, do curso de graduação em Pedagogia (109205), Licenciatura, ministrado pela Faculdade Estácio do Amapá -Estácio Amapá, localizada no Município de Macapá-AP, mantida pela IREP Sociedade de Ensino Superior, Médio e Fundamental LTDA.

Parágrafo único. O número total anual de vagas para o curso referido no caput passa de 100 (cem) para 200 (duzentas).

Art. 2º O deferimento do pedido de aumento de vagas implica a vedação da aplicação de regras de desoneração de visita e a obrigatoriedade de visita in loco, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira- INEP, para análise e expedição do próximo ato regulatório do curso.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAURÍCIO ELISEU COSTA ROMÃO

PORTARIA Nº 223, DE 28 DE JUNHO DE 2016

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto nº 8.066, de 7 de agosto de 2013, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, do Ministério da Educação, a Instrução Normativa nº 3, de 23 de janeiro de 2013, da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior, considerando o processo nº 23000.002675/2016-64 e a Nota Técnica nº 105/2016-CGFPR/DIREG/SERES/MEC, resolve:

Art. 1° Fica deferido o pedido de aumento de vagas, sob a forma de aditamento ao ato autorizativo, do curso de graduação em Ciências Contábeis (108679), Bacharelado, ministrado pela Faculdade Estácio do Amapá -Estácio Amapá, localizado(a) no Município de Macapá-AP, mantida pela IREP Sociedade de Ensino Superior, Médio e Fundamental LTDA.

Parágrafo único. O número total anual de vagas para o curso referido no caput passa de 100 (cem) para 200 (duzentas).

Art. 2º O deferimento do pedido de aumento de vagas implica a vedação da aplicação de regras de desoneração de visita e a obrigatoriedade de visita in loco, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira- INEP, para análise e expedição do próximo ato regulatório do curso.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAURÍCIO ELISEU COSTA ROMÃO

PORTARIA Nº 224, DE 28 DE JUNHO DE 2016

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto nº 8.066, de 7 de agosto de 2013, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, do Ministério da Educação, a Instrução Normativa nº 3, de 23 de janeiro de 2013, da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior, considerando o processo nº 23000.002666/2016-73 e a Nota Técnica nº 98/2016-CGFPR/DIREG/SERES/MEC, resolve:

Art. 1° Fica deferido o pedido de aumento de vagas, sob a forma de aditamento ao ato autorizativo, do curso de graduação em Farmácia (105866), Bacharelado, ministrado pela Faculdade Anhanguera de Anápolis, localizada no Município de Anápolis/GO, mantida pela Anhanguera Educacional LTDA.

Parágrafo único. O número total anual de vagas para o curso referido no caput passa de 120 (cento e vinte) para 240 (duzentas e quarenta).

Art. 2º O deferimento do pedido de aumento de vagas implica a vedação da aplicação de regras de desoneração de visita e a obrigatoriedade de visita in loco, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira- INEP, para análise e expedição do próximo ato regulatório do curso.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAURÍCIO ELISEU COSTA ROMÃO

PORTARIA Nº 225, DE 28 DE JUNHO DE 2016

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto nº 8.066, de 7 de agosto de 2013, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, do Ministério da Educação, a Instrução Normativa nº 3, de 23 de janeiro de 2013, da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior, considerando o processo nº 23000.002667/2016-18 e a Nota Técnica nº 97/2016-CGFPR/DIREG/SERES/MEC, resolve:

Art. 1° Fica deferido o pedido de aumento de vagas, sob a forma de aditamento ao ato autorizativo, do curso de graduação em Medicina Veterinária (69058), Bacharelado, ministrado pelo(a) Faculdade Anhanguera de Anápolis (5550), localizado(a) no Município de Anápolis/GO, mantido(a) pelo(a) Anhanguera Educacional LTDA. (2600).

Parágrafo único. O número total anual de vagas para o curso referido no caput passa de 100 (cem) para 200 (duzentas).

Art. 2º O deferimento do pedido de aumento de vagas implica a vedação da aplicação de regras de desoneração de visita e a obrigatoriedade de visita in loco, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira- INEP, para análise e expedição do próximo ato regulatório do curso.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAURÍCIO ELISEU COSTA ROMÃO

PORTARIA Nº 226, DE 28 DE JUNHO DE 2016

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto nº 8.066, de 7 de agosto de 2013, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, do Ministério da Educação, a Instrução Normativa nº 3, de 23 de janeiro de 2013, da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior, considerando o processo nº 23000.002678/2016-06 e a Nota Técnica nº 120/2016-CGFPR/DIREG/SERES/MEC, resolve:

Art. 1° Fica deferido o pedido de aumento de vagas, sob a forma de aditamento ao ato autorizativo, do curso de graduação em Ciências Contábeis (14692), Bacharelado, ministrado pelas Faculdades de Ciências Contábeis e Administrativas de Cachoeiro do Itapemirim - FACCACI, localizada no Município de Cachoeiro do Itapemirim/ES, mantida pela Fundação Educacional Vale do Itapemirim -FEVIT.

Parágrafo único. O número total anual de vagas para o curso referido no caput passa de 60 (sessenta) para 150 (cento e cinquenta).

Art. 2º O deferimento do pedido de aumento de vagas implica a vedação da aplicação de regras de desoneração de visita e a obrigatoriedade de visita in loco, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira- INEP, para análise e expedição do próximo ato regulatório do curso.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAURÍCIO ELISEU COSTA ROMÃO

PORTARIA Nº 227, DE 28 DE JUNHO DE 2016

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto nº 8.066, de 7 de agosto de 2013, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, do Ministério da Educação, a Instrução Normativa nº 3, de 23 de janeiro de 2013, da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior, considerando o processo nº 23000.002413/2016-08 e a Nota Técnica nº 107/2016-CGFPR/DIREG/SERES/MEC, resolve:

Art. 1° Fica deferido o pedido de aumento de vagas, sob a forma de aditamento ao ato autorizativo, do curso de graduação em Engenharia Civil (1059401), Bacharelado, ministrado pela Faculdade Alves Faria, localizada no Município de Goiânia/GO, mantida pelo Centro Educacional Alves Faria.

Parágrafo único. O número total anual de vagas para o curso referido no caput passa de 50 (cinquenta) para 200 (duzentas).

Art. 2º O deferimento do pedido de aumento de vagas implica a vedação da aplicação de regras de desoneração de visita e a obrigatoriedade de visita in loco, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira- INEP, para análise e expedição do próximo ato regulatório do curso.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAURÍCIO ELISEU COSTA ROMÃO

PORTARIA Nº 228, DE 28 DE JUNHO DE 2016

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto nº 8.066, de 7 de agosto de 2013, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, do Ministério da Educação, a Instrução Normativa nº 3, de 23 de janeiro de 2013, da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior, considerando o processo nº 23000.002665/2016-29 e a Nota Técnica nº 118/2016-CGFPR/DIREG/SERES/MEC, resolve:

Art. 1° Fica deferido o pedido de aumento de vagas, sob a forma de aditamento ao ato autorizativo, do curso de graduação em Engenharia de Produção Mecânica (90897), Bacharelado, ministrado pela Faculdade Anhanguera de Taubaté, localizada no Município de Taubaté/SP, mantida pela Anhanguera Educacional LTDA.

Parágrafo único. O número total anual de vagas para o curso referido no caput passa de 120 (cento e vinte) para 240 (duzentas e quarenta).

Art. 2º O deferimento do pedido de aumento de vagas implica a vedação da aplicação de regras de desoneração de visita e a obrigatoriedade de visita in loco, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira- INEP, para análise e expedição do próximo ato regulatório do curso.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAURÍCIO ELISEU COSTA ROMÃO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA Nº 229, DE 28 DE JUNHO DE 2016

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto nº 8.066, de 7 de agosto de 2013, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, do Ministério da Educação, a Instrução Normativa nº 3, de 23 de janeiro de 2013, da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior, considerando o processo nº 23000.002468/2016-18 e a Nota Técnica nº 231/2016-CGFPR/DIREG/SERES/MEC, resolve:

Art. 1° Fica deferido o pedido de aumento de vagas, sob a forma de aditamento ao ato autorizativo, do curso de graduação em Agronomia (91095), Bacharelado, ministrado pela Faculdade Arnaldo Horácio Ferreira - FAAHF, localizada no Município de Luís Eduardo de Magalhães/BA, mantida pela Sociedade Educacional Arnaldo Horácio Ferreira S/C Ltda.

Parágrafo único. O número total anual de vagas para o curso referido no caput passa de 100 (cem) para 200 (duzentas).

Art. 2º O deferimento do pedido de aumento de vagas implica a vedação da aplicação de regras de desoneração de visita e a obrigatoriedade de visita in loco, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira- INEP, para análise e expedição do próximo ato regulatório do curso.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAURÍCIO ELISEU COSTA ROMÃO

PORTARIA Nº 230, DE 28 DE JUNHO DE 2016

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto nº 8.066, de 7 de agosto de 2013, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, do Ministério da Educação, a Instrução Normativa nº 3, de 23 de janeiro de 2013, da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior, considerando o processo nº 23000.002631/2016-34 e a Nota Técnica nº 137/2016-CGFPR/DIREG/SERES/MEC, resolve:

Art. 1° Fica deferido o pedido de aumento de vagas, sob a forma de aditamento ao ato autorizativo, do curso de graduação em Fisioterapia (75875), Bacharelado, ministrado pela Faculdade de Ciências Aplicadas Doutor Leão Sampaio - FLS, localizada no Município de Juazeiro do Norte/CE, mantida pelo Instituto Leão Sampaio de Ensino Universitário Ltda.

Parágrafo único. O número total anual de vagas para o curso referido no caput passa de 200 (duzentas) para 250 (duzentas e cinquenta).

Art. 2º O deferimento do pedido de aumento de vagas implica a vedação da aplicação de regras de desoneração de visita e a obrigatoriedade de visita in loco, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira- INEP, para análise e expedição do próximo ato regulatório do curso.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAURÍCIO ELISEU COSTA ROMÃO

PORTARIA Nº 231, DE 28 DE JUNHO DE 2016

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto nº 8.066, de 7 de agosto de 2013, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, do Ministério da Educação, a Instrução Normativa nº 3, de 23 de janeiro de 2013, da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior, considerando o processo nº 23000.002625/2016-87 e a Nota Técnica nº 230/2016-CGFPR/DIREG/SERES/MEC, resolve:

Art. 1° Fica deferido o pedido de aumento de vagas, sob a forma de aditamento ao ato autorizativo, do curso de graduação em Ciências Farmacêuticas (40430), Bacharelado, ministrado pela Faculdade de Medicina do ABC - FMABC, localizada no Município de Santo André/SP, mantida pela Fundação do ABC.

Parágrafo único. O número total anual de vagas para o curso referido no caput passa de 110 (cento e dez) para 160 (cento e sessenta).

Art. 2º O deferimento do pedido de aumento de vagas implica a vedação da aplicação de regras de desoneração de visita e a obrigatoriedade de visita in loco, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira- INEP, para análise e expedição do próximo ato regulatório do curso.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAURÍCIO ELISEU COSTA ROMÃO

PORTARIA Nº 232, DE 28 DE JUNHO DE 2016

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto nº 8.066, de 7 de agosto de 2013, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, do Ministério da Educação, a Instrução Normativa nº 3, de 23 de janeiro de 2013, da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior, considerando o processo nº 23000.002626/2016-21 e a Nota Técnica nº 229/2016-CGFPR/DIREG/SERES/MEC, resolve:

Art. 1° Fica deferido o pedido de aumento de vagas, sob a forma de aditamento ao ato autorizativo, do curso de graduação em Enfermagem (40425), Bacharelado, ministrado pela Faculdade de Medicina do ABC - FMABC, localizada no Município de Santo André/SP, mantida pela Fundação do ABC.

Parágrafo único. O número total anual de vagas para o curso referido no caput passa de 100 (cem) para 150 (cento e cinquenta).

Art. 2º O deferimento do pedido de aumento de vagas implica a vedação da aplicação de regras de desoneração de visita e a obrigatoriedade de visita in loco, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira- INEP, para análise e expedição do próximo ato regulatório do curso.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAURÍCIO ELISEU COSTA ROMÃO

PORTARIA Nº 233, DE 28 DE JUNHO DE 2016

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto nº 8.066, de 7 de agosto de 2013, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, do Ministério da Educação, a Instrução Normativa nº 3, de 23 de janeiro de 2013, da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior, considerando o processo nº 23000.002162/2016-53 e a Nota Técnica nº 140/2016-CGFPR/DIREG/SERES/MEC, resolve:

Art. 1° Fica deferido o pedido de aumento de vagas, sob a forma de aditamento ao ato autorizativo, do curso de graduação em Gestão de Recursos Humanos (74837), tecnológico, ministrado pela Faculdade de Tecnologia IBTA - São José dos Campos, localizada no Município de São José dos Campos/SP, mantida pelo Grupo IBMEC Educacional S.A.

Parágrafo único. O número total anual de vagas para o curso referido no caput passa de 100 (cem) para 200 (duzentas).

Art. 2º O deferimento do pedido de aumento de vagas implica a vedação da aplicação de regras de desoneração de visita e a obrigatoriedade de visita in loco, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira- INEP, para análise e expedição do próximo ato regulatório do curso.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAURÍCIO ELISEU COSTA ROMÃO

PORTARIA Nº 234, DE 28 DE JUNHO DE 2016

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto nº 8.066, de 7 de agosto de 2013, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, do Ministério da Educação, a Instrução Normativa nº 3, de 23 de janeiro de 2013, da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior, considerando o processo nº 23000.002630/2016-90 e a Nota Técnica nº 138/2016-CGFPR/DIREG/SERES/MEC, resolve:

Art. 1° Fica deferido o pedido de aumento de vagas, sob a forma de aditamento ao ato autorizativo, do curso de graduação em Gastronomia, tecnológico (5000013), ministrado pela Faculdade dos Guararapes - FG, localizada no Município de Jaboatão dos Guararapes/PE, mantida pela SOCEC - Sociedade Capibaribe de Educação e Cultura LTDA.

Parágrafo único. O número total anual de vagas para o curso referido no caput passa de 120 (cento e vinte) para 240 (duzentas e quarenta).

Art. 2º O deferimento do pedido de aumento de vagas implica a vedação da aplicação de regras de desoneração de visita e a obrigatoriedade de visita in loco, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira- INEP, para análise e expedição do próximo ato regulatório do curso.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAURÍCIO ELISEU COSTA ROMÃO

PORTARIA Nº 235, DE 28 DE JUNHO DE 2016

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto nº 8.066, de 7 de agosto de 2013, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, do Ministério da Educação, a Instrução Normativa nº 3, de 23 de janeiro de 2013, da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior, considerando o processo nº 23000.002654/2016-49 e a Nota Técnica nº 233/2016-CGFPR/DIREG/SERES/MEC, resolve:

Art. 1° Fica deferido o pedido de aumento de vagas, sob a forma de aditamento ao ato autorizativo, do curso de graduação em Engenharia Elétrica (112344), Bacharelado, ministrado pela Faculdade Estácio de Belém - Estácio Belém, localizada no Município de Belém/PA, mantida pela Organização Paraense Educacional e de Empreendimentos Ltda.

Parágrafo único. O número total anual de vagas para o curso referido no caput passa de 180 (cento e oitenta) para 250 (duzentas e cinquenta).

Art. 2º O deferimento do pedido de aumento de vagas implica a vedação da aplicação de regras de desoneração de visita e a obrigatoriedade de visita in loco, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira- INEP, para análise e expedição do próximo ato regulatório do curso.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAURÍCIO ELISEU COSTA ROMÃO

PORTARIA Nº 236, DE 28 DE JUNHO DE 2016

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto nº 8.066, de 7 de agosto de 2013, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, do Ministério da Educação, a Instrução Normativa nº 3, de 23 de janeiro de 2013, da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior, considerando o processo nº 23000.002653/2016-02 e a Nota Técnica nº 227/2016-CGFPR/DIREG/SERES/MEC, resolve:

Art. 1° Fica deferido o pedido de aumento de vagas, sob a forma de aditamento ao ato autorizativo, do curso de graduação em Biomedicina (120437), Bacharelado, ministrado pela Faculdade Estácio de São Luís, localizada no Município de São Luís/MA, mantida pela UB Unisãoluis Educacional S.A.

Parágrafo único. O número total anual de vagas para o curso referido no caput passa de 100 (cem) para 200 (duzentas).

Art. 2º O deferimento do pedido de aumento de vagas implica a vedação da aplicação de regras de desoneração de visita e a obrigatoriedade de visita in loco, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira- INEP, para análise e expedição do próximo ato regulatório do curso.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAURÍCIO ELISEU COSTA ROMÃO

PORTARIA Nº 237, DE 28 DE JUNHO DE 2016

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto nº 8.066, de 7 de agosto de 2013, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, do Ministério da Educação, a Instrução Normativa nº 3, de 23 de janeiro de 2013, da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior, considerando o processo nº 23000.002656/2016-38 e a Nota Técnica nº 226/2016-CGFPR/DIREG/SERES/MEC, resolve:

Art. 1° Fica deferido o pedido de aumento de vagas, sob a forma de aditamento ao ato autorizativo, do curso de graduação em Enfermagem (118744), Bacharelado, ministrado pela Faculdade Estácio de São Luís, localizada no Município de São Luís/MA, mantida pela UB UNISÃOLUÍS Educacional S.A.

Parágrafo único. O número total anual de vagas para o curso referido no caput passa de 200 (duzentas) para 250 (duzentas e cinquenta).

Art. 2º O deferimento do pedido de aumento de vagas implica a vedação da aplicação de regras de desoneração de visita e a obrigatoriedade de visita in loco, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira- INEP, para análise e expedição do próximo ato regulatório do curso.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAURÍCIO ELISEU COSTA ROMÃO

PORTARIA Nº 238, DE 28 DE JUNHO DE 2016

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto nº 8.066, de 7 de agosto de 2013, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, do Ministério da Educação, a Instrução Normativa nº 3, de 23 de janeiro de 2013, da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior, considerando o processo nº 23000.045713/2015-97 e a Nota Técnica nº 139/2016-CGFPR/DIREG/SERES/MEC, resolve:

Art. 1° Fica deferido o pedido de aumento de vagas, sob a forma de aditamento ao ato autorizativo, do curso de graduação em Enfermagem (118882), bacharelado, ministrado pela Faculdade Estácio de Sergipe - Estácio FASE, localizada no Município de Aracaju/SE, mantida pela IREP Sociedade de Ensino Superior, Médio e Fundamental LTDA.

Parágrafo único. O número total anual de vagas para o curso referido no caput passa de 200 (duzentas) para 250 (duzentas e cinquenta).

Art. 2º O deferimento do pedido de aumento de vagas implica a vedação da aplicação de regras de desoneração de visita e a obrigatoriedade de visita in loco, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira- INEP, para análise e expedição do próximo ato regulatório do curso.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAURÍCIO ELISEU COSTA ROMÃO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PORTARIA Nº 239, DE 28 DE JUNHO DE 2016

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto nº 8.066, de 7 de agosto de 2013, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, do Ministério da Educação, a Instrução Normativa nº 3, de 23 de janeiro de 2013, da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior, considerando o processo nº 23000.002649/2016-36 e a Nota Técnica nº 232/2016-CGFPR/DIREG/SERES/MEC, resolve:

Art. 1° Fica deferido o pedido de aumento de vagas, sob a forma de aditamento ao ato autorizativo, do curso de graduação em Enfermagem (104252), Bacharelado, ministrado pela Faculdade Estácio do Amazonas - Estácio Amazonas, localizada no Município de Manaus/AM, mantida pelo Centro de Assistência ao Desenvolvimento de Formação Profissional Unicel Ltda.

Parágrafo único. O número total anual de vagas para o curso referido no caput passa de 200 (duzentas) para 250 (duzentas e cinquenta).

Art. 2º O deferimento do pedido de aumento de vagas implica a vedação da aplicação de regras de desoneração de visita e a obrigatoriedade de visita in loco, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira- INEP, para análise e expedição do próximo ato regulatório do curso.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAURÍCIO ELISEU COSTA ROMÃO

PORTARIA Nº 240, DE 28 DE JUNHO DE 2016

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto nº 8.066, de 7 de agosto de 2013, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, do Ministério da Educação, a Instrução Normativa nº 3, de 23 de janeiro de 2013, da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior, considerando o processo nº 23000.002646/2016-01 e a Nota Técnica nº 228/2016-CGFPR/DIREG/SERES/MEC, resolve:

Art. 1° Fica deferido o pedido de aumento de vagas, sob a forma de aditamento ao ato autorizativo, do curso de graduação em Farmácia (1075756), Bacharelado, ministrado pela Faculdade Estácio do Amazonas - Estácio Amazonas, localizada no Município de Manaus/AM, mantida pelo Centro de Assistência ao Desenvolvimento de Formação Profissional Unicel Ltda.

Parágrafo único. O número total anual de vagas para o curso referido no caput passa de 100 (cem) para 200 (duzentas).

Art. 2º O deferimento do pedido de aumento de vagas implica a vedação da aplicação de regras de desoneração de visita e a obrigatoriedade de visita in loco, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira- INEP, para análise e expedição do próximo ato regulatório do curso.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAURÍCIO ELISEU COSTA ROMÃO

PORTARIA Nº 241, DE 28 DE JUNHO DE 2016

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto nº 8.066, de 7 de agosto de 2013, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, do Ministério da Educação, a Instrução Normativa nº 3, de 23 de janeiro de 2013, da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior, considerando o processo nº 23000.002685/2016-08 e a Nota Técnica nº 100/2016-CGFPR/DIREG/SERES/MEC, resolve:

Art. 1° Fica deferido o pedido de aumento de vagas, sob a forma de aditamento ao ato autorizativo, do curso de graduação em Enfermagem (1103168), Bacharelado, ministrado pela Faculdade Estácio de Alagoas - Estácio FAL, localizada no Município de Maceió/AL, mantida pela IREP Sociedade de Ensino Superior, Médio e Fundamental LTDA.

Parágrafo único. O número total anual de vagas para o curso referido no caput passa de 100 (cem) para 200 (duzentas).

Art. 2º O deferimento do pedido de aumento de vagas implica a vedação da aplicação de regras de desoneração de visita e a obrigatoriedade de visita in loco, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira- INEP, para análise e expedição do próximo ato regulatório do curso.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAURÍCIO ELISEU COSTA ROMÃO

PORTARIA Nº 242, DE 28 DE JUNHO DE 2016

90, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto nº 8.066, de 7 de agosto de 2013, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, do Ministério da Educação, a Instrução Normativa nº 3, de 23 de janeiro de 2013, da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior, considerando o processo nº 23000.002670/2016-31 e a Nota Técnica nº 108/2016-CGFPR/DIREG/SERES/MEC, resolve:

Art. 1° Fica deferido o pedido de aumento de vagas, sob a forma de aditamento ao ato autorizativo, do curso de graduação em Fisioterapia (107658), Bacharelado, ministrado pela Faculdade Estácio de Sergipe - Estácio FASE, localizada no Município de Aracaju/SE, mantida pela IREP Sociedade de Ensino Superior, Médio e Fundamental LTDA.

Parágrafo único. O número total anual de vagas para o curso referido no caput passa de 200 (duzentas) para 250 (duzentas e cinquenta).

Art. 2º O deferimento do pedido de aumento de vagas implica a vedação da aplicação de regras de desoneração de visita e a obrigatoriedade de visita in loco, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira- INEP, para análise e expedição do próximo ato regulatório do curso.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAURÍCIO ELISEU COSTA ROMÃO

PORTARIA Nº 243, DE 28 DE JUNHO DE 2016

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto nº 8.066, de 7 de agosto de 2013, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, do Ministério da Educação, a Instrução Normativa nº 3, de 23 de janeiro de 2013, da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior, considerando o processo nº 23000.045516/2015-78 e a Nota Técnica nº 96/2016-CGFPR/DIREG/SERES/MEC, resolve:

Art. 1° Fica deferido o pedido de aumento de vagas, sob a forma de aditamento ao ato autorizativo, do curso de graduação em Enfermagem (120418), Bacharelado, ministrado pelo(a) Faculdade Vale do Salgado (2043), localizado(a) no Município de Icó/CE, mantido(a) pelo(a) TCC Educação, Ciência e Cultura LTDA - EPP (1344).

Parágrafo único. O número total anual de vagas para o curso referido no caput passa de 100 (cem) para 200 (duzentas).

Art. 2º O deferimento do pedido de aumento de vagas implica a vedação da aplicação de regras de desoneração de visita e a obrigatoriedade de visita in loco, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira- INEP, para análise e expedição do próximo ato regulatório do curso.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAURÍCIO ELISEU COSTA ROMÃO

PORTARIA Nº 244, DE 28 DE JUNHO DE 2016

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto nº 8.066, de 7 de agosto de 2013, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, do Ministério da Educação, a Instrução Normativa nº 3, de 23 de janeiro de 2013, da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior, considerando o processo nº 23000.002411/2016-19 e a Nota Técnica nº 82/2016-CGFPR/DIREG/SERES/MEC, resolve:

Art. 1° Fica deferido o pedido de aumento de vagas, sob a forma de aditamento ao ato autorizativo, do curso de graduação em Ciências Contábeis (92217), bacharelado, ministrado pela Faculdade de Ciências Humanas, Econômicas e da Saúde de Araguaína - FAHESA/ITPAC, localizada no Município de Araguaína/TO, mantida pelo ITPAC - Instituto Tocantinense Presidente Antônio Carlos Ltda.

Parágrafo único. O número total anual de vagas para o curso referido no caput passa de 100 (cem) para 150 (cento e cinquenta).

Art. 2º O deferimento do pedido de aumento de vagas implica a vedação da aplicação de regras de desoneração de visita e a obrigatoriedade de visita in loco, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira- INEP, para análise e expedição do próximo ato regulatório do curso.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAURÍCIO ELISEU COSTA ROMÃO

PORTARIA Nº 245, DE 28 DE JUNHO DE 2016

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto nº 8.066, de 7 de agosto de 2013, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, do Ministério da Educação, a Instrução Normativa nº 3, de 23 de janeiro de 2013, da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior, considerando o processo nº 23000.002628/2016-11 e a Nota Técnica nº 222/2016-CGFPR/DIREG/SERES/MEC, resolve:

Art. 1° Fica deferido o pedido de aumento de vagas, sob a forma de aditamento ao ato autorizativo, do curso de graduação em Nutrição (91803), Bacharelado, ministrado pela Faculdade de Medicina do ABC - FMABC, localizada no Município de Santo André/SP, mantida pela Fundação do ABC.

Parágrafo único. O número total anual de vagas para o curso referido no caput passa de 50 (cinquenta) para 100 (cem).

Art. 2º O deferimento do pedido de aumento de vagas implica a vedação da aplicação de regras de desoneração de visita e a obrigatoriedade de visita in loco, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira- INEP, para análise e expedição do próximo ato regulatório do curso.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAURÍCIO ELISEU COSTA ROMÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

PORTARIA Nº 660, DE 24 DE JUNHO DE 2016

A Pró-Reitora de Gestão de Pessoas da Universidade Federal de Juiz de Fora, no uso de suas atribuições, resolve:

Art.1º HOMOLOGAR e tornar público o resultado do processo seletivo simplificado para contratação temporária de Professor Substituto, conforme abaixo discriminado:

1 - Edital nº 18/2016 - GRST/CFAP/PROGEPE - Seleção de Professor Substituto

1.1 - FACULDADE DE FISIOTERAPIA

1.1.1 - Seleção 50: Departamento de Fundamentos, Métodos e Recursos em Fisioterapia - Processo nº 23071.007166/2016-94 - Nº Vagas: 01 (uma)

Classificação	Nome	Nota
1º	ANA LUIZA POSSANI PAIVA	7,20
2º	JULIANE ALVAREZ DE TOLEDO	6,50
3º	PRICILA MARA NOVAES OLIVEIRA	6,30
4º	LILIANY FONTES LOURES	6,00

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

KÁTIA MARIA SILVA DE OLIVEIRA E CASTRO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 247, DE 6 DE JUNHO DE 2016

O PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ, no uso das atribuições, que lhe são conferidas por delegação de competência do Magnífico Reitor, Resolve: Processo 23075.116883/2016-76 - que aponta irregularidades decorrente do Pregão Eletrônico nº.141/2014. À Empresa SEBASTIÃO DE MIRANDA - ME, CNPJ nº 01.528.389/0001-05. Aplicar a pena de impedimento do direito de licitar e contratar com a União pelo período de 02(dois) anos, multa de 20% sobre o valor da obrigação descumprida que é de (R$ 47.286,00 + R$ 12.661,00 = R$ 59.947,00), sendo neste caso o valor da multa a ser recolhida aos cofres da União de R$ 11.989,40 (onze mil, novecentos e oitenta nove reais e quarenta centavos), a contar da publicação desta portaria no DOU e registrar as sanções no SICAF. Com fulcro na Lei nº.10.520/2002 e Lei nº.8666/93 e IN-MARE nº.05/95.

EDELVINO RAZZOLINI FILHO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

PORTARIA Nº 5.968, DE 23 DE JUNHO DE 2016

O Reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições, conferidas pelo Decreto Presidencial de 01 de julho de 2015, publicado no Diário Oficial da União Nº 124, de 02 de julho de 2015, resolve:

Tornar público, em ordem de classificação os nomes dos candidatos aprovados, homologando o resultado dos Concursos Públicos de Provas e Títulos, conforme Categorias, Unidades e Setores descritos abaixo. O número do edital do concurso é 450, de 03 de dezembro de 2014, publicado no DOU nº 236, de 05 de dezembro de 2014 e retificado pelo Edital nº 14 de 14/01/2015, publicado no DOU nº 16 de 23/01/2015.

Adjunto A

Multiunidades/IPPUR/Direito Administrativo

1º - Rosangela Marina Luft

Escola de Química/Engenharia e Planejamento de Processos

Não houve candidato aprovado

ROBERTO LEHER

CENTRO DE CIÊNCIAS DA MATEMÁTICAS E DA NATUREZA
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS

PORTARIA Nº 6.119, DE 28 DE JUNHO DE 2016

Diretor do Instituto de Geociências do Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza da UFRJ, nomeado pela Portaria nº 11063, publicada no DOU nº 223 Seção 2, de 18/11/2014, resolve tornar público o resultado do processo seletivo aberto para contratação de Professor Substituto, referente ao edital nº 88 de 14/04/2016, publicado no DOU nº 72, de 15/04/2016:

Departamento de Geografia

Setorização: Geografia Física

1- Leonardo Esteves Freitas

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

2- Carmem Lucas Vieira
3- Luana de Almeida Rangel
4- Ana Camila da Silva

ISMAR DE SOUZA CARVALHO

CENTRO DE LETRAS E ARTES
ESCOLA DE BELAS ARTES

PORTARIA Nº 6.086, DE 27 DE JUNHO DE 2016

O Diretor da Escola de Belas Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Professor Carlos Gonçalves Terra, nomeado pela portaria nº15572 de 16/12/2013, publicada no DOU nº244 de 17/12/2013 no uso de suas atribuições, torna público o resultado do processo seletivo para o cargo de Professor Substituto - 20h, Departamento BAE - Setor: Oficina de Criação 3D 2/ Escultura Cênica 1/ Escultura Cênica 2, conforme Edital n° 158 de 20 de maio de 2016 da Universidade Federal do Rio de Janeiro (publicado no DOU n° 97 de 23 de maio de 2016, seção 3, páginas 71 a 73).

1º colocado - André Vechi Torres
2° colocado - André do Amaral Silva
3° colocado - José Calos Damasceno
4ª colocada - Joana Passi de Moraes

CARLOS GONÇALVES TERRA

PORTARIA Nº 6.087, DE 27 DE JUNHO DE 2016

O Diretor da Escola de Belas Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Professor Carlos Gonçalves Terra, nomeado pela portaria nº15572 de 16/12/2013, publicada no DOU nº244 de 17/12/2013 no uso de suas atribuições, torna público o resultado do processo seletivo para o cargo de Professor Substituto - 20h, Departamento BAE - Setor: Oficina de Formas A / Oficina de Formas B/ Escultura em Metal 1, conforme Edital n° 158 de 20 de maio de 2016 da Universidade Federal do Rio de Janeiro (publicado no DOU n° 97 de 23 de maio de 2016, seção 3, páginas 71 a 73).

1ª colocada - Marina Ferreira Frega
2° colocado - Fabrício Cavalcanti

CARLOS GONÇALVES TERRA

PORTARIA Nº 6.101, DE 27 DE JUNHO DE 2016

O Diretor da Escola de Belas Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Professor Carlos Gonçalves Terra, nomeado pela portaria nº15572 de 16/12/2013, publicada no DOU nº244 de 17/12/2013 no uso de suas atribuições, torna público o resultado do processo seletivo para o cargo de Professor Substituto - 20h, Departamento BAF - Setor: Desenho, conforme Edital n° 78 de 01 de abril de 2016 da Universidade Federal do Rio de Janeiro (publicado no DOU n° 64 de 05 de abril de 2016, seção 3, páginas 82 e 83).

1º colocado - Marcelus Gaio Silveira de Senna
2ª colocada - Joana Passi de Moraes

CARLOS GONÇALVES TERRA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

RETIFICAÇÃO

Na publicação no DOU de 28-6-2016, Seção 1, página 10, no título, onde se lê: PORTARIA Nº 64, DE 27 DE JUNHO DE 2016, leia-se: PORTARIA Nº 649, DE 27 DE JUNHO DE 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

PORTARIA Nº 1.429, DE 28 DE JUNHO DE 2016

O PRÓ-REITOR DE GESTÃO DE PESSOAS EM EXERCÍCIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA, no uso de suas atribuições legais e considerando a delegação de competência que lhe foi outorgada por meio da Portaria/R/UFU/nº. 1.225, de 29/12/2015, do Reitor da Universidade Federal de Uberlândia, publicada no Diário Oficial da União em 11/01/2016, seção 2, p. 27, resolve:

Art. 1º. PRORROGAR, por mais 01 (um) ano o prazo de validade dos Concursos Públicos e Processos Seletivos Simplificados regidos pelos seguintes editais:

Edital 012/2015 de Concurso Público realizado pelo INSTITUTO DE ARTES, na Área de Dança, Subárea Educação Somática, cujo Edital de homologação do resultado foi publicado no Diário Oficial da União em 30 de julho de 2015.

Edital 025/2015 de Concurso Público realizado pela FACULDADE DE GESTÃO E NEGÓCIOS, na Área de Finanças, cujo Edital de homologação do resultado foi publicado no Diário Oficial da União em 07 de julho de 2015.

Edital 031/2015 de Concurso Público realizado pelo INSTITUTO DE FÍSICA, na Área de Física Teórica, Subárea Física da Matéria Condensada, cujo Edital de homologação do resultado foi publicado no Diário Oficial da União em 23 de julho de 2015.

Edital 033/2015 de Concurso Público realizado pela FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA, na Área de Atividades Aquáticas e Bimecânica, cujo Edital de homologação do resultado foi publicado no Diário Oficial da União em 10 de julho de 2015.

Edital 037/2015 de Concurso Público realizado pela FACULDADE DE MEDICINA, na Área de Enfermagem Geral e Especializada, cujo Edital de homologação do resultado foi publicado no Diário Oficial da União em 07 de julho de 2015.

Edital 038/2015 de Processo Seletivo Simplificado realizado pela FACULDADE DE MEDICINA, na Área de Pediatria, Subárea Emergências em Pediatria; Puericultura; Semiologia Pediátrica, cujo Edital de homologação do resultado foi publicado no Diário Oficial da União em 15 de julho de 2015.

Edital 024/2015 de Processo Seletivo Simplificado realizado pela FACULDADE DE CIÊNCIAS INTEGRADAS DO PONTAL, na Área de Engenharia de Produção, Subárea Gestão da Qualidade, cujo Edital de homologação do resultado foi publicado no Diário Oficial da União em 15 de julho de 2015.

Edital 022/2015 de Processo Seletivo Simplificado realizado pelo INSTITUTO DE LETRAS E LINGUÍSTICA, na Área III: Língua Espanhola e Ensino, cujo Edital de homologação do resultado foi publicado no Diário Oficial da União em 15 de julho de 2015.

Edital 022/2015 de Processo Seletivo Simplificado realizado pelo INSTITUTO DE LETRAS E LINGUÍSTICA, na Área II: Língua Inglesa, cujo Edital de homologação do resultado foi publicado no Diário Oficial da União em 15 de julho de 2015.

Edital 022/2015 de Processo Seletivo Simplificado realizado pelo INSTITUTO DE LETRAS E LINGUÍSTICA, na Área I: Literatura e Ensino de Literatura, cujo Edital de homologação do resultado foi publicado no Diário Oficial da União em 15 de julho de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor nesta data.

LUIZ BERTOLUCCI JÚNIOR

UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI

PORTARIAS DE 10 DE JUNHO DE 2016

O VICE-REITOR NO EXERCICIO DO CARGO DE REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI, no uso de suas atribuicoes regimentais, resolve:

Nº 1.486 - Retificar a Portaria n 1181, de 11 de maio de 2016, publicada no DOU do dia 12 de maio de 2016 referente a prorrogacao da validade do Concurso Publico, Edital 083/2015, destinado ao provimento de cargo de Professor de Magisterio Superior Classe A Denominacao de Assistente A para a Área de Sistemas de Automacao, Controle e Eletroeletronica, homologado atraves do Edital n 170, de 10 de julho de 2015, publicado no DOU de 14 de julho de 2015:

Onde se le: prorrogar por 01 (um) ano, a partir de 14 de julho de 2015;

Leia se: prorrogar por 01 (um) ano, a partir de 14 de julho de 2016;

Nº 1.487 - PRORROGAR POR 01(UM) ANO, A PARTIR DE 14 DE JULHO DE 2016, a validade do Concurso Publico, Edital 027/2015 destinado ao provimento de cargo de Professor de Magisterio Superior Classe A Denominacao de Adjunto A para a area de Microbiologia, Parasitologia, Patologia e Imunologia, homologado atraves do Edital n 169, de 10 de julho de 2015, publicado no DOU de 14 de julho de 2015.

CLAUDIO EDUARDO RODRIGUES

Ministério da Fazenda

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS
2ª SEÇÃO
2ª CÂMARA
1ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTO

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Brasília, Distrito Federal

Observações:

1) Serão julgados na primeira sessão ordinária subsequente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado.

2) O prazo regimental para os pedidos de retirada de pauta é de 5 (cinco) dias anteriores ao início da reunião.

3) Por se tratar de pauta temática, não será deferido pedido de preferência ou adiamento do julgamento.

DIA 12 DE JULHO DE 2016, ÀS 09:00 HORAS

Relator: CARLOS HENRIQUE DE OLIVEIRA

1 - Processo nº: 18050.001828/2008-11 - Recorrente: MULTIBEL UTIL ELET LTDA SUCES MM COMERCI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

2 - Processo nº: 18050.003152/2008-08 - Recorrente: MULTIBEL UTIL ELETROD LTDA SEC MM COM LT e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: ANA CECILIA LUSTOSA DA CRUZ

3 - Processo nº: 13896.720110/2014-18 - Recorrente: CARLA MARIA CARVALHO FONTANA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: CARLOS CESAR QUADROS PIERRE

4 - Processo nº: 19515.722767/2012-63 - Recorrente: CARLOS MOCHE DAYAN e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

5 - Processo nº: 10183.721867/2010-35 - Recorrente: ROBERTO RODRIGUES DE ALMEIDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

6 - Processo nº: 10680.014631/2008-13 - Recorrente: CLAUDINA RODRIGUES BONFIM e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

DIA 12 DE JULHO DE 2016, ÀS 14:00 HORAS

Relator: ANA CECILIA LUSTOSA DA CRUZ

7 - Processo nº: 11080.725009/2015-95 - Recorrente: TEREZINHA FATIMA SILVA DA MATA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

8 - Processo nº: 11080.726047/2015-65 - Recorrente: TEREZINHA FATIMA SILVA DA MATA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

9 - Processo nº: 12448.729439/2014-51 - Recorrente: MANOEL GOMES CASACA NETO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

10 - Processo nº: 19985.720094/2015-13 - Recorrente: LUIZ GUILHERME PAULI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: CARLOS CESAR QUADROS PIERRE

11 - Processo nº: 10980.013302/2005-28 - Recorrente: BOTICA COMERCIAL FARMACEUTICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: CARLOS HENRIQUE DE OLIVEIRA

12 - Processo nº: 11080.011496/2006-14 - Embargante: RUDINEI CLENIO CARVALHO e Embargada: FAZENDA NACIONAL - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

DIA 13 DE JULHO DE 2016, ÀS 09:00 HORAS

Relator: CARLOS CESAR QUADROS PIERRE

13 - Processo nº: 10930.004306/2005-19 - Recorrente: OLGA YOUSSEF SOLOVIOV e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: CARLOS HENRIQUE DE OLIVEIRA

14 - Processo nº: 10980.729348/2012-91 - Recorrentes: CIXARES LIBERO VARGAS e FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO e RECURSO DE OFÍCIO

15 - Processo nº: 19647.011361/2006-16 - Recorrente: BRUNO DA SILVEIRA LOBO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

16 - Processo nº: 14041.001291/2007-66 - Recorrente: MARIA DA GLORIA RODRIGUES DE MELO BOSQUE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

17 - Processo nº: 10865.000792/2006-08 - Recorrente: ANA APARECIDA DIAN e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

18 - Processo nº: 15586.001288/2008-39 - Recorrente: ANTONIO JOSE MONTI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

19 - Processo nº: 19515.003239/2005-82 - Recorrente: ROBERTO CABARITI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: CARLOS CESAR QUADROS PIERRE

20 - Processo nº: 19515.722831/2012-14 - Recorrentes: WASHINGTON UMBERTO CINEL e FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO e RECURSO DE OFÍCIO

Relator: ANA CECILIA LUSTOSA DA CRUZ

21 - Processo nº: 10865.001022/2006-74 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Interessado: JOSE FERNANDO CASTRO SOARES - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

DIA 13 DE JULHO DE 2016, ÀS 14:00 HORAS

Relator: CARLOS CESAR QUADROS PIERRE

22 - Processo nº: 10980.007827/99-61 - Recorrente: CARLOS HUMBERTO FERNANDES SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: CARLOS HENRIQUE DE OLIVEIRA

23 - Processo nº: 10240.001354/2004-34 - Embargante: PRESIDENTE DA 2ª CÂMARA DA 2ª SEJUL / CARF e Interessado: ANTONIO RODRIGUES DA SILVA - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

24 - Processo nº: 11030.000411/2002-34 - Recorrente: ONORIO LUIZ GAZOLA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: CARLOS CESAR QUADROS PIERRE

25 - Processo nº: 13819.720818/2013-01 - Recorrente: APARECIDO TERCARIOL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

26 - Processo nº: 10640.002392/2006-63 - Recorrente: MIRALDA MAGALHAES NANTES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: ANA CECILIA LUSTOSA DA CRUZ

27 - Processo nº: 10166.724470/2011-94 - Recorrente: LAZARO AUGUSTO GONCALVES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

28 - Processo nº: 10166.724471/2011-39 - Recorrente: LAZARO AUGUSTO GONCALVES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

29 - Processo nº: 10166.724473/2011-28 - Recorrente: LAZARO AUGUSTO GONCALVES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

30 - Processo nº: 10886.720265/2015-58 - Recorrente: PAULO SERGIO DA SILVA AURENCAO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
31 - Processo nº: 10886.720266/2015-01 - Recorrente: PAULO SERGIO DA SILVA AURENCAO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
32 - Processo nº: 10886.720268/2015-91 - Recorrente: PAULO SERGIO DA SILVA AURENCAO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

DIA 14 DE JULHO DE 2016, ÀS 09:00 HORAS
Relator: ANA CECILIA LUSTOSA DA CRUZ
33 - Processo nº: 13873.720244/2015-70 - Recorrente: MANOEL PINTO CUNHA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
34 - Processo nº: 12448.725508/2013-77 - Recorrente: RITA BENEVIDES DA ROCHA GUTIERREZ e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
35 - Processo nº: 12493.720054/2012-11 - Recorrente: ROSELI ARCENA ROSALEM BUONANO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
36 - Processo nº: 15467.720043/2015-90 - Recorrente: LUIZ ALBERTO HENRIQUES AMARAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

DIA 14 DE JULHO DE 2016, ÀS 14:00 HORAS
Relator: ANA CECILIA LUSTOSA DA CRUZ
37 - Processo nº: 10930.720524/2015-68 - Recorrente: MEORIAN SILVIA MATOCANOVIC e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
38 - Processo nº: 11080.726059/2015-90 - Recorrente: ROSA MARIA TORIBIO NUNES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
39 - Processo nº: 11080.726060/2015-14 - Recorrente: ROSA MARIA TORIBIO NUNES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

EDUARDO TADEU FARAH
Presidente

EVELINE COÊLHO DE MELO HOMAR
Chefe de Equipe da 2ª Câmara

2ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTO

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Brasília, Distrito Federal.

Observações:

1) Serão julgados na primeira sessão ordinária subsequente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado.

2) O prazo regimental para os pedidos de retirada de pauta é de 5 (cinco) dias anteriores ao início da reunião.

3) Por se tratar de pauta temática, não será deferido pedido de preferência ou adiamento do julgamento.

DIA 12 DE JULHO DE 2016, ÀS 09:00 HORAS
Relator: JUNIA ROBERTA GOUVEIA SAMPAIO
1 - Processo nº: 16095.720176/2014-13 - Recorrente: PANDURATA ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
2 - Processo nº: 10240.720224/2014-76 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: TERMO NORTE ENERGIA S/A - RECURSO DE OFÍCIO
3 - Processo nº: 14112.720536/2013-15 - Recorrente: EDISON VICENTE MENDES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
Relator: MARCIO HENRIQUE SALES PARADA
4 - Processo nº: 10920.723079/2012-64 - Recorrente: BRASCOLA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
5 - Processo nº: 13857.000224/2008-58 - Recorrente: AZEVEDO E RIVERO EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
6 - Processo nº: 10980.728340/2013-99 - Recorrentes: ITSA INDUSTRIAS S/A e FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO e RECURSO DE OFÍCIO
7 - Processo nº: 10380.729093/2013-15 - Recorrente: VERODAN COMERCIAL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
Relator: JUNIA ROBERTA GOUVEIA SAMPAIO
8 - Processo nº: 10880.722426/2014-17 - Recorrente: EDSON DE GODOY BUENO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
9 - Processo nº: 10880.722427/2014-61 - Recorrente: DULCE PUGLIESE DE GODOY BUENO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
10 - Processo nº: 10166.730682/2013-72 - Recorrente: SMAFF AUTOMOVEIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
11 - Processo nº: 10166.730683/2013-17 - Recorrente: SMAFF AUTOMOVEIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
12 - Processo nº: 10166.730689/2013-94 - Recorrente: SMAFF AUTOMOVEIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
13 - Processo nº: 11080.727588/2013-49 - Recorrente: JULIO CESAR SOARES DA ROSA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

DIA 12 DE JULHO DE 2016, ÀS 14:00 HORAS
Relator: MARCO AURELIO DE OLIVEIRA BARBOSA
14 - Processo nº: 15504.722871/2013-15 - Recorrentes: TELEMONT ENGENHARIA DE TELECOMUNICACOES S/A e FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO e RECURSO DE OFÍCIO
15 - Processo nº: 15504.723635/2013-16 - Recorrente: TELEMONT ENGENHARIA DE TELECOMUNICACOES S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
Relator: MARTIN DA SILVA GESTO
16 - Processo nº: 12448.730831/2013-62 - Recorrente: FOREVER LIVING PRODUCTS BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
17 - Processo nº: 10166.722593/2010-18 - Recorrente: INSTITUICAO ADVENT CENTRAL BRAS DE EDUC E ASS SOCIAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
18 - Processo nº: 10166.722597/2010-98 - Recorrente: INSTITUICAO ADVENT CENTRAL BRAS DE EDUC E ASS SOCIAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
19 - Processo nº: 10166.722596/2010-43 - Recorrente: INSTITUICAO ADVENT CENTRAL BRAS DE EDUC E ASS SOCIAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
Relator: MARCIO HENRIQUE SALES PARADA
20 - Processo nº: 13151.000068/99-57 - Recorrente: AGROPECUARIA RIO VERDE LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
21 - Processo nº: 10980.017591/2008-87 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: LAVORO EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES - RECURSO DE OFÍCIO
22 - Processo nº: 10835.002469/2004-56 - Recorrente: EURICO CESAR NEVES BAPTISTA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
23 - Processo nº: 10280.721107/2015-34 - Recorrente: AURELINO JOSE PEREIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
24 - Processo nº: 10183.721768/2009-10 - Recorrente: JOSE WILIAM GONCALVES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
25 - Processo nº: 10183.721797/2009-81 - Recorrente: JOSE WILIAM GONCALVES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
26 - Processo nº: 10183.721822/2009-27 - Recorrente: JOSE WILIAM GONCALVES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
Relator: JUNIA ROBERTA GOUVEIA SAMPAIO
27 - Processo nº: 13876.000044/91-11 - Recorrente: LUIZ ALFREDO FREIRE TALIBERTI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

DIA 13 DE JULHO DE 2016, ÀS 09:00 HORAS
Relator: DILSON JATAHY FONSECA NETO
28 - Processo nº: 19515.001843/2006-55 - Recorrente: MARCO ANTONIO MANSUR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
29 - Processo nº: 19515.720432/2012-19 - Recorrente: EDISON SCROBACK e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
Relator: MARCIO HENRIQUE SALES PARADA
30 - Processo nº: 13855.001762/2010-02 - Recorrente: JOSE JOAO GALETTI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
31 - Processo nº: 10768.100141/2010-93 - Recorrente: MARIA ALMADA RODRIGUES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
32 - Processo nº: 13607.720365/2012-19 - Recorrente: PAULO FRANCISCO DE AVELAR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
Relator: MARCO AURELIO DE OLIVEIRA BARBOSA
33 - Processo nº: 19985.720694/2013-10 - Recorrente: NELSON RAMOS KUSTER e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
34 - Processo nº: 19985.721308/2013-15 - Recorrente: NELSON RAMOS KUSTER e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
35 - Processo nº: 11080.002262/2008-48 - Recorrente: CANDIDA TORRES MARQUES TEIXEIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
36 - Processo nº: 10980.725202/2013-58 - Recorrente: GLEUSA DA FONSECA CAMPOLIM e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
37 - Processo nº: 10073.721093/2015-02 - Recorrente: JOSE MAURILO ROBERTO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
38 - Processo nº: 10580.720250/2015-24 - Recorrente: JOSEVAL BRITO CARNEIRO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
39 - Processo nº: 10166.726755/2011-60 - Recorrente: MOACYR MONTELLA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
40 - Processo nº: 11080.727736/2012-44 - Recorrente: PAULO ROBERTO FARIAS DE LORENZI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
41 - Processo nº: 10166.728785/2011-19 - Recorrente: PLINIO MONTEIRO SOARES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
42 - Processo nº: 13811.720783/2011-18 - Recorrente: TOSIO ENOKI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
43 - Processo nº: 18186.007403/2010-02 - Recorrente: WIRNA CORREA PIRES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
Relator: MARCIO HENRIQUE SALES PARADA
44 - Processo nº: 13830.720898/2011-76 - Recorrente: ALOISIO PEDRO NOVELLI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
45 - Processo nº: 13830.720899/2011-11 - Recorrente: ALOISIO PEDRO NOVELLI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
46 - Processo nº: 13830.720900/2011-15 - Recorrente: ALOISIO PEDRO NOVELLI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

DIA 13 DE JULHO DE 2016, ÀS 14:00 HORAS
Relator: MARTIN DA SILVA GESTO
47 - Processo nº: 15504.722509/2015-06 - Recorrente: MARIA APARECIDA GROSSI FERNANDES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
48 - Processo nº: 15504.722510/2015-22 - Recorrente: MARIA APARECIDA GROSSI FERNANDES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
Relator: DILSON JATAHY FONSECA NETO
49 - Processo nº: 19515.008652/2008-86 - Recorrente: CLOVIS DE OLIVEIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
50 - Processo nº: 10830.007200/2004-14 - Recorrente: AIRTON DE ALMEIDA REZENDE - ESPÓLIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
51 - Processo nº: 10215.720198/2008-45 - Recorrente: CHESTHER GOMES PEDRO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
52 - Processo nº: 10630.721012/2009-55 - Recorrente: CLESIO CHAVES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
Relator: MARCO AURELIO DE OLIVEIRA BARBOSA
53 - Processo nº: 12448.721632/2010-11 - Recorrente: MARILENE ALMEIDA CARVALHO DE SOUZA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
54 - Processo nº: 13706.004654/2008-72 - Recorrente: MARILENE ALMEIDA CARVALHO DE SOUZA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
55 - Processo nº: 10735.720512/2014-69 - Recorrente: MARIA DE LOURDES DE SANT ANNA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
Relator: MARCIO HENRIQUE SALES PARADA
56 - Processo nº: 13882.720394/2013-11 - Recorrente: CIRILO DE OLIVEIRA NETO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
57 - Processo nº: 13882.720395/2013-57 - Recorrente: CIRILO DE OLIVEIRA NETO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
58 - Processo nº: 13882.720396/2013-00 - Recorrente: CIRILO DE OLIVEIRA NETO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
59 - Processo nº: 17613.720775/2012-31 - Recorrente: DORANY CARDOSO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
60 - Processo nº: 18363.720803/2013-53 - Recorrente: DORIS SANTOS BURLAMAQUI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
61 - Processo nº: 18239.000688/2011-61 - Recorrente: DULCE PEREIRA DA COSTA TOMPAKOW e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
62 - Processo nº: 12448.721117/2010-31 - Recorrente: EIMART JOSE ALVES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

DIA 14 DE JULHO DE 2016, ÀS 09:00 HORAS
Relator: JUNIA ROBERTA GOUVEIA SAMPAIO
63 - Processo nº: 13706.005900/2008-11 - Recorrente: HELIO SODRE DA MOTTA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
Relator: MARTIN DA SILVA GESTO
64 - Processo nº: 13819.720994/2015-04 - Recorrente: SAMUEL OSEAS BRAGA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
65 - Processo nº: 15504.722978/2015-17 - Recorrente: MARIA LUCIA DE ALMEIDA AGUIAR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
66 - Processo nº: 13819.721147/2015-59 - Recorrente: FRANCISCO GREGIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
67 - Processo nº: 10730.726662/2011-83 - Recorrente: HOMERO BICALHO DE REZENDE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
68 - Processo nº: 11080.721997/2015-01 - Recorrente: GERSON FERREIRA FILTER e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
69 - Processo nº: 12448.730746/2014-85 - Recorrente: CLARICE SLADE FARIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
70 - Processo nº: 13897.720149/2015-06 - Recorrente: JORGE HENRIQUE REINA NETO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

71 - Processo nº: 10660.725923/2010-38 - Recorrente: FRANCISCO ERNESTO BARBOZA FILHO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

72 - Processo nº: 13748.720165/2013-32 - Recorrente: MARIA AUGUSTA REGA TEIXEIRA SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: MARCIO HENRIQUE SALES PARADA

73 - Processo nº: 13975.000183/2010-78 - Recorrente: HELGA ANA CORDEIRO KRIECK e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

74 - Processo nº: 11080.006844/2008-01 - Recorrente: CLEUFE MARIA PERAZZOLO DE ZORZI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: DILSON JATAHY FONSECA NETO

75 - Processo nº: 10580.720943/2009-79 - Recorrente: DANIEL DE SOUZA OLIVEIRA NETO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

76 - Processo nº: 10580.720944/2009-13 - Recorrente: DANILO MONTEIRO DE ARAUJO OLIVEIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

DIA 14 DE JULHO DE 2016, ÀS 14:00 HORAS

Relator: DILSON JATAHY FONSECA NETO

77 - Processo nº: 10580.726976/2009-22 - Recorrente: JULIO CEZAR DOREA GUSMAO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

78 - Processo nº: 10580.720709/2009-41 - Recorrente: LUCIANO ROCHA SANTANA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: MARTIN DA SILVA GESTO

79 - Processo nº: 12448.721716/2015-69 - Recorrente: FRANCISCO CARLOS DA ROSA RAMOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

80 - Processo nº: 10183.721412/2015-24 - Recorrente: PEDRO SAKAMOTO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

81 - Processo nº: 12448.726719/2012-46 - Recorrente: GILBERTO MATTOS FARIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

82 - Processo nº: 10840.721495/2015-61 - Recorrente: PAULO ROBERTO ALMEIDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

MARCO AURELIO DE OLIVEIRA BARBOSA
Presidente

EVELINE COÊLHO DE MELO HOMAR
Chefe de Equipe da 2ª Câmara

CONSELHO DE RECURSOS DO SISTEMA NACIONAL DE SEGUROS PRIVADOS, DE PREVIDÊNCIA PRIVADA ABERTA E DE CAPITALIZAÇÃO

PAUTA DA 232ª SESSÃO DE JULGAMENTO

Pauta dos Recursos a serem julgados na 232ª Sessão de Julgamento do Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização - CRSNSP, a ser realizada no Ministério da Fazenda, sito à Av. Presidente Antonio Carlos, 375, sala 1111, Centro, Rio de Janeiro, na seguinte data e horário:

07 DE JULHO DE 2016, ÀS 10 HORAS.

1)RECURSO Nº 0411 -- PEDIDO DE REVISÃO - Processo SUSEP nº 15414.003240/98-12 - Recorrente: Sul América Santa Cruz Seguros S.A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Marcelo Augusto Camacho Rocha. Relator de Vista: Conselheiro Paulo Antonio Costa de Almeida Penido.

2)RECURSO Nº 0821 - PEDIDO DE REVISÃO - Processo SUSEP nº 10.006111/99-88 - Recorrente: Pecúlio União Previdência Privada; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro André Leal Faoro.

3)RECURSO Nº 1121 - PEDIDO DE REVISÃO - Processo SUSEP nº 10.002764/99-70 - Recorrente: Pecúlio União Previdência Privada; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Paulo Antonio Costa de Almeida Penido.

4)RECURSO Nº 1609 - PEDIDO DE REVISÃO - Processo SUSEP nº 005-00502/00 - Recorrente: Companhia Excelsior de Seguros; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Paulo Antonio Costa de Almeida Penido.

5)RECURSO Nº 4619 - Processo SUSEP nº 15414.200369/2005-49 - Recorrente: Valor Capitalização S/A - Em Liquidação Extrajudicial; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro André Leal Faoro.

6)RECURSO Nº 4623 - Processo SUSEP nº 15414.003273/2004-53 - Recorrente: RS Previdência; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Marcelo Augusto Camacho Rocha.

7)RECURSO Nº 4814 - Processo SUSEP nº 15414.002297/2006-57 - Recorrente: Companhia Mutual de Seguros; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Waldir Quintiliano da Silva.

8)RECURSO Nº 5043 - Processo SUSEP nº 15414.000021/2007-15 - Apenso: Recurso: 5447 Processo SUSEP nº 15414.001736/2008-76; Recorrente: APLUB - Previdência Privada; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Paulo Antonio Costa de Almeida Penido.

9)RECURSO Nº 5150 - Processo SUSEP nº 15414.000476/2005-79 - Apenso: Recurso: 5120 Processo SUSEP nº 15414.100678/2003-58 - Recorrente: Hiperplan Corretora de Seguros Ltda.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Marcelo Augusto Camacho Rocha.

10)RECURSO Nº 5688 - Processo SUSEP nº 008-00027/00 - Recorrente: Santos Seguradora S/A - Em Liquidação Extrajudicial; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Waldir Quintiliano da Silva.

11)RECURSO Nº 6061 - Processo SUSEP nº 15414.004311/2006-57 - Recorrente: Caixa Seguradora S.A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Waldir Quintiliano da Silva.

12)RECURSO Nº 6080 - Processo SUSEP nº 15414.100052/2009-37 - Recorrente: Companhia Itaú de Capitalização; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Waldir Quintiliano da Silva.

13)RECURSO Nº 6301 - Processo SUSEP nº 15414.004661/2011-81 - Recorrente: Caixa Seguradora S.A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relatora: Conselheira Ana Maria Melo Netto Oliveira.

14)RECURSO Nº 6326 - Processo SUSEP nº 15414.100455/2007-14 - Recorrente: QBE Brasil Seguros S/A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro André Leal Faoro.

15)RECURSO Nº 6528 - Processo SUSEP nº 15414.100599/2010-76 - Recorrente: American Life Companhia de Seguros; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Waldir Quintiliano da Silva.

16)RECURSO Nº 6612 - Processo SUSEP nº 15414.003513/2004-10 - Recorrente: PREVCAIXA Caixa de Previdência e Assistência; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Thompson da Gama Moret Santos.

17)RECURSO Nº 6617 - Processo SUSEP nº 15414.004258/2011-51 - Recorrente: Companhia Excelsior de Seguros; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro André Leal Faoro.

18)RECURSO Nº 6639 - Processo SUSEP nº 15414.100031/2012-17 - Recorrente: Mapfre Seguros Gerais; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Thompson da Gama Moret Santos.

19)RECURSO Nº 6653 - Processo SUSEP nº 15414.000082/2013-21 - Recorrente: Ace Resseguradora S.A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relatora: Conselheira Ana Maria Melo Netto Oliveira.

20)RECURSO Nº 6677 - Processo SUSEP nº 15414.004130/2011-98 - Recorrente: Companhia Excelsior de Seguros; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro André Leal Faoro.

21)RECURSO Nº 6712 - Processo SUSEP nº 15414.004481/2011-07 - Recorrente: National Western Life Insurance Company; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relatora: Conselheira Ana Maria Melo Netto Oliveira.

22)RECURSO Nº 6742 - Processo SUSEP nº 15414.300026/2011-21 - Recorrente: Itaú Seguros S.A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Marcelo Augusto Camacho Rocha.

23)RECURSO Nº 6745 - Processo SUSEP nº 15414.300031/2011-34 - Recorrente: Sabemi Seguradora S.A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Thompson da Gama Moret Santos.

24)RECURSO Nº 6755 - Processo SUSEP nº 15414.100679/2011-11 - Apenso: Processo SUSEP nº 15414.100680/2011-37 - Recorrente: Mapfre Vida S.A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro André Leal Faoro.

25)RECURSO Nº 6778 - Processo SUSEP nº 15414.200314/2012-68 - Recorrente: Associação dos Profissionais Liberais Universitários do Brasil - APLUB; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Paulo Antonio Costa de Almeida Penido.

26)RECURSO Nº 6798 - Processo SUSEP nº 15414.004480/2011-54 - Recorrente: Ricardo de Oliveira Tarantello; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Washington Luis Bezerra da Silva.

27)RECURSO Nº 6807 - Processo SUSEP nº 15414.004264/2011-17 - Recorrente: IRB-BRASIL Resseguros S.A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Marcelo Augusto Camacho Rocha.

28)RECURSO Nº 6818 - Processo SUSEP nº 15414.300104/2009-73 - Recorrente: Mapfre Vera Cruz Vida e Previdência S/A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relatora: Conselheira Ana Maria Melo Netto Oliveira.

29)RECURSO Nº 6821 - Processo SUSEP nº 15414.003793/2009-71 - Recorrente: Mitsui Sumitomo Seguros S.A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Marcelo Augusto Camacho Rocha.

30)RECURSO Nº 6827 - Processo SUSEP nº 15414.200398/2012-30 - Recorrente: APLUB Capitalização S.A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Marcelo Augusto Camacho Rocha.

31)RECURSO Nº 6831 - Processo SUSEP nº 15414.002682/2009-47 - Recorrente: Mapfre Vera Cruz Seguradora S/A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relatora: Conselheira Ana Maria Melo Netto Oliveira.

32)RECURSO Nº 6832 - Processo SUSEP nº 15414.001139/2009-22 - Recorrente: Companhia Excelsior de Seguros; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Thompson da Gama Moret Santos. Relator de Vista: Conselheiro Marcelo Augusto Camacho Rocha.

33)RECURSO Nº 6870 - Processo SUSEP nº 15414.200571/2011-19 - Recorrente: Federal de Seguros S.A - Em Liquidação Extrajudicial; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Waldir Quintiliano da Silva.

34)RECURSO Nº 6881 - Processo SUSEP nº 15414.002828/2010-98 - Recorrente: Companhia Excelsior de Seguros; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Washington Luis Bezerra da Silva.

35)RECURSO Nº 6887 - Processo SUSEP nº 15414.200478/2011-12 - Recorrente: MBM Previdência Privada; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Waldir Quintiliano da Silva.

36)RECURSO Nº 6895 - Processo SUSEP nº 15414.004715/2008-11 - Recorrente: Companhia Excelsior de Seguros; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Thompson da Gama Moret Santos.

37)RECURSO Nº 6906 - Processo SUSEP nº 15414.001524/2011-94 - Recorrente: Companhia Excelsior de Seguros; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relatora: Conselheira Ana Maria Melo Netto Oliveira.

38)RECURSO Nº 6907 - Processo SUSEP nº 15414.003353/2011-38 - Recorrente: Companhia Excelsior de Seguros; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Marcelo Augusto Camacho Rocha.

39)RECURSO Nº 6922 - Processo SUSEP nº 15414.200313/2012-13 - Recorrente: APLUB - Associação dos Profissionais Liberais Universitários do Brasil; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Waldir Quintiliano da Silva.

40)RECURSO Nº 6985 - Processo SUSEP nº 15414.002632/2011-84 - Recorrente: Companhia Excelsior de Seguros; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Washington Luis Bezerra da Silva.

41)RECURSO Nº 7022 - Processo SUSEP nº 15414.200193/2012-54 - Recorrente: Confiança Companhia de Seguros - em Liquidação Extrajudicial; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Waldir Quintiliano da Silva.

42)RECURSO Nº 7053 - Processo SUSEP nº 15414.100064/2012-67 - Recorrente: Mapfre Capitalização S/A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Waldir Quintiliano da Silva.

OBSERVAÇÕES:

1 - Nos casos em que se tornar impossível julgar todos os processos da pauta, fica facultado à Presidente suspender a sessão e reiniciá-la no dia útil subsequente, independentemente de nova convocação e publicação, conforme previsto no § 3º do artigo 19 do Regimento Interno do CRSNSP, aprovado pela Portaria MF nº 38, de 10 de fevereiro de 2016.

2 - Os pedidos de retirada de pauta deverão ser apresentados pelos recorrentes ou representantes legais até o dia 04 de julho de 2016 observando-se o disposto nos incisos I e II do § 3º do artigo 19 do Regimento Interno do CRSNSP, aprovado pela Portaria MF nº 38, de 10 de fevereiro de 2016. Tais pedidos, acompanhados das respectivas documentações, inclusive das comprobatórias da representação processual, deverão ser protocolizados na Secretaria Executiva do CRSNSP (Av. Presidente Antonio Carlos, 375, sala 1029VR, Centro, Rio de Janeiro), observado o prazo acima.

3 - Os recorrentes ou representantes legais que desejarem fazer sustentação oral durante a sessão de julgamento deverão encaminhar à Secretaria Executiva do CRSNSP, preferencialmente até o dia 04 de julho de 2016, o correspondente pedido de inscrição, que deverá ser encaminhado via correspondência eletrônica ao endereço secretaria.crsnsp@fazenda.gov.br.

Rio de Janeiro, 28 de junho de 2016.
ANA MARIA MELO NETTO OLIVEIRA
Presidente

CECÍLIA VESCOVI DE ARAGÃO BRANDÃO
Secretária Executiva

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA
SECRETARIA EXECUTIVA

DESPACHO DO SECRETÁRIO EXECUTIVO
Em 28 de junho de 2016

Nitere - Termo de Verificação Funcional nº 0005/2016.

Nº 102 - O Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do art. 5º do Regimento desse Conselho, e em cumprimento ao disposto no item 2.2.2.g do Manual de Registro de Modelo de Equipamento SAT, aprovado por Ato COTEPE/ICMS 06/12, de 13 de março de 2012 e alterações, torna público a aprovação do seguinte:

TERMO DE VERIFICAÇÃO FUNCIONAL DE MODELO DE EQUIPAMENTO SAT

Os representantes das Unidades Federadas, relacionados no item 4 deste Termo emitem o presente Termo de Verificação Funcional para os efeitos previstos no mencionado Ajuste e no Manual de Registro de Modelo de equipamento SAT.

1. Dados do Termo

1.1. Identificação do equipamento SAT

1.1.1. Marca: NITERE

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1.1.2. Modelo: NSAT4200
1.1.3. Versão do software básico: 02.00.03
1.2. Número do Termo: 005/2016
1.3. Data de emissão: 27/06/2016
1.4. Finalidade: Registro de modelo de equipamento SAT
1.5. Legislação aplicável:
1.5.1. Especificação Técnica de Requisitos do SAT (ER 2.18.08)
1.5.2. Roteiro de Análise do SAT (RA v. 1.6.14)
1.6. Laudo da análise técnica
1.6.1. Número: SAT020-016
1.6.2. Órgão técnico responsável
1.6.2.1. Razão social: Fundação Instituto Nacional de Telecomunicações - FINATEL
1.6.2.2. CNPJ: 24.492.886/0001-04
2. Identificação do fabricante/importador do SAT
2.1. Fabricante ou Importador: NITERE
2.2. Razão social: NITERE INDÚSTRIA DE PRODUTOS ELETRÔNICOS LTDA.
2.3. CNPJ: 10.261.693/0001-20
2.4. Inscrição estadual / UF: 00.1084711.00-01 (MG)
3. Informações do modelo registrado
3.1. Drivers de comunicação: arquivo "dllsat.dll".
3.1.1. Versão: 1.0.0.0
3.1.2. Sistema operacional: WINDOWS 7
3.1.3. Hash code/algoritmo (MD5): 5B62B09B477F6A422F37866E792F9419
3.2. Drivers de comunicação: arquivo "nsat-4200.inf".
3.2.1. Versão: 1.0.0.0
3.2.2. Sistema operacional: WINDOWS 7
3.2.3. Hash code/algoritmo (MD5): FB1CEB646A7E848E3D31583956CE1C13
4. Equipe responsável pela verificação funcional
4.1. Representantes das Unidades Federadas signatárias do Ajuste Sinief 11 de 24/10/2010 integrantes da equipe de Verificação funcional (Nome/RG/UF):
André Carballo Diaz (RG:25.617.929-3/SP)
Heitor Mitsutani (RG:12.401.217-6/SP)
Luciana Naomi Hirata (RG:43.468.830-7/SP)
Renato Hama (RG 25.292.426-5/SP)

MANUEL DOS ANJOS MARQUES TEIXEIRA

RETIFICAÇÕES

No Ato COTEPE/MVA nº 14, de 23 de junho de 2016, publicado no DOU de 24 de julho de 2016, Seção 1, páginas 104 e 105:
a) Onde se lê: "ATO COTEPE/MVA Nº 14, DE 23 DE JULHO DE 2016", leia-se: "ATO COTEPE/MVA Nº 14, DE 23 DE JUNHO DE 2016".
b) Na tabela I, onde se lê:
"(...)

UF	Gasolina Automotiva Comum e Álcool Anidro		Gasolina Automotiva Premium e Álcool Anidro		Álcool hidratado				Óleo Combustível		Gás Natural Veicular		Lubrificante Derivado de Petróleo Derivado de Petróleo		Lubrificante Não derivado de Petróleo			
	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais			Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais		
						Alíquota 7 %	Alíquota 12%	Originado de Importação 4%								Alíquota 7 %	Alíquota 12%	Originado de Importação 4%
*SP	75,44%	133,92%	75,44%	133,92%	20,01%	29,05%	36,38%	25,01%	10,48%	34,73%	-	-	61,31%	96,72%	61,31%	-	73,12%	88,85%

(...)"
leia-se:
"(...)

UF	Gasolina Automotiva Comum e Álcool Anidro		Gasolina Automotiva Premium e Álcool Anidro		Álcool hidratado				Óleo Combustível		Gás Natural Veicular		Lubrificante Derivado de Petróleo Derivado de Petróleo		Lubrificante Não derivado de Petróleo			
	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais			Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais		
						Alíquota 7 %	Alíquota 12%	Originado de Importação 4%								Alíquota 7 %	Alíquota 12%	Originado de Importação 4%
*SP	75,44%	133,92%	75,44%	133,92%	20,01%	29,05%	36,38%	25,01%	10,48%	34,73%	-	-	61,31%	96,72%	61,31%	-	73,12%	88,85%
*MA	26,18%	68,24%	26.18%	68,24%	14,95%	42,54%	34,87%	47,14%	9,62%	36,42%	-	-	61,31%	96,72%	61,31%	82,95%	73,11%	88,85%

(...)"
(...)"
c) Na tabela II, onde se lê:
"(...)

UF	Gasolina Automotiva Comum		Gasolina Automotiva Premium		Óleo Diesel		Óleo Diesel S10		GLP (P13)		GLP		Óleo Combustível		Gás Natural Veicular	
	Internas	Interes-ta-duais	Internas	Interes-ta-duais	Internas	Interes-ta-duais	Internas	Interes-ta-duais	Internas	Interes-ta-duais	Internas	Interes-ta-duais	Internas	Interes-ta-duais	Internas	Interes-ta-duais
*SP	75,44%	133,92%	75,44%	133,92%	34,20%	52,50%	34,32%	52,64%	184,60%	223,41%	87,22%	112,75%	-	-	-	-

(...)"

UF	Lubrificante Derivado de Petróleo		Lubrificante Não derivado de Petróleo				Álcool Hidratado			
	Internas	Interes-taduais	Internas	Interestaduais			Internas	Interestaduais		
				Alíquota 7%	Alíquota 12%	Originado de Importação 4%		Alíquota 7%	Alíquota 12%	Originado de Importação 4%
*SP	61,31%	96,72%	61,31%	-	73,12%	88,85%	36,27%	46,53%	54,85%	41,95%

(...)"
leia-se:
"(...)

UF	Gasolina Automotiva Comum		Gasolina Automotiva Premium		Óleo Diesel		Óleo Diesel S10		GLP (P13)		GLP		Óleo Combustível		Gás Natural Veicular	
	Internas	Interes-ta-duais	Internas	Interes-ta-duais	Internas	Interes-ta-duais	Internas	Interes-ta-duais	Internas	Interes-ta-duais	Internas	Interes-ta-duais	Internas	Interes-ta-duais	Internas	Interes-ta-duais
*SP	75,44%	133,92%	75,44%	133,92%	34,20%	52,50%	34,32%	52,64%	184,60%	223,41%	87,22%	112,75%	-	-	-	-
*MA	75,19%	133,59%	75,19%	133,59%	26,76%	54,59%	26,76%	54,59%	68,25%	105,18%	68,25%	105,18%	-	-	30,00%	-

UF	Lubrificante Derivado de Petróleo		Lubrificante Não derivado de Petróleo				Álcool Hidratado			
	Internas	Interes-taduais	Internas	Interestaduais			Internas	Interestaduais		
				Alíquota 7%	Alíquota 12%	Originado de Importação 4%		Alíquota 7%	Alíquota 12%	Originado de Importação 4%
*SP	61,31%	96,72%	61,31%	-	73,12%	88,85%	36,27%	46,53%	54,85%	41,95%
*MA	61,31%	96,72%	61,31%	82,95%	73,11%	88,85%	-	-	-	-

(...)"
d) Na tabela III, onde se lê:
"(...)

UF	Gasolina Automotiva Comum		Gasolina Automotiva Premium		Óleo Diesel		Óleo Diesel S10		GLP (P13)		GLP		QAV		Álcool Hidratado	
	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais
*SP	75,44%	133,92%	75,44%	133,92%	34,20%	52,50%	34,32%	52,64%	184,60%	223,41%	87,22%	112,75%	40,76%	87,69%	20,01%	25,01%

(...)"
leia-se:
"(...)

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

UF	Gasolina Automotiva Comum		Gasolina Automotiva Premium		Óleo Diesel		Óleo Diesel S10		GLP (P13)		GLP		QAV		Álcool Hidratado	
	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais
*SP	75,44%	133,92%	75,44%	133,92%	34,20%	52,50%	34,32%	52,64%	184,60%	223,41%	87,22%	112,75%	40,76%	87,69%	20,01%	25,01%
*MA	75,19%	133,59%	75,19%	133,59%	26,76%	54,59%	26,76%	54,59%	68,25%	105,18%	68,25%	105,18%	101,11%	142,30%	14,95%	47,14%

(...)"

e) Na tabela IV, onde se lê:

"(...)

UF	Gasolina Automotiva Comum e Álcool Anidro		Gasolina Automotiva Premium e Álcool Anidro		Óleo Combustível	
	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais
*SP	84,53%	146,04%	84,53%	146,04%	18,73%	44,80%

(...)"

leia-se:

"(...)

UF	Gasolina Automotiva Comum e Álcool Anidro		Gasolina Automotiva Premium e Álcool Anidro		Óleo Combustível	
	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais
*SP	84,53%	146,04%	84,53%	146,04%	18,73%	44,80%
*MA	76,36%	135,14%	76,36%	135,14%	18,98%	32,18%

(...)"

f) Na tabela V, onde se lê:

"(...)

UF	Gasolina Automotiva Comum		Gasolina Automotiva Premium		Óleo Diesel		Óleo Diesel S10		GLP (P13)		GLP		Óleo Combustível	
	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais
*SP	84,53%	146,04%	84,53%	146,04%	37,54%	56,29%	37,51%	56,26%	184,60%	223,41%	87,22%	112,75%	-	-

(...)"

leia-se:

"(...)

UF	Gasolina Automotiva Comum		Gasolina Automotiva Premium		Óleo Diesel		Óleo Diesel S10		GLP (P13)		GLP		Óleo Combustível	
	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais
*SP	84,53%	146,04%	84,53%	146,04%	37,54%	56,29%	37,51%	56,26%	184,60%	223,41%	87,22%	112,75%	-	-
*MA	152,69%	236,92%	152,69%	236,92%	40,79%	71,70%	40,79%	71,70%	68,25%	105,18%	68,25%	105,18%	81,11%	141,48%

(...)"

g) Na tabela VI, onde se lê:

"(...)

UF	Gasolina Automotiva Comum e Álcool Anidro		Gasolina Automotiva Premium e Álcool Anidro		Óleo Combustível	
	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais
*SP	116,08%	188,11%	116,08%	188,11%	19,11%	45,25%

(...)"

leia-se:

"(...)

UF	Gasolina Automotiva Comum e Álcool Anidro		Gasolina Automotiva Premium e Álcool Anidro		Óleo Combustível	
	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais
*SP	116,08%	188,11%	116,08%	188,11%	19,11%	45,25%
*MA	58,12%	110,83%	58,12%	110,83%	3,06%	37,41%

(...)"

h) Na tabela VII, onde se lê:

"(...)

UF	Gasolina Automotiva Comum		Gasolina Automotiva Premium		Óleo Diesel		Óleo Diesel S10		GLP (P13)		GLP		Óleo Combustível	
	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais
*SP	116,08%	188,11%	116,08%	188,11%	52,55%	73,35%	51,77%	72,46%	231,11%	223,41%	104,75%	132,67%	-	-

(...)"

leia-se:

"(...)

UF	Gasolina Automotiva Comum		Gasolina Automotiva Premium		Óleo Diesel		Óleo Diesel S10		GLP (P13)		GLP		Óleo Combustível	
	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais
*SP	116,08%	188,11%	116,08%	188,11%	52,55%	73,35%	51,77%	72,46%	231,11%	223,41%	104,75%	132,67%	-	-
*MA	119,54%	192,71%	119,54%	192,71%	49,28%	82,05%	49,28%	82,05%	74,15%	112,38%	74,15%	112,38%	86,59%	148,79%

(...)"

i) Na tabela VIII, onde se lê:

"(...)

UF	Gasolina Automotiva Comum e Álcool Anidro		Gasolina Automotiva Premium e Álcool Anidro		Óleo Combustível	
	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais
*SP	130,05%	206,74%	130,05%	206,74%	24,26%	51,54%

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

(...)"

leia-se:

"(...)

UF	Gasolina Automotiva Comum e Álcool Anidro		Gasolina Automotiva Premium e Álcool Anidro		Óleo Combustível	
	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais
*SP	130,05%	206,74%	130,05%	206,74%	24,26%	51,54%
*MA	121,00%	194,67%	121,00%	194,67%	90,37%	153,83%

(...)"

j) Na tabela IX, onde se lê:

"(...)

UF	Gasolina Automotiva Comum		Gasolina Automotiva Premium		Óleo Diesel		Óleo Diesel S10		GLP (P13)		GLP		Óleo Combustível	
	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais
*SP	130,05%	206,74%	130,05%	206,74%	56,87%	78,27%	55,85%	77,10%	231,11%	223,41%	104,75%	132,67%	-	-

(...)"

leia-se:

"(...)

UF	Gasolina Automotiva Comum		Gasolina Automotiva Premium		Óleo Diesel		Óleo Diesel S10		GLP (P13)		GLP		Óleo Combustível	
	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais
*SP	130,05%	206,74%	130,05%	206,74%	56,87%	78,27%	55,85%	77,10%	231,11%	223,41%	104,75%	132,67%	-	-
*MA	216,65%	322,21%	216,65%	322,21%	65,80%	102,20%	65,80%	102,20%	103,57%	148,26%	103,57%	148,26%	90,37%	153,83%

(...)"

k) Na tabela X, onde se lê:

"(...)

UF	Gasolina Automotiva Comum		Gasolina Automotiva Premium		Óleo Diesel		Óleo Diesel S10		GLP (P13)		GLP		QAV		Álcool Hidratado	
	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais
*SP	84,53%	146,04%	84,53%	146,04%	37,54%	56,29%	37,51%	56,26%	184,60%	223,41%	87,22%	112,75%	47,69%	96,92%	20,01%	25,01%

(...)"

leia-se:

"(...)

UF	Gasolina Automotiva Comum		Gasolina Automotiva Premium		Óleo Diesel		Óleo Diesel S10		GLP (P13)		GLP		QAV		Álcool Hidratado	
	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais
*SP	84,53%	146,04%	84,53%	146,04%	37,54%	56,29%	37,51%	56,26%	184,60%	223,41%	87,22%	112,75%	47,69%	96,92%	20,01%	25,01%
*MA	152,69%	236,92%	152,69%	236,92%	40,79%	71,70%	40,79%	71,70%	68,25%	105,18%	68,25%	105,18%	112,00%	155,42%	25,22%	65,22%

(...)"

l) Na tabela XI, onde se lê:

"(...)

UF	Gasolina Automotiva Comum		Gasolina Automotiva Premium		Óleo Diesel		Óleo Diesel S10		GLP (P13)		GLP		QAV		Álcool Hidratado	
	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais
*SP	116,08%	188,11%	116,08%	188,11%	52,55%	73,35%	51,77%	72,46%	231,11%	223,41%	104,75%	132,67%	47,97%	97,29%	20,01%	25,01%

(...)"

leia-se:

"(...)

UF	Gasolina Automotiva Comum		Gasolina Automotiva Premium		Óleo Diesel		Óleo Diesel S10		GLP (P13)		GLP		QAV		Álcool Hidratado	
	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais
*SP	116,08%	188,11%	116,08%	188,11%	52,55%	73,35%	51,77%	72,46%	231,11%	223,41%	104,75%	132,67%	47,97%	97,29%	20,01%	25,01%
*MA	119,54%	192,71%	119,54%	192,71%	49,28%	82,05%	49,28%	82,05%	74,15%	112,38%	74,15%	112,38%	110,36%	153,45%	25,22%	65,22%

(...)"

m) Na tabela XII, onde se lê:

"(...)

UF	Gasolina Automotiva Comum		Gasolina Automotiva Premium		Óleo Diesel		Óleo Diesel S10		GLP (P13)		GLP		QAV		Álcool Hidratado	
	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais
*SP	130,05%	206,74%	130,05%	206,74%	56,87%	78,27%	55,85%	77,10%	231,11%	223,41%	104,75%	132,67%	55,25%	107,00%	20,01%	25,01%

(...)"

leia-se:

"(...)

UF	Gasolina Automotiva Comum		Gasolina Automotiva Premium		Óleo Diesel		Óleo Diesel S10		GLP (P13)		GLP		QAV		Álcool Hidratado	
	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais
*SP	130,05%	206,74%	130,05%	206,74%	56,87%	78,27%	55,85%	77,10%	231,11%	223,41%	104,75%	132,67%	55,25%	107,00%	20,01%	25,01%
*MA	216,65%	322,21%	216,65%	322,21%	65,80%	102,20%	65,80%	102,20%	103,57%	148,26%	103,57%	148,26%	121,75%	167,17%	25,22%	65,22%

(...)"

n) Na tabela XIII, onde se lê:

"(...)

	Álcool hidratado			
UF	Internas	Interestaduais		
		7%	12%	Originado de Importação 4%
*SP	20,01%	-	36,38%	-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

(...)"

leia-se:

"(...)

	Álcool hidratado			
UF	Internas	Interestaduais		
		7%	12%	Originado de Importação 4%
*SP	20,01%	-	36,38%	-
*MA	25,22%	60,04%	51,43%	-

(...)"

o) Na tabela XIV, onde se lê:

"(...)

UF	Lubrificantes Derivados de Petróleo		Lubrificantes Não Derivados de Petróleo			
	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais		
				7%	12%	Originado de Importação 4%
SP	61,31%	96,72%	61,31%	-	73,12%	88,85%

(...)"

leia-se:

"(...)

UF	Lubrificantes Derivados de Petróleo		Lubrificantes Não Derivados de Petróleo			
	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais		
				7%	12%	Originado de Importação 4%
SP	61,31%	96,72%	61,31%	-	73,12%	88,85%
*MA	61,31%	96,72%	61,31%	82,95%	73,11%	88,85%

(...)"

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA SECCIONAL DA FAZENDA NACIONAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 1, DE 29 DE JUNHO DE 2016

Exclui pessoa jurídica do Parcelamento Especial (Paex), de que trata o art. 1º da Medida Provisória nº 303, de 29 de maio de 2006.

O PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL EM BENTO GONÇALVES - RS, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos arts. 1º e 7º da Medida Provisória nº 303, de 29 de junho de 2006, e nos arts. 6º a 13º da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 1, de janeiro de 2007, declara:

Art. 1º Ficam excluídas do Parcelamento Excepcional (Paex) de que trata o art. 1º da Medida Provisória nº 303, de 2006, de acordo com seu art. 7º, as pessoas jurídicas relacionadas no Anexo Único a este Ato Declaratório Executivo (ADE), tendo em vista que foi constatada a ocorrência de dois meses consecutivos ou alternados sem recolhimento das parcelas do Paex ou com recolhimento parcial.

Art. 2º É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 (dez) dias, contados da data de publicação deste Ato Declaratório Executivo, apresentar recurso administrativo dirigido ao Procurador-Seccional da Fazenda Nacional em Bento Gonçalves.

Parágrafo único. O recurso administrativo deverá ser protocolado na sede da Procuradoria Seccional da Fazenda Nacional em Bento Gonçalves, localizada na Av. Planalto, nº 901.

Art. 3º Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no art. 2º, a exclusão do PAEX será definitiva.

Art. 4º Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

HUGO CABRAL VICTORIO

ANEXO ÚNICO

Relação das pessoas jurídicas excluídas do Parcelamento Excepcional (Paex). Dois meses consecutivos ou alternados sem recolhimento das parcelas ou com recolhimento parcial.

NOME	CNPJ	PROCESSO ADMINISTRATIVO
Durli & Cia Ltda	01.951.580/0001-65	11523.000286/2011-10

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 2, DE 29 DE JUNHO DE 2016

Exclui pessoa jurídica do Parcelamento Especial (Paes), de que trata o art. 1º da Lei 10.684, de 30 de maio de 2003.

O PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL EM BENTO GONÇALVES - RS, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos art. 1º e 7º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, no art. 12 da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, nos art. 9º a 17 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 3, de 25 de agosto de 2004, e na Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 4, de 20 de setembro de 2004, declara:

:

Art. 1º Ficam excluídos do Parcelamento Especial (Paes) de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, na forma do art. 7º da citada lei, os sujeitos passivos relacionados no Anexo Único, tendo em vista que foi constatada a ocorrência de três meses consecutivos ou seis alternados em que o sujeito passivo não efetuou recolhimento das parcelas do Paes ou que estes tenham sido realizados em valor inferior ao fixado nos incisos II e III do § 3º incisos I e II do § 4º e § 6º do art. 1º da Lei nº 10.684, de 2003.

Art. 2º É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 (dez) dias, contados da data de publicação deste Ato Declaratório Executivo, apresentar recurso administrativo dirigido ao Procurador Seccional da Fazenda Nacional em Bento Gonçalves/RS.

Parágrafo único. O recurso administrativo deverá ser protocolado na sede da Procuradoria Seccional da Fazenda Nacional em Bento Gonçalves/RS, localizada na Av. Planalto, 901 - São Bento-Bento Gonçalves /RS.

Art. 3º Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no art. 2º, a exclusão do Paes será definitiva.

Art. 4º Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

HUGO CABRAL VICTORIO

ANEXO ÚNICO

Relação das pessoas jurídicas excluídas do Parcelamento Excepcional (Paes). Três meses consecutivos ou seis alternados sem recolhimento das parcelas ou com recolhimento parcial.

NOME	CNPJ	PROCESSO ADMINISTRATIVO
SULBRA IND E COM DE AUTO PEÇAS LTDA	93.886.190/0001-77	15693.000137/2011-41

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SUBSECRETARIA DE TRIBUTAÇÃO E CONTENCIOSO
COORDENAÇÃO-GERAL DE TRIBUTAÇÃO

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 90, DE 14 DE JUNHO DE 2016

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS

EMENTA: CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. SAT. GILRAT. GRAU DE RISCO. ATIVIDADE PREPONDERANTE. CNAE.

A atividade econômica principal da empresa, que define o código CNAE principal a ser informado no cadastro do CNPJ, não se confunde com a atividade preponderante do estabelecimento (matriz ou filial), atividade esta que é utilizada para se determinar o grau de incidência de incapacidade laborativa decorrente dos riscos ambientais do trabalho (GILRAT/SAT).

Para fins do disposto no art. 72, § 1º, da IN RFB nº 971, de 2009, deve-se observar as atividades efetivamente desempenhadas pelos segurados empregados e trabalhadores avulsos, independentemente do objeto social da pessoa jurídica ou das atividades descritas em sua inscrição no CNPJ.

O enquadramento do estabelecimento no correspondente grau de risco é de responsabilidade da empresa, e deve ser feito mensalmente, de acordo com sua atividade econômica preponderante.

Os segurados empregados que prestam serviços em atividades-meio deverão ser considerados na apuração do grau de risco.

SOLUÇÃO DE CONSULTA PARCIALMENTE VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 78, DE 24 DE MARÇO DE 2015.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 8.212, de 1991, art. 22, II; IN RFB nº 1436, de 2013, art. 17; Decreto nº 3.048, de 1999, art. 202; IN RFB nº 971, de 2009, art. 72.

FERNANDO MOMBELLI
Coordenador-Geral

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 91, DE 14 DE JUNHO DE 2016

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS - IPI

EMENTA: ISENÇÃO. AUTOMÓVEIS ADQUIRIDOS POR PORTADORES DE DEFICIÊNCIA FÍSICA, VISUAL, MENTAL SEVERA OU PROFUNDA, OU AUTISTAS. VEÍCULOS NACIONALIZADOS.

A isenção do IPI para automóveis de passageiros quando adquiridos por pessoas portadoras de deficiência física, visual, mental severa ou profunda, ou autistas, prevista no art. 1º, inciso IV, da Lei nº 8.989, de 1995, e no art. 55, inciso IV, do Decreto nº 7.212, de 2010 (Ripi/2010), contempla, em regra, veículos nacionais, assim entendidos aqueles que resultem de quaisquer das operações de industrialização mencionadas no art. 4º do mesmo Ripi, realizadas no Brasil. O benefício, no entanto, estende-se aos automóveis de procedência estrangeira, quando importados de países em relação aos quais, através de acordo ou convenção internacional firmados pelo Brasil, tenha sido garantida igualdade de tratamento, quanto aos tributos internos, entre o produto importado e o nacional - tal ocorre, por exemplo, nas importações de veículos originários e procedentes de países signatários do GATT/OMC ou que a ele tenham aderido (por força das disposições dos §§ 1º e 2º desse Tratado, promulgado pela Lei nº 313, de 1948). Contudo, nesse caso, a isenção em pauta abrange apenas a saída dos veículos automotores do respectivo estabelecimento importador do veículo, equiparado a industrial, não abrangendo o IPI vinculado à importação, devido no desembaraço aduaneiro do mesmo produto.

ACESSÓRIOS OPCIONAIS.

A referida isenção, da mesma forma que no caso de veículos nacionais, não se estende a quaisquer acessórios opcionais que não sejam equipamentos originais do veículo adquirido e que, portanto, devem necessariamente já estar a ele incorporados por ocasião da respectiva importação e desembaraço aduaneiro.

CRÉDITOS. ANULAÇÃO. PRODUTOS NACIONALIZADOS.

Os créditos relativos ao IPI pago no desembaraço aduaneiro dos veículos importados, procedentes de países signatários do GATT/OMC ou que a ele tenham aderido, deverão ser anulados pelo importador em sua escrita fiscal, mediante estorno, quando, posteriormente, vender esses produtos nacionalizados no mercado interno com a isenção de que trata o art 1º, inciso IV, da Lei nº 8.989, de 1995, não se aplicando ao caso o art. 4º, incisos I e II, dessa Lei, nem o disposto no art. 11 da Lei nº 9.779, de 1999. Não há previsão legal para manutenção do crédito nessas operações.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Constituição Federal/1988, art. 5º, § 2º; Lei nº 5.172/1966, Código Tributário Nacional (CTN), arts. 46, 98, 111 e 256; Acordo Geral de Tarifas Aduaneiras e Comércio -

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

GATT, art. III, § 2º (Lei nº 313/1948); Lei nº 8.989/1995, arts. 1º, inciso IV, 4º e 5º; Lei nº 12.767/2012, art. 29; Decreto n° 7.212/2010, Regulamento do IPI (Ripi/2010), arts. 55 a 57 e 615; PN CST nº 40/1975; IN RFB n° 988/2009, arts. 1º e 2º.

FERNANDO MOMBELLI
Coordenador-Geral

SOLUÇÃO DE DIVERGÊNCIA Nº 6, DE 13 DE JUNHO DE 2016

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS

EMENTA: CRÉDITOS DA NÃO CUMULATIVIDADE . MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DESTINADOS AO ATIVO IMOBILIZADO. APURAÇÃO DEPOIS DA ALIENAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE.

É vedada a apuração do crédito de que trata o § 14 do art. 3º da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, após a alienação do bem, dado não haver o aproveitamento econômico do bem na locação a terceiros, na produção de bens destinados à venda ou na prestação de serviços, bem como não haver possibilidade de depreciação de um bem após sua efetiva alienação.

FICA REFORMADA A SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 172, DA DISIT/SRRF09, DE 06 DE SETEMBRO DE 2012, NO QUE TANGE À POSSIBILIDADE DE CRÉDITOS, APÓS A ALIENAÇÃO DO BEM.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 10.833, de 2003, art. 3º, caput, inciso VI, § 1º, III, e § 14.

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP

EMENTA: CRÉDITOS DA NÃO CUMULATIVIDADE. MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DESTINADOS AO ATIVO IMOBILIZADO. APURAÇÃO DEPOIS DA ALIENAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE.

É vedada a apuração do crédito de que trata o § 14 do art. 3º c/c o inciso II do art. 15 da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, após a alienação do bem, dado não haver o aproveitamento econômico do bem na locação a terceiros, na produção de bens destinados à venda ou na prestação de serviços, bem como não haver possibilidade de depreciação de um bem após sua efetiva alienação.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 10.637, de 2002, art. 3º, caput, inciso VI, § 1º, III; Lei nº 10.833, de 2003, art. 3º, caput, inciso VI, § 1º, III, e § 14, e art. 15, II.

FICA REFORMADA A SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 172, DA DISIT/SRRF09, DE 06 DE SETEMBRO DE 2012, NO QUE TANGE À POSSIBILIDADE DE CRÉDITOS, APÓS A ALIENAÇÃO DO BEM.

FERNANDO MOMBELLI
Coordenador-Geral

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 1ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CUIABÁ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 31, DE 9 DE JUNHO DE 2016

Reconhece o direito à redução do imposto de renda das pessoas jurídicas e adicionais não restituíveis, incidentes sobre o lucro da exploração, relativo ao projeto de implantação do empreendimento na área de atuação da SUDAM, da pessoa jurídica que menciona.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CUIABÁ-MT, no uso da atribuição que lhe confere no artigo 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n.º 203, de 14 de maio de 2012, publicada na Seção I do Diário Oficial da União de 17 de maio de 2012, considerando o disposto no art. 1° da Medida Provisória n° 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, com redação dada pela Lei n° 11.196, de 21 de novembro de 2005, art. 3º do Decreto n° 4.212, de 26 de abril de 2002, e art. 60 da Instrução Normativa SRF n° 267, de 23 de dezembro de 2002, declara:

Art. 1°.Fica reconhecido o direito da empresa BRASIL AGROPULSES LTDA-EPP, CNPJ: 06.092.176/0002-88, à redução de 75% (setenta e cinco por cento) do imposto de renda das pessoas jurídicas e adicionais não restituíveis, incidentes sobre o lucro da exploração dos resultados adicionais criados pelo projeto de implantação da empresa na área de atuação da SUDAM, pelo prazo de 10 (dez) anos a partir do ano-calendário de 2015, com base no LAUDO CONSTITUTIVO N° 90/2015 da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM e conforme consta no processo administrativo n° 13153.720089/2016-06:

I - CNPJ do Estabelecimento Incentivado: 06.092.176/0002-88;

II - Localização: Rod BR 163, s/n, km 760, Sorriso/MT, CEP: 78890-000;

III - Enquadramento do empreendimento: Alínea 'h', Inciso VI, do art. 2° do Decreto n° 4.212/2002 - "alimentos e bebidas";

IV - Produto Incentivado: Feijão Beneficiado e seus subprodutos.

V - Capacidade instalada anual: 42.336 toneladas.

Art. 2º.O valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução de que trata o artigo anterior, não poderá ser distribuído aos sócios e constituirá reserva de capital da pessoa jurídica, que somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento do capital social, sendo considerada como distribuição do valor do imposto (art. 545 do Decreto n° 3.000, de 26 de março de 1999, Regulamento do Imposto de Renda - RIR):

I -a restituição de capital aos sócios, em casos de redução do capital social, até o montante do aumento com incorporação da reserva; e

II - a partilha do acervo líquido da sociedade dissolvida, até o valor do saldo da reserva de capital.

Art. 3°. A inobservância do disposto no artigo anterior, bem como a existência de débitos relativos a tributos ou contribuições federais, importará na perda do incentivo e obrigação de recolher o imposto que a pessoa jurídica tiver deixado de pagar, acrescido das penalidades cabíveis.

Art. 4º. Estão obrigadas à apuração do lucro real as pessoas jurídicas que usufruam de benefícios fiscais relativos à isenção ou à redução do imposto.

Art. 5°. Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

SIMONE CHIOSINI SANCHES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 32, DE 9 DE JUNHO DE 2016

Reconhece o direito à redução do imposto de renda das pessoas jurídicas e adicionais não restituíveis, incidentes sobre o lucro da exploração, relativo ao projeto de implantação do empreendimento na área de atuação da SUDAM, da pessoa jurídica que menciona.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CUIABÁ-MT, no uso da atribuição que lhe confere no artigo 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n.º 203, de 14 de maio de 2012, publicada na Seção I do Diário Oficial da União de 17 de maio de 2012, considerando o disposto no art. 1° da Medida Provisória n° 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, com redação dada pela Lei n° 11.196, de 21 de novembro de 2005, art. 3º do Decreto n° 4.212, de 26 de abril de 2002, e art. 60 da Instrução Normativa SRF n° 267, de 23 de dezembro de 2002, declara:

Art. 1°.Fica reconhecido o direito da empresa BRASIL AGROPULSES LTDA-EPP, CNPJ: 06.092.176/0002-88, à redução de 75% (setenta e cinco por cento) do imposto de renda das pessoas jurídicas e adicionais não restituíveis, incidentes sobre o lucro da exploração dos resultados adicionais criados pelo projeto de implantação da empresa na área de atuação da SUDAM, pelo prazo de 10 (dez) anos a partir do ano-calendário de 2015, com base no LAUDO CONSTITUTIVO N° 91/2015 da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM e conforme consta no processo administrativo n° 13153.720089/2016-06:

I - CNPJ do Estabelecimento Incentivado: 06.092.176/0002-88;

II - Localização: Rod BR 163, s/n, km 760, Sorriso/MT, CEP: 78890-000;

III - Enquadramento do empreendimento: Alínea 'h', Inciso VI, do art. 2° do Decreto n° 4.212/2002 - "alimentos e bebidas";

IV - Produto Incentivado: Milho Beneficiado.

V - Capacidade instalada anual: 8.669 toneladas.

Art. 2º.O valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução de que trata o artigo anterior, não poderá ser distribuído aos sócios e constituirá reserva de capital da pessoa jurídica, que somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento do capital social, sendo considerada como distribuição do valor do imposto (art. 545 do Decreto n° 3.000, de 26 de março de 1999, Regulamento do Imposto de Renda - RIR):

I - a restituição de capital aos sócios, em casos de redução do capital social, até o montante do aumento com incorporação da reserva; e

II - a partilha do acervo líquido da sociedade dissolvida, até o valor do saldo da reserva de capital.

Art. 3°. A inobservância do disposto no artigo anterior, bem como a existência de débitos relativos a tributos ou contribuições federais, importará na perda do incentivo e obrigação de recolher o imposto que a pessoa jurídica tiver deixado de pagar, acrescido das penalidades cabíveis.

Art. 4º. Estão obrigadas à apuração do lucro real as pessoas jurídicas que usufruam de benefícios fiscais relativos à isenção ou à redução do imposto.

Art. 5°. Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

SIMONE CHIOSINI SANCHES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 33, DE 9 DE JUNHO DE 2016

Reconhece o direito à redução do imposto de renda das pessoas jurídicas e adicionais não restituíveis, incidentes sobre o lucro da exploração, relativo ao projeto de implantação do empreendimento na área de atuação da SUDAM, da pessoa jurídica que menciona.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CUIABÁ-MT, no uso da atribuição que lhe confere no artigo 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n.º 203, de 14 de maio de 2012, publicada na Seção I do Diário Oficial da União de 17 de maio de 2012, considerando o disposto no art. 1° da Medida Provisória n° 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, com redação dada pela Lei n° 11.196, de 21 de novembro de 2005, art. 3º do Decreto n° 4.212, de 26 de abril de 2002, e art. 60 da Instrução Normativa SRF n° 267, de 23 de dezembro de 2002, declara:

Art. 1°.Fica reconhecido o direito da empresa BRASIL AGROPULSES LTDA-EPP, CNPJ: 06.092.176/0002-88, à redução de 75% (setenta e cinco por cento) do imposto de renda das pessoas jurídicas e adicionais não restituíveis, incidentes sobre o lucro da exploração dos resultados adicionais criados pelo projeto de implantação da empresa na área de atuação da SUDAM, pelo prazo de 10 (dez) anos a partir do ano-calendário de 2015, com base no LAUDO CONSTITUTIVO N° 92/2015 da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM e conforme consta no processo administrativo n° 13153.720089/2016-06:

I - CNPJ do Estabelecimento Incentivado: 06.092.176/0002-88;

II - Localização: Rod BR 163, s/n, km 760, Sorriso/MT, CEP: 78890-000;

III - Enquadramento do empreendimento: Alínea 'h', Inciso VI, do art. 2° do Decreto n° 4.212/2002 - "alimentos e bebidas";

IV - Produto Incentivado: Milho Pipoca Beneficiado.

V - Capacidade instalada anual: 1.814 toneladas.

Art. 2º.O valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução de que trata o artigo anterior, não poderá ser distribuído aos sócios e constituirá reserva de capital da pessoa jurídica, que somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento do capital social, sendo considerada como distribuição do valor do imposto (art. 545 do Decreto n° 3.000, de 26 de março de 1999, Regulamento do Imposto de Renda - RIR):

I - a restituição de capital aos sócios, em casos de redução do capital social, até o montante do aumento com incorporação da reserva; e

II - a partilha do acervo líquido da sociedade dissolvida, até o valor do saldo da reserva de capital.

Art. 3°. A inobservância do disposto no artigo anterior, bem como a existência de débitos relativos a tributos ou contribuições federais, importará na perda do incentivo e obrigação de recolher o imposto que a pessoa jurídica tiver deixado de pagar, acrescido das penalidades cabíveis.

Art. 4º. Estão obrigadas à apuração do lucro real as pessoas jurídicas que usufruam de benefícios fiscais relativos à isenção ou à redução do imposto.

Art. 5°. Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

SIMONE CHIOSINI SANCHES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 34, DE 9 DE JUNHO DE 2016

Reconhece o direito à redução do imposto de renda das pessoas jurídicas e adicionais não restituíveis, incidentes sobre o lucro da exploração, relativo ao projeto de implantação do empreendimento na área de atuação da SUDAM, da pessoa jurídica que menciona.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CUIABÁ-MT, no uso da atribuição que lhe confere no artigo 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n.º 203, de 14 de maio de 2012, publicada na Seção I do Diário Oficial da União de 17 de maio de 2012, considerando o disposto no art. 1° da Medida Provisória n° 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, com redação dada pela Lei n° 11.196, de 21 de novembro de 2005, art. 3º do Decreto n° 4.212, de 26 de abril de 2002, e art. 60 da Instrução Normativa SRF n° 267, de 23 de dezembro de 2002, declara:

Art. 1°.Fica reconhecido o direito da empresa BRASIL AGROPULSES LTDA-EPP, CNPJ: 06.092.176/0002-88, à redução de 75% (setenta e cinco por cento) do imposto de renda das pessoas jurídicas e adicionais não restituíveis, incidentes sobre o lucro da exploração dos resultados adicionais criados pelo projeto de implantação da empresa na área de atuação da SUDAM, pelo prazo de 10 (dez) anos a partir do ano-calendário de 2016, com base no LAUDO CONSTITUTIVO N° 93/2015 da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM e conforme consta no processo administrativo n° 13153.720089/2016-06:

I - CNPJ do Estabelecimento Incentivado: 06.092.176/0002-88;

II - Localização: Rod BR 163, s/n, km 760, Sorriso/MT, CEP: 78890-000;

III - Enquadramento do empreendimento: Alínea 'h', Inciso VI, do art. 2° do Decreto n° 4.212/2002 - "alimentos e bebidas";

IV - Produto Incentivado: Soja Beneficiada.

V - Capacidade instalada anual: 16.027 toneladas.

Art. 2º.O valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução de que trata o artigo anterior, não poderá ser distribuído aos sócios e constituirá reserva de capital da pessoa jurídica, que somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento do capital social, sendo considerada como distribuição do valor do imposto (art. 545 do Decreto n° 3.000, de 26 de março de 1999, Regulamento do Imposto de Renda - RIR):

I - a restituição de capital aos sócios, em casos de redução do capital social, até o montante do aumento com incorporação da reserva; e

II - a partilha do acervo líquido da sociedade dissolvida, até o valor do saldo da reserva de capital.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 3°. A inobservância do disposto no artigo anterior, bem como a existência de débitos relativos a tributos ou contribuições federais, importará na perda do incentivo e obrigação de recolher o imposto que a pessoa jurídica tiver deixado de pagar, acrescido das penalidades cabíveis.

Art. 4º. Estão obrigadas à apuração do lucro real as pessoas jurídicas que usufruam de benefícios fiscais relativos à isenção ou à redução do imposto.

Art. 5°. Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

SIMONE CHIOSINI SANCHES

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 2ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MANAUS
SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 58, DE 28 DE JUNHO DE 2016

Declara baixada a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda da pessoa jurídica que menciona.

O CHEFE DO SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MANAUS, no uso de suas atribuições que lhe confere o Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n.º 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU, em 17 de maio de 2012; por força do inciso IX do art. 13, da Portaria de Delegação de Competência do Delegado da DRF/MNS nº 71, de 09 de junho de 2014; nos termos do artigo 31, § 2., da Instrução Normativa RFB nº. 1634, de 06 de maio de 2016 (DOU 09/05/2016) e ainda, de acordo com o que ficou apurado no processo administrativo n.º 10283.724256/2015-25, declara:

Art. 1º. Baixada a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, da pessoa jurídica, A C NADAF NETO ASSESSORIA - ME, CNPJ 09.343.810/0001-15, por não ter atendido à intimação para regularizar a situação descrita no referido Processo Administrativo.

Art. 2º. Inidôneos e não produzindo efeitos tributários em favor de terceiros interessados, os documentos emitidos por essa pessoa jurídica a partir da data da publicação deste Ato.

GLAYTON BATISTA DA SILVA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 4ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NATAL
SEÇÃO DE ORIENTAÇÃO E ANÁLISE TRIBUTÁRIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 24, DE 24 DE JUNHO DE 2016

Reconhece Direito ao Benefício de Redução do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e Adicionais Não Restituíveis calculados com base no Lucro da Exploração.

O CHEFE DA SEÇÃO DE ORIENTAÇÃO E ANÁLISE TRIBUTÁRIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NATAL/RN, no uso da atribuição que lhe confere o art. 4º, incisos II e VIII, da Portaria DRF/NAT nº 92, de 29 de agosto de 2012; tendo em vista o disposto no art. 60, caput, da Instrução Normativa SRF nº 267 de 23 de dezembro de 2002, e considerando, ainda, o contido no processo nº 10469.720506/2016-61, DECLARA:

Art. 1º RECONHECER o direito da pessoa jurídica COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE - COSERN, CNPJ nº 08.324.196/0001-81, à redução do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica e adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, relativamente ao empreendimento de que trata o Laudo Constitutivo nº 0165/2015, expedido pelo Ministério da Integração Nacional - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, na forma a seguir discriminada:

I - CNPJ da Unidade Produtora: 08.324.196/0001-81;

II - Endereço da Unidade Produtora: Rua Mermoz, n° 150, Baldo, Natal/RN;

III - Fundamentação Legal para o reconhecimento do direito : art. 13 da Lei nº 4.239, de 27 de junho de 1963, com a redação dada pelo art. 1º do Decreto-lei nº 1.564, de 29 de julho de 1977, com as alterações introduzidas pelo art. 1º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, e com a nova redação dada pelo art. 69 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, e do Decreto nº 6.539, de 18 de agosto de 2008, alterado pelo Decreto nº 6.674, de 03 de dezembro de 2008;

IV - Condição Onerosa Atendida: Modernização total de empreendimento na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE;

V - Setor Prioritário Considerado: Infra-estrutura (Energia), Decreto 4.213, art. 2°, inciso I;

VI - Atividade Objeto da Redução: Distribuição de energia elétrica;

VII - Capacidade Instalada do Empreendimento: 7.376.700 megawatt-hora/ano;

VIII - Ano-calendário em que o empreendimento entrou em operação: 2012;

XIX - Prazo de Vigência da Redução: 10 (dez) anos;

X - Início do Prazo: ano-calendário de 2015;

XI - Término do Prazo: ano-calendário de 2024;

XII - Percentual de Redução do Imposto de Renda e adicionais não restituíveis: 75%.

Art 2º A fruição do benefício fica submetida ao cumprimento pela empresa das exigências relacionadas no Laudo Constitutivo nº 0165/2015, bem assim, das demais normas regulamentares..

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

MANOEL ALENCAR DOS SANTOS

DIVISÃO DE TRIBUTAÇÃO

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 4.011, DE 16 DE JUNHO DE 2016

Assunto: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins

O ICMS cobrado por substituição tributária (ICMS-ST), pago pelo adquirente na condição de substituto, não integra o valor das aquisições de mercadorias para revenda, por não constituir custo de aquisição, mas sim uma antecipação do imposto devido pelo contribuinte substituído na operação de saída da mercadoria. Sobre a parcela do ICMS-ST, não poderá a pessoa jurídica descontar créditos de Cofins, no regime de apuração não cumulativa dessa contribuição.

VINCULAÇÃO À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 106, DE 11 DE ABRIL DE 2014.

Dispositivos Legais: Constituição Federal, art. 150; Lei Complementar nº 87, de 1996, arts. 9º, 10 e 13; Lei nº 10.637, de 2002, arts. 3º e 66; Instrução Normativa SRF nº 404, de 2004, art. 8º; Instrução Normativa SRF nº 594, de 2005; Parecer Normativo CST nº 70, de 1972; Parecer Normativo CST nº 77, de 1986.

Assunto: Contribuição para o PIS/Pasep

O ICMS cobrado por substituição tributária (ICMS-ST), pago pelo adquirente na condição de substituto, não integra o valor das aquisições de mercadorias para revenda, por não constituir custo de aquisição, mas sim uma antecipação do imposto devido pelo contribuinte substituído na operação de saída da mercadoria. Sobre a parcela do ICMS-ST, não poderá a pessoa jurídica descontar créditos de Contribuição para o PIS/Pasep, no regime de apuração não cumulativa dessa contribuição.

VINCULAÇÃO À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 106, DE 11 DE ABRIL DE 2014.

Dispositivos Legais: Constituição Federal, art. 150; Lei Complementar nº 87, de 1996, arts. 9º, 10 e 13; Instrução Normativa SRF nº 247, de 2002, art. 66; Instrução Normativa SRF nº 594, de 2005; Parecer Normativo CST nº 70, de 1972; Parecer Normativo CST nº 77, de 1986.

FLÁVIO OSÓRIO DE BARROS
Chefe

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 6ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JUIZ DE FORA
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 7, DE 27 DE JUNHO DE 2016

Atualiza marcas comerciais relativo aos Registros Especiais nº 06104/193 e 06104/194.

O CHEFE DA SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JUIZ DE FORA-MG, por delegação de competência conferida através do artigo 5º da Portaria DRF/JFA/MG nº 59, de 14 de junho de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 19 de junho de 2012, e tendo em vista o disposto no art. 3º da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, e de acordo com o processo administrativo nº 10640.721320/2016-91, declara:

Art.1º.- O estabelecimento da empresa DESTOM INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, CNPJ 20.746.370/0001-80, situado na estrada Faria Lemos acesso a Carangola, 5,5 km, Zona Rural, Faria Lemos, MG, está inscrito no Registro Especial sob o nº 06104/193 e 06104/194, como produtor e engarrafador, conformes Declaratórios Executivos nº 5 e 6, de 15 de junho de 2016, da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Juiz de Fora - MG.

Art. 2º.- O estabelecimento supra citado está autorizado a produzir, engarrafar e comercializar os produtos abaixo discriminados:

MARCA COMERCIAL	CAPACIDADE DO RECIPIENTE (ml)
1000 MONTES AMBURANA	500
1000 MONTES AMENDOIM	500
1000 MONTES BRUTA	500
1000 MONTES CARVALHO	500
1000 MONTES JEQUITIBÁ ROSA	500
B Honey	750
SPIRAL	700

Art. 3º - A presente autorização poderá ser cancelada a qualquer tempo em caso de inobservância, pela beneficiária, de qualquer dos requisitos que condicionaram a concessão do Registro Especial.

Art. 4º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

DIOGO RAMALHO VASCONCELOS

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 7ª REGIÃO FISCAL
ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO AEROPORTO INTERNACIONAL DO GALEÃO-ANTÔNIO CARLOS JOBIM

RETIFICAÇÃO

No Ato Declaratório Executivo ALF/GIG Nº5, de 21/06/2016, publicado no DOU de 27/06/2016, p. 13 da Seção 1,

Onde se lê: "CNPJ nº 07.168.863/0001-54", leia-se: "CNPJ nº 07.168.863/0001-11"

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 412, DE 30 DE MAIO DE 2016

Concede à pessoa jurídica que menciona habilitação ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.335/2013.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições que lhe confere o inciso VI, do artigo 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no artigo 9º, caput da Instrução Normativa nº 1.335, de 26 de fevereiro de 2013, publicada no D.O.U. de 27 de fevereiro de 2013, com suas alterações posteriores, resolve:

Art. 1º - Habilitar a empresa abaixo identificada ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil dos Jogos Olímpicos de 2016 e Jogos Paraolímpicos de 2016, instituídos pela Lei nº 12.780, de 09 de janeiro de 2013, publicada no D.O.U. de 10 de janeiro de 2013, consoante o disposto na Instrução Normativa nº 1.335/2013, com suas alterações:

PROCESSO (DOSSIÊ): 10010.025136/0416-86

NOME EMPRESARIAL: R.C. ARTIGOS E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA - EPP

CNPJ Nº 02.377.937/0001-06

DATA INÍCIO VIGÊNCIA: 25/04/2016

ENQUADRAMENTO: INC. XV do art. 2º e arts. 12 ao 14, da Lei nº 12.780/2013

Art. 2º -O aludido benefício será aplicado à matriz e a todos os seus estabelecimentos.

Art. 3º -A fruição do presente benefício aplica-se aos fatos geradores que ocorrerem no período entre a data de início da vigência, indicada acima e 31 de dezembro de 2017.

Art. 4º -A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da habilitada, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do benefício.

Art. 5º -Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÔNICA PAES BARRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 413, DE 30 DE MAIO DE 2016

Concede à pessoa jurídica que menciona habilitação ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.335/2013.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições que lhe confere o inciso VI, do artigo 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no artigo 9º, caput da Instrução Normativa nº 1.335, de 26 de fevereiro de 2013, publicada no D.O.U. de 27 de fevereiro de 2013, com suas alterações posteriores, resolve:

Art. 1º - Habilitar a empresa abaixo identificada ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil dos Jogos Olímpicos de 2016 e Jogos Paraolímpicos de 2016, instituídos pela Lei nº 12.780, de 09 de janeiro de 2013, publicada no D.O.U. de 10 de janeiro de 2013, consoante o disposto na Instrução Normativa nº 1.335/2013, com suas alterações:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PROCESSO (DOSSIÊ): 10010.025137/0416-21
NOME EMPRESARIAL: RHMED CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA.
CNPJ Nº 01.430.943/0001-17
DATA INÍCIO VIGÊNCIA: 25/04/2016
ENQUADRAMENTO: INC. XV do art. 2º e arts. 12 ao 14, da Lei nº 12.780/2013
Art. 2º -O aludido benefício será aplicado à matriz e a todos os seus estabelecimentos.
Art. 3º -A fruição do presente benefício aplica-se aos fatos geradores que ocorrerem no período entre a data de início da vigência, indicada acima e 31 de dezembro de 2017.
Art. 4º -A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da habilitada, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do benefício.
Art. 5º -Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÔNICA PAES BARRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 414, DE 30 DE MAIO DE 2016

Concede à pessoa jurídica que menciona habilitação ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.335/2013.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições que lhe confere o inciso VI, do artigo 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no artigo 9º, caput da Instrução Normativa nº 1.335, de 26 de fevereiro de 2013, publicada no D.O.U. de 27 de fevereiro de 2013, com suas alterações posteriores, resolve:
Art. 1º - Habilitar a empresa abaixo identificada ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil dos Jogos Olímpicos de 2016 e Jogos Paraolímpicos de 2016, instituídos pela Lei nº 12.780, de 09 de janeiro de 2013, publicada no D.O.U. de 10 de janeiro de 2013, consoante o disposto na Instrução Normativa nº 1.335/2013, com suas alterações:
PROCESSO (DOSSIÊ): 10010.025138/0416-75
NOME EMPRESARIAL: SPARCO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ACESSÓRIOS PARA PILOTOS E CARROS LTDA.
CNPJ Nº 06.247.792/0001-80
DATA INÍCIO VIGÊNCIA: 25/04/2016
ENQUADRAMENTO: INC. XV do art. 2º e arts. 12 ao 14, da Lei nº 12.780/2013
Art. 2º -O aludido benefício será aplicado à matriz e a todos os seus estabelecimentos.
Art. 3º -A fruição do presente benefício aplica-se aos fatos geradores que ocorrerem no período entre a data de início da vigência, indicada acima e 31 de dezembro de 2017.
Art. 4º -A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da habilitada, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do benefício.
Art. 5º -Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÔNICA PAES BARRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 415, DE 30 DE MAIO DE 2016

Concede à pessoa jurídica que menciona habilitação ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.335/2013.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições que lhe confere o inciso VI, do artigo 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no artigo 9º, caput da Instrução Normativa nº 1.335, de 26 de fevereiro de 2013, publicada no D.O.U. de 27 de fevereiro de 2013, com suas alterações posteriores, resolve:
Art. 1º - Habilitar a empresa abaixo identificada ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil dos Jogos Olímpicos de 2016 e Jogos Paraolímpicos de 2016, instituídos pela Lei nº 12.780, de 09 de janeiro de 2013, publicada no D.O.U. de 10 de janeiro de 2013, consoante o disposto na Instrução Normativa nº 1.335/2013, com suas alterações:
PROCESSO (DOSSIÊ): 10010.025173/0116-04
NOME EMPRESARIAL: CHAMI EMPREENDIMENTOS S/A
CNPJ Nº 34.125.641/0001-94
DATA INÍCIO VIGÊNCIA:15/02/2016
ENQUADRAMENTO: Inciso XV, do art. 2º e arts. 12 ao 14, da Lei nº 12.780/2013
Art. 2º -O aludido benefício será aplicado à matriz e a todos os seus estabelecimentos.
Art. 3º -A fruição do presente benefício aplica-se aos fatos geradores que ocorrerem no período entre a data de início da vigência, indicada acima e 31 de dezembro de 2017.
Art. 4º -A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da habilitada, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do benefício.
Art. 5º -Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÔNICA PAES BARRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 416, DE 30 DE MAIO DE 2016

Concede, às pessoas físicas, que menciona, habilitação ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 12.780, de 09 de janeiro de 2013.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições regimentais, definidas pelo artigo 302, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, tendo em vista o disposto no artigo 9º, caput da Instrução Normativa nº 1.335, de 26 de fevereiro de 2013, publicada no D.O.U. de 27 de fevereiro de 2013, com suas alterações posteriores, resolve:
Art. 1º - Habilitar as pessoas físicas abaixo identificada(s) ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil dos Jogos Olímpicos de 2016 e Jogos Paraolímpicos de 2016, instituídos pela Lei nº 12.780, de 09 de janeiro de 2013, publicada no D.O.U. de 10 de janeiro de 2013, consoante o disposto na Instrução Normativa nº 1.335/2013, com suas alterações:
PROCESSO (DOSSIÊ): 10010.025675/1215-62
DATA INÍCIO VIGÊNCIA:26/01/2016
ENQUADRAMENTO: art. 11, da Lei nº 12.780/2013

NOME	CPF
ALICE ELIZABETH LAWRENCE	063.571.937-12
ANDY BARNABA	063.571.897-90
CAROLE VILLEMONTEIX	063.571.857-01
ENIKO ERZSEBET VASTAGH	063.572.057-45
FATUMATA EMBALO SEIDI	062.013.597-29
FILIPE MANUEL LATAS DA COSTA	702.219.001-10
JONATAN LONGO ESTEBAN	063.584.437-04
MONICA OLIVIA SANDOVAL PEREZ	063.572.037-00
SAMUEL JEAN HALLIFAX	063.584.457-58

Art. 2º - A fruição do presente benefício aplica-se aos fatos geradores que ocorrerem no período entre a data de início da vigência, acima indicada e 31 de dezembro de 2017.
Art. 3º - A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da habilitada, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do benefício.
Art. 4º - Deverá ser solicitado o cancelamento da presente habilitação em caso de perda, por parte da pessoa física habilitada, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do benefício.
Art. 5º - Este Ato Declaratório Executivo produzirá efeitos a partir da data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÔNICA PAES BARRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 417, DE 30 DE MAIO DE 2016

Concede à pessoa jurídica que menciona habilitação ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.335/2013.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições que lhe confere o inciso VI, do artigo 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no artigo 9º, caput da Instrução Normativa nº 1.335, de 26 de fevereiro de 2013, publicada no D.O.U. de 27 de fevereiro de 2013, com suas alterações posteriores, resolve:
Art. 1º - Habilitar a empresa abaixo identificada ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil dos Jogos Olímpicos de 2016 e Jogos Paraolímpicos de 2016, instituídos pela Lei nº 12.780, de 09 de janeiro de 2013, publicada no D.O.U. de 10 de janeiro de 2013, consoante o disposto na Instrução Normativa nº 1.335/2013, com suas alterações:
PROCESSO (DOSSIÊ): 10010.025760/0216-58
NOME EMPRESARIAL: COSTA DO SOL OPERADORA AEROPORTUÁRIA S/A.
CNPJ Nº 04.342.634/0001-83
DATA INÍCIO VIGÊNCIA: 24/02/2016
ENQUADRAMENTO: Inciso XV, do art. 2º e arts. 12 ao 14, da Lei nº 12.780/2013
Art. 2º -O aludido benefício será aplicado à matriz e a todos os seus estabelecimentos.
Art. 3º -A fruição do presente benefício aplica-se aos fatos geradores que ocorrerem no período entre a data de início da vigência, indicada acima e 31 de dezembro de 2017.
Art. 4º -A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da habilitada, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do benefício.
Art. 5º -Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÔNICA PAES BARRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 418, DE 30 DE MAIO DE 2016

Concede à pessoa jurídica que menciona habilitação ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.335/2013.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições que lhe confere o inciso VI, do artigo 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no artigo 9º, caput da Instrução Normativa nº 1.335, de 26 de fevereiro de 2013, publicada no D.O.U. de 27 de fevereiro de 2013, com suas alterações posteriores, resolve:
Art. 1º - Habilitar a empresa abaixo identificada ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil dos Jogos Olímpicos de 2016 e Jogos Paraolímpicos de 2016, instituídos pela Lei nº 12.780, de 09 de janeiro de 2013, publicada no D.O.U. de 10 de janeiro de 2013, consoante o disposto na Instrução Normativa nº 1.335/2013, com suas alterações:
PROCESSO (DOSSIÊ): 10010.028017/0316-12
NOME EMPRESARIAL: PODIUM GLOBAL SPORTS LOGISTICS S/A
CNPJ Nº 14.853.880/0001-53
DATA INÍCIO VIGÊNCIA: 01/04/2016
ENQUADRAMENTO: INC. XIV do art. 2º e arts. 12 ao 14, da Lei nº 12.780/2013
Art. 2º -O aludido benefício será aplicado à matriz e a todos os seus estabelecimentos.
Art. 3º -A fruição do presente benefício aplica-se aos fatos geradores que ocorrerem no período entre a data de início da vigência, indicada acima e 31 de dezembro de 2017.
Art. 4º -A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da habilitada, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do benefício.
Art. 5º -Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÔNICA PAES BARRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 419, DE 30 DE MAIO DE 2016

Concede, à pessoa jurídica, que menciona, habilitação ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 12.780, de 09 de janeiro de 2013.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições regimentais, definidas pelo artigo 302, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, tendo em vista o disposto no artigo 9º, caput da Instrução Normativa nº 1.335, de 26 de fevereiro de 2013, publicada no D.O.U. de 27 de fevereiro de 2013, com suas alterações posteriores, resolve:
Art. 1º - Habilitar a empresa abaixo identificada ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil dos Jogos Olímpicos de 2016 e Jogos Paraolímpicos de 2016, instituídos pela Lei nº 12.780, de 09 de janeiro de 2013, publicada no D.O.U. de 10 de janeiro de 2013, consoante o disposto na Instrução Normativa nº 1.335/2013, com suas alterações:
PROCESSO (DOSSIÊ): 10010.028058/0316-17
NOME EMPRESARIAL: 305 PRODUÇÕES E EVENTOS EIRELI - ME
CNPJ Nº 24.009.547/0001-16
DATA INÍCIO VIGÊNCIA: 29/03/2016
ENQUADRAMENTO: Inciso XV do art. 2º, e artigos 12 ao 14, da Lei nº 12.780/2013.
Art. 2º - O aludido benefício será aplicado à matriz e a todos os seus estabelecimentos.
Art. 3º - A fruição do presente benefício aplica-se aos fatos geradores que ocorrerem no período entre a data de início da vigência, indicada acima e 31 de dezembro de 2017.
Art. 4º - A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da habilitada, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do benefício.
Art. 5º - Este Ato Declaratório Executivo produzirá efeitos a partir da data de sua publicação no D.O.U.

MÔNICA PAES BARRETO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 420, DE 30 DE MAIO DE 2016

Concede, à pessoa jurídica, que menciona, habilitação ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 12.780, de 09 de janeiro de 2013.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições regimentais, definidas pelo artigo 302, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, tendo em vista o disposto no artigo 9º, caput da Instrução Normativa nº 1.335, de 26 de fevereiro de 2013, publicada no D.O.U. de 27 de fevereiro de 2013, com suas alterações posteriores, resolve:

Art. 1º - Habilitar a empresa abaixo identificada ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil dos Jogos Olímpicos de 2016 e Jogos Paraolímpicos de 2016, instituídos pela Lei nº 12.780, de 09 de janeiro de 2013, publicada no D.O.U. de 10 de janeiro de 2013, consoante o disposto na Instrução Normativa nº 1.335/2013, com suas alterações:

PROCESSO (DOSSIÊ): 10010.028061/0316-22

NOME EMPRESARIAL: DRIMEC INDÚSTRIA MECÂNICA LTDA - EPP

CNPJ Nº 02.928.428/0001-24

DATA INÍCIO VIGÊNCIA: 29/03/2016

ENQUADRAMENTO: Inciso XV do art. 2º, e artigos 12 ao 14, da Lei nº 12.780/2013.

Art. 2º - O aludido benefício será aplicado à matriz e a todos os seus estabelecimentos.

Art. 3º - A fruição do presente benefício aplica-se aos fatos geradores que ocorrerem no período entre a data de início da vigência, indicada acima e 31 de dezembro de 2017.

Art. 4º - A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da habilitada, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do benefício.

Art. 5º - Este Ato Declaratório Executivo produzirá efeitos a partir da data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÔNICA PAES BARRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 421, DE 30 DE MAIO DE 2016

Concede, à pessoa jurídica, que menciona, habilitação ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 12.780, de 09 de janeiro de 2013.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições regimentais, definidas pelo artigo 302, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, tendo em vista o disposto no artigo 9º, caput da Instrução Normativa nº 1.335, de 26 de fevereiro de 2013, publicada no D.O.U. de 27 de fevereiro de 2013, com suas alterações posteriores, resolve:

Art. 1º - Habilitar a empresa abaixo identificada ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil dos Jogos Olímpicos de 2016 e Jogos Paraolímpicos de 2016, instituídos pela Lei nº 12.780, de 09 de janeiro de 2013, publicada no D.O.U. de 10 de janeiro de 2013, consoante o disposto na Instrução Normativa nº 1.335/2013, com suas alterações:

PROCESSO (DOSSIÊ): 10010.028064/0316-66

NOME EMPRESARIAL: GAMA-MED 13 COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA - ME

CNPJ Nº 04.981.484/0001-58

DATA INÍCIO VIGÊNCIA: 29/03/2016

ENQUADRAMENTO: Inciso XV do art. 2º, e artigos 12 ao 14, da Lei nº 12.780/2013.

Art. 2º - O aludido benefício será aplicado à matriz e a todos os seus estabelecimentos.

Art. 3º - A fruição do presente benefício aplica-se aos fatos geradores que ocorrerem no período entre a data de início da vigência, indicada acima e 31 de dezembro de 2017.

Art. 4º - A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da habilitada, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do benefício.

Art. 5º - Este Ato Declaratório Executivo produzirá efeitos a partir da data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÔNICA PAES BARRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 422, DE 30 DE MAIO DE 2016

Concede, à pessoa jurídica, que menciona, habilitação ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 12.780, de 09 de janeiro de 2013.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições regimentais, definidas pelo artigo 302, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, tendo em vista o disposto no artigo 9º, caput da Instrução Normativa nº 1.335, de 26 de fevereiro de 2013, publicada no D.O.U. de 27 de fevereiro de 2013, com suas alterações posteriores, resolve:

Art. 1º - Habilitar a empresa abaixo identificada ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil dos Jogos Olímpicos de 2016 e Jogos Paraolímpicos de 2016, instituídos pela Lei nº 12.780, de 09 de janeiro de 2013, publicada no D.O.U. de 10 de janeiro de 2013, consoante o disposto na Instrução Normativa nº 1.335/2013, com suas alterações:

PROCESSO (DOSSIÊ): 10010.028076/0316-91

NOME EMPRESARIAL: EUROBRAS CONSTRUÇÕES METÁLICAS MODULADAS LTDA.

CNPJ Nº 44.721.769/0001-74

DATA INÍCIO VIGÊNCIA: 29/03/2016

ENQUADRAMENTO: Inciso XV do art. 2º, e artigos 12 ao 14, da Lei nº 12.780/2013.

Art. 2º - O aludido benefício será aplicado à matriz e a todos os seus estabelecimentos.

Art. 3º - A fruição do presente benefício aplica-se aos fatos geradores que ocorrerem no período entre a data de início da vigência, indicada acima e 31 de dezembro de 2017.

Art. 4º - A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da habilitada, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do benefício.

Art. 5º - Este Ato Declaratório Executivo produzirá efeitos a partir da data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÔNICA PAES BARRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 423, DE 30 DE MAIO DE 2016

Concede, à pessoa jurídica, que menciona, habilitação ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 12.780, de 09 de janeiro de 2013.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições regimentais, definidas pelo artigo 302, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, tendo em vista o disposto no artigo 9º, caput da Instrução Normativa nº 1.335, de 26 de fevereiro de 2013, publicada no D.O.U. de 27 de fevereiro de 2013, com suas alterações posteriores, resolve:

Art. 1º - Habilitar a empresa abaixo identificada ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil dos Jogos Olímpicos de 2016 e Jogos Paraolímpicos de 2016, instituídos pela Lei nº 12.780, de 09 de janeiro de 2013, publicada no D.O.U. de 10 de janeiro de 2013, consoante o disposto na Instrução Normativa nº 1.335/2013, com suas alterações:

PROCESSO (DOSSIÊ): 10010.028081/0316-01

NOME EMPRESARIAL: BOMPEL INDÚSTRIA DE CALÇADOS LTDA.

CNPJ Nº 79.712.642/0001-73

DATA INÍCIO VIGÊNCIA: 29/03/2016

ENQUADRAMENTO: Inciso XV do art. 2º, e artigos 12 ao 14, da Lei nº 12.780/2013.

Art. 2º - O aludido benefício será aplicado à matriz e a todos os seus estabelecimentos.

Art. 3º - A fruição do presente benefício aplica-se aos fatos geradores que ocorrerem no período entre a data de início da vigência, indicada acima e 31 de dezembro de 2017.

Art. 4º - A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da habilitada, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do benefício.

Art. 5º - Este Ato Declaratório Executivo produzirá efeitos a partir da data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÔNICA PAES BARRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 424, DE 30 DE MAIO DE 2016

Concede, à pessoa jurídica, que menciona, habilitação ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 12.780, de 09 de janeiro de 2013.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições regimentais, definidas pelo artigo 302, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, tendo em vista o disposto no artigo 9º, caput da Instrução Normativa nº 1.335, de 26 de fevereiro de 2013, publicada no D.O.U. de 27 de fevereiro de 2013, com suas alterações posteriores, resolve:

Art. 1º - Habilitar a empresa abaixo identificada ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil dos Jogos Olímpicos de 2016 e Jogos Paraolímpicos de 2016, instituídos pela Lei nº 12.780, de 09 de janeiro de 2013, publicada no D.O.U. de 10 de janeiro de 2013, consoante o disposto na Instrução Normativa nº 1.335/2013, com suas alterações:

PROCESSO (DOSSIÊ): 10010.028082/0316-48

NOME EMPRESARIAL: EQUIPO LOG COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - ME

CNPJ Nº 10.702.605/0001-88

DATA INÍCIO VIGÊNCIA: 29/03/2016

ENQUADRAMENTO: Inciso XV do art. 2º, e artigos 12 ao 14, da Lei nº 12.780/2013.

Art. 2º - O aludido benefício será aplicado à matriz e a todos os seus estabelecimentos.

Art. 3º - A fruição do presente benefício aplica-se aos fatos geradores que ocorrerem no período entre a data de início da vigência, indicada acima e 31 de dezembro de 2017.

Art. 4º - A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da habilitada, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do benefício.

Art. 5º - Este Ato Declaratório Executivo produzirá efeitos a partir da data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÔNICA PAES BARRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 425, DE 30 DE MAIO DE 2016

Concede, à pessoa jurídica, que menciona, habilitação ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 12.780, de 09 de janeiro de 2013.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições regimentais, definidas pelo artigo 302, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, tendo em vista o disposto no artigo 9º, caput da Instrução Normativa nº 1.335, de 26 de fevereiro de 2013, publicada no D.O.U. de 27 de fevereiro de 2013, com suas alterações posteriores, resolve:

Art. 1º - Habilitar a empresa abaixo identificada ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil dos Jogos Olímpicos de 2016 e Jogos Paraolímpicos de 2016, instituídos pela Lei nº 12.780, de 09 de janeiro de 2013, publicada no D.O.U. de 10 de janeiro de 2013, consoante o disposto na Instrução Normativa nº 1.335/2013, com suas alterações:

PROCESSO (DOSSIÊ): 10010.028099/0316-03

NOME EMPRESARIAL: ADRIANA VAREJÃO ARTE CONTEMPORÂNEA LTDA.

CNPJ Nº 12.308.732/0001-22

DATA INÍCIO VIGÊNCIA: 29/03/2016

ENQUADRAMENTO: Inciso XV do art. 2º, e artigos 12 ao 14, da Lei nº 12.780/2013.

Art. 2º - O aludido benefício será aplicado à matriz e a todos os seus estabelecimentos.

Art. 3º - A fruição do presente benefício aplica-se aos fatos geradores que ocorrerem no período entre a data de início da vigência, indicada acima e 31 de dezembro de 2017.

Art. 4º - A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da habilitada, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do benefício.

Art. 5º - Este Ato Declaratório Executivo produzirá efeitos a partir da data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÔNICA PAES BARRETO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 426, DE 30 DE MAIO DE 2016

Concede, à pessoa jurídica, que menciona, habilitação ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 12.780, de 09 de janeiro de 2013.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições regimentais, definidas pelo artigo 302, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, tendo em vista o disposto no artigo 9º, caput da Instrução Normativa nº 1.335, de 26 de fevereiro de 2013, publicada no D.O.U. de 27 de fevereiro de 2013, com suas alterações posteriores, resolve:

Art. 1º - Habilitar a empresa abaixo identificada ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil dos Jogos Olímpicos de 2016 e Jogos Paraolímpicos de 2016, instituídos pela Lei nº 12.780, de 09 de janeiro de 2013, publicada no D.O.U. de 10 de janeiro de 2013, consoante o disposto na Instrução Normativa nº 1.335/2013, com suas alterações:

PROCESSO (DOSSIÊ): 10010.028101/0316-36

NOME EMPRESARIAL: CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE TÊNIS DE MESA

CNPJ Nº 30.482.319/0001-61

DATA INÍCIO VIGÊNCIA: 29/03/2016

ENQUADRAMENTO: Inciso IX do art. 2º, da Lei nº 12.780/2013.

Art. 2º - O aludido benefício será aplicado à matriz e a todos os seus estabelecimentos.

Art. 3º - A fruição do presente benefício aplica-se aos fatos geradores que ocorrerem no período entre a data de início da vigência, indicada acima e 31 de dezembro de 2017.

Art. 4º - A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da habilitada, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do benefício.

Art. 5º - Este Ato Declaratório Executivo produzirá efeitos a partir da data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÔNICA PAES BARRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 427, DE 30 DE MAIO DE 2016

Concede à pessoa jurídica que menciona habilitação ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.335/2013.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições que lhe confere o inciso VI, do artigo 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no artigo 9º, caput da Instrução Normativa nº 1.335, de 26 de fevereiro de 2013, publicada no D.O.U. de 27 de fevereiro de 2013, com suas alterações posteriores, resolve:

Art. 1º - Habilitar a empresa abaixo identificada ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil dos Jogos Olímpicos de 2016 e Jogos Paraolímpicos de 2016, instituídos pela Lei nº 12.780, de 09 de janeiro de 2013, publicada no D.O.U. de 10 de janeiro de 2013, consoante o disposto na Instrução Normativa nº 1.335/2013, com suas alterações:

PROCESSO (DOSSIÊ): 10010.033247/0216-31

NOME EMPRESARIAL: HOTEL METRÓPOLE LTDA - EPP

CNPJ Nº 33.354.333/0001-78

DATA INÍCIO VIGÊNCIA:09/03/2016

ENQUADRAMENTO: Inciso XV, do art. 2º e arts. 12 ao 14, da Lei nº 12.780/2013

Art. 2º -O aludido benefício será aplicado à matriz e a todos os seus estabelecimentos.

Art. 3º -A fruição do presente benefício aplica-se aos fatos geradores que ocorrerem no período entre a data de início da vigência, indicada acima e 31 de dezembro de 2017.

Art. 4º -A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da habilitada, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do benefício.

Art. 5º -Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÔNICA PAES BARRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 428, DE 30 DE MAIO DE 2016

Concede à pessoa jurídica que menciona habilitação ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.335/2013.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições que lhe confere o inciso VI, do artigo 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no artigo 9º, caput da Instrução Normativa nº 1.335, de 26 de fevereiro de 2013, publicada no D.O.U. de 27 de fevereiro de 2013, com suas alterações posteriores, resolve:

Art. 1º - Habilitar a empresa abaixo identificada ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil dos Jogos Olímpicos de 2016 e Jogos Paraolímpicos de 2016, instituídos pela Lei nº 12.780, de 09 de janeiro de 2013, publicada no D.O.U. de 10 de janeiro de 2013, consoante o disposto na Instrução Normativa nº 1.335/2013, com suas alterações:

PROCESSO (DOSSIÊ): 10010.033260/0216-90

NOME EMPRESARIAL: WHIRLPOOL S/A

CNPJ Nº 59.105.999/0001-86

DATA INÍCIO VIGÊNCIA:01/03/2016

ENQUADRAMENTO: Inciso XV, do art. 2º e arts. 12 ao 14, da Lei nº 12.780/2013

Art. 2º -O aludido benefício será aplicado à matriz e a todos os seus estabelecimentos.

Art. 3º -A fruição do presente benefício aplica-se aos fatos geradores que ocorrerem no período entre a data de início da vigência, indicada acima e 31 de dezembro de 2017.

Art. 4º -A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da habilitada, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do benefício.

Art. 5º -Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÔNICA PAES BARRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 429, DE 30 DE MAIO DE 2016

Concede à pessoa jurídica que menciona habilitação ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.335/2013.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições que lhe confere o inciso VI, do artigo 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no artigo 9º, caput da Instrução Normativa nº 1.335, de 26 de fevereiro de 2013, publicada no D.O.U. de 27 de fevereiro de 2013, com suas alterações posteriores, resolve:

Art. 1º - Habilitar a empresa abaixo identificada ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil dos Jogos Olímpicos de 2016 e Jogos Paraolímpicos de 2016, instituídos pela Lei nº 12.780, de 09 de janeiro de 2013, publicada no D.O.U. de 10 de janeiro de 2013, consoante o disposto na Instrução Normativa nº 1.335/2013, com suas alterações:

PROCESSO (DOSSIÊ): 10010.033263/0216-23

NOME EMPRESARIAL: FRACTAL CONSULTORIA ESTRATÉGICA CRIATIVA E INOVAÇÃO DESING EIRELI

CNPJ Nº 20.892.749/0001-06

DATA INÍCIO VIGÊNCIA:01/03/2016

ENQUADRAMENTO: Inciso XV, do art. 2º e arts. 12 ao 14, da Lei nº 12.780/2013

Art. 2º -O aludido benefício será aplicado à matriz e a todos os seus estabelecimentos.

Art. 3º -A fruição do presente benefício aplica-se aos fatos geradores que ocorrerem no período entre a data de início da vigência, indicada acima e 31 de dezembro de 2017.

Art. 4º -A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da habilitada, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do benefício.

Art. 5º -Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÔNICA PAES BARRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 430, DE 30 DE MAIO DE 2016

Concede à pessoa jurídica que menciona habilitação ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.335/2013.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições que lhe confere o inciso VI, do artigo 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no artigo 9º, caput da Instrução Normativa nº 1.335, de 26 de fevereiro de 2013, publicada no D.O.U. de 27 de fevereiro de 2013, com suas alterações posteriores, resolve:

Art. 1º - Habilitar a empresa abaixo identificada ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil dos Jogos Olímpicos de 2016 e Jogos Paraolímpicos de 2016, instituídos pela Lei nº 12.780, de 09 de janeiro de 2013, publicada no D.O.U. de 10 de janeiro de 2013, consoante o disposto na Instrução Normativa nº 1.335/2013, com suas alterações:

PROCESSO (DOSSIÊ): 10010.033264/0216-78

NOME EMPRESARIAL: CICLO MED DO BRASIL LTDA.

CNPJ Nº 04.737.413/0001-04

DATA INÍCIO VIGÊNCIA:01/03/2016

ENQUADRAMENTO: Inciso XV, do art. 2º e arts. 12 ao 14, da Lei nº 12.780/2013

Art. 2º -O aludido benefício será aplicado à matriz e a todos os seus estabelecimentos.

Art. 3º -A fruição do presente benefício aplica-se aos fatos geradores que ocorrerem no período entre a data de início da vigência, indicada acima e 31 de dezembro de 2017.

Art. 4º -A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da habilitada, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do benefício.

Art. 5º -Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÔNICA PAES BARRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 431, DE 30 DE MAIO DE 2016

Concede à pessoa jurídica que menciona habilitação ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.335/2013.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições que lhe confere o inciso VI, do artigo 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no artigo 9º, caput da Instrução Normativa nº 1.335, de 26 de fevereiro de 2013, publicada no D.O.U. de 27 de fevereiro de 2013, com suas alterações posteriores, resolve:

Art. 1º - Habilitar a empresa abaixo identificada ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil dos Jogos Olímpicos de 2016 e Jogos Paraolímpicos de 2016, instituídos pela Lei nº 12.780, de 09 de janeiro de 2013, publicada no D.O.U. de 10 de janeiro de 2013, consoante o disposto na Instrução Normativa nº 1.335/2013, com suas alterações:

PROCESSO (DOSSIÊ): 10010.033268/0216-56

NOME EMPRESARIAL: CONFECÇÕES RAFFER LTDA.

CNPJ Nº 79.962.478/0001-52

DATA INÍCIO VIGÊNCIA:01/03/2016

ENQUADRAMENTO: Inciso XV, do art. 2º e arts. 12 ao 14, da Lei nº 12.780/2013

Art. 2º -O aludido benefício será aplicado à matriz e a todos os seus estabelecimentos.

Art. 3º -A fruição do presente benefício aplica-se aos fatos geradores que ocorrerem no período entre a data de início da vigência, indicada acima e 31 de dezembro de 2017.

Art. 4º -A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da habilitada, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do benefício.

Art. 5º -Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÔNICA PAES BARRETO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 432, DE 30 DE MAIO DE 2016

Concede à pessoa jurídica que menciona habilitação ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.335/2013.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições que lhe confere o inciso VI, do artigo 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no artigo 9º, caput da Instrução Normativa nº 1.335, de 26 de fevereiro de 2013, publicada no D.O.U. de 27 de fevereiro de 2013, com suas alterações posteriores, resolve:

Art. 1º - Habilitar a empresa abaixo identificada ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil dos Jogos Olímpicos de 2016 e Jogos Paraolímpicos de 2016, instituídos pela Lei nº 12.780, de 09 de janeiro de 2013, publicada no D.O.U. de 10 de janeiro de 2013, consoante o disposto na Instrução Normativa nº 1.335/2013, com suas alterações:

PROCESSO (DOSSIÊ): 10010.033279/0216-36

NOME EMPRESARIAL: ASSOCIAÇÃO DE MULHERES EMPREENDEDORAS DO BRASIL - AMEBRAS

CNPJ Nº 02.565.252/0001-93

DATA INÍCIO VIGÊNCIA: 01/03/2016

ENQUADRAMENTO: Inciso XV, do art. 2º e arts. 12 ao 14, da Lei nº 12.780/2013

Art. 2º -O aludido benefício será aplicado à matriz e a todos os seus estabelecimentos.

Art. 3º -A fruição do presente benefício aplica-se aos fatos geradores que ocorrerem no período entre a data de início da vigência, indicada acima e 31 de dezembro de 2017.

Art. 4º -A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da habilitada, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do benefício.

Art. 5º -Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÔNICA PAES BARRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 435, DE 3 DE JUNHO DE 2016

Concede à pessoa jurídica que menciona habilitação ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.335/2013.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições que lhe confere o inciso VI, do artigo 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no artigo 9º, caput da Instrução Normativa nº 1.335, de 26 de fevereiro de 2013, publicada no D.O.U. de 27 de fevereiro de 2013, com suas alterações posteriores, resolve:

Art. 1º - Habilitar a empresa abaixo identificada ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil dos Jogos Olímpicos de 2016 e Jogos Paraolímpicos de 2016, instituídos pela Lei nº 12.780, de 09 de janeiro de 2013, publicada no D.O.U. de 10 de janeiro de 2013, consoante o disposto na Instrução Normativa nº 1.335/2013, com suas alterações:

PROCESSO (DOSSIÊ): 10010.033290/0216-04

NOME EMPRESARIAL: ZERO GRAU INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.

CNPJ Nº 00.834.971/0001-37

DATA INÍCIO VIGÊNCIA:01/03/2016

ENQUADRAMENTO: Inciso XV, do art. 2º e arts. 12 ao 14, da Lei nº 12.780/2013

Art. 2º -O aludido benefício será aplicado à matriz e a todos os seus estabelecimentos.

Art. 3º -A fruição do presente benefício aplica-se aos fatos geradores que ocorrerem no período entre a data de início da vigência, indicada acima e 31 de dezembro de 2017.

Art. 4º -A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da habilitada, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do benefício.

Art. 5º -Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÔNICA PAES BARRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 436, DE 3 DE JUNHO DE 2016

Concede à pessoa jurídica que menciona habilitação ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.335/2013.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições que lhe confere o inciso VI, do artigo 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no artigo 9º, caput da Instrução Normativa nº 1.335, de 26 de fevereiro de 2013, publicada no D.O.U. de 27 de fevereiro de 2013, com suas alterações posteriores, resolve:

Art. 1º - Habilitar a empresa abaixo identificada ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil dos Jogos Olímpicos de 2016 e Jogos Paraolímpicos de 2016, instituídos pela Lei nº 12.780, de 09 de janeiro de 2013, publicada no D.O.U. de 10 de janeiro de 2013, consoante o disposto na Instrução Normativa nº 1.335/2013, com suas alterações:

PROCESSO (DOSSIÊ): 10010.033733/0516-47

NOME EMPRESARIAL: FULSTANDIG SHOWS E EVENTOS MC LTDA.

CNPJ Nº 05.231.625/0001-88

DATA INÍCIO VIGÊNCIA: 31/05/2016

ENQUADRAMENTO: Inciso XV, do art. 2º e arts. 12 ao 14, da Lei nº 12.780/2013

Art. 2º -O aludido benefício será aplicado à matriz e a todos os seus estabelecimentos.

Art. 3º -A fruição do presente benefício aplica-se aos fatos geradores que ocorrerem no período entre a data de início da vigência, indicada acima e 31 de dezembro de 2017.

Art. 4º -A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da habilitada, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do benefício.

Art. 5º -Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÔNICA PAES BARRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 437, DE 3 DE JUNHO DE 2016

Concede, às pessoas físicas, que menciona, habilitação ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 12.780, de 09 de janeiro de 2013.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições regimentais, definidas pelo artigo 302, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, tendo em vista o disposto no artigo 9º, caput da Instrução Normativa nº 1.335, de 26 de fevereiro de 2013, publicada no D.O.U. de 27 de fevereiro de 2013, com suas alterações posteriores, resolve:

Art. 1º - Habilitar as pessoas físicas abaixo identificadas ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil dos Jogos Olímpicos de 2016 e Jogos Paraolímpicos de 2016, instituídos pela Lei nº 12.780, de 09 de janeiro de 2013, publicada no D.O.U. de 10 de janeiro de 2013, consoante o disposto na Instrução Normativa nº 1.335/2013, com suas alterações:

PROCESSO (DOSSIÊ): 10010.033735/0516-36

DATA INÍCIO VIGÊNCIA: 30/05/2016

ENQUADRAMENTO: art. 11, da Lei nº 12.780/2013

NOME	CPF
ALEXANDRA SERGEEVA	709.141.971-50
ANN CHRISTINE MEIDINGER PAULSEN	062.338.737-97
FANNY JAVOUHEY	062.894.897-20
PATRICK EARL MARCHE II	702.205.531-90

Art. 2º - A fruição do presente benefício aplica-se aos fatos geradores que ocorrerem no período entre a data de início da vigência, acima indicada e 31 de dezembro de 2017.

Art. 3º - A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da habilitada, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do benefício.

Art. 4º - Deverá ser solicitado o cancelamento da presente habilitação em caso de perda, por parte da pessoa física habilitada, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do benefício.

Art. 5º - Este Ato Declaratório Executivo produzirá efeitos a partir da data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÔNICA PAES BARRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 438, DE 3 DE JUNHO DE 2016

Concede à pessoa jurídica que menciona habilitação ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.335/2013.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições que lhe confere o inciso VI, do artigo 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no artigo 9º, caput da Instrução Normativa nº 1.335, de 26 de fevereiro de 2013, publicada no D.O.U. de 27 de fevereiro de 2013, com suas alterações posteriores, resolve:

Art. 1º - Habilitar a empresa abaixo identificada ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil dos Jogos Olímpicos de 2016 e Jogos Paraolímpicos de 2016, instituídos pela Lei nº 12.780, de 09 de janeiro de 2013, publicada no D.O.U. de 10 de janeiro de 2013, consoante o disposto na Instrução Normativa nº 1.335/2013, com suas alterações:

PROCESSO (DOSSIÊ): 10010.033738/0516-70

NOME EMPRESARIAL: SAENG ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA.

CNPJ Nº 59.456.095/0001-03

DATA INÍCIO VIGÊNCIA: 23/05/2016

ENQUADRAMENTO: Arts. 12 ao 14, da Lei nº 12.780/2013

Art. 2º -O aludido benefício será aplicado à matriz e a todos os seus estabelecimentos.

Art. 3º -A fruição do presente benefício aplica-se aos fatos geradores que ocorrerem no período entre a data de início da vigência, indicada acima e 31 de dezembro de 2017.

Art. 4º -A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da habilitada, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do benefício.

Art. 5º -Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÔNICA PAES BARRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 439, DE 3 DE JUNHO DE 2016

Concede à pessoa jurídica que menciona habilitação ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.335/2013.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições que lhe confere o inciso VI, do artigo 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no artigo 9º, caput da Instrução Normativa nº 1.335, de 26 de fevereiro de 2013, publicada no D.O.U. de 27 de fevereiro de 2013, com suas alterações posteriores, resolve:

Art. 1º - Habilitar a empresa abaixo identificada ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil dos Jogos Olímpicos de 2016 e Jogos Paraolímpicos de 2016, instituídos pela Lei nº 12.780, de 09 de janeiro de 2013, publicada no D.O.U. de 10 de janeiro de 2013, consoante o disposto na Instrução Normativa nº 1.335/2013, com suas alterações:

PROCESSO (DOSSIÊ): 10010.033740/0516-49

NOME EMPRESARIAL: A 3 M EVENTOS LTDA - ME

CNPJ Nº 00.543.602/0001-95

DATA INÍCIO VIGÊNCIA: 23/05/2016

ENQUADRAMENTO: INC. XV do art. 2º e arts. 12 ao 14, da Lei nº 12.780/2013

Art. 2º -O aludido benefício será aplicado à matriz e a todos os seus estabelecimentos.

Art. 3º -A fruição do presente benefício aplica-se aos fatos geradores que ocorrerem no período entre a data de início da vigência, indicada acima e 31 de dezembro de 2017.

Art. 4º -A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da habilitada, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do benefício.

Art. 5º -Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÔNICA PAES BARRETO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 440, DE 3 DE JUNHO DE 2016

Concede à pessoa jurídica que menciona habilitação ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.335/2013.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições que lhe confere o inciso VI, do artigo 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no artigo 9º, caput da Instrução Normativa nº 1.335, de 26 de fevereiro de 2013, publicada no D.O.U. de 27 de fevereiro de 2013, com suas alterações posteriores, resolve:

Art. 1º - Habilitar a empresa abaixo identificada ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil dos Jogos Olímpicos de 2016 e Jogos Paraolímpicos de 2016, instituídos pela Lei nº 12.780, de 09 de janeiro de 2013, publicada no D.O.U. de 10 de janeiro de 2013, consoante o disposto na Instrução Normativa nº 1.335/2013, com suas alterações:

PROCESSO (DOSSIÊ): 10010.033742/0516-38

NOME EMPRESARIAL: OCTAGON BRAZIL MARKETING ESPORTIVO LTDA - EPP

CNPJ Nº 09.262.440/0001-91

DATA INÍCIO VIGÊNCIA: 23/05/2016

ENQUADRAMENTO: Inciso XV, do art. 2º e arts. 12 ao 14, da Lei nº 12.780/2013

Art. 2º -O aludido benefício será aplicado à matriz e a todos os seus estabelecimentos.

Art. 3º -A fruição do presente benefício aplica-se aos fatos geradores que ocorrerem no período entre a data de início da vigência, indicada acima e 31 de dezembro de 2017.

Art. 4º -A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da habilitada, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do benefício.

Art. 5º -Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÔNICA PAES BARRETO

INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 56, DE 23 DE JUNHO DE 2016

O INSPETOR-CHEFE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta no processo nº 10074.720249/2016-09, declara, com fundamento no artigo 124, parágrafo único, inciso II, do Regulamento Aduaneiro, aprovado pelo Decreto nº 6.759, de 05/02/2009, publicado no DOU de 06/02/2009, que devido à dispensa de tributos por efeito de depreciação, após a publicação do presente Ato Declaratório no Diário Oficial da União, encontra-se liberado, com a finalidade de transferência para o Sr. Frederico Medeiros Gomes de Mattos, CPF nº 549.088.841/53, o veículo Marca TOYOTA, Modelo RAV4 Limited V6 4WD, Ano/Modelo 2012, cor Prata, Chassi nº 2T3DK4DV4CW088592, Placa LRJ5371, Renavam no 00509357385, em nome do Consulado Geral Americano, CNPJ nº 04.141.058/0001-06, importado por meio da DI no 13/0145806-8, desembaraçada em 24/01/2013, pela Alfândega do Porto do Rio de Janeiro.

Este Ato Declaratório somente produzirá efeitos perante o Departamento de Trânsito quando acompanhado de cópia da sua publicação no Diário Oficial da União.

CARLOS ALBERTO DA SILVA ESTEVES

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 8ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ARARAQUARA

PORTARIA Nº 24, DE 27 DE JUNHO DE 2016

Exclui pessoa jurídica do REFIS.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ARARAQUARA/SP, tendo em vista a competência delegada pela Resolução do Comitê Gestor do REFIS nº 37, de 31 de agosto de 2011, publicada no Diário Oficial da União em 05 de setembro de 2011, por sua vez constituído pela Portaria Interministerial MF/MPAS nº 21, de 31 de janeiro de 2000, no uso da competência estabelecida no § 1º do art. 1º da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000, e no inciso IV do art. 2º do Decreto nº 3.431, de 24 de abril de 2000, e considerando o disposto no inciso XIV do art. 79 da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, resolve:

Art. 1º Excluir do Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, por estar configurada a hipótese de exclusão prevista no inciso II do art. 5º da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000 - inadimplência, por três meses consecutivos ou seis meses alternados, o que primeiro ocorrer, relativamente a qualquer dos tributos e das contribuições abrangidos pelo Refis, inclusive os com vencimento após 29 de fevereiro de 2000, as pessoas jurídicas relacionadas abaixo, conforme os fatos relatados nos respectivos processos administrativos:

Nome ou Razão Social	CNPJ	Processo
E.C.L. REPRESENTAÇÕES LTDA	53.768.255/0001-65	13851.720.685/2016-19
NOVACARNE DE ARARAQUARA COMÉRCIO DE CARNE LTDA -ME	68.464.833/0001-47	13851.720.948/2016-81

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAURICIO NOVAES FERREIRA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAMPINAS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 11, DE 23 DE JUNHO DE 2016

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAMPINAS/SP no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 32, § 3º e § 10, da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, e tendo em vista o que consta do processo administrativo no 10830.721.915/2016-17, declara:

Art. 1º Fica suspensa a fruição das isenções tributárias condicionadas, relativas ao Imposto de Renda e à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, previstas no art. 15 da Lei n° 9.532/1997, e, consequentemente, da isenção da COFINS e da apuração da contribuição para o PIS/PASEP sobre a folha de salários, conforme disposto nos artigos 13 e 14 da Medida Provisória nº 2.158-35, à pessoa jurídica Guarani Futebol Clube, CNPJ nº 46.072.179/0001-93.

Parágrafo único. A suspensão a que se refere o presente Ato Declaratório Executivo tem como termo inicial o ano-calendário de 2011 e como termo final o ano-calendário de 2013, inclusive.

Art. 2º Poderá o interessado, no prazo de 30 (trinta) dias contados a partir da sua ciência, apresentar impugnação, sem efeito suspensivo, ao presente Ato Declaratório Executivo, a qual será objeto de decisão proferida pela Delegacia da Receita Federal de Julgamento.

Art. 3º Com a publicação no Diário Oficial da União deste Ato Declaratório Executivo considera-se cancelado o Ato Declaratório Executivo Nº 007, de 05 de maio de 2016, publicado em 9 de maio de 2016.

Art. 4º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua ciência pelo interessado.

JOSÉ ROBERTO MAZARIN

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JUNDIAÍ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 35, DE 27 DE JUNHO DE 2016

Habilitação ao regime de suspensão da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins, incidentes sobre a receita de vendas de matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JUNDIAI, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria MF nº 203/2012, do disposto na Instrução Normativa SRF nº 595, de 27 de dezembro de 2005, e no art. 40 da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, alterado pelo artigo 60 da Lei 12.715/2012, e face ao que consta do processo 13839.720135/2016-50:

Artigo 1º - DECLARA a pessoa jurídica THYSSENKRUPP METALURGICA CAMPO LIMPO LTDA, CNPJ 50.942.135/0001-44, habilitada perante a Receita Federal do Brasil para efeitos de aquisição de matérias primas (MP), produtos intermediários (PI) e materiais de embalagem (ME), junto a seus fornecedores, com suspensão da incidência das Contribuições para o Pis/Pasep e da Cofins, por se caracterizar como pessoa jurídica preponderantemente exportadora, nos termos do art. 40 da Lei nº 10.865, alterado pela Lei 12.715/2012.

Artigo 2º - A beneficiária deverá observar as demais disposições contidas na Instrução Normativa SRF nº 595/2005, especialmente os artigos 7º, 8º (incisos I e II) e 11, sob pena de recolhimento das referidas contribuições e respectivos acréscimos legais.

Artigo 3º Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO ROBERTO MARTINS

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MARÍLIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 20, DE 24 DE JUNHO DE 2016

Declara anulada a inscrição no CNPJ da pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MARÍLIA - SÃO PAULO, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 302, 307 e 314 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, e tendo em vista o que dispõe o parágrafo 1º do artigo 35 da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 6 de maio de 2016, publicada no DOU de 9 de maio de 2016, , declara:

Art. 1° Anulado o ato de concessão de inscrição do CNPJ nº 12.980.120/0001-81, resultante dos procedimentos relatados no Processo Administrativo nº 13830.721131/2016-79, implicando no cancelamento da inscrição do CNPJ aludido, com base no disposto no Artigo 35, inciso II, da Instrução Normativa RFB nº 1.634/2016.

Art. 2° Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

EDENILSON NUNES FREITAS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 21, DE 24 DE JUNHO DE 2016

Declara anulada a inscrição no CNPJ da pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MARÍLIA - SÃO PAULO, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 302, 307 e 314 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, e tendo em vista o que dispõe o parágrafo 1º do artigo 35 da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 6 de maio de 2016, publicada no DOU de 9 de maio de 2016, , declara:

Art. 1° Anulado o ato de concessão de inscrição do CNPJ nº 17.597.278/0001-90, resultante dos procedimentos relatados no Processo Administrativo nº 13830.721132/2016-13, implicando no cancelamento da inscrição do CNPJ aludido, com base no disposto no Artigo 35, inciso II, da Instrução Normativa RFB nº 1.634/2016.

Art. 2° Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

EDENILSON NUNES FREITAS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 22, DE 24 DE JUNHO DE 2016

Declara anulada a inscrição no CNPJ da pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MARÍLIA - SÃO PAULO, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 302, 307 e 314 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, e tendo em vista o que dispõe o parágrafo 1º do artigo 35 da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 6 de maio de 2016, publicada no DOU de 9 de maio de 2016, , declara:

Art. 1° Anulado o ato de concessão de inscrição do CNPJ nº 18.613.826/0001-91, resultante dos procedimentos relatados no Processo Administrativo nº 13830.721129/2016-08, implicando no cancelamento da inscrição do CNPJ aludido, com base no disposto no Artigo 35, inciso II, da Instrução Normativa RFB nº 1.634/2016.

Art. 2° Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

EDENILSON NUNES FREITAS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 23, DE 24 DE JUNHO DE 2016

Declara anulada a inscrição no CNPJ da pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MARÍLIA - SÃO PAULO, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 302, 307 e 314 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, e tendo em vista o que dispõe o parágrafo 1º do artigo 35 da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 6 de maio de 2016, publicada no DOU de 9 de maio de 2016, , declara:

Art. 1° Anulado o ato de concessão de inscrição do CNPJ nº 22.902.426/0001-73, resultante dos procedimentos relatados no Processo Administrativo nº 13830.721133/2016-68, implicando no cancelamento da inscrição do CNPJ aludido, com base no disposto no Artigo 35, inciso II, da Instrução Normativa RFB nº 1.634/2016.

Art. 2° Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

EDENILSON NUNES FREITAS

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 24, DE 24 DE JUNHO DE 2016

Declara anulada a inscrição no CNPJ da pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MARÍLIA - SÃO PAULO, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 302, 307 e 314 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, e tendo em vista o que dispõe o parágrafo 1º do artigo 35 da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 6 de maio de 2016, publicada no DOU de 9 de maio de 2016, , declara:

Art. 1° Anulado o ato de concessão de inscrição do CNPJ nº 12.298.094/0001-06, resultante dos procedimentos relatados no Processo Administrativo nº 13830.721130/2016-24, implicando no cancelamento da inscrição do CNPJ aludido, com base no disposto no Artigo 35, inciso II, da Instrução Normativa RFB nº 1.634/2016.

Art. 2° Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

EDENILSON NUNES FREITAS

SEÇÃO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 19, DE 24 DE JUNHO DE 2016

Exclui pessoa física do Parcelamento Especial (Paes), de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.

O CHEFE DA SEÇÃO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MARÍLIA, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos artigos 1º e 7º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, no artigo 12 da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, nos artigos 9º a 17 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 3, de 25 de agosto de 2004, e na Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 4, de 20 de setembro de 2004, declara:

Art. 1º Fica excluída do Parcelamento Especial (Paes) de que trata o artigo 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, de acordo com seu artigo 7º, a pessoa física, OSVALDO SERGIO ORTEGA, CPF Nº 004.122.758-13, tendo em vista que foi constatada a ocorrência de três meses consecutivos ou seis alternados sem recolhimento das parcelas do Paes ou que estas tenham sido efetuadas em valor inferior ao fixado nos incisos I e II do § 4º e § 6º do artigo 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.

Art. 2º O detalhamento do motivo da exclusão poderá ser obtido na página da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) na Internet, no endereço <www.receita.fazenda.gov.br>, com a utilização da Senha Paes.

Art. 3º É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 dias, contado da data de publicação deste ADE, apresentar recurso administrativo, de acordo com o § 1º do artigo 14 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 3, de 25 de agosto de 2004, dirigido ao Delegado da Receita Federal do Brasil em Marília, com endereço na Avenida Sampaio Vidal, nº 789 - Centro, CEP 17.500-906, em Marília.

Art. 4º Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no art. 3º, a exclusão do Paes será definitiva.

Art. 5º Este ADE entra em vigor na data de sua publicação.

IVAN SILVEIRA MALHEIROS

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

PORTARIA Nº 393, DE 28 DE JUNHO DE 2016

A SECRETÁRIA DO TESOURO NACIONAL, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria MF nº 244, de 16 de julho de 2012, e

Considerando o disposto no § 3º do art. 165 da Constituição Federal; Considerando o estabelecido nos arts. 2º, 52 e 53 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000;

Considerando o disposto no inciso I do art. 6º do Decreto nº 6.976, de 7 de outubro de 2009, e no inciso I do art. 17 da Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001, que conferem à Secretaria do Tesouro Nacional, do Ministério da Fazenda, a condição de órgão central do Sistema de Contabilidade Federal;

Considerando as competências do órgão central do Sistema de Contabilidade Federal, estabelecidas no art. 7º do Decreto nº 6.976, de 7 de outubro de 2009, complementadas pelo disposto no inciso I do art. 24 do Decreto nº 825, de 28 de maio de 1993, e no inciso XIV do art. 21 do Anexo I do Decreto nº 7.482, de 16 de maio de 2011; resolve:

Art. 1º Disponibilizar, no sítio da Secretaria do Tesouro Nacional na Internet, por meio do endereço https://www.tesouro.fazenda.gov.br/demonstrativos-fiscais, o Relatório Resumido da Execução Orçamentária do Governo Federal, de acordo com a Portaria nº 553, de 22 de setembro de 2014, da STN, com informações realizadas e registradas no SIAFI pelos órgãos e entidades da Administração Pública, relativo ao mês de maio de 2016, e outros demonstrativos da execução orçamentária e respectivas notas explicativas.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANA PAULA VITALI JANES VESCOVI

SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
DIRETORIA DE ANÁLISE TÉCNICA

RETIFICAÇÃO

Na Portaria PREVIC nº 712, de 28/12/2015, publicada no DOU nº 248, de 29/12/2015, Seção 1, página 90, onde se lê: "..., CNPB nº 2009.0017-18", leia-se: "...,CNPB nº 2000.0017-18".

DIRETORIA COLEGIADA

DECISÕES DE 27 DE JUNHO DE 2016

A Diretoria Colegiada da Superintendência Nacional de Previdência Complementar, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 5º da Lei Complementar n° 109, de 29 de maio de 2001; artigo 7º, inciso III, da Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2010; e artigo 11, inciso III, do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, faz saber que decidiu:

Nº 23 -
PROCESSO: 44011.000313/2015-07
ASSUNTO: Auto de infração n° 27/15-43
AUTUADOS: Alexej Predtechensky e outros
ENTIDADE: Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos - POSTALIS

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo nº 44011.000313/2015-07, relativo ao Auto de Infração nº 27/15-43, lavrado contra Alexej Predtechensky, Adilson Florêncio da Costa, Ricardo Oliveira Azevedo, José Carlos Rodrigues Sousa e Mônica Christina Caldeira Nunes, respectivamente, Diretor Presidente e AETQ, Diretor Financeiro; e membros do Comitê de Investimentos do Postalis à época dos fatos, por aplicarem os recursos garantidores das reservas técnicas, provisões e fundos dos planos de benefícios em desacordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional, infringindo o disposto no art. 9º da Lei Complementar nº 109, de 29/05/2001, c/c o arts. 4º, 9º e 16 da Resolução CMN nº 3.792, de 24/09/2009, capitulado no art. 64 do Decreto nº 4.942, de 30/12/2003; decidem os membros da Diretoria Colegiada da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, por unanimidade, julgar PROCEDENTE o Auto do Infração nº 27/15-43, de 23/06/2015, em relação aos autuados José Carlos Rodrigues Sousa e Mônica Christina Caldeira Nunes, com aplicação da pena de MULTA pecuniária, no valor de R$ 37.993,53 (trinta e sete mil, novecentos e noventa e três reais e cinquenta e três centavos); cumulada com a pena de INABILITAÇÃO POR 2 (DOIS) ANOS; julgar PROCEDENTE o Auto do Infração nº 27/15-43, de 23/06/2015, em relação aos autuados Alexej Predtechensky, Adilson Florêncio da Costa e Ricardo Oliveira Azevedo, com aplicação da pena de MULTA pecuniária, no valor de R$ 37.993,53 (trinta e sete mil, novecentos e noventa e três reais e cinquenta e três centavos), cumulada com a pena de INABILITAÇÃO POR 10 (DEZ) ANOS; nos termos do Parecer nº 22/2016/CGDC/DICOL/PREVIC, de 09 de junho de 2016, aprovado nesta oportunidade.

Nº 24 -
PROCESSO: 44170.000001/2015-62
AUTUADO: Luis Carlos Fernandes Afonso
ENTIDADE: Fundação Petrobrás de Seguridade Social - PETROS
ASSUNTO: Auto de infração n° 09/15-61

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo nº 44170.000001/2015-62, relativo ao Auto de Infração nº 09/15-61, lavrado contra Luís Carlos Fernandes Afonso, Diretor Presidente da Fundação Petrobrás de Seguridade Social - PETROS, à época dos fatos, por violação ao art. 3, §2º, da Instrução MPS/SPC nº 31, de 20 de maio de 2009; capitulado no art. 110 do Decreto nº 4.942/2003; decidem os membros da Diretoria Colegiada da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, por unanimidade, julgar PROCEDENTE o Auto do Infração nº 09/15-61, de 16/04/2015, em relação ao autuado Luis Carlos Fernandes Afonso, com aplicação da pena de MULTA pecuniária, no valor de R$ 21.370,97 (vinte e um mil, trezentos e setenta reais e noventa e sete centavos), cumulada com a pena de INABILITAÇÃO POR 2 (DOIS) ANOS; nos termos do Parecer nº 23/2016/CGDC/DICOL/PREVIC, de 20 de junho de 2016, aprovado nesta oportunidade.

JOSÉ ROBERTO FERREIRA
Presidente da Diretoria Colegiada

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

DELIBERAÇÃO Nº 178, DE 23 DE JUNHO DE 2016

Altera a Deliberação SUSEP N.º 171, de 19 de março de 2015.

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, torna público que o Conselho Diretor desta Autarquia, em reunião ordinária realizada em 23 de junho de 2016, no uso das atribuições que lhe confere o inciso X do art. 73 do Regimento Interno de que trata a Resolução CNSP n.º 338, de 9 de maio de 2016, resolveu:

Art. 1.º Fica alterado o art.7.º da Deliberação SUSEP N.º 171, de 19 de março de 2015, publicada DOU n.º 58, Seção 1, pag. 36/38, de 26 de março de 2015, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 7.º Fica instituído o Comitê de Segurança da Informação e Comunicações - CSIC.

§ 1.º O Comitê de Segurança da Informação e Comunicações - CSIC será integrado:

I - pelo Gestor de Segurança da Informação e Comunicações - GSIC (Coordenador);

II - pelo Coordenador-Geral da Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação - CGETI;

III - pelo Coordenador-Geral da Coordenação-Geral de Administração e Finanças - CGEAF

IV- pelo Chefe de Gabinete - GABIN;

V - pelo Coordenador da Coordenação de Apoio a Gestão Estratégica - SEGER/COGET

VI - pelo Coordenador da Coordenação de Atendimento ao Público - DICON/COATE;

VII - por um representante da Diretoria de Organização do Sistema de Seguros Privados - DIORG ou de Unidade a ela subordinada, por designação do Superintendente;

VIII - por um representante da Diretoria de Supervisão de Solvência - DISOL ou de Unidade a ela subordinada, por designação do Superintendente;

IX - por um representante da Diretoria de Supervisão de Conduta - DICON ou de Unidade a ela subordinada, por designação do Superintendente;

§ 2.º Os substitutos eventuais das unidades às quais pertencem os integrantes titulares do CSIC integrarão o comitê, na qualidade de suplentes.

§ 3.º Serão nomeados, por ato do Superintendente da SUSEP, suplentes para os representantes mencionados nos incisos VII,VIII e IX do §1º, obedecidas as restrições do referidos incisos.

§ 4.º O CSIC poderá convidar para assessorá-lo, quando necessário, qualquer servidor da SUSEP, bem como, consultar especialistas e representante de outras instituições.

Art. 2.º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

ROBERTO WESTENBERGER

PORTARIA Nº 6.578, DE 23 DE JUNHO DE 2016

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso das atribuições que lhe confere os incisos VI e X do art. 73 do Regimento Interno de que trata a Resolução CNSP nº 338, de 09 de maio de 2016, e considerando o que consta no Processo Susep nº 15414.001400/2012-90, resolve:

Art. 1º Alterar o artigo 2º do Anexo I da Portaria Susep nº 6.211, de 19 de março de 2015, publicada no Boletim de Pessoal nº 03D, fls. 165 a 167, de 27 de março de 2015, que passa a vigorar na forma do anexo da presente Portaria.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROBERTO WESTENBERGER

ANEXO I

REGIMENTO INTERNO COMITÊ DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÕES DA SUSEP

(...)

"Art. 2º O Comitê será constituído pelos seguintes membros:

I - pelo Gestor de Segurança da Informação e Comunicações - GSIC (Coordenador);

II -pelo Coordenador-Geral da Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação - CGETI;

III -pelo Coordenador-Geral da Coordenação-Geral de Administração e Finanças - CGEAF

IV- pelo Chefe de Gabinete - GABIN;

V -pelo Coordenador da Coordenação de Apoio a Gestão Estratégica - SEGER/COGET;

VI-pelo Coordenador da Coordenação de Atendimento ao Público - DICON/COATE;

VII- por um representante da Diretoria de Organização do Sistema de Seguros Privados - DIORG ou de Unidade a ela subordinada, por designação do Superintendente;

VIII-por um representante da Diretoria de Supervisão de Solvência - DISOL ou de Unidade a ela subordinada, por designação do Superintendente;

IX-por um representante da Diretoria de Supervisão de Conduta - DICON ou de Unidade a ela subordinada, por designação do Superintendente;

§2º Os substitutos eventuais das unidades às quais pertencem os integrantes titulares do CSIC, integrarão o comitê, na qualidade de suplentes.

§ 3º Serão nomeados, por ato do Superintendente da SUSEP, suplentes para os representantes mencionados nos incisos VII,VIII e IX, obedecidas as restrições do referidos incisos.

§ 4º O CSIC poderá convidar para assessorá-lo, quando necessário, qualquer servidor da SUSEP, bem como, consultar especialistas e representante de outras instituições.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

(...)

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ministério da Justiça e Cidadania

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA
SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE-GERAL
Em 28 de junho de 2016

Nº 763 - Processo Administrativo nº 08700.009879/2015-64 (relacionado ao apartado de acesso restrito nº 08700.004397/2015-18). Representante: Ministério Público do Estado de Santa Catarina. Representados: Luiz Antônio Amin, Juvino Luiz Capello, Scherly Magnabosco Mascarello, Jonas Reimer, Lineu Barbosa, Fernando Cesar Garcia, Wilson Roberto Leal de Lima, Eduardo Poffo, Reinaldo Geraldi, Daniel Contini Dallmann, João de Ávila Sousa, Marcelo Messias de Lima Pereira, Eduardo Schmidt Bauer, José Edmundo Krug, Jorge Zandoná, Elias Antonio Piva, Jacqueline Ceolim, Emerson Ceolim, Manoel Martins Henriques, Regina Aparecida Magnabosco, Sandro Paulo Tonial, José Augusto Prima de Figueiredo Lima, Israel Patrício, Paulo Antônio Vieira Pasetti, Tiago Carlos Reis, Edianez Bogo Floriano, Sergio Victor Olbrich, Joel D´Agostini, Alencar Felício Reis, Dagoberto Azevedo Bueno Filho, Cyntia de Castro de Carvalho Lima, Sindicato do Comércio Varejista de Derivados de Petróleo do Estado de Santa Catarina, Auto Posto Amin Ltda, Posto Continental Ltda, Estação Comércio de Combustíveis Ltda, Auto Posto Liberdade Ltda (CNPJ 03.353.006/0001-30), Auto Posto Liberdade Ltda (CNPJ 03.353.006/0001-11), Postoville Ltda, Posto Aldi Ltda, Auto Posto Mercado Ltda, Auto Posto Olinda Ltda-ME, Posto Getulio Ltda, Auto Posto JC Ltda, Auto Posto JC Ltda (APA), Auto Posto Geraldi Ltda, Posto Padre Reus Ltda, Posto Graciosa Ltda, Posto Fátima Ltda, Posto Jariva Ltda, Posto Bemer Ltda, Auto Posto Pirai Ltda, Posto Graciosa V Ltda (CNPJ 84.708.437/0001-74), Posto Graciosa V Ltda (CNPJ 84.708.437/0007-6), Posto Guaíra Ltda, Posto de Combustíveis Valência Ltda, Posto Monza Ltda, Auto Posto Maranello Ltda, Auto Posto Modena Ltda, Auto Posto Bucarein Ltda, Auto Posto Bucarein Ltda (Posto Brasville), Auto Posto São Benedito Ltda, Posto JA Ltda, Posto Z11 Ltda, AM Combustíveis Ltda, Posto Z10 Ltda, Posto LC Ltda, Posto Zandona Ltda, 3Auto Posto Ceolim Ltda, Auto Posto Prudente - Portico Ltda, Auto Posto Prudente Ltda, América Comercio de Combustíveis Ltda, Auto Posto Binário Ltda, Auto Posto Estrela Prateada Comércio de Combustíveis Ltda, Auto Posto Serra da Estrela Ltda, Auto Posto Floresta Ltda, Posto Aliança Ltda, Ipiranga Produtos de Petróleo S/A, Rejaile Distribuidora de Petróleo Ltda e Alesat Combustíveis S.A. Advogados: Alessandro Gruner, João Eduardo Demathé, Demetrio Frederico Riffel Jorge, Gabriela Wentz Vieira, Lauro Celidônio Gomes dos Reis Neto, Carlos Francisco de Magalhães, Hermes Nereu Oliveira, Elton Abreu Cobra, Marcelo Machini, Leonardo Canabrava Turra, Leonardo Oliveira Callado, Carlos Janilson Rego de Freitas, Aline Palhares, Paulo Teixeira Morínigo, Amazonas Francisco do Amaral, Renato Oliveira de Azevedo, Danielly Carvalho Pacheco, Dagoberto Azevedo Bueno Filho, Sandro Paulo Tonial, Caroline Carlesso, Beno Brandão e outros. Acolho a Nota Técnica nº 58/2016/CGAA6/SGA2/SG/CADE e, com fulcro no §1º do art. 50, da Lei nº 9.784/99, integro as suas razões à presente decisão, inclusive como sua motivação. Assim, decido: i) pela declaração de revelia, nos termos do art. 71 da Lei 12.529/2011, dos Representados Marcelo Messias de Lima Pereira, Daniel Contini Dallmann, Wilson Roberto Leal de Lima, Tiago Carlos Reis, Paulo Antonio Vieira Pasetti, Estação Comércio de Combustíveis Ltda., Auto Posto JC, Auto Posto JC Ltda. (APA), Auto Posto Liberdade Ltda. (CNPJ 03.353.006/0001-30), Auto Posto Liberdade Ltda. (CNPJ 03.353.006/0001-11), Posto Graciosa V Ltda. (CNPJ 84.708.437/0007-60), Posto Monza e Auto Posto Maranello; ii) pelo deferimento parcial das preliminares alegadas pelos Representados, determinando-se a juntada, aos presentes autos, das decisões judiciais que autorizaram as medidas cautelares de interceptação telefônica e pela rejeição das demais preliminares arguidas, por falta de amparo legal; iii) pela intimação dos Representados Alencar Felício Reis, Auto Posto Serra da Estrela, Posto Aliança, Joel D´Agostini, José Edmundo Krug, Auto Posto São Benedito, Sindicato do Comércio Varejista de Derivados de Petróleo de Santa Catarina, Reinaldo Geraldi, Posto Padre Réus, Auto Posto Geraldi, Lineu Barbosa Villar, Posto Continental Jonas Reimer, Posto Aldi, Auto Posto Mercado, Auto Posto Olinda, Posto Getúlio, Auto Posto Floresta, Dagoberto Azevedo Bueno Filho, Cyntia de Castro de Carvalho, Auto Posto Prudente Pórtico, Auto Posto Prudente, Manoel Martins Henriques, América Comércio de Combustíveis, Eduardo Schmidt Bauer, Auto Posto Bucarein, Auto Posto Bucarein (Posto Brasville), João de Ávila Sousa, Posto Graciosa V, Posto Bemer, Auto Posto Fátima, Posto Graciosa, Posto Jarivá, Auto Posto Piraí, Posto Z10, Posto LC, Jorge Zandoná, Elias Antônio Piva, AM Combustíveis, Posto Z11, Posto JA, Posto Zandoná, Emerson Ceolim, Jaqueline Ceolim, Auto Posto Ceolim e Fernando César Garcia para que apresentem, no prazo de 5 (cinco) dias, justificativas objetivas sobre a necessidade da tomada dos depoimentos das testemunhas por eles indicadas, devendo, ainda, qualificar de forma completa cada testemunha. Alternativamente, os Representados podem trazer aos autos declarações escritas assinadas pelas pessoas arroladas como testemunhas, contendo as informações fáticas que estas conhecem acerca do mérito do presente processo administrativo. Os Representados devem indicar, no prazo de 5 (cinco) dias, se aceitam essa opção e, no prazo de 15 (quinze) dias, contados do término do prazo anterior, devem apresentar as declarações escritas, que passarão a ter valor de prova documental; iv) pelo deferimento da produção de prova documental, facultado aos Representados juntar aos autos quaisquer documentos que considerem relevantes para a presente investigação até o término da instrução processual; v) pelo indeferimento dos pedidos de produção de prova pericial e de solicitação de documentos a terceiros, bem como dos pedidos genéricos de produção de prova por todos os meios admitidos em Direito; vi) pela inadmissibilidade dos pedidos de celebração de Termo de Compromisso de Cessação desacompanhados de requerimento específico contendo os requisitos legalmente exigidos; e vii) pela produção de prova testemunhal e documental de interesse desta Superintendência-Geral, nos termos desta Nota Técnica, a ser agendada oportunamente.

Nº 775 - Ato de Concentração nº 08700.004506/2016-88. Requerentes: Odebrecht Ambiental S.A. e Campo Novo RJ Participações S.A. Advogados: Renata Fonseca Zuccolo Giannella, Frederico Carrilho Donas e outros. Decido pela aprovação, sem restrições.

EDUARDO FRADE RODRIGUES

CONSELHO FEDERAL GESTOR DO FUNDO DE DEFESA DE DIREITOS DIFUSOS

ATA DA 196ª REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2016

Aos vinte e oito dias do mês de abril de dois mil e dezesseis, às 10 horas, na sala 304 do Edifício Sede do Ministério da Justiça (DF), no Palácio da Justiça Raymundo Faoro, reuniu-se o CONSELHO FEDERAL GESTOR DO FUNDO DE DEFESA DE DIREITOS DIFUSOS (CFDD). ESTIVERAM PRESENTES: Sob a Presidência do Dr. FABRÍCIO MISSORINO LÁZARO, os Conselheiros: Dra. CELMA DO CARMO DE SOUZA PINTO, representante do Ministério da Cultura/IPHAN; Dra. NOEMY CABELEIRA DE ARAUJO DE CASTRO MELO, representante do Conselho Administrativo de Defesa Econômica/CADE; Dra. LETÍCIA RODRIGUES DA SILVA, representante do Instituto "O Direito Por Um Planeta Verde"; Dr. DIÓGENES FARIA DE CARVALHO, representante do Instituto Brasileiro de Política e Direito do Consumidor/BRASILCON; Dra. MARIANE GUIMARÃES DE MELLO OLIVEIRA, representante do Ministério Público Federal/MPF; e o Dr. NELSON CAMPOS, Secretário Executivo do CFDD. JUSTIFICARAM AUSÊNCIAS: Dr. CLAUDIO EVANGELISTA DE CARVALHO, representante do Ministério da Fazenda/MF; Dra. ROSANA GRINBERG e a Dra. TERESA DONATO LIPORACE, representantes do Fórum Nacional das Entidades Civis de Defesa do Consumidor/FNECDC; Dra. ANA BEATRIZ DE OLIVEIRA, representante do Ministério do Meio Ambiente; Dra. ROSILENE MENDES DOS SANTOS e Dr. EDSON ANTÔNIO DONAGEMA, representantes do Ministério da Saúde/MS. Item - 1º - Posse de Conselheiro. A Dra. CELMA DO CARMO DE SOUZA PINTO foi empossada como Conselheira Suplente representante do Ministério da Cultura/IPHAN. O Presidente, em nome do CFDD, deu as boas-vindas à nova conselheira. Item 2º - Aprovação da Ata da 195ª Reunião Ordinária. A Ata foi aprovada por unanimidade. Item 3º - Quadros Demonstrativos de Valores. O Presidente passou a palavra ao Secretário-Executivo do Conselho que leu os valores recolhidos ao FDD dos meses de janeiro a março de 2016. Código 001 - Condenações Judiciais - Meio Ambiente - R$ 401.470,00; Código 002 - Condenações Judiciais - Consumidor - R$ 34.454,72; Código 003 - Condenações Judiciais - Bens Direitos de Valor Artístico - Não Houve; Código 004 - Condenações Judiciais - Qualquer Outro Interesse Difuso ou Coletivo - R$ 2.470.199,88; Código 005 - Multas e Indenizações - Deficientes - R$ 15.000,00; Código 006 - Multas - CDC - Consumidor (art. 57 da Lei 8.078/90) - R$ 337.546,48; Código 007 - Indenizações - CDC - Consumidor (art. 100 da Lei 8.078/90) - R$ 128.300,45; Código 008 - Mercado Imobiliário - Não Houve Código 009 - Infração a Ordem Econômica - R$ 48.810,721,58; Multas Legislação Prevista - Auto de Infração - R$ 1.297.300,41; Outras Receitas - Sorteios de Instituições Filantrópicas - R$ 8.390,49; Outras Receitas - Doações - R$ 72.317,44; Cód. 28850-0 - Devolução de saldo de convênios de exercícios anteriores - R$ 900,00; Cód. 18836-0 - Devolução de saldo de convênio de exercício anterior - R$ 256.678,43. Obtendo uma arrecadação total no valor de R$ 53.833.279,88 (cinquenta e três milhões oitocentos e trinta e três mil duzentos e setenta e nove reais e oitenta e oito centavos). Item 4º - Deliberação Sobre Projetos. Interessado: Item 4.1 - Interessado: Secretaria de Estado da Casa Civil do Rio de Janeiro (08012.005720/2015-29). Projeto: "Preservação do Acervo do Departamento Geral de Investigações Especiais- DGIE". Conselheira-Relatora: Dra. Mariane Guimarães de Mello Oliveira, representante do Ministério Publico Federal. Decisão do CFDD: Aprovado por unanimidade. Item 4.2 - Interessado: Prefeitura de Quissamã/RJ (08012.005718/2015-50). Projeto: "Concluir a 1ª Etapa da Restauração das Ruínas da Casa de Machadinha". Conselheira-Relatora: Dra. Diana Dianovsky, representante do Ministério da Cultura/IPHAN. Decisão do CFDD: Retirado de pauta. Assuntos Gerais: O Presidente do CFDD leu uma mensagem eletrônica de 28/04/2016, enviada pela Sra. Desiree Ramos Tozi, representante da Secretaria Nacional de Políticas para Povos e Comunidades Tradicionais, direcionada aos Conselheiros, acerca das tratativas de proposta de parceria com o CFDD, para viabilizar um programa de ações para superação da discriminação racial dentro dos povos e comunidades tradicionais de matriz africana. O Presidente solicitou que a mensagem fosse transcrita na íntegra: Mensagem: "Prezadas Conselheiras e Prezados Conselheiros. Antes de mais nada, preciso agradecer o apoio que recebemos desse Conselho Gestor à Proposta do Programa de Superação do Racismo contra Povos e Comunidades de Povos Tradicionais de Matriz Africana. Muito nos satisfaz saber que podemos contar com companheiros que acreditam na implementação de políticas públicas como forma de superar o racismo e a violência que acometem as comunidades de matriz africana. Agradecer com especial destaque, aos companheiros do IPHAN, que acreditam no Programa e defendem a preservação do patrimônio cultural desse legado africano reconstruindo e revivido continuamente por essas comunidades. No entanto, o cenário político que vivemos no governo federal tem nos colocados em um turbilhão de reuniões necessárias para garantir a continuidade das políticas e dos direitos conquistados pela população negra e pelos povos tradicionais. Foi em razão dessa urgência que o tempo e o momento nos colocam que nos impossibilitaram de construir conjuntamente com o IPHAN e o MJ o Plano de Trabalho que nós prometemos a entregar nessa reunião do Conselho, agendada para fins de abril. Acreditamos que esse plano de trabalho, para além do caráter técnico que uma política exige, necessita que avaliemos nossas condições institucionais de executá-lo, e para garantir a qualidade técnica e a viabilidade desse processo é que entendemos que ainda não podemos apresentar o referido plano de trabalho aos senhores. Solicitamos a compreensão de vocês pelos motivos expostos e sugerimos ao Conselho que a apresentação desse conteúdo seja transferido para a reunião do mês de maio desse ano. Esperamos que até lá tenhamos um cenário mais explícito das estratégicas que podemos delinear para a implementação do Programa e dos rumos que as políticas sociais tomarão em nosso país. Seguimos na luta pela manutenção dos nossos direitos e das nossa políticas. Contamos com a compreensão e o apoio dos senhores e das senhoras. Abraço fraterno, Givania da Silva - Secretaria Nacional de Políticas para Povos e Comunidades Tradicionais - Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos." Item 5º - Data da próxima reunião do CFDD: A próxima reunião ordinária do CFDD ficou prevista para o dia 19/05/2016, no Edifício Sede do Ministério da Justiça, sala 304. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada, lavrada a presente Ata.

FABRÍCIO MISSORINO LÁZARO
Presidente do Conselho

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA EXECUTIVA
COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA

ALVARÁ Nº 2.438, DE 6 DE JUNHO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/25030 - DPF/CXS/RS, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa J M GUIMARAES EMPRESA DE VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 89.963.862/0001-23, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Rio Grande do Sul, com Certificado de Segurança nº 1226/2016, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 2.439, DE 6 DE JUNHO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/28893 - DPF/JZO/BA, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CENTRO DE FORMACAO DE VIGILANTES MIRANTE DO VALE - EIRELI - EPP, CNPJ nº 06.195.490/0001-05, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Curso de Formação, para atuar na Bahia, com Certificado de Segurança nº 1296/2016, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 2.515, DE 9 DE JUNHO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/26900 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa DOGS CAN FLY PRODUCOES CINEMATOGRAFICAS LTDA, CNPJ nº 12.394.570/0001-92 para atuar em São Paulo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 2.633, DE 15 DE JUNHO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/31758 - DPF/PFO/RS, resolve:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

CONCEDER autorização à empresa EPAVI - ESCOLA PARA VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 20.617.476/0001-83, sediada no Rio Grande do Sul, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

35000 (trinta e cinco mil) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 2.638, DE 15 DE JUNHO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/27485 - DELESP/DREX/SR/DPF/BA, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa GARANTIA REAL BAHIA SEGURANÇA PRIVADA LTDA., CNPJ nº 12.438.922/0001-64, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar na Bahia, com Certificado de Segurança nº 1271/2016, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 2.686, DE 17 DE JUNHO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/22724 - DELESP/DREX/SR/DPF/AM, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa HOME VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA-EPP, CNPJ nº 09.277.103/0001-78, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Amazonas, com Certificado de Segurança nº 1338/2016, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 2.690, DE 17 DE JUNHO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/26660 - DPF/CAS/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa TELFORM ESCOLA DE FORMAÇÃO DE SEGURANÇAS EIRELI, CNPJ nº 04.448.042/0001-40, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Curso de Formação, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 1422/2016, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 2.709, DE 20 DE JUNHO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/27119 - DPF/MBA/PA, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CENTRO DE FORMACAO DE VIGILANTES DE MARABA LTDA ME, CNPJ nº 07.853.178/0001-24, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Curso de Formação, para atuar no Pará com o(s) seguinte(s) Certificado(s) de Segurança, expedido(s) pelo DREX/SR/DPF: nº 1342/2016 (CNPJ nº 07.853.178/0001-24) e nº 1312/2016 (CNPJ nº 07.853.178/0002-05).

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 2.728, DE 20 DE JUNHO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/33657 - DELESP/DREX/SR/DPF/PI, resolve:

CONCEDER autorização à empresa FORMAV CENTRO DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES LTDA , CNPJ nº 04.536.735/0002-76, sediada no Piauí, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

3 (três) Espingardas calibre 12

3 (três) Pistolas calibre .380

3 (três) Revólveres calibre 38

672 (seiscentas e setenta e duas) Munições calibre .380

384 (trezentas e oitenta e quatro) Munições calibre 12

59528 (cinquenta e nove mil e quinhentas e vinte e oito) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 2.730, DE 20 DE JUNHO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/33971 - DELESP/DREX/SR/DPF/RJ, resolve:

CONCEDER autorização à empresa TECNOLOGIA BANCARIA S A, CNPJ nº 51.427.102/0324-03, sediada no Rio de Janeiro, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

4 (quatro) Revólveres calibre 38

30 (trinta) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 2.751, DE 21 DE JUNHO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/26210 - DELESP/DREX/SR/DPF/CE, resolve:

CONCEDER autorização à empresa CEARA SEGURANCA DE VALORES LTDA , CNPJ nº 07.862.634/0001-00, sediada no Ceará, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

15 (quinze) Revólveres calibre 38

1800 (uma mil e oitocentas) Munições calibre 38

45 (quarenta e cinco) Munições calibre .380

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 2.753, DE 21 DE JUNHO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/29638 - DELESP/DREX/SR/DPF/SC, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ONDREPSB SERVIÇO DE GUARDA E VIGILÂNCIA LTDA, CNPJ nº 82.949.652/0001-31, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar em Santa Catarina, com Certificado de Segurança nº 1273/2016, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 2.757, DE 21 DE JUNHO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/32999 - DELESP/DREX/SR/DPF/MS, resolve:

CONCEDER autorização à empresa CETRAL-CENTRO DE TREINAMENTO E FORMAÇÃO DE VIGILANTES EIRELI, CNPJ nº 24.596.876/0001-00, sediada no Mato Grosso do Sul, para adquirir:

Da empresa cedente APOLO SEGURANÇA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 09.035.059/0001-90:

4 (quatro) Espingardas calibre 12

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 2.762, DE 21 DE JUNHO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/34014 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

CONCEDER autorização à empresa COFRE SEGURO SEGURANCA E VIGILANCIA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 11.187.013/0001-38, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

180 (cento e oitenta) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 2.769, DE 21 DE JUNHO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/34894 - DELESP/DREX/SR/DPF/RO, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa AMAZONGAS DISTRIBUIDORA DE GLP LTDA, CNPJ nº 04.957.650/0009-38 para atuar em Rondônia.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 2.776, DE 21 DE JUNHO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/35323 - DELESP/DREX/SR/DPF/ES, resolve:

CONCEDER autorização à empresa SERRASEG-SERRA SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA EIRELI-ME, CNPJ nº 23.756.390/0001-20, sediada no Espírito Santo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

10 (dez) Revólveres calibre 38

180 (cento e oitenta) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 2.786, DE 22 DE JUNHO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/23503 - DELESP/DREX/SR/DPF/AM, resolve:

CONCEDER autorização à empresa AMAZONAS CENTRO DE FORMAÇÃO E ESPECIALIZAÇÃO EM SEGURANÇA LTDA., CNPJ nº 02.301.090/0001-86, sediada no Amazonas, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

1482 (uma mil e quatrocentas e oitenta e duas) Munições calibre 12

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 2.789, DE 22 DE JUNHO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/27459 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa LANCER VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 02.633.187/0001-96, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 1223/2016, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 2.806, DE 22 DE JUNHO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/32835 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

CONCEDER autorização à empresa LANCER VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 02.633.187/0001-96, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

508 (quinhentas e oito) Munições calibre 38

32 (trinta e duas) Munições calibre 12

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ALVARÁ Nº 2.812, DE 22 DE JUNHO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/31429 - DELESP/DREX/SR/DPF/GO, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ASSOCIAÇÃO JARDINS FLORENÇA, CNPJ nº 01.552.565/0001-44 para atuar em Goiás, com Certificado de Segurança nº 1327/2016, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 2.824, DE 23 DE JUNHO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/30378 - DPF/SMA/RS, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa GAT CENTRO DE FORMACAO DE VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 01.893.350/0001-97, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Curso de Formação, para atuar no Rio Grande do Sul com o(s) seguinte(s) Certificado(s) de Segurança, expedido(s) pelo DREX/SR/DPF: nº 1472/2016 (CNPJ nº 01.893.350/0001-97) e nº 1348/2016 (CNPJ nº 01.893.350/0002-78).

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 2.832, DE 23 DE JUNHO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/36143 - DPF/RPO/SP, resolve:

CONCEDER autorização à empresa DEFENSE CENTRO DE FORMAÇÃO E RECICLAGEM DE VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 05.564.814/0003-34, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
7300 (sete mil e trezentas) Munições calibre 12
95600 (noventa e cinco mil e seiscentas) Espoletas calibre 38
10000 (dez mil) Estojos calibre 38
20000 (vinte mil) Gramas de pólvora
95600 (noventa e cinco mil e seiscentos) Projéteis calibre 38
6700 (seis mil e setecentas) Espoletas calibre .380
5000 (cinco mil) Estojos calibre .380
6700 (seis mil e setecentos) Projéteis calibre .380

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 2.845, DE 24 DE JUNHO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/30795 - DELESP/DREX/SR/DPF/ES, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa DUPLA MISSÃO CENTRO DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 08.962.954/0001-97, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Curso de Formação, para atuar no Espírito Santo, com Certificado de Segurança nº 1440/2016, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 2.846, DE 24 DE JUNHO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/31629 - DELESP/DREX/SR/DPF/PE, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CORPVS - CORPO DE VIGILANTES PARTICULARES LTDA, CNPJ nº 07.957.111/0004-82, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Transporte de Valores, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar em Pernambuco, com Certificado de Segurança nº 1453/2016, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 2.848, DE 24 DE JUNHO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/33740 - DELESP/DREX/SR/DPF/RS, resolve:

CONCEDER autorização à empresa LIDER VIGILÂNCIA LTDA - ME, CNPJ nº 09.604.149/0001-54, sediada no Rio Grande do Sul, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
57 (cinquenta e sete) Revólveres calibre 38
1426 (uma mil e quatrocentas e vinte e seis) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

PORTARIA Nº 8.220, DE 17 DE JUNHO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 23170/2016, decide:

Aplicar a pena de MULTA equivalente a 2.500 (dois mil e quinhentos) UFIR a ELFORT CURSOS DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 09.112.231/0001-61, sediada na Paraíba, por praticar a conduta tipificada no artigo 170, inciso XXI PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12 e artigo 183, §3 PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2014/5337.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

PORTARIA Nº 8.221, DE 17 DE JUNHO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 23172/2016, decide:

Aplicar a pena de MULTA equivalente a 5.000 (cinco mil) UFIR a CJF DE VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 19.009.885/0007-03, sediada em São Paulo, por praticar a conduta tipificada no artigo 171, inciso XXI PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12 e artigo 183, §3º PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2014/1459.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

PORTARIA Nº 8.222, DE 17 DE JUNHO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 23173/2016, decide:

Aplicar a pena de MULTA equivalente a 5.000 (cinco mil) UFIR a ATLANTICO SUL SEGURANÇA E VIGILÂNCIA EIRELLI, CNPJ nº 05.164.958/0001-31, sediada em São Paulo, por praticar a conduta tipificada no artigo 171, inciso XXI PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12 e artigo 183, §3º PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2014/1465.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

PORTARIA Nº 8.226, DE 17 DE JUNHO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 23177/2016, decide:

Aplicar a pena de MULTA equivalente a 2.500 (dois mil e quinhentos) UFIR a CJF DE VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 19.009.885/0007-03, sediada em São Paulo, por praticar a conduta tipificada no artigo 170, inciso VIII PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12 e artigo 183, §3º PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2014/2167.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

PORTARIA Nº 8.227, DE 17 DE JUNHO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 23178/2016, decide:

Aplicar a pena de MULTA equivalente a 1.251 (um mil e duzentos e cinquenta e um) UFIR a INDUSTRIA E COMERCIO DE COLCHÕES CASTOR LTDA, CNPJ nº 53.424.594/0001-24, sediada em São Paulo, por praticar a conduta tipificada no artigo 170, inciso VIII PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12 e artigo 182, inciso I PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2014/2811.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

PORTARIA Nº 8.230, DE 17 DE JUNHO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 23181/2016, decide:

Aplicar a pena de MULTA equivalente a 583 (quinhentos e oitenta e três) UFIR a ARGOS - SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA-EPP, CNPJ nº 12.370.998/0001-03, sediada em São Paulo, por praticar a conduta tipificada no artigo 169, inciso XVII PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12 e artigo 182, inciso I PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2014/3097.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

PORTARIA Nº 8.240, DE 17 DE JUNHO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 23191/2016, decide:

Aplicar a pena de MULTA equivalente a 2.500 (dois mil e quinhentos) UFIR a CJF DE VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 19.009.885/0005-41, sediada no Espírito Santo, por praticar a conduta tipificada no artigo 170, inciso VIII PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12 e artigo 183, §3 PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2014/5265.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

PORTARIA Nº 8.241, DE 17 DE JUNHO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 23192/2016, decide:

Aplicar a pena de MULTA equivalente a 500 (quinhentos) UFIR a SENTINELA SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 02.324.501/0001-59, sediada no Maranhão, por praticar a conduta tipificada no artigo 168, inciso VIII PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12 e artigo 183, §2º PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2014/12599.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

PORTARIA Nº 8.246, DE 17 DE JUNHO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 23197/2016, decide:

Aplicar a pena de MULTA equivalente a 1.167 (um mil e cento e sessenta e sete) UFIR a ELFORT CURSOS DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 09.112.231/0001-61, sediada na Paraíba, por praticar a conduta tipificada no artigo 169, inciso I PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12 e artigo 183, §3 PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2014/5338.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

PORTARIA Nº 222, DE 13 DE JUNHO DE 2016

Altera a circunscrição das Unidades Operacionais da Polícia Rodoviária Federal no âmbito da Superintendência Regional no Distrito Federal.

A DIRETORA-GERAL DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL no uso das atribuições que lhe confere o artigo 101, inciso XX, do Regimento Interno da Polícia Rodoviária Federal, aprovado pela Portaria nº 1.375, de 02 de agosto de 2007, do Senhor Ministro de Estado da Justiça, publicada no Diário Oficial da União de 06 de agosto de 2007;

CONSIDERANDO a necessidade de implementar ações voltadas à redução dos índices de acidente de trânsito e de criminalidade nas rodovias e estradas federais localizadas no âmbito da Superintendência Regional no Distrito Federal; e as informações constantes do Processo Administrativo nº 08675.000454/2016-25, resolve:

Art. 1º Alterar a circunscrição das Unidades Operacionais da Polícia Rodoviária Federal no âmbito da Superintendência Regional no Distrito Federal, conforme disposto no Anexo.

Art. 2º As dúvidas e os casos omissos serão dirimidos pela Coordenação-Geral de Operações - CGO/PRF.

Art. 3º Esta Portaria revoga a Portaria DG nº 56, de 16 de abril de 2013.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA ALICE NASCIMENTO SOUZA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ANEXO

Denominação Regional	Denominação da Unidade Operacional	Descrição Trecho	UF	BR	Início	Fim	Total
Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal no Distrito Federal	UOP.01 - Alfa	Principal	DF	251	0,0	98,6	98,6
				040	0,0	8,4	8,4
			GO	251	0,0	34,0	34,0
				040	0,0	61,3	61,3
	UOP.02 - Sipaúba	Principal	GO	050	95,7	120,0	24,4
				040	61,3	157,3	96,0
	UOP.03 - Zarzur Pacheco	Principal	DF	060	0,0	31,3	31,3
			GO	060	0,0	33,9	33,9
	UOP.06 - Ceilândia	Principal	DF	070	0,0	19,8	19,8
				080	0,0	39,4	39,4
			GO	070	0,0	64,9	64,9
				080	0,0	91,5	91,5
	UOP.04 - Planaltina	Principal	DF	020	0,0	58,0	58,0
			GO	020	0,0	74,0	74,0
	UOP.05 - Alvorada do Norte	Principal	GO	020	74,0	252,0	178,0
Total Geral							913,5

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA E CIDADANIA
DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES
DIVISÃO DE POLÍTICAS MIGRATÓRIAS

DESPACHOS DO CHEFE

Tendo em vista os elementos presentes no processo que comprovam tratar-se de situação especial e em face da competência delegada pelo art. 3º da Portaria SNJ nº 22 de 07/07/2009, DEFIRO os pedidos de residência provisória, nos termos da Lei 11.961/09, abaixo relacionados:

Processo Nº 08505.038855/2009-81 - JUNXIONG SHU

Processo Nº 08505.042494/2009-77 - HUSSAM ALZOGABI

Processo Nº 08505.064038/2009-88 - JIWEN MAI

Processo Nº 08433.014142/2009-12 - MOUSTAPHA DJAMIL FAYE

Processo Nº 08451.043565/2009-21 - MARTHA DE OLIVEIRA

Diante dos novos elementos constantes dos autos, torno insubsistente o Ato publicado no Diário Oficial da União de 06/02/2013, Seção 1, pág. 65e DEFIRO o pedido de residência provisória com base na Lei 11.961/ 2009.

Processo Nº 08505.038860/2011-16 - CHUNJIN HANG

Tendo em vista o disposto na Portaria MJ 1.700/2011, DEFIRO os pedidos de transformação da residência provisória em permanente, com base no art. 7º da Lei 11.961/ 2009, abaixo relacionados:

Processo Nº 08505.062388/2011-24 - TEOFILO MACHUCA CARDENAS

Processo Nº 08270.022473/2011-51 - JOAO CARLOS COSTA FERREIRA

Processo Nº 08420.005309/2011-18 - SHAO ZUNHAI

Processo Nº 08458.008741/2011-33 - JESUS CANAS COBO

Processo Nº 08460.022639/2011-00 - YOLANDA BORDA GUTIERREZ

Processo Nº 08460.041556/2011-10 - ANTONIO JOSE DA COSTA LOBO

Processo Nº 08461.006106/2011-62 - JOSE DE ARIAS MARTINEZ

Processo Nº 08505.113452/2011-42 - HUMBERTO DE MORAIS E CASTRO BARROS

Processo Nº 08505.113487/2011-81 - YOUNG KI KIM

Processo Nº 08505.123677/2013-79 - WANG FU LUNG

Processo Nº 08711.000041/2013-14 - PILAR PEREZ MARTINEZ

Determino o arquivamento do processo, por já ter decorrido prazo(s) superior(s) ao da(s) estada(s) solicitada(s).

Processo Nº08000.014294/2014-72 - ERIC WILLY JAN GULPEN

Processo Nº 08000.003867/2014-32 - JAROSLAV JAMBOR

Processo Nº 08000.016750/2014-19 - CARLOS ROMULO MENORES MARIANO

Determino o arquivamento de permanência a título de reunião familiar, conforme previsto no art. 52, da Lei nº 9.784/99, tendo em vista a perda do objeto em virtude do término do contrato de trabalho do chamante.

Processo Nº 08460.046369/2014-67 - CAROLINA MARIN GONZALEZ

INDEFIRO o recurso, tendo em vista que não foram apresentados elementos de fato e de direito capazes de modificar a decisão, bem assim mantenho a Decisão publicada no Diário Oficial da União de 26/06/2016, Seção 1, página 47.

Processo Nº 08460.027947/2009-07 - ANA MONTES GIMENEZ

INDEFIRO os pedidos de regularização migratória com base na Lei nº 11.961/2009, tendo em vista que o requerente não comprovou o ingresso em Território Nacional antes de 1º de fevereiro de 2009, na forma prevista no art. 4, IV, da referida Lei, abaixo relacionados:

Processo Nº 08505.067158/2009-37 - JIANHONG LIN

Processo Nº 08505.079690/2009-05 - XIAOJUAN CHEN

MULLER LUIZ BORGES

Tendo em vista que ficou demonstrada a efetiva necessidade da manutenção do estrangeiro na Empresa e considerando que o processo encontra-se instruído na forma da lei, DEFIRO os pedidos de Transformação de Visto Temporário Item V em Permanente, abaixo relacionados:

Processo Nº 08240.028657/2013-43 - ARMANDO PORFIRO GUERRERO ZEPEDA

Processo Nº 08505.040945/2014-07 - DAVID BARMAN ARTILES

Processo Nº 08505.014963/2014-25 - ALEXANDER SCHULZ

Processo Nº 08505.093543/2014-05 - MARIA TERESA MORAZAN SALGADO

DEFIRO os pedidos de permanência com base em prole, abaixo relacionados, ressaltando que o ato persistirá enquanto for detentor (a) da condição que lhe deu origem.

Processo Nº 08460.002423/2016-24 - WU DAQIAO

Processo Nº 08505.030547/2014-74 - DESMOND AFAMEFUNA OZOKOLO

Processo Nº 08458.009009/2012-61 - EDGAR MIRANDA VIZCARRA

DEFIRO o pedido de Reunião Familiar, nos termos do art. 2º inciso IV, da Resolução Normativa nº 108/2014, do Conselho Nacional de Imigração, com estada legal no País vinculada ao mesmo prazo da chamante, Srª CAMELIA HENRIQUEZ HERNANDEZ

Processo Nº 08212.001313/2016-77 - KAY SUENAGA PORTUGUES

DEFIRO o presente pedido de permanência definitiva nos termos do art. 2º, inciso II, da Resolução Normativa nº 108/14, do Conselho Nacional de Imigração.

Processo Nº 08000.017632/2011-85 - AYAKA SOGA

DEFIRO o presente pedido de permanência definitiva nos termos da Resolução Normativa nº 108/14, do Conselho Nacional de Imigração.

Processo: 08352.002606/2014-13 - MANUEL ALEJANDRO SALCEDO TRUJILLO

À vista dos novos elementos constantes dos autos, acolho o pedido de reconsideração para tornar insubsistente o Ato publicado no Diário Oficial de 02/06/2016, Seção 1, pág. 47, e DEFERIR o pedido de Transformação de Visto Temporário Item V em Permanente, nos termos da Lei nº 6.815/80.

Processo Nº 08460.024875/2013-14 - SEBASTIEN CHRISTOPHE BARVAUT

À vista dos novos elementos constantes dos autos, acolho o pedido de reconsideração para tornar insubsistente o Ato publicado no Diário Oficial de 11/06/2014, Seção 1, pág. 42, e DEFERIR o pedido de Transformação de Visto Temporário Item V em Permanente, nos termos da Lei nº 6.815/80.

Processo Nº 08505.015888/2013-39 - ANA HELENA VICENTE ANDRADE

À vista dos novos elementos constantes dos autos, acolho o pedido de reconsideração para tornar insubsistente os Atos publicados no Diário Oficial de 08/07/2015 , Seção 1, pág. 43 e 08/03/2016, Seção 1, pág. 26, e DEFERIR o pedido de Transformação de Visto Temporário Item V em Permanente, nos termos da Lei nº 6.815/80.

Processo Nº 08000.006850/2013-56 - AMLAN BHARGAV BORKAKATI

À vista de novos elementos constantes dos autos, torno insubsistente o ato indeferitório publicado no Diário Oficial da União de 30/03/2016, Seção I, pág. 64, para conceder a permanência nos termos do art. 2º inciso IV, da Resolução Normativa nº 108/2014, do Conselho Nacional de Imigração, com estada legal no País vinculada ao mesmo prazo do chamante, até 23/10/2016.

Processo Nº 08505.081746/2015-21 - ADRIAN ANTONIO HOYO ROJAS

À vista de novos elementos constantes dos autos e da nova diligência procedida pelo Departamento de Polícia Federal, torno insubsistente o ato INDEFERITORIO publicado no DOU de 22/11/2012, Seção I, página 65, para conceder a permanência nos termos do art. 75, II, "b" da Lei 6.815/80, salientando, todavia, que o ato persistirá enquanto for detentor da condição que lhe deu origem.

Processo Nº 08505047372201191 - JIANGXIN JIN e JIHE LI

Determino a REPUBLICAÇÃO do Ato deferitório publicado no Diário Oficial da União de 16/12/2011, Seção 1, pág. 73, nos termos do art. 2°, da Portaria SNJ n° 03, de 05 fevereiro de 2009.

Processo Nº 08457.011117/2009-17 - JOSE GOMES ERNESTO RAMOS

Determino o arquivamento do processo , diante da solicitação da Empresa responsável pela vinda do (a) estrangeiro(a) ao País.

Processo Nº 08000.016513/2013-77 - MARTIN JAN ALBLASE e MEI LIN SERENE EE

Determino o arquivamento do feito em razão da perda do objeto, nos termos do art. 52, da Lei nº 9.784/99, considerando o falecimento do requerente.

Processo Nº 08505.009922/2009-50 - IZUCHUKWU EZESINACHI-NWODO

Considerando o pedido de cancelamento apresentado pelo representante legal da Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO o Ato deferitório publicado no Diário Oficial de 09/07/2015, Seção 1, pág. 51, bem assim determino o arquivamento do pedido.

Processo Nº 08505.081020/2014-16 - JESUS ORTEGO CARBONELL

INDEFIRO os pedidos de Transformação de Visto, tendo em vista o não cumprimento de exigências formulado por essa divisão, abaixo relacionados:

Processo Nº 08000.024496/2013-41 - RICHARD WILLIAM BROOMHEAD

Processo Nº 08125.000048/2013-46 - SHINICHI FUKATSU

Processo Nº 08461.008776/2014-66 - GIOVANNI MARIA ORLANDO

Processo Nº 08514.004138/2014-11 - SANDRA SOFIA RODRIGUES DOS SANTOS

Processo Nº 08505.093830/2014-15 - JORGE ALBERTO FEBLES GONZALEZ

Processo Nº 08018.006305/2014-51 - MONICA ALMEIDA LOPES DA SILVA DIAS

Face às diligências procedidas pelo Departamento de Polícia Federal, INDEFIRO os pedidos tendo em vista que o requerente não foi localizado no endereço fornecido nos autos, restando prejudicada a instrução do processo, abaixo relacionados:

Processo Nº 08460.030025/2011-93 - PASCHAL FRIDAY EDEH

Processo Nº 08506.016535/2012-65 - ABDUL MAJEED KHAN, SUMERA YOUNIS

INDEFIRO o presente processo de permanência definitiva com base em prole brasileira, tendo em vista que o requerente não preenche os requisitos previstos no art. 5º, da Resolução Normativa 108/2014, do Conselho Nacional de Imigração.

Processo Nº 08311.001071/2012-70 - ALEXANDRE LLORENC LAGUERA

INDEFIRO o pedido de Reunião Familiar, formulado pelos nacionais holandeses MIKA VAN LEEUWEN e YOURI VAN LEEUWEN, considerando o disposto no art. 38, da Lei nº 6.815/80, tendo em vista que no momento da apresentação do pedido os requerentes se encontravam em situação migratória irregular no País.

Processo Nº 08000.010736/2013-21 - MIKA VAN LEEUWEN e YOURI VAN LEEUWEN

INDEFIRO o presente processo de permanência definitiva com base em reunião familiar, tendo em vista que os requerentes não preenchem os requisitos previstos no art. 2º, da Resolução Normativa 108/2014, do Conselho Nacional de Imigração.

Processo Nº 08707.005356/2014-06 - AMAL ABDUL NOUR e GABI CHEHADE

INDEFIRO o recurso tendo em vista que não foram apresentados elementos de fato e de direito capazes de modificar a decisão recorrida e mantenho o Ato indeferitório publicado no Diário Oficial da União de 05/06/2013, Seção 1, página 35.

Processo Nº 08124.000294/2012-27 - AMELIA BRANCA DE CARVALHO

Tendo em vista que ficou demonstrada a efetiva necessidade da manutenção do estrangeiro na empresa, considerando que o presente processo encontra-se instruído na forma da lei e, diante da informação do Ministério do Trabalho, DEFIRO os Pedidos de Prorrogação de Estada no País, abaixo relacionados:

Processo 08000.021739/2015-51 - Stewart Robert Wrightaté 15/08/2016.

Processo Nº 08000.010207/2015-99 - DANIEL DAVIDSON DE LA HOUSSAYE, até 31/12/2017

Processo Nº 08000.021985/2015-11 - JOHN COLIN DEAKIN, até 25/11/2016

Processo Nº 08000.022294/2015-27 - ABEL DUARTE ROCHA LAMEIRAS, até 03/09/2016

Processo Nº 08000.032824/2015-45 - JUHA-PEKKA TAPIO KISONEN, até 08/12/2016

Processo Nº 08000.036398/2015-19 - RODOLFO JR FLORES FABIAN, até 16/08/2016

Processo Nº 08000.036400/2015-50 - BERLITO INSULAR CORNELIA, até 16/08/2016

Processo Nº 08000.036403/2015-93 - APOLINAR LUISTRO VINLUAN, até 16/08/2016

Determino o arquivamento dos processos, por já ter decorrido prazo superior ao da estada solicitada, abaixo relacionados:

Processo Nº 08000.010135/2015-80 - DIETMAR JAKOBS

Processo Nº 08000.010359/2015-91 - ERWIN FAAS

Processo Nº 08000.010611/2015-62 - JESUS CHAHUAYLACC QUISPE

Processo Nº 08000.010858/2015-89 - JOEL GARCIA BAUTISTA

Processo Nº 08000.010872/2015-82 - JOVENCIO PASCUA CERIA

Processo Nº 08000.011208/2015-51 - THOMAS ANNE SUSANTHA HAKVOORT

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Processo Nº 08000.011256/2015-49 - DAVIDE IAZZETTA
Processo Nº 08000.011288/2015-44 - JOHN CHARLES ELLIOT
Processo Nº 08000.011591/2015-47 - SIMON JAMES HARRIS
Processo Nº 08000.011592/2015-91 - WILLIAM ROBERT TURNBULL
Processo Nº 08000.011594/2015-81 - CALLUM MACKENZIE REID
Processo Nº 08000.011607/2015-11 - CHARLES WILLIAM HENRY RUTHERFORD
Processo Nº 08000.011837/2015-81 - GAUDIOSO AQUINO ROMANO
Processo Nº 08000.012514/2015-12 - MANUEL MARTINEZ GONZALEZ
Processo Nº 08000.012515/2015-59 - JOSE LUIS OTERO PEREZ
Processo Nº 08354.001287/2015-81 - TAKASHI TSUDA
Processo Nº 08354.001288/2015-26 - TAKASHI KANAZAWA
Processo Nº 08461.010564/2014-49 - LUKASZ KOPYTEK
Processo Nº 08485.000855/2015-31 - ALEXANDER FERNANDEZ CORREA
Processo Nº 08000.008105/2015-11 - ASIM RAZA NAQVI
Processo Nº 08000.008129/2015-62 - SERGEY YEFIMENKO
Processo Nº 08000.008135/2015-10 - DENIS CHUDOV
Processo Nº 08000.008381/2015-71 - ALAN KID ACEBEY RODRIGUEZ

Considerando a alteração promovida pelo Decreto 8.757, de 10 de maio de 2016, publicado no DOU de 11.05.2016, na redação do art. 64, par. único, do Decreto 86.715/1981, que transfere o início do pedido de prorrogação de estada temporária - item V - para o Ministério do Trabalho, DETERMINO o arquivamento dos processos abaixo relacionados; facultando-se à parte interessada a apresentação de novo pedido perante aquele Ministério, devendo fazer prova da data do protocolo e da taxa recolhida no pedido original.

Processo Nº 08000.018870/2016-12 - SULTAN ABDUL SATTAR TAMBE
Processo Nº 08000.018884/2016-36 - ASIF IBRAHM MIRKAR
Processo Nº 08000.018890/2016-93 - PRAVEEN KUMAR SHUKLA
Processo Nº 08000.018915/2016-59 - RAMON FACHAL CARPENTE
Processo Nº 08000.018917/2016-48 - YOGESH SHANKAR BHALIYA
Processo Nº 08000.018918/2016-92 - KHAIRUKAKAM ABDULLATIF KHAN
Processo Nº 08000.018922/2016-51 - SANDEEPKUMAR RAJMANI MISHRA
Processo Nº 08000.018923/2016-03 - KUNDAN KISHOR
Processo Nº 08000.018925/2016-94 - NILKANTH VINODBHAI TANDEL
Processo Nº 08000.018926/2016-39 - MENINO MICHAEL RODRIGUES
Processo Nº 08000.018927/2016-83 - RAJA ROY
Processo Nº 08000.018929/2016-72 - ASIF IBRAHM MIRKAR
Processo Nº 08000.018971/2016-93 - CHARLES EDWARD PRATHER
Processo Nº 08000.018999/2016-21 - STEVEN LEE WHITE
Processo Nº 08000.019005/2016-93 - RUSSEL ROBERT ROGERS
Processo Nº 08000.019157/2016-96 - CLARA SERRANO NAVARRO
Processo Nº 08000.019169/2016-11 - ROMILIO ANTONIO VALENZUELA AVILA
Processo Nº 08000.019218/2016-15 - DHANANJAY KUMAR
Processo Nº 08000.019242/2016-54 - YURIY SHESTAKOV
Processo Nº 08000.019246/2016-32 - IVAN KONOVALOV
Processo Nº 08000.019254/2016-89 - RICKY MCNEAL WALLEY
Processo Nº 08000.019268/2016-01 - MATIN MOHAMMED PAWNE
Processo Nº 08000.019291/2016-97 - JOSE LUIS MARTINEZ CADENAS
Processo Nº 08000.019319/2016-96 - MARVIN LUWAR ABA-A
Processo Nº 08000.019325/2016-43 - CIRO MARLÓN MEJÍA LINDARTE
Processo Nº 08000.019494/2016-83 - FARHAN TAYEB MOHAMED
Processo Nº 08000.019495/2016-28 - PRZEMYSKAW MARKOWSKI
Processo Nº 08000.019499/2016-14 - VIVEK THODL
Processo Nº 08000.019514/2016-16 - OMAR ORRI DANIELSSON
Processo Nº 08000.019515/2016-61 - KAI ROGER DALHEIM
Processo Nº 08000.019520/2016-73 - OLE - GUNNAR BREIVIK
Processo Nº 08000.019522/2016-62 - STEFAN THOR HERBERTSSON
Processo Nº 08000.019524/2016-51 - XULIO CASADO TRIGO
Processo Nº 08000.019581/2016-31 - AKASA DNYANESHWAR KHAPRE
Processo Nº 08000.019584/2016-74 - ANDREA BALLERANO
Processo Nº 08000.019586/2016-63 - SANDEEP KUMAR SAKLAMI
Processo Nº 08000.019604/2016-15 - GUILLAUME GILLES DOMINIQUE EMMANUEL MARIE ROUSSEAU
Processo Nº 08000.019613/2016-06 - ROMAN SARAEV
Processo Nº 08000.019618/2016-21 - ALEXEY GORYAINOV
Processo Nº 08000.019689/2016-23 - RICHARD WARD BLANSCET
Processo Nº 08000.019698/2016-14 - IGNACIO REVEIJO SALAMANCA
Processo Nº 08000.019720/2016-26 - IGNACIO REVEIJO SALAMANCA
Processo Nº 08000.019721/2016-71 - BYOUNGKYU YU
Processo Nº 08000.019795/2016-15 - OLOF RUNE LINDSTROM
Processo Nº 08000.019804/2016-60 - ANGEL GUTIERREZ DENCHE
Processo Nº 08000.019807/2016-01 - MARCO DI COSMO
Processo Nº 08000.019896/2016-88 - MARIJAN MILOSEVIC
Processo Nº 08000.019975/2016-99 - ANTON HOFFMANN
Processo Nº 08000.020038/2016-86 - KENT PETERSEN FALLESEN
Processo Nº 08000.020168/2016-19 - OSMAN ERCIN ISIKYUZLU
Processo Nº 08000.020287/2016-71 - TERRENCE LEE HOLCOMBE JR
Processo Nº 08000.020337/2016-11 - FABRIZIO GROTTOLO MARASINI
Processo Nº 08000.021031/2016-81 - BENNY JOHN DAVIS
Processo Nº 08000.021107/2016-79 - WALDEMAR PIOTR KAMINSKI
Processo Nº 08000.021108/2016-13 - GRAEME JONATHAN HARMS
Processo Nº 08000.021109/2016-68 - ALEX SOOSIAH
Processo Nº 08000.021111/2016-37 - GLEN VILLARUZ PATINHO
Processo Nº 08000.021113/2016-26 - MARIUSZ KWASNIEWSKI
Processo Nº 08000.021124/2016-14 - ALPHIUS GRACIAN FERNANDES
Processo Nº 08000.021176/2016-82 - ALIPIO III DE CASTRO BARROSA
Processo Nº 08000.021305/2016-32 - JORGE QUEROL MILIAN
Processo Nº 08000.021356/2016-64 - PACKIASEELAN GNANAMONY
Processo Nº 08000.021369/2016-33 - KEVIN JOSEPH CLIFTON ROSE
Processo Nº 08000.021371/2016-11 - AVIJIT BONNERJEE
Processo Nº 08000.021374/2016-46 - RAMIR MANGAO ARCEGA
Processo Nº 08000.021375/2016-91 - JOEY MAPAGU GULOY
Processo Nº 08000.021378/2016-24 - ROLANDO JR RAMOS CATAPANG
Processo Nº 08000.021381/2016-48 - PABLITO JR LACSA RAMOS
Processo Nº 08000.021383/2016-37 - HOMER YBIO SAROMINES
Processo Nº 08000.021384/2016-81 - DANTE ACOSTA CORPUZ
Processo Nº 08000.021385/2016-26 - JOSELITO QUITOLBO RABAYA
Processo Nº 08000.021386/2016-71 - ANIANO CIANO CAVALIDA
Processo Nº 08000.021388/2016-60 - MARVIN FAMULARCANO REYES
Processo Nº 08000.021389/2016-12 - WARREN QUIDATO MACASIL
Processo Nº 08000.021392/2016-28 - SHADY SANTOS ARALAR
Processo Nº 08000.021394/2016-17 - GARY ALVARO ODEVILAS BABON
Processo Nº 08505.035023/2016-31 - FERNANDO DE LA MORA CASTELLANOS
Processo Nº 08000.018898/2016-50 - MANGESH AMARNATH DUBEY
Processo Nº 08000.018924/2016-40 - ROBINSON GABRIEL FERNANDES
Processo Nº 08000.019004/2016-49 - ELMER CLINTON CLEVELAND
Processo Nº 08000.019335/2016-89 - RUBEN EDUARDO BARRAEZ VASQUEZ
Processo Nº 08000.019518/2016-02 - ROMAN ANDRIEIEV
Processo Nº 08000.019888/2016-31 - Richard Arakkel Thommankutty
Processo Nº 08000.020196/2016-36 - MORIS GIRARDI
Processo Nº 08000.021387/2016-15 - IVO LIVAJA
Processo Nº 08000.021390/2016-39 - ROLANDO LAYOLA DORON

onsiderando o pedido de cancelamento/arquivamento apresentado pela Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO o Ato deferitório publicado no Diário Oficial da União de 11/03/2016, Seção 1, pág. 41, bem assim determino o ARQUIVAMENTO do pedido.

Processo Nº 08000.006823/2015-45 - Lesley George Morrison

Considerando a manifestação contrária do Ministério do Trabalho, INDEFIRO o presente pedido de prorrogação do prazo de estada no País, Visto Temporário Item V.

Processo Nº 08000.004790/2015-07 - KRZYSZTOF RYSZARD WYSOCKI

JOSE AUGUSTO TOME BORGES
Substituto

RETIFICAÇÕES

No Diário Oficial da União de 10/07/2015, Seção 1, pág. 52.

Onde se lê: Processo N° 08505.053337/2014-54 - RAUL ANTONIO NAVARRO - MARTA CABANE BIENERT, ANDRES JOSE NAVARRO.

Leia-se: Processo N° 08505.053337/2014-54 - RAUL ANTONIO NAVARRO - MARTA CABANE BIENERT, ANDRES JOSE NAVARRO e GABRIELA NAVARRO.

No Diário Oficial da União de 16/07/2015, Seção 1, pág. 17.

Onde se lê: Processo Nº 08000.041289/2014-32 - JESUS ANGEL ESCUDERO IGLESIAS

Leia-se: Processo Nº 08000.041289/2014-32 - JESUS ANGEL ESCUDERO IGLESIAS e ISABEL VICTORIA LOPEZ FLORES

DEPARTAMENTO DE POLÍTICAS DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 77, DE 27 DE JUNHO DE 2016

O Diretor, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa e na Portaria nº 368 de 11 de fevereiro de 2014, publicada no DOU de 12 de fevereiro de 2014, resolve classificar:

Programa: CALDEIRÃO DA SORTE (Brasil - 2016)
Produtor(es): Silvana Colossi
Diretor(es): Fabiano Wicher
Distribuidor(es): TVSBT Canal 04 de São Paulo S/A.
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Variedades
Tipo de Material Analisado: Monitoramento
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08000.002276/2016-18
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Série: HAWAII FIVE-0 - 5ª TEMPORADA (HAWAII FIVE-0 - SEASON 5, Estados Unidos da América - 2014)
Episódio(s): 01 A 25
Produtor(es): Alex Kurtzman/Peter M. Lenkov
Diretor(es): Bryan Spicer/Steve Boyum
Distribuidor(es): PARAMOUNT HOME MEDIA DISTRIBUTION BRAZIL
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de catorze anos
Gênero: Drama
Tipo de Material Analisado: DVD
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de catorze anos
Contém: Drogas e Violência
Processo: 08000.010785/2016-14
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: SUPER TEMPESTADE DE SEATTLE (SEATTLE SUPERSTORM, Estados Unidos da América - 2011)
Produtor(es): Kim Arnott
Diretor(es): Jason Bourque
Distribuidor(es): RÁDIO E TELEVISÃO BANDEIRANTES S.A/ALFRED HABER DISTRIBUTION, INC
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de dez anos
Gênero: Ação
Tipo de Material Analisado: Monitoramento
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de dez anos
Contém: Violência
Processo: 08000.015238/2016-17
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Show Musical: LEMONADE (Estados Unidos da América - 2016)
Produtor(es): Columbia Records/Beyoncé Knowles
Distribuidor(es): Sony Music Entertainment Brasil Ltda
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de dezesseis anos
Gênero: Musical
Tipo de Material Analisado: DVD
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze anos
Contém: Violência
Processo: 08000.020264/2016-67
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: BATMAN - SANGUE RUIM (BATMAN - BAD BLOOD, Estados Unidos da América - 2016)
Produtor(es): DC Comics/Warner Bros/Animation

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Diretor(es): Jay Oliva
Distribuidor(es): SONY DADC BRASIL INDUSTRIA, COM. E DISTRIBUIÇÃO VÍDEO-FONOGRÁFICA LTDA
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Animação
Tipo de Material Analisado: DVD
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze anos
Contém: Violência e Conteúdo Sexual
Processo: 08000.020670/2016-20
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Trailer: A INCRÍVEL JORNADA DE JACQUELINE (LA VACHE, França - 2016)
Produtor(es): Nicolas Duval-Adassovsky/Yann Zenou/Laurent Zeitoun/Jamel Debbouze
Diretor(es): Mohamed Hamidi
Distribuidor(es): SM Distribuidora de Filmes Ltda
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Comédia
Tipo de Material Analisado: Pen Drive
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08000.023487/2016-86
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Trailer: MOANA - UM MAR DE AVENTURAS (MOANA, Estados Unidos da América - 2016)
Diretor(es): Ron Clements & John Musker
Distribuidor(es): The Walt Disney Company (Brasil) Ltda.
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Animação/Musical
Tipo de Material Analisado: Pen Drive
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08000.024551/2016-46
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Trailer: CAPITÃO FANTÁSTICO (CAPTAIN FANTASTIC, Estados Unidos da América - 2016)
Diretor(es): Matt Ross
Distribuidor(es): COLUMBIA TRISTAR FILMES DO BRASIL LTDA.
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Drama
Tipo de Material Analisado: Pen Drive
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08000.025388/2016-39
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Trailer: 12 HORAS PARA SOBREVIVER - O ANO DA ELEIÇÃO (THE PURGE - ELECTION YEAR, Estados Unidos da América - 2016)
Produtor(es): Jason Blum/Michael Bay/Anfrew Form/Brad Fuller/Sébastien Kurt Lemercier
Diretor(es): James Demonaco
Distribuidor(es): COLUMBIA TRISTAR FILMES DO BRASIL LTDA.
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de dez anos
Gênero: Suspense/Terror
Tipo de Material Analisado: Pen Drive
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de catorze anos
Contém: Violência
Processo: 08000.025391/2016-52
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Trailer: ELVIS & NIXON (Estados Unidos da América - 2016)
Produtor(es): Robert Ogden Barnum
Diretor(es): Liza Johnson
Distribuidor(es): COLUMBIA TRISTAR FILMES DO BRASIL LTDA.
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Comédia
Tipo de Material Analisado: Pen Drive
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08000.025392/2016-05
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Trailer: A INTROMETIDA (THE MEDDLER, Estados Unidos da América - 2016)
Produtor(es): Steve Golin
Diretor(es): Lorene Scafaria
Distribuidor(es): COLUMBIA TRISTAR FILMES DO BRASIL LTDA.
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Comédia
Tipo de Material Analisado: Pen Drive
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08000.025393/2016-41
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Trailer: CEGONHAS - A HISTÓRIA QUE NÃO TE CONTARAM - TRAILER 02 (STORKS, Estados Unidos da América - 2016)
Produtor(es): Glenn Ficarra
Diretor(es): Nicholas Stoller/Doug Sweetland
Distribuidor(es): Warner Bros. (South), Inc.
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Animação
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08000.025396/2016-85
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Trailer: O ESPAÇO ENTRE NÓS (THE SPACE BETWEEN US, Estados Unidos da América - 2016)
Produtor(es): Kevin Halloran
Diretor(es): Peter Chelsom
Distribuidor(es): DIAMOND FILMS DO BRASIL PRODUÇÃO E DISTRIBUIDORA AUDIOVISUAL LTDA
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Ficção
Tipo de Material Analisado: Pen Drive
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08000.025407/2016-27
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Episódio: OS SIMPSONS - 24ª TEMPORADA - NEGÓCIO MUITO ARRISCADO - VERSÃO EDITADA (THE SIMPSONS - SEASON 24, Estados Unidos da América - 2013)
Episódio(s): 19 (RABF13)
Título da Série: THE SIMPSONS
Produtor(es): Matt Groening/Sam Simon
Diretor(es): Matt Groneing
Distribuidor(es): RÁDIO E TELEVISÃO BANDEIRANTES SA
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de dez anos
Gênero: Animação
Tipo de Material Analisado: DVD
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze anos
Contém: Violência e Drogas Lícitas
Processo: 08017.000236/2016-44
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Trailer: O VALOR DO AMOR (VALLEY OF LOVE, Bélgica / França - 2015)
Produtor(es): Les Films du Worso/LGM Productions/Scope Pictures
Diretor(es): Guillaume Nicloux
Distribuidor(es): IMOVISION
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Comédia
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08017.000559/2016-38
Requerente: IMOVISION - TAG CULTURAL DISTRIBUIDORA DE FILMES LTDA.

Trailer: DE LONGE TE OBSERVO (DESDE ALLÁ, México / Venezuela - 2015)
Produtor(es): Guillermo Arriaga/Rodolfo Cova/Michael Franco
Diretor(es): Lorenzo Vigas
Distribuidor(es): IMOVISION
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de catorze anos
Gênero: Drama
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de catorze anos
Contém: Violência e Conteúdo Sexual
Processo: 08017.000560/2016-62
Requerente: IMOVISION - TAG CULTURAL DISTRIBUIDORA DE FILMES LTDA.

Trailer: A ESPERA (L`ATTESA, França / Itália - 2015)
Produtor(es): Indigo Film/Barbary Films/Medusa Film
Diretor(es): Piero Messina
Distribuidor(es): IMOVISION
Classificação Pretendida: Livre
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08017.000575/2016-21
Requerente: IMOVISION - TAG CULTURAL DISTRIBUIDORA DE FILMES LTDA.

Filme: LA VANITÉ (França / Suíça - 2015)
Produtor(es): Bande a Part Films
Diretor(es): Lionel Baier
Distribuidor(es): SUPO MUNGAM FILMS
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de catorze anos
Gênero: Drama
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de catorze anos
Contém: Violência , Conteúdo Sexual e Drogas Lícitas
Processo: 08017.000581/2016-88
Requerente: SUPO MUNGAM FILMS LTDA. - ME

Filme: DIA DOS NAMORADOS (Brasil - 2015)
Produtor(es): Roberto Burd
Diretor(es): Roberto Burd
Distribuidor(es): ORGANISMO FILMES
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de doze anos
Gênero: Drama
Tipo de Análise: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de catorze anos
Contém: Nudez e Conteúdo Sexual
Processo: 08017.000466/2016-11
Requerente: ROBERTO BURD

DAVI ULISSES BRASIL SIMÕES PIRES

DESPACHOS DO DIRETOR
Em 27 de junho de 2016

O Diretor, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 8, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 7 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa e na Portaria nº 368 de 11 de fevereiro de 2014, publicada no DOU de 12 de fevereiro de 2014;

Despacho nº 145/2016/COCIND/DPJUS/SNJ
Processo MJ nº: 08000.021575/2016-43
Novela: "ALMA GÊMEA - VERSÃO EDITADA"
Emissora: Rede Globo

CONSIDERANDO que a novela foi classificada em 2005 como "livre" e a emissora pretende a revisão de classificação para "não recomendada para menores de dez anos", e que se compromete nos termos do art. 17 da Portaria 368, de 2014; resolve:

Classificar a obra "ALMA GÊMEA - VERSÃO EDITADA" como "não recomendada para menores de dez anos", por conter violência e drogas lícitas.

Despacho nº 146/2016/COCIND/DPJUS/SNJ
Processo MJ nº 08017.008336/2014-57
Série: "DRAGON BALL Z KAI - SAGA SAIYAJIN - 1ª TEMPORADA"
Episódio(s): 101 A 115
Requerente: SET - Serviços Empresariais LTDA. EPP
Emissora: RÁDIO E TELEVISÃO BANDEIRANTES LTDA.

CONSIDERANDO que a emissora solicitou autoclassificação da obra como "livre" e que, durante a exibição, se verificou que as cenas apresentadas não justificam tal classificação; resolve:

Indeferir o pedido de autoclassificação da obra, classificando-a como "não recomendado para menores de dez anos" por apresentar violência.

DAVI ULISSES BRASIL SIMÕES PIRES

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ministério da Saúde

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR
DIRETORIA COLEGIADA

DECISÃO DE 28 DE JUNHO DE 2016

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 442ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 20 de abril de 2016 aprovou o voto relator nos seguintes processos administrativos:

Processo ANS n.º	Nome da Operadora	Relator	Tipo de Infração	Valor da Multa (R$)
33902.222993/2006-68	Prodent Assistência Odontológica Ltda	DIPRO	Contratualização - Art. 43 da RN n° 124/2006 (2x)	42.000,00 (quarenta e dois mil reais)
25782.018104/2011-11	Amil Assistência Médica Internacional S.A.	DIOPE	Suspensão ou Rescisão Unilateral de Contrato Coletivo - Art. 82-A da RN n° 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
33902.800883/2011-15	Unimed Angra dos Reis Cooperativa de Trabalho Médico	DIOPE	Redução de Rede Hospitalar - Art. 88 da RN n° 124/2006	220.640,00 (duzentos e vinte mil seiscentos e quarenta reais)
25789.058297/2011-74	Amil Assistência Médica Internacional S.A.	DIOPE	Suspensão ou Rescisão Unilateral de Contrato Individual - Art. 82 da RN n° 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25779.001623/2015-14	Só Saúde Assistência Médico Hospitalar Ltda - Em Liquidação Extrajudicial	DIPRO	Negativa de Cobertura - Art. 77 da RN n° 124/2006	35.200,00 (trinta e cinco mil e duzentos reais)
25779.011881/2015-17	Só Saúde Assistência Médico Hospitalar Ltda - Em Liquidação Extrajudicial	DIPRO	Negativa de Cobertura - Art. 77 da RN n° 124/2006 (2x)	70.400,00 (setenta mil e quatrocentos reais)
33902.469683/2013-34	Amil Assistência Médica Internacional S.A.	DIPRO	Planos Coletivos Cancelados - Art. 76 da RN n° 124/2006	35.000,00 (trinta e cinco mil reais)

25779.002812/2015-12	Só Saúde Assistência Médico Hospitalar Ltda - Em Liquidação Extrajudicial	DIOPE	Negativa de Cobertura - Art. 77 da RN n° 124/2006	35.200,00 (trinta e cinco mil e duzentos reais)
25773.001756/2013-89	Unimed Paulistana Sociedade Cooperativa de Trabalho Médico - Em Liquidação Extrajudicial	DIOPE	Negativa de Cobertura - Art. 77 da RN n° 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25779.008643/2015-16	Administradora Brasileira de Assistência Médica Ltda - Em Liquidação Extrajudicial	DIOPE	Negativa de Cobertura - Art. 77 da RN n° 124/2006 (4x)	211.200,00 (duzentos e onze mil e duzentos reais)
25789.040409/2014-83	Unimed do Estado de SP - Federação Estadual das Coop. Médicas	DIOPE	Negativa de Cobertura - Art. 77 da RN n° 124/2006	79.200,00 (setenta e nove mil e duzentos reais)
25780.008597/2014-35	Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico	DIPRO	Urgência e Emergência - Art. 79 RN 124/06	80.000,00 (oitenta mil reais)
25779.019862/2014-40	Administradora Brasileira de Assistência Médica Ltda - em Liq. Extrajudicial	DIPRO	Negativa de Cobertura - Art. 77 RN 124/06	105.600,00 (cento e cinco mil e seiscentos reais)
25789.024156/2014-09	Sul América Companhia de Seguro Saúde	DIPRO	Obrigações de Natureza Contratual - Art. 78 RN 124/06	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
33902.411949/2012-79	Unimed Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	DIPRO	Obrigações de Natureza Contratual - Art. 78 RN 124/06	60.000,00 (sessenta mil reais)
25789.021217/2014-78	Prevent Senior Private Operadora de Saúde Ltda	DIPRO	Suspensão ou Rescisão Unilateral de Contrato Individual - Art. 82 RN 124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25780.009040/2013-31	Unimed Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	DIPRO	Negativa de Migração ou Adaptação dos Contratos - Art. 67 RN 124/06	50.000,00 (cinquenta mil reais)
33903.003898/2013-86	Sul América Companhia de Seguro Saúde	DIPRO	Urgência e Emergência - Art. 79 RN 124/06	100.000,00 (cem mil reais)
25789.088451/2013-02	Sul América Companhia de Seguro Saúde	DIPRO	Negativa de Cobertura - Art. 77 RN 124/06	80.000,00 (oitenta mil reais)
25789.092294/2013-21	Unimed Campinas Cooperativa de Trabalho Médico	DIPRO	Negativa de Cobertura - Art. 77 RN 124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33903.023145/2013-97	Unimed Cuiabá Cooperativa de Trabalho Médico	DIPRO	Negativa de Cobertura - Art. 77 RN 124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25783.017418/2011-88	Esmale Assistência Internacional de Saúde Ltda.	DIPRO	Urgência e Emergência - Art. 79 RN 124/06	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
25773.018358/2011-30	Multiclínicas Assist. Médica Cirurg. E Hosp. Ltda - em Liq. Extrajudicial	DIPRO	Produto Diverso do Registrado - Art. 20 RN 124/06 Redução de Rede Hospitalar - Art. 88 RN 124/06	185.658,94 (cento e oitenta e cinco mil, seiscentos e cinquenta e oito reais e noventa e quatro centavos)
33902.018427/2012-00	Amil Assistência Médica Internacional S.A.	DIPRO	Planos Coletivos Cancelados - Art. 76 da RN 124/06.	35.105,00 (trinta e cinco mil, cento e cinco reais)
25782.024184/2012-16	Bradesco Saúde S/A	DIPRO	Reajuste acima do Permitido - Art. 59 da RN 124/06 e Incorreções e Omissões nas Informações - Art. 37 da RN 124/06.	55.225,00 (cinquenta e cinco mil e duzentos e vinte e cinco reais)
25789.045786/2013-28	Intermédica Sistema De Saude Ltda	DIPRO	Suspensão ou Rescisão Unilateral de Contrato Individual - Art. 82 da RN 124/06.	80.000,00 (oitenta mil reais)
25789.006045/2014-11	Amil Assistência Médica Internacional S.A.	DIPRO	Negativa de Cobertura - Art. 77 da RN 124/06.	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33902.857292/2011-10	Amil Assistência Médica Internacional S.A.	DIPRO	Suspensão ou Rescisão Unilateral de Contrato Individual - Art. 82 da RN 124/06.	80.000,00 (oitenta mil reais)
25782.011219/2012-57	Unimed Curitiba - Sociedade Cooperativa De Médicos	DIPRO	Recontagem de Carência - Art. 64 da RN 124/06.	25.000,00 (vinte e cinco mil reais)
25783.003414/2013-84	Excelsior Med S/A	DIOPE	Suspensão ou Rescisão Unilateral de Contrato Individual - Art. 82 da RN 124/06.	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25789.054235/2013-55	Qualicorp Administradora De Benefícios S.A.	DIOPE	Mudança de Faixa Etária - Art. 57 da RN 124/06	45.000,00 (quarenta e cinco mil reais)
33902.527467/2013-11	Unimed Teresópolis Cooperativa De Trabalho Médico	DIOPE	Contrato coletivo em desacordo com a regulamentação - Art. 20 C da RN 124/06.	30.000,00 (trinta mil reais)
25789.048961/2013-39	Amico Saúde Ltda	DIOPE	Negativa de Cobertura - Arts. 77, 7º, III, 8º, III e 10, V, da RN 124/2006	79.200,00 (setenta e nove mil e duzentos reais)
25772.002658/2013-79	Hapvida Assistencia Medica Ltda	DIOPE	Exonerados, Demitidos ou Aposentados - Arts. 84 e 10, V, da RN 124/2006	30.000,00 (trinta mil reais)
33902.253537/2006-60	Uniodonto de São José dos Campos Cooperativa de Trabalho Odontológico	DIOPE	Contratualização - Arts. 43 e 10, III e §2º, da RN 124/2006	21.000,00 (vinte e um mil reais)
25789.026860/2013-15	Garantia de Saúde Ltda	DIOPE	Negativa de Cobertura - Arts. 77 e 10, II, da RN 124/2006	32.000,00 (trinta e dois mil reais)
33902.011763/2007-56	Hapvida Assistencia Medica Ltda	DIOPE	Redução de Rede Hospitalar - Arts. 88, 9º, III e 10, V, da RN 124/2006	674.193,75 (seiscentos e setenta e quatro mil e cento e noventa e três reais e setenta e cinco centavos)
33903.007922/2013-56	Amil Assistência Médica Internacional S.A.	DIOPE	Negativa de Cobertura - Arts. 77, 8º, III e 10, V, da RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25779.022317/2015-11	Administradora Brasileira de Assistência Medica Ltda - Em Liquidação Extrajudicial	DIOPE	Negativa de Cobertura - Arts. 77 e 10, III, da RN 124/2006	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25789.014106/2014-13	Amil Assistência Médica Internacional S.A.	DIOPE	Negativa de Cobertura - Arts. 77, 8º, III e 10, V, da RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25789.092594/2013-19	Unimed do Estado de SP - Federação Estadual das Coop. Médicas	DIPRO	Negativa de Cobertura - Arts. 77, e 10, V, da RN 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
25789.092888/2013-32	Amil Assistência Médica Internacional S.A.	DIPRO	Negativa de Cobertura - Arts. 77, 8º, III e 10, V, da RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33902.412705/2013-94	Dentalvida Representação Comercial de Planos De Saude/Odontologicos Ltda	DIPRO	Envio de Informações Periódicas - Arts. 35, e 10, V e §1º, da RN 124/2006	100.000,00 (cem mil reais)
25789.019082/2012-19	Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Santos	DIPRO	Negativa de Cobertura - Arts. 77 e 10, IV, da RN 124/2006	64.000,00 (sessenta e quatro mil reais)
25789.048514/2013-80	Unimed Cruzeiro - Cooperativa de Trabalho Médico	DIOPE	Negativa de Cobertura - Art. 77 RN 124/06	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33902.142092/2012-31	Amil Saúde Ltda.	DIOPE	Mecanismo de Regulação - Art. 71 RN 124/06	30.000,00 (trinta mil reais)
33902.251594/2013-33	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Medico do Rio de Janeiro	DIOPE	(i) Cláusulas de Garantias Legais - Art. 66 RN 124/06; (ii) Ingresso de beneficiário em plano coletivo- Art. 20-D RN 124/06; e (iii) Reajuste acima do Permitido - Art. 59 RN 124/06	125.000,00 (cento e vinte e cinco mil reais)
25780.000864/2014-26	Hapvida Assistência Médica Ltda.	DIOPE	Negativa de Cobertura - Art. 77 RN 124/06	80.000,00 (oitenta mil reais)
25772.003913/2013-09	Unimed do Sudoeste Cooperativa de Trabalho Medico Ltda.	DIOPE	Negativa de Cobertura - Art. 77 RN 124/06	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
33902.504274/2012-19	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	DIOPE	Mudança de faixa etária - Art. 57 RN 124/06	45.000,00 (quarenta e cinco mil reais)
25789.090729/2013-01	Massa Falida Lam Operadora de Planos de Saúde Ltda.	DIOPE	Negativa de Cobertura - Art. 77 RN 124/06	32.000,00 (trinta e dois mil reais)
25789.075713/2012-80	Hbc Saúde Ltda.	DIOPE	Negativa de Cobertura - Art. 77 RN 124/06	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
33903.020891/2013-29	Unimed Cuiabá Cooperativa de Trabalho Médico	DIOPE	Obrigações de Natureza Contratual - Art. 78 RN 124/06	60.000,00 (sessenta mil reais)
25779001008/2015-16	Só Saude Assistência Médico Hospitalar Ltda - Em Liquidação Extrajudicial	DIOPE	Negativa de Cobertura - art.77 da RN 124/06	35.200,00 (trinta e cinco mil e duzentos reais)
25779014530/2015-50	Administradora Brasileira De Assistência Médica Ltda - Em Liquidação Extrajudicial	DIOPE	Negativa de Cobertura - art.77 da RN 124/06	96.000,00 (noventa e seis mil reais)
25783.018857/2012-99	Amil Assistência Médica Internacional S.A	DIPRO	Negativa de Cobertura - art.77 da RN 124/06	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25789.063539/2012-22	Green Line Sistema De Saúde Ltda	DIPRO	Negativa de Cobertura - art.77 da RN 124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25779.001809/2013-10	Unimed Vale Do Aço Cooperativa De Trabalho Médico	DIPRO	Suspensão ou Rescisão Unilateral de Contratual - art.82 da RN 124/06	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25789.019114/2012-86	Unimed Paulistana Sociedade Cooperativa De Trabalho Médico	DIPRO	Negativa de Cobertura - art.77 da RN 124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25789.005718/2013-26	Centro Transmontano De São Paulo	DIPRO	Negativa de Cobertura - art.77 da RN 124/06	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25782.015856/2012-01	Amico Saúde Ltda	DIPRO	Suspensão ou Rescisão Unilateral de Contratual - art.82 da RN 124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

25782.008768/2012-44	Odontoprev S/A	DIPRO	Negativa de Cobertura - art.77 da RN 124/06	72.000,00 (setenta e dois mil reais)
33903.019763/2013-32	Sul América Companhia De Seguro Saúde	DIPRO	Negativa de Cobertura - art.77 da RN 124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33902.469281/2013-30	Amil Assistência Médica Internacional S.A	DIPRO	Exonerados, Demitidos ou Aposentados - Art.84 da RN 124/06	30.000,00 (trinta mil reais)
25780.000909/2014-62	Caixa Econômica Federal	DIPRO	Exonerados, Demitidos ou Aposentados - Art.84 da RN 124/06	30.000,00 (trinta mil reais)
25789.011594/2011-56	Amil Assistência Médica Internacional S.A.	DIGES	Reajuste de Plano Coletivo - art. 61- A da RN nº124/06; Alteração do Contrato em Desacordo com a Legislação - art. 69 da RN nº124/06	Advertência e 60.000,00 (cento e vinte cinco mil e duzentos e dez reais)
25779.010519/2015-11	Administradora Brasileira De Assistência Medica Ltda - Em Liquidação Extrajudicial	DIGES	Negativa de Cobertura - art. 77 da RN nº124/06	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25779.004124/2015-89	Sosaude Assistência Médico Hospitalar LTDA - Em liquiadação Extrajudicial	DIOPE	Negativa de Cobertura - art. 77 da RN nº124/06	105.600,00 (cento e cinco mil e seiscentos reais)
25779.022321/2015-80	Administradora Brasileira De Assistência Médica Ltda Em Liquidação Extrajudicial	DIOPE	Negativa de Cobertura - art. 77 da RN nº124/06	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25779.006554/2015-35	Administradora Brasileira De Assistência Médica Ltda Em Liquidação Extrajudicial	DIOPE	Negativa de Cobertura - art. 77 da RN nº124/06	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25779.001490/2015-86	Sosaude Assistência Médico Hospitalar Ltda Em Liquidação Extrajudicial	DIOPE	Negativa de Cobertura - art. 77 da RN nº124/06	35.200,00 (trinta e cinco mil e duzentos reais)
25789.058458/2011-20	Medisanitas Brasil Assistência Integral À Saúde S.A	DIPRO	Negativa de Cobertura - art. 77 da RN nº124/06	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
25780.004672/2013-16	Unimed De Belém Cooperativa De Trabalho Médico	DIOPE	Produto Diverso do Registrado - art. 20 da RN nº124/06	50.000,00 (cinquenta mil reais)
25785.013930/2013-05	Unimed Porto Alegre Cooperativa Médica Ltda	DIPRO	Negativa de Cobertura - art. 77 da RN nº124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25789.107848/2014-83	Biovida Saúde Ltda	DIPRO	Negativa de Cobertura - art. 77 da RN nº124/06	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25789.052584/2013-32	Special Assistência Odontológica Ltda	DIPRO	Negativa de Cobertura - art. 77 da RN nº124/06	32.000,00 (trinta e dois mil reais)
25789.032175/2012-39	Green Line Sistema De Saúde S.A.,	DIGES	Descumprimento Contratual - art. 78 da RN nº124/06	60.000,00 (sessenta mil reais)
25782.002781/2012-90	Operadora de Planos Privados de Assistência À Saúde Consaude S/S Ltda	DIPRO	1) Fornecimento de cópia do instrumento contratual - Art. 65 da RN 124/06; 2) Cláusulas de garantias legais - Art. 66 da RN 124/06	1) 5.000,00 (cinco mil reais); 2) 14.616,00 (catorze mil, seiscentos e dezesseis reais)
25782.007557/2013-75	Clinipam Clinica Paranaense de Assistência Médica Ltda	DIPRO	Exonerados, demitidos ou aposentados - Art. 84 da RN 124/06	24.000,00 (vinte e quatro mil reais)
25783.001089/2014-04	Unimed Noroeste Capixaba Cooperativa de Trabalho Médico	DIPRO	Negativa de cobertura - Art. 77 da RN 124/06	43.200,00 (quarenta e três mil e duzentos reais)
25783.001181/2012-02	Sul América Seguro Saúde S/A	DIPRO	Reajuste de plano coletivo - Art. 61-A da RN 124/06	45.000,00 (quarenta e cinco mil reais)
25783.001975/2012-68	Unimed Maceió Cooperativa de Trabalho Médico	DIPRO	Negativa de cobertura - Art. 77 da RN 124/06	64.000,00 (sessenta e quatro mil reais)
25785.001793/2013-58	SAS Sistemas de Administração de Saúde Ltda.	DIPRO	Registro de produto - Art. 19 da RN 124/06	50.000,00 (cinquenta mil reais)
25789.069723/2012-86	Amil Assistência Médica Internacional S.A.	DIPRO	Redução de rede hospitalar - Art. 88 da RN 124/06	884.193,13 (oitocentos e oitenta e quatro mil, cento e noventa e três reais e treze centavos)
25789.089873/2013-97	Amil Assistência Médica Internacional S.A.	DIPRO	Negativa de cobertura - Art. 77 da RN 124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25789.089892/2013-13	Medisanitas Brasil Assistência Integral À Saúde S/A	DIPRO	Negativa de cobertura - Art. 77 da RN 124/06	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
33902.185278/2005-56	Unimed Vitória Cooperativa de Trabalho Médico	DIPRO	Contratualização - Art. 4º, inciso X, da RDC 24/2000, por duas vezes	50.000,00 (cinquenta mil reais)
33902.734128/2011-27	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio De Janeiro	DIPRO	Cláusulas de garantias legais - Art. 66 da RN 124/06	233.244,38 (duzentos e trinta e três mil, duzentos e quarenta e quatro reais e trinta e oito centavos)
33902.745133/2013-27	Vidaplan Saúde Ltda. - EPP	DIPRO	Renovação de contratos - Art. 62-F da RN 124/06	44.710,74 (quarenta e quatro mil, setecentos e dez reais e setenta e quatro centavos)
25773.023525/2012-45	Unimed de Fortaleza Sociedade Cooperativa Médica Ltda.	DIPRO	Informações Devidas a Consumidores- Art. 74 da RN 124/06.	25.000,00 (vinte e cinco mil reais)
25782.008577/2011-00	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A.	DIGES	Reajuste de plano coletivo - Art. 61-A da RN 124/06.	83.970,00 (oitenta e três mil novecentos e setenta reais)
25782.021276/2012-44	Amil Assistência Médica Internacional S.A.	DIPRO	Informações Devidas a Consumidores- Art. 74 da RN 124/06.	25.000,00 (vinte e cinco mil reais
25785.002326/2011-83	Sul América Seguro Saúde S.A.	DIPRO	Obrigações de Natureza Contratual - Art. 78 da RN 124/06.	540.000,00 (quinhentos e quarenta mil reais)
25785.011827/2011-51	Odonto Empresas Convênios Dentários Ltda.	DIGES	Alterações Societárias - Art. 28 da RN 124/06	250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais)
25789.009549/2014-84	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A.	DIPRO	Obrigações de Natureza Contratual - Art. 78 da RN 124/06.	60.000,00 (sessenta mil reais)
25789.033261/2013-40	Amil Assistência Médica Internacional S.A.	DIGES	Negativa de Cobertura - Art. 77 da RN 124/06.	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33902.009789/2013-82	Golden Cross Assistência Internacional de Saúde Ltda.	DIPRO	Ingresso de Beneficiário em Plano - Art. 62 da RN 124/06.	50.000,00 (cinquenta mil reais)
33902.080526/2012-01	All Care Administradora de Benefícios S.A.	DIPRO	Ingresso de Beneficiário em Plano - Art. 62 da RN 124/06.	40.000,00 (quarenta mil reais)
33902.319240/2012-12	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	DIPRO	Ingresso de beneficiário em plano coletivo - Art. 20-D da RN 124/06.	50.000,00 (cinquenta mil reais)
33902.408186/2013-60	Hospital São Marcos S/A	DIPRO	Envio de Informações Periódicas - Art. 35 da RN 124/06.	100.000,00 (cem mil reais)
33903.014326/2013-22	Sul América Companhia de Seguro Saúde	DIGES	Urgência e Emergência - Art. 79 da RN 124/06.	100.000,00 (cem mil reais)
25779.015399/2014-67	Unimed - Belo Horizonte Cooperativa de Trabalho Médico	DIOPE	Urgência e Emergência - Art. 79 da RN 124/06	110.000,00 (cento e dez mil reais)
25779.006595/2013-60	Massa Falida Admedico Administração de Serviços Médicos A Empresa Ltda	DIOPE	Redução de Rede - 6 (seis) infrações ao Art. 88 da RN 124/06	132.000,00 (cento e trinta e dois mil reais)
25783.019571/2013-10	Bradesco Saúde S/A	DIOPE	Urgência e Emergência - Art. 79 da RN 124/06	100.000,00 (cem mil reais)
25772.009805/2013-31	Hapvida Assistencia Medica Ltda	DIOPE	Negativa de cobertura - Art. 77 da RN 124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25789.034421/2014-59	Massa Falida Lam Operadora de Planos de Saude Ltda	DIOPE	Negativa de cobertura - Art. 77 da RN 124/06	32.000,00 (trinta e dois mil reais)
25789.096844/2013-81	Unimed do Estado de SP - Federação Estadual das Coop. Médicas	DIOPE	Negativa de cobertura - Art. 77 da RN 124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25789.002922/2013-95	Unimed do Estado de SP - Federação Estadual das Coop. Médicas	DIOPE	Negativa de cobertura - Art. 77 da RN 124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25789.095915/2011-67	Amil Assistência Médica Internacional S.A.	DIOPE	Obrigações de Natureza Contratual - Art. 78 da RN 124/06	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
33902.236771/2014-32	Plano Vida Saude Serviços Odontologicos Ltda	DIOPE	Envio de Informações Periódicas - Art. 35 da RN 124/06	20.000,00 (vinte mil reais)
33902.242877/2006-65	Federação das Uniodontos do Estado de Minas Gerais	DIOPE	Contratualização - Art. 43 da RN 124/06	42.000,00 (quarenta e dois mil reais)
25785.002288/2013-21	Unimed Nordeste RS Sociedade Cooperativa de Serviços Médicos Ltda	DIOPE	Mecanismos de Regulação - Art. 71 da RN 124/06	30.000,00 (trinta mil reais)
25789.043041/2013-24	Bradesco Saúde S.A.	DIGES	Mudança de faixa Etária - Art. 57 da RN 124/06	45.000,00 (quarenta e cinco mil reais)
25772.007795/2013-08	Golden Cross Assistencia Internacional de Saúde Ltda	DIGES	Renovação de contratos - art. 62-A c/c art. 10, inciso V da RN nº 124/2006	50.000,00 (cinquenta mil reais)
25779.007674/2013-98	Sosaude Assistência Médico Hospitalar Ltda - Em Liquidação Extrajudicial	DIGES	Renovação de contratos - art. 62-A c/c art. 10, inciso III da RN nº 124/2006	60.000,00 (sessenta mil reais)
25779.005390/2015-29	Unimed Paulistana Sociedade Cooperativa de Trabalho Médico - Em Liquidação Extrajudicial	DIGES	Negativa de cobertura - art. 77 c/c art. 10, inciso V e art. 7º, III da RN nº 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25789.090134/2013-48	Unimed Paulistana Sociedade Cooperativa de Trabalho Médico - Em Liquidação Extrajudicial	DIGES	Envio de informações das operadoras e dos prestadores de serviços e Envio de Informações Periódicas - arts. 34 e 35 c/c art. 5º, II e 10, inciso V da RN 124/06	Advertência e 25.000,00 (vinte e cinco mil reais)

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

25785.002235/2012-29	Unimed Goiania Cooperativa de Trabalho Médico	DIGES	Suspensão ou Rescisão Unilateral de Contrato Individual - art. 82 c/c art. 10, inciso V c/c art. 9º, inciso II da RN nº 124/2006	186.711,58 (cento e oitenta e seis mil, setecentos e onze reais e cinquenta e oito centavos)
25789.020120/2012-86	Green Line Sistema de Saúde S.A	DIGES	Redução de Rede Hospitalar - art. 88 c/c art. 9º, inciso II e art. 10, inciso V da RN nº 124/2006	168.852,63 (cento e sessenta e oito mil, oitocentos e cinquenta e dois reais e sessenta e três centavos)
25789.090261/2012-66	Unimed Regional da Baixa Mogiana - Cooperativa de Trabalho Médico	DIGES	Doenças e Lesões Preexistentes - art. 81 c/c art. 10, inciso III da RN nº 124/2006	24.000,00 (vinte e quatro mil reais)
25782.004795/2011-67	Unimed Grande Florianópolis-Cooperativa de Trabalho Medico	DIGES	Reajuste acima do permitido e envio de informações periódicas - art. 59, art. 9º, inciso I c/c art. 10, inciso IV c/c 37 c/c art. 10, inciso IV da RN nº 124/2006	48.500,00 (quarenta e oito mil e quinhentos reais)
25782.009916/2011-67	Unimed de Brusque Cooperativa de Trabalho Médico	DIGES	Mecanismos de regulação - art. 71 c/c art. 10, inciso III da RN nº 124/2006	18.000,00 (dezoito mil reais)
33902.357040/2014-20	Golden Cross Assistencia Internacional de Saúde Ltda	DIGES	Alienação de Carteira - art. 25 c/c art. 10, inciso V da RN nº 124/2006	200.000,00 (duzentos mil reais)
25773.017289/2012-28	Unimed de Sobral Cooperativa de Trabalho Médico Ltda	DIGES	Negativa de cobertura - art. 77 c/c art. 10, inciso II da RN nº 124/2006	32.000,00 (trinta e dois mil reais)
25780.002502/2014-70	Hapvida Assistencia Medica Ltda	DIGES	Suspensão ou Rescisão Unilateral de Contrato Individual e Manutenção de Documentos ou Informações - arts. 82 c/c art. 10, inciso V e arts. 39 c/c art. 10, inciso V da RN nº 124/2006	115.000,00 (cento e quinze mil reais)
25789.013682/2012-73	Amil Assistência Médica Internacional S.A.	DIOPE	Redução de rede- Art. 88 da RN 124/06 Envio de informações- Duas infrações ao art.34 da RN 124/06	180.831,58 (cento e oitenta mil oitocentos e trinta e um reais e cinquenta e oito centavos) e duas penalidades de advertência.
33902.018417/2012-66	Unimed São Gonçalo-Niterói-Soc. Coop. Serv. Med. E Hosp. LTDA	DIOPE	Incorreções e Omissões nas informações- Art. 37 da RN 124/06	8.000,00 (oito mil reais)
25772.014004/2013-98	Unimed Federação Interfederativa das Coop. Med. do Centro -Oeste e Tocantins	DIOPE	Negativa de cobertura - Art. 77 da RN 124/06	35.200,00 (trinta e cinco mil e duzentos reais)
25785.008832/2012-67	Unimed Nordeste RS soc. Cooperativa de Serviços Médicos LTDA	DIGES	Mecanismos de Regulação- Duas infrações ao art. 71 da RN 124/06	30.000,00 (trinta mil reais) e 33.000,00 (trinta e três mil reais)
25780.005960/2014-61	Bradesco Saúde S/A	DIGES	Negativa de cobertura - Art. 77 da RN 124/06	80.000,00 (oitenta mil reais)
25779.019637/2015-94	Administradora Brasileira de Assistência Médica LTDA- Em liquidação extrajudicial	DIGES	Negativa de cobertura - Art. 77 da RN 124/06	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25782.015226/2012-28	Unimed de Tubarão- Cooperativa De Trabalho Médico da região da Amurel	DIGES	Negativa de cobertura - Art. 77 da RN 124/06	43.200,00 (quarenta e três mil e duzentos reais)
25779.007679/2015-82	Sosaúde Assistência Médico Hospitalar LTDA- Em liquidação extrajudicial	DIGES	Negativa de cobertura - Art. 77 da RN 124/06	31.680,00 (trinta e um mil seiscentos e oitenta reais)
25789.020435/2014-95	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A	DIPRO	Obrigações de natureza contratual- Art. 78 da RN 124/06	60.000,00 (sessenta mil reais)
25789.008855/2015-84	Unimed Paulista Soc. Coop. de Trab. Médico- Em liquidação extrajudicial	DIPRO	Negativa de cobertura - Art. 77 da RN 124/06	80.000,00 (oitenta mil reais)
25789.000660/2014-13	Amil Assistência Médica Internacional S.A	DIPRO	Obrigações de natureza contratual- Art. 78 da RN 124/06	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
33902.329700/2013-00	Metodont - Assistência Odontologica Ltda	DIPRO	Envio de Informações Periódicas - arts. 35 c/c art. 10, §2º e inciso II todos da RN nº 124/2006	10.000,00 (dez mil reais)
33902.351800/2014-95	Amico Saúde Ltda	DIPRO	Negativa de cobertura - art. 77 c/c art. 10, inciso V da RN nº 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
25779.023265/2015-09	Administradora Brasileira de Assistência Medica Ltda - Em Liquidação Extrajudicial	DIPRO	Negativa de cobertura - art. 77 c/c art. 10, inciso III da RN nº 124/2006	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25779.025878/2015-72	Administradora Brasileira De Assistência Medica Ltda - Em Liquidação Extrajudicial	DIPRO	Negativa de cobertura - art. 77 c/c art. 10, inciso III e art. 7º, III da RN nº 124/2006	105.600,00 (cento e cinco mil e seiscentos reais)
33902.330455/2013-75	Multi Saúde - Assistência Médica E Hospitalar Ltda	DIPRO	Envio de Informações Periódicas - arts. 35 c/c art. 10, inciso II todos da RN nº 124/2006	30.000,00 (trinta mil reais)
25789.031520/2013-06	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A	DIPRO	Mudança de faixa etária e obrigações de natureza contratual - arts. 57 c/c art.10 inciso V e arts. 78 c/c art. 10 inciso V ambos da RN nº 124/2006	105.000,00 (cento e cinco mil reais)
33902.148712/2014-16	Amil Assistência Médica Internacional S.A..	DIGES	Negativa de cobertura - art. 77 c/c art. 10, inciso V, art. 7º, III e art. 8º, III da RN nº 124/2006	79.200,00 (setenta e nove mil e duzentos reais)
25783.009411/2012-73	Policlínica São José Ltda.- EPP	DIGES	Negativa de cobertura - art. 77 c/c art. 10, inciso II da RN nº 124/2006	32.000,00 (trinta e dois mil reais)
33902.652669/2011-38	Amil Assistência Médica Internacional S.A.	DIGES	Negativa de cobertura - art. 77 c/c art. 10, inciso V da RN nº 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
25789.043570/2012-47	Unimed Paulistana Sociedade Cooperativa de Trabalho Médico - Em Liquidação Extrajudicial	DIGES	Negativa de cobertura - art. 77 c/c art. 10, inciso V da RN nº 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
25789.076000/2012-33	Unimed Paulistana Sociedade Cooperativa de Trabalho Médico - Em Liquidação Extrajudicial	DIGES	Urgência e emergência - art. 79 c/c art. 10, inciso V c/c art. 7º, inciso III da RN nº 124/2006	110.000,00 (cento e dez mil reais)
25779.000129/2015-32	Sosaude Assistência Médico Hospitalar Ltda - Em Liquidação Extrajudicial	DIPRO	Negativa de cobertura- art. 77, art. 10, inciso V e art. 7º, inciso III da RN 124/2006, por duas vezes.	70.400,00 (setenta mil e quatrocentos reais)
25779.020289/2012-55	Geap Autogestão em Saúde	DIPRO	Redução de rede hospitalar - arts. 88, 9º, inciso II e 10, inciso V da RN 124/2006, por duas vezes	593.326,32 (quinhentos e noventa e três mil, trezentos e vinte e seis reais e trinta e dois centavos)
33902.548955/2011-08	Unimed Angra Dos Reis Cooperativa de Trabalho Medico	DIPRO	Produto diverso do registrado - art. 20 c/c art. 10, inciso II da RN nº 124/2006	20.000,00 (vinte mil reais)
25779.015016/2013-70	Vidaplan Saúde Ltda. - EPP	DIPRO	Registro de produto - arts. 19 c/c art. 10, inciso II ambos da RN nº 124/2006	100.000,00 (cem mil reais)
25785.005635/2014-58	Unimed Porto Alegre - Cooperativa Médica Ltda	DIPRO	Negativa de cobertura -art.77 e art. 10, inciso V c/c art. 7º, inciso III da RN 124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25789.092994/2011-54	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A	DIPRO	Obrigações de Natureza Contratual- art.78 c/c art. 10, inciso V da RN nº 124/2006	60.000,00 (sessenta mil reais)
25772.013635/2013-90	Plamed Plano de Assistencia Medica Ltda	DIOPE	Produto diverso do registrado - art. 20 c/c art. 10, inciso III da RN nº 124/2006	30.000,00 (trinta mil reais)
25785.004354/2013-05	Amil Assistência Médica Internacional S.A.	DIOPE	Negativa de cobertura -art.77 e art. 10, inciso V c/c art. 7º, inciso III da RN 124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25783.002469/2012-96	Hapvida Assistencia Medica Ltda	DIPRO	Ingresso de Consumidor em Planos- art.62 c/c art. 10, inciso V, ambos da RN nº 124/2006	50.000,00 (cinquenta mil reais)
25789.092892/2013-09	Amil Assistência Médica Internacional S.A.	DIPRO	Negativa de cobertura -art.77 e art. 10, inciso V c/c art. 7º, inciso III da RN 124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25773.011148/2009-04	Unimed de Fortaleza Sociedade Cooperativa Médica Ltda.	DIPRO	Redução de rede hospitalar - arts. 88, 9º, inciso V e 10, inciso V da RN 124/2006	829.174,38 (oitocentos e vinte e nove mil, cento e setenta e quatro reais e trinta e oito centavos)
25789.073926/2012-77	Medisanitas Brasil Assistência Integral à Saúde S/A.	DIDES	Obrigações de natureza contratual - Art. 78 da RN 124/06	36.000,00 (trinta e seis mil reais)
33902.100258/2012-42	Golden Cross Assistência Internacional de Saúde Ltda.	DIDES	Migração ou Adaptação dos Contratos - Art. 67-C da RN 124/06	40.000,00 (quarenta mil reais)
25779.010426/2013-24	Sosaude Assistência Médico Hospitalar Ltda - Em Liquidação Extrajudicial	DIDES	Renovação de contratos - Art. 62-A da RN 124/06	30.000,00 (trinta mil reais)
25789.034789/2013-36	Notre Dame Intermédica Saúde S.A.	DIDES	Redução de Rede Hospitalar - Art. 88 da RN 124/06	50.000,00 (cinquenta mil reais)
33902.151647/2007-79	HC Saúde Ltda.	DIDES	Envio de informações periódicas - Art. 34 da RN 124/06	240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais)
25789.050482/2013-82	Massa Falida Lam Operadora de Planos de Saúde Ltda.	DIDES	Negativa de cobertura - Art. 77 da RN 124/06	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
25789.047265/2012-24	Medisanitas Brasil Assistência Integral à Saúde S/A.	DIDES	Produto diverso do registrado - Art. 20 da RN 24/06, Envio de informações das operadoras e dos prestadores de serviço - Art. 33 da RN 24/06 da RN 124/06 e Mudança de faixa etária - Art. 57 da RN 24/06	72.000,00 (setenta e dois mil reais)
33902.512239/2012-65	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	DIDES	Negativa de cobertura - Art. 77 da RN 124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25789.068672/2011-94	Amil Assistência Médica Internacional S.A.	DIDES	Negativa de cobertura - Art. 77 da RN 124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33902.372701/2013-66	Unimed de Volta Redonda Cooperativa de Trabalho Médico	DIDES	Obrigações de natureza contratual - Art. 78 da RN 124/06	36.000,00 (trinta e seis mil reais)
33902.201582/2009-81	Unimed - Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	DIDES	Suspensão ou rescisão unilateral do contrato individual - Art. 82 da RN 124/06	80.000,00 (oitenta mil reais)

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

JOSÉ CARLOS DE SOUZA ABRAHÃO
Diretor-Presidente

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

RETIFICAÇÃO

Na Resolução Normativa - RN nº 404, de 12 de abril de 2016, da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, publicada no Diário Oficial da União - DOU, de 13/04/2016, Seção 1, página 54:

No Anexo II, onde se lê:

ANEXO II

UNIDADE	CARGOS (Quantitativo)	DENOMINAÇÃO CARGO/FUNÇÃO	NÍVEL
DIRETORIA DE NORMAS E HABILITAÇÃO DE OPERADORAS - DIOPE			
	1	Assessor	CA II
Assessoria - ASSES	1	Assessor de Gestão	CGE IV
	2		CCT IV
	12		CCT II
	1		CCT I
Diretoria Adjunta - DIRAD/DIOPE	1	Diretor Adjunto	CGE II
Coordenadoria Administrativa - COAD	1	Coordenador	CGE IV
Assessoria Normativa - ASSNT/DIOPE	1	Gerente	CGE III
	1		CCT III
Gerência-Geral de Acompanhamento das Operadoras e Mercado - GGAME	1	Gerente-Geral	CGE II
Gerência de Acompanhamento das Operadoras - GEAOP	1	Gerente	CGE III
Coordenadoria de Acompanhamento de Operadoras - COAOP	1	Coordenador	CCT V
Coordenadoria de Procedimentos de Adequação Econômica - COPAEF	1	Coordenador	CCT V
Gerência de Habilitação, Atuária e Estudos de Mercado - GEHAE	1	Gerente	CGE III
Coordenadoria de Habilitação - COHAB	1	Coordenador	CCT V
Coordenadoria de Informações Econômico-Financeiras Periódicas - COIEP	1	Coordenador	CCT V
Coordenadoria de Análises Atuariais - COATU	1	Coordenador	CCT V
Coordenadoria de Estudos de Mercado - CESME	1	Coordenador	CCT V
Gerência-Geral de Regimes Especiais - GGRE	1	Gerente-Geral	CGE II
Gerência de Regimes Especiais - GERE	1	Gerente	CGE III
Coordenadoria de Direção Fiscal - CODIF	1	Coordenador	CCT V
Coordenadoria de Liquidação - COLIQ	1	Coordenador	CCT V
Coordenadoria de Indisponibilidade de Bens - COIND	1	Coordenador	CCT V
Coordenadoria de Cancelamento de Registro - COCRE	1	Coordenador	CCT V

leia-se:

ANEXO II

UNIDADE	CARGOS (Quantitativo)	DENOMINAÇÃO CARGO/FUNÇÃO	NÍVEL
DIRETORIA DE NORMAS E HABILITAÇÃO DE OPERADORAS - DIOPE			
	1	Assessor	CA II
	2		CCT IV
	12		CCT II
	1		CCT I
Assessoria - ASSES	1	Assessor de Gestão	CGE IV
Diretoria Adjunta - DIRAD/DIOPE	1	Diretor Adjunto	CGE II
Coordenadoria Administrativa - COAD	1	Coordenador	CGE IV
Assessoria Normativa - ASSNT/DIOPE	1	Gerente	CGE III
	1		CCT III
Gerência-Geral de Acompanhamento das Operadoras e Mercado - GGAME	1	Gerente-Geral	CGE II
Gerência de Acompanhamento das Operadoras - GEAOP	1	Gerente	CGE III
Coordenadoria de Acompanhamento de Operadoras - COAOP	1	Coordenador	CCT V
Coordenadoria de Procedimentos de Adequação Econômica - COPAEF	1	Coordenador	CCT V
Gerência de Habilitação, Atuária e Estudos de Mercado - GEHAE	1	Gerente	CGE III
Coordenadoria de Habilitação - COHAB	1	Coordenador	CCT V
Coordenadoria de Informações Econômico-Financeiras Periódicas - COIEP	1	Coordenador	CCT V
Coordenadoria de Análises Atuariais - COATU	1	Coordenador	CCT V
Coordenadoria de Estudos de Mercado - CESME	1	Coordenador	CCT V
Gerência-Geral de Regimes Especiais - GGRE	1	Gerente-Geral	CGE II
Gerência de Regimes Especiais - GERE	1	Gerente	CGE III
Coordenadoria de Direção Fiscal - CODIF	1	Coordenador	CCT V
Coordenadoria de Liquidação - COLIQ	1	Coordenador	CCT V
Coordenadoria de Indisponibilidade de Bens - COIND	1	Coordenador	CCT V
Coordenadoria de Cancelamento de Registro - COCRE	1	Coordenador	CCT V

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA
DIRETORIA COLEGIADA

RESOLUÇÃO - RDC Nº 87, DE 28 DE JUNHO DE 2016

Dispõe sobre a atualização do Anexo I (Listas de Substâncias Entorpecentes, Psicotrópicas, Precursoras e Outras sob Controle Especial) da Portaria SVS/MS nº 344, de 12 de maio de 1998, e dá outras providências.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso da atribuição que lhe conferem o art. 15, III e IV aliado ao art. 7º, III, e IV, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, o art. 53, V, §§ 1º e 3º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve adotar a seguinte Resolução da Diretoria Colegiada, conforme deliberado em reunião realizada em 14 de junho de 2016, e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação:

Art. 1º Publicar a atualização do Anexo I, Listas de Substâncias Entorpecentes, Psicotrópicas, Precursoras e Outras sob Controle Especial, da Portaria SVS/MS nº. 344, de 12 de maio de 1998, republicada no Diário Oficial da União de 1º de fevereiro de 1999, estabelecendo as seguintes alterações:

I. INCLUSÃO

1.1 Lista "B1": fenazepam
1.2 Lista "C1": rufinamida
1.3 Lista "F1": acetilfentanil
1.4 Lista "F1": MT-45
1.5 Lista "F2": 4,4'-DMAR
1.6 Lista "F2": alfa-PVP
1.7 Lista "F2": PMMA
1.8 Inclusão do adendo 6 na Lista "A1"
1.9 Inclusão do adendo 9 na Lista "F2"

II. ALTERAÇÃO

2.1 Alteração do adendo 7 da Lista "F2"

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JARBAS BARBOSA DA SILVA JÚNIOR
Diretor-Presidente

ANEXO I

MINISTÉRIO DA SAÚDE
AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA
GERÊNCIA-GERAL DE FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS SUJEITOS À VIGILÂNCIA SANITÁRIA
ATUALIZAÇÃO N. 51
LISTAS DA PORTARIA SVS/MS N.º 344 DE 12 DE MAIO DE 1998 (DOU DE 1/2/99)

LISTA - A1
LISTA DAS SUBSTÂNCIAS ENTORPECENTES
(Sujeitas a Notificação de Receita "A")

1. ACETILMETADOL
2. ALFACETILMETADOL
3. ALFAMEPRODINA
4. ALFAMETADOL
5. ALFAPRODINA
6. ALFENTANILA
7. ALILPRODINA
8. ANILERIDINA
9. BEZITRAMIDA
10. BENZETIDINA
11. BENZILMORFINA
12. BENZOILMORFINA
13. BETACETILMETADOL
14. BETAMEPRODINA
15. BETAMETADOL
16. BETAPRODINA
17. BUPRENORFINA
18. BUTORFANOL
19. CLONITAZENO
20. CODOXIMA
21. CONCENTRADO DE PALHA DE DORMIDEIRA
22. DEXTROMORAMIDA
23. DIAMPROMIDA
24. DIETILTIAMBUTENO
25. DIFENOXILATO
26. DIFENOXINA
27. DIIDROMORFINA
28. DIMEFEPTANOL (METADOL)
29. DIMENOXADOL
30. DIMETILTIAMBUTENO
31. DIOXAFETILA
32. DIPIPANONA
33. DROTEBANOL
34. ETILMETILTIAMBUTENO
35. ETONITAZENO
36. ETOXERIDINA
37. FENADOXONA
38. FENAMPROMIDA
39. FENAZOCINA
40. FENOMORFANO
41. FENOPERIDINA
42. FENTANILA
43. FURETIDINA
44. HIDROCODONA
45. HIDROMORFINOL
46. HIDROMORFONA
47. HIDROXIPETIDINA
48. INTERMEDIÁRIO DA METADONA (4-CIANO-2-DIMETILAMINA-4,4-DIFENILBUTANO)
49.INTERMEDIÁRIO DA MORAMIDA (ÁCIDO 2-METIL-3-MORFOLINA-1,1-DIFENILPROPANO CARBOXÍLICO)
50. INTERMEDIÁRIO "A" DA PETIDINA (4 CIANO-1-METIL-4-FENILPIPERIDINA)
51.INTERMEDIÁRIO "B" DA PETIDINA (ÉSTER ETÍLICO DO ÁCIDO 4-FENILPIPERIDINA-4-CARBOXILÍCO)
52.INTERMEDIÁRIO "C" DA PETIDINA (ÁCIDO-1-METIL-4-FENILPIPERIDINA-4-CARBOXÍLICO)
53. ISOMETADONA
54. LEVOFENACILMORFANO
55. LEVOMETORFANO
56. LEVOMORAMIDA
57. LEVORFANOL
58. METADONA
59. METAZOCINA
60. METILDESORFINA
61. METILDIIDROMORFINA
62. METOPONA
63. MIROFINA
64. MORFERIDINA
65. MORFINA
66. MORINAMIDA
67. NICOMORFINA
68. NORACIMETADOL
69. NORLEVORFANOL
70. NORMETADONA
71. NORMORFINA
72. NORPIPANONA
73. N-OXICODEÍNA
74. N-OXIMORFINA
75. ÓPIO
76.ORIPAVINA
77. OXICODONA
78. OXIMORFONA
79. PETIDINA
80. PIMINODINA
81. PIRITRAMIDA
82. PROEPTAZINA
83. PROPERIDINA
84. RACEMETORFANO
85. RACEMORAMIDA
86. RACEMORFANO
87. REMIFENTANILA
88. SUFENTANILA
89.TAPENTADOL
90. TEBACONA
91. TEBAÍNA
92. TILIDINA
93. TRIMEPERIDINA

ADENDO:

1) ficam também sob controle:

1.1. os sais, éteres, ésteres e isômeros (exceto os isômeros dextrometorfano, (+)3-metoxi-N-metilmorfinan, e o Dextrorfano, (+) 3-hidroxi-N-metilmorfinan), das substâncias enumeradas acima, sempre que seja possível a sua existência;

1.2. os sais de éteres, ésteres e isômeros (exceto os isômeros dextrometorfano, (+)3-metoxi-N-metilmorfinan, e o Dextrorfano, (+) 3-hidroxi-N-metilmorfinan), das substâncias enumeradas acima, sempre que seja possível a sua existência.

2) preparações à base de DIFENOXILATO, contendo por unidade posológica, não mais que 2,5 miligramas de DIFENOXILATO calculado como base, e uma quantidade de Sulfato de Atropina equivalente a, pelo menos, 1,0% da quantidade de DIFENOXILATO, ficam sujeitas a prescrição da Receita de Controle Especial, em 2 (duas) vias e os dizeres de rotulagem e bula devem apresentar a seguinte frase: "VENDA SOB PRESCRIÇÃO MÉDICA - SÓ PODE SER VENDIDO COM RETENÇÃO DA RECEITA".

3) preparações à base de ÓPIO, contendo até 5 miligramas de morfina anidra por mililitros, ou seja, até 50 miligramas de ÓPIO, ficam sujeitas a prescrição da RECEITA DE CONTROLE ESPECIAL, em 2 (duas) vias e os dizeres de rotulagem e bula devem apresentar a seguinte frase: "VENDA SOB PRESCRIÇÃO MÉDICA - SÓ PODE SER VENDIDO COM RETENÇÃO DA RECEITA".

4) fica proibida a comercialização e manipulação de todos os medicamentos que contenham ÓPIO e seus derivados sintéticos e CLORIDRATO DE DIFENOXILATO e suas associações, nas formas farmacêuticas líquidas ou em xarope para uso pediátrico (Portaria SVS/MS n.º 106 de 14 de setembro de 1994 - DOU 19/9/94).

5) preparações medicamentosas na forma farmacêutica de comprimidos de liberação controlada à base de OXICODONA, contendo não mais que 40 miligramas dessa substância, por unidade posológica, ficam sujeitas a prescrição da RECEITA DE CONTROLE ESPECIAL, em 2 (duas) vias e os dizeres de rotulagem e bula devem apresentar a seguinte frase: "VENDA SOB PRESCRIÇÃO MÉDICA - SÓ PODE SER VENDIDO COM RETENÇÃO DA RECEITA".

6) excetua-se dos controles referentes a esta Lista o isômero proscrito alfa-PVP, que está relacionado na Lista "F2" deste regulamento.

LISTA - A2
LISTA DAS SUBSTÂNCIAS ENTORPECENTES
DE USO PERMITIDO SOMENTE EM CONCENTRAÇÕES ESPECIAIS
(Sujeitas a Notificação de Receita "A")

1. ACETILDIIDROCODEINA
2. CODEÍNA
3. DEXTROPROPOXIFENO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

4. DIIDROCODEÍNA
5. ETILMORFINA
6. FOLCODINA
7. NALBUFINA
8. NALORFINA
9. NICOCODINA
10. NICODICODINA
11. NORCODEÍNA
12. PROPIRAM
13. TRAMADOL

ADENDO:

1)ficam também sob controle:

1.1. os sais, éteres, ésteres e isômeros das substâncias enumeradas acima, sempre que seja possível a sua existência;

1.2. os sais de éteres, ésteres e isômeros das substâncias enumeradas acima, sempre que seja possível a sua existência.

2) preparações à base de ACETILDIIDROCODEÍNA, CODEÍNA, DIIDROCODEÍNA, ETILMORFINA, FOLCODINA, NICODICODINA, NORCODEÍNA, inclusive as misturadas a um ou mais componentes, em que a quantidade de entorpecentes não exceda 100 miligramas por unidade posológica, e em que a concentração não ultrapasse a 2,5% nas preparações de formas indivisíveis ficam sujeitas prescrição da Receita de Controle Especial, em 2 (duas) vias e os dizeres de rotulagem e bula devem apresentar a seguinte frase: "VENDA SOB PRESCRIÇÃO MÉDICA -SÓ PODE SER VENDIDO COM RETENÇÃO DA RECEITA ".

3) preparações à base de TRAMADOL, inclusive as misturadas a um ou mais componentes, em que a quantidade não exceda 100 miligramas de TRAMADOL por unidade posológica ficam sujeitas a prescrição da Receita de Controle Especial, em 2 (duas) vias e os dizeres de rotulagem e bula devem apresentar a seguinte frase: "VENDA SOB PRESCRIÇÃO MÉDICA - SÓ PODE SER VENDIDO COM RETENÇÃO DA RECEITA ".

4) preparações à base de DEXTROPROPOXIFENO, inclusive as misturadas a um ou mais componentes, em que a quantidade de entorpecente não exceda 100 miligramas por unidade posológica e em que a concentração não ultrapasse 2,5% nas preparações indivisíveis, ficam sujeitas a prescrição da Receita de Controle Especial, em 2 (duas) vias e os dizeres de rotulagem e bula devem apresentar a seguinte frase: "VENDA SOB PRESCRIÇÃO MÉDICA - SÓ PODE SER VENDIDO COM RETENÇÃO DA RECEITA ".

5) preparações à base de NALBUFINA, inclusive as misturadas a um ou mais componentes, em que a quantidade não exceda 10 miligramas de CLORIDRATO DE NALBUFINA por unidade posológica ficam sujeitas a prescrição da Receita de Controle Especial, em 2 (duas) vias e os dizeres de rotulagem e bula devem apresentar a seguinte frase: "VENDA SOB PRESCRIÇÃO MÉDICA - SÓ PODE SER VENDIDO COM RETENÇÃO DA RECEITA ".

6) preparações à base de PROPIRAM, inclusive as misturadas a um ou mais componentes, contendo não mais que 100 miligramas de PROPIRAM por unidade posológica e associados, no mínimo, a igual quantidade de metilcelulose, ficam sujeitas a prescrição da Receita de Controle Especial, em 2 (duas) vias e os dizeres de rotulagem e bula deverão apresentar a seguinte frase: "VENDA SOB PRESCRIÇÃO MÉDICA - SÓ PODE SER VENDIDO COM RETENÇÃO DA RECEITA ".

LISTA - A3

LISTA DAS SUBSTÂNCIAS PSICOTRÓPICAS

(Sujeita a Notificação de Receita "A")

1. ANFETAMINA
2. ATOMOXETINA
3. CATINA
4. CLOBENZOREX
5. CLORFENTERMINA
6. DEXANFETAMINA
7. DRONABINOL
8. FENCICLIDINA
9. FENETILINA
10. FEMETRAZINA
11. LEVANFETAMINA
12. LEVOMETANFETAMINA
13. LISDEXANFETAMINA
14. METILFENIDATO
15. MODAFINILA
16. TANFETAMINA

ADENDO:

1) ficam também sob controle:

1.1 os sais, éteres, ésteres e isômeros das substâncias enumeradas acima, sempre que seja possível a sua existência;

1.2 os sais de éteres, ésteres e isômeros das substâncias enumeradas acima, sempre que seja possível a sua existência.

LISTA - B1

LISTA DAS SUBSTÂNCIAS PSICOTRÓPICAS

(Sujeitas a Notificação de Receita "B")

1. ALOBARBITAL
2. ALPRAZOLAM
3. AMINEPTINA
4. AMOBARBITAL
5. APROBARBITAL
6. BARBEXACLONA
7. BARBITAL
8. BROMAZEPAM
9. BROTIZOLAM
10. BUTALBITAL
11. BUTABARBITAL
12. CAMAZEPAM
13. CETAZOLAM
14. CICLOBARBITAL
15. CLOBAZAM
16. CLONAZEPAM
17. CLORAZEPAM
18. CLORAZEPATO
19. CLORDIAZEPÓXIDO
20. CLORETO DE ETILA
21. CLOTIAZEPAM
22. CLOXAZOLAM
23. DELORAZEPAM
24. DIAZEPAM
25. ESTAZOLAM
26. ETCLORVINOL
27. ETILANFETAMINA (N-ETILANFETAMINA)
28. ETINAMATO
29. FENAZEPAM
30. FENOBARBITAL
31. FLUDIAZEPAM
32. FLUNITRAZEPAM
33. FLURAZEPAM
34. GHB - (ÁCIDO GAMA - HIDROXIBUTÍRICO)
35. GLUTETIMIDA
36. HALAZEPAM
37. HALOXAZOLAM
38. LEFETAMINA
39. LOFLAZEPATO DE ETILA
40. LOPRAZOLAM
41. LORAZEPAM
42. LORMETAZEPAM
43. MEDAZEPAM
44. MEPROBAMATO
45. MESOCARBO
46. METILFENOBARBITAL (PROMINAL)
47. METIPRILONA
48. MIDAZOLAM
49. NIMETAZEPAM
50. NITRAZEPAM
51. NORCANFANO (FENCANFAMINA)
52. NORDAZEPAM
53. OXAZEPAM
54. OXAZOLAM
55. PEMOLINA
56. PENTAZOCINA
57. PENTOBARBITAL
58. PINAZEPAM
59. PIPRADROL
60. PIROVARELONA
61. PRAZEPAM
62. PROLINTANO
63. PROPILEXEDRINA
64. SECBUTABARBITAL
65. SECOBARBITAL
66. TEMAZEPAM
67. TETRAZEPAM
68. TIAMILAL
69. TIOPENTAL
70. TRIAZOLAM
71. TRIEXIFENIDIL
72. VINILBITAL
73. ZALEPLONA
74. ZOLPIDEM
75. ZOPICLONA

ADENDO:

1) ficam também sob controle:

1.1. os sais, éteres, ésteres e isômeros das substâncias enumeradas acima, sempre que seja possível a sua existência;

1.2. os sais de éteres, ésteres e isômeros das substâncias enumeradas acima, sempre que seja possível a sua existência.

2) os medicamentos que contenham FENOBARBITAL, METILFENOBARBITAL (PROMINAL), BARBITAL e BARBEXACLONA, ficam sujeitos a prescrição da Receita de Controle Especial, em 2 (duas) vias e os dizeres de rotulagem e bula devem apresentar a seguinte frase: "VENDA SOB PRESCRIÇÃO MÉDICA - SÓ PODE SER VENDIDO COM RETENÇÃO DA RECEITA".

3) Em conformidade com a Resolução RDC n.º 104, de 6 de dezembro de 2000 (republicada em 15/12/2000):

3.1. fica proibido o uso do CLORETO DE ETILA para fins médicos, bem como a sua utilização sob a forma de aerosol, aromatizador de ambiente ou de qualquer outra forma que possibilite o seu uso indevido.

3.2. o controle e a fiscalização da substância CLORETO DE ETILA, ficam submetidos ao Órgão competente do Ministério da Justiça, de acordo com a Lei nº 10.357, de 27 de dezembro de 2001, Lei n.º 9.017, de 30 de março de 1995, Decreto n.º 1.646, de 26 de setembro de 1995 e Decreto n.º 2.036, de 14 de outubro de 1996.

4) preparações a base de ZOLPIDEM e de ZALEPLONA, em que a quantidade dos princípios ativos ZOLPIDEM e ZALEPLONA respectivamente, não excedam 10 miligramas por unidade posológica, ficam sujeitas a prescrição da Receita de Controle Especial, em 2 (duas) vias e os dizeres de rotulagem e bula devem apresentar a seguinte frase: "VENDA SOB PRESCRIÇÃO MÉDICA - SÓ PODE SER VENDIDO COM RETENÇÃO DA RECEITA".

5) preparações a base de ZOPICLONA em que a quantidade do princípio ativo ZOPICLONA não exceda 7,5 miligramas por unidade posológica, ficam sujeitas a prescrição da Receita de Controle Especial, em 2 (duas) vias e os dizeres de rotulagem e bula devem apresentar a seguinte frase: "VENDA SOB PRESCRIÇÃO MÉDICA - SÓ PODE SER VENDIDO COM RETENÇÃO DA RECEITA".

LISTA - B2

LISTA DAS SUBSTÂNCIAS PSICOTRÓPICAS ANOREXÍGENAS

(Sujeitas a Notificação de Receita "B2")

1. AMINOREX
2. ANFEPRAMONA
3. FEMPROPOREX
4. FENDIMETRAZINA
5. FENTERMINA
6. MAZINDOL
7. MEFENOREX
8. SIBUTRAMINA

ADENDO:

1) ficam também sob controle:

1.1. os sais, éteres, ésteres e isômeros das substâncias enumeradas acima, sempre que seja possível a sua existência;

1.2. os sais de éteres, ésteres e isômeros das substâncias enumeradas acima, sempre que seja possível a sua existência.

2) excetua-se dos controles referentes a esta Lista, o isômero proscrito metanfetamina que está relacionado na Lista "F2" deste regulamento.

LISTA - C1

LISTA DAS OUTRAS SUBSTÂNCIAS SUJEITAS A CONTROLE ESPECIAL

(Sujeitas a Receita de Controle Especial em duas vias)

1. ACEPROMAZINA
2. ÁCIDO VALPRÓICO
3. AGOMELATINA
4. AMANTADINA
5. AMISSULPRIDA
6. AMITRIPTILINA
7. AMOXAPINA
8. ARIPIPRAZOL
9. ASENAPINA
10. AZACICLONOL
11. BECLAMIDA
12. BENACTIZINA
13. BENFLUOREX
14. BENZIDAMINA
15. BENZOCTAMINA
16. BENZOQUINAMIDA
17. BIPERIDENO
18. BUPROPIONA
19. BUSPIRONA
20. BUTAPERAZINA
21. BUTRIPTILINA
22. CANABIDIOL (CBD)
23. CAPTODIAMO
24. CARBAMAZEPINA
25. CAROXAZONA
26. CELECOXIBE
27. CETAMINA
28. CICLARBAMATO
29. CICLEXEDRINA
30. CICLOPENTOLATO
31.CISAPRIDA
32. CITALOPRAM
33. CLOMACRANO
34. CLOMETIAZOL
35. CLOMIPRAMINA
36. CLOREXADOL
37. CLORPROMAZINA
38. CLORPROTIXENO
39. CLOTIAPINA
40. CLOZAPINA
41. DAPOXETINA
42. DESFLURANO
43. DESIPRAMINA
44. DESVENLAFAXINA
45. DEXETIMIDA
46. DEXMEDETOMIDINA
47. DIBENZEPINA
48. DIMETRACRINA
49. DISOPIRAMIDA
50. DISSULFIRAM
51. DIVALPROATO DE SÓDIO
52. DIXIRAZINA
53. DONEPEZILA
54. DOXEPINA
55. DROPERIDOL
56. DULOXETINA
57. ECTILURÉIA
58. EMILCAMATO
59. ENFLURANO
60. ENTACAPONA
61. ESCITALOPRAM
62. ETOMIDATO
63. ETORICOXIBE
64. ETOSSUXIMIDA
65. FACETOPERANO
66. FEMPROBAMATO
67. FENAGLICODOL
68. FENELZINA
69. FENIPRAZINA
70. FENITOINA
71. FLUFENAZINA
72. FLUMAZENIL
73. FLUOXETINA
74. FLUPENTIXOL
75. FLUVOXAMINA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

76. GABAPENTINA
77. GALANTAMINA
78. HALOPERIDOL
79. HALOTANO
80. HIDRATO DE CLORAL
81. HIDROCLORBEZETILAMINA
82. HIDROXIDIONA
83. HOMOFENAZINA
84. IMICLOPRAZINA
85. IMIPRAMINA
86. IMIPRAMINÓXIDO
87. IPROCLOZIDA
88. ISOCARBOXAZIDA
89. ISOFLURANO
90. ISOPROPIL-CROTONIL-URÉIA
91. LACOSAMIDA
92. LAMOTRIGINA
93. LEFLUNOMIDA
94. LEVETIRACETAM
95. LEVOMEPROMAZINA
96. LISURIDA
97. LITIO
98. LOPERAMIDA
99. LOXAPINA
100. LUMIRACOXIBE
101. MAPROTILINA
102. MECLOFENOXATO
103. MEFENOXALONA
104. MEFEXAMIDA
105. MEMANTINA
106. MEPAZINA
107. MESORIDAZINA
108. METILNALTREXONA
109. METILPENTINOL
110. METISERGIDA
111. METIXENO
112. METOPROMAZINA
113. METOXIFLURANO
114. MIANSERINA
115. MILNACIPRANA
116. MINAPRINA
117. MIRTAZAPINA
118. MISOPROSTOL
119. MOCLOBEMIDA
120.MOPERONA
121.NALOXONA
122. NALTREXONA
123. NEFAZODONA
124. NIALAMIDA
125. NITRITO DE ISOBUTILA
126. NOMIFENSINA
127. NORTRIPTILINA
128. NOXIPTILINA
129. OLANZAPINA
130. OPIPRAMOL
131. OXCARBAZEPINA
132. OXIBUPROCAÍNA (BENOXINATO)
133. OXIFENAMATO
134. OXIPERTINA
135. PALIPERIDONA
136. PARECOXIBE
137. PAROXETINA
138. PENFLURIDOL
139. PERFENAZINA
140. PERGOLIDA
141. PERICIAZINA (PROPERICIAZINA)
142. PIMOZIDA
143. PIPAMPERONA
144. PIPOTIAZINA
145. PRAMIPEXOL
146. PREGABALINA
147. PRIMIDONA
148. PROCLORPERAZINA
149. PROMAZINA
150. PROPANIDINA
151. PROPIOMAZINA
152. PROPOFOL
153. PROTIPENDIL
154. PROTRIPTILINA
155. PROXIMETACAINA
156. QUETIAPINA
157. RASAGILINA
158. REBOXETINA
159. RIBAVIRINA
160. RIMONABANTO
161. RISPERIDONA
162. RIVASTIGMINA
163. ROFECOXIBE
164. ROPINIROL
165. ROTIGOTINA
166. RUFINAMIDA
167. SELEGILINA
168. SERTRALINA
169. SEVOFLURANO
170. SULPIRIDA
171. SULTOPRIDA
172. TACRINA
173.TERIFLUNOMIDA
174. TETRABENAZINA
175. TETRACAÍNA
176. TIAGABINA
177. TIANEPTINA
178. TIAPRIDA
179. TIOPROPERAZINA
180. TIORIDAZINA
181. TIOTIXENO
182. TOLCAPONA
183. TOPIRAMATO
184. TRANILCIPROMINA
185. TRAZODONA
186. TRICLOFÓS
187. TRICLOROETILENO
188. TRIFLUOPERAZINA
189. TRIFLUPERIDOL
190. TRIMIPRAMINA
191. TROGLITAZONA
192. VALDECOXIBE
193. VALPROATO SÓDICO
194. VENLAFAXINA
195. VERALIPRIDA
196. VIGABATRINA
197.VORTIOXETINA
198. ZIPRAZIDONA
199. ZOTEPINA
200. ZUCLOPENTIXOL

ADENDO:

1) ficam também sob controle:

1.1. os sais, éteres, ésteres e isômeros das substâncias enumeradas acima, sempre que seja possível a sua existência;

1.2. os sais de éteres, ésteres e isômeros das substâncias enumeradas acima, sempre que seja possível a sua existência.

1.3 o disposto nos itens 1.1 e 1.2 não se aplica a substância canabidiol.

2) os medicamentos à base da substância LOPERAMIDA ficam sujeitos a VENDA SOB PRESCRIÇÃO MÉDICA SEM RETENÇÃO DE RECEITA.

3) fica proibido a comercialização e manipulação de todos os medicamentos que contenham LOPERAMIDA ou em associações, nas formas farmacêuticas líquidas ou em xarope para uso pediátrico (Portaria SVS/MS n.º 106 de 14 de setembro de 1994 - DOU 19/9/94).

4) só será permitida a compra e uso do medicamento contendo a substância MISOPROSTOL em estabelecimentos hospitalares devidamente cadastrados junto a Autoridade Sanitária para este fim;

5) os medicamentos à base da substância TETRACAÍNA ficam sujeitos a: (a) VENDA SEM PRESCRIÇÃO MÉDICA - quando tratar-se de preparações farmacêuticas de uso tópico odontológico, não associadas a qualquer outro princípio ativo; (b) VENDA COM PRESCRIÇÃO MÉDICA SEM A RETENÇÃO DE RECEITA - quando tratar-se de preparações farmacêuticas de uso tópico otorrinolaringológico, especificamente para Colutórios e Soluções utilizadas no tratamento de Otite Externa e (c) VENDA SOB PRESCRIÇÃO MÉDICA COM RETENÇÃO DE RECEITA - quando tratar-se de preparações farmacêuticas de uso tópico oftalmológico.

6) excetuam-se das disposições legais deste Regulamento Técnico as substâncias TRICLOROETILENO, DISSULFIRAM, LÍTIO (metálico e seus sais) e HIDRATO DE CLORAL, quando, comprovadamente, forem utilizadas para outros fins, que não as formulações medicamentosas, e, portanto não estão sujeitos ao controle e fiscalização previstos nas Portarias SVS/MS n.º 344/98 e 6/99.

7) excetuam-se das disposições legais deste Regulamento Técnico os medicamentos a base de BENZIDAMINA cujas formas farmacêuticas sejam: pó para preparação extemporânea, solução ginecológica, spray, pastilha drops, colutório, pasta dentifrícia e gel.

8) fica proibido o uso de NITRITO DE ISOBUTILA para fins médicos, bem como a sua utilização como aromatizador de ambiente ou de qualquer outra forma que possibilite o seu uso indevido.

9) excetua-se das disposições legais deste Regulamento Técnico, o NITRITO DE ISOBUTILA, quando utilizado exclusivamente para fins industriais legítimos.

LISTA - C2

LISTA DE SUBSTÂNCIAS RETINÓICAS

(Sujeitas a Notificação de Receita Especial)

1. ACITRETINA
2. ADAPALENO
3. BEXAROTENO
4. ISOTRETINOÍNA
5. TRETINOÍNA

ADENDO:

1) ficam também sob controle:

1.1. os sais, éteres, ésteres e isômeros das substâncias enumeradas acima, sempre que seja possível a sua existência;

1.2. os sais de éteres, ésteres e isômeros das substâncias enumeradas acima, sempre que seja possível a sua existência.

2) os medicamentos de uso tópico contendo as substâncias desta lista ficam sujeitos a VENDA SOB PRESCRIÇÃO MÉDICA SEM RETENÇÃO DE RECEITA.

LISTA - C3

LISTA DE SUBSTÂNCIAS IMUNOSSUPRESSORAS

(Sujeita a Notificação de Receita Especial)

1. FTALIMIDOGLUTARIMIDA (TALIDOMIDA)

ADENDO:

1) ficam também sob controle, todos os sais e isômeros das substâncias enumeradas acima, sempre que seja possível a sua existência.

LISTA - C4

LISTA DAS SUBSTÂNCIAS ANTI-RETROVIRAIS

(Sujeitas a Receituário do Programa da DST/AIDS ou Sujeitas a Receita de Controle Especial em duas vias)

1. ABACAVIR
2. AMPRENAVIR
3. ATAZANAVIR
4. DARUNAVIR
5. DELAVIRDINA
6. DIDANOSINA (ddI)
7. DOLUTEGRAVIR
8. EFAVIRENZ
9. ENFUVIRTIDA
10. ESTAVUDINA (d4T)
11. ETRAVIRINA
12. FOSAMPRENAVIR
13. INDINAVIR
14. LAMIVUDINA (3TC)
15. LOPINAVIR
16. MARAVIROQUE
17. NELFINAVIR
18. NEVIRAPINA
19. RALTEGRAVIR
20. RITONAVIR
21. SAQUINAVIR
22. TENOFOVIR
23. TIPRANAVIR
24. ZALCITABINA (ddc)
25. ZIDOVUDINA (AZT)

ADENDO:

1) ficam também sob controle:

1.1. os sais, éteres, ésteres e isômeros das substâncias enumeradas acima, sempre que seja possível a sua existência;

1.2. os sais de éteres, ésteres e isômeros das substâncias enumeradas acima, sempre que seja possível a sua existência.

2) os medicamentos à base de substâncias anti-retrovirais acima elencadas, devem ser prescritos em receituário próprio estabelecido pelo Programa de DST/AIDS do Ministério da Saúde, para dispensação nas farmácias hospitalares/ambulatoriais do Sistema Público de Saúde.

3) os medicamentos à base de substâncias anti-retrovirais acima elencadas, quando dispensados em farmácias e drogarias, ficam sujeitos a venda sob Receita de Controle Especial em 2 (duas) vias.

4) excetua-se das disposições legais deste Regulamento Técnico os medicamentos indicados exclusivamente para o tratamento de Hepatite C que contenham em sua formulação a substância RITONAVIR em associação com outros ativos que não sejam substâncias sujeitas ao controle especial da Portaria SVS/MS nº 344/98.

LISTA - C5

LISTA DAS SUBSTÂNCIAS ANABOLIZANTES

(Sujeitas a Receita de Controle Especial em duas vias)

1. ANDROSTANOLONA
2. BOLASTERONA
3. BOLDENONA
4. CLOROXOMESTERONA
5. CLOSTEBOL
6. DEIDROCLORMETILTESTOSTERONA
7. DROSTANOLONA
8. ESTANOLONA
9. ESTANOZOLOL
10. ETILESTRENOL
11. FLUOXIMESTERONA OU FLUOXIMETILTESTOSTERONA
12. FORMEBOLONA
13. MESTEROLONA
14. METANDIENONA
15. METANDRANONA
16. METANDRIOL
17. METENOLONA
18. METILTESTOSTERONA
19. MIBOLERONA
20. NANDROLONA
21. NORETANDROLONA
22. OXANDROLONA
23. OXIMESTERONA
24. OXIMETOLONA
25. PRASTERONA (DEIDROEPIANDROSTERONA - DHEA)
26. SOMATROPINA (HORMÔNIO DO CRESCIMENTO HUMANO)
27. TESTOSTERONA
28. TREMBOLONA

ADENDO:

1) ficam também sob controle:

1.1 os sais, éteres, ésteres e isômeros das substâncias enumeradas acima, sempre que seja possível a sua existência;

1.2 os sais de éteres, ésteres e isômeros das substâncias enumeradas acima, sempre que seja possível a sua existência.

2) os medicamentos de uso tópico contendo as substâncias desta lista ficam sujeitos a VENDA SOB PRESCRIÇÃO MÉDICA SEM RETENÇÃO DE RECEITA.

LISTA - D1

LISTA DE SUBSTÂNCIAS PRECURSORAS DE ENTORPECENTES E/OU PSICOTRÓPICOS

(Sujeitas a Receita Médica sem Retenção)

1. 1-FENIL-2-PROPANONA
2. 3,4 - METILENDIOXIFENIL-2-PROPANONA
3. ACIDO ANTRANÍLICO
4. ÁCIDO FENILACETICO
5. ÁCIDO LISÉRGICO
6. ÁCIDO N-ACETILANTRANÍLICO
7. ALFA-FENILACETOACETONITRILO (APAAN)
8. DIIDROERGOTAMINA
9. DIIDROERGOMETRINA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

10. EFEDRINA
11. ERGOMETRINA
12. ERGOTAMINA
13. ETAFEDRINA
14. ISOSAFROL
15. ÓLEO DE SASSAFRÁS
16. ÓLEO DA PIMENTA LONGA
17. PIPERIDINA
18. PIPERONAL
19. PSEUDOEFEDRINA
20. SAFROL

ADENDO:

1) ficam também sob controle, todos os sais das substâncias enumeradas acima, sempre que seja possível a sua existência;

2) ficam também sob controle as substâncias: mesilato de diidroergotamina, TARTARATO DE DIIDROERGOTAMINA, maleato de ergometrina, TARTARATO DE ERGOMETRINA E tartarato de ergotamina.

3) excetua-se do controle estabelecido nas Portarias SVS/MS n.º344/98 e 6/99, as formulações não medicamentosas, que contém as substâncias desta lista quando se destinarem a outros seguimentos industriais.

4) óleo de pimenta longa é obtido da extração das folhas e dos talos finos da Piper hispidinervum C.DC., planta nativa da Região Norte do Brasil.

5) ficam também sob controle todos os isômeros ópticos da substância APAAN, sempre que seja possível sua existência.

LISTA - D2

LISTA DE INSUMOS QUÍMICOS UTILIZADOS PARA FABRICAÇÃO E SÍNTESE DE ENTORPECENTES E/OU PSICOTRÓPICOS

(Sujeitos a Controle do Ministério da Justiça)

1. ACETONA
2. ÁCIDO CLORÍDRICO
3. ÁCIDO SULFÚRICO
4. ANIDRIDO ACÉTICO
5. CLORETO DE ETILA
6. CLORETO DE METILENO
7. CLOROFÓRMIO
8. ÉTER ETÍLICO
9. METIL ETIL CETONA
10. PERMANGANATO DE POTÁSSIO
11. SULFATO DE SÓDIO
12. TOLUENO

ADENDO:

1) produtos e insumos químicos, sujeitos a controle da Polícia Federal, de acordo com a Lei nº 10.357 de 27/12/2001, Lei n.º 9.017 de 30/03/1995, Decreto n.º 1.646 de 26/09/1995, Decreto n.º 2.036 de 14/10/1996, Resolução n.º 01/95 de 07/11/1995 e Instrução Normativa n.º 06 de 25/09/1997;

2) o insumo químico ou substância CLOROFÓRMIO está proibido para uso em medicamentos.

3) o CLORETO DE ETILA, por meio da Resolução n.º 1, de 5 de fevereiro de 2001, foi incluído na relação de substâncias constantes do artigo 1º da Resolução n.º 1-MJ, de 7 de novembro de 1995.

4) quando os insumos desta lista, forem utilizados para fins de fabricação de produtos sujeitos a vigilância sanitária, as empresas devem atender a legislação sanitária específica.

LISTA - E

LISTA DE PLANTAS PROSCRITAS QUE PODEM ORIGINAR SUBSTÂNCIAS ENTORPECENTES E/OU PSICOTRÓPICAS

1. Cannabis sativa L..
2. Claviceps paspali Stevens & Hall.
3. Datura suaveolens Willd.
4. Erythroxylum coca Lam.
5. Lophophora williamsii Coult.
6. Papaver Somniferum L..
7. Prestonia amazonica J. F. Macbr.
8. Salvia Divinorum

ADENDO:

1) ficam proibidas a importação, a exportação, o comércio, a manipulação e o uso das plantas enumeradas acima.

2) ficam também sob controle, todas as substâncias obtidas a partir das plantas elencadas acima, bem como os sais, isômeros, ésteres e éteres destas substâncias.

3) a planta Lophophora williamsii Coult. é comumente conhecida como cacto peyote.

4) excetua-se do controle estabelecido nas Portarias SVS/MS n.º 344/98 e 6/99, a importação de semente de dormideira (Papaver Somniferum L.) quando, comprovadamente, for utilizada com finalidade alimentícia, devendo, portanto, atender legislação sanitária específica.

5) excetua-se dos controles referentes a esta lista a substância canabidiol, que está relacionada na lista "C1" deste regulamento.

6) excetua-se das disposições legais deste Regulamento Técnico a substância papaverina, bem como as formulações que a contenham, desde que estas não possuam outras substâncias sujeitas ao controle especial da Portaria SVS/MS nº 344/98.

7) fica permitida, excepcionalmente, a importação de produtos que possuam as substâncias canabidiol e/ou tetrahidrocannabinol (THC), quando realizada por pessoa física, para uso próprio, para tratamento de saúde, mediante prescrição médica, aplicando-se os mesmos requisitos estabelecidos pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 17, de 6 de maio de 2015.

LISTA - F
LISTA DAS SUBSTÂNCIAS DE USO PROSCRITO NO BRASIL
LISTA F1 - SUBSTÂNCIAS ENTORPECENTES

1.	3-METILFENTANILA	ou	*N*-(3-METIL-1-(FENETIL-4-PIPERIDIL)PROPIONANILIDA
2.	3-METILTIOFENTANILA	ou	*N*-[3-METIL-1-[2-(2-TIENIL)ETIL]-4-PIPERIDIL]PROPIONANILIDA
3.	ACETIL-*ALFA*-METILFENTANILA	ou	*N*-[1-(*ALFA*-METILFENETIL)-4-PIPERIDIL]ACETANILIDA
4.	ACETILFENTANIL	ou	N-[1-(2-FENILETIL)-4-PIPERIDIL]-N-FENILACETAMIDA
5.	ACETORFINA	ou	3-*O*-ACETILTETRAHIDRO-7-*ALFA*-(1-HIDROXI-1-METILBUTIL)-6,14-*ENDO*ETENO-ORIPAVINA
6.	AH-7921	ou	3,4-DICLORO-N-{[1-(DIMETILAMINO)CICLO-HEXIL] METIL}BENZAMIDA
7.	*ALFA*-METILFENTANILA	ou	*N*-[1-(*ALFA*-METILFENETIL)-4-PIPERIDIL]PROPIONANILIDA
8.	*ALFA*-METILTIOFENTANILA	ou	*N*-[1-[1-METIL-2-(2-TIENIl)ETIL]-4-PIPERIDIL]PROPIONANILIDA
9.	*BETA*-HIDROXI-3-METILFENTANILA	ou	*N*-[1-(*BETA*-HIDROXIFENETIL)-3-METIL-4-PIPERIDIL]PROPIONANILIDA
10.	BETA-HIDROXIFENTANILA	ou	*N*-[1-(*BETA*-HIDROXIFENETIL)-4-PIPERIDIL]PROPIONANILIDA
11.	CETOBEMIDONA	ou	4-*META*-HIDROXIFENIL-1-METIL-4-PROPIONILPIPERIDINA
12.	COCAÍNA	ou	ÉSTER METÍLICO DA BENZOILECGONINA
13.	DESOMORFINA	ou	DIIDRODEOXIMORFINA
14.	DIIDROETORFINA	ou	7,8-DIIDRO-7-*ALFA*-[1-(R)-HIDROXI-1-METILBUTIL]-6,14-*ENDO*-ETANOTETRAHIDROORIPAVINA
15.	ECGONINA	ou	(-)-3-HIDROXITROPANO-2-CARBOXILATO
16.	ETORFINA	ou	TETRAHIDRO-7-*ALFA*-(1-HIDROXI-1-METILBUTIL)-6,14-*ENDO*ETENO-ORIPAVINA
17.	HEROÍNA	ou	DIACETILMORFINA
18.	MDPV	ou	1-(1,3-BENZODIOXOL-5-IL)-2-(PIRROLIDIN-1-IL)-1-PENTANONA
19.	MPPP	ou	1-METIL-4-FENIL-4-PROPIONATO DE PIPERIDINA (ÉSTER)
20.	MT-45	ou	1-CICLOHEXIL-4-(1,2-DIFENILETIL)PIPERAZINA
21.	*PARA*-FLUOROFENTANILA	ou	4'-FLUORO-*N*-(1-FENETIL-4-PIPERIDIL])PROPIONANILIDA
22.	PEPAP	ou	1-FENETIL-4-FENIL-4-ACETATO DE PIPERIDINA (ÉSTER)
23.	TIOFENTANILA	ou	*N*-[1-[2-(TIENIL)ETIL]-4-PIPERIDIL]PROPIONANILIDA

ADENDO:
1)ficam também sob controle:
1.1.todos os sais e isômeros das substâncias enumeradas acima, sempre que seja possível a sua existência.
1.2.todos os ésteres e derivados da substância ECGONINA que sejam transformáveis em ECGONINA E COCAÍNA.
LISTA F2 - SUBSTÂNCIAS PSICOTRÓPICAS
a) SUBSTÂNCIAS

1.	(+) - LISÉRGIDA	ou	LSD; LSD-25; 9,10-DIDEHIDRO-*N,N*-DIETIL-6-METILERGOLINA-8*BETA*-CARBOXAMIDA
2.	2C-B	ou	4-BROMO-2,5-DIMETOXIFENILETILAMINA
3.	2C-C	ou	4-CLORO-2,5-DIMETOXIFENILETILAMINA
4.	2C-D	ou	4-METIL-2,5-DIMETOXIFENILETILAMINA
5.	2C-E	ou	4-ETIL-2,5-DIMETOXIFENILETILAMINA
6.	2C-F	ou	4-FLUOR-2,5-DIMETOXIFENILETILAMINA
7.	2C-I	ou	4-IODO-2,5-DIMETOXIFENILETILAMINA
8.	2C-T-2	ou	4-ETIL-TIO-2,5-DIMETOXIFENILETILAMINA
9.	2C-T-7	ou	2,5-DIMETOXI-4-PROPILTIOFENILETILAMINA (2C-T-7)
10.	4-AcO-DMT	ou	4-ACETOXI-N, N-DIMETILTRIPTAMINA
11.	4-FA	ou	4-FLUOROANFETAMINA; 1-(4-FLUOROFENIL) PROPAN-2-AMINA
12.	4-MEC	ou	4- METILETILCATINONA; 2-(ETILAMINA)-1-(4-METILFENIL)-PROPAN-1-ONA
13.	4-METILAMINOREX	ou	(±)-*CIS*-2-AMINO-4-METIL-5-FENIL-2-OXAZOLINA
14.	4-MTA	ou	4-METILTIOANFETAMINA
15.	4,4'- DMAR	ou	4,4'- DIMETILAMINOREX; 4-METIL-5-(4-METILFENIL)-4,5-DIHIDRO-1,3-OXAZOL-2-AMINA
16.	5F-AKB48	ou	N-(1-ADAMANTIL)-1-(5-FLUOROPENTIL)INDAZOL-3-CARBOXAMIDA
17.	5-IAI	ou	2,3-DIHIDRO-5-IODO-1H-INDENO-2-AMINA
18.	5-MeO-AMT	ou	5-METOXI-ALFA-METILTRIPTAMINA
19.	5-MeO-DIPT	ou	5-METOXI-N,N-DIISOPROPILTRIPTAMINA
20.	5-MeO-DMT	ou	5-METOXI-N,N-DIMETILTRIPTAMINA
21.	5-MeO-MIPT	ou	5-METOXI-N,N-METIL ISOPROPILTRIPTAMINA
22.	25B-NBOMe	ou	2-(4-BROMO-2,5-DIMETOXI-FENIL)-N-[(2-METOXIFENIL)METIL]ETANOAMINA
23.	25C-NBOMe	ou	2-(4-CLORO-2,5-DIMETOXI-FENIL)-N-[(2-METOXIFENIL)METIL]ETANOAMINA
24.	25D-NBOMe	ou	2-(4-METIL-2,5-DIMETOXI-FENIL)-N-[(2-METOXIFENIL)METIL]ETANOAMINA
25.	25E-NBOMe	ou	2-(4-ETIL-2,5-DIMETOXI-FENIL)-N-[(2-METOXIFENIL)METIL]ETANOAMINA
26.	25H-NBOMe	ou	2-(2,5-DIMETOXI-FENIL)-N-[(2-METOXIFENIL)METIL]ETANOAMINA
27.	25I-NBOMe	ou	2-(4-IODO-2,5-DIMETOXI-FENIL)-N-[(2-METOXIFENIL)METIL]ETANOAMINA
28.	25N-NBOMe	ou	2-(4-NITRO-2,5-DIMETOXI-FENIL)-N-[(2-METOXIFENIL)METIL]ETANOAMINA
29.	25P-NBOMe	ou	2-(4-PROPIL-2,5-DIMETOXI-FENIL)-N-[(2-METOXIFENIL)METIL]ETANOAMINA
30.	25T2-NBOMe	ou	2-(4-TIOETIL-2,5-DIMETOXI-FENIL)-N-[(2-METOXIFENIL)METIL]ETANOAMINA
31.	25T4-NBOMe	ou	2-[4-(1-METIL-TIOETIL)-2,5-DIMETOXI-FENIL]-N-[(2-METOXIFENIL)METIL]ETANOAMINA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

32.	25T7-NBOMe	ou	2-(4-TIOPROPIL-2,5-DIMETOXI-FENIL)-N-[(2-METOXIFENIL)METIL]ETANOAMINA
33.	ALFA-PVP	ou	1-FENIL-2-(PIRROLIDIN-1-IL)PENTAN-1-ONA
34.	AKB48	ou	N-ADAMANTIL-1-PENTILINDAZOL-3-CARBOXAMIDA
35.	AM-2201	ou	(1-(5-FLUOROPENTIL)-1H-INDOL-3-IL)-1-NAFTALENIL- METANONA
36.	AMT	ou	ALFA-METILTRIPTAMINA
37.	BENZOFETAMINA	ou	*N*-BENZIL-*N*,*ALFA*-DIMETILFENETILAMINA
38.	BROLANFETAMINA	ou	DOB; (±)-4-BROMO-2,5-DIMETOXI-*ALFA*-METILFENETILAMINA
39.	BZP	ou	1-BENZILPIPERAZINA
40.	CATINONA	ou	(-)-(*S*)-2-AMINOPROPIOFENONA
41.	DET	ou	3-[2-(DIETILAMINO)ETIL]INDOL
42.	DMA	ou	(±)-2,5-DIMETOXI-*ALFA*-METILFENETILAMINA
43.	DMAA	ou	4-metilhexan-2-amina
44.	DMHP	ou	3-(1,2-DIMETILHEPTIL)-7,8,9,10-TETRAHIDRO-6,6,9-TRIMETIL-6*H*-DIBENZO[*B*,*D*]PIRANO-1-OL
45.	DMT	ou	3-[2-(DIMETILAMINO)ETIL] INDOL ; *N*,*N*-DIMETILTRIPTAMINA
46.	DOC	ou	4-CLORO-2,5-DIMETOXIANFETAMINA
47.	DOET	ou	(±)-4-ETIL-2,5-DIMETOXI-*ALFA*-METILFENETILAMINA
48.	DOI	ou	4-IODO-2,5-DIMETOXIANFETAMINA
49.	EAM-2201	ou	(1-(5-FLUOROPENTIL)-1H-INDOL-3-IL)-(4-ETIL-1-NAFTALENIL)-METANONA
50.	ERGINA	ou	LSA (AMIDA DO ÁCIDO D-LISÉRGICO)
51.	ETICICLIDINA	ou	PCE ; *N*-ETIL-1-FENILCICLOHEXILAMINA
52.	ETILFENIDATO	ou	ACETATO DE ETIL-2-FENIL-2-(PIPERIDIN-2-IL)
53.	ETILONA	ou	βk-MDEA; 1-(1,3-BENZODIOXOL-5-IL)-2-(ETILAMINO)-1-PROPANONA
54.	ETRIPTAMINA	ou	3-(2-AMINOBUTIL)INDOL
55.	JWH-018	ou	1-NAFTALENIL-(1-PENTIL-1H-INDOL-3-IL)-METANONA
56.	JWH-071	ou	(1-ETIL-1H-INDOL-3-IL)-1-NAFTALENIL-METANONA
57.	JWH-072	ou	(1-PROPILINDOL-3-IL)NAFTALEN-1-IL-METANONA
58.	JWH-073	ou	NAFTALEN-1-IL(1-BUTILINDOL-3-IL) METANONA
59.	JWH-081	ou	4-METOXINAFTALEN-1-IL-(1-PENTILINDOL-3-IL) METANONA
60.	JWH-098	ou	(4-METOXI1-NAFTALENIL)(2-METIL-1- PENTIL-1H-INDOL-3-IL) METANONA
61.	JWH-122	ou	4-METILNAFTALEN-1-IL-(1-PENTILINDOL-3-IL) METANONA
62.	JWH-210	ou	4-ETILNAFTALEN-1-IL-(1-PENTILINDOL-3-IL) METANONA
63.	JWH-250	ou	2-(2-METOXIFENIL)-1-(1-PENTIL-1-INDOL-3-IL) ETANONA
64.	JWH-251	ou	2-(2-METILFENIL)-1-(1-PENTIL-1H-INDOL-3-IL) ETANONA
65.	JWH-252	ou	1-(2-METIL-1-PENTILINDOL-3-IL)-2-(2-METILFENIL) ETANONA
66.	JWH-253	ou	1-(2-METIL-1-PENTIL-1H-INDOL-3-IL)-2-(3-METOXI-FENIL) ETANONA
67.	MAM-2201	ou	(1-(5-FLUOROPENTIL)-1H-INDOL-3-IL](4-METIL-1-NAFTALENIL)-METANONA
68.	MAM-2201 N-(4-hidroxipentil)	ou	[1-(5-FLUORO-4-HIDROXIPENTIL)-1H-INDOL-3-IL](4-METIL-1-NAFTALENIL)METANONA
69.	MAM-2201 N-(5-cloropentil)	ou	[1-(5-CLOROPENTIL)-1H-INDOL-3-IL](4-METIL-1-NAFTALENIL)METANONA
70.	mCPP	ou	1-(3-CLOROFENIL)PIPERAZINA
71.	MDAI	ou	5,6-METILENODIOXI-2-AMINOINDANO
72.	MDE	ou	*N*-ETIL MDA; (±)-*N*-ETIL-*ALFA*-METIL-3,4-(METILENEDIOXI)FENETILAMINA
73.	MDMA	ou	(±)-*N*,*ALFA*-DIMETIL-3,4-(METILENODIOXI)FENETILAMINA; 3,4 METILENODIOXIMETANFETAMINA
74.	MECLOQUALONA	ou	3-(*O*-CLOROFENIL)-2-METIL-4(3*H*)-QUINAZOLINONA
75.	MEFEDRONA	ou	2-metilamino-1-(4-metilfenil)-propan-1-ona
76.	MESCALINA	ou	3,4,5-TRIMETOXIFENETILAMINA
77.	METANFETAMINA		
78.	METAQUALONA	ou	2-METIL-3-*O*-TOLIL-4(3*H*)-QUINAZOLINONA
79.	METCATINONA	ou	2-(METILAMINO)-1-FENILPROPAN-1-ONA
80.	METILONA	ou	1-(1,3-BENZODIOXOL-5-IL)-2-(METILAMINO)-1- PROPANONA
81.	METIOPROPAMINA	ou	N-METIL-1-TIOFEN-2-ILPROPAN-2-AMINA
82.	MMDA	ou	5-METOXI-*ALFA*-METIL-3,4-(METILENODIOXI)FENETILAMINA
83.	MXE	ou	METOXETAMINA; 2-(ETILAMINO)-2-(3-METOXIFENIL)-CICLOHEXANONA
84.	N-ETILCATINONA	ou	2-(ETILAMINA)-1-FENILPROPAN-1-ONA
85.	PARAHEXILA	ou	3-HEXIL-7,8,9,10-TETRAHIDRO-6,6,9-TRIMETIL-6*H*-DIBENZO[*B*,*D*]PIRANO-1-OL
86.	PENTEDRONA	ou	2-(METILAMINO)-1-FENIL-PENTAN-1-ONA
87.	PMA	ou	*P*-METOXI-*ALFA*-METILFENETILAMINA
88.	PMMA	ou	PARA-METOXIMETANFETAMINA; [1-(4-METOXIFENIL)PROPANO-2-IL](METIL)AZANO]
89.	PSILOCIBINA	ou	FOSFATO DIIDROGENADO DE 3-[2-(DIMETILAMINOETIL)]INDOL-4-ILO
90.	PSILOCINA	ou	PSILOTSINA ; 3-[2-(DIMETILAMINO)ETIL]INDOL-4-OL
91.	ROLICICLIDINA	ou	PHP; PCPY ; 1-(1-FENILCICLOHEXIL)PIRROLIDINA
92.	SALVINORINA A	ou	Metil (2S,4aR,6aR,7R,9S,10aS,10bR)-9-acetoxi-2-(3-furil)-6a,10b-dimetil-4,10-dioxododecahidro-2H-benzo[f]isocromeno-7-carboxi-lato
93.	STP	ou	DOM ; 2,5-DIMETOXI-*ALFA*,4-DIMETILFENETILAMINA
94.	TENAMFETAMINA	ou	MDA; *ALFA*-METIL-3,4-(METILENODIOXI)FENETILAMINA
95.	TENOCICLIDINA	ou	TCP ; 1-[1-(2-TIENIL)CICLOHEXIL]PIPERIDINA
96.	TETRAHIDROCANNABINOL	ou	THC
97.	TMA	ou	(±)-3,4,5-TRIMETOXI-*ALFA*-METILFENETILAMINA
98.	TFMPP	ou	1-(3-TRIFLUORMETILFENIL)PIPERAZINA
99.	UR-144	ou	(1-PENTIL-1H-INDOL-3-IL)(2,2,3,3-TETRAMETILCICLOPROPIL)-METANONA
100.	XLR-11	ou	5F-UR-144; [1-(5-FLUOROPENTIL)-1H-INDOL-3-IL](2,2,3,3-TETRAMETILCICLOPROPIL)-METANONA
101.	ZIPEPROL	ou	*ALFA*-(*ALFA*-METOXIBENZIL)-4-(*BETA*-METOXIFENETIL)-1-PIPERAZINAETANOL

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

b) CLASSES ESTRUTURAIS - Ficam também sob controle desta Lista as substâncias canabimiméticas que se enquadram nas seguintes classes estruturais:

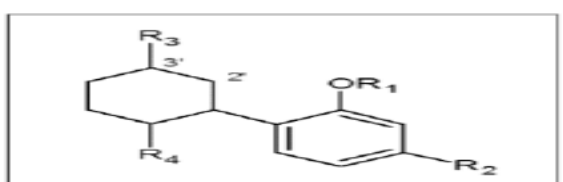
1. Qualquer substância que apresente uma estrutura 2-(ciclohexil)fenol (estrutura 1):

1.1 Com substituição na posição 1 do anel benzênico por um grupo (-OR1) hidroxil, alcoxi (éter) ou carboxialquil (éster);

1.2 Substituída na posição 5 (-R2) do anel benzênico em qualquer extensão;

1.3 Substituída ou não nas posições 3' (-R3) e/ou 6' (-R4) em qualquer extensão no anel ciclo-hexil;

1.4 Que apresente ou não uma insaturação entre as posições 2' e 3' do anel ciclohexil substituinte.

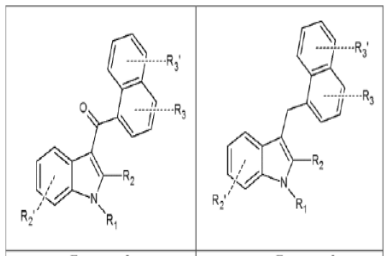


Estrutura 1

2. Qualquer substância que apresente uma estrutura naftalen-1-il(1H-indol-3-il)metanona (estrutura 2) ou naftalen-1-il(1H-indol-3-il)metano (estrutura 3):

2.1 Substituída no átomo de nitrogênio do anel indol (-R1);

2.2 Se ou não substituído no anel indol em qualquer extensão (-R2 e -R2');

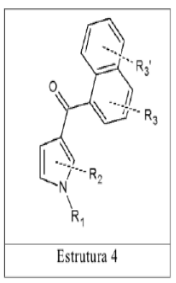


3. Qualquer substância que apresente uma estrutura naftalen-1-il(1H-pirrol-3-il)metanona (estrutura 4):

3.1 Substituída no átomo de nitrogênio do anel pirrol (-R1);

3.2 Substituída ou não no anel pirrol em qualquer extensão (-R2);

3.3 Substituída ou não no anel naftoil em qualquer extensão (-R3 e -R3').

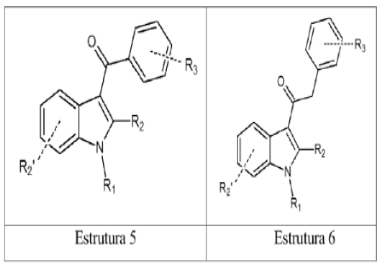


4. Qualquer substância que apresente uma estrutura fenil(1H-indol-3-il)metanona (estrutura 5) ou fenil(1H-indol-3-il)etanona (estrutura 6):

4.1 Substituída no átomo de nitrogênio do anel indol (-R1);

4.2 Se ou não substituído no anel indol em qualquer extensão (-R2 e -R2');

4.3 Se ou não substituído no anel fenil em qualquer extensão (-R3).

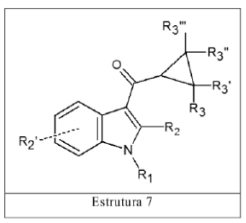


5. Qualquer substância que apresente uma estrutura ciclopropil(1H-indol-3-il)metanona (estrutura 7):

5.1 Substituída no átomo de nitrogênio do anel indol (-R1);

5.2 Substituída ou não no anel indol em qualquer extensão (-R2 e -R2');

5.3 Substituída ou não no anel ciclopropil em qualquer extensão (-R3, -R3', -R3" e -R3'").

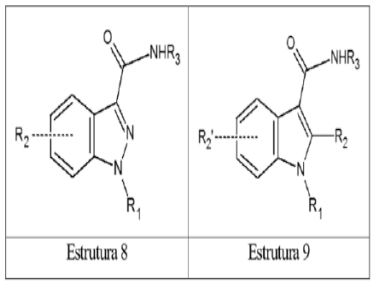


6. Qualquer substância que apresente uma estrutura 1H-indazol-3-carboxamida (estrutura 8) ou 1H-indol-3-carboxamida (estrutura 9):

6.1 Substituída no átomo de nitrogênio do anel indazol ou indol (-R1);

6.2 Substituída ou não no anel indazol (-R2) ou indol (-R2 e -R2') em qualquer extensão;

6.3 Substituída ou não no grupo carboxamida em qualquer extensão (-R3).

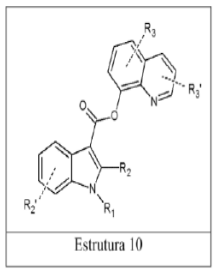


7. Qualquer substância que apresente uma estrutura quinolin-8-il(1H-indol-3-il)carboxilato (estrutura 10):

7.1 Substituída no átomo de nitrogênio do anel indol (-R1);

7.2 Substituída ou não no anel indol (-R2 e -R2') em qualquer extensão;

7.3 Substituída ou não no anel quinolil em qualquer extensão (-R3 e -R3').



ADENDO:

1) ficam também sob controle:

1.1. sempre que seja possível a sua existência, todos os sais e isômeros das substâncias enumeradas no item "a", bem como todos os sais das substâncias que possam ser enquadradas no item "b".

1.2. os seguintes isômeros e suas variantes estereoquímicas da substância TETRAHIDROCANNABINOL:

7,8,9,10-tetrahidro-6,6,9-trimetil-3-pentil-6H-dibenzo[b,d]pirano-1-ol

(9R,10aR)-8,9,10,10a-tetrahidro-6,6,9-trimetil-3-pentil-6H-dibenzo[b,d]pirano-1-ol

(6aR,9R,10aR)-6a,9,10,10a-tetrahidro-6,6,9-trimetil-3-pentil-6H-dibenzo[b,d]pirano-1-ol

(6aR,10aR)-6a,7,10,10a-tetrahidro-6,6,9-trimetil-3-pentil-6H-dibenzo[b,d]pirano-1-ol

6a,7,8,9-tetrahidro-6,6,9-trimetil-3-pentil-6H-dibenzo[b,d]pirano-1-ol

(6aR,10aR)-6a,7,8,9,10,10a-hexahidro-6,6-dimetil-9-metileno-3-pentil-6H-dibenzo[b,d]pirano-1-ol

2) excetua-se dos controles referentes a esta Lista, o isômero fentermina que está relacionado na Lista "B2" deste regulamento.

3) excetua-se dos controles referentes a esta lista a substância canabidiol, que está relacionada na Lista "C1" deste regulamento.

4) excetua-se das disposições legais deste Regulamento Técnico a substância ropivacaína.

5) excetua-se dos controles referentes a esta lista a substância milnaciprana, que está relacionada na lista "C1" deste regulamento.

6) excetuam-se dos controles referentes a esta lista os medicamentos registrados na Anvisa que possuam em sua formulação a substância tetrahidrocannabinol (THC), desde que sejam atendidas as exigências a serem regulamentadas previamente à concessão do registro.

7) excetuam-se dos controles referentes a esta lista os isômeros das substâncias classificadas no item "b", desde que esses isômeros não se enquadrem em nenhuma das classes estruturais descritas no referido item.

8) excetuam-se dos controles referentes a esta lista quaisquer substâncias que possam ser enquadradas no item "b" e que estejam descritas em outra lista deste regulamento.

9) excetua-se dos controles referentes a esta Lista o isômero metazocina, que está relacionado na Lista "A1" deste regulamento.

LISTA F3 - SUBSTÂNCIAS PRECURSORAS

1. FENILPROPANOLAMINA

ADENDO:

1) ficam também sob controle todos os sais e isômeros das substâncias enumeradas acima, sempre que seja possível a sua existência.

LISTA F4 - OUTRAS SUBSTÂNCIAS

1. ESTRICNINA
2. ETRETINATO
3. DEXFENFLURAMINA
4. DINITROFENOL
5. FENFLURAMINA
6. LINDANO
7. TERFENADINA

ADENDO:

1) ficam também sob controle todos os sais e isômeros das substâncias enumeradas acima, sempre que seja possível a sua existência.

2) fica autorizado o uso de LINDANO como padrão analítico para fins laboratoriais ou monitoramento de resíduos ambientais, conforme legislação específica.

ARESTO Nº 572, DE 28 DE JUNHO DE 2016

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, em Reunião Ordinária Pública - ROP nº 015/2016 realizada em 14/06/2016, com fundamento no art. 15, VI, da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e no art. 64 da Lei n.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no art. 53, VII, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e em conformidade com a Resolução Diretoria Colegiada - RDC n.º 25, de 4 de abril de 2008, decidiu sobre os recursos a seguir especificados, conforme relação anexa.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO
Diretor-Presidente
Substituto

ANEXO

Empresa: Bayer S.A
CNPJ: 18.459.628/0001-15
Processo: 25351.738346/2011-82
Expediente: 0164079/15-8
Produto: Bixafen Técnico
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por maioria, CONHECER E DAR PROVIMENTO ao recurso determinando o retorno do processo à área técnica para reanálise, nos termos do voto do relator - Voto nº. 18/2016 - Diges.

ARESTO N° 573, DE 28 DE JUNHO DE 2016

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, em Reunião Ordinária Pública - ROP nº 013/2016, realizada em 24 de maio de 2016 com fundamento no art. 15, VI, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e no art. 64 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no art. 53, VII, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, e em conformidade com a Resolução Diretoria Colegiada - RDC nº 25, de 4 de abril de 2008, decidiu sobre os recursos a seguir especificados, conforme relação anexa.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES MOUTINHO
Diretor-Presidente
Substituto

ANEXO

Empresa: HR INSTRUMENTAL CIRÚRGICO IMPORTAÇÃO E COMÉRCIO LTDA.-ME
CNPJ: 05.860.479/0001-50
Processo: 25351.583190/2015-10
Expediente do Recurso: 1023228/15-1
Parecer: 086/2016-COARE/DIMON
Decisão: POR UNANIMIDADE, CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, ACOMPANHANDO A POSIÇÃO DA RELATORIA QUE ACATA O PARECER DA ÁREA TÉCNICA.

Empresa: GLOBAL TRADE TECHNOLOGY - COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.
CNPJ: 07.610.601/0001-65
Processo: 25767.798728/2016-95
Expediente do Recurso: 1261494/16-7
Parecer: 103/2016-COARE/DIMON
Decisão: POR UNANIMIDADE, CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, ACOMPANHANDO A POSIÇÃO DA RELATORIA QUE ACATA O PARECER DA ÁREA TÉCNICA.

Empresa: GLOBAL TRADE TECHNOLOGY - COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.
CNPJ: 07.610.601/0001-65
Processo: 25767.798724/2016-89
Expediente do Recurso: 1270338/16-9
Parecer: 105/2016-COARE/DIMON
Decisão: POR UNANIMIDADE, CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, ACOMPANHANDO A POSIÇÃO DA RELATORIA QUE ACATA O PARECER DA ÁREA TÉCNICA.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Empresa: CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA.
CNPJ: 44.734.671/0001-51
Processo: 25351.627115/2015-26
Expediente do Recurso: 1256040/16-5
Parecer: 098/2016-COARE
Decisão: POR UNANIMIDADE, CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, ACOMPANHANDO A POSIÇÃO DA RELATORIA QUE ACATA O PARECER DA ÁREA TÉCNICA.
Empresa: BUONA VENTURA LTDA.-ME
CNPJ: 19.633.891/0001-41
Processo: 25351.853324/2016-78
Expediente do Recurso: 1340932/16-8
Decisão: POR UNANIMIDADE, CONHECER E DAR PROVIMENTO AO RECURSO E RETORNAR À ÁREA TÉCNICA PARA REFORMA DA DECISÃO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR - VOTO DO DIRETOR Nº 029/2016.

ARESTO N° 574, DE 28 DE JUNHO DE 2016

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, em Reunião Ordinária Pública - ROP nº 013/2016, realizada em 24/05/2016, com fundamento no art. 15, VI, da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e no art. 64 da Lei n.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no art. 53, VII, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e em conformidade com a Resolução Diretoria Colegiada - RDC n.º 25, de 4 de abril de 2008, decidiu sobre os recursos a seguir especificados, conforme relação anexa.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO
Diretor-Presidente
Substituto

ANEXO

Recorrente: GT COMERCIAL IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA.
CNPJ: 03.744.755/0001-99
Processo nº: 25351.274519/2015-33
Expediente nº: 0797207/15-5
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR PROVIMENTO ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 012/2016 da Coordenação de Instrução e Análise de Recursos de Alimentos.
Recorrente: GT COMERCIAL IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA.
CNPJ: 03.744.755/0001-99
Processo nº: 25351.274523/2015-91
Expediente nº: 0799873/15-2
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR PROVIMENTO ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 013/2016 da Coordenação de Instrução e Análise de Recursos de Alimentos.
Recorrente: C.J.MARCHETTE - EPP.
CNPJ: 15.429.097/0001-20
Processo nº: 25351.016290/2015-08
Expediente nº: 0919916/15-1
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR PROVIMENTO ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 039/2016 da Coordenação de Instrução e Análise de Recursos de Alimentos.
Recorrente: C.J.MARCHETTE - EPP.
CNPJ: 15.429.097/0001-20
Processo nº: 25351.016270/2015-68
Expediente nº: 0919926/15-8
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR PROVIMENTO ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 040/2016 da Coordenação de Instrução e Análise de Recursos de Alimentos.
Recorrente: C.J.MARCHETTE - EPP.
CNPJ: 15.429.097/0001-20
Processo nº: 25351.016276/2015-22
Expediente nº: 0919944/15-6
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR PROVIMENTO ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 041/2016 da Coordenação de Instrução e Análise de Recursos de Alimentos.
Recorrente: C.J.MARCHETTE - EPP.
CNPJ: 15.429.097/0001-20
Processo nº: 25351.016218/2015-70
Expediente nº: 0919957/15-8
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR PROVIMENTO ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 036/2016 da Coordenação de Instrução e Análise de Recursos de Alimentos.
Recorrente: C.J.MARCHETTE - EPP.
CNPJ: 15.429.097/0001-20
Processo nº: 25351.016197/2015-81
Expediente nº: 1016268/15-2
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR PROVIMENTO ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 035/2016 da Coordenação de Instrução e Análise de Recursos de Alimentos.
Recorrente: C.J.MARCHETTE - EPP.
CNPJ: 15.429.097/0001-20
Processo nº: 25351.016282/2015-38
Expediente nº: 1016284/15-4
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR PROVIMENTO ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 034/2016 da Coordenação de Instrução e Análise de Recursos de Alimentos.
Recorrente: C.J.MARCHETTE - EPP.
CNPJ: 15.429.097/0001-20
Processo nº: 25351.016297/2015-95
Expediente nº: 1016297/15-6
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR PROVIMENTO ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 028/2016 da Coordenação de Instrução e Análise de Recursos de Alimentos.

ARESTO Nº 575, DE 28 DE JUNHO DE 2016

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, em Reunião Ordinária Pública - ROP nº 012/2016, realizada em 16/05/2016, com fundamento no art. 15, VI, da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e no art. 64 da Lei n.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no art. 53, VII, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e em conformidade com a Resolução Diretoria Colegiada - RDC n.º 25, de 4 de abril de 2008, decidiu sobre os recursos a seguir especificados, conforme relação anexa.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO
Diretor-Presidente
Substituto

ANEXO

Recorrente: CAPSUGEL BRASIL IMPORTAÇÃO E DISTRIB. DE INSUMOS FARMACÊUTICOS E ALIMENTOS LTDA.
CNPJ: 15.068.359/0001-78
Processo nº: 25351.420870/2013-12
Expediente nº: 0912764/15-0
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR PROVIMENTO ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 32/2016 - Corca/GGALI.
Recorrente: LABORATÓRIO TIARAJU ALIMENTOS E COSMÉTICOS LTDA.
CNPJ: 08.352.440/0001-10
Processo nº: 25351.169847/2015-98
Expediente nº: 0772091/15-2
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR PROVIMENTO ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 27/2016 - Corea/GGALI.

ARESTO Nº 576, DE 28 DE JUNHO DE 2016

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, em Reunião Ordinária Pública - ROP nº 011 realizada em 11 de maio de 2016, com fundamento no art. 15, VI, da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e no art. 64 da Lei n.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no art. 53, VII, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e em conformidade com a Resolução Diretoria Colegiada - RDC n.º 25, de 4 de abril de 2008, decidiu sobre os recursos a seguir especificados, conforme relação anexa.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO
Diretor-Presidente
Substituto

ANEXO

Recorrente: Emporium Cigars Importação e Comercialização De tabacos Ltda.
CNPJ: 08.201.306/0002-07
Processos nº.: 25351.304516/2010-52
Expediente n.º: 0313724/13-4
Decisão: A Diretoria Colegiada decide, por unanimidade, CONHECER E DAR PARCIAL provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o Parecer- Rec nº 006/2015 - GGTAB.
Recorrente: Kroya Importadora e Distribuição Comercial Ltda
CNPJ: 01.961.491/0001-08
Processos nº.: 25351.304384/2010-14
Expediente n.º: 0276268/13-4
Decisão: A Diretoria Colegiada decide, por unanimidade, CONHECER E DAR PARCIAL provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o Parecer- Rec nº 007/2015 - GGTAB.
Recorrente: Emporium Cigars Importação e Comercialização De tabacos Ltda.
CNPJ: 08.201.306/0001-18
Processos nº.: 25351.548062/2015-63
Expediente n.º: 0968420/15-4
Decisão: A Diretoria Colegiada decide, por unanimidade, CONHECER E NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 004/2016 - Coart/Sutox.
Recorrente: Emporium Cigars Importação e Comercialização De tabacos Ltda.
CNPJ: 08.201.306/0001-18
Processos nº.: 25351.336677/2013-91
Expediente n.º: 0678539/15-5
Decisão: A Diretoria Colegiada decide, por unanimidade, CONHECER E NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 034/2015 - Coart/Sutox.

CONSULTA PÚBLICA N° 210, DE 28 DE JUNHO DE 2016

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o 15, III e IV aliado ao art. 7º, III, e IV, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, o art. 53, III, §§ 1º e 3º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e tendo em vista o disposto no art. 35 do Decreto nº 3.029, de 16 de abril de 1999, resolve submeter à consulta pública, para comentários e sugestões do público em geral, proposta de ato normativo em Anexo, conforme deliberado em reunião realizada em 21 de junho de 2016, e eu, Diretor-Presidente Substituto, determino a sua publicação.

Art. 1º Fica aberto, a contar da data de publicação desta Consulta Pública, o prazo de 30 (trinta) dias para que sejam apresentadas críticas e sugestões relativas à proposta de Resolução que inclui a cultura do algodão, na modalidade de emprego (aplicação) tratamento de sementes e a cultura do tomate, na modalidade de emprego (aplicação) foliar, com limite máximo de resíduos e intervalo de segurança não determinados, na monografia do ingrediente ativo A04 - ÁCIDO GIBERÉLICO.

Art. 2º A proposta de Resolução está disponível na íntegra no site da Anvisa, no endereço eletrônico http://www.anvisa.gov.br, e as sugestões deverão ser encaminhadas por escrito, em formulário próprio, para o endereço: Agência Nacional de Vigilância Sanitária, Gerência Geral de Toxicologia, SIA Trecho 5, Área Especial 57, Brasília/DF, CEP 71.205-050; ou para o fax (61) 3462-5726; ou para o e-mail cp.toxicologia@anvisa.gov.br

§1° O formulário para envio de contribuições permanecerá à disposição dos interessados no endereço eletrônico http://www.anvisa.gov.br/divulga/consulta/index.htm.

§2° As contribuições recebidas serão públicas e permanecerão à disposição de todos no site da Anvisa.

§3° As contribuições não enviadas no formulário de que trata o parágrafo anterior ou recebidas fora do prazo não serão consideradas para efeitos de consolidação do texto final do regulamento.

Art. 3º Findo o prazo estipulado no art. 1º, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária promoverá a análise das contribuições e, após a deliberação da Diretoria Colegiada, disponibilizará o resultado da consulta pública no site da Anvisa.

Parágrafo único. A Agência poderá, conforme necessidade e razões de conveniência e oportunidade, articular-se com os órgãos e entidades envolvidos e aqueles que tenham manifestado interesse na matéria para subsidiar posteriores discussões técnicas e deliberação final da Diretoria Colegiada

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

ANEXO

PROPOSTA EM CONSULTA PÚBLICA
Processo nº: 25000.031239/98-11
Agenda Regulatória 2015-16: Não
Assunto: Proposta de Resolução para o ingrediente ativo A04 - ÁCIDO GIBERÉLICO, contido na Relação de Monografias dos Ingredientes Ativos de Agrotóxicos, Domissanitários e Preservantes de Madeira, publicada por meio da Resolução - RE N° 165, de 29 de agosto de 2003, DOU de 02 de setembro de 2003.
Área responsável: Gerência Geral de Toxicologia - GGTOX
Relator: Renato Alencar Porto

CONSULTA PÚBLICA N° 211, DE 28 DE JUNHO DE 2016

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o 15, III e IV aliado ao art. 7º, III, e IV, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, o art. 53, III, §§ 1º e 3º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e tendo em vista o disposto no art. 35 do Decreto nº 3.029, de 16 de abril de 1999, resolve submeter à consulta pública, para comentários e sugestões do público em geral, proposta de ato normativo em Anexo, conforme deliberado em reunião realizada em 21 de junho de 2016, e eu, Diretor-Presidente Substituto, determino a sua publicação.

Art. 1º Fica aberto, a contar da data de publicação desta Consulta Pública, o prazo de 30 (trinta) dias para que sejam apresentadas críticas e sugestões relativas à proposta de Resolução que inclui a cultura do algodão, na modalidade de emprego (aplicação) tratamento de sementes e as culturas do algodão, tomate e uva, na modalidade de emprego (aplicação) foliar, com limite máximo de resíduos e intervalo de segurança não determinados, na monografia do ingrediente ativo A31 - ÁCIDO 4-INDOL-3-ILBUTÍRICO.

Art. 2º A proposta de Resolução está disponível na íntegra no site da Anvisa, no endereço eletrônico http://www.anvisa.gov.br, e as sugestões deverão ser encaminhadas por escrito, em formulário próprio, para o endereço: Agência Nacional de Vigilância Sanitária, Gerência Geral de Toxicologia, SIA Trecho 5, Área Especial 57, Brasília/DF, CEP 71.205-050; ou para o fax (61) 3462-5726; ou para o e-mail cp.toxicologia@anvisa.gov.br

§1° O formulário para envio de contribuições permanecerá à disposição dos interessados no endereço eletrônico http://www.anvisa.gov.br/divulga/consulta/index.htm.

§2° As contribuições recebidas serão públicas e permanecerão à disposição de todos no site da Anvisa.

§3° As contribuições não enviadas no formulário de que trata o parágrafo anterior ou recebidas fora do prazo não serão consideradas para efeitos de consolidação do texto final do regulamento.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 3º Findo o prazo estipulado no art. 1º, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária promoverá a análise das contribuições e, após a deliberação da Diretoria Colegiada, disponibilizará o resultado da consulta pública no site da Anvisa.

Parágrafo único. A Agência poderá, conforme necessidade e razões de conveniência e oportunidade, articular-se com os órgãos e entidades envolvidos e aqueles que tenham manifestado interesse na matéria para subsidiar posteriores discussões técnicas e deliberação final da Diretoria Colegiada

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

ANEXO

PROPOSTA EM CONSULTA PÚBLICA
Processo nº: 25000.031239/98-11
Agenda Regulatória 2015-16: Não
Assunto: Proposta de Resolução para o ingrediente ativo A31 - ÁCIDO 4-INDOL-3-ILBUTÍRICO, contido na Relação de Monografias dos Ingredientes Ativos de Agrotóxicos, Domissanitários e Preservantes de Madeira, publicada por meio da Resolução - RE N° 165, de 29 de agosto de 2003, DOU de 02 de setembro de 2003.
Área responsável: Gerência Geral de Toxicologia - GGTOX
Relator: Renato Alencar Porto

CONSULTA PÚBLICA N° 212, DE 28 DE JUNHO DE 2016

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o 15, III e IV aliado ao art. 7º, III, e IV, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, o art. 53, III, §§ 1º e 3º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e tendo em vista o disposto no art. 35 do Decreto nº 3.029, de 16 de abril de 1999, resolve submeter à consulta pública, para comentários e sugestões do público em geral, proposta de ato normativo em Anexo, conforme deliberado em reunião realizada em 21 de junho de 2016, e eu, Diretor-Presidente Substituto, determino a sua publicação.

Art. 1º Fica aberto, a contar da data de publicação desta Consulta Pública, o prazo de 30 (trinta) dias para que sejam apresentadas críticas e sugestões relativas à proposta de Resolução que inclui a modalidade de emprego (aplicação) tratamento de sementes no sulco de plantio para as culturas do algodão e soja, na monografia do ingrediente ativo A18 - ABAMECTINA.

Art. 2º A proposta de Resolução está disponível na íntegra no site da Anvisa, no endereço eletrônico http://www.anvisa.gov.br, e as sugestões deverão ser encaminhadas por escrito, em formulário próprio, para o endereço: Agência Nacional de Vigilância Sanitária, Gerência Geral de Toxicologia, SIA Trecho 5, Área Especial 57, Brasília/DF, CEP 71.205-050; ou para o fax (61) 3462-5726; ou para o e-mail cp.toxicologia@anvisa.gov.br

§1° O formulário para envio de contribuições permanecerá à disposição dos interessados no endereço eletrônico http://www.anvisa.gov.br/divulga/consulta/index.htm.

§2° As contribuições recebidas serão públicas e permanecerão à disposição de todos no site da Anvisa.

§3° As contribuições não enviadas no formulário de que trata o parágrafo anterior ou recebidas fora do prazo não serão consideradas para efeitos de consolidação do texto final do regulamento.

Art. 3º Findo o prazo estipulado no art. 1º, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária promoverá a análise das contribuições e, após a deliberação da Diretoria Colegiada, disponibilizará o resultado da consulta pública no site da Anvisa.

Parágrafo único. A Agência poderá, conforme necessidade e razões de conveniência e oportunidade, articular-se com os órgãos e entidades envolvidos e aqueles que tenham manifestado interesse na matéria para subsidiar posteriores discussões técnicas e deliberação final da Diretoria Colegiada

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

ANEXO

PROPOSTA EM CONSULTA PÚBLICA
Processo nº: 25000.042434/99-30
Agenda Regulatória 2015-16: Não
Assunto: Proposta de Resolução para o ingrediente ativo A18 - ABAMECTINA, contido na Relação de Monografias dos Ingredientes Ativos de Agrotóxicos, Domissanitários e Preservantes de Madeira, publicada por meio da Resolução - RE N° 165, de 29 de agosto de 2003, DOU de 02 de setembro de 2003.
Área responsável: Gerência Geral de Toxicologia - GGTOX
Relator: Renato Alencar Porto

CONSULTA PÚBLICA N° 213, DE 28 DE JUNHO DE 2016

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o 15, III e IV aliado ao art. 7º, III, e IV, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, o art. 53, III, §§ 1º e 3º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e tendo em vista o disposto no art. 35 do Decreto nº 3.029, de 16 de abril de 1999, resolve submeter à consulta pública, para comentários e sugestões do público em geral, proposta de ato normativo em Anexo, conforme deliberado em reunião realizada em 21 de junho de 2016, e eu, Diretor-Presidente Substituto , determino a sua publicação.

Art. 1º Fica aberto, a contar da data de publicação desta Consulta Pública, o prazo de 30 (trinta) dias para que sejam apresentadas críticas e sugestões relativas à proposta de Resolução que inclui a cultura de ameixa e nectarina na modalidade de emprego (aplicação) foliar, com LMR de 1,0 mg/kg e IS 07 dias; begônia, gérbera, kalanchoe na modalidade de emprego (aplicação) foliar e altera o limite máximo de resíduos (LMR) de 0,03 para 0,5 mg/kg e intervalo de segurança (IS) de 30 para 60 dias, na cultura da cana-de-açúcar, modalidade de emprego (aplicação) foliar, na monografia do ingrediente ativo A26 - AZOXISTROBINA.

Art. 2º A proposta de Resolução está disponível na íntegra no site da Anvisa, no endereço eletrônico http://www.anvisa.gov.br, e as sugestões deverão ser encaminhadas por escrito, em formulário próprio, para o endereço: Agência Nacional de Vigilância Sanitária, Gerência Geral de Toxicologia, SIA Trecho 5, Área Especial 57, Brasília/DF, CEP 71.205-050; ou para o fax (61) 3462-5726; ou para o e-mail cp.toxicologia@anvisa.gov.br

§1° O formulário para envio de contribuições permanecerá à disposição dos interessados no endereço eletrônico http://www.anvisa.gov.br/divulga/consulta/index.htm.

§2° As contribuições recebidas serão públicas e permanecerão à disposição de todos no site da Anvisa.

§3° As contribuições não enviadas no formulário de que trata o parágrafo anterior ou recebidas fora do prazo não serão consideradas para efeitos de consolidação do texto final do regulamento.

Art. 3º Findo o prazo estipulado no art. 1º, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária promoverá a análise das contribuições e, após a deliberação da Diretoria Colegiada, disponibilizará o resultado da consulta pública no site da Anvisa.

Parágrafo único. A Agência poderá, conforme necessidade e razões de conveniência e oportunidade, articular-se com os órgãos e entidades envolvidos e aqueles que tenham manifestado interesse na matéria para subsidiar posteriores discussões técnicas e deliberação final da Diretoria Colegiada.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

ANEXO

PROPOSTA EM CONSULTA PÚBLICA
Processo nº: 25351.394115/2011-05 e 25351.075343/2007-53
Agenda Regulatória 2015-16: Não
Assunto: Proposta de Resolução para o ingrediente ativo A26 - AZOXISTROBINA, contido na Relação de Monografias dos Ingredientes Ativos de Agrotóxicos, Domissanitários e Preservantes de Madeira, publicada por meio da Resolução - RE N° 165, de 29 de agosto de 2003, DOU de 02 de setembro de 2003.
Área responsável: Gerência Geral de Toxicologia - GGTOX
Relator: Renato Alencar Porto

CONSULTA PÚBLICA N° 214, DE 28 DE JUNHO DE 2016

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o 15, III e IV aliado ao art. 7º, III, e IV, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, o art. 53, III, §§ 1º e 3º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e tendo em vista o disposto no art. 35 do Decreto nº 3.029, de 16 de abril de 1999, resolve submeter à consulta pública, para comentários e sugestões do público em geral, proposta de ato normativo em Anexo, conforme deliberado em reunião realizada em 21 de junho de 2016, e eu, Diretor-Presidente Substituto, determino a sua publicação.

Art. 1º Fica aberto, a contar da data de publicação desta Consulta Pública, o prazo de 30 (trinta) dias para que sejam apresentadas críticas e sugestões relativas à proposta de Resolução que inclui a cultura de crisântemo na modalidade de emprego (aplicação) foliar, na monografia do ingrediente ativo A38 - ACIBENZOLAR-S-METÍLICO.

Art. 2º A proposta de Resolução está disponível na íntegra no site da Anvisa, no endereço eletrônico http://www.anvisa.gov.br, e as sugestões deverão ser encaminhadas por escrito, em formulário próprio, para o endereço: Agência Nacional de Vigilância Sanitária, Gerência Geral de Toxicologia, SIA Trecho 5, Área Especial 57, Brasília/DF, CEP 71.205-050; ou para o fax (61) 3462-5726; ou para o e-mail cp.toxicologia@anvisa.gov.br

§1° O formulário para envio de contribuições permanecerá à disposição dos interessados no endereço eletrônico http://www.anvisa.gov.br/divulga/consulta/index.htm.

§2° As contribuições recebidas serão públicas e permanecerão à disposição de todos no site da Anvisa.

§3° As contribuições não enviadas no formulário de que trata o parágrafo anterior ou recebidas fora do prazo não serão consideradas para efeitos de consolidação do texto final do regulamento.

Art. 3º Findo o prazo estipulado no art. 1º, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária promoverá a análise das contribuições e, após a deliberação da Diretoria Colegiada, disponibilizará o resultado da consulta pública no site da Anvisa.

Parágrafo único. A Agência poderá, conforme necessidade e razões de conveniência e oportunidade, articular-se com os órgãos e entidades envolvidos e aqueles que tenham manifestado interesse na matéria para subsidiar posteriores discussões técnicas e deliberação final da Diretoria Colegiada.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

ANEXO

PROPOSTA EM CONSULTA PÚBLICA
Processo nº: 25351.004838/00-23
Agenda Regulatória 2015-16: Não
Assunto: Proposta de Resolução para o ingrediente ativo A38 - acibenzolar-s-metílico, contido na Relação de Monografias dos Ingredientes Ativos de Agrotóxicos, Domissanitários e Preservantes de Madeira, publicada por meio da Resolução - RE N° 165, de 29 de agosto de 2003, DOU de 02 de setembro de 2003.
Área responsável: Gerência Geral de Toxicologia - GGTOX
Relator: Renato Alencar Porto

CONSULTA PÚBLICA N° 215, DE 28 DE JUNHO DE 2016

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o 15, III e IV aliado ao art. 7º, III, e IV, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, o art. 53, III, §§ 1º e 3º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e tendo em vista o disposto no art. 35 do Decreto nº 3.029, de 16 de abril de 1999, resolve submeter à consulta pública, para comentários e sugestões do público em geral, proposta de ato normativo em Anexo, conforme deliberado em reunião realizada em 21 de junho de 2016, e eu, Diretor-Presidente Substituto, determino a sua publicação.

Art. 1º Fica aberto, a contar da data de publicação desta Consulta Pública, o prazo de 30 (trinta) dias para que sejam apresentadas críticas e sugestões relativas à proposta de Resolução que inclui a cultura do milho, na modalidade de emprego (aplicação) foliar, com limite máximo de resíduos de 0,05 mg/kg e intervalo de segurança de 15 dias, na monografia do ingrediente ativo C24 - CARBENDAZIM.

Art. 2º A proposta de Resolução está disponível na íntegra no site da Anvisa, no endereço eletrônico http://www.anvisa.gov.br, e as sugestões deverão ser encaminhadas por escrito, em formulário próprio, para o endereço: Agência Nacional de Vigilância Sanitária, Gerência Geral de Toxicologia, SIA Trecho 5, Área Especial 57, Brasília/DF, CEP 71.205-050; ou para o fax (61) 3462-5726; ou para o e-mail cp.toxicologia@anvisa.gov.br

§1° O formulário para envio de contribuições permanecerá à disposição dos interessados no endereço eletrônico http://www.anvisa.gov.br/divulga/consulta/index.htm.

§2° As contribuições recebidas serão públicas e permanecerão à disposição de todos no site da Anvisa.

§3° As contribuições não enviadas no formulário de que trata o parágrafo anterior ou recebidas fora do prazo não serão consideradas para efeitos de consolidação do texto final do regulamento.

Art. 3º Findo o prazo estipulado no art. 1º, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária promoverá a análise das contribuições e, após a deliberação da Diretoria Colegiada, disponibilizará o resultado da consulta pública no site da Anvisa.

Parágrafo único. A Agência poderá, conforme necessidade e razões de conveniência e oportunidade, articular-se com os órgãos e entidades envolvidos e aqueles que tenham manifestado interesse na matéria para subsidiar posteriores discussões técnicas e deliberação final da Diretoria Colegiada.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

ANEXO

PROPOSTA EM CONSULTA PÚBLICA
Processo nº: 25351.136424/2008-18
Agenda Regulatória 2015-16: Não
Assunto: Proposta de Resolução para o ingrediente ativo C24 - CARBENDAZIM, contido na Relação de Monografias dos Ingredientes Ativos de Agrotóxicos, Domissanitários e Preservantes de Madeira, publicada por meio da Resolução - RE N° 165, de 29 de agosto de 2003, DOU de 02 de setembro de 2003.
Área responsável: Gerência Geral de Toxicologia - GGTOX
Relator: Renato Alencar Porto

CONSULTA PÚBLICA N° 216, DE 28 DE JUNHO DE 2016

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o 15, III e IV aliado ao art. 7º, III, e IV, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, o art. 53, III, §§ 1º e 3º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e tendo em vista o disposto no art. 35 do Decreto nº 3.029, de 16 de abril de 1999, resolve submeter à consulta pública, para comentários e sugestões do público em geral, proposta de ato normativo em Anexo, conforme deliberado em reunião realizada em 21 de junho de 2016, e eu, Diretor-Presidente Substituto, determino a sua publicação.

Art. 1º Fica aberto, a contar da data de publicação desta Consulta Pública, o prazo de 30 (trinta) dias para que sejam apresentadas críticas e sugestões relativas à proposta de Resolução que inclui a cultura do Eucalipto (uso não alimentar), modalidade de emprego (aplicação) foliar, na monografia do ingrediente ativo C26 - CARBOSSULFANO.

Art. 2º A proposta de Resolução está disponível na íntegra no site da Anvisa, no endereço eletrônico http://www.anvisa.gov.br, e as sugestões deverão ser encaminhadas por escrito, em formulário próprio, para o endereço: Agência Nacional de Vigilância Sanitária, Gerência Geral de Toxicologia, SIA Trecho 5, Área Especial 57, Brasília/DF, CEP 71.205-050; ou para o fax (61) 3462-5726; ou para o e-mail cp.toxicologia@anvisa.gov.br

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

§1° O formulário para envio de contribuições permanecerá à disposição dos interessados no endereço eletrônico http://www.anvisa.gov.br/divulga/consulta/index.htm.

§2° As contribuições recebidas serão públicas e permanecerão à disposição de todos no site da Anvisa.

§3° As contribuições não enviadas no formulário de que trata o parágrafo anterior ou recebidas fora do prazo não serão consideradas para efeitos de consolidação do texto final do regulamento.

Art. 3º Findo o prazo estipulado no art. 1º, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária promoverá a análise das contribuições e, após a deliberação da Diretoria Colegiada, disponibilizará o resultado da consulta pública no site da Anvisa.

Parágrafo único. A Agência poderá, conforme necessidade e razões de conveniência e oportunidade, articular-se com os órgãos e entidades envolvidos e aqueles que tenham manifestado interesse na matéria para subsidiar posteriores discussões técnicas e deliberação final da Diretoria Colegiada

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

ANEXO

PROPOSTA EM CONSULTA PÚBLICA
Processo nº: 25351.433619/2006-41
Agenda Regulatória 2015-16: Não
Assunto: Proposta de Resolução para o ingrediente ativo C26 - CARBOSSULFANO, contido na Relação de Monografias dos Ingredientes Ativos de Agrotóxicos, Domissanitários e Preservantes de Madeira, publicada por meio da Resolução - RE N° 165, de 29 de agosto de 2003, DOU de 02 de setembro de 2003.
Área responsável: Gerência Geral de Toxicologia - GGTOX
Relator: Renato Alencar Porto

CONSULTA PÚBLICA N° 217, DE 28 DE JUNHO DE 2016

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o 15, III e IV aliado ao art. 7º, III, e IV, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, o art. 53, III, §§ 1º e 3º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e tendo em vista o disposto no art. 35 do Decreto nº 3.029, de 16 de abril de 1999, resolve submeter à consulta pública, para comentários e sugestões do público em geral, proposta de ato normativo em Anexo, conforme deliberado em reunião realizada em 21 de junho de 2016, e eu, Diretor-Presidente Substituto, determino a sua publicação.

Art. 1º Fica aberto, a contar da data de publicação desta Consulta Pública, o prazo de 30 (trinta) dias para que sejam apresentadas críticas e sugestões relativas à proposta de Resolução que inclui a cultura da cana-de-açúcar, na modalidade de emprego (aplicação) sulco de plantio, sem restrições de Limite Máximo de Resíduos (LMR) e Intervalo de Segurança (IS) e a cultura do trigo, na modalidade de emprego (aplicação) foliar, sem restrições de Limite Máximo de Resíduos (LMR) e Intervalo de Segurança (IS), na monografia do ingrediente ativo C55.2 - OXICLORETO DE COBRE.

Art. 2º A proposta de Resolução está disponível na íntegra no site da Anvisa, no endereço eletrônico http://www.anvisa.gov.br, e as sugestões deverão ser encaminhadas por escrito, em formulário próprio, para o endereço: Agência Nacional de Vigilância Sanitária, Gerência Geral de Toxicologia, SIA Trecho 5, Área Especial 57, Brasília/DF, CEP 71.205-050; ou para o fax (61) 3462-5726; ou para o e-mail cp.toxicologia@anvisa.gov.br

§1° O formulário para envio de contribuições permanecerá à disposição dos interessados no endereço eletrônico http://www.anvisa.gov.br/divulga/consulta/index.htm.

§2° As contribuições recebidas serão públicas e permanecerão à disposição de todos no site da Anvisa.

§3° As contribuições não enviadas no formulário de que trata o parágrafo anterior ou recebidas fora do prazo não serão consideradas para efeitos de consolidação do texto final do regulamento.

Art. 3º Findo o prazo estipulado no art. 1º, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária promoverá a análise das contribuições e, após a deliberação da Diretoria Colegiada, disponibilizará o resultado da consulta pública no site da Anvisa.

Parágrafo único. A Agência poderá, conforme necessidade e razões de conveniência e oportunidade, articular-se com os órgãos e entidades envolvidos e aqueles que tenham manifestado interesse na matéria para subsidiar posteriores discussões técnicas e deliberação final da Diretoria Colegiada.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

ANEXO

PROPOSTA EM CONSULTA PÚBLICA
Processo nº: 25351.083454/2008-14, 25351.083431/2008-18 e 25351.065751/2008-88
Agenda Regulatória 2015-16: Não
Assunto: Proposta de Resolução para o ingrediente ativo C55.2 - OXICLORETO DE COBRE, contido na Relação de Monografias dos Ingredientes Ativos de Agrotóxicos, Domissanitários e Preservantes de Madeira, publicada por meio da Resolução - RE N° 165, de 29 de agosto de 2003, DOU de 02 de setembro de 2003.
Área responsável: Gerência Geral de Toxicologia - GGTOX
Relator: Renato Alencar Porto

CONSULTA PÚBLICA Nº 218, DE 28 DE JUNHO DE 2016

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o 15, III e IV aliado ao art. 7º, III, e IV, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, o art. 53, III, §§ 1º e 3º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e tendo em vista o disposto no art. 35 do Decreto nº 3.029, de 16 de abril de 1999, resolve submeter à consulta pública, para comentários e sugestões do público em geral, proposta de ato normativo em Anexo, conforme deliberado em reunião realizada em 21 de junho de 2016, e eu, Diretor-Presidente Substituto, determino a sua publicação.

Art. 1º Fica aberto, a contar da data de publicação desta Consulta Pública, o prazo de 30 (trinta) dias para que sejam apresentadas críticas e sugestões relativas à proposta de Resolução que inclui a cultura de ameixa e nectarina na modalidade de emprego (aplicação) foliar, com LMR de 2,0 mg/kg e IS 10 dias; inclui a cultura de begônia, gérbera, kalanchoe e rosa na modalidade de emprego (aplicação) foliar, como cultura de Uso Não Alimentar (UNA); altera o Limite Máximo de Resíduo (LMR) da cultura da uva, na modalidade de emprego (aplicação) foliar, de 0,2 mg/kg para 0,5 mg/kg e o Intervalo de Segurança (IS) de 21 dias para 07 dias na monografia do ingrediente ativo D36 - DIFENOCONAZOL.

Art. 2º A proposta de Resolução está disponível na íntegra no site da Anvisa, no endereço eletrônico http://www.anvisa.gov.br, e as sugestões deverão ser encaminhadas por escrito, em formulário próprio, para o endereço: Agência Nacional de Vigilância Sanitária, Gerência Geral de Toxicologia, SIA Trecho 5, Área Especial 57, Brasília/DF, CEP 71.205-050; ou para o fax (61) 3462-5726; ou para o e-mail cp.toxicologia@anvisa.gov.br

§1° O formulário para envio de contribuições permanecerá à disposição dos interessados no endereço eletrônico http://www.anvisa.gov.br/divulga/consulta/index.htm.

§2° As contribuições recebidas serão públicas e permanecerão à disposição de todos no site da Anvisa.

§3° As contribuições não enviadas no formulário de que trata o parágrafo anterior ou recebidas fora do prazo não serão consideradas para efeitos de consolidação do texto final do regulamento.

Art. 3º Findo o prazo estipulado no art. 1º, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária promoverá a análise das contribuições e, após a deliberação da Diretoria Colegiada, disponibilizará o resultado da consulta pública no site da Anvisa.

Parágrafo único. A Agência poderá, conforme necessidade e razões de conveniência e oportunidade, articular-se com os órgãos e entidades envolvidos e aqueles que tenham manifestado interesse na matéria para subsidiar posteriores discussões técnicas e deliberação final da Diretoria Colegiada

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

ANEXO

PROPOSTA EM CONSULTA PÚBLICA
Processo nº: 25351.075343/2007-53
Agenda Regulatória 2015-16: Não
Assunto: Proposta de Resolução para o ingrediente ativo D36 - DIFENOCONAZOL, contido na Relação de Monografias dos Ingredientes Ativos de Agrotóxicos, Domissanitários e Preservantes de Madeira, publicada por meio da Resolução - RE N° 165, de 29 de agosto de 2003, DOU de 02 de setembro de 2003.
Área responsável: Gerência Geral de Toxicologia - GGTOX
Relator: Renato Alencar Porto

CONSULTA PÚBLICA N° 219, DE 28 DE JUNHO DE 2016

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o 15, III e IV aliado ao art. 7º, III, e IV, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, o art. 53, III, §§ 1º e 3º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e tendo em vista o disposto no art. 35 do Decreto nº 3.029, de 16 de abril de 1999, resolve submeter à consulta pública, para comentários e sugestões do público em geral, proposta de ato normativo em Anexo, conforme deliberado em reunião realizada em 21 de junho de 2016, e eu, Diretor-Presidente Substituto, determino a sua publicação.

Art. 1º Fica aberto, a contar da data de publicação desta Consulta Pública, o prazo de 30 (trinta) dias para que sejam apresentadas críticas e sugestões relativas à proposta de Resolução que inclui a cultura de coco, dendê, pupunha e açaí na modalidade de emprego (aplicação) foliar, com LMR de 0,05 mg/kg e IS de 01 dia; goiaba, caqui, figo, e carambola na modalidade de emprego (aplicação) foliar, com LMR de 0,3 mg/kg e IS de 01 dia; mandioca, batata doce, beterraba e rabanete na modalidade de emprego (aplicação) foliar, com LMR de 0,02 e IS de 07 dias; pimentão, berinjela, jiló, pimenta e quiabo na modalidade de emprego (aplicação) foliar, com LMR de 0,7 mg/kg e IS de 01 dia; melão e melancia na modalidade de emprego (aplicação) foliar, com LMR de 0,2 mg/kg e IS de 01 dia, na monografia do ingrediente ativo E26 - ESPIROMESIFENO.

Art. 2º A proposta de Resolução está disponível na íntegra no site da Anvisa, no endereço eletrônico http://www.anvisa.gov.br, e as sugestões deverão ser encaminhadas por escrito, em formulário próprio, para o endereço: Agência Nacional de Vigilância Sanitária, Gerência Geral de Toxicologia, SIA Trecho 5, Área Especial 57, Brasília/DF, CEP 71.205-050; ou para o fax (61) 3462-5726; ou para o e-mail cp.toxicologia@anvisa.gov.br

§1° O formulário para envio de contribuições permanecerá à disposição dos interessados no endereço eletrônico http://www.anvisa.gov.br/divulga/consulta/index.htm.

§2° As contribuições recebidas serão públicas e permanecerão à disposição de todos no site da Anvisa.

§3° As contribuições não enviadas no formulário de que trata o parágrafo anterior ou recebidas fora do prazo não serão consideradas para efeitos de consolidação do texto final do regulamento.

Art. 3º Findo o prazo estipulado no art. 1º, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária promoverá a análise das contribuições e, após a deliberação da Diretoria Colegiada, disponibilizará o resultado da consulta pública no site da Anvisa.

Parágrafo único. A Agência poderá, conforme necessidade e razões de conveniência e oportunidade, articular-se com os órgãos e entidades envolvidos e aqueles que tenham manifestado interesse na matéria para subsidiar posteriores discussões técnicas e deliberação final da Diretoria Colegiada

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

ANEXO

PROPOSTA EM CONSULTA PÚBLICA
Processo nº: 25351.034918/2003-54
Agenda Regulatória 2015-16: Não
Assunto: Proposta de Resolução para o ingrediente ativo E26 - ESPIROMESIFENO, contido na Relação de Monografias dos Ingredientes Ativos de Agrotóxicos, Domissanitários e Preservantes de Madeira, publicada por meio da Resolução - RE N° 165, de 29 de agosto de 2003, DOU de 02 de setembro de 2003.
Área responsável: Gerência Geral de Toxicologia - GGTOX
Relator: Renato Alencar Porto

CONSULTA PÚBLICA N° 220, DE 28 DE JUNHO DE 2016

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o 15, III e IV aliado ao art. 7º, III, e IV, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, o art. 53, III, §§ 1º e 3º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e tendo em vista o disposto no art. 35 do Decreto nº 3.029, de 16 de abril de 1999, resolve submeter à consulta pública, para comentários e sugestões do público em geral, proposta de ato normativo em Anexo, conforme deliberado em reunião realizada em 21 de junho de 2016, e eu, Diretor-Presidente Substituto, determino a sua publicação.

Art. 1º Fica aberto, a contar da data de publicação desta Consulta Pública, o prazo de 30 (trinta) dias para que sejam apresentadas críticas e sugestões relativas à proposta de Resolução que altera o limite máximo de resíduos (LMR) de 0,05 para 0,6 mg/kg, nas culturas do brócolis, couve-flor e repolho; altera o LMR de 0,04 para 1,0 mg/kg, na cultura do feijão; altera o LMR de 0,3 para 2,0 mg/kg, na cultura da soja e altera o LMR de 0,02 para 0,01 mg/kg e o intervalo de segurança (IS) de 28 para 106 dias, na cultura da mandioca, na monografia do ingrediente ativo F23.1 - FLUASIFOPE-P-BUTÍLICO.

Art. 2º A proposta de Resolução está disponível na íntegra no site da Anvisa, no endereço eletrônico http://www.anvisa.gov.br, e as sugestões deverão ser encaminhadas por escrito, em formulário próprio, para o endereço: Agência Nacional de Vigilância Sanitária, Gerência Geral de Toxicologia, SIA Trecho 5, Área Especial 57, Brasília/DF, CEP 71.205-050; ou para o fax (61) 3462-5726; ou para o e-mail cp.toxicologia@anvisa.gov.br

§1° O formulário para envio de contribuições permanecerá à disposição dos interessados no endereço eletrônico http://www.anvisa.gov.br/divulga/consulta/index.htm.

§2° As contribuições recebidas serão públicas e permanecerão à disposição de todos no site da Anvisa.

§3° As contribuições não enviadas no formulário de que trata o parágrafo anterior ou recebidas fora do prazo não serão consideradas para efeitos de consolidação do texto final do regulamento.

Art. 3º Findo o prazo estipulado no art. 1º, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária promoverá a análise das contribuições e, após a deliberação da Diretoria Colegiada, disponibilizará o resultado da consulta pública no site da Anvisa.

Parágrafo único. A Agência poderá, conforme necessidade e razões de conveniência e oportunidade, articular-se com os órgãos e entidades envolvidos e aqueles que tenham manifestado interesse na matéria para subsidiar posteriores discussões técnicas e deliberação final da Diretoria Colegiada

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

ANEXO

PROPOSTA EM CONSULTA PÚBLICA
Processo nº: 25351.179419/2009-44
Agenda Regulatória 2015-16: Não
Assunto: Proposta de Resolução para o ingrediente ativo F23.1 - FLUASIFOPE-P-BUTÍLICO, contido na Relação de Monografias dos Ingredientes Ativos de Agrotóxicos, Domissanitários e Preservantes de Madeira, publicada por meio da Resolução - RE N° 165, de 29 de agosto de 2003, DOU de 02 de setembro de 2003.
Área responsável: Gerência Geral de Toxicologia - GGTOX
Relator: Renato Alencar Porto

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

CONSULTA PÚBLICA N° 221, DE 28 DE JUNHO DE 2016

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o 15, III e IV aliado ao art. 7º, III, e IV, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, o art. 53, III, §§ 1º e 3º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e tendo em vista o disposto no art. 35 do Decreto nº 3.029, de 16 de abril de 1999, resolve submeter à consulta pública, para comentários e sugestões do público em geral, proposta de ato normativo em Anexo, conforme deliberado em reunião realizada em 21 de junho de 2016, e eu, Diretor-Presidente Substituto, determino a sua publicação.

Art. 1º Fica aberto, a contar da data de publicação desta Consulta Pública, o prazo de 30 (trinta) dias para que sejam apresentadas críticas e sugestões relativas à proposta de Resolução que inclui a cultura da cana-de-açúcar, na modalidade de emprego (aplicação) sulco, com limite máximo de resíduos (LMR) de 0,3 mg/kg e intervalo de segurança (IS) "não determinado devido a modalidade de emprego" e altera o intervalo de segurança de 30 para 60 dias, na cultura da cana-de-açúcar, modalidade de emprego (aplicação) foliar, na monografia do ingrediente ativo F36 - FLUTRIAFOL.

Art. 2º A proposta de Resolução está disponível na íntegra no site da Anvisa, no endereço eletrônico http://www.anvisa.gov.br, e as sugestões deverão ser encaminhadas por escrito, em formulário próprio, para o endereço: Agência Nacional de Vigilância Sanitária, Gerência Geral de Toxicologia, SIA Trecho 5, Área Especial 57, Brasília/DF, CEP 71.205-050; ou para o fax (61) 3462-5726; ou para o e-mail cp.toxicologia@anvisa.gov.br

§1° O formulário para envio de contribuições permanecerá à disposição dos interessados no endereço eletrônico http://www.anvisa.gov.br/divulga/consulta/index.htm.

§2° As contribuições recebidas serão públicas e permanecerão à disposição de todos no site da Anvisa.

§3° As contribuições não enviadas no formulário de que trata o parágrafo anterior ou recebidas fora do prazo não serão consideradas para efeitos de consolidação do texto final do regulamento.

Art. 3º Findo o prazo estipulado no art. 1º, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária promoverá a análise das contribuições e, após a deliberação da Diretoria Colegiada, disponibilizará o resultado da consulta pública no site da Anvisa.

Parágrafo único. A Agência poderá, conforme necessidade e razões de conveniência e oportunidade, articular-se com os órgãos e entidades envolvidos e aqueles que tenham manifestado interesse na matéria para subsidiar posteriores discussões técnicas e deliberação final da Diretoria Colegiada

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

ANEXO

PROPOSTA EM CONSULTA PÚBLICA
Processo nº: 25351.394115/2011-05
Agenda Regulatória 2015-16: Não
Assunto: Proposta de Resolução para o ingrediente ativo F36 - FLUTRIAFOL, contido na Relação de Monografias dos Ingredientes Ativos de Agrotóxicos, Domissanitários e Preservantes de Madeira, publicada por meio da Resolução - RE N° 165, de 29 de agosto de 2003, DOU de 02 de setembro de 2003.
Área responsável: Gerência Geral de Toxicologia - GGTOX
Relator: Renato Alencar Porto

CONSULTA PÚBLICA N° 222, DE 28 DE JUNHO DE 2016

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o 15, III e IV aliado ao art. 7º, III, e IV, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, o art. 53, III, §§ 1º e 3º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e tendo em vista o disposto no art. 35 do Decreto nº 3.029, de 16 de abril de 1999, resolve submeter à consulta pública, para comentários e sugestões do público em geral, proposta de ato normativo em Anexo, conforme deliberado em reunião realizada em 21 de junho de 2016, e eu, Diretor-Presidente Substituto, determino a sua publicação.

Art. 1º Fica aberto, a contar da data de publicação desta Consulta Pública, o prazo de 30 (trinta) dias para que sejam apresentadas críticas e sugestões relativas à proposta de Resolução que inclui a cultura de cana-de-açúcar na modalidade de emprego (aplicação) dessecação, com LMR de 03 mg/Kg e IS de 14 dias na monografia do ingrediente ativo G05.1 - GLUFOSINATO-SAL DE AMÔNIO.

Art. 2º A proposta de Resolução está disponível na íntegra no site da Anvisa, no endereço eletrônico http://www.anvisa.gov.br, e as sugestões deverão ser encaminhadas por escrito, em formulário próprio, para o endereço: Agência Nacional de Vigilância Sanitária, Gerência Geral de Toxicologia, SIA Trecho 5, Área Especial 57, Brasília/DF, CEP 71.205-050; ou para o fax (61) 3462-5726; ou para o e-mail cp.toxicologia@anvisa.gov.br

§1° O formulário para envio de contribuições permanecerá à disposição dos interessados no endereço eletrônico http://www.anvisa.gov.br/divulga/consulta/index.htm.

§2° As contribuições recebidas serão públicas e permanecerão à disposição de todos no site da Anvisa.

§3° As contribuições não enviadas no formulário de que trata o parágrafo anterior ou recebidas fora do prazo não serão consideradas para efeitos de consolidação do texto final do regulamento.

Art. 3º Findo o prazo estipulado no art. 1º, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária promoverá a análise das contribuições e, após a deliberação da Diretoria Colegiada, disponibilizará o resultado da consulta pública no site da Anvisa.

Parágrafo único. A Agência poderá, conforme necessidade e razões de conveniência e oportunidade, articular-se com os órgãos e entidades envolvidos e aqueles que tenham manifestado interesse na matéria para subsidiar posteriores discussões técnicas e deliberação final da Diretoria Colegiada

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

ANEXO

PROPOSTA EM CONSULTA PÚBLICA
Processo nº: 25000.009231/90-67
Agenda Regulatória 2015-16: Não
Assunto: Proposta de Resolução para o ingrediente ativo G05.1 - glufosinato-sal de amônio, contido na Relação de Monografias dos Ingredientes Ativos de Agrotóxicos, Domissanitários e Preservantes de Madeira, publicada por meio da Resolução - RE N° 165, de 29 de agosto de 2003, DOU de 02 de setembro de 2003.
Área responsável: Gerência Geral de Toxicologia - GGTOX
Relator: Renato Alencar Porto

CONSULTA PÚBLICA N° 223, DE 28 DE JUNHO DE 2016

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o 15, III e IV aliado ao art. 7º, III, e IV, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, o art. 53, III, §§ 1º e 3º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e tendo em vista o disposto no art. 35 do Decreto nº 3.029, de 16 de abril de 1999, resolve submeter à consulta pública, para comentários e sugestões do público em geral, proposta de ato normativo em Anexo, conforme deliberado em reunião realizada em 21 de junho de 2016, e eu, Diretor-Presidente Substituto, determino a sua publicação.

Art. 1º Fica aberto, a contar da data de publicação desta Consulta Pública, o prazo de 30 (trinta) dias para que sejam apresentadas críticas e sugestões relativas à proposta de Resolução que inclui a cultura do amendoim na modalidade de emprego (aplicação) foliar, com LMR de 0,05 mg/Kg e IS de 14 dias, a cultura do arroz na modalidade de emprego (aplicação) foliar, com LMR de 0,2 mg/Kg e IS de 30 dias, a cultura do café na modalidade de emprego (aplicação) foliar, com LMR de 0,5 mg/Kg e IS de 14 dias, a cultura da cenoura na modalidade de emprego (aplicação) foliar, com LMR de 0,05 mg/Kg e IS de 07 dias, altera o LMR de 7,0 para 2,0 mg/kg e IS de 11 para 07 dias na cultura da pastagem, modalidade de emprego (aplicação) foliar, na monografia do ingrediente ativo I13 - IMIDACLOPRIDO.

Art. 2º A proposta de Resolução está disponível na íntegra no site da Anvisa, no endereço eletrônico http://www.anvisa.gov.br, e as sugestões deverão ser encaminhadas por escrito, em formulário próprio, para o endereço: Agência Nacional de Vigilância Sanitária, Gerência Geral de Toxicologia, SIA Trecho 5, Área Especial 57, Brasília/DF, CEP 71.205-050; ou para o fax (61) 3462-5726; ou para o e-mail cp.toxicologia@anvisa.gov.br

§1° O formulário para envio de contribuições permanecerá à disposição dos interessados no endereço eletrônico http://www.anvisa.gov.br/divulga/consulta/index.htm.

§2° As contribuições recebidas serão públicas e permanecerão à disposição de todos no site da Anvisa.

§3° As contribuições não enviadas no formulário de que trata o parágrafo anterior ou recebidas fora do prazo não serão consideradas para efeitos de consolidação do texto final do regulamento.

Art. 3º Findo o prazo estipulado no art. 1º, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária promoverá a análise das contribuições e, após a deliberação da Diretoria Colegiada, disponibilizará o resultado da consulta pública no site da Anvisa.

Parágrafo único. A Agência poderá, conforme necessidade e razões de conveniência e oportunidade, articular-se com os órgãos e entidades envolvidos e aqueles que tenham manifestado interesse na matéria para subsidiar posteriores discussões técnicas e deliberação final da Diretoria Colegiada

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

ANEXO

PROPOSTA EM CONSULTA PÚBLICA
Processo nº: 25351.130727/2011-11 e 25351.772825/2008-90
Agenda Regulatória 2015-16: Não
Assunto: Proposta de Resolução para o ingrediente ativo I13 - IMIDACLOPRIDO, contido na Relação de Monografias dos Ingredientes Ativos de Agrotóxicos, Domissanitários e Preservantes de Madeira, publicada por meio da Resolução - RE N° 165, de 29 de agosto de 2003, DOU de 02 de setembro de 2003.
Área responsável: Gerência Geral de Toxicologia - GGTOX
Relator: Renato Alencar Porto

CONSULTA PÚBLICA N° 224, DE 28 DE JUNHO DE 2016

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o 15, III e IV aliado ao art. 7º, III, e IV, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, o art. 53, III, §§ 1º e 3º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e tendo em vista o disposto no art. 35 do Decreto nº 3.029, de 16 de abril de 1999, resolve submeter à consulta pública, para comentários e sugestões do público em geral, proposta de ato normativo em Anexo, conforme deliberado em reunião realizada em 21 de junho de 2016, e eu, Diretor-Presidente Substituto, determino a sua publicação.

Art. 1º Fica aberto, a contar da data de publicação desta Consulta Pública, o prazo de 30 (trinta) dias para que sejam apresentadas críticas e sugestões relativas à proposta de Resolução que inclui a cultura de alface, acelga, agrião, almeirão, chicória, espinafre, mostarda e rúcula na modalidade de emprego (aplicação) foliar, com LMR de 0,05 mg/kg e IS de 01 dia; maçã, pêssego, ameixa, nectarina, nêspera e pera na modalidade de emprego (aplicação) foliar, com LMR de 0,3 mg/kg e IS de 07 dias; uva, na modalidade de emprego (aplicação) foliar, com LMR de 0,07 e IS de 21 dias; abóbora, abobrinha, chuchu e maxixe na modalidade de emprego (aplicação) foliar, com LMR de 0,5 mg/kg e IS de 01 dia; na monografia do ingrediente ativo I21 - INDOXACARBE.

Art. 2º A proposta de Resolução está disponível na íntegra no site da Anvisa, no endereço eletrônico http://www.anvisa.gov.br, e as sugestões deverão ser encaminhadas por escrito, em formulário próprio, para o endereço: Agência Nacional de Vigilância Sanitária, Gerência Geral de Toxicologia, SIA Trecho 5, Área Especial 57, Brasília/DF, CEP 71.205-050; ou para o fax (61) 3462-5726; ou para o e-mail cp.toxicologia@anvisa.gov.br

§1° O formulário para envio de contribuições permanecerá à disposição dos interessados no endereço eletrônico http://www.anvisa.gov.br/divulga/consulta/index.htm.

§2° As contribuições recebidas serão públicas e permanecerão à disposição de todos no site da Anvisa.

§3° As contribuições não enviadas no formulário de que trata o parágrafo anterior ou recebidas fora do prazo não serão consideradas para efeitos de consolidação do texto final do regulamento.

Art. 3º Findo o prazo estipulado no art. 1º, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária promoverá a análise das contribuições e, após a deliberação da Diretoria Colegiada, disponibilizará o resultado da consulta pública no site da Anvisa.

Parágrafo único. A Agência poderá, conforme necessidade e razões de conveniência e oportunidade, articular-se com os órgãos e entidades envolvidos e aqueles que tenham manifestado interesse na matéria para subsidiar posteriores discussões técnicas e deliberação final da Diretoria Colegiada

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

ANEXO

PROPOSTA EM CONSULTA PÚBLICA
Processo nº: 25351.018806/2007-80
Agenda Regulatória 2015-16: Não
Assunto: Proposta de Resolução para o ingrediente ativo I21 - INDOXACARBE, contido na Relação de Monografias dos Ingredientes Ativos de Agrotóxicos, Domissanitários e Preservantes de Madeira, publicada por meio da Resolução - RE N° 165, de 29 de agosto de 2003, DOU de 02 de setembro de 2003.
Área responsável: Gerência Geral de Toxicologia - GGTOX
Relator: Renato Alencar Porto

CONSULTA PÚBLICA N° 225, DE 28 DE JUNHO DE 2016

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o 15, III e IV aliado ao art. 7º, III, e IV, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, o art. 53, III, §§ 1º e 3º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e tendo em vista o disposto no art. 35 do Decreto nº 3.029, de 16 de abril de 1999, resolve submeter à consulta pública, para comentários e sugestões do público em geral, proposta de ato normativo em Anexo, conforme deliberado em reunião realizada em 21 de junho de 2016, e eu, Diretor-Presidente Substituto, determino a sua publicação.

Art. 1º Fica aberto, a contar da data de publicação desta Consulta Pública, o prazo de 30 (trinta) dias para que sejam apresentadas críticas e sugestões relativas à proposta de Resolução que inclui a cultura da cana-de-açúcar, na Modalidade de Emprego (Aplicação) sulco de plantio, com Limite Máximo de Resíduos de 0,01 mg/kg e Intervalo de Segurança "Não determinado devido a modalidade de emprego", na monografia do ingrediente ativo T30 - TIODICARBE.

Art. 2º A proposta de Resolução está disponível na íntegra no site da Anvisa, no endereço eletrônico http://www.anvisa.gov.br, e as sugestões deverão ser encaminhadas por escrito, em formulário próprio, para o endereço: Agência Nacional de Vigilância Sanitária, Gerência Geral de Toxicologia, SIA Trecho 5, Área Especial 57, Brasília/DF, CEP 71.205-050; ou para o fax (61) 3462-5726; ou para o e-mail cp.toxicologia@anvisa.gov.br

§1° O formulário para envio de contribuições permanecerá à disposição dos interessados no endereço eletrônico http://www.anvisa.gov.br/divulga/consulta/index.htm.

§2° As contribuições recebidas serão públicas e permanecerão à disposição de todos no site da Anvisa.

§3° As contribuições não enviadas no formulário de que trata o parágrafo anterior ou recebidas fora do prazo não serão consideradas para efeitos de consolidação do texto final do regulamento.

Art. 3º Findo o prazo estipulado no art. 1º, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária promoverá a análise das contribuições e, após a deliberação da Diretoria Colegiada, disponibilizará o resultado da consulta pública no site da Anvisa.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Parágrafo único. A Agência poderá, conforme necessidade e razões de conveniência e oportunidade, articular-se com os órgãos e entidades envolvidos e aqueles que tenham manifestado interesse na matéria para subsidiar posteriores discussões técnicas e deliberação final da Diretoria Colegiada

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

ANEXO

PROPOSTA EM CONSULTA PÚBLICA
Processo nº: 25351.343434/2007-27
Agenda Regulatória 2015-16: Não
Assunto: Proposta de Resolução para o ingrediente ativo T30 - TIODICARBE, contido na Relação de Monografias dos Ingredientes Ativos de Agrotóxicos, Domissanitários e Preservantes de Madeira, publicada por meio da Resolução - RE N° 165, de 29 de agosto de 2003, DOU de 02 de setembro de 2003.
Área responsável: Gerência Geral de Toxicologia - GGTOX
Relator: Renato Alencar Porto

RETIFICAÇÃO

No Aresto nº 134, de 2 de outubro de 2015, publicado no Diário Oficial da União n° 190, de 05 de outubro de 2015, Seção 01 pág. 678.
Onde se lê:
AUTUADO: DLW INDUSTRIA e COMERCIO LTDA
25351.293893/2004-18 - AIS:413604/04-7 - GPROP/ANVISA
Negar provimento ao recurso interposto mantendo a Penalidade de Multa no valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais). Reunião de 05 de fevereiro de 2015
Leia-se:
AUTUADO: DLW INDUSTRIA e COMERCIO LTDA
25351.293893/2004-18 - AIS:413604/04-7 - GPROP/ANVISA
Negar provimento ao recurso interposto majorando a penalidade de multa para o valor de R$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais). Reunião Ordinária Pública - ROP nº 003/2015, realizada em 05/02/2015.

DIRETORIA DE GESTÃO INSTITUCIONAL
GERÊNCIA-GERAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA DE INFRAÇÕES SANITÁRIAS

RETIFICAÇÕES

No Despacho do Coordenador nº 30, de 15 de março de 2016, publicado no Diário Oficial da União n° 51, de 16 de março de 2016, Seção 01 pág. 32-34.
Onde se lê:
AUTUADO: LUCAS DE OLIVEIRA DAMACENO CNPJ/CPF: 011.713.840-17 25351.328758/2011-70 - AIS: 457631/11-4 - GGFIS/ANVISA
PENALIDADE DE ARQUIVAMENTO POR INSUBSISTÊNCIA
Leia-se:
AUTUADO: LUCAS DE OLIVEIRA DAMACENO CNPJ/CPF: 011.713.840-17 25351.328758/2011-70 - AIS: 457631/11-4 - GGFIS/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 2.000,00 (DOIS MIL REAIS)

No Despacho do Coordenador nº 37, de 28 de março de 2016, publicado no Diário Oficial da União n° 59, de 29 de março de 2016, Seção 01 pág. 53-54.
Onde se lê:
AUTUADO: COSTA CRUZEIROS AGENCIA MARITIMA E TURISMO LTDA CNPJ/CPF: 61.450.292/0001-59
25757.791230/2010-00 - AIS:749906/10-0 - GGPAF/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR INSUBSISTÊNCIA
Leia-se:
AUTUADO: COSTA CRUZEIROS AGENCIA MARITIMA E TURISMO LTDA CNPJ/CPF: 61.450.292/0001-59
25757.791230/2010-00 - AIS:749906/10-0 - GGPAF/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR INCIDÊNCIA DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE

No Despacho do Coordenador nº 44, de 27 de abril de 2016, publicado no Diário Oficial da União n° 80, de 28 de abril de 2016, Seção 1, pág. 79-80.
Onde se lê:
AUTUADO: LIBBS FARMACÊUTICA LTDA CNPJ/CPF: 61.230.314/0001-75 25767.276956/2008-13 - AIS:351883/08-3 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais)
Leia-se:
AUTUADO: LIBBS FARMACÊUTICA LTDA CNPJ/CPF: 61.230.314/0001-75 25767.276956/2008-13 - AIS:351883/08-3 - GGPAF/ANVISA
Retratar na íntegra a decisão recorrível, solicitando nova notificação do Auto de Infração Sanitária nº 094/2007 - CVPAF-SP/ANVISA.

FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE

PORTARIA Nº 488, DE 28 DE JUNHO DE 2016

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE, no uso das atribuições que lhe confere o art. 14, incisos II e XII, do Anexo I, do Decreto nº 7.335, de 19.10.2010, publicado no Diário Oficial da União, de 20.10.2010,
Considerando que até a presente data não há sistemática de bloqueio de contas específicas de transferência voluntária, no âmbito do Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse/Siconv, após a liberação dos recursos, resolve:
Art. 1º - Alterar o Inciso I do Art. 3º da Portaria 637, de 23 de julho de 2014, no que se refere as transferências voluntárias, passando a ter a seguinte redação:
"I - Após a liberação na conta específica do instrumento, os recursos permanecerão aplicados pela instituição financeira, em conformidade com o disposto nos incisos I e II do §1º do art. 54 da Portaria CGU/MF/MP nº. 507/2011 e estarão disponíveis para ser empregados em sua finalidade, obedecendo o fluxo regular do Siconv para a inclusão dos documentos pelo convenente, a seguir elencados, quando se tratar de execução indireta de obras:
a) Cópia da homologação da licitação;
b) Cópia da planilha orçamentária licitada;
c) Cópia da Ordem de Serviço para início das obras;
d) Cópia das Anotações de Responsabilidade Técnica - ART de execução e fiscalização, do CREA, assinadas pelo responsável técnico de execução e responsável técnico pela fiscalização da obra, com a assinatura e aprovação do representante legal do ente beneficiário do recurso;
e) Comprovação de depósito da contrapartida proporcional, quando prevista no plano de trabalho, na conta específica do instrumentode repasse, a cada liberação de parcela;
f) Cópia do CEI - Cadastro Específico do INSS;
g) Cópia de documento com código e descrição da atividade econômica principal da empresa executora de serviços, conforme Classificação Nacional de Atividade Econômica - CNAE 2.0."
Art 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MÁRCIO ENDLES LIMA VALE

SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE

PORTARIA Nº 777, DE 28 DE JUNHO DE 2016

Defere, sob condição resolutiva, a adesão de Entidades ao Programa de Fortalecimento das Entidades Privadas Filantrópicas e das Entidades sem Fins Lucrativos que Atuam na Área da Saúde e que Participam de Forma Complementar do Sistema Único de Saúde (PROSUS).

A Secretária de Atenção à Saúde - Substituta, no uso de suas atribuições,
Considerando a Lei n° 12.873, de 24 de outubro de 2013, que instituiu o Programa de Fortalecimento das Entidades Privadas Filantrópicas e das Entidades sem Fins Lucrativos que Atuam na Área da Saúde e que Participam de Forma Complementar do Sistema Único de Saúde (PROSUS);
Considerando a Portaria nº 3.076/GM/MS, de 12 de dezembro de 2013, que delega competência ao Secretário de Atenção à Saúde para execução do PROSUS;
Considerando a Portaria nº 535/GM/MS, de 8 de abril de 2014, que estabelece normas para a execução no âmbito do Ministério da Saúde, do PROSUS; de que trata a Lei nº 12.873, de 24 de outubro de 2013; e
Considerando a Nota Técnica nº 46/2014-CGAGPS/DCEBAS/SAS/MS, que concluiu pelo deferimento, sob condição resolutiva, dos processos de Adesão ao PROSUS que foram protocolados tempestivamente no Ministério da Saúde, resolve:
Art. 1º Fica deferida, sob condição resolutiva, a adesão ao Programa de Fortalecimento das Entidades Privadas Filantrópicas e das Entidades sem Fins Lucrativos que Atuam na Área da Saúde e que Participam de Forma Complementar do Sistema Único de Saúde (PROSUS), processo nº 25000.001111/2016-30, do Instituto de Assistência Vale do Una, CNPJ nº 13.296.018/0001-24, com sede em Palmares (PE).
Art. 2º Fica deferida, sob condição resolutiva, a adesão ao PROSUS, processo nº 25000.017896/2016-62 do Hospital Regional Darcy Vargas, CNPJ nº 31.517.413/0001-65, com sede em Rio Bonito (RJ).
Art. 3º Fica deferida, sob condição resolutiva, a adesão ao PROSUS, processo nº 25000.044977/2016-35, da Fundação José Theodoro de Andrade, CNPJ nº 29.989.811/0001-49, com sede em Itaguaçu (ES).
Art. 4º Fica deferida, sob condição resolutiva, a adesão ao PROSUS, processo nº 25000.045643/2016-89, da Sociedade Hospitalar Beneficente de Andirá, CNPJ nº 78.038.114/0001-18, com sede em Andirá (PR).
Art. 5º Fica deferida, sob condição resolutiva, a adesão ao PROSUS, processo nº 25000.044406/2016-09, da Casa de Caridade São José, CNPJ nº 27.037.969/0001-93, com sede em Alegre (ES).
Art. 6º Fica deferida, sob condição resolutiva, a adesão ao PROSUS, processo nº 25000.044419/2016-70, do Monte Tabor Centro Ítalo Brasileiro de Promoção Sanitária, CNPJ nº 13.926.639/0001-44, com sede em Salvador (BA).
Art. 7º Fica deferida, sob condição resolutiva, a adesão ao PROSUS), processo nº 25000.044899/2016-79, do Movimento de Educação Promoção do ES - Hospital e Maternidade Anchieta, CNPJ nº 27.097.229/0001-42, com sede em Anchieta (ES).
Art. 8º Fica deferida, sob condição resolutiva, a adesão ao PROSUS, processo nº 25000.045368/2016-01, do Hospital Nossa Senhora Auxiliadora, CNPJ nº 19.314.442/0001-30, com sede em Caratinga (MG).
Art. 9º Fica deferida, sob condição resolutiva, a adesão ao PROSUS, processo nº 25000.038532/2016-16, da Sociedade Portuguesa Beneficente do Amazonas, CNPJ nº 04.382.792/0001-67, com sede em Manaus (AM).
Art. 10 Fica deferida, sob condição resolutiva, a adesão ao PROSUS, processo nº 25000.039070/2016-54, do Instituto Pestolozzi de Canoas, CNPJ nº 88.326.277/0001-50, com sede em Canoas (RS).
Art. 11 Fica deferida, sob condição resolutiva, a adesão ao PROSUS), processo nº 25000.041963/2016-60, da Santa Casa de Bom Jardim, CNPJ nº 28.791.671/0001-37, com sede em Bom Jardim (RJ).
Art. 12 Fica deferida, sob condição resolutiva, a adesão ao PROSUS, processo nº 25000.026314/2016-39, da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia da Cidade de Nazaré, CNPJ nº 14.848.618/0001-10, com sede em Nazaré (BA).
Art. 13 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLEUSA RODRIGUES DA SILVEIRA BERNARDO

PORTARIA Nº 778, DE 28 DE JUNHO DE 2016

Defere a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, do Instituto Madre Teresa de Apoio a Vida, com sede em Brejo Santo (CE).

A Secretária de Atenção à Saúde - Substituta, no uso de suas atribuições,
Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social;
Considerando o Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, que regulamenta a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009;
Considerando a competência prevista no art. 3º da Portaria nº 834/GM/MS, de 26 de abril de 2016; e
Considerando o Parecer Técnico nº 229/2016-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.192011/2012-80/MS, que concluiu terem sido atendidos os requisitos constantes da Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009, do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:
Art. 1º Fica deferida a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), do Instituto Madre Teresa de Apoio a Vida, CNPJ nº 06.272.659/0001-83, com sede em Brejo Santo (CE).
Parágrafo único. A Concessão terá validade pelo período de 03 (três) anos a contar da data de publicação no Diário Oficial da União - DOU.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLEUSA RODRIGUES DA SILVEIRA BERNARDO

PORTARIA Nº 779, DE 28 DE JUNHO DE 2016

Defere a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, da Santa Casa de Misericórdia de Juiz de Fora, com sede em Juiz de Fora (MG).

A Secretária de Atenção à Saúde - Substituta, no uso de suas atribuições,
Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social;
Considerando o Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, que regulamenta a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009;
Considerando a competência prevista no art. 3º da Portaria nº 834/GM/MS, de 26 de abril de 2016; e
Considerando o Parecer Técnico nº 232/2016-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.114424/2015-76/MS, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:
Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Santa Casa de Misericórdia de Juiz de Fora, CNPJ nº 21.575.709/0001-95, com sede em Juiz de Fora (MG).
Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 24 de janeiro de 2016 a 23 de janeiro de 2019.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLEUSA RODRIGUES DA SILVEIRA BERNARDO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PORTARIA Nº 780, DE 28 DE JUNHO DE 2016

Defere a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, da Fundação Frei Antonino Puglisi, com sede em Uberlândia (MG).

A Secretária de Atenção à Saúde - Substituta, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social;

Considerando o Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, que regulamenta a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009;

Considerando a competência prevista no art. 3º da Portaria nº 834/GM/MS, de 26 de abril de 2016; e

Considerando o Parecer Técnico nº 222/2016-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.189712/2014-01/MS, que concluiu terem sido atendidos os requisitos constantes da Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009, do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, pela prestação de serviços ao SUS de atendimento e acolhimento a pessoas com transtornos decorrentes do uso, abuso ou dependência de substância psicoativa, da Fundação Frei Antonino Puglisi, CNPJ nº 00.426.476/0001-99, com sede em Uberlândia (MG).

Parágrafo único. A Concessão terá validade pelo período de 03 (três) anos a contar da data de publicação no Diário Oficial da União - DOU.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLEUSA RODRIGUES DA SILVEIRA BERNARDO

PORTARIA Nº 781, DE 28 DE JUNHO DE 2016

Defere a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, do Instituto Jundiaiense Luiz Braille, com sede em Jundiaí (SP).

A Secretária de Atenção à Saúde - Substituta, no uso de suas atribuições,

Considerando o disposto no inciso I do art. 21 c/c arts. 35 da Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e alterações contidas na Lei nº 12.868/2013, de 15 de outubro de 2013;

Considerando o Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, que regulamenta a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009;

Considerando a competência prevista no art. 3º da Portaria nº 834/GM/MS, de 26 de abril de 2016; e

Considerando o Parecer Técnico nº 208/2016-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.159841/2010-33/MS que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), do Instituto Jundiaiense Luiz Braille, CNPJ nº 50.958.859/0001-86, com sede em Jundiaí (SP).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 15 de fevereiro de 2011 a 14 de fevereiro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLEUSA RODRIGUES DA SILVEIRA BERNARDO

PORTARIA Nº 782, DE 28 DE JUNHO DE 2016

Defere a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, do Instituto Nossa Senhora do Carmo, com sede em Barroso (MG).

A Secretária de Atenção à Saúde-Substituta, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social;

Considerando o Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, que regulamenta a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009;

Considerando a competência prevista no art. 3º da Portaria nº 834/GM/MS, de 26 de abril de 2016; e

Considerando os Pareceres Técnicos nº 357/2015 e 238/2016-CGCER/DCEBAS/SAS/MS e nº 148377/2015-MDS, constantes do Processo nº 25000.108693/2012-51/MS, que concluíram pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento) e serviços relativos à Assistência Social, do Instituto Nossa Senhora do Carmo, CNPJ nº 60.742.616/0001-60, com sede em Barroso (MG).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 1º de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLEUSA RODRIGUES DA SILVEIRA BERNARDO

PORTARIA Nº 783, DE 28 DE JUNHO DE 2016

Defere a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, da Associação Franciscana de Assistência à Saúde, com sede em Santa Maria (RS).

A Secretária de Atenção à Saúde - Substituta, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social;

Considerando o Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, que regulamenta a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009;

Considerando a competência prevista no art. 3º da Portaria nº 834/GM/MS, de 26 de abril de 2016; e

Considerando o Parecer Técnico nº 231/2016-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.110888/2012-61/MS, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Associação Franciscana de Assistência à Saúde, CNPJ nº 03.066.309/0001-72, com sede em Santa Maria (RS).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 23 de dezembro de 2012 a 22 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLEUSA RODRIGUES DA SILVEIRA BERNARDO

PORTARIA Nº 784, DE 28 DE JUNHO DE 2016

Defere a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, da Associação Obras Sociais Irmã Dulce, com sede em Salvador (BA).

A Secretária de Atenção à Saúde - Substituta, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social;

Considerando o Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, que regulamenta a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009;

Considerando a competência prevista no art. 3º da Portaria nº 834/GM/MS, de 26 de abril de 2016; e

Considerando os Pareceres Técnicos nº 565/2015 e 243/2016-CGCER/DCEBAS/SAS/MS e a Nota Técnica nº 149231/2015/MDS, constantes do Processo nº 25000.131603/2012-25/MS, que concluíram pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Associação Obras Sociais Irmã Dulce, CNPJ nº 15.178.551/0001-17, com sede em Salvador (BA).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 1º de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLEUSA RODRIGUES DA SILVEIRA BERNARDO

PORTARIA Nº 785, DE 28 DE JUNHO DE 2016

Defere a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, da Associação Educacional e Caritativa, com sede em Passo Fundo (RS).

A Secretária de Atenção à Saúde - Substituta, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social;

Considerando o Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, que regulamenta a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009;

Considerando a competência prevista no art. 3º da Portaria nº 834/GM/MS, de 26 de abril de 2016; e

Considerando o Parecer Técnico nº 248/2016-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.117772/2015-03/MS, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Associação Educacional e Caritativa, CNPJ nº 89.428.734/0001-80, com sede em Passo Fundo (RS).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 1º de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLEUSA RODRIGUES DA SILVEIRA BERNARDO

PORTARIA Nº 786, DE 28 DE JUNHO DE 2016

Defere a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, da Associação de Proteção e Assistência à Maternidade e à Infância de Apodi, com sede em Apodi (RN).

A Secretária de Atenção à Saúde - Substituta, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social;

Considerando o Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, que regulamenta a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009;

Considerando a competência prevista no art. 3º da Portaria nº 834/GM/MS, de 26 de abril de 2016; e

Considerando o Parecer Técnico nº 250/2016-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.215080/2013-50/MS, que concluiu terem sido atendidos os requisitos constantes da Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009, do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Associação de Proteção e Assistência à Maternidade e à Infância de Apodi, CNPJ nº 08.041.907/0001-00, com sede em Apodi (RN).

Parágrafo único. A Concessão terá validade pelo período de 03 (três) anos a contar da data de publicação no Diário Oficial da União - DOU.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLEUSA RODRIGUES DA SILVEIRA BERNARDO

PORTARIA Nº 787, DE 28 DE JUNHO DE 2016

Defere a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, da Santa Casa de Misericórdia de Campos Altos, com sede em Campos Altos (MG).

A Secretária de Atenção à Saúde - Substituta, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social;

Considerando o Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, que regulamenta a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009;

Considerando a competência prevista no art. 3º da Portaria nº 834/GM/MS, de 26 de abril de 2016; e

Considerando o Parecer Técnico nº 244/2016-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.107736/2015-23/MS, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009 e do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Santa Casa de Misericórdia de Campos Altos, CNPJ nº 19.191.550/0001-63, com sede em Campos Altos (MG).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 21 de julho de 2015 a 20 de julho de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLEUSA RODRIGUES DA SILVEIRA BERNARDO

PORTARIA Nº 788, DE 28 DE JUNHO DE 2016

Defere a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, da Associação Hospital Beneficente São Roque, com sede em Carlos Barbosa (RS).

A Secretária de Atenção à Saúde - Substituta, no uso de suas atribuições,

Considerando o disposto no inciso I do art. 21 c/c arts. 35 da Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e alterações contidas na Lei nº 12.868/2013, de 15 de outubro de 2013;

Considerando o Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, que regulamenta a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Considerando a competência prevista no art. 3º da Portaria nº 834/GM/MS, de 26 de abril de 2016; e

Considerando os Pareceres Técnicos nºs 81/2015 e 226/2016-CGCER/DCEBAS/SAS/MS e Nota Técnica nº 147140/2015/MDS, constante do Processo nº 25000.052754/2010-56/MS que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, pela prestação de serviços ao SUS em percentual inferior a 60% (sessenta por cento) e a aplicação de percentual de sua receita efetivamente recebida, da prestação de serviços em gratuidade, da Associação Hospital Beneficente São Roque, CNPJ nº 90.054.206/0001-97, com sede em Carlos Barbosa (RS).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 1º de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLEUSA RODRIGUES DA SILVEIRA BERNARDO

PORTARIA Nº 789, DE 28 DE JUNHO DE 2016

Defere a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, da Associação Franciscana São José de Urubici, com sede em Urubici (SC).

A Secretária de Atenção à Saúde - Substituta, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social;

Considerando o Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, que regulamenta a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009;

Considerando a competência prevista no art. 3º da Portaria nº 834/GM/MS, de 26 de abril de 2016; e

Considerando o Parecer Técnico nº 249/2016-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.099937/2015-40/MS, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Associação Franciscana São José de Urubici, CNPJ nº 86.517.638/0001-10, com sede em Urubici (SC).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 19 de dezembro de 2015 a 18 de dezembro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLEUSA RODRIGUES DA SILVEIRA BERNARDO

PORTARIA Nº 790, DE 28 DE JUNHO DE 2016

Defere a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, da Associação Espírita Vicente de Paulo, com sede em Espírito Santo do Pinhal (SP).

A Secretária de Atenção à Saúde - Substituta, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social;

Considerando o Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, que regulamenta a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009;

Considerando a competência prevista no art. 3º da Portaria nº 834/GM/MS, de 26 de abril de 2016; e

Considerando o Parecer Técnico nº 245/2016-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.125121/2015-89/MS, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Associação Espírita Vicente de Paulo, CNPJ nº 54.228.366/0001-41, com sede em Espírito Santo do Pinhal (SP).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 1º de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLEUSA RODRIGUES DA SILVEIRA BERNARDO

PORTARIA Nº 791, DE 28 DE JUNHO DE 2016

Defere a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, do Centro Espírita Discípulos de Jesus, com sede em Campo Grande (MS).

A Secretária de Atenção à Saúde - Substituta, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social;

Considerando o Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, que regulamenta a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009;

Considerando a competência prevista no art. 3º da Portaria nº 834/GM/MS, de 26 de abril de 2016; e

Considerando o Parecer Técnico nº 246/2016-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.091219/2012-82/MS, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), do Centro Espírita Discípulos de Jesus, CNPJ nº 03.267.101/0001-11, com sede em Campo Grande (MS).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 1º de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLEUSA RODRIGUES DA SILVEIRA BERNARDO

PORTARIA Nº 792, DE 28 DE JUNHO DE 2016

Defere a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, da Sociedade Acarauense de Proteção e Assistência à Maternidade e à Infância, com sede em Acaraú (CE).

A Secretária de Atenção à Saúde - Substituta, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social;

Considerando o Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, que regulamenta a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009;

Considerando a competência prevista no art. 3º da Portaria nº 834/GM/MS, de 26 de abril de 2016; e

Considerando o Parecer Técnico nº 234/2016-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.116302/2015-14/MS, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Sociedade Acarauense de Proteção e Assistência à Maternidade e à Infância, CNPJ nº 07.003.288/0001-05, com sede em Acaraú (CE).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 08 de agosto de 2015 a 07 de agosto de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLEUSA RODRIGUES DA SILVEIRA BERNARDO

PORTARIA Nº 793, DE 28 DE JUNHO DE 2016

Defere a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, da Santa Casa de Misericórdia de Paraguaçu Paulista, com sede em Paraguaçu Paulista (SP).

A Secretária de Atenção à Saúde - Substituta, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social;

Considerando o Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, que regulamenta a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009;

Considerando a competência prevista no art. 3º da Portaria nº 834/GM/MS, de 26 de abril de 2016; e

Considerando o Parecer Técnico nº 235/2016-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.128204/2015-20/MS, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Santa Casa de Misericórdia de Paraguaçu Paulista, CNPJ nº 53.638.649/0001-07, com sede em Paraguaçu Paulista (SP).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 1º de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLEUSA RODRIGUES DA SILVEIRA BERNARDO

PORTARIA Nº 794, DE 28 DE JUNHO DE 2016

Defere a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, do Hospital de Caridade São Francisco de Assis, com sede em Rio Azul (PR).

A Secretária de Atenção à Saúde - Substituta, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social;

Considerando o Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, que regulamenta a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009;

Considerando a competência prevista no art. 3º da Portaria nº 834/GM/MS, de 26 de abril de 2016; e

Considerando o Parecer Técnico nº 236/2016-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.121241/2015-15/MS, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), do Hospital de Caridade São Francisco de Assis, CNPJ nº 80.759.111/0001-15, com sede em Rio Azul (PR).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 25 de fevereiro de 2016 a 24 de fevereiro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLEUSA RODRIGUES DA SILVEIRA BERNARDO

PORTARIA Nº 795, DE 28 DE JUNHO DE 2016

Defere a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, da Sociedade Beneficente São Camilo, com sede em São Paulo (SP).

A Secretária de Atenção à Saúde - Substituta, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social;

Considerando o Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, que regulamenta a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009;

Considerando a competência prevista no art. 3º da Portaria nº 834/GM/MS, de 26 de abril de 2016; e

Considerando os Pareceres Técnicos nºs 563/2015 e 240/2016-CGCER/DCEBAS/SAS/MS e 149183/2016/MDS, constante do Processo nº 25000.112657/2012-91/MS, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento) e serviços relativos à Assistência Social, da Sociedade Beneficente São Camilo, CNPJ nº 60.975.737/0001-51, com sede em São Paulo (SP).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 01 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLEUSA RODRIGUES DA SILVEIRA BERNARDO

PORTARIA Nº 796, DE 28 DE JUNHO DE 2016

Defere a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, da Casa de David Tabernáculo Espírita para Excepcionais, com sede em São Paulo (SP).

A Secretária de Atenção à Saúde - Substituta, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social;

Considerando o Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, que regulamenta a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009;

Considerando a competência prevista no art. 3º da Portaria nº 834/GM/MS, de 26 de abril de 2016; e

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Considerando os Pareceres Técnicos nº 508/2015 e 237/2016-CGCER/DCEBAS/SAS/MS e a Nota Técnica nº 148862/2015/MDS, constantes do Processo nº 25000.086789/2012-51/MS, que concluíram pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento) e serviços relativos à Assistência Social, da Casa de David Tabernáculo Espírita para Excepcionais, CNPJ nº 61.957.627/0001-20, com sede em São Paulo (SP).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 1º de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLEUSA RODRIGUES DA SILVEIRA BERNARDO

PORTARIA Nº 797, DE 28 DE JUNHO DE 2016

Defere a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, da Casa de Saúde Santa Marcelina, com sede em São Paulo (SP).

A Secretária de Atenção à Saúde - Substituta, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social;

Considerando o Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, que regulamenta a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009;

Considerando a competência prevista no art. 3º da Portaria nº 834/GM/MS, de 26 de abril de 2016; e

Considerando os Pareceres Técnicos nºs 633/2015 e 239/2016-CGCER/DCEBAS/SAS/MS e nº 149500/2016/MDS, constante do Processo nº 25000.108693/2012-51/MS, que concluíram pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento) e serviços relativos à Assistência Social, da Casa de Saúde Santa Marcelina, CNPJ nº 60.742.616/0001-60, com sede em São Paulo (SP).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 1º de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLEUSA RODRIGUES DA SILVEIRA BERNARDO

PORTARIA Nº 798, DE 28 DE JUNHO DE 2016

Defere a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, da Irmandade da Santa Casa de Caridade de Machado, com sede em Machado (MG).

A Secretária de Atenção à Saúde - Substituta, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social;

Considerando o Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, que regulamenta a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009;

Considerando a competência prevista no art. 3º da Portaria nº 834/GM/MS, de 26 de abril de 2016; e

Considerando o Parecer Técnico nº 252/2016-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.007871/2013-16/MS, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Irmandade da Santa Casa de Caridade de Machado, CNPJ nº 22.228.571/0001-10, com sede em Machado (MG).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 1º de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLEUSA RODRIGUES DA SILVEIRA BERNARDO

COMER

Uma viagem no tem
MUSEU DA IMPRENSA
Dedicado à preservação de publicações oficiais, maquinaria e peças relevantes para o estudo da história da imprensa no Brasil.
VISITAÇÃO:
de segunda a sexta-feira, das 8h às 17h;
SIG - Quadra 6 - Lote 800, Brasília-DF.

Ministério das Cidades

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 278, DE 28 DE JUNHO DE 2016

Altera a Portaria n° 748, de 1° de dezembro de 2014.

O MINISTRO DE ESTADO DAS CIDADES, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, o inciso XI do art. 27 da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, o art. 1º do Anexo I do Decreto nº 4.665, de 3 de abril de 2003,

considerando o subitem 7.2 do Manual de Instruções para Contratação e Execução dos Programas e Ações do Ministério das Cidades inseridos no Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, aprovado pela Portaria nº 164, 12 de abril de 2013, do Ministério das Cidades, publicada no Diário Oficial da União em 15 de abril de 2013, seção 1, página 101, resolve:

Art. 1º Alterar a Portaria n° 748, de 1° de dezembro de 2014, publicada no Diário Oficial da União em 2 de dezembro de 2014, seção 1, página 38, que passa a vigorar com alteração dos artigos 2° e 3°, conforme abaixo transcrito:

"Art. 1º (...)

Art. 2º É facultado à Secretaria Executiva do Ministério das Cidades autorizar eventual requerimento ou solicitação de prorrogação, a partir de solicitação do proponente, acompanhada de justificativa e parecer favorável da Mandatária, com antecedência mínima de 30 dias do vencimento do prazo, bem como de análise técnica, motivada e conclusiva da Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana.

Art. 3º Empreendimentos contratados com cláusula suspensiva antes desta Portaria, poderão ter seus prazos revisados por autorização da Secretaria Executiva do Ministério das Cidades, mediante solicitação do proponente, acompanhada de justificativa e parecer favorável da Mandatária, bem como de análise técnica, motivada e conclusiva da Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana.

(...)"

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO ARAÚJO

PORTARIA Nº 279, DE 28 DE JUNHO DE 2016

Restabelece a competência prevista item 19.3 do Manual de Instruções para Contratação e Execução dos Programas e Ações do Ministério das Cidades inseridos no Programa de Aceleração do Crescimento - PAC.

O MINISTRO DE ESTADO DAS CIDADES, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, o inciso XI do art. 27 da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, o art. 1º do Anexo I do Decreto nº 4.665, de 3 de abril de 2003, resolve:

Art. 1º Restabelecer a competência prevista item 19.3 do Manual de Instruções para Contratação e Execução dos Programas e Ações do Ministério das Cidades inseridos no Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, aprovado pela Portaria nº 164, 12 de abril de 2013, do Ministério das Cidades, publicada no Diário Oficial da União em 15 de abril de 2013, seção 1, página 101.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO ARAÚJO

Ministério das Relações Exteriores

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA DE 28 DE JUNHO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, de acordo com o disposto no art. 3º da Portaria nº 98, de 24 de janeiro de 2011, resolve:

Conceder passaportes diplomáticos, com base no art. 6º, § 3º, do Decreto 5.978, de 04 de dezembro de 2006, a:

Nome	Expediente de solicitação	Instituição solicitante	Validade do Passaporte
Romildo Ribeiro Soares	Carta datada de 16/06/2016	Igreja Internacional da Graça de Deus	3 anos
Maria Magdalena Bezerra Ribeiro Soares	Carta datada de 16/06/2016	Igreja Internacional da Graça de Deus	3 anos

JOSÉ SERRA

Ministério de Minas e Energia

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 5.912, DE 21 DE JUNHO DE 2016

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº: 48500.001197/2016-65. Interessado: Companhia Força e Luz do Oeste - CFLO. Objeto: Estabelecer os limites para os indicadores de continuidade DEC e FEC dos conjuntos da CFLO, para o período de 2017 a 2021, a qual entrará em vigor em 1º de janeiro de 2017. A íntegra desta Resolução (e seus anexos) consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 5.920, DE 28 DE JUNHO DE 2016

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº: 48500.001450/2016-81. Interessada: Companhia Campolarguense de Energia - COCEL. Objeto: Estabelecer os limites para os indicadores de continuidade DEC e FEC dos conjuntos da COCEL, para o período de 2017 a 2021, a qual entrará em vigor em 1º de janeiro de 2017. A íntegra desta Resolução, e seu anexo, consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

DESPACHO DO DIRETOR
Em 27 de junho de 2016

Nº 1.690 - O DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista o disposto no art. 14, parágrafo primeiro, da Norma de Organização ANEEL - 001, aprovada pela Resolução Normativa nº 273, de 10 de julho de 2007, e o que consta do Processo nº 48500.006379/2005-26, decide declarar a perda de objeto da determinação de proposição de aprimoramento da REN nº 333/2008, emanada pela Diretoria.

REIVE BARROS DOS SANTOS

RETIFICAÇÃO

No resumo publicado no D.O.U. nº 120, de 24 de junho de 2016, Seção 1, página 127, constante do Processo nº 48500.000011/2016-51, referente a distribuidora Copel Distribuição S/A - Copel-DIS; onde se lê: "RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 2.094 DE 21 DE JUNHO DE 2016"; Leia-se: "RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 2.096 DE 21 DE JUNHO DE 2016".

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 13 de junho de 2016

Nº 1.566 - Processo nº 48500.002234/2016-52. Interessado: Hidroelétrica Ortigueira Ltda. Decisão: (i) conferir o DRI-PCH referente à PCH Ortigueira, cadastrada sob o CEG PCH.PH.PR.035552-6.01, situada no Rio Barra Grande, no estado do Paraná; (ii) o DRI-PCH é de titularidade exclusiva e intransferível antes da entrega do Sumário Executivo; (iii) tem-se o prazo de até 14 (quatorze) meses para a elaboração do projeto básico e apresentação, na ANEEL, do Sumário Executivo, correspondentes ART(s) e arquivo digital contendo o projeto básico desenvolvido, conforme orientações disponíveis no sitio da ANEEL; e (iv) esse DRI-PCH não poderá ser conferido a outros interessados, uma vez que foi exercido o direito de preferência no prazo estabelecido no item (ii) do Despacho n° 720, de 23 de março de 2016. A íntegra deste Despacho consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

Em 14 de junho de 2016

Nº 1.589 - Processo nº 48500.000062/2012-59. Interessado: Ventos de Santo Antônio Geradora Eólica S.A. Decisão: alterar (i) de 12 para 9, o número de aerogeradores; (ii) o posicionamento georreferenciado dos aerogeradores conforme indicado em anexo; (iii) a Potência Instalada de cada aerogerador para 2.100 kW, totalizando para 18.900 kW; (iv) a Potência Líquida para 18.450 kW e (v) as características técnicas do Sistema de transmissão de interesse restrito que passará a ser constituído de uma de um rede coletora em 34,5 kV, com dois circuitos, até a subestação União dos Ventos 230/69/34,5 kV, que será interligada à subestação João Câmara II por meio de uma linha de transmissão de 230 kV, de circuito simples e cerca de 25 km, compartilhada pelas EOL União dos Ventos 1 a 10 e 12 a 14, da EOL União dos Ventos 13, localizada no município de Pedra Grande, no estado do Rio Grande do Norte, em favor da empresa Ventos de Santo Antônio Geradora Eólica S.A.. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

Em 24 de junho de 2016

Nº 1.682 - Processo nº 48500.000065/2012-92. Interessado: Forte Canto de Baixo Geradora Eólica S.A. Decisão: alterar para a EOL União dos Ventos 12, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) EOL.CV. RN.031645-8.01, localizada no município de Pedra Grande, no estado do Rio Grande do Norte, em favor da empresa Forte Canto de Baixo Geradora Eólica S.A: (i) de dezesseis para doze, o número de aerogeradores; (ii) o posicionamento georreferenciado dos aerogeradores conforme indicado em anexo; (iii) a Potência Instalada de cada aerogerador para 2.100 kW, totalizando para 25.200 kW; (iv) a Potência Líquida para 24.600 kW e (v) o Sistema de transmissão de interesse restrito que passará a ser constituído de dois circuito, em 34,5 kV, de uso exclusivo até a Subestação Elevadora, em 34,5/230 kV, compartilhada com os parques eólicos União dos Ventos 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 12 e 13 e de uma linha de transmissão de 230 kV, circuito simples, também de uso compartilhado, com cerca de vinte e cinco quilômetros e oitocentos metros de extensão, interligando a Subestação Elevadora ao barramento de 230 kV da Subestação João Câmara II, sob a responsabilidade da Companhia Hidro Elétrica de São Francisco (CHESF). A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

Nº 1.685 - Processo nº 48500.000063/2012-01. Interessado: Ventos do Canto de Baixo Geradora Eólica S.A.. Decisão: alterar para EOL União dos Ventos 14, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) EOL.CV. RN.031643-1.01, localizada no município de Pedra Grande, no estado do Rio Grande do Norte, em favor da empresa Ventos do Canto de Baixo Geradora Eólica S.A. (i) de treze para dez, o número de aerogeradores; (ii) o posicionamento georreferenciado dos aerogeradores conforme indicado no Anexo; (iii) a Potência Instalada de cada aerogerador para 2.100 kW, totalizando para 21.000 kW; (iv) a Potência Líquida para 20.500 kW e (v) o Sistema de transmissão de interesse restrito que passará a ser constituído de dois circuito, em 34,5 kV, de uso exclusivo até a Subestação Elevadora, em 34,5/230 kV, compartilhada com os parques eólicos União dos Ventos 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 12 e 13 e de uma linha de transmissão de 230 kV, circuito simples, também de uso compartilhado, com cerca de vinte e cinco quilômetros e oitocentos metros de extensão, interligando a Subestação Elevadora ao barramento de 230 kV da Subestação João Câmara II, sob a responsabilidade da Companhia Hidro Elétrica de São Francisco (CHESF). A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

Nº 1.686 - Processo nº 48500.006245/2012-88. Interessado: Ventos Parazinhenses Geradora Eólica S.A. Decisão: alterar para a EOL União dos Ventos 16, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) EOL.CV. RN. 031652-0.01, localizada no município de São Miguel do Gostoso, no estado do Rio Grande do Norte, em favor da empresa Ventos Parazinhenses Geradora Eólica S.A.: (i) de dez para onze, o número de aerogeradores; (ii) o posicionamento georreferenciado dos aerogeradores conforme indicado no Anexo; (iii) a Potência Instalada de cada aerogerador para 2.100 kW, totalizando para 23.100 kW; (iv) a Potência Líquida para 22.940 kW e (v) o Sistema de transmissão de interesse restrito que passará a ser constituído de dois circuito, em 34,5 kV, de uso exclusivo até a Subestação Elevadora, em 34,5/230 kV, compartilhada com a EOL União dos Ventos 15 e de uma linha de transmissão em 230 kV, circuito simples, também de uso compartilhado, com cerca de doze quilômetros e trezentos metros de extensão, interligando a Subestação Elevadora ao barramento de 230 kV da SE João Câmara II, de responsabilidade da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

Em 27 de junho de 2016

Nº 1.694 - Processo nº 48500.003887/2011-44. Interessado: Reinhofer Energia Ltda. Decisão: registrar a adequabilidade aos estudos de inventário e ao uso do potencial hidráulico do Sumário Executivo (DRS-PCH) da PCH Foz do Capão Grande, com 11.200 kW de Potência Instalada, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) PCH.PH.PR.035780-4.01, localizada no rio Capão Grande, integrante da sub-bacia 65, na bacia hidrográfica do rio Paraná, no município de Pinhão, no estado do Paraná. A íntegra deste Despacho consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Nº 1.695 - Processo nº 48500.002008/2006-83. Interessado: Optigera S.A. Decisão: registrar a adequabilidade aos estudos de inventário e ao uso do potencial hidráulico do Sumário Executivo (DRS-PCH) da PCH Verde 03, com 24.000 kW de Potência Instalada, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) PCH.PH.GO.035761-8.01, localizada no rio Verde, integrante da sub-bacia 60, na bacia hidrográfica do Rio Paraná, no município de Rio Verde, no estado de Goiás. A íntegra deste Despacho consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

HÉLVIO NEVES GUERRA

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 28 de junho de 2016

Nº 1.712 - Processo nº 48500.003984/2008-31. Interessado: Santo Antônio Energia S.A. Decisão: Liberar a unidade geradora para início da operação comercial a partir de 29 de junho de 2016. Usina: UHE Santo Antônio. Unidade Geradora: UG44 de 73.290 kW. Localização: Município de Porto Velho, Estado de Rondônia. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ALESSANDRO D'AFONSECA CANTARINO

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO TARIFÁRIA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 28 de junho de 2016

Nº 1.710 - Processo nº 48500.003146/2015-97. Interessados: COPEL-D e Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS Decisão: (i) informar as Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão de Rede Básica - TUST-RB e de Fronteira - TUST-FR aplicáveis à COPEL-D, para o período de 1º de julho de 2015 a 30 de junho de 2016, na modalidade consumo: ponto de conexão: Subestação Curitiba Norte 230 kV; TUST-RB em R$/kW, ponta: 1,743 e fora ponta: 1,777, a preços de junho de 2015; e ponto de conexão: Subestação Curitiba Norte 138 kV; TUST-RB em R$/kW, ponta: 1,743 e fora ponta: 1,777; TUST-FR em R$/kW, ponta: 0,924 e fora ponta: 0,924, a preços de junho de 2015. Prazo de Vigência: 1º de julho de 2015 a 30 de junho de 2016. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca

DAVI ANTUNES LIMA

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

DIRETORIA I

SUPERINTENDÊNCIA DE BIOCOMBUSTÍVEIS E QUALIDADE DE PRODUTOS

DESPACHOS DA SUPERINTENDENTE
Em 28 de junho de 2016

A SUPERINTENDENTE DE BIOCOMBUSTÍVEIS E QUALIDADE DE PRODUTOS da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 61, de 18 de março de 2015, e com base no disposto na Resolução ANP nº 22/14, de 11 de abril de 2014, concede o registro dos produtos abaixo, às empresas relacionadas:

Nº 712	COSAN LUBRIFICANTES E ESPECIALIDADES S.A. - CNPJ nº 33.000.092/0038-50						
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Aplicação	Registro Produto
	48600.001363/2016 - 03	MOBILUBE LS	SAE 85W140	API GL-5, FORD WSS-M2C940-A	ÓLEO LUBRIFICANTE	ÓLEO LUBRIFICANTE MULTIPURPOSE DE EIXOS E ENGRENAGENS DE ALTO DESEMPENHO.	14805
Nº 713	FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA - CNPJ nº 03.470.727/0001-20						
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Aplicação	Registro Produto
	48600.001364/2016 - 40	MOTORCRAFT GEAR OIL LS	SAE 85W140	API GL-5, FORD WSS-M2C940-A	ÓLEO LUBRIFICANTE	ÓLEO LUBRIFICANTE MULTIPURPOSE DE EIXOS E ENGRENAGENS DE ALTO DESEMPENHO.	17479

ROSÂNGELA MOREIRA DO ARAUJO

SUPERINTENDÊNCIA DE ABASTECIMENTO

AUTORIZAÇÃO Nº 329, DE 28 DE JUNHO DE 2016

O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, E GÁS NATURAL BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Resolução ANP n.º 42, de 18 de Agosto de 2011, e o que consta do Processo 27300.509647/1983-21, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica a empresa IPIRANGA PRODUTOS DE PETRÓLEO SA. , CNPJ n.º 33.337.122/0059-43, distribuidora de combustíveis líquidos derivados de petróleo, etanol combustível, biodiesel, óleo diesel B, autorizada a operar as instalações de armazenamento de combustíveis líquidos, incluindo a ampliação do tanque n.º 08, localizadas na Rua Álvares Cabral, 1000, Distrito Industrial, Passo Fundo - RS. CEP: 99.050-070.

Integram a base compartilhada as seguintes empresas:

EMPRESAS	CNPJ Nº
IPIRANGA PRODUTOS DE PETRÓLEO S.A.	33.337.122/0059-43
RAÍZEN COMBUSTÍVEIS S.A.	33.453.598/0074-89
PETROBRÁS DISTRIBUIDORA S.A.	34.274.233/0283-76

As instalações de armazenamento compreendem os tanques aéreos verticais apresentados na tabela a seguir, perfazendo, com a inclusão do tanque n º 08, a capacidade total de armazenamento de 22.918,14 m³.

TANQUE	DIÂMETRO (m)	ALTURA ÚTIL (m)	VOLUME (m³)	PRODUTO (Classe)	OBS.
1	24,81	12,37	5.973,13	II	operando
2	24,82	12,35	5.987,15	II	operando
3	14,32	13,21	2.133,50	I	operando
4	14,33	13,93	2.258,20	I	operando
5	14,32	13,75	2.222,48	I	operando
6	7,62	12,17	559,14	IIIB	operando
7	11,46	10,43	1.085,28	I	operando
8	15,27	14,55	2.699,26	II	a operar

Art. 2º O objeto da presente Autorização deve ser executado em conformidade com as normas técnicas pertinentes.

Art. 3º IPIRANGA PRODUTOS DE PETRÓLEO SA. , CNPJ n.º 33.337.122/0059-43, deverá encaminhar, até a data de vencimento do licenciamento ambiental das instalações relacionadas na presente Autorização, cópia autenticada da solicitação de renovação deste licenciamento, no prazo regulamentar, protocolizado junto ao órgão ambiental competente, bem como cópia autenticada da renovação deste licenciamento, em até 15 (quinze) dias, contados a partir da data de sua emissão, sob pena de revogação desta Autorização.

Art. 4º Fica revogada a Autorização nº 323, publicada no Diário Oficial da União, em 12 de Agosto de 2008.

Art. 5º Esta Autorização entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO NELSON CASTRO NEVES

AUTORIZAÇÃO Nº 330, DE 28 DE JUNHO DE 2016

O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Resolução ANP n.º 42, de 18 de agosto de 2011, e o que consta dos processos n.º 48610.005289/1999-15 e n.º 48610.004052/2014-15, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica a IPIRANGA PRODUTOS DE PETRÓLEO S.A., CNPJ n.º 33.337.122/0077-25, distribuidora de combustíveis líquidos derivados de petróleo, etanol combustível, biodiesel, óleo diesel B, autorizada a operar suas instalações de armazenamento de combustíveis líquidos, localizadas no Ramal Olaria, s/n, Porto de Santana, Santana - AP. CEP: 68925-318.

A referida instalação compreende os tanques listados na tabela a seguir, sendo a capacidade total de armazenamento de 14.370,21 m³.

Tanque nº	Diâmetro (m)	Altura (m)	Capacidade (m3)	Classe	Observação
101	12,20	10,73	1.265,49	I	OPERANDO
102	15,86	12,10	2.383,42	II	OPERANDO
103	7,60	10,44	477,32	I	OPERANDO
106	22,37	14,56	5.747,55	II	A OPERAR
107	19,08	14,57	4.176,42	I	A OPERAR
401	2,71	9,42	51,80	I	OPERANDO
402	2,83	8,49	52,88	I	OPERANDO
403	2,81	8,50	52,91	IIIB	OPERANDO
404	2,92	7,40	49,94	IIIB	OPERANDO
406	2,74	8,71	51,52	I	OPERANDO
408	2,55	6,00	30,48	II	A OPERAR
409	2,55	6,00	30,48	II	A OPERAR

Art. 2º O objeto da presente Autorização deve ser executado em conformidade com as normas técnicas pertinentes.

Art. 3º A IPIRANGA PRODUTOS DE PETRÓLEO S.A., CNPJ n.º 33.337.122/0077-25, deverá encaminhar, até a data de vencimento do licenciamento ambiental das instalações relacionadas na presente Autorização, cópia autenticada da solicitação de renovação deste licenciamento, no prazo regulamentar, protocolizado junto ao órgão ambiental competente, bem como cópia autenticada da renovação deste licenciamento, em até 15 (quinze) dias, contados a partir da data de sua emissão, sob pena de revogação desta Autorização.

Art. 4º Esta Autorização entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO NELSON CASTRO NEVES

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 28 de junho de 2016

Nº 711 - O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelas Portarias ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, e com base na Resolução ANP n°41 de 06 de novembro de 2013, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Município	UF	Processo
PR/CE0175693	ANTONIO MANOEL F. VERAS FILHO EIRELI	03.690.113/0004-05	VICOSA DO CEARA	CE	48610.005223/2016-87
PR/PE0176111	ARRAIAL COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA.	24.842.946/0001-63	RECIFE	PE	48610.006466/2016-32
PR/SC0175806	AUTO POSTO DANIELA LTDA	24.541.540/0001-40	BRUSQUE	SC	48610.005726/2016-52
PR/GO0175829	AUTO POSTO K 26 LTDA - EPP.	24.521.354/0001-40	HIDROLANDIA	GO	48610.005770/2016-62
PR/SC0175741	AUTO POSTO LEAL LTDA	24.825.714/0001-05	BIGUACU	SC	48610.005590/2016-81
PR/RS0175831	CASSOL & CASSOL COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA - ME.	15.775.937/0001-06	IBIRUBA	RS	48610.005687/2016-93
PR/PE0176109	JH COMBUSTIVEIS LTDA	15.783.249/0003-50	SAO CAITANO	PE	48610.006393/2016-89
PR/MA0175835	MIRANDA SOUSA COMBUSTIVEIS LTDA - ME.	24.249.933/0001-85	VITORINO FREIRE	MA	48610.005681/2016-16
PR/PR0175785	MONTE ALEGRE COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA - EPP	08.942.712/0001-31	TELEMACO BORBA	PR	48610.005772/2016-51
PR/CE0175569	PETROLIMA COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA	21.692.386/0001-10	FORTALEZA	CE	48610.004654/2016-26
PR/CE0176107	POSTO DE COMBUSTIVEIS CAMILA LOPES DOS SANTOS LTDA - EPP.	21.361.267/0002-65	HORIZONTE	CE	48610.006464/2016-43
PR/PI0176125	R & R CARDOSO VIEIRA LTDA	21.892.663/0001-38	COCAL	PI	48610.006538/2016-41

Nº 714 - O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelas Portarias ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, e com base na Portaria ANP nº 297, de 18 de novembro de 2003, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda de gás liquefeito de petróleo - GLP, observado:

I) as instalações dos revendedores ora autorizados foram vistoriadas por instituições de bombeiros, atendendo os requisitos de segurança, e se encontram limitadas às quantidades máximas de armazenamento de GLP, conforme certificado expedido pelo corpo de bombeiros competente; e

II) a manutenção da presente Autorização fica condicionada ao atendimento aos requisitos constantes no certificado que trata o item anterior e à Norma NBR 15514:2007, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, adotada pela resolução ANP n° 05, de 26 de fevereiro de 2008.

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Município	UF	Processo
GLP/RN0234801	AMANDA STEFANNY FERREIRA PEREIRA	23.672.466/0001-39	SAO GONCALO DO AMARANTE	RN	48610.006451/2016-74
GLP/SP0234802	AUTO POSTO NOVA SUMARE LTDA	02.728.062/0001-40	SUMARE	SP	48610.001763/2016-91
GLP/RS0234803	COMERCIAL SK N. SRA. APARECIDA LTDA - ME	22.715.469/0001-40	BARAO DO TRIUNFO	RS	48610.000471/2016-31
GLP/PB0234804	CREMILDA FREIRE DE OLIVEIRA 06480962460	24.186.871/0001-00	CONDE	PB	48610.006384/2016-98
GLP/MS0234805	DANIELLE MONTE BENTO - ME	23.730.307/0001-43	CAMPO GRANDE	MS	48610.006543/2016-54
GLP/RN0234806	EDMAR SOARES DE SOUSA 66372658453	14.328.180/0001-40	MOSSORO	RN	48610.006544/2016-07
GLP/SC0234807	EDSON LOPES SCHIER - EPP	24.273.200/0001-86	PORTO UNIAO	SC	48610.006453/2016-63
GLP/RS0234808	EDUARDO DA ROSA PEREIRA & CIA LTDA - ME	18.769.748/0001-19	SALTO DO JACUI	RS	48610.006545/2016-43
GLP/TO0234809	ELIZEU PEREIRA CAMELO	23.078.211/0001-42	DARCINOPOLIS	TO	48610.006462/2016-54
GLP/BA0234810	EMERSON MONTEIRO CONSTANTINO	22.424.718/0001-48	ITORORO	BA	48610.006461/2016-18
GLP/MG0234811	GASTEL DISTRIBUIDORA DE GAS E AGUA LTDA ME	24.841.870/0001-51	ALFENAS	MG	48610.006437/2016-71
GLP/MG0234812	HERBERT LUIZ APARECIDO SILVA 13391794666	17.968.888/0001-53	ITUIUTABA	MG	48610.002853/2016-08
GLP/MG0234813	IPATINGA COMECIO DE GAS EIRELI -ME	24.121.627/0001-69	IPATINGA	MG	48610.006542/2016-18
GLP/AL0234814	J. ALVES DE FREITAS - E	22.437.957/0001-32	ARAPIRACA	AL	48610.002943/2016-91
GLP/PE0234815	JARDEL LUIZ DE SOUZA GOUVEIA	23.904.654/0001-45	BARREIROS	PE	48610.006394/2016-23
GLP/SP0234816	JOAO ANTONIO GOMES 38339488848	24.355.111/0001-89	MATAO	SP	48610.006434/2016-37
GLP/PB0234817	JOSE AYRTON BEZERRA DA SILVA 10538619406	19.693.808/0001-20	SUME	PB	48610.006446/2016-61
GLP/ES0234818	JOYCE MONTOVANELLI DA MOTA	22.593.036/0001-69	LINHARES	ES	48610.002971/2016-16
GLP/ES0234819	LEANDRO VAZ FERNANDES 05786503712	23.558.374/0001-22	VARGEM ALTA	ES	48610.005839/2016-58
GLP/SP0234820	LETICIA INES DOS SANTOS SANTIAGO ME	15.272.218/0001-72	ITARARE	SP	48610.001294/2016-19
GLP/MG0234821	LUCILEINE DE M.M. ALVES MERCEARIA ME	21.584.006/0001-23	SETE LAGOAS	MG	48610.006385/2016-32
GLP/SP0234822	LUIS ANTONIO DOS SANTOS COM DE GÁS - ME	07.366.997/0001-47	PIRAJUI	SP	48610.003937/2016-51
GLP/PE0234823	M I SERAFIM DE MELO GÁS	22.815.324/0001-10	CUMARU	PE	48610.001760/2016-58
GLP/MG0234824	MAGELA E SILVA LTDA	17.202.789/0001-66	RIACHINHO	MG	48610.006380/2016-18
GLP/RS0234825	MARILENE WOHLFAHRT ROSIN - ME	04.385.193/0001-05	ROQUE GONZALES	RS	48610.000695/2016-43
GLP/AC0234826	M.J. SILVA FERNANDES-ME	10.569.175/0001-78	RIO BRANCO	AC	48610.006382/2016-07
GLP/MA0234827	MONICA KARINA TAVARES SILVA	22.816.531/0001-90	SAO LUIS	MA	48610.006392/2016-34
GLP/BA0234828	PAULO D ANGELO DE SOUZA ME	20.387.448/0001-17	LAJEDO DO TABOCAL	BA	48610.001463/2016-11
GLP/SC0234829	QUEILA FREITAS DE SOUZA 08628792996	20.931.269/0001-07	IMBITUBA	SC	48610.002513/2016-79
GLP/MG0234830	RAJE GAS COMERCIO DE GAS LTDA ME	23.705.813/0001-82	LAVRAS	MG	48610.006386/2016-87
GLP/SP0234831	RAYCA DISTRIBUIDORA DE GAS LTDA - ME	24.588.039/0001-30	PIEDADE	SP	48610.006426/2016-91
GLP/PE0234832	SAMUEL E JOSE COMERCIO DE GAS E BEBIDAS LTDA ME	24.032.808/0001-19	ESCADA	PE	48610.006391/2016-90
GLP/MS0234833	SUPERMERCADO BOM PAI LTDA - EPP	17.229.801/0001-26	NOVA ANDRADINA	MS	48610.006463/2016-07
GLP/MG0234834	SUPERMERCADO MERCES LTDA - EPP	11.526.436/0002-16	MERCES	MG	48610.006454/2016-16
GLP/RO0234835	T.N.DA SILVA MERCEARIA - ME	23.802.092/0001-29	PORTO VELHO	RO	48610.006443/2016-28
GLP/ES0234836	TROPICAL GÁS LTDA - ME	11.379.131/0001-48	MANTENOPOLIS	ES	48610.006460/2016-65
GLP/SP0234837	VALSAIR CELSO CHIMELO - ME	21.495.289/0002-18	PALMARES PAULISTA	SP	48610.006540/2016-11
GLP/MG0234838	VANDERLENE RODRIGUES SOARES DE OLIVEIRA 71742115691	23.123.563/0001-72	GLAUCILANDIA	MG	48610.006383/2016-43
GLP/MA0234839	VERIDIANE L. SILVA - ME	24.588.598/0001-40	ARARI	MA	48610.006440/2016-94
GLP/CE0234840	VINICUS ALVES COMERCIO DE GLP LTDA-ME	24.552.541/0001-90	FORTALEZA	CE	48610.006401/2016-97
GLP/PA0234841	WALBER DO CARMO DA SILVA AMARAL - ME	17.359.735/0001-09	BELEM	PA	48610.006447/2016-14
GLP/MG0234842	WENDER BARBOSA DA CRUZ	24.121.985/0001-71	BETIM	MG	48610.006389/2016-11

Nº 715 - O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelas Portarias ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, e com base na Resolução ANP n°41 de 06 de novembro de 2013, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Município	UF	Processo
PR/PR0176070	AUTO POSTO FILHAO & FILHO LTDA - EPP.	23.217.563/0001-31	TAMARANA	PR	48610.006286/2016-51
PR/AL0176147	AUTO POSTO LAGOA LTDA - EPP	24.586.803/0001-38	MACEIO	AL	48610.006587/2016-84
PR/PI0175545	AUTO POSTO REI DO CERRADO LTDA - EPP	04.679.335/0001-39	URUCUI	PI	48610.004751/2016-19
PR/PA0176145	AUTO POSTO TOTO LTDA - EPP	21.641.024/0001-08	XINGUARA	PA	48610.006652/2016-71
PR/RS0176166	COMERCAIL DE COMBUSTIVEIS PELE LTDA - EPP	22.760.992/0001-98	NOVA HARTZ	RS	48610.006599/2016-17
PR/BA0176146	ELIAS GONÇALVES BARBOSA - ME	21.097.850/0001-20	AMERICA DOURADA	BA	48610.006654/2016-61
PR/SC0176167	ESCANELLAS & YOKOSWA LTDA	24.506.838/0001-10	RIO DO SUL	SC	48610.006465/2016-98
PR/BA0176165	POSTO ABESTECER COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA	24.323.445/0001-70	ITAPETINGA	BA	48610.006732/2016-27
PR/BA0170906	RC7 COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA	22.233.044/0001-02	SALVADOR	BA	48610.006064/2015-57

Nº 716 - O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelas Portarias ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, e com base na Portaria ANP nº 297, de 18 de novembro de 2003, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda de gás liquefeito de petróleo - GLP, observado:

I) as instalações dos revendedores ora autorizados foram vistoriadas por instituições de bombeiros, atendendo os requisitos de segurança, e se encontram limitadas às quantidades máximas de armazenamento de GLP, conforme certificado expedido pelo corpo de bombeiros competente; e

II) a manutenção da presente Autorização fica condicionada ao atendimento aos requisitos constantes no certificado que trata o item anterior e à Norma NBR 15514:2007, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, adotada pela resolução ANP n° 05, de 26 de fevereiro de 2008.

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Município	UF	Processo
GLP/ES0234843	A. PICOLI DE DE AVELAR - ME	07.677.416/0001-98	CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	ES	48610.006608/2016-61
GLP/GO0234844	ADEMILSON AUGUSTO RODRIGUES	24.849.531/0001-11	SANCLERLANDIA	GO	48610.006736/2016-13
GLP/PB0234845	ANTONIO CRISMARCOS BATISTA SANTOS 06685351489	23.958.963/0001-06	DESTERRO	PB	48610.006616/2016-16
GLP/CE0234846	ANTONIO RODRIGUES MATOS NETO - ME	18.959.929/0001-08	VARJOTA	CE	48610.006628/2016-32
GLP/CE0234847	AZUL COMERCIO DE GAS LTDA EPP	22.743.589/0001-50	PACAJUS	CE	48610.006430/2016-59
GLP/MT0234848	C. M CAPE- ME	22.521.781/0001-00	ARIPUANA	MT	48610.006619/2016-41
GLP/SC0234849	CLAUDIO SERGIO COSTA 05887184914	24.692.179/0001-53	VARGEAO	SC	48610.006589/2016-73
GLP/ES0234850	COMERCIO DE GÁS AFP LTDA - ME	06.931.532/0001-29	MUQUI	ES	48610.006625/2016-07
GLP/RJ0234851	COMERCIO DE GÁS LIQUIEFEITO DE PETROLEO GLP SONHO MEU EIRELI	21.959.295/0001-06	NOVA IGUACU	RJ	48610.006611/2016-85
GLP/PE0234852	DAYLANDIA MARIA DE ARRUDA - ME	24.405.640/0001-40	GLORIA DO GOITA	PE	48610.005018/2016-11
GLP/GO0234853	DISTRIBUIDORA DE GAS BOA VISTA LTDA ME	24.138.197/0001-98	CORUMBA DE GOIAS	GO	48610.006585/2016-95
GLP/MG0234854	DOMICILIANO GONÇALVES DE SOUZA NETO 04439176631	24.152.615/0001-00	MONTES CLAROS	MG	48610.006439/2016-60
GLP/SP0234855	ELCIO GASPARIN - ME	24.612.331/0001-40	PITANGUEIRAS	SP	48610.006615/2016-63
GLP/SP0234856	FLAVIO BASTOS DA CUNHA 35530772803	23.287.270/0001-20	SAO JOSE DO RIO PRETO	SP	48610.004524/2016-93
GLP/SP0234857	FLAVIO FERREIRA MONTEIRO - EPP	20.966.937/0001-23	ITARIRI	SP	48610.013191/2015-11
GLP/ES0234858	G F RESENDE - ME	11.427.224/0001-09	MUQUI	ES	48610.006600/2016-03
GLP/MA0234859	GÁS DOURADO EIRELI - ME	24.249.390/0001-04	PASTOS BONS	MA	48610.006656/2016-50
GLP/GO0234860	GILSON ROSA DA SILVA 87661780100	21.934.425/0001-48	NEROPOLIS	GO	48610.006729/2016-11
GLP/PA0234861	GOMES E CAMPOS COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA	08.236.535/0001-78	BELEM	PA	48610.003841/2016-92
GLP/PR0234862	J.O. FRIGUETO PAZ - DISTRIBUIDORA DE GAS - EIRELI	19.175.088/0002-91	CAMPO MOURAO	PR	48610.006620/2016-76
GLP/AC0234863	JOSE AUGUSTO JERONIMO DE ALBUQUERQUE	12.835.825/0001-05	RIO BRANCO	AC	48610.006613/2016-74
GLP/MG0234864	JOSE GERALDO DA SILVA	19.242.626/0001-32	DIVINOPOLIS	MG	48610.010800/2014-91
GLP/SP0234865	JOSE ROBERTO DE CAMPOS 40052583872	24.785.389/0001-96	VARGEM GRANDE DO SUL	SP	48610.006621/2016-11
GLP/MG0234866	JUBERLITA VILAR DO VALE	20.502.319/0001-22	GOVERNADOR VALADARES	MG	48610.006659/2016-93
GLP/ES0234867	JUSSARA SANTANA MACHADO 05523960799	23.906.687/0001-24	SERRA	ES	48610.004877/2016-93
GLP/RN0234868	KEMESON KLEVYLOUK HIERONYMUS DALY MARTINS DE SOUZA 06540620489	14.321.936/0001-29	SAO JOSE DE MIPIBU	RN	48610.006745/2016-04
GLP/RS0234869	LAONE ROSA DOS SANTOS	19.281.374/0001-50	GRAVATAI	RS	48610.006658/2016-49
GLP/AC0234870	M.A.C. ROCHA SANTOS - ME	24.032.407/0001-69	RIO BRANCO	AC	48610.005915/2016-25
GLP/MG0234871	MAGALHAES DISTRIBUIDORA DE GÁS EIRELI - ME	24.638.250/0001-10	TIMOTEO	MG	48610.006629/2016-87
GLP/BA0234872	MARQUES CERQUEIRA COMERCIO DE GÁS LTDA - ME	24.732.153/0001-91	SALVADOR	BA	48610.006586/2016-30
GLP/AM0234873	MIRELLA CRISTINA DE SOUZA NOGUEIRA	21.734.719/0001-26	MANAUS	AM	48610.006623/2016-18
GLP/AM0234874	MIRIAM SERRAO PINTO - ME.	18.910.287/0002-33	ITACOATIARA	AM	48610.006626/2016-43
GLP/MG0234875	MOURA E CHAVES LTDA - ME	21.028.090/0001-07	MANHUMIRIM	MG	48610.006595/2016-21
GLP/TO0234876	MUNDIAL COMERCIO D GÁS LTDA - ME	23.623.508/0001-41	ARAGUAINA	TO	48610.005035/2016-59
GLP/MG0234877	OLIVEIRA COMERCIO DE GÁS E AGUA MINERAL EIRELI - ME	23.557.496/0001-02	MONTES CLAROS	MG	48610.006617/2016-52
GLP/SC0234878	OTTO & CIA	11.528.208/0001-02	BRUSQUE	SC	48610.006428/2016-80
GLP/AL0234879	PAULINHO JORGE DE LIMA JUNIOR 05213420400	21.807.746/0001-81	SANTA LUZIA DO NORTE	AL	48610.006624/2016-54
GLP/ES0234880	ROBERTO DE JESUS TEIXEIRA	24.232.901/0001-77	JAGUARE	ES	48610.004280/2016-49
GLP/GO0234881	S. P. DA SILVA MERCEARIA EIRELI	15.478.221/0001-47	GOIANIA	GO	48610.004760/2016-18
GLP/TO0234882	STELLA DALVINA NUNES SILVA	23.048.497/0001-13	ARAGUACU	TO	48610.004894/2016-21
GLP/RS0234883	VERNO LEONHARDT & CIA. LTDA.	08.407.768/0007-81	CARAZINHO	RS	48610.005159/2016-34
GLP/SP0234884	WALDECY GARBELINI - ME	19.806.099/0002-22	DRACENA	SP	48610.006622/2016-65
GLP/TO0234885	WANDERSON LIMA VIEIRA 05815155101	18.851.351/0001-71	PORTO NACIONAL	TO	48610.005914/2016-81
GLP/GO0234886	WLIETH DOS REIS COSTA - ME	23.378.752/0001-96	GOIANIA	GO	48610.006605/2016-28

FRANCISCO NELSON CASTRO NEVES

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Nº 717 - O Superintendente de Abastecimento da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, com base nas Resoluções ANP n.° 42, de 19 de agosto de 2011, e n.° 58, de 20 de outubro de 2014, torna pública a homologação dos contratos de cessão de espaço listados a seguir.

	INSTALAÇÃO	UF	CEDENTE/TERMINAL DE ENTREGA	CESSIONÁRIA	PRAZO	PRODUTOS (m³)	PROCESSO
1	Guarulhos	SP	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS / PETROBRAS TRANSPORTES S.A. - TRANSPETRO 02.709.449/0035-06	FLEXPETRO DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA. 08.892.436/0002-25	31/05/2020	B100: 15 EAC: 60	48610.010301/2011-51
2	Sarandi	PR	CPA ARMAZÉNS GERAIS LTDA. 03.836.990/0003-52	ESTRADA - DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA. 01.804.345/0004-23	30/06/2018	Diesel AS10: 95 Diesel AS500: 185 Gasolina A: 250 B100: 60 EAC: 150 EHC: 150	48610.006842/2012-65
3	Rondonópolis	MT	IPIRANGA PRODUTOS DE PETRÓLEO S.A. 33.337.122/0080-20	PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A. 34.274.233/0275-66	31/12/2017	Diesel AS10: 300 Diesel AS500: 1800 Gasolina A: 400 B100: 300 EAC: 150 EHC: 150	48610.006931/2016-35
4	Montes Claros	MG	IPIRANGA PRODUTOS DE PETRÓLEO S.A. 33.337.122/0047-00	PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A. 34.274.233/0294-29	31/12/2017	Diesel AS500: 828 Gasolina A: 225 B100: 77 EAC: 77	48610.011168/2012-31
5	Montes Claros	MG	IPIRANGA PRODUTOS DE PETRÓLEO S.A. 33.337.122/0047-00	ALESAT COMBUSTÍVEIS S.A 23.314.594/0037-11	01/01/2018	Diesel AS500: 355 Gasolina A: 120 B100: 50 EAC: 50	48610.011165/2012-05
6	Montes Claros	MG	IPIRANGA PRODUTOS DE PETRÓLEO S.A. 33.337.122/0047-00	RAÍZEN COMBUSTÍVEIS S.A 34.453.598/0278-38	31/01/2018	Diesel AS500: 950 Gasolina A: 250 B100: 90 EAC: 90	48610.011166/2012-41

Nº 718 - O Superintendente de Abastecimento da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, com base nas Resoluções ANP n.° 42, de 19 de agosto de 2011, e n.° 58, de 20 de outubro de 2014, torna pública a homologação dos contratos de carregamento rodoviário listados a seguir.

	INSTALAÇÃO	UF	CEDENTE/TERMINAL DE ENTREGA	CESSIONÁRIA	PRAZO	PRODUTOS (m³ por mês)	PROCESSO
1	São José dos Campos	SP	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS / PETROBRAS TRANSPORTES S.A. - REVAP 33.000.167/0822-48	ROYAL FIC DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETROLEO S.A. 01.349.764/0015-55	30/06/2017	Diesel AS10: 4940 Diesel AS500: 1160 Gasolina A: 950	48610.008470/2010-40
2	Guarulhos	SP	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS / PETROBRAS TRANSPORTES S.A. - TRANSPETRO 02.709.449/0035-06	ROYAL FIC DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETROLEO S.A. 01.349.764/0014-74	30/06/2017	Diesel AS10: 165 Diesel AS500: 1305 Gasolina A: 1050	48610.001641/2015-14
3	Itajaí	SC	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS / PETROBRAS TRANSPORTES S.A. - TRANSPETRO 02.709.449/0030-93	ROYAL FIC DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETROLEO S.A. 01.349.764/0017-17	30/06/2017	Diesel AS10: 150 Diesel AS500: 150 Gasolina A: 675	48610.001643/2015-11
4	Uberaba	MG	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS / PETROBRAS TRANSPORTES S.A. - TRANSPETRO 02.709.449/0050-37	ROYAL FIC DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETROLEO S.A. 01.349.764/0021-01	30/06/2017	Diesel AS10: 150 Diesel AS500: 255 Gasolina A: 160	48610.001638/2015-09
5	Uberlândia	MG	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS / PETROBRAS TRANSPORTES S.A. - TRANSPETRO 02.709.449/0012-01	ROYAL FIC DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETROLEO S.A. 01.349.764/0009-07	30/06/2017	Diesel AS500: 560 Gasolina A: 420	48610.001644/2015-58
6	Senador Canedo	GO	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS / PETROBRAS TRANSPORTES S.A. - TRANSPETRO 02.709.449/0009-06	ROYAL FIC DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETROLEO S.A. 01.349.764/0013-93	30/06/2017	Diesel AS10: 715 Diesel AS500: 150 Gasolina A: 150	48610.001635/2015-67
7	São José dos Campos	SP	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS / PETROBRAS TRANSPORTES S.A. - REVAP 33.000.167/0822-48	ACOL DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA. 07.013.489/0006-90	30/06/2017	Diesel AS10: 1000 Diesel AS500: 150 Gasolina A: 150	48610.001640/2015-70
8	Uberlândia	MG	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS / PETROBRAS TRANSPORTES S.A. - TRANSPETRO 02.709.449/0012-01	TOTAL DISTRIBUIDORA S.A. 01.241.994/0015-04	30/06/2017	Diesel AS500: 1410 Gasolina A: 1225	48610.008694/2009-18
9	Senador Canedo	GO	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS / PETROBRAS TRANSPORTES S.A. - TRANSPETRO 02.709.449/0009-06	TOTAL DISTRIBUIDORA S.A. 01.241.994/0006-05	30/06/2017	Diesel AS10: 1135 Diesel AS500: 150 Gasolina A: 150	48610.002173/2015-03
10	Uberaba	MG	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS / PETROBRAS TRANSPORTES S.A. - TRANSPETRO 02.709.449/0050-37	TOTAL DISTRIBUIDORA S.A. 01.241.994/0012-53	30/06/2017	Diesel AS10: 170 Diesel AS500: 1055 Gasolina A: 1360	48610.002176/2015-39
11	São José dos Campos	SP	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS / PETROBRAS TRANSPORTES S.A. - REVAP 33.000.167/0822-48	DISTRIBUIDORA TABOCÃO LTDA. 02.284.585/0002-25	30/06/2017	Diesel AS10: 150 Diesel AS500: 150 Gasolina A: 150	48610.010290/2009-94
12	Uberlândia	MG	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS / PETROBRAS TRANSPORTES S.A. - TRANSPETRO 02.709.449/0012-01	DISTRIBUIDORA TABOCÃO LTDA. 02.284.585/0004-97	30/06/2017	Diesel AS500: 1640 Gasolina A: 150	48610.001600/2015-28
13	Senador Canedo	GO	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS / PETROBRAS TRANSPORTES S.A. - TRANSPETRO 02.709.449/0009-06	DISTRIBUIDORA TABOCÃO LTDA. 02.284.585/0004-97	30/06/2017	Diesel AS10: 1045 Diesel AS500: 1330 Gasolina A: 270	48610.001602/2015-17
14	Guarulhos	SP	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS / PETROBRAS TRANSPORTES S.A. - TRANSPETRO 02.709.449/0035-06	DISTRIBUIDORA TABOCÃO LTDA. 02.284.585/0002-25	30/06/2017	Diesel AS10: 985 Diesel AS500: 235 Gasolina A: 150	48610.001601/2015-72
15	Araucária	PR	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS / REPAR 33.000.167/0809-70	UNI COMBUSTÍVEIS LTDA. 86.910.148/0006-27	31/07/2017	Diesel Marítimo A: 170	48610.008698/2009-04

FRANCISCO NELSON CASTRO NEVES

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL

DESPACHO DO DIRETOR-GERAL

RELAÇÃO Nº 130/2016 - SEDE - DF

Fase de Autorização de Pesquisa

Despacho de retificação do alvará de pesquisa(327)

866.570/2009-COOPERATIVA DE DESENVOLVIMENTOS MINERAIS DE POCONÉ LTDA.-ALVARÁ N° 10952 Publicado DOU de 17/9/2010- Onde se lê: "... numa área de 7688,04ha, ...", Leia-se: "... numa área de 7663,05ha,..."

866.490/2010-COOPERATIVA DE DESENVOLVIMENTOS MINERAIS DE POCONÉ LTDA.-ALVARÁ N° 10404 Publicado DOU de 16/10/2013- Onde se lê: "... numa área de 5343,05ha, ...", Leia-se: "... numa área de 5144,67ha,..."

832.066/2011-CONSTRUBEL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA.-ALVARÁ N° 5685 Publicado DOU de 24/6/2014- Onde se lê: "... numa área de 837,04ha, ...", Leia-se: "... numa área de 805,99ha,..."

871.205/2012-WAGNER ALVES TEIXEIRA JUNIOR-ALVARÁ N° 8959 Publicado DOU de 15/9/2015- Onde se lê: "... numa área de 1876,52ha, ...", Leia-se: "... numa área de 950,12ha,..."

890.513/2012-RCAM EMPREENDIMENTOS LTDA-ALVARÁ N° 8149 Publicado DOU de 27/8/2013- Onde se lê: "... numa área de 1298,77ha, ...", Leia-se: "... numa área de 1251,27ha,..."

826.780/2013-REGINA KERBER PORTES CADORE FURLANETTO-ALVARÁ N° 11089 Publicado DOU de 25/4/2016- Onde se lê: "... numa área de 1294,89ha, ...", Leia-se: "... numa área de 1075,51ha,..."

832.241/2013-GLOBAL ADONAI MINERAÇÃO LTDA-ALVARÁ N° 4802 Publicado DOU de 9/6/2014- Onde se lê:"... numa área de 218,73 ha...", Leia-se:"... numa área de 203,22 ha..."

896.001/2013-CARLOS PEREIRA DA SILVA-ALVARÁ N° 4545 Publicado DOU de 28/5/2014- Onde se lê: "... numa área de 850,35ha, ...", Leia-se: "... numa área de 757,06ha,..."

803.258/2014-MINERADORA TERESINA LTDA ME-ALVARÁ N° 10492 Publicado DOU de 14/11/2014- Onde se lê: "... numa área de 822,46ha, ...", Leia-se: "... numa área de 773,2ha,..."

832.150/2014-RODRIGO CAMARGOS DE MAGALHÃES PINTO-ALVARÁ N° 10876 Publicado DOU de 5/12/2014- Onde se lê: "... numa área de 263,53ha, ...", Leia-se: "... numa área de 215,92ha,..."

866.476/2015-JOSÉ SEIXAS DA SILVA-ALVARÁ N° 14796 Publicado DOU de 8/12/2015- Onde se lê: "... numa área de 50ha, ...", Leia-se: "... numa área de 29,65ha,..."

Fase de Concessão de Lavra

Torna sem efeito despacho(657)

820.077/1996-MONIER TÉGULA SOLUÇÕES PARA TELHADOS LTDA.- Publicado DOU de 28/5/2014, Relação nº 80, Seção 1, Pág. 115.

TELTON ELBER CORRÊA
Interino

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

SUPERINTENDÊNCIA DO DNPM NO ESTADO DO CEARÁ

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 87/2016

CONCESSÃO DE LAVRA (Código 5.49)

Ficam os abaixo relacionados cientes que os recursos administrativos interpostos foram julgados improcedentes; restando-lhes pagar ou parcelar os débitos apurados da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (art. 3º, IX, da Lei nº 8.876/94, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 10(dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, CADIN e ajuizamento da ação de execução.

Processo de Cobrança nº: 901.177/2013
Notificado: GRANITOS S.A.
CNPJ/CPF: 23.445.513/0001-01
NFLDP nº:08/2013 - DNPM/CE.
Valor: R$ 66.192,55
Processo de Cobrança nº: 901.178/2013
Notificado: GRANITOS S.A.
CNPJ/CPF: 23.445.513/0001-01
NFLDP nº:09/2013 - DNPM/CE.
Valor: R$ 836.879,65

RICARDO BEZERRA DE SENA

SUPERINTENDÊNCIA DO DNPM NO ESTADO DO MARANHÃO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE

Fica o abaixo relacionado ciente de que não houve a apresentação da defesa administrativa; restando-lhe pagar ou parcelar o débito apurado da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (art. 3º, IX, da Lei nº 8.876/94, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, CADIN e ajuizamento da ação de execução.

Processo de Cobrança nº: 906.021/2016
Notificado: CONSTRUTORA E TERRAPLENAGEM CARDOSO LTDA
CNPJ: 04.862.079/0001-10
NFLDP nº: 01/2016
Valor: R$ 39.290,54(trinta e nove mil duzentos e noventa reais e cinquenta e quatro centavos).

Fica o abaixo relacionado ciente de que não houve a apresentação da defesa administrativa; restando-lhe pagar ou parcelar o débito apurado da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (art. 3º, IX, da Lei nº 8.876/94, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, CADIN e ajuizamento da ação de execução.

Processo de Cobrança nº: 906.020/2016
Notificado: CONSTRUTORA E TERRAPLENAGEM CARDOSO LTDA
CNPJ: 04.862.079/0001-10
NFLDP nº: 02/2016
Valor: R$ 59.564,37 (cinquenta e nove mil quinhentos e sessenta e quatro reais e trinta e sete centavos)

ARNALDO MARTINHO COSTA DA COSTA

SUPERINTENDÊNCIA DO DNPM NO ESTADO DE PARAÍBA

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 6/2016

Fase de Autorização de Pesquisa
Torna sem efeito multa aplicada(106)
846.310/2010-CESAR ENGENHARIA LTDA.- DOU de 02/02/2016
Torna sem efeito Auto de Infração(109)
846.310/2010-CESAR ENGENHARIA LTDA.- AI N°066/2013
Torna sem efeito Auto de Infração - REL PESQ(639)
846.135/2012-DRESCON MINERAÇÃO LTDA- AI N°251/2015
Torna sem efeito a homologação da Renuncia do Alvara de pesquisa por vício de legalidade(2114)
846.010/2006-DORILENE SOARES THORPE

RELAÇÃO Nº 10/2016

Fase de Requerimento de Pesquisa
Torna sem efeito o arquivamento do processo(163)
846.156/2015-PROMINA PROJETOS DE MINERAÇÃO E SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA- DOU de 08/01/2016
Fase de Licenciamento
Despacho de retificação do Registro de Licença(741)
846.286/2010-TALLES FERREIRA DA COSTA- Registro de Licença N°308/2012-Onde se lê: "em uma área de 13,16 ha (treze hectares e dezesseis ares), delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de Coordenadas Geodésicas (Lat/Long.) SAD69 descritos a seguir: -07°15'58"318/-35°14'42"245; -07°15'59"946/-35°14'42"245; -07°15'59"946/-35°14'52"025; -07°16'00"759/-35°14'52"025; -07°16'00"759/-35°15'01"804; -07°16'01"573/-35°15'01"804; -07°16'01"573/-35°15'08"324; -07°16'03"200/-35°15'08"324; -07°16'03"200/-35°15'11"584; -07°16'08"083/-35°15'11"584; -07°16'09"687/-35°15'11"584; -07°16'09"687/-35°15'28"771; -07°16'09"415/-35°15'28"771; -07°16'09"415/-35°15'12"048; -07°16'03"053/-35°15'12"048; -07°16'03"052/-35°15'09"479; -07°15'59"944/-35°15'09"479; -07°15'55"930/-35°15'09"479; -07°15'55"930/-35°14'42"245; -07°15'58"318/-35°14'42"245"; Leia-se: "em uma área de 4,95 ha (quatro hectares e noventa e cinco ares), delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de Coordenadas Geodésicas Lat. -07°15'59"947 e Long. -35°14'43"408 em Datum SIRGAS2000 e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 45,0m-S; 300,0m-W; 25,0m-S; 300,0m-W; 25,0m-S; 200,0m-W; 50,0m-S; 100,0m-W; 199,3m-S; 14,2m-W; 203,8m-N; 78,8m-E; 94,2m-N; 225,0m-E; 22,5m-N; 79,6m-E; 23,8m-N; 530,9m-E."
846.304/2013-EMÍDIO MADRUGA NETO M.E- Registro de Licença N°344/2013-Onde se lê: "numa área de 25,52 ha (vinte e cinco hectares e cinquenta e dois ares), delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de Coordenadas Geodésicas (Lat/Long.) SAD69 descritos a seguir: -06°53'51"934/-35°31'04"281; -06°53'55"190/-35°31'04"281; -06°53'55"190/-35°31'04"274; -06°54'00"000/-35°31'04"274; -06°54'00"000/-35°31'28"196; -06°53'58"563/-35°31'28"196; -06°53'50"000/-35°31'28"196; -06°53'50"000/-35°31'20"000; -06°53'48"000/-35°31'20"000; -06°53'48"000/-35°31'04"274; -06°53'51"934/-35°31'04"274; -06°53'51"934/-35°31'04"281."; Leia-se: "em uma área de 3,92 ha (três hectares e noventa e dois ares), delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de Coordenadas Geodésicas Lat. -06°54'00"500 e Long. -35°31'27"500 em Datum SIRGAS2000 e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 135,1m-NE 17°11'14"107; 104,8m-NE 84°57'27"176; 312,7m-NE 49°58'39"553; 78,2mSW 00°00'00"000; 371,3m-SW 45°18'59"052; 119,7m-SW 00°00'00"000."

RELAÇÃO Nº 11/2016

Fase de Licenciamento
Despacho de retificação do Registro de Licença(741)
846.213/2015-COMERCIAL E AGRICOLA VALE DO PARAIBA LTDA- Registro de Licença N°426/2016-Onde se lê: "Vencimento em 18/08/2026"; leia-se: "Vencimento em 18/08/2025".

RELAÇÃO Nº 105/2016

Fase de Autorização de Pesquisa
Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)
846.019/2009-HÉLIO EMPRESA DE MINERÃÇÃO LTDA.-AI N°104/2016
Determina arquivamento Auto de Infração -Relatório de Pesquisa(640)
846.039/2007-ELIZABETH PRODUTOS CERÂMICOS LTDA-AI N°35/2015
Multa aplicada (Relatório de Pesquisa)/ Prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(644)
846.404/2008-EDILSON AZEVEDO GAMBARRA DA NOBREGA - AI N°216/2015

RELAÇÃO Nº 107/2016

Fase de Autorização de Pesquisa
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
846.012/2014-MINERAÇÃO NACIONAL S. A.
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
846.259/2013-MINERAÇÃO FLORENTINO LTDA-OF. N°923/2016
846.297/2013-MINERAÇÃO FLORENTINO LTDA-OF. N°922/2016

EDUARDO SÉRGIO COLAÇO

SUPERINTENDÊNCIA DO DNPM NO ESTADO DO PIAUÍ

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 38/2016

Fase de Requerimento de Pesquisa
Torna sem efeito exigência(137)
803.088/2016-DALMO ALVISE-OF. N°254/2016-DOU de 15/06/2016
Fase de Licenciamento
Despacho de retificação do Registro de Licença(741)
803.390/2013-IVANILDE DA COSTA DE SOUZA ME- Registro de Licença N°38/2014-Onde se lê: Vencimento em 25 de setembro de 2015; Leia-se: Vencimento em 25 de setembro de 2016.

ELISEU EMIDIO NEVES CAVALCANTI

SUPERINTENDÊNCIA DO DNPM NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DESPACHO DE SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 84/2016

Fase de Licenciamento
Despacho de retificação do Registro de Licença(741)
890.337/1981-PEDREIRA VOLTA REDONDA LTDA- Registro de Licença N°281/1984-Onde se lê prazo até 14/03/2016, leia-se prazo até 01/08/2016
Fase de Autorização de Pesquisa
Retificação de despacho(1387)
890.514/2004-WASHINGTON DE LIMA ANASTACIO - Publicado DOU de 20/05/2016, Relação n° 62/2016, Seção 1, pág. 55- Onde se lê Relação n.º 106 e 50 leia-se Relação n.º 106 e n.º 51

ANTONIO CESAR DOS SANTOS

SUPERINTENDÊNCIA DO DNPM NO ESTADO DE SÃO PAULO

DESPACHO DA SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 66/2016

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
820.925/2007-EDSON CARDOSO FERREIRA-OF. N°86316-DFISC/DNPM/SP - 02.06.16
820.601/2008-B.S.P. TRANSPORTES LTDA - EPP-OF. N°841/16-DFISC/DNPM/SP - 01.06.16
820.602/2008-B.S.P. TRANSPORTES LTDA - EPP-OF. N°840/16-DFISC/DNPM/SP - 01.06.16
820.604/2008-B.S.P. TRANSPORTES LTDA - EPP-OF. N°839/16-DFISC/DNPM/SP - 01.06.16
820.606/2008-B.S.P. TRANSPORTES LTDA - EPP-OF. N°838/16-DFISC/DNPM/SP - 01.06.16
820.607/2008-B.S.P. TRANSPORTES LTDA - EPP-OF. N°837/16-DFISC/DNPM/SP - 01.06.16
820.608/2008-B.S.P. TRANSPORTES LTDA - EPP-OF. N°836/16-DFISC/DNPM/SP - 01.06.16
820.610/2008-B.S.P. TRANSPORTES LTDA - EPP-OF. N°835/16-DFISC/DNPM/SP - 01.06.16
820.611/2008-B.S.P. TRANSPORTES LTDA - EPP-OF. N°834/16-DFISC/DNPM/SP - 01.06.16
820.615/2008-B.S.P. TRANSPORTES LTDA - EPP-OF. N°833/16-DFISC/DNPM/SP - 01.06.16
820.617/2008-B.S.P. TRANSPORTES LTDA - EPP-OF. N°832/16-DFISC/DNPM/SP - 01.06.16
820.618/2008-B.S.P. TRANSPORTES LTDA - EPP-OF. N°831/16-DFISC/DNPM/SP - 01.06.16
820.619/2008-B.S.P. TRANSPORTES LTDA - EPP-OF. N°830/16-DFISC/DNPM/SP - 01.06.16
820.620/2008-B.S.P. TRANSPORTES LTDA - EPP-OF. N°829/16-DFISC/DNPM/SP - 01.06.16
820.752/2008-MAKINVEST INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA-OF. N°842/16-DFISC/DNPM/SP - 01.06.16
820.324/2009-RICARDO ALEXANDRE DE REZENDE-OF. N°929/16-DFISC/DNPM/SP - 09.06.16
820.146/2010-CERÂMICA RODRIGUES GIMENES LTDA. ME-OF. N°928/16-DFISC/DNPM/SP - 09.06.16
820.682/2011-MINERADORA NOVA CANAA LTDA ME-OF. N°água mineral
821.315/2013-STONE BUILDING S. A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO-OF. N°933/16-DFISC/DNPM/SP
821.317/2013-STONE BUILDING S. A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO-OF. N°933/16-DFISC/DNPM/SP
Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)
820.597/1996-ASSOCIAÇÃO RURAL NATUREZA -Alvará N°9.516/1998
820.820/2010-SIQUEIRA BARROS PARTICIPAÇÕES LTDA. -Alvará N°4.058/2011
Aprova o relatório de Pesquisa(317)
820.168/2010-PEDREIRA MARIA TERESA LTDA.-Diabásio (britado-construção civil)
820.520/2010-DÉCIO ZULIANI MALUF-Diabasio (britado-construção civil)
821.037/2011-DEMOP PARTICIPAÇÕES LTDA.-Basalto (britado-construção civil)
821.038/2011-DEMOP PARTICIPAÇÕES LTDA.-Basalto (britado-construção civil)
821.168/2011-EXTRAMINER COMÉRCIO E INDUSTRIA DE MINERIOS E SERVIÇOS LTDA-argila (industrial)
Prorroga por 02 (dois) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(325)
820.641/2010-ANTONIO RODRIGUES MASSON-ALVARÁ N°2.948/2011
821.011/2011-SERVENG CIVILSAN S.A. EMPRESAS ASSOCIADAS DE ENGENHARIA-ALVARÁ N°3.167/2012
821.012/2011-SERVENG CIVILSAN S.A. EMPRESAS ASSOCIADAS DE ENGENHARIA-ALVARÁ N°3.168/2012
821.014/2011-SERVENG CIVILSAN S.A. EMPRESAS ASSOCIADAS DE ENGENHARIA-ALVARÁ N°3.170/2012
821.016/2011-SERVENG CIVILSAN S.A. EMPRESAS ASSOCIADAS DE ENGENHARIA-ALVARÁ N°3.171/2012

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Prorroga por 03 (três) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(326)

820.748/2009-MINERAÇÃO RIO DO PEIXE LTDA.-ALVARÁ N°8.636/2010

820.761/2009-MINERAÇÃO RIO DO PEIXE LTDA.-ALVARÁ N°9.177/2010

820.339/2010-MINERAÇÃO NOVA ERA LTDA-ALVARÁ N°2.863/2011

820.518/2010-PORTEIRA PRETA MINERAÇÃO E TRANSPORTES LTDA.-ALVARÁ N°2.873/2011

820.545/2010-MINERAÇÃO NOVA ERA LTDA-ALVARÁ N°7.406/2011

820.555/2010-MINERAÇÃO RIO DO PEIXE LTDA.-ALVARÁ N°3.007/2011

820.732/2010-V. QUIROGA PENÁPOLIS - M.E.-ALVARÁ N°2.951/2011

Multa aplicada-Não início de pesquisa comunicado/prazo para pagamento30 dias(1026)

820.217/2007-SIDILENI GINEL MOREIRA PERASSOLI-ME

820.250/2007-MARCOS KENITI FUKUHARA

Fase de Concessão de Lavra

Aprova o modelo de rotulo da embalagem de água(440)

826.961/1972-SILVANO BIONDI E FILHOS LTDA.- Fonte Bio Água (poço) - Marca Lavrinhas Gold - recipientes de 10L e 20L (sem gás)- LAVRINHAS/SP

820.938/1988-FLAMIN MINERAÇÃO LTDA- Fonte Jatobá 1 (poço P1) - marca "Lindoya Bioleve": copos descartáveis de 200 mL e 305 mL, sem gás; garrafas descartáveis de 250 mL, sem gás; garrafas descartáveis de 310 mL, 510 mL e 1,5 L, sem gás e gaseificada artificialmente; garrafões descartáveis de 6 L, sem gás; garrafões retornáveis de 10 L e 20 L, sem gás. - marca "Bioleve Kids: garrafas descartáveis de 250 mL, sem gás. - marca "Lindoya Bioleve-Prime": garrafas descartáveis de 310 mL e 510 mL, sem gás e gaseificada artificialmente; garrafas descartáveis de 1,5 L, sem gás. - marca "Lindoya Bioleve-Sport": garrafas descartáveis de 510 mL, sem gás.- LINDÓIA/SP

821.891/1998-FOUNTAIN ÁGUA MINERAL LTDA- Fonte José Gregório - marca "Crystal" - recipientes de 310 mL (copos), sem gás; Recipientes de 500 mL (garrafas PET versão Ecoflex), sem gás; Recipientes de 500 mL (garrafas PET), sem gás e gaseificada artificialmente; Recipientes de 500 mL (garrafas PET versão Sport), sem gás; Recipientes de 1,5 L (garrafas PET), sem gás e gaseificada artificialmente; Recipientes de 5 L (garrafões PET), sem gás.- BAURU/SP

821.245/2009-DONA EMILIA EMPRESA DE MINERAÇÃO EIRELI EPP- Fonte Moisés - marca "Lumina" - recipientes de 10 L e 20 L sem gás; Fonte São Sebastião - marca "Lumina" - recipientes de 10 L e 20 L, sem gás- BIRITIBA-MIRIM/SP

Multa aplicada /Prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(460)

002.923/1946-PORTAL MINERADORA LTDA EPP- AI Nº 306, 307, 308 e 309/15-DFISC/DNPM/SP - 25/05/15

005.621/1954-PORTAL MINERADORA LTDA EPP- AI Nº 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109 e 110/15-DFISC/DNPM/SP de 01.04.15, e 296, 297, 298 e 299/15-DFISC/DNPM/SP - 29.05.15

821.275/2000-MINERADORA ÁGUA DA SERRA LTDA. ME- AI Nº 093/15-DFISC/DNPM/SP e 094/15-DFISC/DNPM/SP

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)

004.445/1959-LINDOIANO FONTES RADIOATIVAS LTDA-OF. N°901/16-DFISC/DNPM/SP e 902/16-DFISC/DNPM/SP

820.811/1972-EMPRESA DE AGUAS MINERAIS SÃO PEDRO S A IND. COM. EXPORT.-OF. N°924/16-DFISC/DNPM/SP

820.680/1986-EMPRESA DE MINERAÇÃO A & M LTDA-OF. N°926/16-DFISC/DNPM/SP - 08.06.16

820.915/1988-INDÚSTRIA PAULISTA DE ÁGUAS MINERAIS LTDA-OF. N°923/16-DFISC/DNPM/SP - 08.06.16

Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 60 dias(471)

820.327/1979-ASB BEBIDAS E ALIMENTOS LTDA.-OF. N°925/16-DFISC/DNPM/SP e 930/16-DFISC/DNPM/SP

Nega provimento a defesa apresentada(476)

002.923/1946-PORTAL MINERADORA LTDA EPP

005.621/1954-PORTAL MINERADORA LTDA EPP

821.275/2000-MINERADORA ÁGUA DA SERRA LTDA. ME

Multa aplicada - RAL / prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias.(1713)

801.383/1971-EMPRESA DE MINERAÇÃO LOPES LTDA.- AI N°894/15-DFISC/DNPM/SP, 895/15-DFISC/DNPM/SP, 896/15-DFISC/DNPM/SP, 897/15-DFISC/DNPM/SP e 898/15-DFISC/DNPM/SP

811.296/1971-EMPRESA DE MINERAÇÃO LOPES LTDA.- AI N°884/15-DFISC/DNPM/SP, 885/15-DFISC/DNPM/SP, 886/15-DFISC/DNPM/SP, 887/15-DFISC/DNPM/SP e 888/15-DFISC/DNPM/SP

817.779/1971-EMPRESA DE MINERAÇÃO LOPES LTDA.- AI N°889/15-DFISC/DNPM/SP, 890/15-DFISC/DNPM/SP, 891/15-DFISC/DNPM/SP, 892/15-DFISC/DNPM/SP e 893/15-DFISC/DNPM/SP

820.069/1971-EMPRESA DE MINERAÇÃO LOPES LTDA.- AI N°899/15-DFISC/DNPM/SP, 900/15-DFISC/DNPM/SP, 901/15-DFISC/DNPM/SP, 902/15-DFISC/DNPM/SP e 903/15-DFISC/DNPM/SP

MARCUS VINICIUS DE OLIVEIRA

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 165, DE 27 DE JUNHO DE 2016

Aprova o Manual de Orientações que regulamenta, no âmbito do MDIC, a operacionalização dos recursos do orçamento impositivo, provenientes de emendas parlamentares, executados por meio de contratos de repasse, em parceria com a Caixa Econômica Federal.

O MINISTRO DE ESTADO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos I e II, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no art. 64 da Lei nº 13.242, de 30 de dezembro 2015 e na Portaria Interministerial MPOG/SG-PR nº 38, de 05 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Fica aprovado o anexo Manual de Orientações, que dispõe sobre as normas e procedimentos a serem adotados na operacionalização das transferências de dotações do Orçamento Geral da União (OGU), consignadas na Ação Orçamentária 210E- Promoção do Desenvolvimento Industrial, na forma de emendas parlamentares, de aplicação obrigatória no exercício de 2016.

Art. 2º A execução das propostas dar-se-á no âmbito do Contrato de Prestação de Serviços nº 02/2016, firmado entre o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços e a Caixa Econômica Federal, que atuará como mandatária da União, operando os contratos de repasse.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS PEREIRA

ANEXO

MANUAL DE ORIENTAÇÕES
"EMENDAS PARLAMENTARES"
PROGRAMA 2079 / AÇÃO 210E
"PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL"
- EXERCÍCIO 2016 -

1 DOS OBJETIVOS

1.1 Regulamentar as diretrizes e os procedimentos operacionais necessários a implementação das ações e atividades no âmbito do Contrato de Prestação de Serviços nº 02/2016, firmado entre o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços - MDIC e a Caixa Econômica Federal- CEF, no papel de instituição MANDATÁRIA.

2 DA LEGISLAÇÃO

2.1 As obras, serviços de engenharia e aquisição de equipamentos deverão observar o disposto neste Manual e no Anexo I - Diretrizes Gerais do Programa, além dos dispositivos contidos na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 (institui normas para licitações e contratos da Administração Pública), no que couber, no Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1983 (dispõe sobre a unificação dos recursos de caixa do Tesouro Nacional, atualiza e consolida a legislação pertinente) e suas alterações, no Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007 (dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse) e suas alterações, na Portaria Interministerial MP/MF/CGU nº 507, de 24 de novembro de 2011 (regula os convênios, os contratos de repasse e os termos de cooperação celebrados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal com órgãos ou entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos para a execução de programas, projetos e atividades de interesse recíproco, que envolvam a transferência de recursos financeiros oriundos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União e suas alterações), no Decreto nº 7.983/2013 (Estabelece regras e critérios para elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia, contratados e executados com recursos dos orçamentos da União), no Decreto nº 6.555, de 08 de setembro de 2008 (dispõe sobre as ações de comunicação do Poder Executivo Federal e dá outras providências) e na Instrução Normativa SECOM nº 2, de 16 de dezembro de 2009 (disciplina as ações de publicidade dos órgãos e entidades integrantes do Poder Executivo Federal e dá outras providências).

3 DO PROGRAMA

3.1 O Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços tem como uma das áreas de competência os assuntos relacionados à política de desenvolvimento industrial, contemplados em iniciativas e metas do Programa Temático PPA 2079- Desenvolvimento da Indústria, do Comércio e dos Serviços. Nessa perspectiva, visando elevar a competitividade, a qualidade e a produtividade da indústria brasileira, vem implementando suas iniciativas com contribuição da Ação Orçamentária 210E- Promoção do Desenvolvimento Industrial, de responsabilidade da Secretaria de Desenvolvimento e Competitividade Industrial. A Ação não conta com dotação orçamentária do Ministério, mas somente vem sendo operacionalizada com verba proveniente de emendas parlamentares, para aplicação em projetos de construção de estrutura física, destinada a apoiar e desenvolver empreendimentos para abrigo de empresas; infraestrutura para parques industriais e aquisição de equipamentos de apoio a atividades fabris. A PLOA 2016 contempla projetos de emendas parlamentares, com localizadores nas seguintes funcionais programáticas: 226612079210E0024/226612079210E0041/226612079210E2277/ 226612079210E3208/ 226612079210E5482/226612079210E7000.

4 PERSPECTIVA DO PROGRAMA NA AÇÃO ORÇAMENTÁRIA 210E

4.1 A ação orçamentária inserida no Programa 2079 contribui para a implementação de iniciativas voltadas à elevação da competitividade, a qualidade e a produtividade da indústria brasileira por meio do investimento, da melhoria dos processos produtivos e da modernização do parque industrial. Por meio desse programa, pretende-se justamente desenvolver as cadeias produtivas e as empresas, em especial as constituídas em Arranjos Produtivos Locais, buscando o crescimento e competitividade dessas e o consequente desenvolvimento regional;

4.2 O público alvo das ações programáticas a serem implementadas pelos entes federados ou suas instituições vinculadas são empresas com potencial produtivo, com foco em micro, pequeno e médio portes; associações e empreendedores individuais;

4.3 Preferencialmente, o Plano de Implementação contemplará empresas organizadas em APLs - Arranjos Produtivos Locais, que apresentam especialização produtiva e mantêm vínculos de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si e com outros atores locais, tais como: governo, associações empresariais, instituições de crédito, ensino e pesquisa; e

4.4 A aglomeração produtiva deve ter uma especialização produtiva que seja relevante para o desenvolvimento local e regional.

5 DOS PARTÍCIPES

5.1 Os participantes do processo de contratação e execução da Ação são:

5.1.1 MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS - GESTOR

A Secretaria de Desenvolvimento e Competitividade Industrial é a unidade responsável por formular, planejar, coordenar, desenvolver, monitorar e integrar as ações implementadas no âmbito da Ação Orçamentária 210E - Promoção do Desenvolvimento Industrial.

5.1.2 CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - INSTITUIÇÃO MANDATÁRIA

A Caixa Econômica Federal - CAIXA é encarregada do acompanhamento da execução dos contratos de repasse que viabilizam as ações de responsabilidade do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, conforme obrigações definidas no Contrato de Prestação de Serviços nº 02 /2016.

5.1.3 GOVERNO ESTADUAL, DISTRITO FEDERAL E MUNICIPAL - PROPONENTE/TOMADOR

O Proponente/TOMADOR é o responsável pela apresentação da proposta e respectivo Plano de Trabalho, como também o Plano de Implementação, conforme orientações contidas neste Manual. Compete, ainda, ao TOMADOR, administrar e fiscalizar a execução dos trabalhos necessários à consecução do objeto do Contrato de Repasse, observando critérios de qualidade técnica, prazos, custos previstos no Plano de Trabalho e os princípios apontados no art. 37 da Constituição Federal, bem como o Decreto 6.170, de 25 de julho de 2007 e a Portaria Interministerial MP/MF/CGU nº 507, de 24 de novembro de 2011, bem como no Decreto nº. 7983/2013.

6 DA DEFINIÇÃO DE ATRIBUIÇÕES

6.1 COMPETE AO MDIC, como GESTOR:

Definir e aplicar parâmetros para a elaboração da proposta no SICONV, no âmbito da Secretaria de Desenvolvimento e Competitividade Industrial, emitindo parecer quanto ao mérito do pleito;

a) Orientar os proponentes quanto à coerência e conformidade do preenchimento das Propostas e Planos de Trabalho no SICONV;

b) Analisar e aprovar, no SICONV, as Propostas e os Planos de Trabalho cadastrados pelos proponentes, inclusive quanto a sua participação financeira (contrapartida), e registrar os dados orçamentários no SICONV, de forma que este possa gerar e disponibilizar arquivos com informações das propostas aprovadas à MANDATÁRIA, com vistas às providências necessárias à celebração dos contratos de repasse;

c.1 Avaliar se o valor de contrapartida, no caso exclusivamente financeira, está em consonância com o percentual mínimo definido na Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício correspondente;

c) Destacar em parecer o enquadramento do objeto e das justificativas, constantes das Propostas, às diretrizes programáticas, cujo objeto deve ser claro e específico, não podendo ser genérico nem conter detalhamentos e/ou configurações desnecessárias;

d) Empenhar, por intermédio da UG 280123, as propostas aprovadas e providenciar o cancelamento das notas de empenho dos proponentes que não cumprirem o estabelecido no item 6.2.b, antes da celebração do contrato de repasse;

e) Analisar e manifestar, mediante parecer no SICONV, eventuais alterações/reprogramações do(s) Plano(s) de Trabalho e/ou Contrato(s) de Repasse, que modifiquem as condições aprovadas originalmente pelo GESTOR, de acordo com o estabelecido no item 15 deste Manual;

f) Viabilizar a execução dos recursos provenientes de emendas parlamentares, consignados no Orçamento Geral da União e alocados na Ação Orçamentária 210E, na medida em que forem descentralizados e assegurar dotação orçamentária e cota financeira para custeio do pagamento dos serviços prestados pela MANDATÁRIA, bem como eventuais suplementações, se vier a ser superado o valor previsto, de forma a assegurar a regularidade à operacionalização dos repasses e garantia dos custos de contratação;

g) Habilitar a MANDATÁRIA na Unidade Gestora, no SIAFI, objetivando a execução orçamentária e financeira dos recursos necessários à consecução dos Contratos de Repasse;

h) Descentralizar os recursos orçamentários e financeiros a MANDATÁRIA, por intermédio da UG 280123 UG 00001, disponibilizando as informações pertinentes, na forma previamente acordada;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

i) Cientificar a MANDATÁRIA de eventual ato normativo que impacte o processo; e

j) Acompanhar e avaliar a execução e os resultados da Ação, promovendo os ajustes necessários.

6.2 COMPETE À CAIXA como MANDATÁRIA:

a) Registrar no SICONV ou Sistema Corporativo, para posterior migração, dados que evidenciam a instrução processual e a evolução físico-financeira das propostas selecionadas pelo GESTOR;

b) Demandar e analisar a documentação técnica, institucional, cadastral e jurídica complementar das Propostas e dos Planos de Trabalho aprovados pelo GESTOR, de acordo com a Portaria Interministerial MP/MF/CGU nº 507, de 24 de novembro de 2011, e suas alterações, bem como Decreto nº. 7983, de 8 de abril de 2013, compreendendo as seguintes etapas:

b.1) análise e aprovação da documentação institucional e de atendimento as exigências estabelecidas para contratação;

b.2) análise técnica de engenharia, quando couber; e

b.3. análise da regularidade da área de intervenção do projeto, quando couber;

c) Analisar o atendimento, pelo proponente, das exigências estabelecidas na LRF, LDO vigente e na Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU 507, de 24/11/2011, não previstas entre as atribuições do GESTOR;

d) Formalizar os Contrato de Repasse e eventuais termos aditivos e publicar os respectivos extratos no Diário Oficial da União;

e) Verificar a disponibilidade orçamentária da contrapartida estabelecida pelo GESTOR;

f) Verificar no regime de execução indireta - os documentos relativos ao processo licitatório quanto à Planilha de Custos do licitante vencedor e sua compatibilidade com os custos aprovados no Plano de Trabalho, o respectivo enquadramento do objeto contratado com o efetivamente licitado, a sua Adjudicação e Homologação, fazendo anexar ao processo de contratação manifestação expressa firmada pelo representante legal do TOMADOR, atestando o atendimento às normas da Lei nº 8.666/93, atestando o atendimento as normas da Lei 8.666/93, a regularidade procedimental e ao enquadramento do processo licitatório, inclusive quanto à forma de publicação;

g) Analisar e deliberar sobre a(s) reprogramação(s) do Plano de Trabalho e/ou Contratos de Repasse, de acordo com a legislação vigente, em especial o artigo 34 da Portaria Interministerial MP/MF/CGU nº. 507/2011, observada a competência do GESTOR, expressa no item 6.1.f;

h) Analisar e, se for o caso, aprovar solicitações de desbloqueio/pagamento de despesas após a vigência do contrato de repasse, mediante justificativa formal e comprovação do fato gerador da despesa dentro de prazo de vigência contratual;

i) Solicitar ao GESTOR a descentralização dos recursos financeiros;

j) Promover a execução orçamentária e financeira relativa aos contratos de repasse;

k) Aferir a evolução das obras, aquisições e serviços objeto das contratações efetuadas, inclusive os derivados da aplicação da contrapartida do TOMADOR, garantindo especialmente o cumprimento dos objetos pactuados;

l) Analisar a documentação de prestação de contas no SICONV e adotar as providências necessárias à respectiva baixa das prestações de contas relativas aos contratos de repasse, sendo que, quando da aprovação da prestação de contas de cada contrato no SIAFI/SICONV cessa a responsabilidade da MANDATÁRIA, inclusive quanto à destinação e manutenção do objeto executado;

m) Disponibilizar dados e informações acerca da execução da Ação, na forma previamente negociada entre o GESTOR e MANDATÁRIA;

n) Instaurar Tomada de Contas Especial nos casos de não cumprimento do objeto, parcial ou total, na hipótese de não apresentação, no prazo contratualmente estipulado, da prestação de contas ou da documentação necessária a sua análise, ou nos casos de determinação dos Órgãos de Fiscalização e de Controle, observadas as orientações contidas no art. 82 da Portaria Interministerial MP/MF/CGU nº. 507/2011 e na IN TCU nº. 71/2012;

o) Subsidiar o GESTOR na formalização da Tomada de Contas Anual da Ação operada pela MANDATÁRIA, nos prazos dispostos na legislação aplicável;

p) Manter à disposição do GESTOR pelo prazo de 10 (dez) anos, contados da aprovação da prestação de contas no SIAFI, da rescisão, término da vigência, ou da instauração de Tomada de Contas Especial toda a documentação relativa à execução dos contratos de repasse, inclusive para efeito de fiscalização pelo GESTOR e órgãos de controle; e

q) As atribuições da MANDATÁRIA devem ser orientadas fundamentalmente para o acompanhamento da execução da obra, serviços e aquisição de equipamentos aprovados no plano de trabalho.

6.3 COMPETE AO TOMADOR:

a) Depositar o valor correspondente a contrapartida na conta bancária específica do Contrato de Repasse em conformidade com o cronograma de desembolso;

b) Aplicar os recursos repassados pela MANDATÁRIA e os correspondentes a sua contrapartida, exclusivamente no objeto pactuado no Contrato de Repasse;

c) Restituir o eventual saldo de recursos ao GESTOR, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras, no prazo de 30 (trinta) dias da conclusão, extinção, denúncia ou rescisão do Contrato de Repasse, bem como recolher, proporcionalmente, à contrapartida pactuada não utilizada, conforme previsão contida no art. 72 e 73 da Portaria Interministerial MP/MF/CGU nº 507/2011;

d) Observar nas aquisições e/ou contratações aprovadas no Plano de Trabalho os procedimentos estabelecidos no artigo 62 da Portaria Interministerial MP/MF/CGU nº 507/2011, mantendo profissional habilitado para fiscalização da execução da obra ou serviços pela empresa contratada;

e) Notificar o conselho local ou instância de controle social da área vinculada ao programa de governo que originou a transferência, se houver, acerca da celebração do Contrato de Repasse, além de notificar os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais, com sede no Município, acerca da liberação de recursos, no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento dos recursos;

f) Executar fielmente o Contrato de Repasse conforme as cláusulas pactuadas e a legislação pertinente;

g) Incluir regularmente no SICONV as informações e os documentos exigidos pela Portaria Interministerial n° 507/2011, mantendo-os atualizados, e prestar contas dos recursos recebidos no mesmo sistema concomitantemente com a liberação das parcelas de recursos;

h) Disponibilizar ao cidadão, por meio da internet ou na sua falta, em sua sede, consulta ao extrato do contrato de repasse, contendo pelo menos, o objeto, a finalidade e o detalhamento da aplicação dos recursos;

i) Verificar a situação do fornecedor selecionado, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, por meio de acesso ao Portal da Transparência na Internet, e no CNPJ, mediante consulta ao portal da Receita Federal do Brasil - RFB na internet, antes de solicitar a prestação do serviço ou a entrega do bem, conforme determina o Acórdão nº 2.550/2013 - TCU (Plenária);

j) No caso de obra, garantir que o empreendimento esteja dentro das condições estabelecidas na NBR 9050, da ABNT, promovendo a acessibilidade às pessoas com deficiência sensorial ou motora ou com mobilidade reduzida, às de atendimento prioritário e a outros especificados no Decreto nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004, possibilitando aos usuários condições de alcance, percepção e entendimento para a utilização com segurança e autonomia do espaço, de seus elementos, do mobiliário e dos equipamentos; e

k) Manter a finalidade prevista no Plano de Implementação aprovado e fazer a gestão dos bens adquiridos e/ou construídos, de acordo com o disposto no Anexo I deste Manual.

7 DOS RECURSOS DA CONTRAPARTIDA

7.1 A Contrapartida, assim entendida como a complementação do valor necessário à execução do objeto do Contrato de Repasse, a ser integralizada pelo TOMADOR, será atendida por meio de recursos financeiros, em conformidade com os prazos estabelecidos no cronograma de desembolso.

a) As regras e percentuais de contrapartida do TOMADOR serão disponibilizadas juntamente com o Programa no SICONV, estabelecidas de acordo com o previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias nº 13.242/2015, de 30/12/2015; e

b) É vedada qualquer alteração de Contrapartida que extrapolar os limites mínimos e máximos da LDO, exceto quando ocorrer fato superveniente, fortuito ou de força maior, definidos como fatores/ocorrências imprevisíveis que gerem um ou mais efeitos/consequências inevitáveis previstos em lei, devidamente comprovados.

8 DA PROPOSTA/PLANO DE TRABALHO E PLANO DE IMPLEMENTAÇÃO

8.1 A proposta, de proponente específico, nominalmente identificado na emenda parlamentar, será cadastrada no SICONV e enviada para análise, nos prazos regulamentares;

8.1.1 A Coordenação-Geral de Arranjos Produtivos Locais/Departamento de Competitividade Industrial da Secretaria de Desenvolvimento e Competitividade Industrial/MDIC, fará a análise da Proposta/Plano de Trabalho e Plano de Implementação, que observará o mérito do pleito e, preenchendo todos os requisitos técnicos divulgados pelo MDIC esta será aprovada. Contudo, a celebração do contrato de repasse somente ocorrerá com a avaliação técnica, institucional, cadastral e jurídica complementar a ser feita pela MANDATÁRIA.

8.2 O conhecimento da Proposta e Plano de Trabalho aprovados e sua internalização pela CAIXA ocorrerão após recepção de arquivo gerado pelo SICONV contendo as informações programáticas, cadastrais e orçamentária, consoante leiaute definido pelo MPOG;

8.3 Internalizados a Proposta e Plano de Trabalho, a CAIXA demandará ao proponente a documentação instrucional complementar necessária à análise e à celebração do contrato de repasse; e

8.4 Caberá aos proponentes selecionados instruir a CAIXA com a documentação técnica, institucional, e de atendimento às exigências da Lei de Diretrizes Orçamentária/LDO, da Lei de Responsabilidade Fiscal/LRF e das demais normas legais aplicáveis à contratação com recursos do Orçamento Geral da União - OGU.

9 INSTRUÇÕES AO TOMADOR

9.1 O TOMADOR deverá incluir os documentos e informações no SICONV da seguinte forma:

9.1.1 Na aba DADOS DA PROPOSTA - DADOS

9.1.1.1 Justificativa contendo a caracterização dos interesses recíprocos, a relação entre a proposta apresentada e os objetivos a serem atingidos, a indicação do público alvo, o problema a ser resolvido e os resultados esperados. A justificativa registrada pelo Proponente/TOMADOR deve estar em consonância com a realização dos objetivos até a conclusão do objeto e, o cumprimento da finalidade da ação, prevista no Plano de Implementação, é de responsabilidade exclusiva do Proponente, o qual deverá ser comprovado pelo mesmo, mediante Termo de Compromisso, por ocasião da apresentação da Prestação de Contas;

9.1.1.2 Apresentar o objeto do convênio conforme determina a Portaria Interministerial MP/MF/CGU nº 507/2011 e em conformidade com a Ação proposta na funcional programática;

9.1.1.3 Apresentar valores coerentes à execução do objeto, atentando-se para o aporte da contrapartida de acordo com o item 7; e

9.1.1.4 Anexar Documento Relativo à Capacidade Técnica e Operacional.

9.1.2 Na aba PLANO DE TRABALHO - CRONOGRAMA FÍSICO

9.1.2.1 Descrever as metas necessárias para o alcance do objeto proposto;

9.1.2.2 Detalhar separadamente todas as etapas necessárias para atingir a meta descrita, lembrando que as metas e etapas não podem iniciar e finalizar em datas semelhantes, devendo estar condizentes com os períodos previstos no cronograma físico-financeiro;

9.1.3 Na aba PLANO DE TRABALHO -CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

9.1.3.1 De acordo com o Procedimento Simplificado de Acompanhamento e Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia de Pequeno Valor, artigos 77 a 79 da Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU nº 507/2011, o cronograma de desembolso deve ser de no máximo três parcelas de valores correspondentes a 50% (cinqüenta por cento), 30% (trinta por cento) e 20% (vinte por cento) do valor de repasse da União, respectivamente;

9.1.3.2 Quanto às operações não enquadráveis no Procedimento Simplificado de Acompanhamento e Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia de Pequeno Valor, as quantidades e percentuais de parcelas serão definidos em maior número, visando potencializar os instrumentos de fiscalização e minimizar os riscos ao erário diante da prerrogativa de suspensão da liberação dos recursos no caso de ocorrência de quaisquer irregularidades; e

9.1.3.3 Em quaisquer das situações, o desbloqueio da 2ª parcela e demais ocorrerá após a apresentação do Relatório de Execução de cada etapa do objeto do contrato de repasse devidamente atestado pela fiscalização do TOMADOR.

9.1.4 Na aba PLANO DE TRABALHO - PLANO DE APLICAÇÃO DETALHADO

9.1.4.1 Cadastrar os bens e/ou serviços a serem adquiridos, tomando como base os valores de referência do Sistema Nacional de Pesquisas de Custos e índices da Construção Civil - SINAPI ou, em caso de inviabilidade da definição dos custos conforme definido, a estimativa de custo poderá ser apurada por meio da utilização de dados contidos em tabela de referência formalmente aprovada por órgãos ou entidades da administração pública federal em publicações técnicas especializadas, em sistema específico instituído para o setor, ou em pesquisa de mercado com apresentação de, no mínimo, 03 (três) orçamentos;

9.1.4.2 Atentar-se para a perfeita compatibilidade entre os valores e informações referentes às etapas lançadas no Plano de Aplicação Detalhado e a planilha orçamentária (base do lançamento) que compõe o documento Projeto Básico; e

9.1.4.3 Informar a natureza de despesa com atenção ao Plano de Contas da União.

9.1.5 PLANO DE IMPLEMENTAÇÃO (apresentando juntamente com a proposta- inserir na aba Projeto Básico/Termo de Referência)

9.1.5.1 O Plano de Implementação deve conter ao menos: a caracterização do projeto/iniciativa, sua forma de operar, parcerias, estratégias e um breve relato dos potenciais da produção local. O custeio da implementação do plano não poderá onerar o objeto do contrato de repasse, devendo o proponente indicar as fontes de recursos, que podem ser próprias ou de terceiros.

Sugestão de tópicos a constar no Plano:

a) Sumário Executivo: um resumo onde deve conter o objeto e o objetivo principal da iniciativa, caracterizando a estrutura produtiva local, qual o mercado quer atingir, as estratégias de parceria para a gestão do projeto/iniciativa, que segmento deverá ser atacado, relação entre as demandas locais e as possibilidades de incremento da produção no Município/Estado;

b) Análise do mercado Local: porque implementar a iniciativa quais as perspectivas encontradas. O que já existe, quais as limitações e oportunidades;

c) Análise dos pontos fortes e fracos do Município no que diz respeito ao estímulo à promoção do desenvolvimento industrial;

d) Estratégia: quais as parcerias formalizadas para a gestão do projeto/iniciativa e os resultados esperados;

e) Tecnologias e estrutura: descrever, diante dos itens acima, quais as tecnologias e estrutura que deverão ser utilizadas para o pleno funcionamento do projeto/iniciativa proposta;

f) Operacionalização e manutenção do objeto e de sua finalidade: descrever a forma de gestão a ser adotada pelo proponente para a manutenção do objeto do convênio (se direta ou indireta). Se indireta, especificar os instrumentos a serem utilizados;

g) No caso de aquisição de máquinas e equipamentos de uso coletivo, o acolhimento da proposta ficará vinculada à previsão de assistência técnica para instalação, manutenção ou operação dos mesmos;

h) Fontes de custeio: indicar as fontes de custeio de prováveis investimentos necessários à execução do objeto, estabelecido no plano de implementação e, no caso de aquisição de equipamentos e máquinas, informar, inclusive, o local de instalação;

9.1.5.2 Considerando que o custeio do referido Plano não onera o contrato de repasse, não cabe à instituição MANDATÁRIA a verificação da sua implementação.

9.1.6 DOCUMENTOS A SEREM APRESENTADOS PARA A MANDATÁRIA:

9.1.6.1 Em complementação à proposta, anexar ao SICONV, arquivos relevantes, quando necessário. Podem incluir arquivos contendo, por exemplo, as declarações solicitadas pelo GESTOR através das diligências, planta de obra, foto do terreno, dentre outros julgados necessários pela MANDATÁRIA ou pelo GESTOR;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

9.1.6.2 Projeto de Engenharia, que deverá conter a identificação do Proponente, considerações gerais da proposta, justificativa, objetivos, metas/produtos, resultados esperados, metodologia/estratégia de ação, detalhamento de custos (planilha orçamentária), indicação de contrapartida e prazo de execução a partir do cronograma físico financeiro da obra;

9.1.6.3 O Projeto de Engenharia e demais projetos dele decorrentes devem atender ao Decreto nº. 7983, de 8 de abril de 2013; e

9.1.6.4 Apresentar os documentos/anexos acerca da contratação de serviços e aquisição de bens aprovados no Plano de Trabalho, devendo ser incluídos na Aba "Projeto Básico" do SICONV, as especificações e custos dos itens de despesa.

10 DA CONTRATAÇÃO

10.1 Após a aprovação do Plano de Trabalho e a emissão de empenho pelo GESTOR no SICONV, e a análise favorável da documentação institucional e de atendimento as exigências da LDO, LRF e Portaria Interministerial MP/MF/CGU nº 507/2011, pela MANDATÁRIA, esta e o PROPONENTE formalizarão o Contrato de Repasse;

10.2 A celebração do Instrumento pode ocorrer mediante a inserção de condição suspensiva para apresentação de Projetos de engenharia, documento da área de intervenção e licenciamento ambiental prévio, bem como apresentação de Termo de Referência para aquisição de equipamentos aprovados no Plano de Trabalho;

10.3 O TOMADOR terá o prazo para cumprir a condição suspensiva conforme o §3º, Art. 37, da Portaria Interministerial MP/MF/CGU nº 507/2011; e

10.4 O prazo fixado no instrumento para o cumprimento da condição, desde que feitas as adequações no plano de trabalho e apresentadas as justificativas, poderá ser prorrogado, pela instituição MANDATÁRIA, por uma única vez, de igual período, não ultrapassando dezoito meses, incluída a prorrogação, se houver, devendo ser o Contrato de Repasse extinto no caso do não cumprimento da condição, na forma do art. 37 da Portaria Interministerial nº 507/2011.

11 DA SOLICITAÇÃO/LIBERAÇÃO DE RECURSOS

11.1 A solicitação de recursos será realizada pelo valor total do empenho, após a eficácia contratual e mediante publicação do extrato no Diário Oficial da União - DOU, e quando for o caso, a regularidade de eventual condição suspensiva;

11.2 A liberação dos recursos financeiros será feita diretamente em conta bancária vinculada ao Contrato de Repasse, preferencialmente em parcela única, sob bloqueio, aberta em agência da MANDATÁRIA, respeitada a disponibilidade financeira do GESTOR e atendida a regularidade cadastral da conta corrente e demais exigências; e

11.3 As contas vinculadas aos contratos de repasse são isentas de qualquer cobrança de tarifas bancárias inclusive as de transações entre bancos.

12 DA AUTORIZAÇÃO DE INÍCIO DA EXECUÇÃO DO OBJETO

12.1 A autorização para início da execução do objeto contratual, pela MANDATÁRIA somente será efetivada após crédito, na conta vinculada do contrato de repasse de, no mínimo, 50% do valor do repasse previsto no Plano de Trabalho e a verificação dos documentos do processo licitatório, tendo como foco a compatibilidade dos custos com os aprovados no Plano de Trabalho e o enquadramento do objeto licitado com o pactuado.

13 DO DESBLOQUEIO DE RECURSOS

13.1 O desbloqueio de recursos financeiros, creditados na conta vinculada, ocorre após a apresentação do relatório de execução de cada etapa do objeto do contrato de repasse, devidamente atestada pela fiscalização do TOMADOR e a verificação da execução física da etapa correspondente pela MANDATÁRIA, mediante Relatório de Acompanhamento Técnico;

13.2 A partir da segunda parcela, o desbloqueio dos recursos financeiros dependerá, também, da aprovação, pela MANDATÁRIA, da execução financeira da etapa anterior;

13.3 Para as operações enquadradas no Procedimento Simplificado, o desbloqueio de recursos ocorre após a apresentação, pelo TOMADOR à MANDATÁRIA, do relatório de execução de cada etapa (50%, 80%, 100%) do objeto do contrato de repasse, atestado pela fiscalização do TOMADOR, por meio de Relatório Resumo de Empreendimento e demais exigências previstas pela legislação;

13.4 O desbloqueio está condicionado, ainda, à comprovação do aporte de contrapartida, de acordo com o cronograma de desembolso aprovado, e da existência da placa de obra, conforme orientações disciplinadas no Manual Visual de Placas e Adesivos de obra, disponível no sítio www.caixa.gov.br, na seção Downloads, assunto Gestão Urbana;

13.5 Os pagamentos estão sujeitos à identificação dos fornecedores / prestadores de serviços e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária, conforme Artigo 10 do Decreto 6.170, de 25 de julho de 2007;

13.6 Somente será desbloqueada a última parcela dos recursos após aferição da conclusão da obra, ou seja, dos bens adquiridos e/ou das obras / serviços; e

13.7 Caso a MANDATÁRIA tenha conhecimento de irregularidade ou impropriedade, em qualquer momento, que suscite questionamento quanto à coerência da sistemática de liberação e/ou desbloqueio de recursos, poderá solicitar manifestação expressa do GESTOR, que autorizará ou não o desbloqueio da respectiva parcela.

14 DO ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO FÍSICA

14.1 De acordo com o Procedimento Simplificado de Acompanhamento e Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia de Pequeno Valor, artigos 77 a 79 da Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU nº 507/2011, a aferição, pelo concedente, da execução do objeto do contrato de repasse, ocorre mediante visita aos locais das intervenções, nas seguintes ocasiões:

a) na medição que apresentar execução física acumulada de 50% (cinqüenta por cento) do objeto do contrato de repasse;

b) na medição que apresentar execução física acumulada de 80% (oitenta por cento) do objeto do contrato de repasse; e

c) na medição que apresentar execução física acumulada de 100% (cem por cento) do objeto do contrato de repasse.

14.2 Para os demais casos a aferição da execução física ocorre mediante a recepção do Relatório Resumo de Empreendimento, acompanhado do Boletim de Medição aprovados pelo Contratado, em conformidade com o cronograma físico aprovado pela MANDATÁRIA.

15 DA REPROGRAMAÇÃO CONTRATUAL

15.1 Será permitida a reformulação do Plano de Trabalho, desde que não haja alteração do objeto;

15.2 Será permitida, ainda, a reformulação do Plano de Trabalho para ampliação da execução do objeto pactuado, redução ou exclusão de meta, sem prejuízo da funcionalidade do objeto contratado, desde que não comprometa o objeto e se observe a compatibilidade da natureza de despesa;

15.2.1 havendo alterações substanciais nos custos analisados e aprovados no Plano de Trabalho ou nos casos em que tenham surgido imprevistos na execução das metas, de forma que os recursos disponíveis sejam insuficientes para o alcance de 100% (cem por cento) da meta, poderá ser acatada a redução de itens da meta física, desde que submetido previamente a homologação do GESTOR, que emitirá parecer anexado no SICONV.

15.3 As reformulações nas metas que não resultem em mudança de valor, denominadas ajustes de PT, serão objeto de análise e deliberação exclusiva da MANDATÁRIA, assim como as solicitações de supressão de quantitativos nos itens, preservada a funcionalidade do objeto;

15.4 Os rendimentos de aplicações financeiras poderão ser aplicados no objeto do Contrato de Repasse, por uma única vez, observada a previsão contida no artigo 78, inciso V, da Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU 507/2011, que versa sobre o Procedimento Simplificado de Acompanhamento e Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia de Pequeno Valor;

15.4.1 A MANDATÁRIA examinará, uma única vez durante a vigência contratual, solicitações emanadas do TOMADOR, para utilização de resíduos financeiros contratuais, entendidos como sobra de recursos de metas realizadas, rendimentos de aplicação financeira e os valores decorrentes de reformulações efetivadas e aprovadas previamente pelo GESTOR, quando das ocorrências previstas na alínea "f", do item 6.1, da presente diretriz e que não comprometerem o objeto pactuado, buscando a ampliação de metas previstas, desde que dentro da mesma natureza e grupo de despesa.

15.5 As reformulações que resultem em acréscimo de valor contratual, seja por utilização de saldo de rendimento ou seja por aumento de contrapartida do TOMADOR, devem preceder de justificativa técnica e serem submetidas previamente à homologação do GESTOR no SICONV.

16 DA DEVOLUÇÃO DOS RECURSOS

16.1 Devolução de saldo à Conta Única do Tesouro Nacional em caso de distrato ou término de vigência sem execução integral do objeto, nos seguintes casos:

16.1.1 Quando não for executado, parcial ou totalmente, o objeto pactuado no Contrato de Repasse, constante do Plano de Trabalho correspondente;

16.1.2 Quando não for apresentada, no prazo regulamentar, a respectiva prestação de contas; e

16.1.3 Quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida no Plano de Trabalho integrante do Contrato de Repasse.

16.2 Entende-se como valor transferido, inclusive, aquele que permaneceu na conta específica aberta na MANDATÁRIA, não chegando a ser desbloqueado em favor do TOMADOR em virtude de inexecução parcial ou total do objeto;

16.3 A devolução dos recursos obedecerá às seguintes regras:

16.3.1 Inexecução total do objeto, em que os recursos permaneceram na conta específica, sem terem sido desbloqueados em favor do TOMADOR: devolução dos recursos acrescidos do resultado da aplicação financeira, nos termos do item 16.1.1, no prazo de até 30 (trinta) dias do vencimento da vigência do Contrato de Repasse;

16.3.1.1 Após esse período aplicar o IPCA, desde a data do crédito, mais juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, desde a data do vencimento da obrigação de devolução, podendo ser deduzidos os rendimentos de aplicação.

16.3.2 Execução parcial do objeto, em que a parte executada apresenta funcionalidade: devolução dos recursos já creditados em conta e não aplicados no objeto do Plano de Trabalho, acrescidos do resultado da aplicação financeira, no termo do item 16.1.1, no prazo de até 30 (trinta) dias do vencimento da vigência contratual;

16.3.2.1 Após esse período aplicar o IPCA desde a data do crédito, mais juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, desde a data do vencimento da obrigação de devolução, podendo ser deduzidos os rendimentos de aplicação.

16.3.3 Execução parcial do objeto, em que a parte executada não apresenta funcionalidade: devolução da totalidade dos recursos liberados acrescidos do resultado da aplicação financeira, nos termos do item 16.1.1 aplicando-se sobre os recursos eventualmente gastos, o mesmo percentual como se tivessem permanecido aplicados durante todo o período em caderneta de poupança, no prazo de até 30 (trinta) dias do vencimento da vigência do Contrato de Repasse;

16.3.3.1 Após esse período aplicar o IPCA desde a data do crédito, mais juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, desde a data do vencimento da obrigação de devolução, podendo ser deduzidos os rendimentos de aplicação.

16.3.4 Aplicação dos recursos em desconformidade com o Plano de Trabalho: Instauração de Tomada de Contas Especial, com devolução dos recursos liberados devidamente atualizados, conforme exigido para a quitação de débitos para com a Fazenda Nacional, com base na variação da Taxa Referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC, acumulada mensalmente, até o último dia do mês anterior ao da devolução dos recursos, acrescido a esse montante de 1% (um por cento) no mês de efetivação da evolução dos recursos à Conta Única do Tesouro Nacional;

16.3.4.1 Nesta hipótese, caso haja recursos que permaneceram sem desbloqueio em favor do TOMADOR, a MANDATÁRIA poderá, mediante cumprimento de cláusula contratual, devolver no prazo de até 30 (trinta) dias do vencimento da vigência contratual, acrescidos do resultado da aplicação financeira.

16.3.4.2 Após esse período instaurar Tomada de Contas Especial, de acordo com regulamentação própria do Tribunal de Contas da União - TCU.

16.3.5 Para aplicação dos itens 16.3.2 e 16.3.3, a funcionalidade da parte executada deverá ser verificada pela MANDATÁRIA; e

16.3.6. A fim de viabilizar a devolução dos recursos, o TOMADOR deverá solicitar a emissão de Guia de Recolhimento da União - GRU de devolução com código específico.

17 DEMAIS EXIGÊNCIAS LEGAIS E TÉCNICAS

17.1 Nos contratos de repasse deverá ser mantida, durante todo o período de realização da obra, placa indicando a origem e a destinação dos recursos, conforme modelo fornecido pela Presidência da República no sítio <www.presidencia.gov.br> e acompanhado da marca do Governo Federal, disponível em <www.planalto.gov.br>

17.2 Cláusula contratual estabelecerá que para os bens patrimoniais, adquiridos ou produzidos em decorrência dos contratos de repasse, O TOMADOR deverá manter placa até o último desembolso programado no plano de trabalho, quando for o caso, identificando a procedência dos recursos que lhe deram origem; e

17.3 Deverá constar em cláusula específica do contrato de repasse sobre a responsabilidade dos TOMADORES pela execução integral do objeto pactuado.

18 DA DESTINAÇÃO DOS BENS

18.1 Os bens patrimoniais remanescentes, adquiridos ou produzidos em decorrência dos contratos de repasse, quando da extinção desses, serão de propriedade dos TOMADORES, conforme previsão a ser explicitada em cláusula contratual especifica, desde que vinculados a finalidade a que se destinam.

19 DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

19.1 Os TOMADORES informarão à MANDATÁRIA a inclusão das prestações de contas no SICONV, observados os prazos e a documentação estabelecida na Portaria Interministerial n° 507/2011, destacando-se que o prazo para o TOMADOR apresentar a Prestação de Contas será de até 60 (sessenta) dias após o término da vigência contratual, ou da conclusão do objeto, o que ocorrer primeiro;

19.1.1 Juntamente com a prestação de contas será apresentado o Termo de Compromisso(modelo constante do anexo I deste Manual), devendo incluir as cópias dos contratos de cessão, se já firmados.

19.2 Na ocorrência de devolução de recursos decorrentes de redução nas metas que não comprometa o objeto ou realização de meta com preços inferiores aos orçados inicialmente, a atualização monetária equivale aos rendimentos auferidos na respectiva modalidade de aplicação prevista no Portal de Convênios e Portaria Interministerial nº 507/2011, de 24 de novembro de 2011; e

19.3 A MANDATÁRIA, após análise e aprovação da prestação de contas apresentada pelos TOMADORES, e respectivo registro no SIAFI, comunicará ao GESTOR as operações concluídas, por meio de relatório especifico e analítico, por ocasião do envio do ofício de cobrança da tarifa administrativa, conforme previsto no Contrato de Prestação de Serviços nº 02/2016.

20 DOS CONCEITOS E DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1 Natureza de Despesa

20.1.1 Os recursos destinados a lastrear projetos de investimentos, a que se referem as Diretrizes em tela, têm código de Natureza da Despesa 44XX41, onde:

44 evidenciam Despesas de Capital / Investimentos que geram aumento de patrimônio;

XX = Modalidade de Aplicação (30 = Transferência a Estado / 40 = Transferência a Município

20.2 Valor de Investimento

20.2.1 As propostas cadastradas e aprovadas pelo GESTOR devem ensejar valor contratado dentro dos parâmetros fixados no artigo 10º da Portaria Interministerial 507/2011.

20.3 Acompanhamento dos Contratos de Repasse pelo GESTOR

20.3.1 A CAIXA disponibilizará ao GESTOR sistematicamente, dados que evidenciam a implementação dos Programas, conforme previsão expressa no Contrato de Prestação de Serviços.

21 DA APLICAÇÃO DAS DIRETRIZES

21.1 Essas orientações se aplicam a todos os instrumentos lastreados em recursos provenientes de emendas parlamentares, especialmente aqueles decorrentes de contrato de prestação de serviços firmado com a Caixa Econômica Federal nº 02/2016, com o objeto de viabilizar a execução de obras e serviços de engenharia, (construções e/ou ampliações prediais) aquisição de máquinas e equipamentos.

ANEXO I

DIRETRIZES GERAIS DO PROGRAMA - 2016

1 DESCRIÇÃO DO OBJETO

Os pleitos podem abranger projetos para:

Construção de estrutura física, destinada a apoiar e desenvolver empreendimentos de base tecnológica ou tradicional com todo o apoio e estrutura de serviços compartilhados; a feiras e eventos com a finalidade de promoção e comercialização de produtos.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Exigência: apresentar na aba anexos da proposta, no SICONV, o Plano de Implementação conforme instruções no item 9.1.5 deste Manual

Infraestrutura física para parques industriais, com o objetivo de estruturar o imóvel, de maneira a permitir a atração de empresas da localidade ou da região e a criar um ambiente voltado para o desenvolvimento industrial.

Exigência: apresentar na aba anexos da proposta, no SICONV, o Plano de Implementação conforme instruções no item 9.1.5 deste Manual

Aquisição de máquinas e equipamentos de uso coletivo, com o objetivo de superar gargalos existentes desde a etapa de produção à certificação de produtos de empresas de cadeias produtivas afins.

Exigência: apresentar na aba anexos da proposta, no SICONV, o Plano de Implementação conforme instruções no item 9.1.5 deste Manual

2 ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO (a constar do instrumento jurídico)

O objeto de cada iniciativa será definido no plano de trabalho, devendo contemplar em sua descrição a finalidade proposta, consignada no plano de implementação, conforme previsto no item 9.1.1.2 deste Manual.

3 DOS BENS PRODUZIDOS, ADQUIRIDOS E CONSTRUÍDOS

Os bens produzidos, adquiridos e construídos com recursos da União destinam-se ao aparelhamento dos entes federados, caracterizando-se como bens públicos de uso especial, vinculados a um programa de governo, de natureza continuada, não podendo ser desafetados.

A gestão dos bens construídos e adquiridos é de responsabilidade exclusiva do beneficiário da emenda (município, estado ou distrito federal). Responderá, ainda, pelo cumprimento da finalidade da iniciativa proposta, consignada detalhadamente no plano de implementação, de acordo com o disposto na alínea "k" do item 6.3. A cessão desses bens, para uso de terceiros, desde que prevista no plano de implementação aprovado pelo MDIC, somente poderá ocorrer na forma de instrumentos específicos, previstos em lei.

4 COMPROVAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO

A comprovação da finalidade do objeto dar-se á mediante a apresentação de Termo de Compromisso (modelo anexo), por ocasião da prestação de contas, conforme previsto nos itens 9.1.1 e 19.1.1 deste Manual.

(Em papel timbrado do Tomador)

TERMO DE COMPROMISSO

Pelo presente, o (a) _____,

(identificação do Tomador)

Inscrito(a) no CNPJ_____, com sede a _____ _____, por meio de seu representante, o (a) Sr.(a) _____, _____,

(nome do representante) (cargo do representante)

portador(a) do RG nº _____, e do CPF_____, residente e domiciliado a _____, se declara ciente das diretrizes e objetivos do Programa de Promoção do Desenvolvimento Industrial do MDIC, que norteiam o Contrato de Repasse nº /2016 e se compromete a manter a finalidade prevista no Plano de Implementação aprovado pelo MDIC.

Local e data

Identificação e assinatura

INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA

PORTARIA Nº 286, DE 27 DE JUNHO DE 2016

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO, em exercício, designado pela Portaria Mdic nº 468, de 14 de junho de 2016, no uso de suas atribuições, conferidas no § 3º do art. 4º da Lei n.º 5.966, de 11 de dezembro de 1973, nos incisos I e IV do art. 3º da Lei n.º 9.933, de 20 de dezembro de 1999, e no inciso V do art. 18 da Estrutura Regimental da Autarquia, aprovada pelo Decreto n.º 6.275, de 28 de novembro de 2007;

Considerando a alínea f do subitem 4.2 do Termo de Referência do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade, aprovado pela Resolução Conmetro n.º 04, de 02 de dezembro de 2002, que outorga ao Inmetro competência para estabelecer diretrizes e critérios para a atividade de avaliação da conformidade;

Considerando a Portaria Inmetro n.º 427, de 10 de setembro de 2014, que aprova o Regulamento Técnico da Qualidade para Televisores, publicada no Diário Oficial da União de 12 de setembro de 2014, seção 01, página 95;

Considerando a Portaria Inmetro n.º 563, de 23 de dezembro de 2014, que aprova o aperfeiçoamento dos Requisitos de Avaliação da Conformidade para Televisores, publicada no Diário Oficial da União de 24 de dezembro de 2014, seção 01, página 98;

Considerando a Portaria Inmetro n.º 617, de 21 de dezembro de 2015, que altera os prazos de adequação estabelecidos pela Portaria 563/2014, publicada no Diário Oficial da União de 23 de dezembro de 2015, seção 01, página 128;

Considerando a proximidade do término do prazo de adequação estabelecido pela Portaria Inmetro n.º 617/2015 para fabricação e importação, a vencer em 23 de junho de 2016, resolve:

Art. 1º Determinar que o art. 4º da Portaria Inmetro n.º 563/2014 passará a viger com a seguinte redação:

"Art. 4º Determinar que a partir de 1º de abril de 2017 os televisores deverão ser fabricados e importados somente em conformidade com os Requisitos ora aprovados e devidamente registrados no Inmetro.

Parágrafo único. A partir de 1º de outubro de 2017 os televisores deverão ser comercializados, no mercado nacional, por fabricantes e importadores, somente em conformidade com os Requisitos ora aprovados e devidamente registrados no Inmetro." (N.R.)

Art. 2º Determinar que o art. 5º da Portaria Inmetro n.º 563/2014 passará a viger com a seguinte redação:

"Art. 5º Determinar que a partir de 1º de abril de 2018 os televisores deverão ser comercializados, no mercado nacional, somente em conformidade com os Requisitos ora aprovados e devidamente registrados no Inmetro.

Parágrafo único. A determinação contida no caput não é aplicável aos fabricantes e importadores, que deverão observar os prazos fixados no artigo anterior."(N R)

Art. 3º Determinar que o art. 7º da Portaria Inmetro n.º 563/2014 passará a viger com a seguinte redação:

"Art. 7º Revogar, em 1º de abril de 2018, as Portarias Inmetro n.º 85, de 24 de março de 2009, e n.º 267, de 1º de agosto de 2008." (N.R.)

Art. 4º Cientificar que ficarão mantidas as demais disposições insertas na Portaria Inmetro n.º 563/2014.

Art. 5º Revogar, a partir da publicação deste instrumento legal, a Portaria Inmetro n.º 617/2015.

Art. 6º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ROGÉRIO DE ARAÚJO SACCHI

PORTARIA Nº 287, DE 27 DE JUNHO DE 2016

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO, EM EXERCÍCIO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Portaria Mdic nº 468, de 14 de junho de 2016, bem como o disposto no parágrafo 3º do art.4º da Lei nº 5.966, de 11 de dezembro de 1973, e tendo em vista o disposto no item V-1 do Termo de Referência do Programa Nacional de Apoio ao Desenvolvimento da Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Pronametro), anexo à Portaria n.º 391, de 25 de julho de 2012, resolve:

Art. 1º Aprovar a substituição de bolsistas do Projeto de Gestão Técnica-Científica do Centro de Biotecnologia da Amazônia - CBA e do Grupo Temático "Alimentos", no âmbito do Edital 01/2015 - INMETRO/SUFRAMA, indicados na tabela a seguir, e recomendados por membro do Comitê Consultivo designado pela Comissão Gestora do Pronametro, pelo período de 3 (três) meses, a contar do dia 11 de junho de 2016.

I) Projeto "Gestão Técnica-Científica do CBA"

Bolsistas Cancelados	Candidato aprovado para substituição	Balsa Recomendada
Raimundo Carlos Pereira Junior	Richardson Alves de Almeida	DCT-3B 100%
Leandro de Carvalho Maquiné	Rosinilda Damasceno dos Santos Filha	DCT-4B 100%
Thaís Maria de Araújo Biondo	Ana Rita Borba Farias	DCT-4A 100%

II) Grupo Temático: "Alimentos"

Bolsistas Cancelados	Candidato aprovado para substituição	Balsa Recomendada
Felipe Moura Araújo da Silva	Flávio Augusto de Freitas	DCT-4B 100%
Richardson Alves de Almeida	Semíramides Barros de Souza	DCT-5A 100%

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ROGÉRIO DE ARAÚJO SACCHI

DIRETORIA DE METROLOGIA LEGAL

PORTARIA Nº 122, DE 28 DE JUNHO DE 2016

O Diretor de Metrologia Legal do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro, no exercício da delegação de competência outorgada pelo Senhor Presidente do Inmetro, através da Portaria Inmetro n.º 257, de 12 de novembro de 1991, conferindo-lhe as atribuições dispostas no subitem 4.1, alínea "g", da Regulamentação Metrológica aprovada pela Resolução n.º 11, de 12 de outubro de 1988, do Conmetro,

De acordo com o Regulamento Técnico Metrológico de termômetros clínicos digitais com dispositivo de máxima aprovado pela Portaria Inmetro n.º 89/2006; e,

Considerando o constante do processo Inmetro n.º 52600.029720/2015, resolve:

Aprovar o modelo MEDFEBRE DIGITAL de termômetro clínico digital, marca INCOTERM, destinado à medição de temperatura do corpo humano, e condições de aprovação especificadas na íntegra da portaria.

Nota: A íntegra da portaria encontra-se disponível no sítio do Inmetro: http://www.inmetro.gov.br/pam/

LUIZ CARLOS GOMES DOS SANTOS

PORTARIA Nº 123, DE 28 DE JUNHO DE 2016

O Diretor de Metrologia Legal do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro, no exercício da delegação de competência outorgada pelo Senhor Presidente do Inmetro, através da Portaria Inmetro n.º 257, de 12 de novembro de 1991, conferindo-lhe as atribuições dispostas no subitem 4.1, alínea "g", da regulamentação metrológica aprovada pela Resolução n.º 11, de 12 outubro de 1988, do Conmetro.

De acordo com o Regulamento Técnico Metrológico de esfigmomanômetros mecânicos de medição não invasiva, aprovado pela Portaria Inmetro n° 153/2005, e,

Considerando o constante do processo Inmetro nº 52600.028198/2015, resolve:

Aprovar os modelos 848XPD Bravata, 848AR Airius e 848IC Iconica de esfigmomanômetro mecânico, destinados à medição não-invasiva da pressão arterial humana, marca MDF Instruments, e condições de aprovação especificadas na íntegra da portaria.

Nota: A íntegra da portaria encontra-se disponível no sítio do Inmetro: http://www.inmetro.gov.br/pam/

LUIZ CARLOS GOMES DOS SANTOS

SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR

PORTARIA Nº 34, DE 28 DE JUNHO DE 2016

Estabelece critérios para alocação de cotas para importação, determinada pela Resolução CAMEX nº 59, de 23 de junho de 2016.

O SECRETÁRIO DE COMÉRCIO EXTERIOR, SUBSTITUTO, DO MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, no uso das atribuições que lhe foram conferidas nos incisos I e XIX do art. 17 do Anexo I ao Decreto nº 8.663, de 3 de fevereiro de 2016, tendo em consideração a Resolução CAMEX nº 59, de 23 de junho de 2016, resolve:

Art. 1º O inciso LI do art. 1º do Anexo III da Portaria SECEX nº 23, de 14 de julho de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

"LI - Resolução CAMEX nº 59, de 23 de junho de 2016, publicada no D.O.U. de 24 de junho de 2016:

CÓDIGO NCM	DESCRIÇÃO	ALÍQUOTA DO II	QUANTIDADE	VIGÊNCIA
7601.10.00	Alumínio não ligado Ex 001 - Alumínio não ligado, na forma de lingotes padrão, sow ou T-bar	0%	240.000 toneladas	18/08/2016 a 17/08/2017

....." (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor em 18 de agosto de 2016.

HERLON ALVES BRANDÃO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS

PORTARIA Nº 337, DE 23 DE JUNHO DE 2016

A SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS, no uso das suas atribuições legais, dispostas no § 1º do art. 50 e § 2º do art. 51 da Resolução nº 203, de 10 de dezembro de 2012, considerando a aplicação do que estabelecem os caputs dos referidos artigos, aos produtos listados nos anexos desta Portaria, nos termos da Nota Técnica nº 072/2016- COPIN/CGAPI/SPR, resolve:

Art. 1º Publicar a relação dos produtos constantes nos anexos 1 e 2 desta Portaria, cujos incentivos foram cancelados automaticamente, por aplicação do disposto nos artigos 50 ou 51 da Resolução nº 203, de 10 de dezembro de 2012, seja por não obtenção do laudo de produção no prazo de 36 (trinta e seis) meses, contado a partir da publicação, no Diário Oficial da União, do documento aprobatório do respectivo projeto técnico-econômico, seja por paralisação de produção por período superior a 36 (trinta e seis) meses consecutivos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REBECCA MARTINS GARCIA

ANEXO 1

Inscrição SUFRAMA: 201380013
Razão Social: AÇO AMAZONENSE INDUSTRIA E COMÉRCIO DE FERRO E AÇO LTDA

Código	Produto	Nro.Doc.	Tipo Doc.	Data Doc.	Tipo Projeto
1515	TELHA METÁLICA ONDULADA	0177/2011	RESOLUÇÃO	28/7/2011	Diversificação

Inscrição SUFRAMA: 201525011
Razão Social: ALCOA ALUMINIO S.A.

Código	Produto	Nro.Doc.	Tipo Doc.	Data Doc.	Tipo Projeto
2055	LAMINADOS DE METÁLICOS EM FITA, TIRA, CHAPA E "BLANKS", EXCETO DE FERRO AÇO	0302/2012	RESOLUÇÃO	10/12/2012	Implantação

Inscrição SUFRAMA: 201191016
Razão Social: AME - AMAZONAS MOTOCICLETAS ESPECIAIS LTDA

Código	Produto	Nro.Doc.	Tipo Doc.	Data Doc.	Tipo Projeto
0002	MOTOCICLETA ACIMA DE 100 CM3 ATÉ 450 CM3	0341/2010	RESOLUÇÃO	16/12/2010	Implantação
0735	QUADRICICLO ACIMA DE 100 CM3	0341/2010	RESOLUÇÃO	16/12/2010	Implantação

Inscrição SUFRAMA: 201333015
Razão Social: ANGA BRASIL FABRICAÇÃO E COMERCIO DE MOTOCICLETAS LTDA

Código	Produto	Nro.Doc.	Tipo Doc.	Data Doc.	Tipo Projeto
0735	QUADRICICLO ACIMA DE 100 CM3	0072/2010	RESOLUÇÃO	7/4/2010	Diversificação

Inscrição SUFRAMA: 201253011
Razão Social: CIS DA AMAZONIA LTDA

Código	Produto	Nro.Doc.	Tipo Doc.	Data Doc.	Tipo Projeto
1980	LEITOR DE CARTÕES MAGNÉTICOS E CÓDIGOS DE BARRAS COM DIGITALIZADOR (SCANNER) DE CHEQUES INCORPORADO	0087/2011	RESOLUÇÃO	20/5/2011	Diversificação

Inscrição SUFRAMA: 201261014
Razão Social: COMPONEL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.

Código	Produto	Nro.Doc.	Tipo Doc.	Data Doc.	Tipo Projeto
0004	TELEVISOR EM CORES	0064/2012	RESOLUÇÃO	9/5/2012	Diversificação

Inscrição SUFRAMA: 201412012
Razão Social: DA VINCI INDÚSTRIA OPTICA DA AMAZÔNIA LTDA.

Código	Produto	Nro.Doc.	Tipo Doc.	Data Doc.	Tipo Projeto
0173	ÓCULOS DE SOL	0045/2011	RESOLUÇÃO	24/2/2011	Implantação

Inscrição SUFRAMA: 200667017
Razão Social: DIGITRON DA AMAZONIA INDUSTRIA E COMERCIO S/A.

Código	Produto	Nro.Doc.	Tipo Doc.	Data Doc.	Tipo Projeto
1828	APARELHO RECEPTOR DE POSICIONAMENTO GLOBAL POR SATÉ-LITE (GPS -GLOBAL POSITIONING SYSTEM)	0164/2009	RESOLUÇÃO	30/07/2009	Diversificação
1160	UNIDADE DIGITAL DE PROCESSAMENTO DE PEQUENO PORTE COM MONITOR DE VIDEO E UNIDADES DE MEMÓRIAS MONTADOS EM UM MESMO CORPO OU GABINETE	0477/2009	PORTARIA	01/12/2009	Diversificação

Inscrição SUFRAMA: 201447010
Razão Social: D'MARTINS IMPORT LTDA

Código	Produto	Nro.Doc.	Tipo Doc.	Data Doc.	Tipo Projeto
0005	CICLOMOTOR	0029/2012	RESOLUÇÃO	28/2/2012	Implantação
0002	MOTOCICLETA ACIMA DE 100 CM3 ATÉ 450 CM3	0029/2012	RESOLUÇÃO	28/2/2012	Implantação

Inscrição SUFRAMA: 200086014
Razão Social: DUMONT SAAB DO BRASIL S.A.

Código	Produto	Nro.Doc.	Tipo Doc.	Data Doc.	Tipo Projeto
0643	CRONÔMETRO (CONTADOR DE TEMPO)	0162/2011	RESOLUÇÃO	28/7/2011	Diversificação

Inscrição SUFRAMA: 201063018
Razão Social: ECOPACK INDÚSTRIA DE COMPONENTES LTDA

Código	Produto	Nro.Doc.	Tipo Doc.	Data Doc.	Tipo Projeto
0776	CÂMERA DE TELEVISÃO PARA USO EM CIRCUITO FECHADO DE TV	0134/2012	RESOLUÇÃO	28/6/2012	Diversificação

Inscrição SUFRAMA: 300174012
Razão Social: E.R.L. INDUSTRIA E COMERCIO DE ARTEFATOS ESTAMPADOS DE METAL LTDA

Código	Produto	Nro.Doc.	Tipo Doc.	Data Doc.	Tipo Projeto
1514	TELHA METÁLICA TRAPEZOIDAL	0418/2011	PORTARIA	29/12/2011	Implantação

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Inscrição SUFRAMA: 201101017
Razão Social: FACOMSA DA AMAZONIA LTDA

Código	Produto	Nro.Doc.	Tipo Doc.	Data Doc.	Tipo Projeto
1539	CONJUNTO EIXO SELETOR DE MARCHAS PARA CICLOMOTORES, MOTONETAS, MOTOCICLETAS E QUADRICICLOS	0127/2013	PORTARIA	09/04/2013	Diversificação
1596	FAROL PARA CICLOMOTORES, MOTONETAS, MOTOCICLETAS,TRICICLOS E QUADRICICLOS	0127/2013	PORTARIA	09/04/2013	Diversificação
0922	REGULADOR DE VOLTAGEM PARA MOTOR DE COMBUSTÃO	0127/2013	PORTARIA	09/04/2013	Diversificação
1494	SENSOR DO NÍVEL DE COMBUSTÍVEL PARA CICLOMOTORES, MOTONETAS, MOTOCICLETAS, TRICICLOS E QUADRICICLOS	0127/2013	PORTARIA	09/04/2013	Diversificação

Inscrição SUFRAMA: 200596012
Razão Social: FIVE STAR INDUSTRIA DO AMAZONIA LTDA

Código	Produto	Nro.Doc.	Tipo Doc.	Data Doc.	Tipo Projeto
1831	DISPOSITIVO DE ARMAZENAMENTO NÃO-VOLÁTIL DE DADOS À BASE DE SEMICONDUTORES (PEN DRIVE) NCM 8523.51.00	0061/2009	RESOLUÇÃO	6/3/2009	Implantação
1483	MONITOR DE VÍDEO COM TELA DE CRISTAL LÍQUIDO (EXCETO DE USO EM INFORMÁTICA)	0061/2009	RESOLUÇÃO	6/3/2009	Implantação

Inscrição SUFRAMA: 201419017
Razão Social: G.EYE INDUSTRIA ELETRONICA LTDA

Código	Produto	Nro.Doc.	Tipo Doc.	Data Doc.	Tipo Projeto
0234	ACESSÓRIO PARA TELEJOGO (EXCETO DE INFORMÁTICA)	0118/2011	RESOLUÇÃO	20/05/2011	Implantação
0230	TELEJOGO	0118/2011	RESOLUÇÃO	20/05/2011	Implantação
0776	CÂMERA DE TELEVISÃO PARA USO EM CIRCUITO FECHADO DE TV	0216/2012	RESOLUÇÃO	18/10/2012	Diversificação
1194	GRAVADOR/REPRODUTOR DIGITAL DE SINAIS DE ÁUDIO E VÍDEO PARA SISTEMA DE SEGURANÇA	0216/2012	RESOLUÇÃO	18/10/2012	Diversificação
0115	PLACA DE CIRCUITO IMPRESSO MONTADA (EXCETO DE USO EM INFORMÁTICA)	0217/2012	RESOLUÇÃO	18/10/2012	Diversificação
1174	SENSOR DE MOVIMENTO PARA ALARME CONTRA ROUBO	0217/2012	RESOLUÇÃO	18/10/2012	Diversificação

Inscrição SUFRAMA: 201206013
Razão Social: GARINNI MOTORS INDUSTRIA DE VEICULOS LTDA

Código	Produto	Nro.Doc.	Tipo Doc.	Data Doc.	Tipo Projeto
0006	MOTONETA ATÉ 100 CM3	0309/2006	RESOLUÇÃO	18/12/2006	Implantação

Inscrição SUFRAMA: 201177013
Razão Social: HARMAN DA AMAZONIA INDUSTRIA ELETRONICA E PARTICIPACOES LTDA

Código	Produto	Nro.Doc.	Tipo Doc.	Data Doc.	Tipo Projeto
1976	PROCESSADOR DE EFEITOS DE SINAIS DE ÁUDIO PARA INSTRUMENTOS MUSICAIS	0328/2010	RESOLUÇÃO	16/12/2010	Diversificação

Inscrição SUFRAMA: 200771019
Razão Social: SAMSUNG ELETRONICA DA AMAZONIA LTDA.

Código	Produto	Nro.Doc.	Tipo Doc.	Data Doc.	Tipo Projeto
0636	BATERIA PARA TELEFONE CELULAR	0081/2012	RESOLUÇÃO	09/05/2012	Diversificação

Inscrição SUFRAMA: 201044013
Razão Social: SUPERIOR DA AMAZONIA LTDA

Código	Produto	Nro.Doc.	Tipo Doc.	Data Doc.	Tipo Projeto
1836	SUBCONJUNTO TAMPA TRASEIRA PARA TELEVISOR COM TELA DE CRISTAL LIQUIDO	0329/2010	RESOLUÇÃO	16/12/2010	Ampliação

ANEXO 2

Inscrição SUFRAMA: 201268019
Razão Social: A ALVES DE SOUZA

Código	Produto	Nro.Doc.	Tipo Doc.	Data Doc.	Tipo Projeto
0396	ARTIGO DE MATERIA PLÁSTICA PARA APETRECHAMENTO DA CONSTRUÇÃO CIVIL	0158/2008	RESOLUÇÃO	19/6/2008	Implantação

Inscrição SUFRAMA: 201255014
Razão Social: ADASS INDUSTRIA E COMERCIO DE PLASTICOS LTDA

Código	Produto	Nro.Doc.	Tipo Doc.	Data Doc.	Tipo Projeto
0395	ARTIGO DE MATÉRIA PLÁSTICA (EXCETO DE POLIESTIRENO EXPANSÍVEL) PARA TRANSPORTE OU EMBALAGEM	0172/2008	PORTARIA	11/4/2008	Implantação

Inscrição SUFRAMA: 200950010
Razão Social: AGIO IMAGE PRODUTOS FOTOGRAFICOS DA AMAZONIA LTDA

Código	Produto	Nro.Doc.	Tipo Doc.	Data Doc.	Tipo Projeto
0372	PAPEL FOTOGRÁFICO PARA FOTOGRAFIA E ARTES GRÁFICAS	0184/2003	RESOLUÇÃO	16/7/2003	Atualização

Inscrição SUFRAMA: 201380013
Razão Social: AÇO AMAZONENSE INDUSTRIA E COMÉRCIO DE FERRO E AÇO LTDA

Código	Produto	Nro.Doc.	Tipo Doc.	Data Doc.	Tipo Projeto
0417	LAMINADO DE FERRO AÇO EM FITA, TIRA, CHAPA E "BLANKS"	0177/2011	RESOLUÇÃO	28/7/2011	Diversificação

Inscrição SUFRAMA: 300083017
Razão Social: AMAZON ETIQUETAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA.

Código	Produto	Nro.Doc.	Tipo Doc.	Data Doc.	Tipo Projeto
0706	ETIQUETA DE PAPEL OU CARTÃO	0082/2003	PORTARIA	26/6/2003	Implantação

Inscrição SUFRAMA: 300151012
Razão Social: AMAZON VIDROS COMERCIO DE VIDROS LTDA - EPP

Código	Produto	Nro.Doc.	Tipo Doc.	Data Doc.	Tipo Projeto
1492	VIDRO TEMPERADO	0299/2010	PORTARIA	24/6/2010	Implantação

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Inscrição SUFRAMA: 201100010
Razão Social: BARBOSA REPAROS NAVAIS LTDA

Código	Produto	Nro.Doc.	Tipo Doc.	Data Doc.	Tipo Projeto
0700	REBOCADOR DE EMBARCAÇÕES	0404/2004	RESOLUÇÃO	14/12/2004	Implantação

Inscrição SUFRAMA: 200955012
Razão Social: BRAISO DA AMAZONIA INDUSTRIA DE IMPRESSAO LTDA

Código	Produto	Nro.Doc.	Tipo Doc.	Data Doc.	Tipo Projeto
0370	FILME FOTOGRÁFICO PARA ARTE GRÁFICA (FOTOCOMPOSIÇÃO)	0220/2007	RESOLUÇÃO	31/10/2007	Diversificação

Inscrição SUFRAMA: 200759019
Razão Social: CEDER ELETRONICA DA AMAZONIA LTDA.

Código	Produto	Nro.Doc.	Tipo Doc.	Data Doc.	Tipo Projeto
0234	ACESSÓRIO PARA TELEJOGO (EXCETO DE INFORMÁTICA)	0342/2002	RESOLUÇÃO	23/10/2002	Ampliação/ Diversificação
1770	CÂMERA DE VÍDEO COM GRAVADOR/REPRODUTOR DE ÁUDIO, EM FORMATOS DIGITAIS	0075/2007	RESOLUÇÃO	8/5/2007	Diversificação
0780	CÂMERA DE VÍDEO DE IMAGENS FIXAS	0297/2007	RESOLUÇÃO	11/12/2007	Diversificação
0232	CARTUCHO DE MEMÓRIA PARA TELEJOGO (EXCETO DE INFORMÁTICA)	0108/1997	PORTARIA	18/3/1997	Inclusão
1751	GRAVADOR/REPRODUTOR DE ÁUDIO/VÍDEO NO FORMATO MP4 COM TELA DE CRISTAL LÍQUIDO, PORTÁTIL	0046/2007	RESOLUÇÃO	28/3/2007	Diversificação
0230	TELEJOGO	0297/2007	RESOLUÇÃO	11/12/2007	Diversificação
1925	TELEVISOR LCD COM CÂMERA FOTOGRÁFICA DIGITAL INCORPORADA, PORTÁTIL	0431/2009	PORTARIA	30/10/2009	Diversificação

Inscrição SUFRAMA: 201253011
Razão Social: CIS DA AMAZONIA LTDA

Código	Produto	Nro.Doc.	Tipo Doc.	Data Doc.	Tipo Projeto
0699	DIGITALIZADOR DE IMAGEM "SCANNER"	0124/2010	RESOLUÇÃO	20/5/2010	Diversificação

Inscrição SUFRAMA: 201222019 e 200170015
Razão Social: COSMOSPLAST IND. E COM. DE PLASTICOS LTDA.

Código	Produto	Nro.Doc.	Tipo Doc.	Data Doc.	Tipo Projeto
0008	PEÇAS PLÁSTICAS MOLDADAS POR INJEÇÃO	0383/1995	PORTARIA	31/10/1995	Implantação

Inscrição SUFRAMA: 200789015
Razão Social: CR ZONGSHEN FABRICADORA DE VEICULOS S/A

Código	Produto	Nro.Doc.	Tipo Doc.	Data Doc.	Tipo Projeto
0005	CICLOMOTOR	0333/2010	RESOLUÇÃO	16/12/2010	Ampliação
0002	MOTOCICLETA ACIMA DE 100 CM3 ATÉ 450 CM3	0112/2010	RESOLUÇÃO	20/05/2010	Ampliação
0003	MOTOCICLETA ACIMA DE 450 CM3	0112/2010	RESOLUÇÃO	20/05/2010	Ampliação
0007	MOTONETA ACIMA DE 100 CM3 ATÉ 450 CM3	0112/2010	RESOLUÇÃO	20/05/2010	Ampliação

Inscrição SUFRAMA: 201135019
Razão Social: DAN TECH DA AMAZONIA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA.

Código	Produto	Nro.Doc.	Tipo Doc.	Data Doc.	Tipo Projeto
1219	PEÇAS ESTAMPADAS A PARTIR DE CHAPAS, PELÍCULAS OU TIRAS METÁLICAS	0260/2005	PORTARIA	13/09/2005	Implantação

Inscrição SUFRAMA: 201412012
Razão Social: DA VINCI INDUSTRIA OPTICA DA AMAZONIA LTDA

Código	Produto	Nro.Doc.	Tipo Doc.	Data Doc.	Tipo Projeto
0172	ARMAÇÃO PARA ÓCULOS	0045/2011	RESOLUÇÃO	24/2/2011	Implantação

Inscrição SUFRAMA: 200925016
Razão Social: DC MANAUS - INDUSTRIA E COMERCIO LTDA.

Código	Produto	Nro.Doc.	Tipo Doc.	Data Doc.	Tipo Projeto
0927	CARNE BENEFICIADA	0002/2013	PORTARIA	3/1/2013	Implantação

Inscrição SUFRAMA: 201368013
Razão Social: DIGIBOARD ELETRÔNICA DA AMAZÔNIA LTDA

Código	Produto	Nro.Doc.	Tipo Doc.	Data Doc.	Tipo Projeto
1931	DISPOSITIVO DE CRISTAL LÍQUIDO PARA PRODUTOS DE NCM 8528 (TELEVISORES E MONITORES DE VÍDEO)	0194/2010	PORTARIA	30/4/2010	Diversificação

Inscrição SUFRAMA: 200086014
Razão Social: DUMONT SAAB DO BRASIL S.A.
Possui LP aprovado e comunicou dados de II à 36 meses.

Código	Produto	Nro.Doc.	Tipo Doc.	Data Doc.	Tipo Projeto
0203	RELÓGIO DE BOLSO	0162/2011	RESOLUÇÃO	28/7/2011	Diversificação

Inscrição SUFRAMA: 201063018
Razão Social: ECOPACK INDÚSTRIA DE COMPONENTES LTDA

Código	Produto	Nro.Doc.	Tipo Doc.	Data Doc.	Tipo Projeto
0395	ARTIGO DE MATÉRIA PLÁSTICA (EXCETO DE POLIESTIRENO EXPANSÍVEL) PARA TRANSPORTE OU EMBALAGEM	0041/2005	RESOLUÇÃO	1/3/2005	Diversificação
0674	CHAPA, FOLHA, TIRA, FITA, PELÍCULA DE PLÁSTICO (EXCETO A DE POLIESTIRENO EXPANSÍVEL E A AUTO-ADESIVA)	0309/2003	RESOLUÇÃO	11/11/2003	Implantação
0361	PLACA DE CIRCUITO IMPRESSO MONTADA (DE USO EM INFORMÁTICA)	0122/2009	RESOLUÇÃO	28/5/2009	Diversificação
0115	PLACA DE CIRCUITO IMPRESSO MONTADA (EXCETO DE USO EM INFORMÁTICA)	0265/2008	RESOLUÇÃO	6/11/2008	Diversificação

Inscrição SUFRAMA: 200327011
Razão Social: ELGIN INDUSTRIAL DA AMAZONIA LTDA.

Código	Produto	Nro.Doc.	Tipo Doc.	Data Doc.	Tipo Projeto
1370	UNIDADE CONDENSADORA PARA CONDICIONADOR DE AR "SPLIT SYSTEM"	0193/2010	RESOLUÇÃO	26/08/2010	Atualização
1063	GRAVADOR/REPRODUTOR DE ÁUDIO NO FORMATO MP3, PORTÁTIL	0193/2005	PORTARIA	30/06/2005	Diversificação
1751	GRAVADOR/REPRODUTOR DE ÁUDIO/VÍDEO NO FORMATO MP4 COM TELA DE CRISTAL LÍQUIDO, PORTÁTIL	0014/2008	RESOLUÇÃO	28/02/2008	Diversificação

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Inscrição SUFRAMA: 300094019
Razão Social: ELETROPAINEIS LTDA

Código	Produto	Nro.Doc.	Tipo Doc.	Data Doc.	Tipo Projeto
1056	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	0258/1997	PORTARIA	5/8/1997	Implantação

Inscrição SUFRAMA: 201101017
Razão Social: FACOMSA DA AMAZONIA LTDA

Código	Produto	Nro.Doc.	Tipo Doc.	Data Doc.	Tipo Projeto
0924	DISPOSITIVO DE IGNIÇÃO POR DESCARGA CAPACITIVA PARA MOTOR DE COMBUSTÃO PARA CICLOMOTORES, MOTONETAS, MOTOCICLETAS, TRICICLOS E QUADRICICLOS	0108/2011	RESOLUÇÃO	20/05/2011	Diversificação

Inscrição SUFRAMA: 201332019
Razão Social: FCM - FABRICA DE COLCHOES E MOVEIS LTDA

Código	Produto	Nro.Doc.	Tipo Doc.	Data Doc.	Tipo Projeto
1486	ARTEFATOS DE ESPUMA	0277/2007	PORTARIA	16/7/2007	Implantação

Inscrição SUFRAMA: 201186012
Razão Social: FUJI DO BRASIL MAQUINAS INDUSTRIAIS LTDA.

Código	Produto	Nro.Doc.	Tipo Doc.	Data Doc.	Tipo Projeto
0115	PLACA DE CIRCUITO IMPRESSO MONTADA (EXCETO DE USO EM INFORMATICA)	0141/2006	PORTARIA	11/4/2006	Implantação

Inscrição SUFRAMA: 201206013
Razão Social: GARINNI MOTORS INDUSTRIA DE VEICULOS LTDA

Código	Produto	Nro.Doc.	Tipo Doc.	Data Doc.	Tipo Projeto
0002	MOTOCICLETA ACIMA DE 100 CM3 ATÉ 450 CM3	0309/2006	RESOLUÇÃO	18/12/2006	Implantação
0007	MOTONETA ACIMA DE 100 CM3 ATÉ 450 CM3	0309/2006	RESOLUÇÃO	18/12/2006	Implantação

Inscrição SUFRAMA: 200706012
Razão Social: GATSBY DO BRASIL LTDA.

Código	Produto	Nro.Doc.	Tipo Doc.	Data Doc.	Tipo Projeto
1309	CABO DE FORÇA COM PEÇAS DE CONEXÃO	0084/2006	RESOLUÇÃO	17/5/2006	Ampliação
1307	FIOS E CABOS COM CONECTORES PARA MÁQUINAS E APARELHOS DOS CAPÍTULOS 84 E 85 DA NCM	0084/2006	RESOLUÇÃO	17/5/2006	Ampliação
1308	FIOS E CABOS COM CONECTORES/TERMINAIS PARA USO DIVERSO	0084/2006	RESOLUÇÃO	17/5/2006	Ampliação
1351	FIOS E CABOS PARA TENSÃO NÃO SUPERIOR A 300 V	0084/2006	RESOLUÇÃO	17/5/2006	Ampliação

Inscrição SUFRAMA: 201177013
Razão Social: HARMAN DA AMAZONIA INDUSTRIA ELETRONICA E PARTICIPACOES LTDA

Código	Produto	Nro.Doc.	Tipo Doc.	Data Doc.	Tipo Projeto
1974	APARELHO DIVISOR E DE PROCESSAMENTO DE SINAIS DE ÁUDIO	0327/2010	RESOLUÇÃO	16/12/2010	Diversificação

Inscrição SUFRAMA: 200973010
Razão Social: HISAMITSU FARMACEUTICA DO BRASIL LTDA.

Código	Produto	Nro.Doc.	Tipo Doc.	Data Doc.	Tipo Projeto
1304	LINIMENTO PARA FINS TERAPÊUTICOS OU PROFILÁTICOS	0068/2000	RESOLUÇÃO	12/07/2000	Implantação

Inscrição SUFRAMA: 200220012
Razão Social: INTERNATIONAL PAPER EMBALAGENS DA AMAZÔNIA LTDA

Código	Produto	Nro.Doc.	Tipo Doc.	Data Doc.	Tipo Projeto
0740	CAIXA E CARTONAGEM, DOBRÁVEIS, DE PAPEL OU CARTÃO, NÃO ONDULADOS (NÃO CANELADOS)	0159/2006	RESOLUÇÃO	03/08/2006	Ampliação

Inscrição SUFRAMA: 200175017
Razão Social: NISSIN BRAKE DO BRASIL LTDA.

Código	Produto	Nro.Doc.	Tipo Doc.	Data Doc.	Tipo Projeto
0151	CONJUNTO DO CILINDRO MESTRE PARA VEÍCULO DE DUAS RODAS, TRICICLO E QUADRICICLO	0180/2000	RESOLUÇÃO	5/10/2000	Ampliação

Inscrição SUFRAMA: 200771019
Razão Social: SAMSUNG ELETRONICA DA AMAZONIA LTDA.

Código	Produto	Nro.Doc.	Tipo Doc.	Data Doc.	Tipo Projeto
0068	AMPLIFICADOR ELÉTRICO DE AUDIOFREQÜÊNCIA	0277/2010	PORTARIA	14/06/2010	Diversificação
0077	DIGITAL VIDEO DISC - DVD PLAYER	0001/2006	PORTARIA	03/01/2006	Ampliação
0004	TELEVISOR EM CORES	0001/2006	PORTARIA	03/01/2006	Ampliação
0323	UNIDADE ACIONADORA DE DISCO MAGNÉTICO RÍGIDO (ACIMA DE 1GBYTE POR HDA)	0202/2008	RESOLUÇÃO	28/08/2008	Ampliação
0361	PLACA DE CIRCUITO IMPRESSO MONTADA (DE USO EM INFORMÁTICA)	0128/2012	RESOLUÇÃO	28/06/2012	Diversificação

Inscrição SUFRAMA: 200795015
Razão Social: SONY PLASTICOS DA AMAZONIA LTDA.

Código	Produto	Nro.Doc.	Tipo Doc.	Data Doc.	Tipo Projeto
1250	MECANISMO CAMBIADOR PARA TOCA-DISCOS A LASER	0254/2001	RESOLUÇÃO	31/05/2001	Ampliação
1834	SUBCONJUNTO PAINEL FRONTAL PARA TELEVISOR COM TELA DE CRISTAL LÍQUIDO	0307/2009	RESOLUÇÃO	10/12/2009	Diversificação
1836	SUBCONJUNTO TAMPA TRASEIRA PARA TELEVISOR COM TELA DE CRISTAL LÍQUIDO	0307/2009	RESOLUÇÃO	10/12/2009	Diversificação

Inscrição SUFRAMA: 201044013
Razão Social: SUPERIOR DA AMAZONIA LTDA

Código	Produto	Nro.Doc.	Tipo Doc.	Data Doc.	Tipo Projeto
0115	PLACA DE CIRCUITO IMPRESSO MONTADA (EXCETO DE USO EM INFORMATICA)	0266/2008	RESOLUÇÃO	6/11/2008	Atualização

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ministério do Esporte

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 207, DE 28 DE JUNHO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DO ESPORTE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II, do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.395, de 16 de março de 2011, nas Portarias ME nº 67, de 4 de abril de 2013, nº 83, de 24 de abril de 2013 e Portaria nº 190, de 14 de agosto de 2014, na Lei nº 10.891, de 09 de julho de 2004, e no Decreto nº 5.342, de 14 de janeiro de 2005, resolve:

Art. 1º Contemplar os 27 (vinte e sete) atletas olímpicos que tiveram seus Planos Esportivos aprovados no âmbito do Programa Atleta Pódio, relacionados no Anexo Único desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LEONARDO CARNEIRO MONTEIRO PICCIANI

ANEXO ÚNICO

ESPORTES OLÍMPICOS
CATEGORIA ATLETA PÓDIO
Edital nº 3/2013, de 17 de julho de 2013

Nº de Ordem	Atleta	CPF	Modalidade
1	ALDEMIR GOMES DA SILVA JUNIOR	135.490.757-40	Atletismo
2	ANDERSON FREITAS HENRIQUES	017.658.720-90	Atletismo
3	AUGUSTO DUTRA DA SILVA DE OLIVEIRA	389.785.298-52	Atletismo
4	BRUNO LINS TENÓRIO DE BARROS	064.769.824-27	Atletismo
5	FABIANA DE ALMEIDA MURER	296.360.908-66	Atletismo
6	FRANCIELA DAS GRAÇAS KRASUCKI DAVIDE	345.254.818-03	Atletismo
7	HUGO BALDUÍNO DE SOUSA	075.630.546-26	Atletismo
8	JONATHAN HENRIQUE FERREIRA DA SILVA	395.275.278-99	Atletismo
9	JORGE HENRIQUE DA COSTA VIDES	140.296.287-88	Atletismo
10	MAURO VINÍCIUS HILÁRIO LOURENÇO DA SILVA	346.409.878-89	Atletismo
11	PEDRO LUIZ BURMANN DE OLIVEIRA	023.686.140-95	Atletismo
12	ROSANGELA CRISTINA OLIVEIRA DOS SANTOS	060.081.157-32	Atletismo
13	THIAGO BRAZ DA SILVA	412.542.248-66	Atletismo
14	VANUSA HENRIQUE DOS SANTOS	028.913.961-97	Atletismo
15	WAGNER FRANCISCO CARDOSO	129.773.637-00	Atletismo
16	ROBENILSON VIEIRA DE JESUS	024.246.725-39	Boxe
17	ERLON DE SOUZA SILVA	052.775.995-33	Canoagem
18	ISAQUIAS QUEIROZ DOS SANTOS	054.803.065-02	Canoagem
19	ARTHUR NABARRETE ZANETTI	365.782.758-78	Ginástica Artística
20	DIEGO MATIAS HYPÓLITO	106.332.087-95	Ginástica Artística
21	ALINE DA SILVA FERREIRA	362.182.688-29	Lutas Associadas
22	JOICE SOUZA DA SILVA	097.543.447-01	Lutas Associadas
23	ALLAN LOPES MAMEDIO DO CARMO	37.507.065-65	Maratona Aquática
24	ANA MARCELA DE JESUS SOARES DA CUNHA	039.237.335-18	Maratona Aquática
25	POLIANA OKIMOTO CINTRA	310.316.418-22	Maratona Aquática
26	KAHENA KUNZE	145.858.107-14	Vela
27	MARTINE SOFFIATTI GRAEL	137.982.307-22	Vela

Ministério do Meio Ambiente

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS

RESOLUÇÃO Nº 642, DE 27 DE JUNHO DE 2016

Dispõe sobre a redução temporária da descarga mínima defluente dos reservatórios de Sobradinho e Xingó, no rio São Francisco.

O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA DE ÁGUAS-ANA, no uso das atribuições que lhes confere o art. 95, inciso III e XVII, do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 2020, de 15 de dezembro de 2014, torna público que a DIRETORIA COLEGIADA, em sua 617ª Reunião Ordinária, realizada em 27 de junho de 2016, considerando o disposto no art. 7º da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, e com base nos elementos constantes do processo n° 02501.000500/2013-59, que

considerando o disposto no art. 4º, inciso XII e § 3º da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, que estabelece caber à ANA definir e fiscalizar as condições de operação de reservatórios por agentes públicos e privados, visando a garantir o uso múltiplo dos recursos hídricos, conforme estabelecido nos planos de recursos hídricos das respectivas bacias hidrográficas, e que no caso de reservatórios de aproveitamentos hidrelétricos a definição será efetuada em articulação com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS;

considerando a importância dos reservatórios de Sobradinho, Itaparica (Luiz Gonzaga), Apolônio Sales (Moxotó), Complexo de Paulo Afonso e Xingó, para a produção de energia do Sistema Nordeste e para o atendimento dos usos múltiplos da bacia do rio São Francisco;

considerando os dados apresentados pelo ONS em reunião ocorrida na sede da ANA em 13 de junho de 2016; e

considerando os encaminhamentos da reunião ocorrida na sede da ANA em 13 de junho de 2016, resolve:

Art. 1º Autorizar a redução, até 30 de setembro de 2016, da descarga mínima instantânea dos reservatórios de Sobradinho e Xingó, no rio São Francisco, de 1.300 m³/s para 800 m³/s.

§ 1º A Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF promoverá ampla divulgação, sobretudo nas cidades ribeirinhas do Baixo e Submédio São Francisco, das reduções de vazão a serem praticadas.

§ 2º A estação de controle das defluências do reservatório de Sobradinho de que trata o caput será a estação fluviométrica de Juazeiro (código ANA 48020000).

§ 3º A estação de controle das defluências do reservatório de Xingó de que trata o caput será a estação fluviométrica de Propriá (código ANA 49705000).

Art. 2º A ANA poderá, mediante decisão fundamentada, antes do prazo disposto no caput, suspender ou revogar a presente Resolução, caso informações técnicas recomendem cessar a flexibilização da defluência dos reservatórios de Sobradinho e Xingó. Caso isso ocorra, novos limites mínimos de vazão defluente para Sobradinho e Xingó deverão ser fixados.

Art. 3° Quando previamente comunicada à CHESF a necessidade de prática da vazão mínima de 1.300 m³/s para a navegação de comboios hidroviários, no trecho entre Sobradinho e o porto de Juazeiro, a CHESF voltará a respeitar essa vazão defluente mínima durante o tempo necessário à passagem do comboio.

Art. 4° A CHESF deverá se articular com a Marinha do Brasil de forma a garantir a segurança da navegação e salvaguarda da vida humana, conforme a Lei n° 9.537, de 11 de dezembro de 1997.

Art. 5° Esta Resolução não dispensa nem substitui a obtenção pela CHESF de certidões, alvarás ou licenças de qualquer natureza exigidos pela legislação federal, estadual ou municipal.

Art. 6° A CHESF se sujeita à fiscalização da ANA, por intermédio de seus agentes, devendo franquear-lhes o acesso à documentação relativa à operação dos reservatórios objetos desta Resolução.

Art. 7° A CHESF deverá apresentar para o período de vazões defluentes mínimas reduzidas, mensalmente, relatório de acompanhamento da operação das UHEs de Sobradinho e Xingó, que irá subsidiar reuniões periódicas de avaliação a serem promovidas pela ANA.

Art. 8º A CHESF deverá dar publicidade das informações técnicas aos usuários da bacia e ao respectivo Comitê de Bacia durante o período de vazões defluentes mínimas reduzidas.

Art. 9° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

VICENTE ANDREU

Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS E RELAÇÕES DO TRABALHO NO SERVIÇO PÚBLICO
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAL CIVIL
COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO DE ROTINAS DA FOLHA DE PAGAMENTO
COORDENAÇÃO DE PRODUÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO DE BENEFÍCIOS INDENIZATÓRIOS

RETIFICAÇÃO

Nas Portarias nºs 86 e 87 de 23 de junho de 2016, publicadas no Diário Oficial da União nº 120, Seção 1, Página 137, de 24 de junho de 2016, onde se lê: a contar de 15 de maio de 2015, leia-se: a contar de 15 de maio de 2016.

SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO

PORTARIA Nº 99, DE 28 DE JUNHO DE 2016

O SECRETÁRIO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo art. 1º, inciso III, da Portaria nº 54, de 22 de fevereiro 2016, tendo em vista o disposto no art. 18, inciso II, §§ 2º a 5º, e 7º e 42 da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, combinado com os arts. 95 e 96 do Decreto-lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946, bem como no art. 25 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e os elementos que integram os Processo Administrativos nº 04977.003683/2010-51, resolve:

Art. 1º Autorizar a Cessão de Uso em Condições Especiais à Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP, do imóvel constituído por terreno acrescido de marinha, com área de 226.737,11 m², localizado na Avenida Engenheiro Augusto Barata, s/n, Bairro Alemoa, no Município de Santos, objeto da averbação nº 7, da Matrícula nº 50415, Livro 2, do 1º Oficial de Registro de Imóveis da Comarca de Santos.

Art. 2º A Cessão a que se refere o art. 1º destina-se a implantação de Área de Apoio Logístico Portuário - AALP, contendo estacionamento de caminhões, podendo ser estruturada uma central de fretes; serviços adicionais que agreguem valor aos outros prestados aos caminhões e caminhoneiros que utilizarão a AALP; espaço e estruturas para atividades auxiliares à operação portuária, como armazenagem de contêineres e operação ferroviária.

Parágrafo único. A Cessionária disporá de 3 (três) anos a contar da assinatura do respectivo contrato de cessão de uso especial para implantar a AALP.

Art. 3º A renda auferida pela Cessionária com a exploração da área será integralmente revertida em benefício do Porto Organizado de Santos, sob fiscalização da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ.

Parágrafo único. Fica a Cessionária autorizada a arrendar partes da área cedida e benfeitorias eventualmente aderidas, desnecessárias ao seu uso imediato, desde que observadas as regras relativas aos procedimentos licitatórios trazidos pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sempre que houver condições de competitividade.

Art. 4º O prazo de cessão será de 20 (vinte) anos, renovável por igual período, podendo a critério da SPU e se for interesse do Cessionário, mediante manifestação escrita com antecedência mínima de 180 (cento e oitenta) dias antes de findo o prazo estabelecido.

Art. 5º A presente autorização não exime a Cessionária de obter todos os licenciamentos, autorizações e alvarás necessários à implantação e execução das obras, bem como de observar rigorosamente a legislação e os respectivos regulamentos das autoridades competentes e dos órgãos ambientais.

Art. 6º A SPU concluirá os atos pelos quais reconhecerá a inexigibilidade de licitação, obrigatoriamente entre a publicação desta portaria autorizativa de Cessão de Uso em Condições Especiais e a assinatura do respectivo contrato.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GUILHERME ESTRADA RODRIGUES

PORTARIA Nº 126, DE 30 DE MAIO DE 2016

O SECRETÁRIO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria nº 54, de 22 de fevereiro de 2016, tendo em vista o disposto no art. 31 da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, no art. 17, inciso I, alínea "f", da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, assim como nos elementos que constam do Processo Administrativo nº 04926.000545/2011-04, resolve:

Art. 1º Autorizar a doação dos imóveis de propriedade da União, oriundos do extinto Departamento Nacional de Estradas de Rodagens - DNER, aos ocupantes residentes, cuja regularização das ocupações foi efetivada no período de 2011 a 2013, por meio de Cessão, sob o regime de Concessão de Direito Real de Uso - CDRU, localizados nos Municípios de Caratinga - Bairro dos Rodoviários e Bairro Esplanada, de Governador Valadares - Bairro Vila Isa, João Pinheiro, Manhuaçu - Distrito de Realeza e de Tarumirim - Distrito de Taruaçu, Estado de Minas Gerais, desde que atendam atualmente aos requisitos do art. 31, §5°, da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998.

Art. 2º Fica o Superintendente do Patrimônio da União no Estado de Minas Gerais autorizado a lavrar tantos contratos de doação quantos forem necessários, de acordo com o enquadramento das famílias nos critérios do Programa de Regularização Fundiária de Interesse Social.

Art. 3º Ficam os donatários impedidos de alienar o imóvel por um período de 5 (cinco) anos, a contar da data da assinatura do contrato de doação.

Parágrafo único. A Superintendência do Patrimônio da União no Estado de Minas Gerais deve inserir em cada um dos contratos de doação a cláusula de inalienabilidade mencionada no caput.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 4º As doações tornar-se-ão nulas, independentemente de ato especial, sem direito dos donatários a qualquer indenização, inclusive por benfeitorias realizadas, se descumprido o estabelecido no art. 3º desta Portaria, ou, ainda, se ocorrer inadimplemento de cláusula contratual.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GUILHERME ESTRADA RODRIGUES

PORTARIA Nº 158, DE 28 DE JUNHO DE 2016

O SECRETÁRIO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, no uso de suas atribuições e em conformidade com o disposto no art. 5º, parágrafo único do Decreto-lei 2.398/87 e no Processo Administrativo nº 04977.002890/2016-83, resolve:

Art. 1ºDeclarar de interesse do serviço público para fins de regularização fundiária de interesse social o imóvel da União, classificado como próprio nacional, proveniente do patrimônio da extinta Rede Ferroviária Federal S.A., localizado ao longo das ruas João Batista Plate, Jorge Salum e Antônio Orlando Salmasi, Bairro Rosa Garcia, Município de Tatuí, Estado de São Paulo, com área de 17.556,00 m², inscrito sob o RIP nº 7181.00015500-5 e devidamente registrado no Oficial de Registro de Imóveis, Títulos e Civil de Pessoa Jurídica de Tatuí, sob a Matrícula nº90.907, Livro nº 2.

Art. 2º O imóvel descrito no art. 1º é de interesse público na medida em que será destinado à implantação de projeto de regularização fundiária de interesse social em benefício de 115 famílias de baixa renda.

Art. 3º A SPU-SP dará conhecimento do teor desta Portaria ao Ofício de Registro de Imóveis da circunscrição e ao Município.

Art. 4ºEsta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GUILHERME ESTRADA RODRIGUES

PORTARIA Nº 160, DE 28 DE JUNHO DE 2016

O SECRETÁRIO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria nº 54, de 22 de fevereiro de 2016, tendo em vista o disposto no art. 31, inciso I, da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, no art. 17, inciso I, alíneas "b" e "f", da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, assim como nos elementos que integram o Processo Administrativo nº 04926.001143/2006-51, resolve:

Art. 1º Autorizar a doação com encargos ao Município de Rio Casca-MG do imóvel urbano, de propriedade da União, classificado como nacional interior, situado na Rodovia BR-262/MG, Km 119, Bairro: Jacarandá, Município de Rio Casca, Estado de Minas Gerais, com área de 53.371,40 m², inscrito sob o RIP nº 509700026.500-4 e devidamente registrado no Serviço Registral Imobiliário da Comarca de Rio Casca-MG sob a Matrícula nº 5.513, do Livro nº 2.

Art. 2º A doação a que se refere o art. 1º se destina à implantação de projeto de regularização fundiária em benefício de aproximadamente 100 famílias de baixa renda, incluindo urbanização da área, e à preservação ambiental da área livre de 21.205,82 m², considerada inadequada para a construção.

Parágrafo único. O prazo para a conclusão da regularização de todos os imóveis em nome dos beneficiários finais, com o respectivo registro dos títulos a serem concedidos pelo Município, é de 5 (cinco) anos, contado da assinatura do respectivo contrato, prorrogável por igual período.

Art. 3º Fica o donatário obrigado a:

I - proceder ao registro da presente doação com encargo junto à matrícula do imóvel no Cartório competente, nos termos da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973;

II - transferir gratuitamente o domínio pleno e as obrigações relativas aos imóveis cujos ocupantes preencham os requisitos previstos no art. 31, § 5º, da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998;

III - proceder à alienação onerosa dos imóveis cujos ocupantes não preencham os requisitos previstos no art. 31, § 5º, da Lei nº 9.636, de 1998, observados os procedimentos licitatórios previstos em lei, destinando a renda auferida à instalação de infraestrutura, equipamentos básicos ou de outras melhorias necessárias ao desenvolvimento do projeto;

IV - proceder à averbação das transferências do direito pleno junto ao cartório competente e encaminhá-las à SPU-MG no prazo de 60 (sessenta) dias, a partir de sua efetivação; e

V- zelar pela preservação ambiental da área livre de 21.205,82 m², considerada inadequada para a construção.

Art. 4º A doação tornar-se-á nula, revertendo automaticamente o imóvel à propriedade da União, independentemente de qualquer indenização por benfeitorias realizadas, se ao imóvel, no todo ou em parte, vier a ser dada destinação diversa da prevista no art. 2º desta Portaria ou, ainda, se ocorrer inadimplemento de cláusula contratual.

Art. 5º Os direitos e obrigações mencionados nesta portaria não excluem outros explícita ou implicitamente decorrentes do contrato de doação e da legislação pertinente.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GUILHERME ESTRADA RODRIGUES

SUPERINTENDÊNCIA NA BAHIA

PORTARIA Nº 8, DE 27 DE JUNHO DE 2016

A SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NA BAHIA, no uso da competência que lhe foi atribuída pela Portaria SPU nº 200, de 29 de junho de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 30 de junho de 2010, seção 2, página 75, e tendo em vista os elementos que integram o Processo nº Processo nº 04941.002823/2014-12, resolve:

Art. 1º Autorizar a cessão provisória, sob a forma de utilização gratuita, ao Município de Jussari, Bahia, de área com 1ha89a27ca, fração de um terreno maior com 100hectares denominado Estação Experimental da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira /Gileno Amado Brandão, oriundo da CEPLAC, no município de Jussari, no estado da Bahia, o qual se encontra em processo de incorporação ao patrimônio da União.

Art. 2º O imóvel a que se refere o art. 1º será destinado para implantação de equipamentos esportivos.

Art. 3º Após a regularização e incorporação do imóvel ao patrimônio da União, fica autorizada a substituição por instrumento definitivo, conforme previsto no § 2º, do art. 6º, do Decreto nº 6.018, de 22 de janeiro de 2007.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

TATIANA MARIA SANTOS CHAVES

SUPERINTENDÊNCIA EM MATO GROSSO

PORTARIA Nº 12, DE 31 DE MAIO DE 2016

A SUPERINTENDENTE SUBSTITUTA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO ESTADO DE MATO GROSSO, no uso da competência que lhe foi delegada pelo, do art. 3º, inciso I da Portaria nº 200, de 29 de junho de 2010, da Secretaria do Patrimônio da União, e tendo em vista o disposto nos arts. 538 e 553 do Código Civil Brasileiro, e os elementos que integram o Processo Administrativo nº 04997.000160/2016-18, resolve:

Art. 1º Aceitar a doação, com encargo, que faz o Município de Brasnorte/MT à União, com base na Lei Municipal nº 1.807 de 19 de outubro de 2015, de imóvel com área de 2.499,00 m² (dois mil, quatrocentos e noventa e nove metros quadrados), localizado no Lote-108-C-1 no interior da Área de Expansão do Perímetro Urbano do Município de Brasnorte, registrado conforme matrícula nº 2.277 do Cartório de Registro de Imóveis 1º Ofício da Comarca de Brasnorte-Mato Grosso, avaliado em R$ 24.990,00 (Vinte e quatro Mil, novecentos e noventa Reais), bem como a ENTREGA, do referido terreno ao Distrito Sanitário Especial Indígena - DSEI/SESAI/DIASI/MS com fundamento no art. 79, parágrafos 1º e 2º, do Decreto-lei nº 9.760, de 05 de setembro de 1946, tão logo concluídos os atos relativos ao aperfeiçoamento da doação.

Art. 2º O imóvel a que se refere o art. 1º, destina-se à construção de unidade para atendimento de saúde aos pacientes das populações indígenas das aldeias atendidas na região (etnias Irantxe, Myky, Enawe Newe) além das atividades técnicas administrativas do "Polo Base Brasnorte", Distrito Sanitário Especial Indígena - DSEI/SESAI/DIASI/MS.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VERA LÚCIA MAYUMI TSUDA

Ministério do Trabalho

SECRETARIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO

DESPACHOS DO SECRETÁRIO ADJUNTO

Em 7 de junho de 2016

O Secretário Adjunto Substituto da Secretaria de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista a vacância dos cargos de Secretario de Relações do Trabalho e de Secretário Adjunto da Secretaria de Relações do Trabalho, e com fundamento na Portaria 326/2013 e na Nota Técnica 1131/2016/CGRS/SRT/MT, resolve, nos termos do art. 25, parágrafo único, da Portaria 326/2013, INDEFERIR o processo de Pedido de Registro Sindical 46010.003283/2005-46 do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal de Imarui/SC, CNPJ 07.418.115/0001-40.

O Secretário Adjunto Substituto da Secretaria de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista a vacância dos cargos de Secretário de Relações do Trabalho e de Secretário Adjunto da Secretaria de Relações do Trabalho, com fundamento na Portaria 326/2013 e na Nota Técnica 1132/2016/CGRS/SRT/MT, resolve INDEFERIR o processo de Pedido de Registro Sindical 46214.000416/2008-89 do STTR - SINDICATO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS DE BOA HORA - PI, CNPJ 01.928.915/0001-24, nos termos do art. 25, parágrafo único, da Portaria 326 de 1º de março de 2013.

O Secretário Adjunto Substituto da Secretaria de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista a vacância dos cargos de Secretário de Relações do Trabalho e de Secretário Adjunto da Secretaria de Relações do Trabalho, com respaldo no art. 26 da Portaria 326, de 1º de março de 2013 e na seguinte Nota Técnica, resolve INDEFERIR o processo do sindicato abaixo relacionado:

Processo	46200.001828/2012-71
Entidade	SINDICATO ESTADUAL DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DO TERCEIRO GRAU - SINTEST-AC
CNPJ	34.703.058/0001-13
Fundamento	NT 1133/2016/CGRS/SRT/MT

ADMILSON MOREIRA DOS SANTOS

Em 7 de junho de 2016

O Secretário Adjunto Substituto da Secretaria de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista a vacância dos cargos de Secretário de Relações do Trabalho e de Secretário Adjunto da Secretaria de Relações do Trabalho, com fundamento na Portaria 424, de 14 de abril de 2016, na Portaria 186, publicada em 14 de abril de 2008 e na Nota Técnica 1134/2016/CGRS/SRT/MT, resolve CONCEDER o Registro de Alteração Estatutária, Processo 46215.011902/2015-41 da FENASEG - Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados, de Capitalização e de Previdência Complementar Aberta, CNPJ 33.623.893/0001-80, para coordenar, em todo o território nacional, as entidades a ela filiadas que tenham como representação a categoria econômica das empresas de seguros privados, de capitalização e de previdência complementar aberta, mantendo a representação da categoria econômica das Empresas de Seguros Privados e Capitalização do Plano da CNEC na base territorial Nacional obtida por meio da carta L00B P009 A1951 na data 10/11/1953, nos termos do art. 611, § 2º c/c o art. 591 da CLT.

O Secretário Adjunto Substituto da Secretaria de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista a vacância dos cargos de Secretário de Relações do Trabalho e de Secretário Adjunto da Secretaria de Relações do Trabalho, com fundamento na Portaria 326, de 1º de março de 2013 e na Nota Técnica 1135/2016/CGRS/SRT/MT, resolve DEFERIR o Registro Sindical ao SINDICONTAS-PA - SINDICATO DOS SERVIDORES EFETIVOS DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ, Processo 46222.004329/2012-88, CNPJ 15.177.144/0001-95, para representar a categoria do Servidor efetivo e aposentado do Tribunal de Contas, com abrangência Estadual e base territorial no Estado do Pará. Para fins de anotação no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais - CNES, resolve ainda DETERMINAR a exclusão da categoria do Servidor efetivo e aposentado do Tribunal de Contas da representação do UNSP-SINDICATO NACIONAL - União Nacional dos Servidores Públicos Civis do Brasil, CNPJ 33.721.911/0001-67, Processo 24000.004348/89-11 e do SEPUB - Sindicato dos Servidores Públicos Civis do Estado do Pará, CNPJ 34.622.076/0001-70, Processo 24000.002022/90-48, no Estado do Pará, conforme determina o art. 30 da Portaria 326/2013.

Em 8 de junho de 2016

O Secretário Adjunto Substituto da Secretaria de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista a vacância dos cargos de Secretário de Relações do Trabalho e de Secretário Adjunto da Secretaria de Relações do Trabalho, e com fundamento no artigo 26, § 4º, da Lei 9.784/1999, notifica o (a) representante do SISEMO - SINDICATO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE MORENO, CNPJ 41.008.905/0001-95, do inteiro teor do OFÍCIO 546/2016/CGRS/SRT/MT, encaminhado à entidade em 22/04/2016, o qual restou devolvido por motivo de mudança de endereço da entidade, conforme o disposto no aviso de recebimento AR319280036JS. Portanto, se dentro do prazo de 30 (trinta) dias a entidade não apresentar os documentos solicitados, o processo de pedido de registro sindical 46213.008688/2012-13 será INDEFERIDO, nos termos do parágrafo único do artigo 25 da Portaria 326/2013.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Em 9 de junho de 2016

O Secretário Adjunto Substituto de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 26, § 4º, da Lei 9.784/1999, NOTIFICA o representante do Sindicato dos Trabalhadores em Serviços de Saúde de Itinga - SINDSAUDE ITINGA, CNPJ 13.326.747/0001-86, do inteiro teor do OFÍCIO 567/2016/CGRS/SRT/MT, encaminhado à entidade em 24/05/2016, que restou devolvido, conforme aviso de devolução (AR-JS327366547BR), em 31/05/2016. Dessa forma, concedemos à entidade o prazo de 20 (vinte) dias para o envio da documentação expressa no Ofício, sob pena de arquivamento do Processo 46311.002657/2012-41 de pedido de registro, conforme determina o artigo 27, inciso I, da Portaria 326/2013.

ADMILSON MOREIRA DOS SANTOS

Em 27 de junho de 2016

O Secretário de Relações do Trabalho Substituto, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326, publicada em 11 de março de 2013 e na Nota Técnica 126/2016/GAB/SRT/MT, resolve RETIFICAR o despacho da FEDERACAO NAC DE HOTEIS RESTAURANTES BARES E SIMILARES, CNPJ 33.792.235/0001-12, Processo 46206.019577/2015-74, publicado no DOU de 24/06/2016, pág. 138, Seção I, n.º 120, para que onde se lê: "(...) Base territorial: Nacional", leia-se: "Base territorial: interestadual: Acre, Alagoas, Amapá, Amazonas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima, São Paulo, Sergipe e Tocantins".

LEONARDO CABRAL DIAS

Em 28 de junho de 2016

O Secretário de Relações do Trabalho Substituto do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, em cumprimento à Decisão Judicial exarada no Mandado de Intimação s/nº, Processo Judicial 0000526-04.2016.5.10.0001, interposto na 1ª Vara do Trabalho de Brasília, considerando o preenchimento dos requisitos para a publicação do pedido de registro sindical, dá ciência do requerido pela entidade abaixo mencionada, ficando aberto o prazo de 30 (trinta) dias para que os interessados possam se manifestar, nos termos da Portaria 188/2007 e da Portaria 326/2013.

Processo	46208.015971/2014-32
Entidade	SINPOSPETRO-ENTORNO/DF - Sindicato dos Empregados em Postos de Serviços de Combustíveis, Lubrificantes e Derivados de Petróleo, Loja de Conveniência, Troca de Oleo, Lava Rápidos e Lava-Jatos em Postos do Entorno do Distrito Federal no Estado de Goiás
CNPJ	21.294.985/0001-85
Abrangência	Intermunicipal
Base Territorial	Goiás: Água Fria de Goiás, Águas Lindas de Goiás, Alexânia, Alto Paraíso de Goiás, Alvorada do Norte, Buritinópolis, Cabeceiras, Cidade Ocidental, Cocalzinho de Goiás, Corumbá de Goiás, Cristalina, Formosa, Luziânia, Mimoso de Goiás, Novo Gama, Padre Bernardo, Pirenópolis, Planaltina, Santo Antônio do Descoberto, São João D'aliança, Simolândia, Valparaíso de Goiás, Vila Boa e Vila Propício
Categoria Profissional	Frentista diurno e noturno, gerente, caixa, pessoal de escritório, lavador, valeteiro, enxugador, lubrificador, encarregado, chefe de pista, borracheiro, recepcionista, promotor de vendas, faxineiro e todos que prestam serviços em postos de serviços de combustíveis, lubrificantes e derivados de petróleo, loja de conveniência, trocas de óleo, lava rápidos e lava-jatos em postos do entorno do Distrito Federal no Estado de Goiás

Tendo em vista a decisão judicial prolatada na Ação Trabalhista, Processo Judicial 000523-48.2011.5.04.0015, oriundo da 15ª Vara do Trabalho de Porto Alegre do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região e a Portaria Ministerial 326/2013, o Secretário de Relações do Trabalho Substituto, no uso de suas atribuições legais, RETIFICA a Nota Técnica 31/2016/AIP/SRT/MT para RESTABELECER em parte o registro de alteração estatutária do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Produtos Farmacêuticos, Cosméticos, Perfumaria, Artigos de Toucador e Defensivos Animais de Porto Alegre, Cachoeirinha, Viamão, Eldorado do Sul, São Jerônimo, Tapes, Camaquã, Canoas e Gravataí/RS - SINTIFAR, CNPJ 92.958.040/0001-69, processo administrativo 46218.005967/2009-80, para representar categoria profissional dos trabalhadores nas indústrias de produtos farmacêuticos, cosméticos, perfumaria, artigos de toucador e defensivos animais nos municípios de Camaquã, Eldorado do Sul, Gravataí, Porto Alegre, São Jerônimo, Tapes e Viamão no Estado do Rio Grande do Sul; NOTIFICAR o SINTIFAR - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Produtos Farmacêuticos, Cosméticos, Perfumaria, Artigos de Toucador e Defensivos Animais de Porto Alegre, Cachoeirinha, Viamão, Eldorado do Sul, São Jerônimo, Tapes, Camaquã, Canoas e Gravataí/RS para que realize atualização dos dados cadastrais no fito de modificar sua denominação, uma vez que não mais representa os municípios de Canoas e Cachoeirinha, devendo, portanto, excluí-los de sua denominação nos termos do art. 36 da Portaria Ministerial 326/2013; ANOTAR o registro sindical do SINDIQUIMICA - SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS QUIMICAS, CNPJ 92.966.902/0001-03, processo administrativo 24000.005315/92-94, retirando-lhe o município de Porto Alegre e, nestes termos, representar a categoria dos trabalhadores na indústria de produtos farmacêuticos e dos trabalhadores na indústria de perfumes e artigos de toucador, nas bases territoriais de Cachoeirinha, Canoas e a categoria dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas, EXCETO os trabalhadores nas indústrias de materiais plásticos, resinas sintéticas e afins na base territorial de São Leopoldo-RS, EXCETO a categoria dos Trabalhadores em Indústria de Produtos Químicos Inorgânicos (cloro, álcalis, fabricação de gases industriais e fabricação de outros produtos inorgânicos), no município de Guaíba, com base territorial nos municípios de Alvorada, Cachoeirinha, Canoas, Esteio, Guaíba, Porto Alegre, São Leopoldo e Sapucaia do Sul; e NOTIFICAR o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Produtos Farmacêuticos, Cosméticos, Perfumaria, Artigos de Toucador e Defensivos Animais de Porto Alegre, Cachoeirinha, Viamão, Eldorado do Sul, São Jerônimo, Tapes, Camaquã, Canoas e Gravataí/RS - SINTIFAR, CNPJ 92.958.040/0001-69, processo administrativo 46218.005967/2009-80 e SINDIQUIMICA - SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS QUIMICAS, CNPJ 92.966.902/0001-03, processo administrativo 24000.005315/92-94, para que encaminhem novo estatuto social com as novas alterações no prazo de 60 dias, nos termos do art. 30 da Portaria 326/13.

LEONARDO CABRAL DIAS

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO CEARÁ

PORTARIA Nº 116, DE 28 DE JUNHO DE 2016

O Superintendente Regional do Trabalho e Emprego no Ceará, no uso da competência conferida que lhe foi delegada pela Portaria nº. 153, de 12/02/09, c/c o artigo 2º. da Portaria SRT/MTE/Nº. 02, de 25/05/06, e em conformidade com a documentação constante nos Processo nº. 46205.021568/2014-72, resolve:

Art. 1º Homologar o Plano de Cargos, Carreira e Salários dos empregados da IDRB VIAGENS E TURISMO LTDA.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

AFONSO CORDEIRO TORQUATO NETO

Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

SUPERINTENDÊNCIA DE EXPLORAÇÃO DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA

PORTARIA Nº 125, DE 28 DE JUNHO DE 2016

O Superintendente de Exploração da Infraestrutura Rodoviária, da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Deliberação n.º 157/10, de 12 de maio de 2010, resolve:

Autorizar a implantação de adutora de água potável na faixa de domínio da Rodovia Juscelino Kubitschek, BR-040/RJ, por meio de ocupação longitudinal entre o km 774+995m e o km 775+269,5m e ocupação transversal do km 774+965m, pista sentido Rio ao km 774+932m pista sentido Juiz de Fora, de interesse da Companhia de Saneamento Ambiental - CESAMA. Processo nº 50505.032504/2016-51.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

O inteiro teor das Portarias acima encontram-se disponíveis no sítio da ANTT na rede mundial de computadores - Endereço http://www.antt.gov.br/index.php/content/view/355/Legislacao.html.

LUIZ FERNANDO CASTILHO

SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS DE TRANSPORTES DE PASSAGEIROS

PORTARIA Nº 92, DE 27 DE JUNHO DE 2016

Estabelece os procedimentos e etapas para execução da implantação do Sistema de Monitoramento do Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional Coletivo de Passageiros - Monitriip.

O SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso das atribuições conferidas pelo art. 63 da Resolução ANTT n.º 3.000, de 28 de janeiro de 2009, e fundamentado no processo nº 50500.109412/2013-74,

Considerando a implantação do Sistema de Monitoramento do Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional Coletivo de Passageiros - Monitriip, estabelecido por meio da Resolução nº 4.499, de 28 de novembro de 2014,

Considerando a disponibilização do Portal Monitriip em 16 de junho de 2016, para cadastro das transportadoras e dos fornecedores de soluções de monitoramento, ESTABELECE:

Art. 1º A implantação do sistema de monitoramento para cumprimento das obrigações dispostas no artigo 47 da Resolução nº 4.770, de 25 de junho de 2015, e no artigo 67 da Resolução nº 4.777, de 6 de julho de 2015, deverá ser realizada por meio do Portal MONITRIIP.

Art. 2º As operadoras dos serviços de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros deverão observar as seguintes etapas de execução:

I - até a data de implantação prevista nas Resoluções: realizar o cadastro das transportadoras no Portal Monitriip para implantação do sistema;

II - até 60 dias após a data de implantação prevista nas Resoluções: indicação, no Portal Monitriip, dos fornecedores contratados, que realizaram os testes, e início do envio de dados;

III - até 120 dias após a data de implantação prevista nas Resoluções: transmissão de todos os registros de dados definidos na Resolução ANTT nº 4.499/2014.

Parágrafo único. O disposto no caput também deverá ser observado pelas permissionárias dos serviços de transporte terrestre rodoviário coletivo interestadual semiurbano de passageiros contado da data de início de sua operação.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE MUÑOZ LOPES DE OLIVEIRA

SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO DE CARGAS

PORTARIA Nº 39, DE 22 DE JUNHO DE 2016

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO DE CARGAS - SUFER DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com o disposto na Deliberação ANTT nº 158/2010 e alterações, com a Resolução ANTT nº 2.695/2008 e no que consta dos autos do Processo ANTT nº 50500.043599/2009-50, resolve:

Art. 1º Autorizar, para fins de regularização, a obra para implantação do Projeto de Interesse de Terceiros - PIT relativa à ampliação de pátio e construção de ramal de acesso ao terminal ferroviário de armazenagem e movimentação de açúcar, no km 342+000 m da ferrovia, município de Fernandópolis/SP, pela Usina Coruripe Açúcar e Álcool S.A., na malha concedida à América Logística Malha Paulista S.A. - ALLMP.

§ 1º - Em caso de declaração de reversibilidade das obras pelo Poder Concedente, não será devida indenização em favor da Concessionária ou de terceiros.

§ 2º - A Concessionária deverá encaminhar à ANTT, se houver, cópia dos Aditivos, formalizados com o terceiro interessado, em até 10 (dez) dias após a sua assinatura.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE PORTO MENDES DE SOUZA

AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA

PORTARIAS DE 28 DE JUNHO DE 2016

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA, no uso de suas atribuições outorgadas pelo art. 41, inciso XXVII, do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 110, de 15 de setembro de 2009, nos termos do disposto na Resolução nº 153, de 18 de junho de 2010 e alterações posteriores, em consonância com o art. 8º, inciso XXII, § 3º, da Lei 11.182, de 27 de setembro de 2005, e com os itens 5.1.2 e 5.2.1.2, alínea "a", da Instrução do Comando da Aeronáutica - ICA 11-3, reedição aprovada por meio da Portaria nº 958/GC3, de 9 de julho de 2015, considerando a Declaração nº 011-A-AGA-2016, de 1º de junho de 2016, do Segundo Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego - CINDACTA II, e considerando ainda o que consta do processo nº 00065.108517/2014-03, resolve:

Nº 1.630 - Aprovar o Plano Diretor do Aeroporto de Corumbá/MS (SBCR).

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA, no uso de suas atribuições outorgadas pelo artigo 41, inciso XXVII, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução n° 110, de 15 de setembro de 2009, nos termos do disposto na Resolução nº 153, de 18 de junho de 2010 e alterações posteriores, e considerando o que consta do processo nº 00066.044957/2015-98, resolve:

Nº 1.631 - Aprovar o Plano Diretor do Aeroporto Internacional de Pelotas/RS (SBPK).

Estas Portarias entram em vigor na data da publicação. O inteiro teor das Portarias acima encontra-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço www.anac.gov.br/legislacao.

FABIO FAIZI RAHNEMAY RABBANI

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

O GERENTE DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO, no uso de suas atribuições outorgadas pelo art. 5º, inciso XIV da Portaria nº 1751 de 6 de julho de 2015, pelo que consta no art. 41, incisos VIII e X da Resolução nº 110, de 15 de setembro de 2009, e conforme disposto na Portaria Interministerial nº 1422/MD/SAC-PR, de 5 de junho de 2014, resolve:

Nº 1.632 - Considerar homologado e aberto ao tráfego aéreo o heliponto em plataforma privado PETROBRAS 38 P-38 (9PPQ) (RJ), com validade até o dia 19 de maio de 2019. Processo nº 00065.064246/2016-21.

Nº 1.633 - Considerar homologado e aberto ao tráfego aéreo o heliponto em plataforma privado SAFE CONCORDIA (9PDH) (RJ), com validade até o dia 25 de maio de 2019. Processo nº 00065.073324/2016-88.

Nº 1.634 - Considerar homologado e aberto ao tráfego aéreo o heliponto em plataforma privado FPSO CIDADE DE PARATY (9PHF) (SP), com validade até o dia 6 de abril de 2019. Processo nº 00065.067681/2016-15.

Nº 1.635 - Considerar homologado e aberto ao tráfego aéreo o heliponto em plataforma privado PETROBRAS 26 P-26 (9PBV) (RJ), com validade até 8 de março de 2019. Processo nº 00065.068204/2016-69.

GERÊNCIA DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

PORTARIA DE 28 DE JUNHO DE 2016

O GERENTE DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO, no uso das competências que lhe confere o art. 5º, inciso X, da Portaria nº 1751, de 6 de julho de 2015, tendo em vista o disposto na Nota Técnica nº 41/2016/GFIC/SAI, e considerando o que consta no processo n° 00065.172837/2015-90, resolve:

Nº 1.636 - Retirar medida administrativa cautelar de proibição das operações aéreas anteriormente aplicada ao aeródromo público Dix-Sept Rosado (SBMS), em Mossoró/RN, reabrindo o aeródromo ao tráfego. Fica revogada a Portaria nº 92, de 15 de janeiro de 2016, publicada no DOU de 19 de janeiro de 2016, seção 1, página 10.
Estas Portarias entram em vigor na data da publicação. O inteiro teor das Portarias acima encontra-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço www.anac.gov.br/legislacao.

RODRIGO OTÁVIO RIBEIRO

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS

ACÓRDÃO Nº 52/2016

Processo: 50301.002519/2014-11
Parte: ENSEADA INDÚSTRIA NAVAL S.A. (12.243.301/0004-78)
Ementa:
Trata o presente Acórdão do exame de pedido de reconsideração interposto pela empresa Enseada Indústria Naval S.A., inscrita no CNPJ/MF sob nº 12.243.301/0004-78, em face de decisão proferida pela Diretoria Colegiada desta Agência, por ocasião de sua 391ª Reunião Ordinária, realizada em 23 de setembro de 2015, levada a efeito por meio da Resolução nº 4.381-ANTAQ, de 25 de setembro de 2015, que lhe aplicou penalidade de advertência, pela prática da infração capitulada no inciso XVI do art. 32 da Norma aprovada pela Resolução nº 3.274-ANTAQ, de 6 de fevereiro de 2014.
Acórdão:
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, na conformidade do voto objeto da Ata da 407ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada, realizada em 24 de junho de 2016, acordam os Diretores da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, por conhecer o pedido de reconsideração interposto pela empresa Enseada Indústria Naval S.A., dada a sua regularidade e tempestividade, para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo, por conseguinte, a decisão contida no bojo da Resolução nº 4.381-ANTAQ, de 25 de setembro de 2015, visto que restaram configuradas a autoria e a materialidade da prática do ato infracional pela empresa autuada. Participaram da reunião o Diretor-Geral Substituto, Relator, Fernando José de Pádua Costa Fonseca, o Diretor Adalberto Tokarski, a Procuradora-Chefe Natália Hallit Moysés, e o Secretário-Geral, Joelson Neves Miranda.

Brasília, 27 de junho de 2016.
FERNANDO JOSÉ DE PÁDUA COSTA FONSECA
Diretor-Geral
Substituto
Relator

ADALBERTO TOKARSKI
Diretor-Relator

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGAS

TERMO DE LIBERAÇÃO DE OPERAÇÃO Nº 9, DE 28 DE JUNHO DE 2016

O Superintendente de Outorgas da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, em observância ao disposto no art. 27, da norma aprovada pela Resolução nº 3.290-ANTAQ, de 13/02/2014, e tendo em vista o que consta do processo nº 50000.000912/1999, resolve:

Autorizar a empresa CHIBATÃO NAVEGAÇÃO E COMÉRCIO LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 84.098.383/0001-72, com sede na Rua Zebu, nº 201, Colônia Oliveira Machado - Manaus/AM, a dar início à operação do pátio de contêineres em instalação portuária na modalidade de Terminal de Uso Privado - TUP, localizado e inscrito sob o mesmo CNPJ/MF da sede, resultante da ampliação da área do terminal em 13.091,16m², que passa a totalizar 394.862,78m², com observância às normas e regulamentos editados pela ANTAQ e, especificamente, ao 1º Termo Aditivo ao Contrato de Adesão nº 30/2014 -SEP/PR, de 18/04/2016.

A autorização ora deferida não desonera a empresa do atendimento aos padrões de segurança exigidos pelos entes intervenientes na operação, mormente no tocante às competências afetas à Marinha do Brasil, Corpo de Bombeiros e Órgão de Meio Ambiente.

MÁRIO POVIA

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES

PORTARIA Nº 255, DE 28 DE JUNHO DE 2016

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso das atribuições constantes do art. 26 da Resolução nº 3000, de 28 de janeiro de 2009, tendo em vista que a definição das metas de desempenho institucional compõe o processo de Avaliação de Desempenho Institucional da ANTT, resolve:
Art.1º Estabelecer as metas de desempenho institucional 2016/2017 da Agência Nacional de Transportes Terrestres, relativas ao ciclo de avaliação que compreende o período de 1º de julho de 2016 a 30 de junho de 2017, conforme disposto no Art. 4º e Anexo I da Portaria DG nº 199, de 29 de julho de 2010.
§1º As metas de desempenho institucional são compostas pelas metas globais e metas intermediárias.
§2º As metas globais e intermediárias serão aferidas para fins de concessão das Gratificações de Desempenho de Atividade da Regulação - GDAR, da Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Administrativa em Regulação - GDATR e da Gratificação de Desempenho dos Planos Especiais de Cargos das Agências Reguladoras - GDPCAR.
Art. 2º As metas globais da Agência Nacional de Transportes Terrestres, para o período de 1º de julho de 2016 a 30 de junho de 2017, a serem aferidas para fins de concessão das gratificações referidas no art. 1º, §2º, são as constantes no anexo I desta Portaria.
Art. 3º As metas intermediárias da Agência Nacional de Transportes Terrestres, para o período de 1º de julho de 2016 a 30 de junho de 2017, a serem aferidas para fins de concessão das gratificações referidas no art. 1º, §2º, são as constantes no anexo II desta Portaria.
Art. 4º As metas de desempenho institucional poderão ser revistas, caso ocorram fatores que influenciem significativamente sua consecução, desde que a ANTT não tenha dado causa a tais fatores, conforme dispõe o art. 6º, §3º, da Portaria DG nº 199, de 29 de julho de 2010.
Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS

ANEXO I

PROJEÇÃO DAS METAS GLOBAIS 2016/2017			
PERÍODO	AÇÃO DO PPA	PREVISTO	UNIDADE
JUL a DEZ 2016	20UB PO 0001: Fiscalização dos Serviços de Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros	194.817	Procedimentos de Fiscalização
JAN a JUN 2017	20UB PO 0001: Fiscalização dos Serviços de Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros	194.817	Procedimentos de Fiscalização
JUL a DEZ 2016	20UB PO 0002: Fiscalização dos Serviços de Transporte Rodoviário de Cargas	7.411.873	Procedimentos de Fiscalização
JAN a JUN 2017	20UB PO 0002: Fiscalização dos Serviços de Transporte Rodoviário de Cargas	7.411.873	Procedimentos de Fiscalização

ANEXO II

METAS INTERMEDIÁRIAS 2016/2017	
INDICADOR	META
Índice de Acompanhamento do Plano Anual de Fiscalização - Rodovias	80% [nº inspeções realizadas / nº de inspeções programadas no Plano Anual de Fiscalização Rodoviária] x 100
Quantidade de Dias de Inspeção em Ferrovias	80% [Nº de dias de inspeções realizadas / Nº de dias de inspeções equacionados - COFERs] X 100
Índice de Acompanhamento do Plano Anual de Fiscalização - Ferrovias	80% [Nº de inspeções programadas realizadas / Nº de Inspeções programadas no Plano Anual de Fiscalização] X 100
Taxa de Capacitação de Servidores	50% [Nº de servidores capacitados /Nº total de servidores] x 100
Nível de Desempenho da Gestão dos Serviços de Transporte de Passageiros	0,35 [IDG = 1-(P1*RRP/VRP+P2*CPAat/CPA+P3*REGat/REG+P4*RF/VA + P5*RRA/VRA)]
Nível de atendimento das demandas internas	80% In = (Nº de mensagens concluídas no prazo regulamentar do período)/(Nº total de mensagens cadastradas no período) X 100% Onde : I_n=Índice do período de interesse

Ministério Público da União

MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR
CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

ATA DA 400ª SESSÃO ORDINÁRIA, REALIZADA EM 12 DE MAIO DE 2016

Aos doze dias do mês de maio de dois mil e dezesseis, na sala de reuniões da CCR/MPM, na Sede da Procuradoria-Geral da Justiça Militar, em Brasília, Setor de Embaixadas Norte, Lote 43, reuniu-se a Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Militar. Presentes os Membros, Subprocuradores-Gerais da Justiça Militar: Dr. Péricles Aurélio Lima de Queiroz (Coordenador), Dr. José Garcia de Freitas Júnior (Membro), Dra. Arilma Cunha da Silva (Suplente). Aberta a Reunião às 15h30. A sessão foi encerrada às 17h15 e reaberta às 17h45 com a presença do Dr. Mário Sérgio Soares (Suplente). O Coordenador agradeceu a presença de todos.

1. MANIFESTAÇÕES:

1.1. Processo: Procedimento Administrativo - PAVPM 0000016-43.2016.1401.
Origem: PJM Juiz de Fora - 3º Ofício Geral.
Relator: Dr. José Garcia de Freitas Júnior.
Ementa: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. INSPEÇÃO DE ESTABELECIMENTO PRISIONAL. DE ORGANIZAÇÃO INSPEÇÃO CARCERÁRIA NO 17º BATALHÃO LOGÍSTICO. JUIZ DE FORA/MG. Controle externo da Polícia Judiciária Militar. Recomendações ministeriais anteriores cumpridas. Constatada a ausência de presos. Direitos de eventuais detentos preservados. Instalações prisionais adequadas. Arquivamento na origem. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1.2. Processo: Procedimento Administrativo - PAVPM 0000102-39.2015.1106.
Origem: 6ª PJM Rio de Janeiro - 2º Ofício Especializado.
Relator: Dr. José Garcia de Freitas Júnior.
Ementa: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. INSPEÇÃO DE ESTABELECIMENTO PRISIONAL DE ORGANIZAÇÃO MILITAR. INSPEÇÃO CARCERÁRIA DO ARSENAL DE GUERRA, OM DO EB, RIO/RJ. Controle externo da Polícia Judiciária Militar. Recomendação feita. Direitos de eventuais detentos preservados. Constatado o cumprimento das previsões legais que regem as unidades carcerárias. Arquivamento na origem. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.3. Processo: Procedimento Administrativo - PAVPM 000010-28.2016.1601.
Origem: PJM Salvador - 2º Ofício Geral.
Relator: Dr. José Garcia de Freitas Júnior.
Ementa: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. INSPEÇÃO DE ESTABELECIMENTO PRISIONAL DE ORGANIZAÇÃO MILITAR. GRUPAMENTO DE FUZILEIROS NAVAIS DE SALVADOR/BA. Controle externo da Polícia Judiciária Militar. Dependências prisionais adequadas. Detento existente quando da visita. Recomendação feita. Reparos providenciados. Direitos do preso observados. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.4. Processo: Procedimento Administrativo - PAVPM 0000004-31.2016.1601.
Origem: PJM Salvador - 1º Ofício Geral.
Relator: Dr. José Garcia de Freitas Júnior.
Ementa: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. INSPEÇÃO DE ESTABELECIMENTO PRISIONAL DE ORGANIZAÇÃO MILITAR. INSPEÇÃO CARCERÁRIA DA BASE AÉREA DE SALVADOR/BA. Controle externo da Polícia Judiciária Militar. Dependências prisionais adequadas. Inobstante ausência de recluso quando da visita, os questionamentos do formulário próprio no atinente à observância dos direitos dos presos tiveram respostas afirmativas. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.5. Processo: Procedimento Administrativo - PAVPM 0000046-43.2016.1106.
Origem: 5ª PJM Rio de Janeiro - 2º Ofício Especializado.
Relatora: Dra. Arilma Cunha da Silva.
Ementa: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. INSPEÇÃO DE ESTABELECIMENTO PRISIONAL DE ORGANIZAÇÃO MILITAR DO EXÉRCITO BRASILEIRO.1° BATALHÃO DE POLICIA DO EXERCITO. Atividade extrajudicial da PJM no Rio de Janeiro/RJ - 2° Ofício Especializado. Controle externo da atividade de Polícia Judiciária Militar. Adequação do estabelecimento prisional à legislação vigente destinada aos presos disciplinares e de justiça. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto da Relatora, decidiu homologar o arquivamento.

1.6. Processo: Procedimento Administrativo - PAVPM 0000031-75.2016.1501.
Origem: PJM Curitiba - 2º Ofício Geral.
Relatora: Dra. Arilma Cunha da Silva.
Ementa: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. INSPEÇÃO DE ESTABELECIMENTO PRISIONAL DE ORGANIZAÇÃO MILITAR DO EXÉRCITO BRASILEIRO. 30° BATALHÃO DE INFANTARIA MECANIZADO. Atividade extrajudicial da PJM em Curitiba/PR - 2° Ofício Geral. Controle Externo da Atividade de Polícia Judiciária Militar. Adequação do estabelecimento prisional à legislação vigente destinada aos presos disciplinares e de justiça. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto da Relatora, decidiu homologar o arquivamento.

1.7. Processo: Procedimento Administrativo - PAVPM 0000020-32.2016.1501.
Origem: PJM Curitiba - 2º Ofício Geral
Relatora: Dra. Arilma Cunha da Silva.
Ementa: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. INSPEÇÃO DE ESTABELECIMENTO PRISIONAL DE ORGANIZAÇÃO MILITAR DO EXÉRCITO BRASILEIRO.15° BATALHÃO LOGÍSTICO. Atividade extrajudicial da PJM em Curitiba/PR - 2° Ofício Geral. Controle externo da atividade de Polícia Judiciária Militar. Adequação do estabelecimento prisional à legislação vigente destinada aos presos disciplinares e de justiça. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto da Relatora, decidiu homologar o arquivamento.

1.8. Processo: Procedimento Administrativo - PAVPM 0000009-86.2016.1501.
Origem: PJM Curitiba - 1º Ofício Geral.
Relatora: Dra. Arilma Cunha da Silva.
Ementa PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. INSPEÇÃO DE ESTABELECIMENTO PRISIONAL DE ORGANIZAÇÃO MILITAR DA AERONÁUTICA. SEGUNDO CENTRO INTEGRADO DE DEFESA AÉREA E CONTROLE DE TRÁFEGO AÉREO. Atividade extrajudicial da PJM em Curitiba/PR - 1° Ofício Geral. Controle Externo da Atividade de Polícia Judiciária Militar. Adequação do estabelecimento prisional à legislação vigente destinada aos presos disciplinares e de justiça. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto da Relatora, decidiu homologar o arquivamento.

1.9. Processo: Procedimento Administrativo - PAVPM 0000012-36.2016.1501.
Origem: PJM Curitiba - 1º Ofício Geral.
Relatora: Dra. Arilma Cunha da Silva.
Ementa: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. INSPEÇÃO DE ESTABELECIMENTO PRISIONAL DE ORGANIZAÇÃO MILITAR DO EXÉRCITO BRASILEIRO. 5° BATALHÃO LOGÍSTICO. Atividade extrajudicial da PJM em Curitiba/PR - 1° Ofício Geral. Controle externo da atividade de Polícia Judiciária Militar. Adequação do estabelecimento prisional à legislação vigente destinada aos presos disciplinares e de justiça. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto da Relatora, decidiu homologar o arquivamento.

1.10. Processo: Procedimento Administrativo - PAVPM 0000052-40.2016.1105.
Origem: 5ª PJM Rio de Janeiro - 2º Ofício Especializado.
Relatora: Dra. Arilma Cunha da Silva.
Ementa: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. INSPEÇÃO DE ESTABELECIMENTO PRISIONAL DE ORGANIZAÇÃO MILITAR DO EXÉRCITO BRASILEIRO. 32° BATALHÃO DE INFANTARIA LEVE, EM PETRÓPOLIS/RJ. Atividade extrajudicial da PJM no Rio de Janeiro/RJ - 2° Ofício Especializado. Controle Externo da Atividade de Polícia Judiciária Militar. Adequação do estabelecimento prisional à legislação vigente destinada aos presos disciplinares e de justiça. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto da Relatora, decidiu homologar o arquivamento.

1.11. Processo: Procedimento Administrativo - PAVPM 0000023-79.2016.1501.
Origem: PJM Curitiba - 2º Ofício Geral.
Relatora: Dra. Arilma Cunha da Silva.
Ementa: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. INSPEÇÃO DE ESTABELECIMENTO PRISIONAL DE ORGANIZAÇÃO MILITAR DO EXÉRCITO BRASILEIRO. 26° GRUPO DE ARTILHARIA DE CAMPANHA. Atividade extrajudicial da PJM em Curitiba - 2° Ofício Geral. Controle externo da atividade de Polícia Judiciária Militar. Adequação do estabelecimento prisional à legislação vigente destinada aos presos disciplinares e de justiça. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto da Relatora, decidiu homologar o arquivamento.

1.12. Processo: Procedimento Administrativo - PAVPM 0000018-62.2012.1301.
Origem: PJM Porto Alegre - 1º Ofício Geral.
Relatora: Dra. Arilma Cunha da Silva.
Ementa: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. INSPEÇÃO DE ESTABELECIMENTO PRISIONAL DE ORGANIZAÇÃO MILITAR DO EXÉRCITO BRASILEIRO. 1ª DIVISÃO DE LEVANTAMENTO, EM PORTO ALEGRE/RS. Atividade extrajudicial da PJM Porto Alegre/RS - 1° Ofício Geral. Controle externo da atividade de Polícia Judiciária Militar. Adequação do estabelecimento prisional à legislação vigente destinada aos presos disciplinares e de justiça. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto da Relatora, decidiu homologar o arquivamento.

1.13. Processo: Procedimento Administrativo - PAVPM 0000015-92.2016.1401.
Origem: PJM Juiz de Fora - 3º Ofício Geral.
Relatora: Dra. Arilma Cunha da Silva.
Ementa: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. INSPEÇÃO DE ESTABELECIMENTO PRISIONAL DE ORGANIZAÇÃO MILITAR DO EXÉRCITO BRASILEIRO. 4° DEPOSITO DE SUPRIMENTO, EM JUIZ DE FORA/MG. Controle Externo da Atividade de Polícia Judiciária Militar. Adequação do estabelecimento prisional à legislação vigente destinada aos presos disciplinares e de justiça. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto da Relatora, decidiu homologar o arquivamento.

1.14. Processo: Procedimento Administrativo - PAVPM 0000056-38.2016.1105.
Origem: 5ª PJM Rio de Janeiro - 2º Ofício Especializado.
Relatora: Dra. Arilma Cunha da Silva.
Ementa: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. EXÉRCITO BRASILEIRO. LESÃO CORPORAL CULPOSA. COMUNICAÇÃO DE AUTO DE PRISÃO EM FLAGRANTE DELITO. Ausência de ilegalidade a justificar intervenção direta do órgão investigador na PJM/RJ. Judicialização. Arquivamento na instância. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto da Relatora, decidiu homologar o arquivamento.

1.15. Processo: Procedimento Administrativo - PAVPM 0000015-83.2016.1501.
Origem: PJM Curitiba - 1º Ofício Geral.
Relatora: Dra. Arilma Cunha da Silva.
Ementa: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. INSPEÇÃO DE ESTABELECIMENTO PRISIONAL DE ORGANIZAÇÃO MILITAR DO EXÉRCITO BRASILEIRO. 5° BATALHÃO DE SUPRIMENTO. Atividade extrajudicial da PJM em Curitiba/PR - 1° Ofício Geral. Controle externo da atividade de Polícia Judiciária Militar. Adequação do estabelecimento prisional à legislação vigente destinada aos presos disciplinares e de justiça. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto da Relatora, decidiu homologar o arquivamento.

1.16. Processo: Procedimento Administrativo - PAVPM 0000049-90.2016.1105.
Origem: 5ª PJM Rio de Janeiro - 2º Ofício Especializado.
Relatora: Dra. Arilma Cunha da Silva.
Ementa: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. INSPEÇÃO DE ESTABELECIMENTO PRISIONAL DE ORGANIZAÇÃO MILITAR DO EXÉRCITO BRASILEIRO. 57° BATALHÃO DE INFANTARIA MOTORIZADO (ESCOLA). Atividade extrajudicial da PJM no Rio de Janeiro - 2° Ofício Especializado. Controle externo da atividade de Polícia Judiciária Militar. Adequação do estabelecimento prisional à legislação vigente destinada aos presos disciplinares e de justiça. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto da Relatora, decidiu homologar o arquivamento.

1.17. Processo: Procedimento Administrativo 0000074-50.2015.1301.
Origem: PJM Porto Alegre - 1º Ofício Geral.
Relator: Dra. Arilma Cunha da Silva.
Ementa: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO (PA). RECOMENDAÇÃO N° 01/2015. PROCEDIMENTOS DURANTE APRESENTAÇÃO VOLUNTÁRIA DE DESERTOR, COM O FIM DE EVITAR CONSTRANGIMENTO ILEGAL. Manutenção dos dados dos desertores atualizados. Recomendações integralmente cumpridas pelas Organizações Militares, sediadas na área de atuação da PJM. Arquivamento na instância. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto da Relatora, decidiu homologar o arquivamento.

1.18. Processo: Procedimento Administrativo 0000009-07.2016.1301.
Origem: PJM Porto Alegre - 1º Ofício Geral.
Relatora: Dra. Arilma Cunha da Silva.
Ementa: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. EXÉRCITO BRASILEIRO. FURTO. COMUNICAÇÃO DE AUTO DE PRISÃO EM FLAGRANTE DELITO. Ausência de ilegalidade a justificar intervenção direta do órgão investigador na PJM/RS. Judicialização. Arquivamento na instância. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto da Relatora, decidiu homologar o arquivamento.

1.19. Processo: Procedimento Administrativo 0000169-57.2015.1105.
Origem: 5ª PJM Rio de Janeiro - 1º Ofício Especializado.
Relatora: Dra. Arilma Cunha da Silva.
Ementa: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. MARINHA DO BRASIL. ABANDONO DE POSTO. COMUNICAÇÃO DE AUTO DE PRISÃO EM FLAGRANTE DELITO. Ausência de ilegalidade a justificar intervenção direta do órgão investigador na PJM/RJ. Judicialização. Arquivamento na instância. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto da Relatora, decidiu homologar o arquivamento.

1.20. Processo: Procedimento Administrativo 0000061-84.2016.1105.
Origem: 5ª PJM Rio de Janeiro - 1º Ofício Especializado.
Relatora: Dra. Arilma Cunha da Silva.
Ementa: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. EXÉRCITO BRASILEIRO. DESERÇÃO. COMUNICAÇÃO DE APRESENTAÇÃO VOLUNTÁRIA. Ausência de ilegalidade a justificar intervenção direta do órgão investigador na PJM/RJ. Judicialização. Arquivamento na instância. Arquivamento homologado.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto da Relatora, decidiu homologar o arquivamento.

1.21. Processo: Procedimento Administrativo 0000032-50.2016.1105.
Origem: 5ª PJM Rio de Janeiro - 1º Ofício Especializado.
Relatora: Dra. Arilma Cunha da Silva.
Ementa: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. EXERCITO BRASILEIRO. DESERÇÃO. COMUNICAÇÃO DE APRESENTAÇÃO VOLUNTÁRIA. Ausência de ilegalidade a justificar intervenção direta do órgão investigador na PJM/RJ. Judicialização. Arquivamento na instância. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto da Relatora, decidiu homologar o arquivamento.

1.22. Processo: Procedimento Administrativo 0000081-71.2016.1106.
Origem: 6ª PJM Rio de Janeiro - 2º Oficio Especializado.
Relatora: Dra. Arilma Cunha da Silva.
Ementa: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. EXÉRCITO BRASILEIRO. LESÃO CORPORAL CULPOSA. COMUNICAÇÃO DE AUTO DE PRISÃO EM FLAGRANTE DELITO. Ausência de ilegalidade a justificar intervenção direta do órgão investigador na PJM/RJ. Judicialização. Arquivamento na instância. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto da Relatora, decidiu homologar o arquivamento.

1.23. Processo: Procedimento Administrativo 0000032-74.2016.1000.
Origem: 6ª PJM Rio de Janeiro - 1º Ofício Especializado.
Relatora: Dra. Arilma Cunha da Silva.
Ementa: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. CNMP. COMISSÃO DO SISTEMA PRISIONAL, CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE POLICIAL E SEGURANÇA PÚBLICA. VISITAS ÍNTIMAS EM ESTABELECIMENTO PRISIONAL SOB ADMINISTRAÇÃO MILITAR, NOS TERMOS DA LEI DE EXECUÇÕES PENAIS. Inviabilidade/impossibilidade de visitação íntima. Inadequação dos estabelecimentos prisionais militares. Estrutura prisional militar voltada prioritariamente às prisões disciplinares. Inexistência de impedimento a futuras adequações dos presídios militares à visitação íntima.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto da Relatora, deliberou por manifestar-se contrariamente à concessão de visita íntima "aos presos recolhidos em estabelecimentos prisionais das forças aramadas", situados em Quartéis, ressalvando-se os presídios ou penitenciárias militares, que sejam Organizações Militares especializadas e destinadas especialmente a prisão.

1.24. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000059-52.2015.1901.
Origem: PJM Campo Grande - 1º Ofício Geral.
Relator: Dr. Péricles Aurélio Lima de Queiroz.
Ementa: NOTÍCIA DE FATO (PI). REPRESENTAÇÃO. SUPOSTA FRAUDE EM PROCESSO SELETIVO DE NIVEL SUPERIOR PARA O EXERCITO. Diligências ministeriais. Improcedência. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.25. Processo: Notícia de Fato (PI) 000001-17.2016.1202.
Origem: 2ª PJM São Paulo - 2º Ofício Geral.
Relatora: Dra. Arilma Cunha da Silva.
Ementa: NOTÍCIA DE FATO (PI). REPRESENTAÇÃO CONTRA BANCA EXAMINADORA DE PROCESSO SELETIVO PARA OFICIAIS TÉCNICOS TEMPORÁRIOS DO EXERCITO BRASILEIRO. REPROVAÇÃO. PONTUAÇÃO INSUFICIENTE NO PROCESSO SELETIVO. Revisão de avaliação curricular. Diligências. Não confirmação das afirmações do representante. Desídia do representante. Revisão de mérito administrativo. Inexistência de repercussão penal. Arquivamento na instância. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto da Relatora, decidiu homologar o arquivamento.

1.26. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000054-51.2015.1401.
Origem: PJM Juiz de Fora - 3º Ofício Geral.
Relator: Dr. Péricles Aurélio Lima de Queiroz.
Ementa: NOTÍCIA DE FATO (PI). REPRESENTAÇÃO APÓCRIFA. DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÕES DO MPF EM FAVOR DO MPM. Suposta irregularidade na prestação de serviço de enfermagem e escala de serviço. Inexistência de repercussão penal. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.27. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000036-48.2016.1105.
Origem: 5ª PJM Rio de Janeiro - 2º Ofício Especializado.
Relatora: Dra. Arilma Cunha da Silva.
Ementa: NOTÍCIA DE FATO (PI). MARINHA DO BRASIL. FUZILEIROS NAVAIS. RECLAMAÇÃO PROMOVIDA POR CIVIL. IMPOSSIBILIDADE DE INSCRIÇÃO EM CONCURSO PARA FUZILEIRO NAVAL. Suposto impedimento determinado pela idade do candidato. Inconformidade da reclamação com a decisão do *Parquet* na instância. Questão administrativa. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto da Relatora, decidiu homologar o arquivamento.

1.28. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000057-53.2015.1901.
Origem: PJM Campo Grande - 2º Ofício Geral.
Relatora: Dra. Arilma Cunha da Silva.
Ementa: NOTÍCIA DE FATO (PI). EXÉRCITO BRASILEIRO. GRUPO DE ARTILHARIA DE COMBATE. COPIA DE PEÇAS PROCESSUAIS DE AÇÃO PENAL MILITAR EM TRÂMITE NA JUSTIÇA MILITAR. SUPOSTO CRIME DE DESOBEDIÊNCIA À ORDEM JUDICIAL. Não apresentação de testemunhas em data previamente designada por Juiz- Auditor. Diligências. Impossibilidade de atendimento à requisição judicial. Recomendação. Inexistência de repercussão penal. Arquivamento na instância. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto da Relatora, decidiu homologar o arquivamento.

1.29. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000010-80.2016.2101.
Origem: 2ª PJM Brasília - 2º Ofício Geral.
Relator: Dr. Péricles Aurélio Lima de Queiroz.
Ementa: NOTÍCIA DE FATO (PI). DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÕES DO MPDFT EM FAVOR DO MPM. REPRESENTAÇÃO CIVIL. DENUNCIANTE SISTEMÁTICO E USUAL. Completa inconsistência da notícia. Falta de credibilidade. Inexistência de repercussão penal. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.30. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000030-51.2016.1105
Origem: 5ª PJM Rio de Janeiro - 1º Ofício Especializado.
Relatora: Dra. Arilma Cunha da Silva.
Ementa: NOTÍCIA DE FATO (PI). REPRESENTAÇÃO ENCAMINHADA AO SERVIÇO DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO DO MPM. CIVIL. SUPOSTO CRIME DE MOTIM PRATICADO EM PÁGINA DA REDE SOCIAL FACEBOOK. DILIGÊNCIAS. Afirmações infundadas. Admiração e exaltação à vida castrense. Ausência de conduta que possa caracterizar, em tese, crime de natureza militar. Opiniões que refletem a polarização ideológica atual. Arquivamento na instância. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto da Relatora, decidiu homologar o arquivamento.

1.31. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000037-72.2014.2101.
Origem: 1ª PJM Brasília - 1º Ofício Geral.
Relator: Dr. Péricles Aurélio Lima de Queiroz.
Ementa: NOTÍCIA DE FATO (PI). REPRESENTAÇÃO. POSSÍVEL IRREGULARIDADE NA CONCESSÃO DE PENSÃO MILITAR. Indícios de crime militar. *Declínio de atribuição* à 6ª PJM/RJ. Remessa integral de cópia dos autos. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento com remessa de cópia à 6ª PJM Rio de Janeiro, considerando que os mesmos fatos já são objeto da NF 204-85.2015.1106.

1.32. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000002-93.2016.2001.
Origem: PJM Fortaleza - 3º Ofício Geral.
Relatora: Dra. Arilma Cunha da Silva.
Ementa: NOTÍCIA DE FATO (PI). EXÉRCITO BRASILEIRO. SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS CONTROLADOS. SUPOSTA IRREGULARIDADE PRATICADA POR OFICIAL RESPONSÁVEL PELO REGISTRO DE ARMAS DE FOGO. Sistema de gerenciamento militar de armas (SIGMA). Diligências. Mera inconsistência administrativa na operação do SIGMA. Conduta que não adentra à esfera Penal Militar. Arquivamento na instância. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto da Relatora, decidiu homologar o arquivamento.

1.33. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000026-31.2010.2201.
Origem: PJM Manaus/AM.
Relator: Dr. Péricles Aurélio Lima de Queiroz.
Ementa: NOTÍCIA DE FATO (PI). REPRESENTAÇÃO. SUPOSTA FRAUDE EM CONTRATOS E LICITAÇÕES. OM DA AERONAUTICA. Desnecessidade de prosseguir com a investigação direta em face da abertura de IPM. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.34. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000057-83.2016.1106.
Origem: 6ª PJM Rio de Janeiro - 2º Ofício Especializado.
Relatora: Dra. Arilma Cunha da Silva.
Ementa: NOTÍCIA DE FATO (PI). PEDIDO DE CONSULTA ELABORADO POR SERVIDOR CIVIL DA MARINHA DO BRASIL APOSENTADO POR DEPENDÊNCIA QUÍMICA. SUPOSTA CESSAÇÃO DA CAUSA DETERMINANTE DA APOSENTADORIA. Validade da inspeção de saúde realizada pelas Juntas Regular e de Saúde. Reversão ao serviço público. Não apresentação de elementos novos capazes de ensejar a reabertura ou instauração de novo procedimento investigativo. Inexistência de repercussão penal. Arquivamento na instância. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Vota da Relatora, decidiu homologar o arquivamento.

1.35. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000026-29.2015.1801.
Origem: PJM Belém - 2º Ofício Geral.
Relator: Dr. Péricles Aurélio Lima de Queiroz.
Ementa: NOTÍCIA DE FATO (PI). REPRESENTAÇÃO APÓCRIFA. HIPÓTESE DA PRÁTICA DE AGIOTAGEM ENTRE MILITARES. Diligências ministerial. Inconsistência da notícia. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.36. Processo: Notícia de Fato (PI) 00000041-94.2016.1105.
Origem: 5ª PJM Rio de Janeiro - 2º Ofício Especializado.
Relatora: Dra. Arilma Cunha da Silva.
Ementa: NOTÍCIA DE FATO (PI). REPRESENTAÇÃO PROMOVIDA POR SARGENTO REFORMADO. SUPOSTOS CRIMES DE FALSIDADE IDEOLÓGICA E/OU FALSIDADE DOCUMENTAL EM PROCESSO DE REFORMA POR INCAPACIDADE FISICA. Parecer rubricado por militar não identificado. Supostas ilegalidades não constatadas em processo judicial de revisão de reforma. Matéria eminentemente administrativa. Inexistência de repercussão penal. Arquivamento na instância. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto da Relatora, decidiu homologar o arquivamento.

1.37. Processo: Notícia de Fato (PI) 16/08.
Origem: PJM Manaus - 1º Ofício Geral.
Relator: Dr. Péricles Aurélio Lima de Queiroz.
Ementa: NOTÍCIA DE FATO (PI). REPRESENTAÇÃO DE OFICIAIS TEMPORÁRIOS DO QUADRO DE SAÚDE DA AERONÁUTICA. *Declínio de atribuições* em favor do Procurador-Geral da Justiça Militar. Arquivamento não homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, deixou de homologar o arquivamento e decidiu homologar o *declínio* em favor do Procurador-Geral da Justiça Militar, considerando o exercício de suas atribuições originais *ex vi legis.*

1.38. Processo: Procedimento Investigatório Criminal 0000030-54.2014.1801.
Origem: PJM Belém - 1º Ofício Geral.
Relatora: Dra. Arilma Cunha da Silva.
Ementa: PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO CRIMINAL (PIC). REPRESENTAÇÃO PROMOVIDA POR CIVIL CONTRA SARGENTO DA MARINHA DO BRASIL. SUPOSTO CRIME DE AMEAÇA PRATICADO POR MILITAR CONTRA CIVIL DURANTE LIGAÇÃO TELEFÔNICA. Conduta que não encontra molde no artigo 9º do Código Penal Militar. Crime comum. *Declínio de atribuições* ao Ministério Público do Estado do Pará. *Declínio homologado.*
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto da Relatora, decidiu homologar o *declínio de atribuição* em favor do Ministério Público do Estado do Pará.

1.39. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000008-13.2011.2201.
Origem: PJM Manaus/AM.
Relator: Dr. Péricles Aurélio Lima de Queiroz.
Ementa: NOTÍCIA DE FATO (PI). REPRESENTAÇÃO DE OFICIAL DA MARINHA CONTRA SERVIDORA CIVIL. PRÁTICA DE CONDUTA SUPOSTAMENTE ILÍCITA NO AMBITO DO TRABALHO. Fato objeto de Inquérito Policial Militar instaurado pela Autoridade militar. Desnecessidade de prosseguir com a investigação direta, em face de abertura de IPM. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.40. Processo: Procedimento Investigatório Criminal 0000257-13.2015.1105.
Origem: 5ª PJM Rio de Janeiro - 2º Ofício Especializado.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Relatora: Dra. Arilma Cunha da Silva.
Ementa: NOTÍCIA DE FATO (PI). EXÉRCITO BRASILEIRO. *DELATIO CRIMINIS* ANÔNIMA. SUPOSTAS IRREGULARIDADES NA EXPEDIÇÃO DE GUIAS DE TRÁFEGO ESPECIAIS A NÍVEL NACIONAL. DILIGÊNCIAS. AFIRMAÇÕES NÃO CONFIRMADAS. Guias de tráfego com abrangência nacional e validade condicionada ao prazo do certificado de registro. Procedimento regulado em norma interna. Inexistência de repercussão penal. Arquivamento na instância. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto da Relatora, decidiu homologar o arquivamento.

1.41. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000108-36.2015.1106.
Origem: 6ª PJM Rio de Janeiro - 2º Ofício Especializado.
Relator: Dr. Péricles Aurélio Lima de Queiroz.
Ementa: NOTÍCIA DE FATO (PI). REPRESENTAÇÃO. REVISÃO DE PERÍCIA MÉDICA SOB A ALEGAÇÃO DE VÍCIO E CONSEQUENTE PREJUÍZO DA CAPACIDADE LABORAL. Matéria do âmbito administrativo. Inexistência de repercussão penal. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.42. Processo: Procedimento Investigatório Criminal 0000208-83.2015.1106.
Origem: 6ª PJM Rio de Janeiro - 1º Ofício Especializado.
Relatora: Dra. Arilma Cunha da Silva.
Ementa: PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO CRIMINAL (PIC). *DELATIO CRIMINIS* ANÔNIMA. SUPOSTOS CRIMES DE MAUS-TRATOS, PREVARICAÇÃO E VIOLAÇÃO DE DEVER FUNCIONAL COM O FIM DE LUCRO. VIOLAÇÃO À LEI DE EXECUÇÕES PENAIS. Visita íntima. Suposta inobservância de lei, regulamento ou instrução por Oficial General, no tocante à lei de execuções penais. Arquivamento e *declínio de atribuições* ao Procurador-Geral de Justiça Militar na instância. Arquivamento e *declínio de atribuições* homologados.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o declínio de atribuição, em favor do Procurador-Geral de Justiça Militar, *ex vi legis*, por envolver apreciação de condutada de Oficial-General.

1.43. Processo: Procedimento Investigatório Criminal 0000267-08.2015.1105.
Origem: 5ª PJM Rio de Janeiro - 1º Ofício Especializado.
Relator: Dr. Péricles Aurélio Lima de Queiroz.
Ementa: NOTÍCIA DE FATO. REPRESENTAÇÃO. REQUERIMENTO DE ANÁLISE JURÍDICA SOBRE A CONCESSÃO DE RECESSO. Procedimento Administrativo. Ausência de indícios de crime militar. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.44. Processo: Procedimento Investigatório Criminal 0000180-97.2015.1106.
Origem: 6ª PJM Rio de Janeiro - 2º Ofício Especializado.
Relatora: Dra. Arilma Cunha da Silva.
Ementa: PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO CRIMINAL (PIC). REPRESENTAÇÃO ENCAMINHADA AO SERVIÇO DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO DO MPM. CIVIL. INCONFORMISMO. Suposta fraude e/ou ilegalidade na transferência de cota-parte de pensão militar a filha adotiva legalmente casada. Diligências. Transferência de pensão militar dentro dos limites legais. Inexistência de repercussão penal. Arquivamento na instância. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto da Relatora, decidiu homologar o arquivamento.

1.45. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000056-05.2015.1901.
Origem: PJM Campo Grande - 1º Ofício Geral.
Relatora: Dra. Arilma Cunha da Silva.
Ementa: NOTÍCIA DE FATO. EXÉRCITO BRASILEIRO. CÓPIA DE AÇÃO PENAL MILITAR. SUPOSTO CRIME DE FALSO TESTEMUNHO. AUTO DE PRISÃO EM FLAGRANTE DELITO. TRÁFICO, POSSE OU USO DE ENTORPECENTE. Interrogatório conflitante com as declarações das testemunhas. Requisição de instauração de Inquérito Policial Militar. Desnecessidade de prosseguimento da investigação direta na PJM. Arquivamento na instância. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto da Relatora, decidiu homologar o arquivamento.

1.46. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000206-87.2015.1105.
Origem: 5ª PJM Rio de Janeiro - 2º Ofício Especializado.
Relator: Dr. Péricles Aurélio Lima de Queiroz.
Ementa: NOTÍCIA DE FATO (PI). REPRESENTAÇÃO. MARINHA DO BRASIL. SUPOSTA IMPOSIÇÃO DO USO DE BILHETE ÚNICO. Legalidade. Inexistência de repercussão penal. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.47. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000002-68.2016.1201.
Origem: 1ª PJM São Paulo - 1º Ofício Geral.
Relatora: Dra. Arilma Cunha da Silva.
Ementa: NOTÍCIA DE FATO (PI). AERONÁUTICA. REPRESENTAÇÃO PROMOVIDA POR CIVIL. SUPOSTA PERSEGUIÇÃO E AMEAÇA PRATICADAS POR SUPERIOR HIERÁRQUICO CONTRA SARGENTO. Diligências. Não confirmação das afirmações. Inércia do representante. Ausência de elementos mínimos para a continuidade das investigações. Arquivamento na instância. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto da Relatora, decidiu homologar o arquivamento.

1.48. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000001-20.2016.1201.
Origem: 1ª PJM São Paulo - 3º Ofício Geral.
Relator: Dr. Péricles Aurélio Lima de Queiroz.
Ementa: NOTÍCIA DE FATO (PI). SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA REMETIDA PELA AUTORIDADE MILITAR. NOTÍCIA DE FALSIFICAÇÃO DE CARTEIRA DE HABILITAÇÃO DE AMADOR (MARÍTIMA). Requisição do Ministério Público para instauração de IPM. Desnecessidade de prosseguir com a investigação direta, em face da abertura de Inquérito. Arquivamento na instância. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.49. Processo: Procedimento Investigatório Criminal 0000043-42.2015.2101.
Origem: 1ª PJM Brasília - 1º Ofício Geral.
Relatora: Dra. Arilma Cunha da Silva.
Ementa: PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO CRIMINAL (PIC). MARINHA DO BRASIL. REPRESENTAÇÃO PROMOVIDA POR MILITAR REFORMADO. SUPOSTA VENDA DE PATRIMÔNIO RECONHECIDO PELA UNESCO. Diligências. Permuta de imóvel da União sob a jurisdição da Administração Naval por imóveis a serem construídos Próprios Nacionais Residenciais. Setor de expansão do sudoeste. Doação do Distrito Federal à Marinha do Brasil. Deficit de PRN da Marinha do Brasil no Distrito Federal. Ato revestido de todas as formalidades legais. Civil. Inexistência de repercussão penal. Arquivamento na instância. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto da Relatora, decidiu homologar o arquivamento.

1.50. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000030-88.2015.2201.
Origem: PJM Manaus/AM.
Relator: Dr. Péricles Aurélio Lima de Queiroz.
Decisão: Retirado de Pauta, por Decisão do Relator.

1.51. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000035-19.2016.2101.
Origem: 1ª PJM Brasília - 1º Ofício Geral.
Relatora: Dra. Arilma Cunha da Silva.
Ementa: NOTÍCIA DE FATO (PI). REPRESENTAÇÃO DE CIVIL À PROCURADORIA FEDERAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO - PFDC/MPF. REFORMA DE MILITARES POR INCAPACIDADE DE SAÚDE MENTAL. QUESTIONAMENTOS DIVERSOS QUANTO AOS PROCEDIMENTOS ADOTADOS PELA ADMINISTRAÇÃO MILITAR. Disponibilização de formulário eletrônico para contato direto com o Exército Brasileiro. Matéria já analisada por este *Parquet* militar. Matéria administrativa. Inexistência de repercussão penal. Arquivamento na instância. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto da Relatora, decidiu homologar o arquivamento.

1.52. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000041-24.2015.1202.
Origem: 2ª PJM São Paulo - 3º Ofício Geral.
Relator: Dr. Péricles Aurélio Lima de Queiroz.
Ementa: NOTÍCIA DE FATO (PI). REPRESENTAÇÃO APÓCRIFA. EXTRAVIO DE PEÇA - MATERIAL BÉLICO. ABERTURA DE SINDICÂNCIA. Suposta prática do crime de prevaricação. Transgressão disciplinar. Ausência de crime militar. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.53. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000027-04.2016.1105.
Origem: 5ª PJM Rio de Janeiro - 2º Ofício Especializado.
Relatora: Dra. Arilma Cunha da Silva.
Ementa: NOTÍCIA DE FATO (PI). REPRESENTAÇÃO PROMOVIDA POR SUBOFICIAL DA AERONÁUTICA CONTRA SARGENTO DO EXÉRCITO. SUPOSTOS DELITOS DE DIFAMAÇÃO E INJÚRIA PRATICADOS EM REDE SOCIAL. DILIGÊNCIAS. Acalorada discussão com ofensas recíprocas. Contenda iniciada pelo próprio representante. Ausência de tipicidade por falta do dolo de difamar e/ou injuriar. Arquivamento. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto da Relatora, decidiu homologar o arquivamento.

1.54. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000006-41.2010.2201.
Origem: PJM Manaus/AM.
Relator: Dr. Péricles Aurélio Lima de Queiroz.
Ementa: NOTÍCIA DE FATO (PI). REPRESENTAÇÃO. *DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÕES* DO MPF EM FAVOR DO MPM. Prisão disciplinar de soldado do Exército. Inconformismo familiar sobre as instalações físicas do cárcere. Adequação das instalações. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.55. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000033-17.2016.2102.
Origem: 2ª PJM Brasília - 1º Ofício Geral
Relatora: Dra. Arilma Cunha Silva.
Ementa: NOTÍCIA DE FATO (PI). REPRESENTAÇÃO PROMOVIDA POR CIVIL. SUPOSTOS ERROS NA ELABORAÇÃO DE ATA DE INSPEÇÃO DE SAÚDE QUE CULMINARAM NA EXCLUSÃO DO REPRESENTANTE DOS QUADROS DO EXÉRCITO BRASILEIRO. Questão meramente administrativa. Ausência de atribuição do *Parquet* castrense para se imiscuir no mérito do ato administrativo. Inexistência de repercussão penal. Arquivamento na instância. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto da Relatora, decidiu homologar o arquivamento.

1.56. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000055-54.2015.1901.
Origem: PJM Campo Grande - 1º Ofício
Relator: Dr. Péricles Aurélio Lima de Queiroz.
Ementa: NOTÍCIA DE FATO (PI). REPRESENTAÇÃO. COMPARTILHAMENTO DE INFORMAÇÕES. Matéria submetida à apreciação da PJM/Salvador. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.57. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000020-53.2016.1105.
Origem: 6ª PJM Rio de Janeiro - 1º Ofício Especializado.
Relatora: Dra. Arilma Cunha da Silva.
Ementa: NOTÍCIA DE FATO (PI). EXÉRCITO BRASILEIRO. REPRESENTAÇÃO PROMOVIDA POR MILITAR REFORMADO. SUPOSTA PRÁTICA DOS CRIMES DE INOBSERVÂNCIA DE LEI, REGULAMENTO OU INSTRUÇÃO E FALSIDADE IDEOLÓGICA PRATICADOS POR OFICIAL SUPERIOR NA CONDUÇÃO DE SINDICÂNCIA. Suposta afronta aos princípios do contraditório e ampla defesa. Diligências. Adicional de férias. Valores creditados indevidamente pela administração militar. Possível crime de apropriação de coisa havida acidentalmente. Prescrição. Arquivamento na instância. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Vota da Relatora, decidiu homologar o arquivamento.

1.58. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000108-94.2015.1701.
Origem: PJM Recife - 2º Ofício Geral.
Relator: Dr. Péricles Aurélio Lima de Queiroz.
Ementa: NOTÍCIA DE FATO (PI). REPRESENTAÇÃO SARGENTO DA RESERVA DO EXÉRCITO. PEDIDO DE REABERTURA DE INVESTIGAÇÃO DIRETA E INQUÉRITO, ORA ARQUIVADOS NO MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR E NA JUSTIÇA MILITAR. Inexistência de crime militar. Inexistência de prova inédita. Arquivamento na instância. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.59. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000046-98.2015.2001.
Origem: PJM Fortaleza - 3º Ofício Geral.
Relator: Dr. Péricles Aurélio Lima de Queiroz.
Ementa: NOTÍCIA DE FATO (PI). REPRESENTAÇÃO. PROCESSO JUDICIAL ESTADUAL. EXECUÇÃO DE SENTENÇA. Questão administrativa. Inexistência de Repercussão penal. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.60. Processo: Procedimento Investigatório Criminal 0000238-68.2015.1106.
Origem: 6ª PJM Rio de Janeiro - 1º Ofício Especializado.
Relator: Dr. Péricles Aurélio Lima de Queiroz.
Ementa: NOTÍCIA DE FATO. REPRESENTAÇÃO. REINTEGRAÇÃO À MARINHA DO BRASIL. DESLIGAMENTO REGULAR. Procedimento Administrativo. Ausência de indícios de crime militar. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1.61. Processo: Procedimento Investigatório Criminal 0000241-21.2015.1105.
Origem: 5ª PJM Rio de Janeiro - 1º Ofício Especializado.
Relator: Dr. Péricles Aurélio Lima de Queiroz.
Ementa: NOTÍCIA DE FATO. REPRESENTAÇÃO CONTRA SARGENTO DA MARINHA SERVINDO EM COMISSÃO NO EXTERIOR. Relato incoerente sobre suposta prática de exercício com arma de fogo ou manuseio de munição por menor, na presença de militar brasileiro. Informações temerárias e inconsistentes. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.62. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000034-70.2012.2201.
Origem: PJM Manaus/AM.
Relator: Dr. Péricles Aurélio Lima de Queiroz.
Ementa: NOTÍCIA DE FATO (PI). REPRESENTAÇÃO. SUPOSTA FRAUDE EM LICITAÇÃO. UNIDADE MILITAR DA AMAZÔNIA. Análise técnica. Procedimento lícito. Inexistência de crime militar. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.63. Processo: Procedimento Investigatório Criminal 000020-80.2015.1106.
Origem: 6ª PJM Rio de Janeiro - 1º Ofício Especializado..
Relator: Dr. José Garcia de Freitas Júnior.
Ementa: PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO CRIMINAL. DENÚNCIA ANÔNIMA. SUPOSTOS ABUSOS DE AUTORIDADE COMETIDOS POR MILITARES DA MARINHA BRASILEIRA CONTRA CIVIS. Investigação deflagrada pelo MPM. Autos regulares e devidamente instruídos. Fatos esclarecidos. Imputações rechaçadas. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.64. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000004-61.2016.1106.
Origem: 6ª PJM Rio de Janeiro - 1º Ofício Especializado..
Relator: Dr. Péricles Aurélio Lima de Queiroz
Ementa: NOTÍCIA DE FATO (PI). INSPEÇÃO CARCERÁRIA EXTRAORDINÁRIA. Inexistência de irregularidade ou ilegalidade entrevista com o encarregado. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.65. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000001-45.2016.2001.
Origem: PJM Fortaleza - 3º Ofício Geral.
Relatora: Dra. Arilma Cunha da Silva.
Ementa: NOTÍCIA DE FATO (PI). EXÉRCITO BRASILEIRO. SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS CONTROLADOS. REPRESENTAÇÃO PROMOVIDA POR CIVIL. CAC. SUPOSTA MOROSIDADE NA OPERAÇÃO DE SERVIÇOS DE PRODUTOS CONTROLADOS. Diligências. Excesso de prazo justificado pela implementação de melhorias. Administrativo. Inexistência de repercussão penal. Arquivamento na instância. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Vota da Relatora, decidiu homologar o arquivamento.

1.66. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000002-75.2016.2201.
Origem: PJM Manaus/AM.
Relator: Dr. Mário Sérgio Marques Soares.
Ementa: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO INICIADO A PARTIR DE DENÚNCIA ANÔNIMA RELATANDO SUPOSTA IRREGULARIDADE NO ÂMBITO DA BAPV, UMA VEZ QUE SOLDADO ESTARIA PILOTANDO AERONAVE DA FORÇA AÉREA BRASILEIRA. A participação do referido soldado na missão foi autorizada e encontra respaldo legal. Inexistência de crime. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.67. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000007-08.2016.1301.
Origem: PJM Porto Alegre - 2º Ofício Geral.
Relator: Dr. Mário Sérgio Marques Soares.
Ementa: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO INICIADO A PARTIR DE AÇÃO CÍVEL AJUIZADA POR SOLDADO QUE RELATA TER SOFRIDO DIVERSOS ABUSOS FÍSICOS E PSICOLÓGICOS DURANTE O SERVIÇO OBRIGATÓRIO POR SUPERIOR HIERÁRQUICO. Da análise dos autos, não restou constatado indícios mínimos do cometimento de crime ou pertinência para prosseguimento das investigações. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.68. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000008-90.2016.2001.
Origem: PJM Fortaleza - 3º Ofício Geral.
Relator: Dr. Mário Sérgio Marques Soares
Ementa: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO INICIADO A PARTIR DE DENÚNCIA ANÔNIMA RELATANDO QUE SOLDADOS DO EXÉRCITO ESTARIAM TRABALHANDO COMO PORTEIROS DE PRÉDIO RESIDENCIAL EM FORTALEZA. Por se tratar de PNR existe previsão legal para utilização de militares na vigilância do local. O Serviço de porteiro é efetuado por empresa contratada. Inexistência de crime. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Coordenador, Dr. Péricles Aurélio Lima de Queiroz, declarou finda a reunião às 18h Para constar, eu, Renata Rabello Peixoto Cruz, lavrei esta Ata, a qual será assinada por ele e por mim.

PÉRICLES AURÉLIO L. DE QUEIROZ
Subprocurador-Geral da Justiça Militar
Coordenador

RENATA RABELLO PEIXOTO CRUZ
Secretária

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DE ALAGOAS

DECISÃO DE 21 DE JUNHO DE 2016

Processo n.º 366374/2016

Trata-se de recurso Administrativo interposto pela empresa Alianza InterBrasil (Protocolo nº 377904/2016) contra a decisão da CPL e do Pregoeiro que decidiu declarar vencedora a empresa Carmem Beatriz de Melo Nunes - MEI.

Tendo em vista a decisão exposta pelo pregoeiro acerca do recurso administrativo interposto, CONHEÇO do Recurso para NEGAR-LHE SEGUIMENTO, DECIDINDO no sentido de permanecer VENCEDORA a empresa Carmem Beatriz de Melo Nunes - MEI.

Do mesmo modo, conheço da denúncia formulada pela mesma empresa Recorrente para rejeitá-la, nos termo da decisão da CPL.

Remetam-se os presentes autos à Comissão Permanente de Licitação para que notifique o recorrente e a recorrida, devendo, após atendidas as determinações deste despacho, dá seguimento do feito com os atos de adjudicação e homologação do certame.

TANIA MARIA MARINHO DE GUSMÃO
Presidente do Conselho

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA
1ª TURMA

ACÓRDÃOS

Acórdão nº 01 de 18 de fevereiro de 2016 - 1T. PA CFMV nº 5.995/2015. Origem: CRMV-BA. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Méd. Vet. Moacir Tonet.

Acórdão nº 02 de 18 de fevereiro de 2016 - 1T. PA CFMV nº 5.870/2015. Origem: CRMV-GO. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e dar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Méd. Vet. Moacir Tonet.

Acórdão nº 09 de 19 de fevereiro de 2016 - 1T. PA CFMV nº 6.101/2015. Origem: CRMV-RS. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e dar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Méd. Vet. Moacir Tonet.

Acórdão nº 10 de 18 de fevereiro de 2016 - 1T. PA CFMV nº 6.103/2015. Origem: CRMV-RS. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e dar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Méd. Vet. Moacir Tonet.

Acórdão nº 13 de 18 de março de 2016 - 1T. PA CFMV nº 7.283/2015. Origem: CRMV-RS. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Méd. Vet. Moacir Tonet.

Acórdão nº 14 de 18 de março de 2016 - 1T. PA CFMV nº 4.512/2015. Origem: CRMV-SP. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e dar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Méd. Vet. Moacir Tonet.

Acórdão nº 15 de 18 de março de 2016 - 1T. PA CFMV nº 6.191/2014. Origem: CRMV-PR. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e dar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Méd. Vet. Moacir Tonet.

Acórdão nº 16 de 18 de março de 2016 - 1T. PA CFMV nº 7.307/2015. Origem: CRMV-SP. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Méd. Vet. Moacir Tonet.

Acórdão nº 22 de 18 de março de 2016 - 1T. PA CFMV nº 6.930/2015. Origem: CRMV-GO. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Méd. Vet. Gilmar Nogueira Rocha.

Acórdão nº 23 de 18 de março de 2016 - 1T. PA CFMV nº 7.284/2015. Origem: CRMV-RS. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Méd. Vet. Gilmar Nogueira Rocha.

Acórdão nº 24 de 18 de março de 2016 - 1T. PA CFMV nº 7.304/2015. Origem: CRMV-SP. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Méd. Vet. Gilmar Nogueira Rocha.

Acórdão nº 25 de 18 de março de 2016 - 1T. PA CFMV nº 7.305/2015. Origem: CRMV-SP. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Méd. Vet. Gilmar Nogueira Rocha.

Acórdão nº 26 de 18 de março de 2016 - 1T. PA CFMV nº 7.308/2015. Origem: CRMV-SP. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Méd. Vet. Gilmar Nogueira Rocha.

Acórdão nº 27 de 18 de março de 2016 - 1T. PA CFMV nº 7.311/2015. Origem: CRMV-SP. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Méd. Vet. Gilmar Nogueira Rocha.

EDUARDO LUIZ SILVA COSTA
Presidente da 1ª Turma

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
CONSELHO FEDERAL
3ª CÂMARA

AUTOS COM VISTA

Os processos a seguir relacionados encontram-se com vista aos Recorridos/Interessados para, querendo, apresentarem contrarrazões ou manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias, considerando o recurso interposto. RECURSO N. 49.0000.2016.000362-4/TCA. Recte: Chapa 1 - Fidelidade e Justiça. Repte Legal: Pedro Luiz Napolitano OAB/SP 93681. (Adv: Pedro Luiz Napolitano OAB/SP 93681). Recdo: Chapa 2 - A OAB para os Advogados. Repte Legal: Celso Fernando Gioia OAB/SP 70379. (Adv: Celso Fernando Gioia OAB/SP 70379). Interessados: Conselho Seccional da OAB/São Paulo e Comissão Eleitoral do Conselho Seccional da OAB/São Paulo. RECURSO N. 49.0000.2016.000630-5/TCA. Recte: Chapa 1 - Fidelidade e Justiça. Repte Legal: Pedro Luiz Napolitano OAB/SP 93681. (Adv: Pedro Luiz Napolitano OAB/SP 93681). Recdo: Chapa 2 - A OAB para os Advogados. Repte Legal: Celso Fernando Gioia OAB/SP 70379. (Adv: Celso Fernando Gioia OAB/SP 70379). Interessados: Conselho Seccional da OAB/São Paulo e Comissão Eleitoral do Conselho Seccional da OAB/São Paulo. RECURSO N. 49.0000.2016.000715-6/TCA. Recte: Chapa 1 - Fidelidade e Justiça. Repte Legal: Pedro Luiz Napolitano OAB/SP 93681. (Adv: Pedro Luiz Napolitano OAB/SP 93681). Recdo: Chapa 2 - A OAB para os Advogados. Repte Legal: Celso Fernando Gioia OAB/SP 70379. (Adv: Celso Fernando Gioia OAB/SP 70379). Interessados: Conselho Seccional da OAB/São Paulo e Comissão Eleitoral do Conselho Seccional da OAB/São Paulo. RECURSO N. 49.0000.2016.002090-0/TCA. Recte: Chapa - Trabalho e Compromisso. Repte Legal: Almério Abilio da Silva OAB/PE 15269. (Advs: Almério Abílio da Silva OAB/PE 15269, José Milton Monteiro de Figueiredo OAB/PE 6623, Maria Helena dos Santos Augusto Silva OAB/PE 11881, Pedro Raimundo da Silva Neto OAB/PE 16216-D e Teresa Mendes Santana Tabosa OAB/PE 11195). Recdo: Chapa - Agora é Renovar. Repte Legal: Felipe Augusto Sampaio Barbosa OAB/PE 15319. (Advs: José Ferreira de Lima Netto OAB/PE 24757, Vladimir Belmino de Almeida OAB/AP 1404-B e Outro). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Pernambuco.

Brasília-DF, 28 de junho de 2016.
ANTONIO ONEILDO FERREIRA
Presidente da 3ª Câmara

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

CUIDADOS SIMPLES PODEM EVITAR DEVOLUÇÕES DE MATÉRIAS

A Imprensa Nacional alerta aos responsáveis pelo encaminhamento de matérias que os arquivos para publicação no Diário Oficial da União, além de devidamente identificados segundo a natureza do ato (tipo do ato), devem conter codificação própria dos formatos, com caracteres de controle, conforme determina o art. 46 da Portaria nº 268, de 5 de outubro de 2009, sob pena de devolução da matéria.

Veja como inserir a codificação dos formatos no texto:

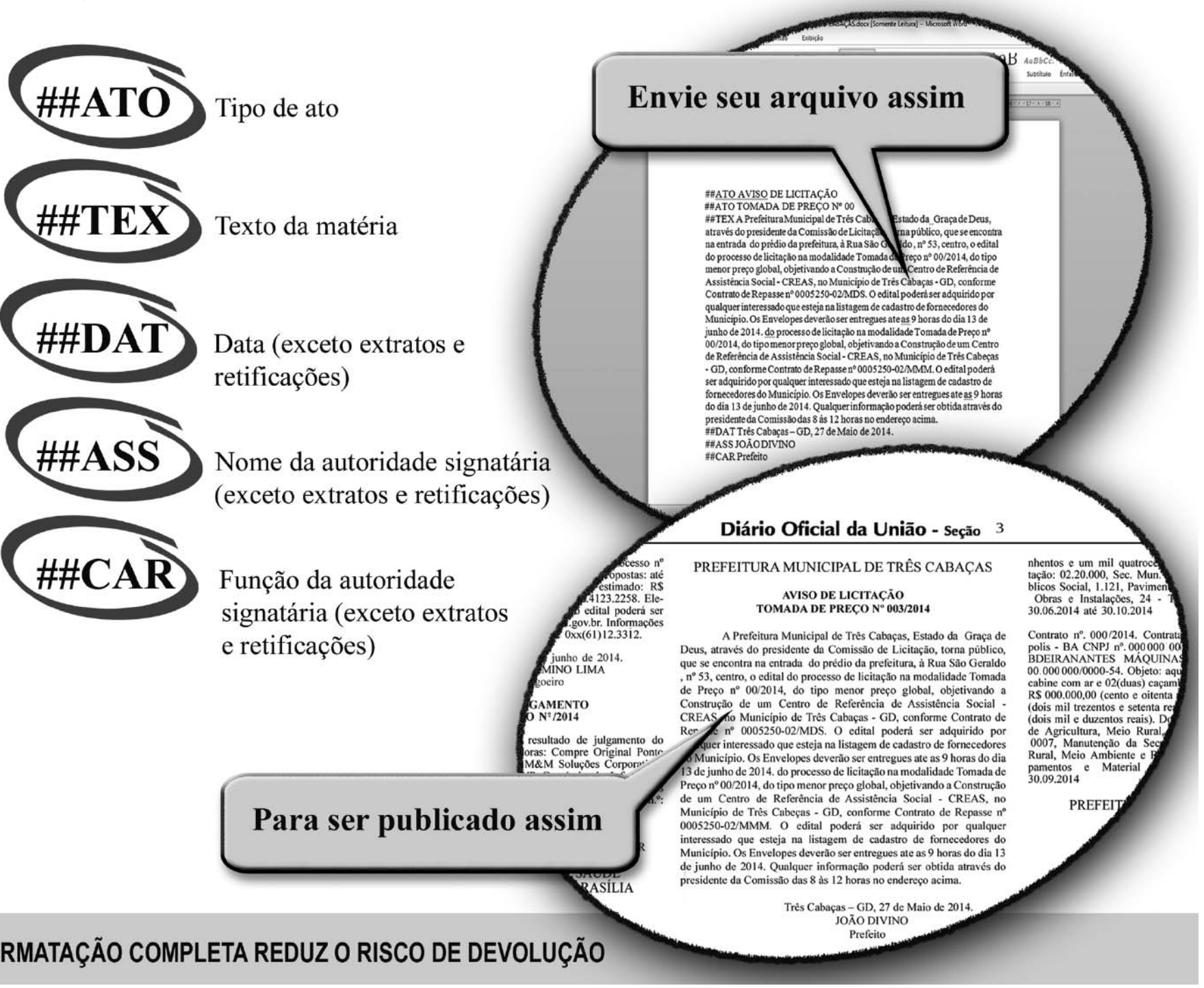
##ATO Tipo de ato

##TEX Texto da matéria

##DAT Data (exceto extratos e retificações)

##ASS Nome da autoridade signatária (exceto extratos e retificações)

##CAR Função da autoridade signatária (exceto extratos e retificações)



FORMATAÇÃO COMPLETA REDUZ O RISCO DE DEVOLUÇÃO